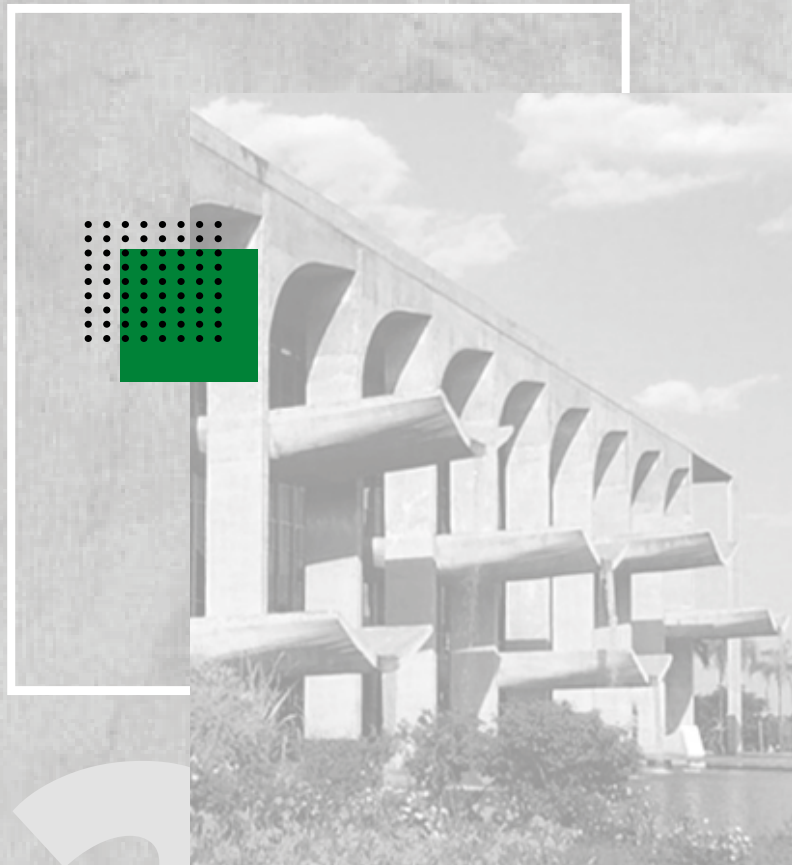
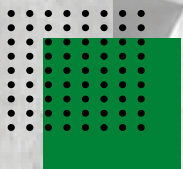




MJSP



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

Ministério da Justiça e Segurança Pública

www.gov.br/mj



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

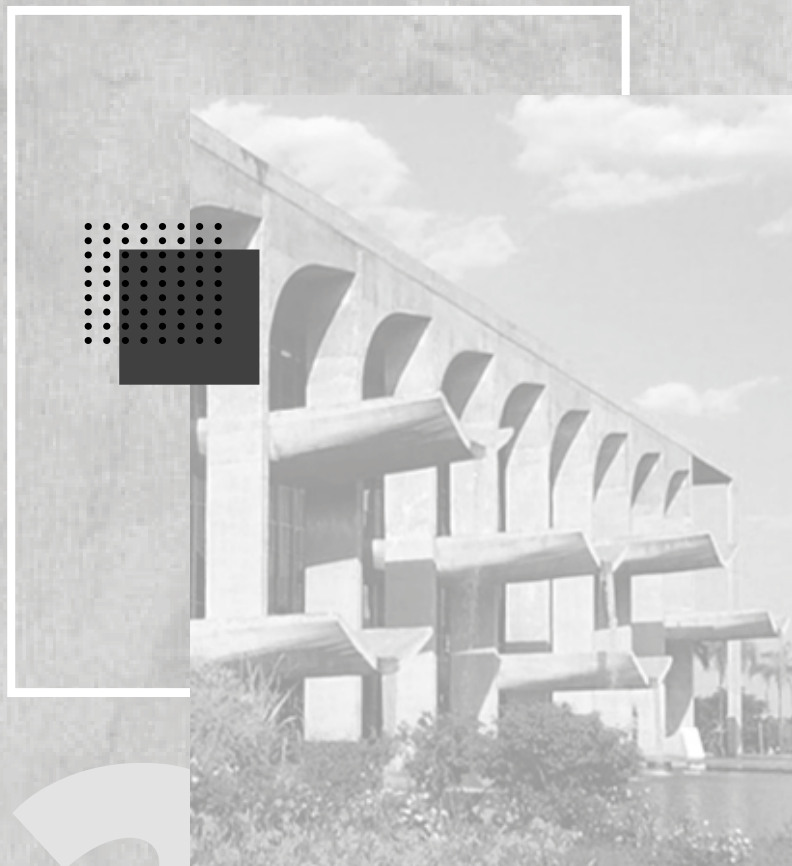


PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



MJSP

www.gov.br/mj



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

Ministério da Justiça e Segurança Pública

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

FICHA INSTITUCIONAL



Foto: Tom Costa

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA
Secretário-Executivo

WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI
Secretário-Executivo Adjunto

ANTÔNIO RAMIREZ LORENZO
Chefe de Gabinete do Ministro

LUANA QUITÉRIA MAGALHÃES HATSUMURA
Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva

CLÁUDIO ANTÔNIO DE ALMEIDA PY
Assessor Especial de Controle Interno

DAVID DE LIMA FREITAS
Subsecretário de Planejamento e Orçamento

CLAUDETE TEREZINHA TRAPP
Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

BRUNA IGNÁCIO MOREIRA
Coordenadora de Gestão Estratégica

DÉBORAH LÚCIA BOTELHO GUIMARÃES
Chefe da Divisão de Planejamento, Informação e Inovação Institucional

FICHA TECNICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministérios, Bl. T
Palácio da Justiça, Edifício Sede
CEP 70064-900 | Brasília-DF
61 2025-3000



@justicagovbr

EQUIPE TÉCNICA

Deborah Lúcia Botelho Guimarães
Zenaide de Freitas Torres Vaz
Edna Barbosa da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Ryone Valeriano Novais de Oliveira

FOTOGRAFIAS

Assessoria de Comunicação Social/GM
Envato Elements

COLABORADORES

Aline Rosa Roriz
Bruna Ignácio Moreira
Bruno de Oliveira Almeida
Cássia Polliana do Amaral Mendes
Devair Balena Júnior
Fabiano Nogueira Brandão
Juliana Coelho Antero
Leonardo de Melo Costa
Matheus José Ferraz Fernandes



SUMÁRIO

01

sumário
CAPÍTULO

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 21

Visão Geral Organizacional	22
Estrutura de Governança	26
Modelo de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública	28
Modelo de Negócios do Ministério da Justiça e Segurança Pública	29
Cadeia de Valor	30
Políticas e Programas de Governo	35
Ambiente Externo	43
Materialidade das Informações	50

02

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....53

Governança e Estratégia do MJSP	54
Principais Ações de Supervisão, de Controle e de Correição Adotadas para Garantia da Legalidade, Legitimidade, Economicidade e Transparência na Alocação de Recursos	60
Estratégia e Alocação de Recursos	69
Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade do MJSP de Gerar Valor	81
Relacionamento com a Sociedade	85

03

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS..... 93

Riscos e Controles Internos	94

RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO 116

Declaração do Secretário-Executivo.....	119
Declaração do Subsecretário de Planejamento e Orçamento	124
Declaração do Subsecretário de Administração	129
Principais Resultados Alcançados pela Secretaria-Executiva	132
Objetivo Estratégico - Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira.....	248
Objetivo Estratégico - Promover a gestão e a alienação do produto de crimes	293
Objetivo Estratégico - Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão.....	309
Objetivo Estratégico - Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor	336
Objetivo Estratégico - Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública	344
Objetivo Estratégico - Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional.....	360
Objetivo Estratégico - Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional	383

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.. 417

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	418
Declaração do Contador	422
Gestão Contábil.....	423

NAVEGAÇÃO



Menu principal
Volta para o sumário onde
estão os subtítulos



Botões de navegação
Clique para avançar e/ou
voltar páginas



Conteúdo complementar
Ao clicar você será
direcionado para web



Conteúdo interativo
vídeos ou áudios
disponibilizados

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DO MJSP

A atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP no cumprimento de sua missão institucional, durante o exercício de 2021, em conformidade ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição da República Federativa do Brasil, está demonstrada neste Relatório de Gestão (RG), que foi elaborado de acordo com as orientações constantes da Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020, e do Guia Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado, com o objetivo de promover a transparência na utilização dos recursos públicos e demonstrar os resultados atingidos dos trabalhos à sociedade.

Inicialmente, registra-se o agradecimento especial ao Presidente da República, pela sua liderança e o apoio incondicional para o atingimento dos desafios e objetivos estratégicos desta Pasta.

Cabe também o agradecimento a toda equipe do MJSP (servidores, colaboradores, diretores e secretários), pela dedicação e empenho no cumprimento da missão institucional a cargo do Ministério, bem como no enfrentamento dos desafios e adversidades, com muita determinação, foco e inovação, que levaram ao alcance de melhores resultados em diversos setores da justiça e segurança pública, mesmo com o país enfrentando a pandemia da COVID-19, que provocou uma forte redução da atividade econômica.



Anderson Torres

Ministro da Justiça e Segurança Pública



Foto: Isaac Amorim

Cumpra-se destacar que o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem responsabilidade ampla sobre diversos temas, tais como: segurança pública, políticas de justiça, proteção e defesa do consumidor, concorrência, indígena e repressão às drogas.

Seguindo as diretrizes do Presidente, assim que cheguei na pasta foram traçados diversos desafios a todas as áreas do Ministério, alinhados aos objetivos estratégicos, orçamento e à gestão, de forma que a governança tivesse os melhores resultados possíveis, a fim de que as políticas públicas a cargo desta pasta chegassem tempestiva e satisfatoriamente à sociedade, tornando o país mais seguro e justo.

Ressalta-se que além das diretrizes, foi essencial estabelecer um acompanhamento mais de perto da evolução dos números. Como resultado, foi obtido em 2021 o maior percentual de execução orçamentária pela pasta, alcançando 99,4%, contra 97,34% em 2020 e 90,4% em 2019 (orçamento discricionário do órgão superior (30000), inclusive emendas parlamentares e as despesas conexas às entidades da administração indireta vinculadas ao MJSP, quais sejam, Fundação Nacional do Índio e Conselho Administrativo de Defesa Econômica, não abrangendo os créditos extraordinários). Assim, os atos de gestão permitiram obter maior grau na eficiência no gasto público.

Na segurança pública busca-se uma maior aproximação e integração com as forças de seguran-

ça dos estados e demais atores, que tem proporcionado importantes quedas dos índices.

Nesta gestão foi concluída a estruturação da rede de centros integrados de inteligência de segurança pública em todo o País para dar mais agilidade ao fluxo de informações entre os órgãos de inteligência no combate à criminalidade.

Cabe enfatizar que as ações integradas entre as forças de segurança são essenciais para o êxito das operações policiais, principalmente, pela dimensão territorial do país que atinge quase 17 mil quilômetros de fronteira seca, implicando enormes desafios no combate ao crime organizado.

Recentemente, entregamos aproximadamente R\$ 80 milhões em equipamentos para as forças de segurança que atuam nas fronteiras e divisas, contemplando mais de dois mil itens como viaturas, binóculos de tecnologia avançada com visão noturna, capacetes e placas de proteção balísticas, que vão permitir melhores resultados e mais segurança ao trabalho dos policiais.

Cabe salientar a importância dos investimentos de recursos para equipar nossos policiais com veículos, armamento e tecnologia de ponta para combater o crime organizado.

Com isso, estamos fortalecendo as instituições de segurança pública, a repressão eficiente ao crime organizado, a descapitalização das orga-

nizações criminosas e a prisão e isolamento de seus líderes no sistema prisional.

Ao longo do ano de 2021, foram realizadas mais de 15 mil operações com vistas à prevenção e ao enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento, contra as 10.215 operações realizadas em 2020.

O ano de 2021 foi marcado pela consolidação do modelo de enfrentamento ao tráfico de drogas e de armas, aos crimes contra o patrimônio e às facções e organizações criminosas, constituído com base em quatro diretrizes:

- i) descapitalização das organizações criminosas, por meio de apreensão de drogas e de investigações de lavagem de dinheiro;
- ii) prisão de lideranças;
- iii) integração interinstitucional; e
- iv) cooperação internacional.

Houve apreensão (entre operações executadas e apoiadas, em 2021) de mais de 23 mil armas de fogo, além de um total de 2.632 toneladas de drogas, sendo 2.408 toneladas de maconha e 224 toneladas de cocaína.

A integração entre as forças de segurança vem trazendo maior proteção de crianças, adolescentes, idosos e mulheres vítimas de crimes e violência. Foram apoiadas 378 ações policiais

nos Estados e executadas 37 operações integradas no País, dentre as quais se destacam as de:

- i) combate aos crimes de tráfico de drogas;
- ii) contrabando de cigarros;
- iii) receptação (crimes transfronteiriços);
- iv) homicídios;
- v) porte e posse ilegal de armas de fogo;
- vi) estelionatos em redes sociais;
- vii) abuso ou exploração sexual infantil;
- viii) violência contra a mulher e ao idoso; e
- ix) pirataria digital, entre outros.



*Campanha Sinal Vermelho Contra Violência Doméstica
Foto: Tom Costa / MJSP*

Destaca-se ainda as diversas operações inéditas realizadas, com prejuízo ao crime na ordem de mais de R\$2,5 bilhões, somente nas duas primeiras operações, tais como:

a) **Narco Brasil** – ação de combate ao narcotráfico, que resultou na prisão de mais de 12 mil pessoas;

b) **Operação Cangalha** – ação de combate ao crime organizado da Região Nordeste, que prendeu mais de 1.500 pessoas, entre elas chefes de organizações criminosas e responsáveis por ataques a instituições financeiras;

c) **Operações Maria da Penha e Vetus II** – para prevenir e reprimir crimes contra mulheres e idosos;

d) **Operação Égide** – que prendeu mais de 3.700 pessoas e apreendeu mais de 80 toneladas de drogas, além de mais de R\$1 milhão em espécie, envolvendo o Rio de Janeiro, estados vizinhos e região de fronteira; e

e) **Operação Shawarma** – que desarticulou grupo responsável pela movimentação financeira de mais de R\$ 230 milhões oriundos de crimes praticados por organização criminosa do Rio de Janeiro.

Registra-se que diante da importância do enfrentamento à violência doméstica, sobretudo durante o período de pandemia do novo coronavírus, houve intensificação das ações dessa Pasta. Por meio de duas operações integradas

(Maria da Penha e Resguardo), com a participação das 27 Unidades Federativas, os resultados foram expressivos:

- i) 316.298 mil vítimas atendidas;
- ii) 51.551 mil denúncias apuradas;
- iii) 68.210 inquéritos instaurados;
- iv) 47.136 inquéritos concluídos;
- v) 1.431 mandados de busca e apreensão cumpridos;
- vi) 2.582 mandados de prisão cumpridos;
- vii) 24.565 pessoas presas;
- viii) 1.367 armas apreendidas; e
- ix) 101.707 Medidas Protetivas de Urgência solicitadas.

Também foi instituído o Programa de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Pro-Mulher), o qual contemplou mais de 127 mil mulheres por meio de suas ações. Essas iniciativas serão ampliadas em 2022 por meio de capacitações e treinamentos junto aos conselhos comunitários e às instituições públicas, visando coibir a violência doméstica.

Na vanguarda do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, houve cinco operações integradas (Operação Acalento, Parador

27, Operação Luz na Infância – Fase 8, Pirataria Digital e Operação 404.3), com a participação das 27 Unidades Federativas, e foram obtidos os seguintes resultados:

- i) 26.506 vítimas atendidas;
- ii) mais de 1.600 pessoas presas;
- iii) 509 mandados de prisão cumpridos;
- iv) 115 mandados de busca e apreensão de menor cumpridos;
- v) 367 mandados de busca e apreensão domiciliar cumpridos;
- vi) 999 autos de prisão em flagrante lavrados;
- vii) 8.808 inquéritos policiais instaurados;
- viii) 5.109 inquéritos policiais concluídos;
- ix) 1.674 termos circunstanciados de ocorrência lavrados;
- x) 1.705 medidas de proteção às vítimas solicitadas; e
- xi) 22.143 visitas e diligências policiais realizadas em mais de 1.454 Municípios.

Com objetivo de fortalecer e valorizar ainda mais as instituições e os profissionais de segurança pública, registra-se o maior investimento junto aos Estados e ao Distrito Federal, para implementação de programas e projetos nesses eixos, na modalidade fundo a fundo, sendo transferido um montante em torno de R\$ 783 milhões em 2021. Estima-se que para 2022 a transferência fique em torno de R\$ 950 milhões.

Ressaltam-se as medidas de fortalecimento do Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública (ComprasSusp), o

qual visa realizar compras e aquisições de bens e serviços, de forma mais eficiente e em larga escala, para atender a todos os órgãos integrantes do Susp. Desde a sua implementação, o programa disponibilizou o registro em atas de registro de preço de mais de 500 mil itens de segurança pública, dentre eles: pistolas, viaturas, coletes balísticos, equipamentos de perícia e informática.

Esses itens ficaram à disposição dos órgãos para serem adquiridos, tanto por recursos próprios dos entes federados, como por meio de recursos oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública. A expectativa para o ano de 2022 é aumentar a oferta de itens de segurança pública e defesa social, incrementando de forma considerável a oferta de Atas de Registro de Preço, propiciando compras em grande escala e com qualidade técnica adequada às atividades de segurança pública e defesa social.

Nessa gestão foi concluída a atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que é o principal instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Assim, o MJSP empenhou esforços no sentido de atualizar o Plano (2021-2030) e, pela primeira vez, o Governo Federal estabelece prazos, indicadores, priorização e coordenação para cumprir as metas estabelecidas no documento, por meio do Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021, em cumprimento ao que estabelece Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Cabe enfatizar que o Plano conta com 13 metas principais que incluem a redução dos índices de mortes violentas, da violência contra a mulher e priorizam a atenção aos profissionais de segurança pública. A atualização teve ampla participação da sociedade, das instituições e representa mais um passo dado pelo Governo Federal rumo à transformação da segurança pública do país.

De forma inédita, uma luta justa e necessária, o governo federal lança o Programa Habite Seguro, que está dentro do escopo da valorização profissional dos agentes de segurança pública, sendo uma das ações estratégicas do Plano, com um investimento na ordem de aproximadamente R\$ 10 milhões em 2021 e R\$ 100 milhões por ano para os próximos exercícios, para estruturar a política habitacional dos profissionais do SUSP.



Foto: Tom Costa

Destacam-se as ações da Polícia Federal, em contínuo processo de modernização e fomento à gestão, especialmente a policial, e de forma eficiente e eficaz, executou, no ano de 2021, o maior orçamento desde a sua criação. Registra-se o aumento significativo no número de operações realizadas no ano de 2021, quando comparado ao número de 2020. Em 2021, foram realizadas 9.741 operações policiais, o que quando comparado com o resultado de 2020 representa um aumento de 41% no número de operações realizadas.

Diversas medidas estão sendo implementadas para aprimorar e melhorar os resultados da PF, destacando:

a) implantação do ABIS (Solução Automatizada de Identificação Biométrica), sistema que possibilitará a identificação de pessoas por meio da coleta, do armazenamento e do cruzamento de dados da impressão digital e do reconhecimento facial, de forma precisa, confiável e integrada com todos os estados da federação;

b) desenvolvimento do inquérito policial eletrônico. No ano de 2021, obteve-se a marca de 99,4% dos inquéritos policiais tramitando em meio digital, gerando, com isso, maior aumento dos controles e acompanhamentos e a célere tramitação desses expedientes, o que garantiu um elevadíssimo índice de solução de inquéritos igual a 81,5%, o que garante à PF um lugar de destaque entre as polícias judiciárias mais eficazes no mundo;

c) execução do Programa Brasil MAIS, instituído pela Portaria MJSP nº 535, de 22 de setembro de 2020, com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública na busca pela integração com os diversos órgãos de segurança públicas das três esferas de governo, assim como outros órgãos e entidades públicas, totalizando 180 órgãos públicos trabalhando em rede, aumentando sobremaneira a capacidade do Estado brasileiro de reprimir os delitos ambientais.

Com o projeto de fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG), tem-se ampliado significativamente a identificação correta dos responsáveis por crimes violentos. O projeto já armazenou mais de 120 mil perfis genéticos, sendo coletados 34.994 perfis genéticos em 2021, auxiliando em mais de 2,8 mil investigações criminais.

A RIBPG propiciou a identificação de diversas pessoas desaparecidas, por meio do cruzamento de dados com familiares de pessoas desaparecidas, contribuindo para atingir os objetivos da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, instituída pelo Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021.

Com objetivo de atingir maior eficiência das estratégias do órgão no combate à criminalidade, prevenção de acidentes e mobilidade nas rodovias federais, a Polícia Rodoviária Federal - PRF apresentou os seus melhores resultados com a realização de 5.169 operações de combate à criminalidade, valor 57% maior do que em 2020.

Essas operações resultaram na apreensão de mais de 40 mil quilos de cocaína, (quantitativo 33% superior ao apreendido em 2020) e mais de 583 mil quilos de maconha. Além disso, 2.272 armas ilegais foram retiradas de circulação e mais de 11 mil veículos foram recuperados (quantitativo 22% superior ao ano de 2020).





A PRF vem empreendendo inúmeros esforços na promoção da mobilidade, com foco na redução de acidentes, sempre buscando a prevenção e manutenção de um trânsito seguro de pessoas e de cargas. Nossas operações de segurança viária têm se voltado para ações cada vez mais preventivas, realizando ações de

fomento de melhorias de infraestrutura viária e ações educativas atuando em um tripé (PRF, órgãos viários e sociedade).

O Sistema Prisional teve uma atenção especial na gestão 2021, buscou-se melhor apoio aos entes federados, isolamento das lideranças cri-

minosas, gerar mais vagas, criar mecanismos de ressocialização efetiva, colocar os presos para trabalhar, cumprindo o que determina a Lei de Execução Penal, de forma a assegurar a promoção da dignidade da pessoa humana.



Fotos: Tom Costa



Com isso, o Sistema Penitenciário Federal (SPF) tem cumprido com excelência seu papel de gerir estabelecimentos penitenciários federais de segurança máxima, abrigando presos de alta periculosidade e isolando de forma eficiente os líderes de organizações criminosas. Para tanto, o Governo Federal tem realizado investimentos para fomento à geração de vagas prisionais por meio de repasse de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). De acordo com os dados coletados junto aos Estados, por meio do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), em 33% das unidades prisionais já não há déficit de vagas nos presídios.

O Departamento Penitenciário Nacional - Depen realizou em 2021 diversas ações de impacto e inovação no sistema penitenciário nacional: foram investidos mais de R\$ 274 milhões de recursos federais na execução de 39 obras penitenciárias, visando diminuir o déficit de vagas. Ainda na temática de vagas, é importante ressaltar a execução do Projeto Ressocializa, ação experimental de implementação de Centros de Reintegração Social gerenciados pela sociedade civil, por meio da aplicação da metodologia Apaqueana (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC) de gestão prisional, considerada uma tecnologia social alternativa no sistema prisional, executada no bojo da Política de Participação e Controle Social na Execução da Pena.

Na área de inteligência policial prisional, foi iniciada em 2021 a Operação Modo Avião, uma

ação que demonstra o trabalho de integração entre o Depen, as Secretarias de Estado de Administração Penitenciária e outras forças de segurança, objetivando a manutenção da ordem jurídica e a tranquilidade da sociedade, por meio do combate a organizações criminosas. As ações de varredura ocorreram em 36 (trinta e seis) unidades prisionais de 6 (seis) estados da federação, resultando em cerca de 4 mil aparelhos celulares identificados, de forma a não permitir comunicação dos presos com o ambiente externo.

Com relação à modernização e aparelhamento das unidades penitenciárias, a fim de promover aumento na oferta de assistência jurídica e de assistência social, em 2021 foi realizado o investimento de mais de R\$ 37 milhões em instrumentos de repasse para implantação de sistemas de videoconferência, celebrados com 15 estados. Também foi realizada a aquisição e doação de 99 veículos sedans adaptados para transporte de mulheres presas, lactantes, grávidas ou com necessidades especiais. Foram entregues aos estados 66 ônibus e 46 furgões, que darão mais segurança ao trabalho dos policiais penais de 20 estados, do Distrito Federal e das cinco penitenciárias federais. Ao todo, R\$ 106 milhões em recursos federais foram investidos na compra de 298 furgões e 132 ônibus.

Outra ação importante do Depen, a fim de impulsionar o trabalho prisional entre os Estados, foi a publicação da 1ª Coletânea de Boas Práticas em Oferta de Trabalho no sistema prisional do Depen. O material servirá para inspirar



Foto: Isaac Amorim

os demais entes federados, para que possam replicar e fomentar o trabalho dos presos no Sistema Prisional e, assim, contribuir com a efetiva ressocialização. No quesito atividades educacionais, houve um aumento de 22,5% na quantidade de atividades dessa natureza.

A Secretaria de Operações Integradas exerceu papel fundamental no enfrentamento ao crime. Em 2021 foram apoiadas 378 ações policiais, em assistência às forças de segurança pública, além de coordenar e executar 37 operações integradas no País, apresentando importantes resultados, dentre os quais destacamos: cerca de 41 mil pessoas presas, 3 mil menores apreendidos, mais de 105 mil solicitações de medidas protetivas de urgência em operações de combate à violência contra a mulher, mais de 316 mil mulheres vítimas de violência doméstica atendidas, mais de 26 mil crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual atendidas, mais de 11 mil armas apreendidas e mais de 900 mil abordagens.

Na pior seca na floresta brasileira nas últimas décadas, inovamos também no combate aos crimes ambientais, por meio da Operação Guardiões do Bioma, a primeira operação coordenada pelas Unidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública envolvendo os Corpos de Bombeiros brasileiros, que contou com cerca de 11 mil profissionais atuando nos principais biomas do País.



Clique [aqui](#) e acesse o vídeo: Operação Guardiões do Bioma: plano integrado de combate a incêndios no país

Foram combatidos 17 mil incêndios florestais, realizadas 3.200 ações preventivas, resgatados mais de mil animais e 5 mil m³ de madeira foram apreendidos.

Para o início de 2022 já está prevista a alocação de efetivo para as regiões amazônica e do Pantanal, ocupando áreas hoje desprovidas de órgão de segurança e a intensificação do projeto de proteção à vida e ao meio ambiente (Proambiente), que direcionará as políticas ambientais a serem integradas pelos agentes de segurança pública. Isso se dará por meio de:

- i) ações de prevenção e enfrentamento aos incêndios urbanos e florestais;
- ii) policiamento, fiscalização e controle ambiental de delitos contra a flora brasileira nos biomas da Amazônia e do Pantanal; e
- iii) modernização e aparelhamento dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil para atendimento a emergências.

Destaca-se também, como marco para a atividade de inteligência de segurança pública, publicações de importantes instrumentos normativos, como o Decreto nº 10.759, de 30 de julho de 2021, que dispõe sobre a organização do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, incluindo a Diretoria de Inteligência na sua composição; o Decreto nº 10.777, de 24 de agosto de 2021, que instituiu a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (PNISP); e o Decreto nº 10.778, de 24 de agosto de 2021, que aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública (Enisp). Foram ainda inau-

gurados 02 (dois) Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública (CIISP) nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, integrando 100% das 135 agências de inteligência do País e possibilitando o acesso a mais de 400 bancos de dados.

Ainda para 2022, está prevista a intensificação das operações de combate ao crime, com foco na integração de ações e sistemas, especialmente em nível municipal, com objetivo de aumentar a estruturação e o compartilhamento de dados para aprimorar a análise e indicação de abordagens, com investimento pesado em inteligência policial de cerca de R\$ 100 milhões. Além disso, o Governo Federal prevê a revisão do Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito (PNRM), visando à otimização das fiscalizações e maior assertividade nas abordagens, a partir do uso das ferramentas de inteligência policial.

Sobre a atuação federal no combate ao crime organizado e na fiscalização e controle na faixa de fronteiras, foram realizadas diversas operações, entre as quais 13 ações da Operação Hórus na faixa de fronteira e divisas, eixo do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (V.I.G.I.A.).

Em relação à Política Nacional sobre Drogas, envidamos esforços no sentido de que os ativos confiscados do narcotráfico e crimes conexos sejam transformados pelo Poder Público em investimentos que, em última instância, favorecem o sequestro de mais ativos oriundos de atividades criminosas. Dessa forma, as ati-

vidades policiais se reforçam por meio de um ciclo de retroalimentação, o qual estimula tanto a redução da oferta quanto a redução da demanda de drogas.

Nesse contexto, no triênio de 2019 a 2021, um montante aproximado de R\$ 100 milhões de reais foi investido pela SENAD, entre outros, em:

- a) reequipamento das polícias;
- b) desenvolvimento de novas tecnologias de controle de drogas;
- c) capacitação de 15.000 profissionais da área da segurança pública; e
- d) realização de pesquisas de alto nível destinadas a subsidiar a atuação do Governo Federal na redução da oferta de drogas.

Foram realizados mais de 370 leilões envolvendo todos os Estados e o Distrito Federal, destinados nove mil ativos e contabilizados mais de R\$ 585 milhões em receita de gestão de ativos (R\$ 92 milhões em 2019, R\$ 134 milhões em 2020 e R\$ 360 milhões em 2021).

Salienta-se que até 2019 o fluxo de leilões era de 11 por ano, em 2020 esse número passou para 122 e em 2021 ocorreram 244 leilões, o que representou um aumento de 100% em relação ao número de leilões ocorridos no ano anterior.



Na promoção de política de justiça, a Secretaria Nacional de Justiça tem realizado diversas ações com destaques no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, migração e refúgio, entre outras. Foi empreendido o aprimoramento na sua política de classificação indicativa pública por meio da edição de nova portaria que regulamenta o processo de classificação indicativa para a exibição de programas de TV, cinema, DVD, jogos eletrônicos e aplicativos, RPG, vídeo por demanda e espetáculos públicos. A ação é uma iniciativa pedagógica e informativa, para garantir às famílias o conhecimento pré-

vio para decidir sobre os conteúdos adequados ao consumo de crianças e adolescentes sob sua responsabilidade. Ainda sob esse escopo, importante destacar a assinatura da Portaria Interministerial com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que instituiu o Grupo de Trabalho para estudo, elaboração e proposição da Política Nacional de Qualificação de Conteúdo para a Criança e Adolescente, que tem o objetivo de ampliar a rede de identificação de conteúdo que violem direitos de crianças e adolescentes.

Em relação à temática de Migrações e Refúgio, destacam-se ações realizadas no ano de 2021 que fortaleceram o cenário normativo interno frente a necessidades conjunturais dos movimentos migratórios internacionais. Foi publicada a Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 19, de 23 de março de 2021, atualizando a autorização de residência destinada a nacionais venezuelanos e constituindo-se de ação relevante no conjunto de respostas do Governo Federal no âmbito da Operação Acolhida, formando o quadro de alternativas de regularização migratória do fluxo venezuelano no País, ao lado de pedidos de refúgio e de outras hipóteses de autorização de residência previstas na legislação migratória brasileira, como, por exemplo, reunião familiar. Destaca-se que a Operação Acolhida, conta com três eixos de atuação:

- i) **ordenamento de fronteira** – para garantir documentação, atendimento social e de proteção, atendimento de saúde e vacinação;

ii) **acolhimento dos imigrantes** – oferta de abrigo, alimentação e atendimento de saúde para os imigrantes em situação de rua e maior vulnerabilidade; e

iii) **interiorização** – deslocamento voluntário de venezuelanos para apoiá-los na integração socioeconômica no Brasil. Desde abril de 2018, já foram interiorizados mais de 66 mil imigrantes (19,6 mil somente em 2021) para cerca de 795 municípios.

Foi publicada a Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 24, de 3 de setembro de 2021, que disciplina a concessão do visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional ou de grave violação de direitos humanos ou do Direito Internacional Humanitário no Afeganistão. A medida é baseada nos fundamentos humanitários da política migratória brasileira, estipulados na Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, representando mecanismo de proteção e reafirmando o compromisso brasileiro com o respeito aos direitos humanos e com a solidariedade entre os povos. O Conselho Nacional de Imigração – CNIG, presidido pelo MJSP, aprovou texto da Resolução nº 45, de 9 de setembro de 2021, publicada em janeiro de 2022, que disciplina a concessão de visto temporário e de autorização de residência para o chamado “Nômade Digital”, imigrante que, de forma remota e com a utilização de tecnologias da informação e de

comunicação, possa realizar no Brasil atividades para empregador estrangeiro.

Foi lançado o “Projeto Migrajus”, com a realização de chamamento público em que foram selecionadas cinco organizações da sociedade civil para firmar parcerias em projetos voltados à disseminação de informações sobre legislação migratória, à inclusão social, à consolidação e promoção de direitos e à prevenção de violações de garantias e direitos de migrantes e refugiados.

Quanto às políticas de acesso à cidadania e justiça, no ano de 2021 destaca-se a conclusão do primeiro ciclo de gestão de políticas públicas da Estratégia Nacional de Promoção de Políticas de Justiça (EJUS), principal mecanismo de articulação interinstitucional com organizações do Sistema de Justiça e organizações públicas e privadas, que atuam direta ou indiretamente na promoção de políticas de acesso à justiça. Em 2022, a Estratégia Nacional está voltada ao fomento de equipamentos públicos de atenção integral a crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência como forma de fortalecer as diretrizes estabelecidas por meio do Pacto Nacional pela Escuta Protegida e a atuação dos órgãos governamentais em relação à proteção de mulheres em situação de violência.

Ainda para 2022, o Governo envidará esforços para a instituição de Câmaras Nacionais de Políticas de Justiça, a fim de potencializar ações integradas de gestão de políticas públicas, elaboração de propostas que subsidiem decisões

ministeriais e parametrização de procedimentos afetos às áreas finalísticas. Outra prioridade é atuar para a reativação do Conselho de Notáveis, colegiado especializado composto por notórios juristas e operadores do direito com o fim de aprimorar o ordenamento jurídico brasileiro às novas realidades sociais e em proteção à população brasileira.

Na política pública de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, especialmente na articulação institucional no combate a esses crimes, por meio da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), que no ano de 2021, discutiu, deliberou e executou as 11 ações, tendo como ação de destaque a Ação nº 3 - Aprimorar a normatização, os mecanismos de rastreabilidade e a fiscalização da cadeia produtiva do ouro, no intuito de integrar a atuação dos órgãos intervenientes e mitigar os riscos de uso do comércio desse metal para lavagem de dinheiro. Avancamos também, como projeto estratégico do MJSP, na reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Rede-Lab). No ano de 2021, realizamos a capacitação de cerca de 3.050 agentes públicos, por meio do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

O MJSP, na função de autoridade central para a cooperação jurídica internacional, analisou cerca de 18.319 processos em matéria penal e civil, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, adoção e subtração interna-

cional de crianças e adolescentes, extradição, transferência de pessoas condenadas, transferência da execução da pena e recuperação de ativos. No mesmo período, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI manteve a participação brasileira nos foros internacionais, destacando-se a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (CHDIPr), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Conferência dos Ministros de Justiça dos Países Ibero-Americanos (COM-JIB), Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP). Além disso, atuou como Copresidente no Grupo Trabalho de Riscos, Tendências e Métodos (RTMG) e do Grupo de Trabalho e Avaliações Mútuas (GTEM) do GAFILAT, entre outros. O DRCI também atuou na análise de textos em negociação com outros países. Nesse período também foram realizadas 18 edições do programa Grotius, o que permitiu a capacitação de 607 agentes públicos na temática cooperação jurídica internacional.

Na proteção e defesa do consumidor a Secretaria Nacional do Consumidor, por meio da plataforma Consumidor.gov.br, alcançou um índice de resolução de conflitos de 78%. Na temática voltada à proteção e defesa dos direitos do consumidor, destacam-se as alterações ocorridas no cenário econômico, em virtude da pandemia da Covid-19, que acabaram por transformar as relações de consumo, intensificando as compras por meio do mercado virtual.

Nesse contexto, buscou, ao mesmo tempo, proteger os consumidores e assegurar segurança jurídica aos fornecedores de boa-fé, afetados na pandemia. Assim, foram priorizadas as bases de dados e sistemas de informações de defesa do consumidor, especialmente o aperfeiçoamento da plataforma Consumidor.gov.br e o lançamento do novo sistema ProConsumidor, auxiliando no aprimoramento das interações entre consumidores, órgãos públicos e fornecedores, com foco na desjudicialização, resultando na redução das demandas de consumo, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além disso, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), de responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conta com mais de 36 projetos de relevância social acompanhados pelo órgão, com entregas previstas para 2022, entre as quais destacam-se o início da obra de restauração do Teatro Nacional, em parceria com o Distrito Federal; e da obra para implantação do primeiro Museu de Economia da América do Sul, no Distrito Federal, em parceria com o Banco Central do Brasil.

Na implementação da política arquivística, o Arquivo Nacional atingiu o número de mais de 10 milhões de acessos às bases de dados em 2021 e tem conseguido atender 100% dos usuários que buscam o serviço. Quanto aos documentos do acervo, em 2021 tivemos 1,9 milhões de documentos acessados. O percentual de órgãos e entidades do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo - SIGA com Plano

de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos das atividades-fim aprovados, com medição semestral, alcançou os 40,57% em 2021.

No ano de 2021, diante dos desafios decorrentes da pandemia do novo coronavírus, a Fundação Nacional do Índio (Funai) atuou fortemente para conter o avanço da doença em terras indígenas, por meio de um trabalho articulado entre seus órgãos e a adoção de políticas emergenciais de promoção dos direitos sociais dos povos indígenas.



Foto: Isaac Amorim

Nesse sentido, visando garantir segurança alimentar e proteção dos índios, por meio do isolamento social frente à pandemia, a Funai, desde o início da pandemia, já distribuiu mais de 1,1 milhão de cestas básicas em aldeias de todo o país, o que representa cerca de 25 mil toneladas de alimentos entregues a mais de 200 mil famílias indígenas, além do fornecimento de

aproximadamente 190 mil kits de produtos de higiene e limpeza entregues a diferentes comunidades. Cabe ressaltar que, com a edição da Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021, foram disponibilizados mais de R\$ 41 milhões de crédito extraordinário, para atender despesas referentes à distribuição de cestas de alimentos para as comunidades indígenas. Ao todo, no ano de 2021, foram destinados mais de R\$ 57 milhões para medidas de prevenção e combate à Covid-19 junto aos povos indígenas.

Com o intuito de proteger a população indígena, o Governo tem atuado na elaboração de Planos de Barreiras Sanitárias para povos indígenas isolados e de recente contato, além da construção de protocolos sanitários e de abordagem a serem adotados nas barreiras sanitárias e nos postos de controle de acesso a terras indígenas. Em 2021, foram investidos recursos para a implementação e o suporte a aproximadamente 300 barreiras sanitárias e postos de controle de acesso em todo o território nacional, a fim de impedir a entrada de não indígenas nas aldeias. Tais ações deverão ser ampliadas em 2022.

Por fim, visando orientar a atuação da Funai junto à população indígena, foram publicados normativos internos tratando:

- i) das questões do isolamento social;
- ii) da suspensão de autorizações para ingresso em terras indígenas; e

iii) do acesso aos benefícios sociais e previdenciários, entre outros.

Já para a população indígena, foram desenvolvidas cartilhas informativas com orientações sobre a Covid-19 e sobre o acesso das famílias ao Auxílio Emergencial do Governo Federal.

Visando melhorar a gestão do conhecimento, o MJSP, por meio de suas unidades, atingiu excelentes resultados na disponibilização de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo, referente a diversas políticas públicas de justiça e segurança. Em 2021 houve cerca de 282 mil capacitações, ficando acima de 8% do resultado do exercício anterior.

Com o objetivo de fortalecer as instituições de segurança pública, com vistas ao cumprimento da sua missão institucional, o Governo Federal autorizou concursos para compor a força de trabalho da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional. Como resultado, em 2021 foram convocados 2.150 candidatos e está prevista, para 2022, a convocação de pelo menos 2.659 candidatos, visando diminuir o déficit de pessoal nessas áreas e contribuir para o fortalecimento da segurança pública no País.

No contexto da harmonização da atuação dos diversos órgãos do Ministério, destaco o papel do Sistema de Governança e do Comitê de Governança Estratégica (CGE), indispensável na condição de instância para avaliar e aprovar as iniciativas de gestão: estratégica, administrati-

va, de políticas públicas, de riscos e controles internos, de transparência e de integridade.

O CGE é presidido pelo próprio Ministro e composto pelos titulares dos órgãos que integram o Ministério e vem realizando reuniões mensais para discussão e acompanhamento de matérias de caráter estratégico para a Pasta, bem como o monitoramento das ações que integram o Planejamento Estratégico.

Perpassadas as notícias positivas sobre o exercício 2021, deve-se manter o nível da atuação administrativa da Pasta, com os devidos aprimoramentos necessários, com vistas à superação de desafios, previsíveis ou não, para o próximo exercício 2022. Neste sentido, a atuação ministerial deverá ser guiada pelas seguintes diretrizes:

- fortalecimento da capacidade de gestão do MJSP, com a revisão e aperfeiçoamento dos seus processos de trabalho, a fim de alcançar os objetivos institucionais e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade;
- aprimoramento do grau de integração e convergência de esforços entre os órgãos do MJSP;
- intensificação da utilização de ferramentas de gerenciamento, análise e compartilhamento de dados, visando maior confiabilidade de relatórios e subsídios e tornando mais segura e efetiva a tomada de decisões;

- intensificação e aprimoramento do combate à corrupção, ao crime violento e ao crime organizado;
- ampliação da capacidade de o Estado investir no enfraquecimento e desarticulação das organizações criminosas e da criminalidade como um todo;
- fortalecimento da sistemática nacional de alienação de bens confiscados dos criminosos;
- elevação do nível de articulação entre os órgãos de segurança pública e de inteligência;
- aprimoramento dos marcos legais;
- aprimoramento da gestão prisional, com constante ampliação do número de vagas e fortalecimento do controle das unidades prisionais; e
- fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, sobretudo por meio da alienação dos bens confiscados de criminosos.

Tal como foi pautada a gestão ao longo do exercício de 2021, fica assegurada a aplicação do trabalho integrado na elaboração do presente Relatório de Gestão, alinhado à precisão e à fidedignidade de dados e

informações, com a certeza de que estamos no caminho para avanços ainda maiores nos resultados das políticas públicas de justiça e segurança pública nas próximas gestões.

Em 2022, o órgão vai comemorar e festejar o Bicentenário do Ministério da Justiça e Segurança Pública. As ações serão cada vez mais fortes e efetivas, de forma a tornar o Brasil mais justo e seguro, para todos os brasileiros que anseiam por mais justiça e segurança pública.

As ações realizadas e as que estão por vir irão, com certeza, proporcionar melhores resultados nas políticas conduzidas por todos os integrantes do MJSP.



Anderson Gustavo Torres

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública



MINISTÉRIO EM NÚMEROS

Mais de
R\$ 15 mil
operações de enfrentamento
à criminalidade

99,4%
de execução orçamentária

Aproximadamente
R\$ 80 milhões

Investidos em equipamentos para
as forças de segurança que atuam
nas fronteiras e divisas

Aproximadamente
R\$ 10 milhões

Investidos na política
habitacional dos
profissionais do SUSP

Mais de
R\$ 360 milhões

gerados com a receita de gestão de ativos

81,5%
de resolução de
inquéritos da PF

120 mil
perfis genéticos armazenados

244
leilões de bens oriundos
de organizações
criminosas

100%
de integração de agências de
inteligência nas regiões Sudeste
e Centro-Oeste

20.895
autorizações de residência
para fins laborais e de
investimento concedidas

Mais de
R\$ 57 milhões
de recursos destinados
para medidas de combate
à Covid-19 junto às
comunidades indígenas

R\$ 274 milhões
de recursos federais investidos
na execução de 39 obras
penitenciárias

378
ações policiais
apoiadas

Mais de
R\$ 420 milhões
apreendidos em bens e valores
nas operações de combate
à corrupção e ao desvio de
recursos públicos federais

78%
de resolutividade das
demandas na plataforma
Consumidor.gov.br



Ministério da Justiça
e Segurança Pública

VISÃO **GERAL** ORGANIZACIONAL
EM AMBIENTE EXTERNO

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão da administração pública federal direta que ao longo dos anos tem passado por várias alterações em sua estrutura organizacional. Em 2021, sempre na busca de melhor adaptar sua estrutura à real necessidade do órgão, o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MJSP, foi alterado pelo Decreto nº 10.785, de 1º de setembro de 2021, com o objetivo de trazer mais foco ao combate à corrupção e ao crime organizado e promover mudanças que fortalecem os pilares de ação da segurança pública no país. As alterações implicaram em atualizações e ajustes nas competências, além da reorganização dos cargos da estrutura do MJSP com o fim de dar tratamento focado nos temas de gestão, com vistas a possibilitar a realização dos objetivos assumidos com a sociedade, inclusive como forma de evidenciar o fortalecimento do Estado Democrático Brasileiro.

Em seguida o Decreto nº 10.785, de 1º de setembro de 2021, trouxe atualizações e ajustes nas competências, além da reorganização dos cargos da estrutura do MJSP com o fim de dar tratamento focado nos temas de gestão, com vistas a possibilitar a realização dos objetivos assumidos com a sociedade, inclusive como forma de evidenciar o fortalecimento do Estado Democrático Brasileiro.

Entre as muitas atribuições do MJSP, previstas na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 estão a defesa da ordem jurídica; o combate ao tráfico de drogas e crimes conexos; a defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor; nacionalidade, imigração e estrangeiros; a prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo e cooperação jurídica internacional; a coordenação de ações para combate a infrações penais em geral, com ênfase em corrupção, crime organizado e crimes violentos; a coordenação do Sistema Único de Segurança Pública - Susp; a coordenação e administração da política penitenciária nacional. Ainda, na Constituição Federal, nos § 1º, 2º e 5º-A do art. 144, respectivamente, estão previstas competências exercidas por meio da Polícia Federal - PF, da Polícia Rodoviária Federal - PRF e do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, bem como as competências de seus órgãos vinculados. A FUNAI, responsável pela defesa dos direitos da população indígena e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, incumbido da defesa da ordem econômica nacional.

Para atender as competências atribuídas ao Ministério, a estrutura regimental desta Pasta, prevista atualmente no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, é a seguinte:

Sete órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública:

- Gabinete ~~~~~ GM
- Secretaria-Executiva ~~~~~ SE
- Consultoria Jurídica ~~~~~ CONJUR
- Assessoria Especial de Controle Interno ~~~~~ AECI
- Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares ~~~~~ AFEPAR
- Assessoria Especial de Assuntos Legislativos ~~~~~ AEAL
- Assessoria Especial Internacional ~~~~~ ASINT

Dez órgãos específicos singulares:

- Secretaria Nacional de Justiça ~~~~~ SENAJUS
- Secretaria Nacional do Consumidor ~~~~~ SENACON
- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos ~~~~~ SENAD
- Secretaria Nacional de Segurança Pública ~~~~~ SENASP
- Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública ~~~~~ SEGEN
- Secretaria de Operações Integradas ~~~~~ SEOPI
- Departamento Penitenciário Nacional ~~~~~ DEPEN
- Polícia Federal ~~~~~ PF
- Polícia Rodoviária Federal ~~~~~ PRF
- Arquivo Nacional ~~~~~ AN
-

Duas unidades vinculadas:

- Conselho Administrativo de Defesa Econômica ~~~~~ CADE
- Fundação Nacional do Índio ~~~~~ Funai

A estrutura do MJSP detalhada no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterada pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019, o Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020 e o Decreto nº 10.785, de 1º de setembro de 2021, está representada no organograma a seguir:

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS DIRIGENTES

Ministro da Justiça e Segurança Pública



Anderson Gustavo Torres

Órgãos de
assistência direta
e imediata ao
Ministro

SECRETARIA EXECUTIVA

Márcio Nunes Oliveira



GABINETE DO MINISTRO

Antônio Ramirez Lorenzo



CONSULTORIA JURÍDICA

Giselli dos Santos

ASSESSORIA ESPECIAL DE
ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Rodrigo Barros de Souza

ASSESSORIA ESPECIAL DE
CONTROLE INTERNO

Cláudio Antônio de Almeida Py

ASSESSORIA ESPECIAL
INTERNACIONAL

Lauro de Castro Beltrão Filho

ASSESSORIA ESPECIAL DE
ASSUNTOS FEDERATIVOS E
PARLAMENTARES

Lucas Alves de Lima B. de Goes

Órgãos específicos e singulares

SECRETARIA NACIONAL
DO CONSUMIDOR

Juliana Oliveira Domingues

DEPARTAMENTO
PENITENCIÁRIO
NACIONAL

Tânia Maria M. F. Fogaça

SECRETARIA DE GESTÃO E
ENSINO EM SEGURANÇA
PÚBLICA

Ana Cristina Melo Santiago



POLÍCIA FEDERAL

Paulo Gustavo Maiurino

POLÍCIA
RODOVIÁRIA
FEDERAL

Silvinei Vasques

SECRETARIA NACIONAL
DE JUSTIÇA

José Vicente Santini

SECRETARIA DE
OPERAÇÕES INTEGRADAS

Alfredo de Souza L. C. Carrijo

ARQUIVO
NACIONAL

Ricardo B. D'Água de A. Braga

SECRETARIA NACIONAL DE
POLÍTICAS SOBRE DROGAS
E GESTÃO DE ATIVOS

Luiz Roberto Beggiora

SECRETARIA NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Carlos Renato M. Paim

Entidades vinculadas

FUNDAÇÃO NACIONAL
DO ÍNDIO

Marcelo Augusto Xavier da Silva

CONSELHO
ADMINISTRATIVO DE
DEFESA ECONÔMICA

Alexandre Cordeiro Macedo

Órgãos Colegiados

CNCP

CONSELHO NACIONAL DE
COMBATE À PIRATARIA E
AOS DELITOS CONTRA A
PROPRIEDADE INTELECTUAL

CFDD

CONSELHO FEDERAL
GESTOR DO FUNDO DE
DEFESA DOS DIREITOS
DIFUSOS

CNPI

CONSELHO NACIONAL DE
POLÍTICA INDIGENISTA

CONAD

CONSELHO NACIONAL DE
POLÍTICAS SOBRE DROGAS

CONARQ

CONSELHO NACIONAL DE
ARQUIVOS

CNSP

CONSELHO NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA E
DEFESA SOCIAL

CNIg

CONSELHO NACIONAL DE
IMIGRAÇÃO

CGFNSP

CONSELHO GESTOR DO
FUNDO NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

CNPCP

CONSELHO NACIONAL DE
POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA

*O CADE e a FUNAI possuem relatórios de gestão próprios.

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

Trabalhar para
consolidação
do Estado
Democrático
de Direito

MISSÃO

VISÃO

QUEM
SOMOS

VALORES

Valorização do
Capital Humano
Defesa do Interesse
Público
Transparência
Sustentabilidade
Integridade
Legalidade
Resultados
Inovação
Respeito
Ética

A missão do Ministério da Justiça e Segurança Pública é trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Nessa busca, cultua internamente os princípios da administração pública para a atuação responsável e comprometida de seus colaboradores, em um esforço contínuo para ser reconhecido pela sociedade como protagonista no alcance de níveis adequados na defesa da cidadania e na proteção de direitos.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Diante da necessidade de tornar o Estado mais eficiente, nas últimas décadas tem-se intensificado o debate sobre a necessidade de melhorar a governança pública no país. Diante disso, em 2017, foi publicado o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O referido normativo define a governança pública, como um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Em atendimento às orientações do Governo Federal e visando o aprimoramento e a eficiência de seus resultados, o Ministério da Justiça e Segurança Pública implementou seu Sistema de Governança (SG-MJSP) no ano de 2019, por meio da Portaria nº 86, de 29 de janeiro de 2019, a qual foi aprimorada ao longo dos anos. Atualmente o SG-MJSP é regulamentado pela Portaria nº 86 de 23 de março de 2020, na qual são estabelecidos o modelo de tomada de decisão

sobre planejamento estratégico, as políticas públicas, a gestão de integridade, de riscos e controles, de informação, de recursos de tecnologia da informação e comunicação, de dados e sistemas de informação, de contratações, de pessoal e de transparência.

O Sistema de Governança do MJSP foi construído tendo como base os princípios, as diretrizes e os mecanismos definidos na política de governança da administração pública federal e as recomendações oriundas de manuais, guias e resoluções aprovados pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG, nos termos do inciso II do art. 9º do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.

Os elementos da governança do MJSP contemplam a gestão estratégica, administrativa, de riscos e controles internos, de integridade, de políticas públicas, de transparência, de dados e de sistema de informação. A gestão de tais elementos é realizada por instâncias de governança, representadas pelos seguintes comitês, comissões e instâncias:

- Comitê de Governança Estratégica - CGE
- Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE
- Comitê de Governança Administrativa - CGA
- Comissão Executiva do Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública - CEPI
- Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação - CGDI
- Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC
- Instâncias de Supervisão de Gestão de Riscos e Controles Internos



O que é o CGE

O Comitê de Governança Estratégica consiste na instância máxima do Sistema de Governança do Ministério, com atribuição de avaliar e aprovar as iniciativas de gestão estratégica, de gestão de riscos e controles internos, de gestão de transparência, de gestão de integridade, de gestão de políticas públicas, de gestão administrativa, de gestão de dados e sistemas de informação e de tecnologia de informação e comunicação.

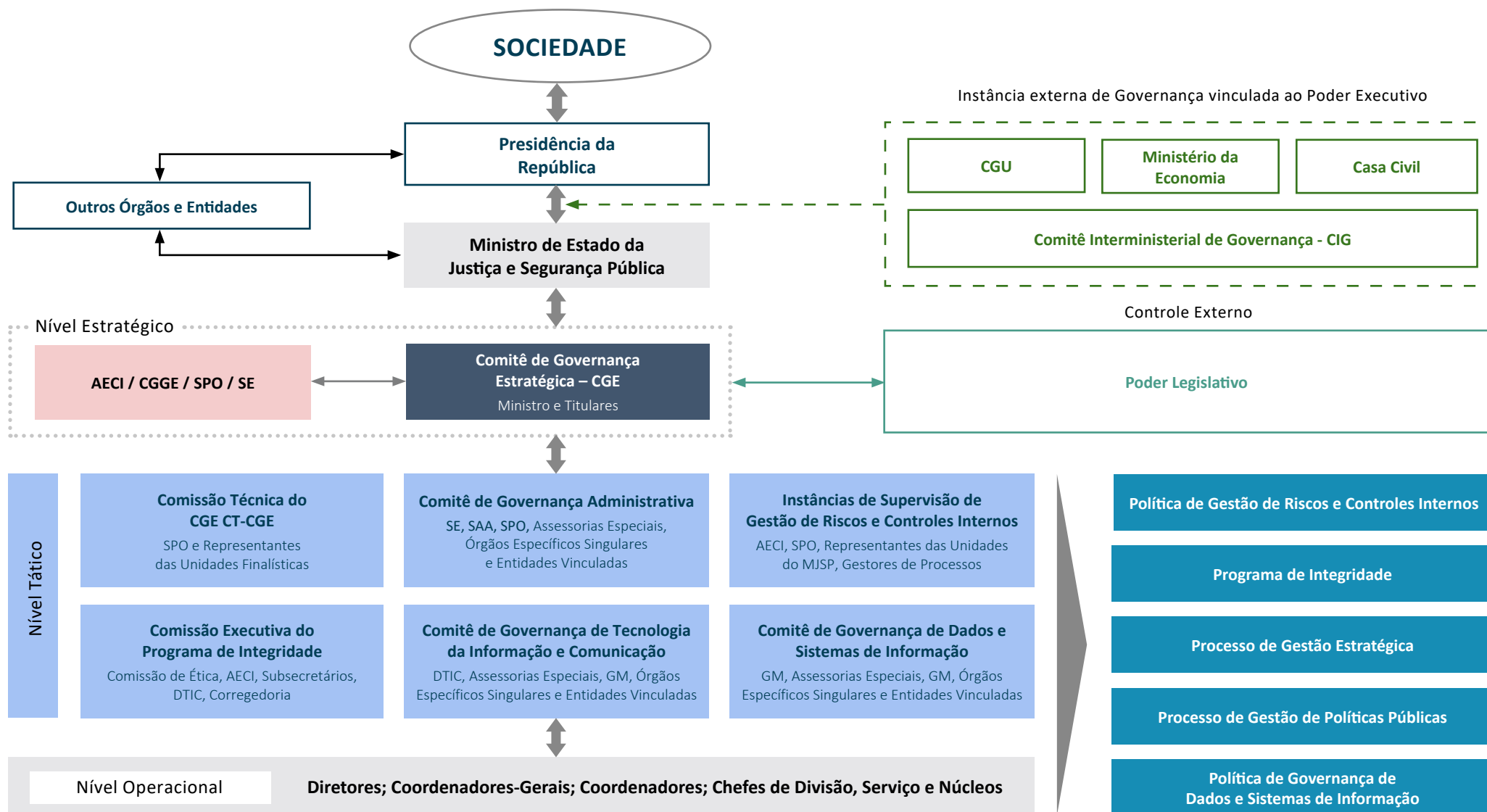


Foto: Tom Costa

Cabe ressaltar que, embora cada uma das instâncias que compõe o SG-MJSP atue em sua temática específica, as ações possuem caráter interdisciplinar, tendo como instância máxima o Comitê de Governança Estratégica tem como atribuição avaliar e aprovar as iniciativas de gestão estratégica, de gestão de riscos e controles internos, de gestão de transparência, de gestão de integridade, de gestão de políticas públicas, de gestão administrativa, de gestão de dados e sistemas de informação e de tecnologia de informação e comunicação.

Segue abaixo modelo esquemático da estrutura de governança do MJSP com seus níveis decisórios, elementos e instâncias:

MODELO DE GOVERNANÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



LEGENDA: ■ Instância Máxima de Governança Interna ■ Unidades de Assessoria Técnica ao SG-MJSP ■ Instâncias Internas de Governança

Fonte: Portaria GM/MJSP nº 86, de 23 de março de 2020.

MODELO DE NEGÓCIOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Insumos



Orçamento
R\$ 16,95 bilhões



Força de Trabalho
28.126 servidores



Custos
R\$ 10.6 bilhões
(a partir de 2021 todas as unidades do MJSP foram incluídas no modelo de pessoal)

Resultados



Acesso à justiça e proteção dos direitos do cidadão



Aperfeiçoamento da gestão do sistema prisional



Aperfeiçoamento da coordenação estratégica e da integração dos órgãos de segurança pública



Fortalecimento ao enfrentamento à criminalidade com enfoque em organizações criminosas, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira



Aprimoramento dos mecanismos de gestão e disseminação do conhecimento com foco no público externo



Ampliação da escala e da efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor



Gestão da alienação do produto de crimes



64,56%
processos de naturalização decididos



40.472
processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos



284.369
pessoas atendidas por alternativas penais diversas da prisão



91%
solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididas



244
leilões de bens oriundos de organizações criminosas



R\$ 57 milhões
de recursos destinados para medidas de combate à Covid-19 junto às comunidades indígenas



2.632 toneladas
de drogas apreendidas



282.600

vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo no âmbito das temáticas do MJSP



9.741
operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal



6.656
vagas geradas no sistema prisional



R\$ 277 milhões
investidos pelo Governo Federal para geração de vagas no sistema prisional



100%
obras audiovisuais analisadas



5.169
operações de combate à criminalidade nas rodovias federais



R\$ 10 milhões
Investidos na política habitacional dos profissionais do SUSP



1.979.923
documentos acessados do acervo do Arquivo Nacional



78%
de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br



R\$ 360 mil
Receita de gestão de ativos

Impactos

Proteção e segurança da sociedade

Prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

Acesso à informação

Defesa da Concorrência e do Consumidor

Gestão efetiva e eficiente dos recursos apreendidos do crime para financiamento de políticas públicas

Garantia de direitos do cidadão, do migrante, do refugiado e dos povos indígenas

CADEIA DE VALOR

A Cadeia de Valor, de acordo com o Guia Técnico de Gestão Estratégica (Transformagov), consiste em uma ferramenta de diagnóstico e gestão que permite representar uma organização como um conjunto de subsistemas (atividades), com entradas (insumos), processos de transformação e saídas (produtos). A forma como as atividades da cadeia de valor é organizada e executada, determina os custos e afeta os resultados da organização.

No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Cadeia de Valor é um importante instrumento, utilizado para auxiliar no gerenciamento de processos, proporcionando uma visão sistêmica da operação e dos processos e produtos entregues pelo Ministério à sociedade. Além disso, a Cadeia de Valor possui impacto relevante em diversos instrumentos de gestão utilizadas pelo órgão como: Planejamento Estratégico, Modelo de Custos, Estrutura Regimental, Planejamento Orçamentário, Políticas Públicas, Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, Gestão de Riscos, Integridade, Dimensionamento da Força de Trabalho, Mapeamento e Redesenho de processos (com ou sem automação) e Carta de Serviços.

Ressalta-se que, com a publicação do Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, que instituiu o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado – Transformagov, o Ministério assinou com a Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES/ME o Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional – PGT, visando a padronização dos conceitos e da estrutura da Cadeia de Valor, conforme metodologia do Órgão Central (ME). Nesse sentido, em 2021, o órgão realizou ações com o intuito de identificar os processos finalísticos e padronizar os processos de gerenciamento e suporte.

Ainda em 2021, o Ministério buscou manter a vinculação entre os processos da Cadeia de Valor e o Planejamento Estratégico - PE da Pasta, que culminou com a identificação dos processos estratégicos da Cadeia de Valor. Para tanto, foram realizadas atualizações pontuais em tais processos conforme alterações no PE durante os ciclos de avaliação da estratégia realizados no âmbito do Comitê de Governança Estratégica – CGE.

A identificação de processos estratégicos tem por objetivo direcionar futuras iniciativas do Ministério em ações de melhorias nos processos organizacionais, sendo a vinculação com a estratégia um dos critérios possíveis para a priorização de processos a serem objeto dessas ações. Além disso, visa atender ao disposto no Manual de Gestão de Riscos do MJSP, que estabelece a necessidade

de priorização de processos para a realização do gerenciamento de riscos.

A identificação dos processos estratégicos no âmbito do MJSP utilizou os seguintes critérios:

- Associação da finalidade dos indicadores e dos projetos estratégicos com os produtos ou serviços dos processos elencados na arquitetura de processos (trata-se de um documento que permite um maior detalhamento dos processos da Cadeia de Valor). Para os projetos estratégicos e indicadores que impactam mais de um processo, predominou o critério de maior proximidade entre esses elementos;
- O processo será considerado estratégico caso tenha pelo menos 1 (um) projeto estratégico ou 1 (um) indicador associado;
- Em relação aos processos finalísticos, o alinhamento foi realizado com projetos estratégicos e indicadores associados aos objetivos estratégicos da perspectiva de sociedade e governo e habilitadores; e
- Em relação aos processos de governança, gestão e suporte, o alinhamento foi realizado com projetos estratégicos e indicadores associados aos objetivos estratégicos da perspectiva de fundamentos.

Atualmente a Cadeia de Valor do MJSP é composta por:

8

Cadeias

- 7 Finalísticas
- 1 de Governança, Gestão e Suporte

27

Macroprocessos

- 21 Finalísticos
- 6 de Governança, Gestão e Suporte

126

Processos

- 86 Finalísticos
- 40 de Governança, Gestão e Suporte

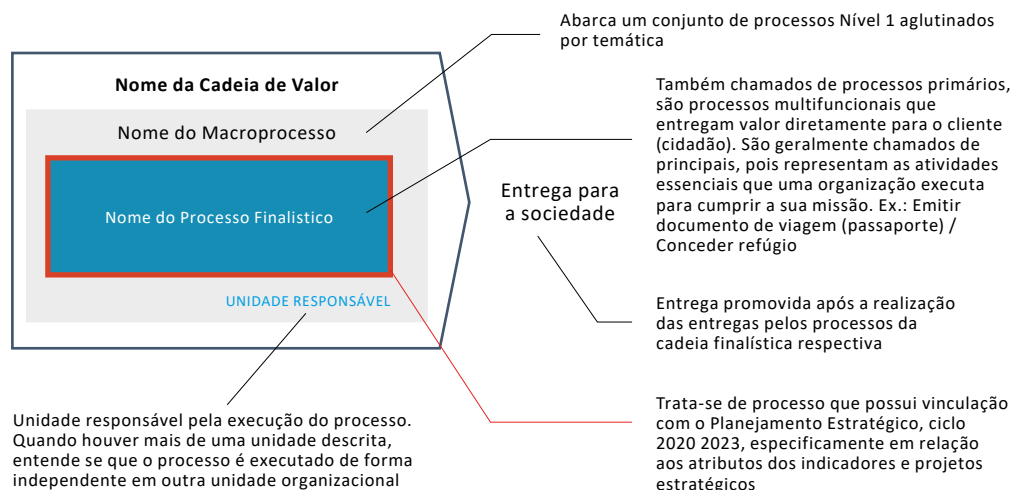
62

Processos Estratégicos

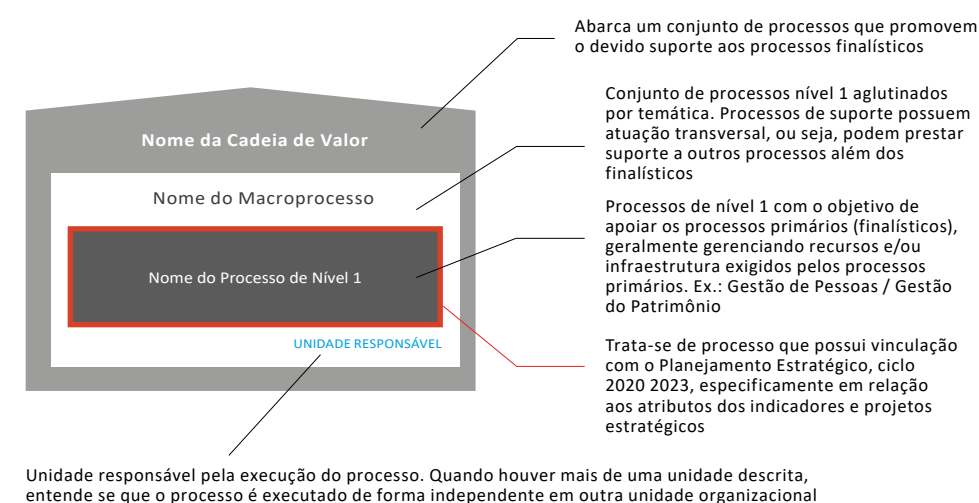
- 53 Finalísticos
- 9 de Governança, Gestão e Suporte

LEGENDA

Cadeia de Valor Finalística



Cadeia de Valor de Governança, Gestão e Suporte



As informações detalhadas da cadeia de valor, podem ser acessadas clicando [aqui](#).

PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO

Gestão da política de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

Gerir ações referentes ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, inclusive a ENCCLA

PF / SENAJUS / SENASP

Gerir a implantação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra lavagem de Dinheiro

SENAJUS

Prevenção e
Combate à
Corrupção e
à Lavagem
de Dinheiro

GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coordenação estratégica de integração, inteligência e operações em segurança pública

Gerir a integração de sistemas de dados e informações de interesse da Segurança Pública

DEPEN / PRF / PF / SEOPI / SENASP

Promover o fortalecimento de mecanismos de governança em segurança pública

SENASP / SEGEN

Fomentar a indução e a disseminação de ações de prevenção em segurança pública

SENASP

Apoiar a estruturação das instituições de segurança pública

SENASP / SEGEN

Gerir inteligência do Sistema Penitenciário

DEPEN

Gerir conhecimento e ações de inteligência em segurança pública

PRF / PF / SEOPI / SEGEN

Gerir bancos de dados biométricos afetos à segurança pública

PF / SENASP

Gerir estratégia de operações integradas de segurança pública

DEPEN / PRF / PF / SEOPI / SENASP

Gerir dados, informações e estatísticas do sistema prisional

DEPEN

Gerir estabelecimentos penais federais

DEPEN

Produzir informações integradas em segurança pública

DEPEN / PRF / PF / SEOPI / SENASP / SEGEN

Gestão do conhecimento em segurança pública e valorização de profissionais

Fomentar conhecimento de temas afetos à segurança pública

DEPEN / PRF / PF / SEOPI / SENASP / SEGEN

Fomentar a indução e a disseminação de ações de valorização de pessoal de segurança pública

SENASP / SEGEN

Promover capacitações em segurança pública

PRF / PF / SEOPI / SENASP / SEGEN

Atualizar doutrina em segurança pública e de inteligência penitenciária

DEPEN / PRF / PF / SEOPI / SENASP / SEGEN

Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública

Controlar a aquisição e a movimentação de armas de fogo de uso permitido

PF

Credenciar empresas de segurança de trânsito

PRF

Controlar a produção e a movimentação de precursores químicos

PF

Controlar a execução das atividades de segurança privada

PF

Controle migratório e polícia aeroportuária, marítima e de fronteiras

PF

Promover o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar em rodovias federais

Gestão de segurança viária

PRF

Promover a segurança e a livre circulação nas rodovias federais

Promover educação para o trânsito

Fiscalizar o trânsito em rodovias federais

Gestão de investigações e operações em segurança pública

Gerir operações da Força Nacional

SENASP

Gerir Investigações Criminais

PF

Realizar Identificação Criminal

PF

Gerir Atividades Criminalísticas

PF

Garantir segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais

PRF

Gerir operações policiais e suporte tático e técnico operacionais

PRF / PF

Realizar escolta e segurança de dignitários e autoridades

PRF / PF

Prover Proteção a Testemunhas e Réus Colaboradores

PF

Gerir operações de prevenção e repressão a crimes e ilícitos em rodovias federais e em áreas de interesse da União

PRF

Gerir ações de inteligência policial para a produção de conhecimentos no interesse da investigação criminal

PF

Proteção e
Segurança da
Sociedade

PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO

Garantia dos direitos da população prisional

DEPEN

Fomentar a aplicação de alternativas penais em substituição à prisão

Promover ações de reintegração social em estabelecimentos penais

Fortalecer a rede de controle e participação social na execução penal

Promover a valorização, a capacitação e a qualidade de vida dos trabalhadores dos serviços penais

Gerir ações de ampliação de vagas e modernização dos estabelecimentos prisionais

Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados

SENAJUS

Decidir sobre reconhecimento da condição de refugiado

Decidir sobre processos de autorização de residência laboral a imigrantes

Produzir conhecimento na temática migratória

Decidir sobre processos de expulsão

Decidir sobre concessão, perda e cancelamento de autorizações de residência

Decidir sobre processos de nacionalidade, naturalização, igualdade de direitos e apátrida

Proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas

Promover a gestão territorial e ambiental em terras indígenas

Preservar e promover os bens culturais dos povos indígenas

Promover os direitos sociais, culturais e de cidadania dos povos indígenas

Promover a demarcação e regularização fundiária de terras indígenas

Promover a proteção territorial e dos povos indígenas isolados

FUNAI

Garantia dos direitos da criança e do adolescente

Fiscalizar a adoção internacional de crianças e adolescentes

Gerir a política de classificação indicativa para obras audiovisuais

PF

SENAJUS

Enfrentamento ao tráfico de pessoas

Coordenar a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

SENAJUS

Proteção dos direitos do cidadão

Qualificar Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e Organizações Estrangeiras - OE

Articular políticas de modernização, aprimoramento e acesso ao sistema de justiça

Promover estudos e diagnósticos sobre o sistema de justiça

Disseminar conhecimento sobre métodos consensuais de solução de conflitos

SENAJUS

Gerir a Política de Prevenção e Reparação de Danos Coletivos e Difusos

CFDD

Garantia de direitos do cidadão, do migrante, do refugiado e dos povos indígenas

GESTÃO DE ATIVOS E DA POLÍTICA SOBRE DROGAS

Gestão de ativos e efetivação da arrecadação

Gerir ativos

Articular medidas para efetivar a arrecadação de recursos

SENAD

Gestão e articulação da política sobre drogas

Articular a Política sobre Drogas

Fomentar a Política sobre Drogas

SENAD

Gestão efetiva e eficiente de recursos apreendidos do crime para financiamento de políticas públicas

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR

Proteção da concorrência

Controlar concentrações de mercado

Disseminar a cultura da concorrência

Combater cartéis e abuso de posição dominante

Promover a Cooperação Governamental Internacional para o Controle de Concentrações e Combate a Condutas Anticompetitivas

Gerir ações de garantia da efetividade das decisões do CADE

CADE

Defesa do consumidor

Gerir a Política Nacional das Relações de Consumo

Coordenar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

Gerir a produção do conhecimento sobre a defesa do consumidor

Promover a defesa do consumidor junto aos órgãos federais, agências reguladoras e mercado de consumo

Fiscalizar o cumprimento das normas de defesa do consumidor e aplicar sanções em âmbito nacional

SENACON

Defesa da concorrência e do consumidor

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional

Gerir o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA

AN

Preservar o patrimônio documental nacional

AN

Gerir a Política Nacional de Arquivos

AN

Preservar o patrimônio documental e bibliográfico relativo às sociedades indígenas e à política indigenista

FUNAI

Acesso à informação

COOPERAÇÃO GOVERNAMENTAL E INTERSETORIAL

Articulação entre os poderes

Instruir e opinar sobre processos de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação para fins de interesse público

SENAJUS

Instruir e opinar sobre processos de provimento e vacância relacionados a membros do Poder Judiciário

SENAJUS

Qualificar a elaboração normativa, em articulação com atores do Poder Público e da sociedade

AEAL / DEPEND / PF / PRF / SENACON / SENAD / SENAJUS / SENASP / SEOPI / SEGEN

Analisar atos para sanção ou veto presidencial

AEAL

Articulação internacional

Conduzir negociações de acordos e consultas bilaterais e multilaterais

SENAJUS

Gerir a cooperação jurídica internacional

SENAJUS / CADE / AN / PF

Participação e suporte à tomada de decisão do Governo Federal

GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE

Gestão e controle institucional

Gerir estratégia

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEND / FUNAI

Gerir estrutura organizacional

GM / SE

Gerir informações de custos

SE / PF

Realizar atos de correição

COGER / FUNAI / DEPEND / PF / PRF

Gerir portfólio de programas e projetos

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEND / FUNAI

Prover assessoria de assuntos legislativos

AEAL

Promover a transparência, o acesso à informação e o controle social

GM / PRF / PF / DEPEND / CADE / FUNAI / AN

Gerir Políticas Públicas

SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEND / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI / SEGEN

Gerir transferências públicas

Prover consultoria jurídica

CONJUR / CADE / FUNAI / AN

Gerir ouvidoria

GM / PRF / PF / DEPEND / CADE / FUNAI

Prover assessoria internacional

ASINT

Gerir processos organizacionais

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEND / FUNAI

Gerir riscos, integridade e controle interno

AEAL / FUNAI / CADE

Prover assessoria parlamentar e federativa

AFEPAR

Gerir informação

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEND / FUNAI

Prestar contas da gestão

GM / SE / CONJUR / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEND / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI / SEGEN

Gestão orçamentária, financeira e contábil

Gerir programação financeira

Gerir orçamento

GM / SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEND / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI / SEGEN

Gerir contabilidade

SE / PF / FUNAI / DEPEND / CADE

Gerir emendas parlamentares

GM / SE / SENAJUS / SENACON / SENAD / SENASP / SEOPI / DEPEND / PRF / PF / CADE / AN / FUNAI / AFEPAR / SEGEN

Gestão de pessoas

Gerir atos de aposentadoria e pensões

Gerir saúde e segurança ocupacional

Gerir programa de estágio

Gerir despesas de pessoal

Gerir informação funcional

Gerir o desenvolvimento humano organizacional

SE / AN / CADE / PF / PRF / DEPEND / FUNAI

Comunicação

Gerir comunicação institucional

Promover a comunicação interna

Gerir relacionamento com a imprensa

GM

Gestão da logística

Gerir contratos de aquisição de bens e de serviços

SE / DEPEND / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI / SENASP / SEGEN

Gerir suprimentos

Gerir patrimônio

Gerir projetos de arquitetura e engenharia

SE / DEPEND / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI

Gerir o planejamento das contratações e a seleção de fornecedores

SE / DEPEND / PF / PRF / CADE / SENASP / AN / FUNAI / SEGEN

Governança da tecnologia da informação

Gerenciar soluções de TIC

Gerenciar serviços e suporte de TIC

Avaliar gestão de TIC

Gerenciar processos de TIC

Prover governança de TIC

SE / PF / PRF / CADE / AN / FUNAI

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

Com o intuito de atender as suas competências institucionais, as políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública guardam alinhamento com as políticas e programas do governo federal. Dentre elas destaca-se o Plano Plurianual – PPA, instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

O planejamento governamental previsto no Plano Plurianual, para o quadriênio de 2020 a 2023 foi instituído pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, e sua estrutura se desdobra em Programas (Finalísticos e de Gestão).

Os Programas Finalísticos representam o conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias, suficientes para enfrentar problema da sociedade, além de entregar os principais instrumentos para expressar e orientar as ações do governo com intenção de agregar os entes e setores, com o objetivo de oferecer bens e serviços à sociedade a partir de cortes nas políticas públicas, otimizando, assim, seus recursos, sejam eles financeiros, humanos, logísticos ou materiais. O Programa de Gestão retratará as despesas com a manutenção dos órgãos, especialmente gastos de pessoal e custeio, indispensáveis ao funcionamento administrativo.

Dentre as principais informações infralegais (gerenciais) no PPA 2020-2023, destacam-se:

Objetivo – declaração de resultado a ser alcançado que expressa, em seu conteúdo, o que deve ser feito para a transformação de determinada realidade;

Indicador – é um instrumento que permite medir o desempenho do programa no enfrentamento do problema ao longo do tempo;

Metas Anuais – quantifica e comunica a transformação da realidade almejada a cada ano;

Resultado Intermediário – é um produto (bem ou serviço) ou um resultado da ação governamental, que contribui de forma relevante para o alcance do objetivo e meta do programa. Os resultados intermediários são escolhas prioritárias do órgão para o período e devem estar compatíveis com a capacidade operacional e financeira do órgão.

Investimentos plurianuais – são investimentos prioritários que estão listados no anexo III do PPA 2020-2023. Esses investimentos foram selecionados entre as ações do tipo projeto, os quais integram programas finalísticos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto os investimentos relacionados exclusivamente às transferências da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; e

Ações não orçamentárias – são operações nas quais resultam bens ou serviços que contribuem para atender o objetivo de um programa e são financiadas por recursos que não integram a Lei Orçamentária Anual. Sempre que possível, as ações não orçamentárias estão associadas a produtos.

No âmbito do PPA 2020-2023, o MJSP está inserido em três Programas Finalísticos:

Programa

5015

Justiça

Visa propiciar os meios de ações, projetos e atividades, a garantia e a proteção social, a igualdade de oportunidades, o acesso e disponibilidade serviços de atuação do Estado, que formam a base da política de acesso à justiça, à promoção e proteção de direitos da cidadania, que possibilitarão a coesão social exigida para o desenvolvimento do País e a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Programa

5016

Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento

Tem por objetivo o enfraquecimento da criminalidade através de operações de combate ao crime organizado, com isso aumentando a percepção de segurança, a melhoria da imagem do país e das instituições e ampliação da capacidade de investimento do Estado.

Programa

0617

Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Que não será tratado neste Relatório, considerando que a FUNAI apresenta seu próprio Relatório de Gestão.



Carteira de Políticas Públicas

A Carteira de Políticas Públicas do MJSP vincula os programas finalísticos do PPA às políticas públicas do Ministério. A Carteira é aprovada no âmbito do Comitê de Governança Estratégica e o processo de gestão de públicas do MJSP é regulamentado pela Portaria MJSP nº 86, de 23 de março de 2020.



Para mais informações sobre a Carteira de Políticas Públicas, que foi revisada em 2021, acesse:

<https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/carteira>

Dessa forma, a vinculação entre as políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério, bem como com os objetivos e as metas do PPA e os objetivos propostos pela ODS podem ser compreendidos conforme quadros a seguir:

POLÍTICAS PÚBLICAS DO MJSP VINCULADAS À TEMÁTICA DO PROGRAMA 5015 - JUSTIÇA

1. Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados**2. Política de Gestão de Documentos e Arquivos da APF – PGDeArq**

Eixo - Difusão e Acesso ao Acervo Arquivístico

Eixo - Preservação do Acervo Arquivístico

Eixo - Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA)

3. Política de Defesa da Concorrência

Eixo - Promoção da Prevenção e Repressão às Infrações contra a Ordem Econômica

Eixo - Fomento e Disseminação da Cultura da Concorrência

4. Política Nacional das Relações de Consumo

Eixo - Prevenção e Redução de Conflitos

Eixo - Regulação e Fiscalização

Eixo - Prevenção e Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual

Eixo - Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – PROCONS

5. Proteção e Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos**6. Política de Gestão de Ativos Apreendidos****7. Política Nacional de Modernização, Aperfeiçoamento e democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania**

Eixo - Estratégia Nacional de Promoção de Políticas de Justiça -EJUS

Eixo - Classificação Indicativa

Eixo - Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos – ENAPRES

Eixo - Qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's e Organizações Estrangeiras - OE's

8. Política de Cooperação Jurídica Internacional**9. Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia:**

Eixo - Refúgio

Eixo - Residência

Eixo - Migração Laboral

Eixo - Retirada Compulsória

Eixo - Apatridia e Naturalização

10. Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Objetivo do PPA	Meta do PPA	Indicador do PPA	Vinculação com ODS	Resultados Intermediários	Indicador Estratégico	Meta Estratégica
1210 - Fortalecer a Promoção de Direitos e a Aplicação da Justiça.	050X - Alcançar 80% do índice de direitos promovidos aos cidadãos, de acesso ao acervo da memória nacional, da defesa do mercado concorrencial e do consumidor e da aplicação da justiça na gestão de ativos.	Índice de Direitos Promovidos.	■ ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	ARQUIVO NACIONAL Atendimento das demandas de informações sobre o acervo do arquivo nacional a partir do aperfeiçoamento e da inovação do atendimento ao usuário.	Percentual de usuários atendidos para acesso ao acervo.	100% de usuários atendidos, por ano, até 2023 Meta alcançada 2020: 100% 2021: 100%
			Não se aplica	CADE Análise de processos de atos de concentração.	Índice de análise de processos de atos de concentração	Análise de processos de atos de concentração Meta alcançada 2021: 97,4%
			Não se aplica	SENACON Análise de processos de conflitos de consumo.	Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br	70% de média resolutividade no Consumidor.gov.br, por ano, até 2023 Meta alcançada 2020: 78% 2021: 78%

■ **ODS 16** - Paz, justiça e instituições eficazes

■ **ODS 17** - Parcerias e meios de implementações

SENAD
Ampliação dos ativos destinados pela SENAD.

Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas.

55% de ativos leiloados até 2023

Meta alcançada
2020: 52,26%
2021: 46%

■ **ODS 5** - Igualdade de gênero

■ **ODS 8** - Trabalho decente e crescimento econômico

■ **ODS 10** - Redução das desigualdades

■ **ODS 16** - Paz, justiça e instituições eficazes

SENAJUS
Análise de processos de naturalização.

Processos de naturalização decididos

56,8% de processos de naturalização decididos até 2023

Meta alcançada
2020: 105%
2021: 64,56%

SENAJUS
Análise de obras para fins de classificação indicativa.

Percentual de obras analisadas para fins de classificação indicativa.

100% de obras analisadas, por ano, até 2023

Meta alcançada
2020: 100%
2021: 100%

POLÍTICAS PÚBLICAS DO MJSP VINCULADAS À TEMÁTICA DO PROGRAMA 5016 - SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO

1. Política de Fortalecimento do Sistema Penitenciário

Eixo - Modernização e Aparelhamento

Eixo - Retomada do Controle das Unidades Penais

Eixo - Penitenciárias Federais

Eixo - Controle e Participação Social na Execução Penal

2. Política de Inteligência Penitenciária

Eixo - SISDEPEN

Eixo - RENIPEN

3. Política de Promoção da Cidadania do Preso e do Egresso

Eixo - Alternativas Penais

Eixo - Atenção ao Egresso

Eixo - Saúde

Eixo - Religião

Eixo - Educação

Eixo - Trabalho

Eixo - Grupos Específicos - Mulheres e LGBT

4. Política de Obras Penitenciárias

5. Política de Prevenção e Repressão à Criminalidade

Eixo - Polícia Judiciária

Eixo - Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras

Eixo - Polícia Administrativa

Eixo - Segurança de Pessoas e Direitos Humanos

6. Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal

7. Política de Gestão em Segurança Pública

8. Política de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública

9. Política de Inteligência Policial - Alerta Brasil

10. Política de Aparelhamento e Modernização da PRF

11. Política de Policiamento e Fiscalização nas Rodovias Federais

12. Política Nacional sobre Drogas

Eixo - Redução de oferta e gestão da política

13. Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro**14. Política Nacional de Segurança Pública:**

Eixo - Enfrentamento à Criminalidade Violenta

Eixo - Promoção da Segurança e Defesa da Mulher

Eixo - Aprimoramento de Governança e Gestão das Ações de Segurança Pública e Defesa Social

Eixo - Municípios e Segurança Pública

Eixo - Valorização dos Profissionais de Segurança Pública

15. Política de Integração Operacional

Eixo - Fortalecimento das Agências de Inteligência de Segurança Pública

Eixo - Modernização e Expansão dos Centros Integrados de Comando e Controle

Eixo - Fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública no Enfrentamento aos crimes transnacionais e outros delitos conexos nas regiões de fronteira e divisas

Eixo - Operações de Combate ao crime organizado

Eixo - Combate ao Crime Organizado

16. Política de Gestão Integrada: Coordenação, Integração e Governança

Objetivo do PPA	Meta do PPA	Indicador do PPA	Vinculação com ODS	Resultados Intermediários	Indicador Estratégico	Meta
1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento	050N - Realizar 40.000 operações de combate à criminalidade durante o período do PPA.	Índice de Operações de Combate à Criminalidade.	■ ODS 4 - Educação de qualidade ■ ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	DEPEN Operações da força de cooperação penitenciária realizadas pelo DEPEN.	Quantidade de operações realizadas pela Força de cooperação penitenciária.	12 operações até 2023 Meta alcançada 2020: 3 operações 2021: 5 operações
			■ ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico ■ ODS 10 - Redução das desigualdades ■ ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis ■ ODS 15 – Vida terrestre ■ ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	PF Operações de combate à criminalidade deflagradas pela Polícia Federal.	Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal.	27.285 operações até 2023 Meta alcançada 2020: 6.885 operações 2021: 9.741 operações

			■ ODS 3 - Saúde e bem-estar ■ ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico ■ ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis ■ ODS 15 - Vida terrestre ■ ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	PRF Ampliação das operações de combate ao crime realizadas pela Polícia Rodoviária Federal.	Operações de combate à criminalidade.	12.563 operações até 2023 Meta alcançada: 2020: 3295 operações 2021: 5.169 operações
			■ ODS 5 - Igualdade de gênero ■ ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico ■ ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	SENASP Ampliação da abrangência territorial da metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta desenvolvida pela SENASP.	Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta	60 municípios até 2023 Meta alcançada: 2020: 5 operações 2021: 0 operação
			■ ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico ■ ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes	SEOPI Operações integradas planejadas e coordenadas pela SEOPI.	Operações integradas	80 operações integradas até 2023 Meta alcançada: 2020: 27 operações 2021: 37 operações



Para maiores detalhes sobre o Plano Plurianual podem ser encontrados no link:

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>

e sobre a Carteira de Políticas Públicas do MJSP acessando o link: <https://www.justica.gov.br/Acesso/governanca/carteira/capa>

AMBIENTE EXTERNO

Sendo um órgão que possui sob sua responsabilidade diferentes temáticas, o MJSP atua de forma direta ou indireta, por meio de suas políticas públicas ou de ações transversais, em várias áreas do governo. Dessa forma, sua atuação tem impacto considerável na sociedade da mesma forma que sofre importante influência das ações ocorridas no ambiente externo, seja ele nacional ou internacional.

Diante disso, faz-se essencial uma maior compreensão do contexto externo em que o órgão está inserido a fim de permitir e determinar a sua atuação positiva sobre os produtos e os serviços a serem entregues à sociedade.

No ano de 2021, o Ministério vislumbrou importantes desafios. Dentre eles podem-se citar as novas ondas da COVID-19, que impactaram di-

retamente a atuação de todos os governos no mundo todo. Nesse sentido, o órgão envidou esforços no sentido de dar continuidade às ações desenvolvidas desde o início da pandemia, dando ênfase ao planejamento, à transparência e à melhoria dos gastos dos recursos públicos. Além disso, atuou fortemente no combate aos desvios de recursos públicos destinados ao enfrentamento da pandemia, por meio de operações especiais de polícia judiciária, as quais resultaram na apreensão de bens e valores em montantes históricos, evitando o desvio de mais de 3 bilhões em recursos públicos.

Visando a valorização dos profissionais de segurança pública de todo o país, Ministério também teve importante papel na instituição do Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública, conhecido como “Habite Seguro”, por meio do qual os profissionais da área de Segurança Pública em todo o Brasil tem acesso a condições exclusivas de crédito imobiliário, subsídios e apoio do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para aquisição da casa própria.



Ainda no âmbito da pandemia, o Ministério propôs projeto de Medida Provisória nº 1036, de 17 de março de 2021, alterando a Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020, para dispor sobre medidas emergenciais visando atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura. A proposta foi convertida na Lei nº 14.186, de 15 de julho de 2021 e foi de grande importância, sobretudo, para as pequenas empresas que atuam no setor.

Cabe ressaltar que, no ano de 2021, o MJSP envidou esforços na proposição e elaboração de outras importantes normas jurídicas de grande impacto para a sociedade. Dentre elas, destaca-se o Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, que visa alterar os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com o objetivo de coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo. A proposição foi aprovada pelo Congresso Nacional e remetida à sanção presidencial em novembro de 2021.

Outro importante normativo foi o Projeto de Lei nº 1.369, de 2019, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com o objetivo principal de tipificar o crime de perseguição. A proposta foi apresentada no Senado Federal, foi posteriormente aprovada na Câmara dos Deputados, retornou ao Senado e em abril de 2021 foi sancionada pelo Presidente da República. A proposta teve por objetivo, entre outros assuntos, garantir maior segurança e tranquilidade aos cidadãos brasileiros.

Visando desburocratizar e facilitar a logística dos transportes de carga no país, foi proposta a Medida Provisória nº 1.050, de 18 de maio de 2021, para alteração na legislação de trânsito a fim de instituir novos limites de tolerância na pesagem de carga de caminhões e novos procedimentos para regularização do veículo em eventual infração. Além disso, houve a proposição da Medida Provisória nº 1.051, de 18 de maio de 2021 instituindo o Documento Eletrônico de Transporte - DT-e, exclusivamente digital. A matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados em agosto e pelo Senado Federal em setembro, sendo, posteriormente, transformada em norma jurídica.

Diante da crescente onda de violência contra a mulher que se estabeleceu, sobretudo,

no período pandêmico, o Ministério atuou na consolidação do Projeto de Lei nº 8, de 2016, que visa instituir a Política Nacional de Informações Estatísticas relacionadas à violência contra a mulher. A proposta foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República em outubro de 2021. Na mesma matéria, foi proposto o Projeto de Lei nº 598, de 2019, instituindo a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, convertida na Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021.

No âmbito da proteção dos direitos do consumidor, o MJSP propôs o Projeto de Lei nº 3.515, de 2015, para alterar as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), visando o aperfeiçoamento da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, da disciplina do crédito ao consumidor, além de dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento.

Atuação do MJSP no âmbito internacional - Os Estados precisam adotar, de forma conjunta, respostas regionais e globais eficazes para enfrentar problemas que são comuns a todos. Diante dessa realidade, o processo de integração tem se intensificado nos últimos anos, e as políticas públicas adotadas, em nível nacional,



devem estar alinhadas com diretrizes internacionais pactuadas.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) determina que a cooperação entre os povos é um dos princípios pelos quais o Brasil deve reger suas relações internacionais e, além disso, o País deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Nesse contexto, no sentido de facilitar o livre comércio entre o Brasil e o Chile, foi levado ao Congresso o Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2021, que aprova o texto do Sexagésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, que incorpora ao referido Acordo o Acordo de Livre Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, assinado em Santiago, em 21 de novembro de 2018. O referido Projeto foi convertido no Decreto Legislativo nº 33, de 13 de outubro de 2021.

Nesse sentido, também cabe destaque ao Projeto de Decreto Legislativo nº 988, de 2021 que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Moldova sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Chisinau, em 9 de dezembro de

2013. Iniciada sua tramitação na Câmara, foi promulgado pelo Senado o Decreto Legislativo nº 36, de 29 de novembro 2021. Tal feito permite maior facilitação na realização de viagens de turismo e negócios de curta duração, por exemplo, entre os países signatários.

Do mesmo modo, merece atenção o Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2021, o qual aprova o texto do Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América relacionado a Regras Comerciais e de Transparência, celebrado em Brasília e em Washington, em 19 de outubro de 2020. O texto foi aprovado pelas duas Casas Legislativas e posteriormente transformado no Decreto Legislativo nº 34, de 18 de novembro de 2021. A norma jurídica promulgada tem por objetivo viabilizar a cooperação econômica, em especial as relações comerciais, entre os Estados Unidos da América e o Brasil.

Por fim, cumpre mencionar o Projeto de Decreto Legislativo nº 568, de 2019, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Assuntos Aduaneiros, assina-

do em Brasília, em 14 de setembro de 2017. Tal Projeto foi aprovado e promulgado, a matéria foi transformada no Decreto Legislativo nº 19, de maio 12 de 2021. Entre os objetivos de tal normativo pode-se citar a cooperação entre os signatários no que se refere às chegadas e saídas de mercadorias, por seus aeroportos e fronteiras, cobrando as taxas que lhes são devidas.

Ainda no âmbito intenacional, é importante ressaltar que, em decorrência da COVID-19, as missões internacionais do Ministério e os eventos internacionais realizados no Brasil sofreram impacto considerável durante a maior parte do ano, tendo sido cancelados ou realizados de forma remota. Alguns Organismos Internacionais criaram mecanismos virtuais de acompanhamento das ações tomadas para o enfrentamento da pandemia, com o objeto de intercâmbio de boas práticas e cooperação internacional.

Assim, em 2021, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a contínua preocupação de encontrar soluções sinérgicas para lidar com fenômenos comuns, intensificou esforços para impulsar boas práticas e o desenvolvimento de mecanismos mais ágeis de cooperação internacional.

Dentre as ações realizadas pela Pasta no ano de 2021, destacam-se:

a) Presidência Pro Tempore Brasil 2021



Em 2021, o Brasil assumiu a Presidência Pro Tempore do Mercosul, ficando o Ministério da Justiça e Segurança Pública responsável por organizar, sediar e desenvolver projetos no âmbito da Justiça, Segurança Pública (Interior), bem como rodadas técnicas e reuniões ministeriais.

Nesse contexto, em parceria com os países do Mercosul, o Brasil lançou cursos em espanhol, voltados para a prevenção de crimes contra a mulher, organizados pela Secretaria de Gestão Ensino em Segurança Pública Segen/MJSP, visando a capacitação dos agentes de segurança pública de países membros do Mercosul.

Além disso, o Ministério também lançou a campanha “Mercosul Livre de Feminicídio” com o

intuito de reforçar e conscientizar sobre a importância de denunciar (tanto vítima quanto testemunhas) a violência contra a mulher.



Ainda na esfera do enfrentamento da violência contra a mulher, ressalta-se que na XLVI Reunião de Ministros do Interior e Segurança (RMIS) foram apresentados os resultados exitosos da Operação Maria da Penha, que é comandada pela Secretaria de Operações Integradas (Seopi) e, no total, prestou assistência a 127 mil mulheres.

Cumprir destacar que na RMIS foi aprovada a Declaração de Ministros do Interior e Segurança sobre Pessoas Desaparecidas no MERCOSUL.

Por fim, no âmbito da LIV Reunião de Ministros da Justiça, aprovou-se o Acordo RMJ Nº 01/21 que aborda o Projeto de Recomendação para a Adoção da Tramitação Eletrônica na Transmissão de Pedidos de Cooperação Internacional.

b) Missão Humanitária no Haiti

Em razão dos danos causados por terremoto no Haiti, no dia 14 de agosto de 2021, foi acionado o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional para prestar apoio e mitigar o caos no país. Friza-se a participação direta do MJSP na operação, pois compõe esse Grupo de Trabalho.

Diante disso, uma equipe formada por bombeiros militares da Força Nacional de Segurança Pública, bombeiros militares do DF e de MG, e representante do Ministério do Desenvolvimento Regional colaboraram com kit de medicamentos e insumos farmacêuticos emergenciais como macas, colares cervicais, biombos e outros.



c) Projeto de Tradução de Legislação

Como forma de aproximação das autoridades estrangeiras e Organismos Internacionais ao arcabouço legislativo brasileiro e a necessidade de intensificar a cooperação jurídica internacional, permitindo o acesso e a validação de compromissos internacionais, esta Pasta entende ser de grande importância a compilação, tradução e disponibilização no site do MJSP da legislação brasileira relacionada à área de Justiça e Segurança Pública, para o Inglês e espanhol.

Nesse ínterim, o MJSP solicitou que suas unidades finalísticas e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI encaminhassem as legislações relacionadas às suas áreas e após isso, enviou todas as 46 leis para que uma empresa especializada fizesse as traduções para os idiomas inglês e espanhol.



Ao fim, o projeto resultou em **41 legislações em inglês** e **46 legislações em espanhol** e todas as leis foram publicadas com êxito na página do MJSP. Acesse: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/atuacao-internacional/legislacao-traduzida/legislacao-traduzida>



d) Dívidas junto a Organismos Internacionais

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio de suas unidades, emvidou esforços a fim de obter o levantamento das dívidas desta Pasta junto a Organismos Internacionais e averiguar, assim, métodos e possibilidades de regularizá-las, de acordo com a prioridade identificada.

Dentre as atividades realizadas no projeto, é importante mencionar o pagamento da dívida do Brasil frente à Conferência dos Ministros de Justiça Ibero-americanos, o qual possibilitará ao MJSP assinar acordos negociados no âmbito da Conferência, como foi o caso do Tratado de Medellín, que prevê a tramitação eletrônica de pedidos de cooperação jurídica.

e) Repositório de Atos Internacionais Assinados

O Ministério traçou como planejamento a criação de um repositório de atos internacionais assinados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, ou representantes, para fins de organizar, padronizar, possibilitar consultas temáticas, permitir acompanhamento, além de torná-los públicos.

Ademais, o repositório localiza-se na Biblioteca Digital do MSP e, atualmente, são depositados nessa plataforma os Atos Interinstitucionais Internacionais celebrados pelos órgãos e entidades vinculadas ao MJSP, nos últimos 10 anos.

f) Eventos Internacionais

Com o objetivo de divulgar boas práticas nacionais à comunidade internacional, a ASINT promoveu 02 eventos paralelos em diversos foros internacionais, que contaram com a participação das unidades técnicas da pasta, conforme segue:

Side Event

"Counter Terrorism in Major Sporting Events"

O evento foi realizado em 12 de março de 2021, durante o 14º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (*Crime Congress*), em parceria com a Polícia Federal. O evento é o maior e mais diversificado encontro mundial desse tema e conta com a participação de representantes do governo, profissionais da área de justiça criminal, acadêmicos, organizações intergovernamentais e sociedade civil.

No âmbito da cooperação internacional e assistência técnica na prevenção e abordagem de crimes, foi abordada a facilitação de práticas de extradição e a assistência mútua por meio de acordos, o bloqueio no acesso dos criminosos aos produtos do crime, o uso de abordagens alternativas de soluções não-judiciais em casos de corrupção, a recuperação de ativos, entre outros.

Destaca-se que a meta do Brasil ao participar do evento é reduzir as formas de violência e as taxas de mortalidade no país e fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional.

Side Event

"Worldwide Integrated Law Enforcement Operation in Cyberspace"

O evento ocorreu em 18 de maio de 2021, durante a 30ª Sessão Comissão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal (CCPCJ) das Nações Unidas, em parceria com a Secretaria de Operações Integradas.

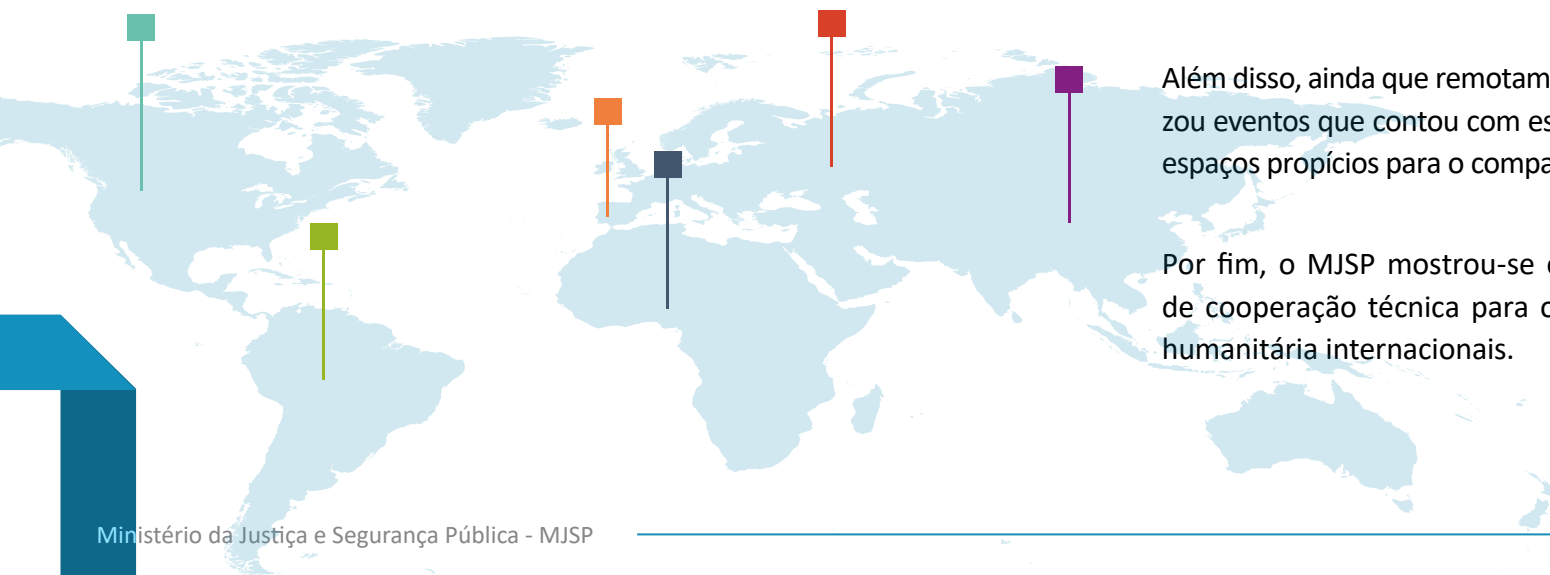
Nesse sentido, fizeram parte dos quatro painéis que foram ministrados pela Pasta: as políticas desenvolvidas no Brasil para a redução da reincidência criminal de presos, as operações de combate à pirataria, à pedofilia, ao tráfico humano e as ações de educação na justiça.

A iniciativa é parte de um dos projetos prioritários do MJSP, que visa a promoção de debates sobre boas práticas desenvolvidas pela Pasta em diversos foros internacionais.

Dessa forma, pode-se apesar das dificuldades enfrentadas durante o ano de 2021, o órgão desempenhou uma atuação internacional ativa através do trabalho contínuo de adesão do Brasil a Convenções Multilaterais e a negociação de acordos e memorandos interinstitucionais bilaterais nas diversas áreas de sua competência.

Além disso, ainda que remotamente, participou de foros internacionais e organizou eventos que contou com especialistas estrangeiros, ciente de que esses são espaços propícios para o compartilhamento de boas práticas internacionais.

Por fim, o MJSP mostrou-se estar continuamente engajado nas atividades de cooperação técnica para o desenvolvimento e nas ações de assistência humanitária internacionais.



Considerando que compreender o ambiente externo é parte salutar para nortear as ações do Ministério no alcance de seus objetivos, identifica-se no âmbito do Ministério, as principais oportunidades e ameaças do Órgão:

OPORTUNIDADES

Padronização de equipamentos na temática de segurança pública



Alta demanda da sociedade por melhoria da segurança pública

Aumento de cooperação entre países



Ambiente favorável ao combate à corrupção e à criminalidade

Projeção e relevância dos temas do Ministério para a sociedade e para órgãos das esferas governamentais



Maior articulação com parceiros nos cenários nacional e internacional

Fortalecimento de sistemas de inteligência



Ações estratégicas de segurança pública do Governo Federal no âmbito nacional e internacional

AMEAÇAS



Crescente sofisticação das práticas criminosas

Ataques de facções criminosas a servidores das forças de segurança pública



Disparidade da infraestrutura de tecnologia, de comunicação e de logística de parceiros do Ministério

Elevado impacto social e econômico da criminalidade organizada e violenta



Fluxo migratório de grupos vulneráveis

Percepção negativa da sociedade em relação às polícias, ao Sistema de Justiça e ao serviço público



Mudanças legislativas que impactam negativamente a gestão de políticas públicas

Disparidades de infraestrutura de órgãos de segurança pública no país

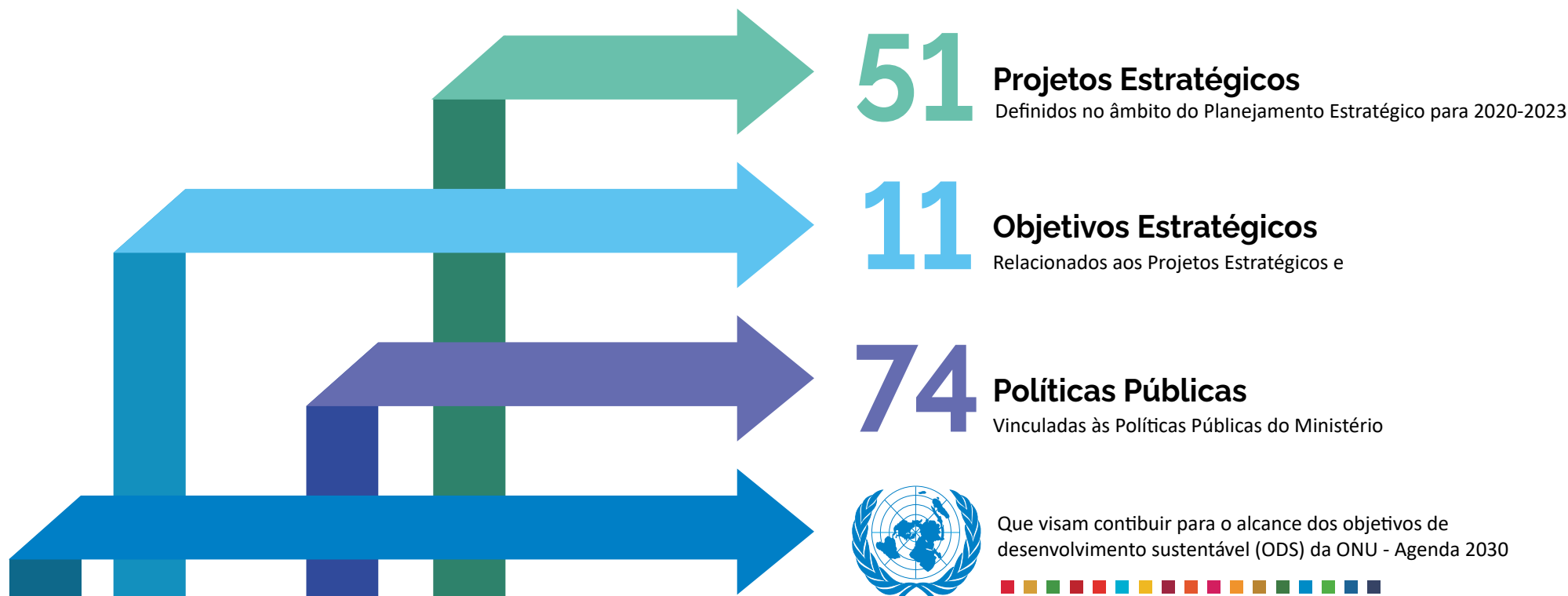


Destarte, é importante mencionar que, apesar das dificuldades enfrentadas durante o ano de 2021, o Ministério teve uma atuação internacional ativa por meio do trabalho contínuo de adesão do Brasil às Convenções Multilaterais e das negociações de acordos e memorandos interinstitucionais bilaterais, além da participação ativa na aprovação de leis de importância nacional nas diversas áreas de sua competência. Ademais, a Pasta mostrou-se estar continuamente engajada nas atividades de cooperação técnica para o desenvolvimento e nas ações de assistência humanitária internacionais, a exemplo da atuação no Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperação Humanitária Internacional no Haiti.

MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Os temas relacionados à materialidade das informações são gerados a partir do processo de identificação, avaliação e priorização dos temas importantes que podem impactar na geração de valor do Ministério a curto, a médio e a longo prazo. Em 2021, definiu-se a materialidade a partir de critérios que demonstram a importância institucional do órgão e as entregas de valor à sociedade.

Tendo por premissa os temas materiais dos anos anteriores, foram elaborados 51 projetos estratégicos, definidos no âmbito do Planejamento Estratégico para 2020-2023, relacionados aos 11 objetivos estratégicos e vinculados às 74 Políticas Públicas do Ministério e que visam contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).



TEMAS MATERIAIS

Projetos Priorizados

✓ Instituição do modelo de gestão de processos do Ministério da Justiça e Segurança Pública	✓ Aprimoramento do monitoramento das visitas no Sistema Penitenciário Federal	✓ Em Frente Brasil
✓ Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB	✓ Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br com foco na desjudicialização	✓ ePol - Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária
✓ Ampliação e disseminação da ferramenta Cérebro no combate a crimes contra concorrência em licitações	✓ Centro de Excelência sobre Redução da Oferta de Drogas - CdE	✓ Expansão de Centros Integrados de Comando e Controle
✓ Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA	✓ ComprasSUSP - Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública	✓ Fomento à criação e à estruturação de unidades de combate à corrupção nas polícias civis
✓ Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos	✓ Videoconferência para audiências judiciais no sistema prisional	✓ Fomento ao trabalho remunerado no sistema prisional
✓ Rede de proteção territorial e ambiental de terras indígenas com a utilização do Centro de Monitoramento Remoto - CMR-FUNAI	✓ BRASIL PÁTRIA DIGITAL - Perícias Avançadas em Tecnologias, Rastreamento e Inteligência Artificial de Evidências Digitais	✓ Desenvolvimento de projetos padronizados para unidades penais, desenvolvimento e implementação do <i>Building Information Modeling</i> - BIM

✓	Segurança da informação e privacidade	✓	Disponibilização do sistema Recall.gov.br	✓	Programa VIGIA
✓	Revisão e padronização dos processos relativos a contratações públicas	✓	Alienação de ativos em todo o Brasil - Edição 2021	✓	Fortalecimento do Arquivo Nacional digital
✓	Implantação do processo de gestão de riscos no Ministério da Justiça e Segurança Pública	✓	Implantação do Programa de Integridade no Ministério da Justiça e Segurança Pública	✓	Fortalecimento do Fundo de Defesa de Direitos Difusos junto à sociedade
✓	Gestão por competências	✓	Banco Nacional Multibiométrico e Rede Integrada de Bancos Multibiométricos - ABIS Nacional	✓	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN
✓	Brasil MAIS	✓	Pró-Segurança	✓	Prometheus
✓	Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB	✓	Alerta Brasil 3.0	✓	Sistema Inteligente de Consciência Situacional
✓	Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado – SISCONARE	✓	Observatório de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública – OBJUS	✓	Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública
✓	Laboratório Nacional de Isótopos Forenses - LANIF	✓	Rede Nacional de Inteligência Penitenciária - RENIPEN	✓	Rede de Centros Integrados de Inteligência
✓	Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos	✓	Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito	✓	Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO
✓	Modernização e ampliação do escopo da Escola Nacional de Mediação e Conciliação - ENAM, para transformar-se na Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos – ENAPRES	✓	Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública - Pró-Vida	✓	Maximização da geração de vagas em unidades prisionais



Ministério da Justiça
e Segurança Pública

GOVERNANÇA, **ESTRATÉGIA** E **ALOCÇÃO DE RECURSOS**

GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA DOMJSP

O MJSP elaborou o Planejamento Estratégico 2020-2023, por meio de um trabalho conjunto com suas unidades, buscando aprimorar cada vez mais seus mecanismos de governança e alcançar resultados mais efetivos para a sociedade, sendo aprovado por meio da Portaria nº 895, de 19 de dezembro de 2019.

O processo de elaboração do planejamento estratégico do MJSP se deu a partir das orientações previstas na Portaria nº 86, de 23 de março de 2020, que define o Sistema de Governança do Ministério.

Cabe ressaltar que o Planejamento Estratégico 2020-2023 foi validado pela alta administração, mediante o cumprimento das seguintes etapas: análise ambiental e desdobramento da estratégia, que resultou na elaboração do mapa, dos indicadores, das metas e dos projetos estratégicos.

Diagnóstico e Diretrizes Estratégicas

A análise dos ambientes interno e externo é considerada parte integrante da elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023, de modo a reconhecer eventuais mudanças de cenários. Para tanto, o MJSP fez uso de ferramentas para melhor enquadramento contextual de sua atuação, sendo elas:

(i) **Cadeia de Valor**, revista com a atualização de processos finalísticos e de suporte sob responsabilidade da Pasta; e

(ii) **Análise SWOT** (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threatens* – forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), representando os fatores internos e externos à organização que impactam significativamente nas atividades e na entrega de valor aos seus clientes. Tal ferramenta avalia variáveis internas, identificando forças e vulnerabilidades.

A partir da identificação dos fatores internos e externos identificados na análise SWOT, o Ministério definiu as diretrizes estratégicas que consistem em temas orientadores para a realização da estratégia, exercendo o papel de direcionamento na elaboração dos objetivos, dos indicadores, e respectivas metas, e dos projetos estratégicos.

De acordo com as orientações estabelecidas nos incisos I e II do art. 1º do Anexo I da Portaria nº 86, de 23 de março de 2020, cabe ao Comitê de Governança Estratégica – CGE a definição das diretrizes estratégicas do Ministério e a promoção do alinhamento e da convergência de seu planejamento com as diretrizes estratégicas.

As diretrizes estratégicas definidas para o Planejamento Estratégico 2020-2023 são as seguintes:

- I fortalecimento da segurança pública, intensificando o combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento, com enfoque na integração de políticas públicas entre os entes federados e no controle de fronteiras, a fim de promover o desestímulo da prática criminosa;
- II incentivo à utilização de ferramentas e práticas de gerenciamento, análise e compartilhamento de grandes volumes de dados, visando maior confiabilidade na tomada de decisão;
- III otimização da gestão de bens apreendidos oriundos do crime, com foco na alienação;

- IV aprimoramento da gestão prisional, com ênfase na ampliação do número de vagas em unidades prisionais por meio de construções, reformas e incentivo às penas alternativas, bem como ações cooperadas com as unidades federativas para o aperfeiçoamento do controle das unidades prisionais, por meio de inteligência, operações e assistências;
- V fortalecimento da capacidade de gestão do Ministério, por intermédio da melhoria dos processos organizacionais e riscos envolvidos, visando alcançar os objetivos institucionais e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão;
- VI aperfeiçoamento de práticas de gestão de pessoas, do conhecimento e de competências, com incentivo ao desenvolvimento e à valorização de talentos, em prol da qualificação pessoal, profissional e organizacional;
- VII otimização da integração e da convergência de esforços entre as unidades do Ministério; e
- VIII aperfeiçoamento da comunicação interna e externa, com o fortalecimento da transparência.

Com o intuito de possibilitar o cumprimento da sua missão o MJSP definiu como sua visão de futuro, “Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento”.

O Ministério também instituiu valores para o órgão, considerando serem estes, ferramentas indispensáveis para o funcionamento da instituição. Segundo o professor Maximiliano (2017), valores estão na base das normas de conduta, estabelecendo padrões morais que influenciam os inúmeros aspectos do comportamento das pessoas, além de serem os atributos que estruturam a cultura organizacional e as suas práticas.

De acordo com o Guia da Política de Governança Pública (2018) do Governo Federal, para fortalecer a confiança nas instituições, um dos pontos essenciais é a autoridade gerada pelo compartilhamento de um conjunto de valores e costumes que coadunam com as convicções dominantes na sociedade.



Assim, alinhado à missão e à visão, estabelecer os valores institucionais é fundamental para deixar claro para os públicos interno e externo em quais padrões de conduta os integrantes da instituição devem se pautar. Foram escolhidos, portanto, pelos servidores e pela alta administração, os valores listados a seguir:

- **Integridade**

Estimulamos o comportamento honesto e incorruptível, isto é, faça a coisa certa, do jeito certo, pelos motivos certos, sempre, mesmo que ninguém esteja observando.

- **Sustentabilidade**

Utilizamos apenas o necessário, com respeito ao limite dos recursos, pois o desperdício compromete o atendimento das necessidades futuras.

- **Defesa do interesse público**

O nosso trabalho está centrado no princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

- **Legalidade**

A nossa obediência é somente às leis e às normas.

- **Resultados**

O foco do nosso processo de trabalho está nos resultados, sempre com objetivo de gerar entregas satisfatórias à sociedade.

- **Valorização do capital humano**

Buscamos proporcionar satisfação e entusiasmo aos nossos dirigentes, servidores, estagiários e colaboradores e estimulamos o seu crescimento profissional. O maior patrimônio de uma instituição está relacionado ao corpo funcional.

- **Inovação**

Buscamos soluções inovadoras para o aperfeiçoamento contínuo.

- **Transparência**

Em nossos atos, a transparência é a regra e o sigilo a exceção.

- **Ética**

Orientamos nossas ações de acordo com padrões éticos, que devem servir de critério nas tomadas de decisões.

- **Respeito**

Prezamos pelo comportamento respeitoso, em qualquer situação, com o patrimônio público, com os princípios da administração pública e entre quaisquer pessoas, independente de posição hierárquica, raça, gênero, idade ou orientação sexual.

MAPA ESTRATÉGICO

Com o propósito de assegurar à população a preservação de seus direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, o MJSP definiu como sua missão institucional “Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito”, por meio da elaboração e execução de políticas públicas voltadas à segurança pública, ao acesso à justiça e à promoção e à proteção de direitos. Dentre as suas diversas temáticas, o órgão empreende esforços no enfrentamento à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, à criminalidade violenta e ao financiamento ao terrorismo. Além disso, atua na defesa da concorrência e do consumidor, no aprimoramento da gestão do sistema prisional, na garantia de direitos dos cidadãos, dos migrantes, dos refugiados, dos povos indígenas e da população prisional, bem como na preservação da memória arquivística nacional e na gestão e alienação do produto de crimes.



Assim, o MJSP desdobrou sua estratégia em objetivos estratégicos, os quais estão relacionados a indicadores e a projetos estratégicos, disponíveis em <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/planejamento-estrategico-2020-2023>.

MAPA ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

MISSÃO

Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.

VALORES

Integridade | Ética | Interesse Público | Respeito
Legalidade | Resultados | Capital Humano
Inovação | Transparência | Sustentabilidade

SOCIEDADE E GOVERNO

Fortalecer o enfrentamento à criminalidade com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira

Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão

HABILITADORES

Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública

Promover a gestão e a alienação do produto de crimes

Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional

Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor

Gerir políticas referentes aos povos indígenas

Aprimorar mecanismos de gestão e de disseminação do conhecimento com foco no público externo

FUNDAMENTOS

Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores

Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional

Fortalecer e ampliar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

O Mapa Estratégico do MJSP foi elaborado a partir da metodologia Balance Scorecard - BSC, que consiste na representação visual da estratégia do MJSP a partir da combinação e da integração de 11 objetivos, divididos nas três perspectivas: Sociedade e Governo, Habilitadores e Fundamentos.

Com o intuito de direcionar os esforços para o alcance dos objetivos estratégicos, são estabelecidos indicadores, e suas respectivas metas, a fim de mensurar o progresso do órgão e de identificar pontos de destaque e de melhorias. Além dos 51 indicadores estratégicos, 51 projetos estratégicos compõem a carteira de projetos do órgão, de modo a refletir as principais entregas e indicar o grau de êxito na consecução das iniciativas voltadas à transformação exigida por aqueles objetivos.

No âmbito da gestão dos projetos, o Ministério utiliza a metodologia do *Project Management Institute* – PMI, adaptada à sua realidade, no processo de definição, monitoramento e controle da sua carteira estratégica.

Cabe ressaltar que o Ministério também conta um Sistema de Governança, que foi instituído por meio da Portaria nº 86, de 23 de março de 2020, com o objetivo organizar o processo decisório quanto à gestão estratégica, gestão de riscos e controles internos, integridade, gestão de políticas públicas, transparência e gestão administrativa, além de ser considerado um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

No Sistema de Governança do MJSP, o Comitê de Governança Estratégica – CGE é a sua instância máxima, sendo responsável pela avaliação e aprovação das iniciativas e ações estratégicas do órgão.



De acordo com o art. 3º do Anexo X da Portaria nº 86/2020, os resultados serão avaliados e monitorados periodicamente, no âmbito do CGE, com periodicidade preferencialmente mensal. Esse rito foi estabelecido de modo a integrar as rotinas de gestão das principais entregas das políticas prestadas pelo Ministério, acompanhando a evolução do planejamento estratégico, sendo composto pelos seguintes eventos:

a) Reunião Mensal de Monitoramento: oportunidade de titulares ou seus representantes apresentarem os resultados dos indicadores e dos projetos estratégicos afetos a suas unidades. Na ocasião, são discutidos os aspectos de desempenho não esperados e as linhas de tendência, bem como realizadas as considerações gerenciais decorrentes do contexto retratado. Nesse sentido, a reunião mensal permite que os titulares das diferentes áreas tenham contato com os temas e desafios estratégicos do órgão, de modo a identificar e tratar tópicos, riscos e desafios transversais, que ensejem soluções integradas e sinérgicas.

b) Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE: realizada quadrimestralmente, tem como foco refletir sobre os grandes resultados da estratégia e a identificação das oportunidades de ajustes em função das variáveis ambientais. Dessa forma, o processo pode ser visualizado por meio de um conjunto de eventos ou reuniões sistemáticas, que permitem o compartilhamento de informações e a interação entre os seus participantes.

Os ciclos de monitoramento foram realizados conforme o previsto para o ano de 2021, com a realização das revisões do planejamento estratégico, por meio das Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE nos meses de fevereiro, junho de outubro de 2021, sendo validadas pelo Comitê de Governança Estratégica – CGE. As reuniões seguiram de forma contínua e recorrente até novembro, quando foi realizada a última reunião do ano de 2021.

Sendo assim, os indicadores estratégicos foram coletados pelas unidades de acordo com a periodicidade, demonstrando o nível de atingimento das respectivas metas de seus objetivos estratégicos. Em relação aos projetos estratégicos, as unidades informaram a situação do andamento de suas atividades, tendo como foco a relação entre o planejado e o executado durante o período.

Além da gestão estratégica, o MJSP conta ainda com instâncias em seu sistema de governança que apoiam a gestão de riscos e controles internos, integridade, gestão de políticas públicas, informação, recursos de tecnologia da informação e comunicação, dados e sistemas de informação, transparência e gestão administrativa.

Nesse sentido, a Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE auxilia na implementação das recomendações do Comitê Interministerial de Governança – CIG, contribuindo para a adoção de princípios e diretrizes de governança pública, especialmente relacionados à proposição

de carteira de políticas públicas e programas do Ministério, e decorrentes atualizações. Frise-se que as políticas públicas estão alinhadas aos indicadores, e suas respectivas metas, e à carteira de projetos estratégicos.

Menciona-se ainda a relevância das Instâncias de Supervisão de Gestão de Riscos e Controles Internos, as quais apoiam e dão suporte aos diversos níveis hierárquicos do Ministério na integração das atividades de gestão de riscos e controles internos aos processos e às atividades organizacionais. A metodologia de gestão de riscos e controles internos está alinhada à gestão estratégica na medida em que orienta a sua implementação nos processos de trabalho considerados estratégicos, priorizados a partir do alinhamento da cadeia de valor ao planejamento estratégico. Assim, espera-se assegurar o alcance dos objetivos estratégicos, subsidiando a tomada de decisão, contribuindo para o aprimoramento dos processos e mitigando a ocorrência de possíveis desvios, a partir do gerenciamento de riscos e controles internos.

PRINCIPAIS AÇÕES DE SUPERVISÃO, DE CONTROLE E DE CORREIÇÃO ADOTADAS PARA GARANTIA DA LEGALIDADE, LEGITIMIDADE, ECONOMICIDADE E TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS

Controle Interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade (COSO, 2013). As atividades de controle são as políticas e os procedimentos que contribuem para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas. Essas atividades ocorrem em toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções, pois compreendem uma série de atividades – tão diversas, como aprovação, autorização, verificação, reconciliação e revisão do desempenho operacional, da segurança dos bens e da segregação de responsabilidades.

Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal devem atuar de forma regular e alinhada ao interesse público, para tanto, devem exercer o controle permanente sobre seus próprios atos, considerando o princípio da autotutela.

Assim, é responsabilidade da alta administração das organizações públicas, sem prejuízo das responsabilidades dos gestores dos processos organizacionais e das políticas públicas nos seus respectivos âmbitos de atuação, o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão.

O controle Interno da Gestão é aquele exercido pelo gestor público, como ministros, secretários, servidores e funcionários públicos. Ele é mais efetivo quando atrelado à gestão de risco das organizações, auxiliando a administração a alcançar seus objetivos estratégicos.

Cabe destacar que a estrutura de controles internos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal contemplam **três linhas** de defesa da gestão:



Fonte: Diagrama constante da Declaração de Posicionamento do Institute of Internal (IIA). As três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles (janeiro de 2013)

Primeira linha de defesa

A primeira linha de defesa é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização. Nessa linha de defesa estão contemplados os controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio. De forma a assegurar sua adequação e eficácia, os controles internos devem ser integrados ao processo de gestão, dimensionados e desenvolvidos na proporção requerida pelos riscos, de acordo com a natureza, a complexidade, a estrutura e a missão da organização.

Segunda linha de defesa

A segunda linha de defesa objetiva assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada. Assim, as instâncias da segunda linha de defesa, situadas ao nível da gestão, são destinadas a apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e de monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha de defesa, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento. Cabe ressaltar, que os Assessores e Assessorias Especiais de Controle Interno (AECI) nos Ministérios integram a segunda linha de defesa e podem ter sua atuação complementada por outras estruturas específicas definidas pela pasta ao qual faz parte.

Terceira linha de defesa

Já a terceira linha de defesa é representada pela atividade de auditoria interna governamental, que presta serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade. A atividade de auditoria interna governamental deve ser desempenhada com o propósito de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação das organizações que as gerenciam. Os destinatários dos serviços de avaliação e de consultoria prestados pelas UAIG são a alta administração, os gestores das organizações e entidades públicas federais e a sociedade. No âmbito da terceira linha de defesa, a SFC, as Ciset e as unidades setoriais exercem a função de auditoria interna governamental de forma concorrente e integrada com as Audin, onde existirem.

Assessoria Especial de Controle Interno do MJSP

No sentido de contribuir para o atingimento dos resultados dos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e de suas entidades vinculadas, as iniciativas conduzidas pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) são voltadas à adoção de práticas e estratégias de melhoria dos processos gerenciais.

Recomendações do Controle Interno - Controladoria-Geral da União

A Controladoria-Geral da União, órgão constitucional de Controle Interno do Poder Executivo Federal, audita e fiscaliza o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em relação a esta atividade, o Ministro do MJSP vem exercendo o seu papel de supervisor ministerial, com o apoio desta Assessoria Especial de Controle Interno, conforme Incisos I, III e IX do Art. 3º do Anexo I ao Decreto nº 9.662/2019, haja vista que a AECI coordena o processo de monitoramento do pleno atendimento às recomendações da Controladoria-Geral da União, evitando assim que haja atraso na resposta à CGU.

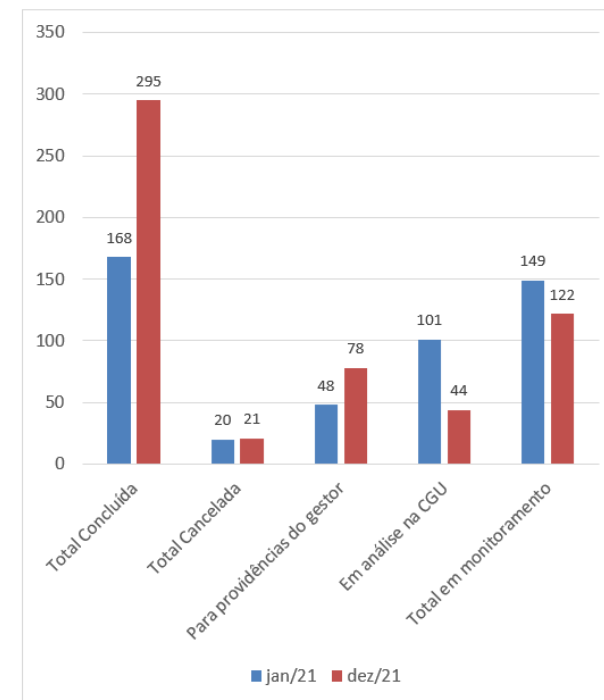
Para subsidiar o processo de supervisão ministerial, o Ministro do MJSP instituiu o Comitê de Controle Interno Administrativo, pela Portaria GM n.º 96/2019, “com a finalidade de manter permanente acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, de que trata o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000”. O CCIA tem ainda como finalidade melhoria dos controles internos administrativos do MJSP.

A partir da anuência e determinação do Ministro do MJSP, são realizadas reuniões sistemáticas no decorrer do exercício, junto a todas Unidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em que são informadas e solicitadas providências de saneamento das recomendações da CGU e novas inserções efetuadas.

Para controle de suas recomendações, que envia para os órgãos, de modo eletrônico, a CGU criou o Sistema e-AUD, em que insere todas as recomendações, que são distribuídas para as unidades do MJSP providenciarem as devidas correções/justificativas. Em 2021 a situação das recomendações inseridas no e-AUD, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, é a seguinte:

Recomendações da Controladoria-Geral da União no MJSP

Unidade Gestora	Total Concluída		Total Cancelada		Total para providência do gestor		Em análise na CGU		Total em Monitoramento		Data da última verificação
	Posição jan/2021	Posição dez/2021	Posição jan/2021	Posição dez/2021	Posição jan/2021	Posição dez/2021	Posição jan/2021	Posição dez/2021	Posição jan/2021	Posição dez/2021	
MJSP	0	0	0	0	0	0	0	12	0	12	27/12/2021
FUNAI	114	142	12	11	11	14	8	1	19	15	27/12/2021
PRF	18	56	2	4	5	1	34	21	39	22	27/12/2021
PF	16	44	6	6	3	18	35	4	38	22	27/12/2021
AN	2	14	0	0	8	3	0	1	8	4	27/12/2021
CADE	0	1	0	0	0	6	12	5	12	11	27/12/2021
DEPEN	8	17	0	0	7	13	9	0	16	13	27/12/2021
SE	2	3	0	0	0	1	0	0	0	1	27/12/2021
SENASP	8	12	0	0	12	18	0	0	12	18	27/12/2021
SEGEN	0	0	0	0	0	4	3	0	3	4	27/12/2021
SENAJUS	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	27/12/2021
SENAD	0	2	0	0	2	0	0	0	2	0	27/12/2021
SENACON	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27/12/2021
SEOPJ	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	27/12/2021
	168	295	20	21	48	78	101	44	149	122	



Fonte: Sistema e-AUD

Ressalta-se que as recomendações em monitoramento, que no início do ano eram de 149 recomendações, diminuíram para 122 no final do exercício de 2021, portanto, houve uma redução de 27 recomendações nesta situação, o que irá possibilitar uma melhor gestão para o exercício de 2022.

Periodicamente esta AECI monitora o atendimento às recomendações da CGU, inclusive a AECI coordena ainda o Comitê de Controle Interno Administrativo, com reuniões trimestrais, em que são informados às unidades do MJSP o atendimento às recomendações da CGU e novas inserções efetuadas.

Ao lado, apresento planilha contendo a relação dos Relatórios de Auditoria da CGU, publicadas em 2021 em seu site, esclarecendo que os respectivos relatórios encontram-se disponíveis na parte de cima desse informe:

RELATÓRIOS DE AUDITORIA CGU/2021		
RELATÓRIOS	UNIDADE AUDITADA	DATA DE PUBLICAÇÃO
Relatório de Avaliação nº 896135	SPRF-RJ	11.01.2021
Relatório de Avaliação nº 906452	SR-PF-RJ	15.01.2021
Relatório de Avaliação nº 894915	SRPF-RJ	18.01.2021
Relatório de Avaliação nº 902707	SR-PF-RJ	02.02.2021
Relatório de Avaliação nº 855244	SPRF-RJ	08.02.2021
Relatório de Avaliação nº 876579	SR-PF-RJ	08.02.2021
Relatório de Avaliação do Projeto "Em Frente Brasil" nº 829819	SENASP	19.02.2021
Relatório de Avaliação nº 201503119	SPRF-SC	19.02.2021
Relatório de Avaliação nº 874422	PRF	03.03.2021
Relatório de Avaliação nº 201900907	SR-PF-ES	19.03.2021
Relatório de Avaliação nº 201900896	SPRF-ES	19.03.2021
Relatório de Avaliação nº 817208	SPRF-PB	19.05.2021
Relatório de Avaliação nº 899598	AN	24.08.2021

Fonte: AECI/MJSP

Determinações e Recomendações do Controle Externo – Tribunal de Contas da União

O Tribunal de Contas da União criou um Sistema de Comunicações Processuais – CONECTA, que envia para os órgãos, de modo eletrônico, Ofícios para encaminhamento de Acórdãos e solicitações diversas.

Quanto a este assunto, o Ministro do MJSP vem exercendo o seu papel de supervisor ministerial, com o apoio desta Assessoria Especial de Controle Interno, conforme Incisos I, II, VI, VII e IX do Art. 3º do Anexo I ao Decreto nº 9.662/2019, alterados pelos Decretos nºs 10.365/2020 e 10.379/2020, sem alterar as competências indicadas. O assessoramento ao Ministro coloca a AECI, neste assunto, como o responsável direto pelo processo de monitoramento do pleno atendimento às recomendações/determinações do TCU, evitando atrasos e possíveis multas, ressalvas ou sanções aos integrantes do MJSP.

A partir de 2020, não há praticamente, comunicação que esteja fora do Sistema CONECTA. São raras as comunicações via protocolos físicos.

Em 2021 a situação das comunicações no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que envolve recomendações/determinações daquela Corte de Contas, é a seguinte:

Comunicações enviadas e atendidas ou sem necessidade de resposta	Comunicações Pendentes (ainda dentro do prazo para resposta)
786 (99,75%)	02 (0,25%)

Fonte: Sistema Conecta do Tribunal de Contas da União. Posição de dezembro de 2021

No âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, foram publicados 994 (novecentos e noventa e quatro) Acórdãos em 2021, que tratam de assuntos relacionados às unidades do MJSP, assim distribuídos:

66 Processos

que tratam de Acompanhamento; Monitoramento; Prestação de Contas; e Relatórios de Acompanhamento, de Levantamento, de Monitoramento; e Relatórios de Auditoria;

83 Processos

que tratam de Denúncias e Representação; e

734 Processos

processos de outros tipos/assuntos: Aposentadoria; Atos de Admissão; Pensões Cíveis; Consultas; Tomada de Contas Especial; e etc.

ACÓRDÃOS DO TCU RELACIONADOS ÀS UNIDADES DO MJSP

Por assunto - 1º trimestre	MJSP	PF	PRF	CADE	FUNAI	TOTAL
Acompanhamento	0	1	1	1	1	4
Monitoramento	2	0	0	0	1	3
Prestação de contas	1	1	2	0	1	5
Relatórios de levantamento, monitoramento e outros	1	2	0	0	1	4
Relatório de auditoria	4	4	1	0	1	10
Denúncia	1	1	3	0	0	5
Representação	6	14	5	5	5	35
Outros	61	81	107	0	22	271
SOMA	76	104	119	6	32	337

Fonte: AECI/MJSP

Por assunto - 2º trimestre	MJSP	PF	PRF	CADE	FUNAI	TOTAL
Acompanhamento	1	1	1	1	1	5
Monitoramento	2	2	1	0	1	6
Prestação de contas	3	0	0	0	2	5
Relatórios de levantamento, monitoramento e outros	0	3	1	1	0	5
Relatório de auditoria	1	3	0	2	2	8
Denúncia	1	0	1	0	0	2
Representação	7	10	4	2	2	25
Outros	38	54	46	2	11	151
SOMA	53	73	54	8	19	207

Fonte: AECI/MJSP



Foto: Flickr TCU

Por assunto - 3º trimestre	MJSP	PF	PRF	CADE	FUNAI	TOTAL
Acompanhamento	1	0	1	1	1	4
Monitoramento	3	0	1	0	1	5
Prestação de contas	4	0	0	0	2	6
Relatórios de levantamento, monitoramento e outros	0	1	0	0	0	1
Relatório de auditoria	0	4	1	2	1	8
Denúncia	0	2	2	1	1	6
Representação	2	11	2	1	3	19
Outros	37	75	94	2	19	227
SOMA	47	93	101	7	28	276

Fonte: AECI/MJSP

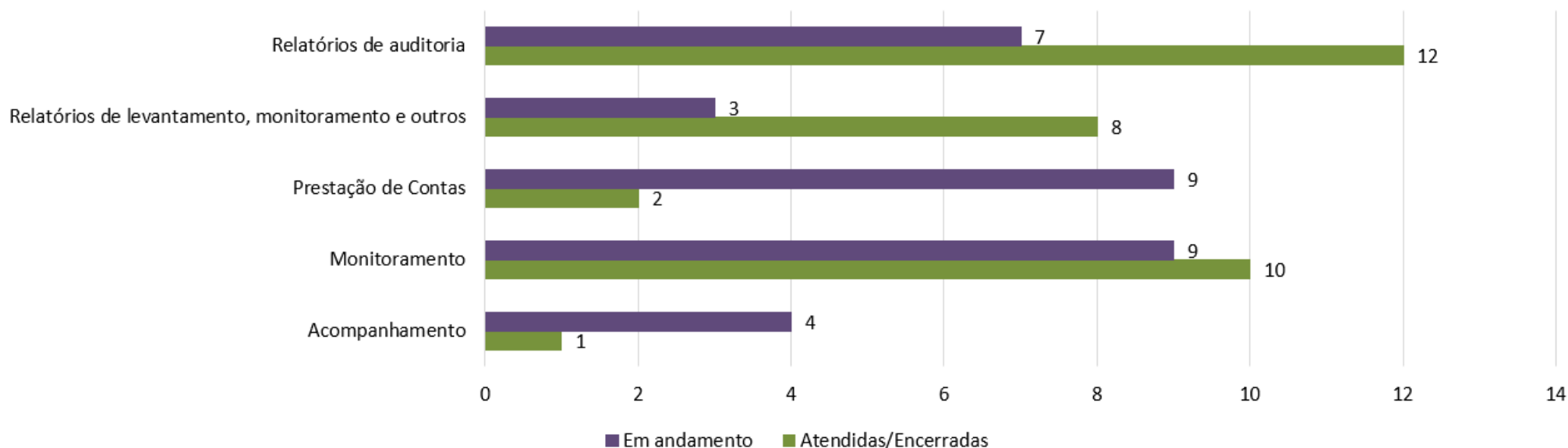
Por assunto - 4º trimestre	MJSP	PF	PRF	CADE	FUNAI	TOTAL
Acompanhamento	0	0	0	1	0	1
Monitoramento	5	1	2	0	1	9
Prestação de contas	0	1	0	0	1	2
Relatórios de levantamento, monitoramento e outros	4	4	0	1	1	10
Relatório de auditoria	2	2	0	0	0	4
Denúncia	0	0	0	0	0	0
Representação	9	8	3	1	1	22
Outros	42	32	37	3	12	126
SOMA	62	48	42	6	16	174

Fonte: AECI/MJSP

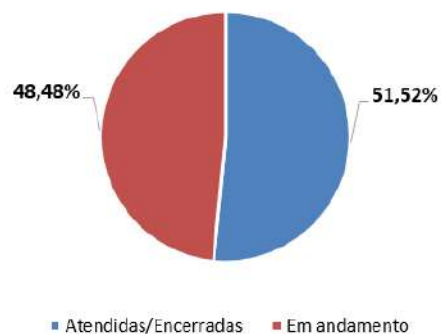
TOTAL (jan a 17/12/2021)	MJSP	PF	PRF	CADE	FUNAI	TOTAL
Acompanhamento	2	2	3	4	3	14
Monitoramento	12	3	4	0	4	23
Prestação de contas	8	2	2	0	6	18
Relatórios de levantamento, monitoramento e outros	5	10	1	2	2	20
Relatório de auditoria	7	13	2	4	4	30
Denúncia	2	3	6	1	1	13
Representação	24	43	14	9	11	101
Outros	178	242	284	7	64	775
TOTAL (Jan a Dez/2021)	238	318	316	27	95	994

Fonte: Sistema Conecta do Tribunal de Contas da União. Posição de dezembro de 2021

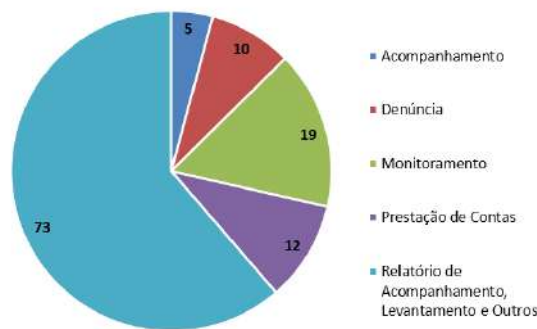
Quantidade de Processos por Situação



Acórdãos do TCU - Situação no MJSP



Acórdãos do TCU - 2021 (excluídos "outros")



Dos gráficos, observa-se que mais de 56% dos Acórdãos enviados ao MJSP não necessitam de providências ou já foram atendidas as recomendações / determinações daquela Corte de Contas. As demais estão em fase de providências e serão adotadas medidas de atendimentos nos prazos determinados.

Fonte: Sistema Conecta do Tribunal de Contas da União. Posição de dezembro de 2021

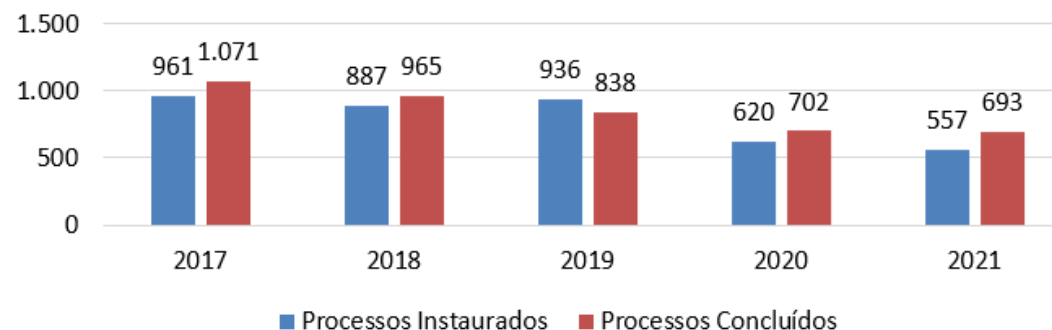
Corregedoria

No âmbito do MJSP, a Corregedoria-Geral – COGER, é a unidade responsável por planejar, supervisionar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas no órgão, sob a supervisão técnica da Controladoria-Geral da União.

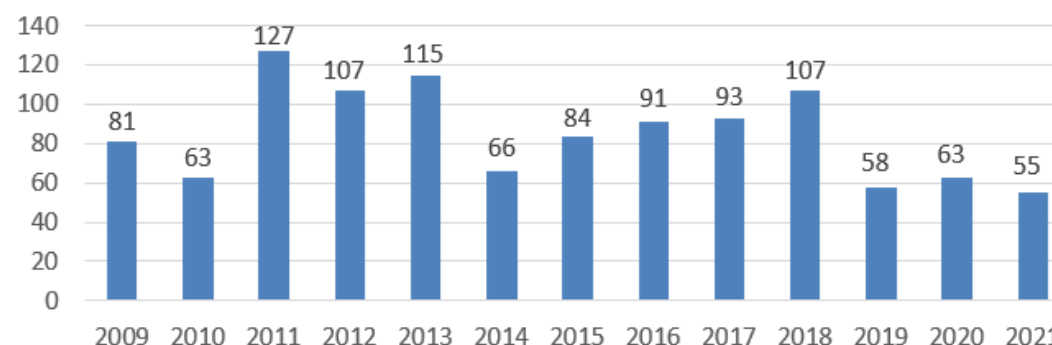
Como unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (Decreto nº 5.480/2005), a COGER tem como foco o fortalecimento da instituição, mediante a adoção de medidas preventivas de controle de irregularidades, bem como a repressão de práticas ilícitas, ocorridas no âmbito dos órgãos do Ministério, desempenhando importante papel na apuração de possíveis irregularidades, cometidas por agentes públicos que exerçam suas atribuições funcionais no Ministério, bem como de empresas que atentem às normas previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais normativos correlatos.

No âmbito de sua competência, no ano de 2021, a Corregedoria-Geral instaurou 18.037 processos para apuração disciplinar de agentes públicos das unidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Administrativo de Defesa Econômica e Fundação Nacional do Índio.

Processos de apuração disciplinar de agentes públicos instaurados e concluídos nos últimos 5 anos

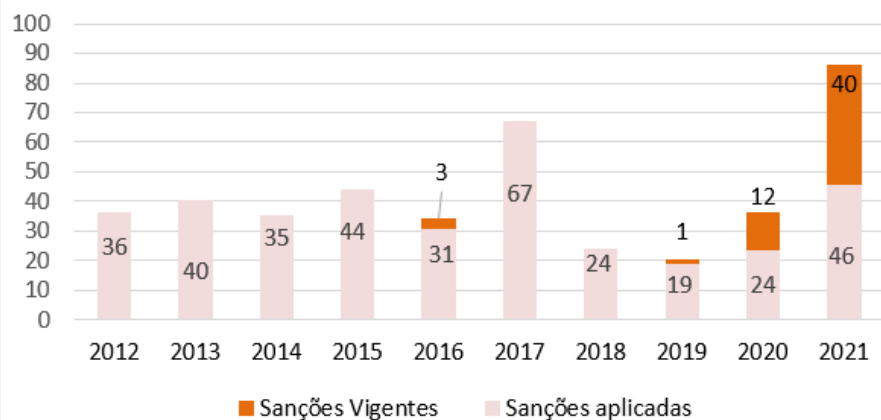


Sanções expulsivas aplicadas a agentes públicos 2009 a 2021

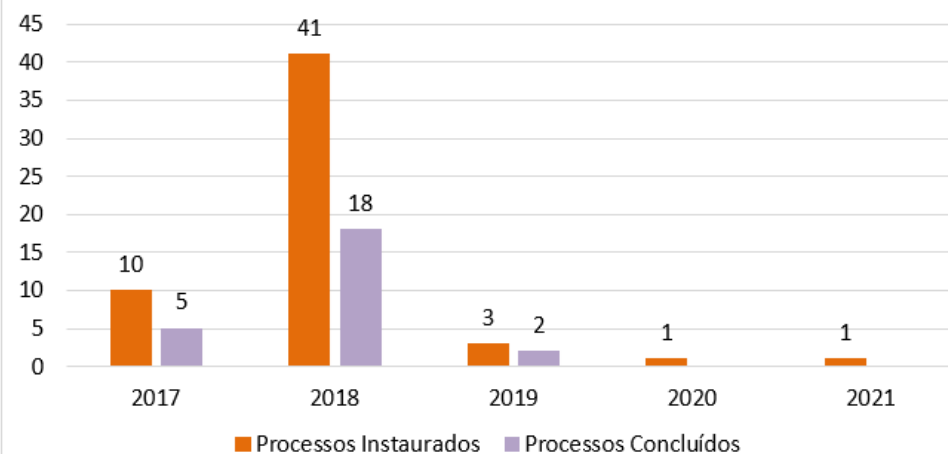


Fonte: Painel - Correição em Dados (dezembro/2021)

Sanções aplicadas a entes privados/ pessoa jurídica



Processos instaurados contra entes privados/pessoa jurídica



Fonte: Painel - Correição em Dados (dezembro/2021)



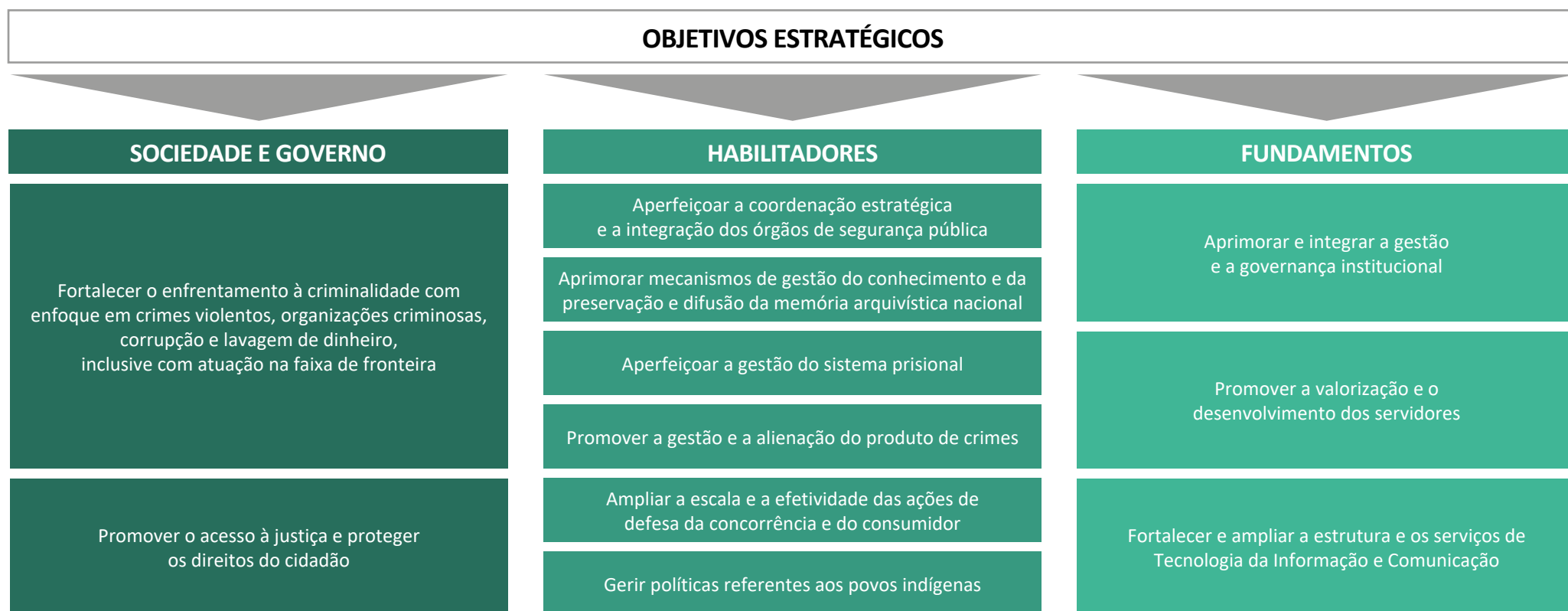
Maiores informações sobre os dados de correição do Ministério podem ser acessados no Painel de Transparência e Prestação de Contas do órgão, por meio do link: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>

ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Nos últimos anos, o MJSP tem envidado esforços no sentido de alinhar seus instrumentos de gestão permitindo uma visão mais clara do direcionamento dos recursos do órgão e propiciando maiores subsídios para a tomada de decisão da alta administração.

Por meio do alinhamento entre as rubricas orçamentárias e os Macroprocessos da Cadeia de Valor do Ministério, é possível identificar os valores empregados em cada macroprocesso, distinguir a segregação das despesas entre despesas Finalísticas e despesas de Governança, Gestão e Suporte, além de identificar a execução do orçamento discricionário.

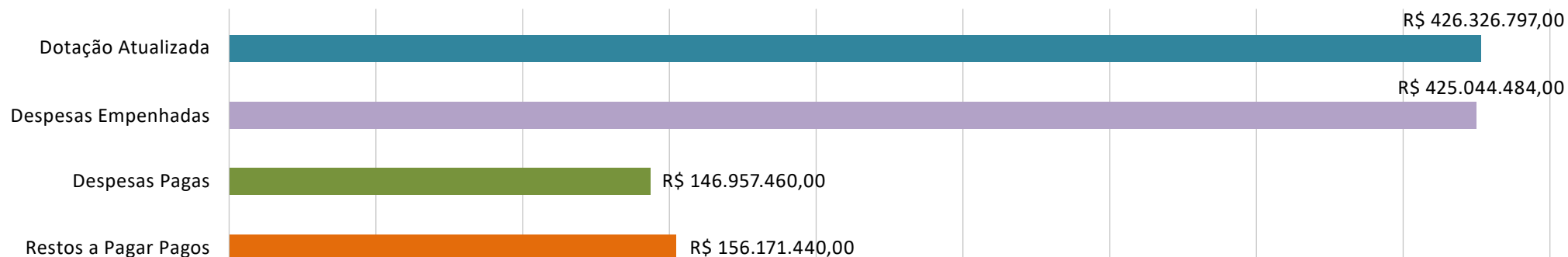
Cabe ressaltar que os macroprocessos da Cadeia de Valor guardam vinculação com os objetivos estratégicos do Ministério, conforme demonstrado a seguir:



EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO POR MACROPROCESSO DA CADEIA DE VALOR

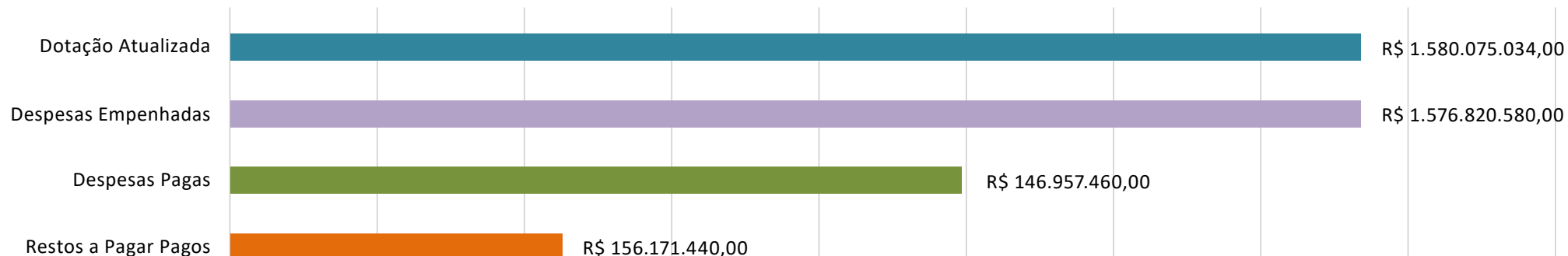
MACROPROCESSO FINALÍSTICO

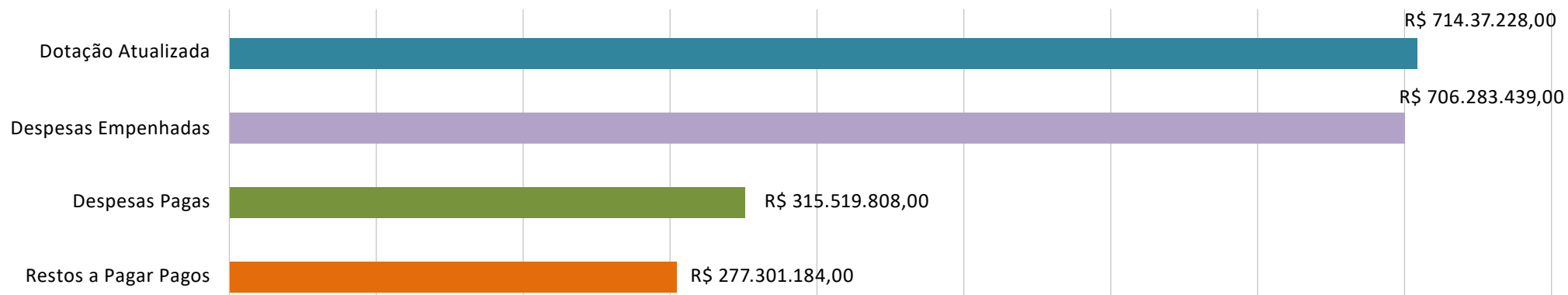
Garantia dos Direitos da População Prisional



MACROPROCESSO FINALÍSTICO

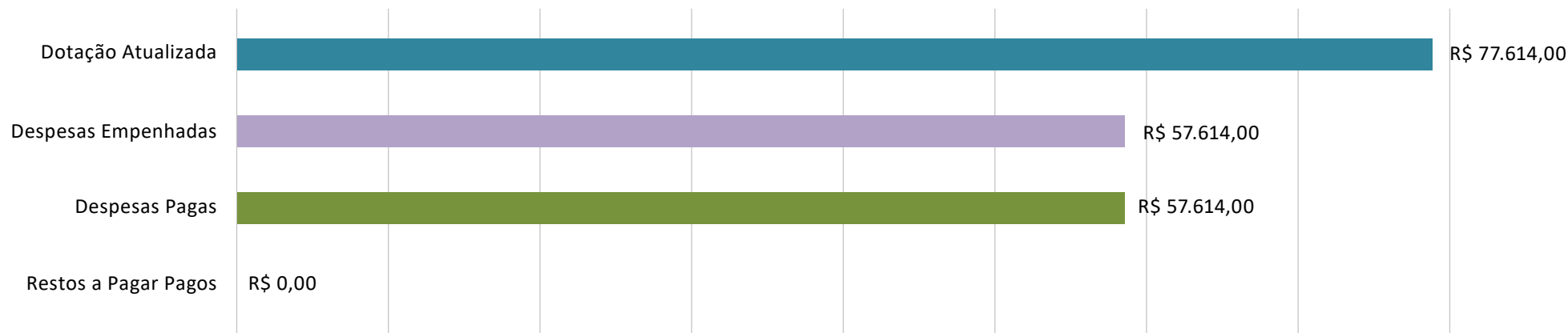
Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública



MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública

MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais

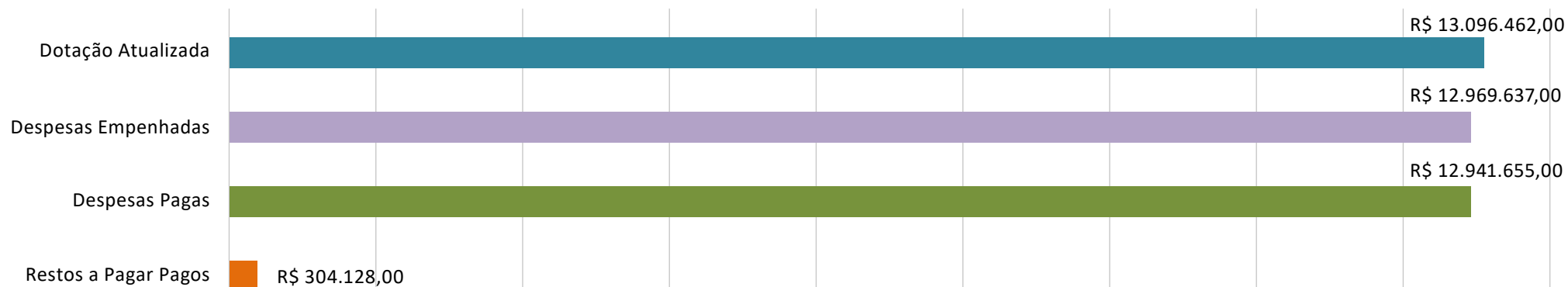

MACROPROCESSO FINALÍSTICO

Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública



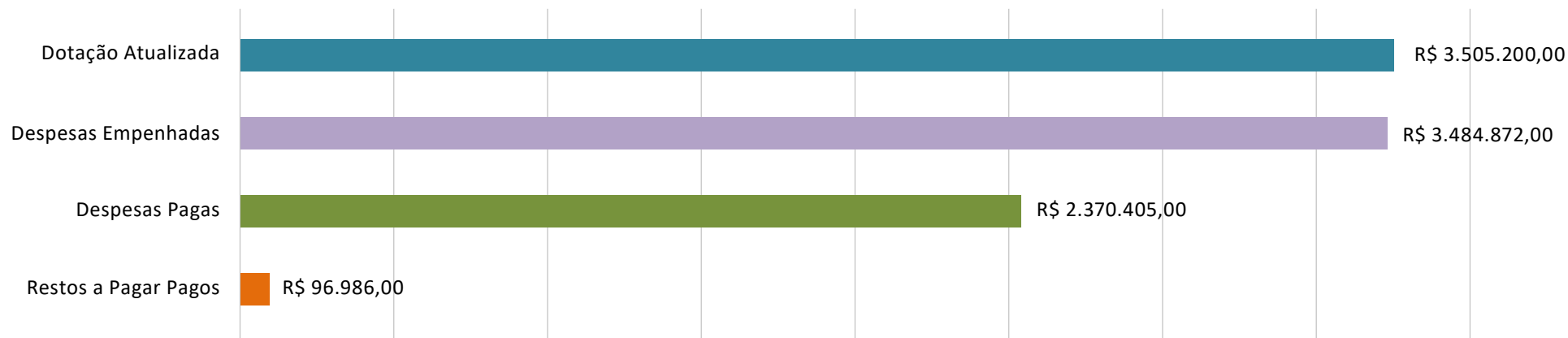
MACROPROCESSO FINALÍSTICO

Articulação Internacional



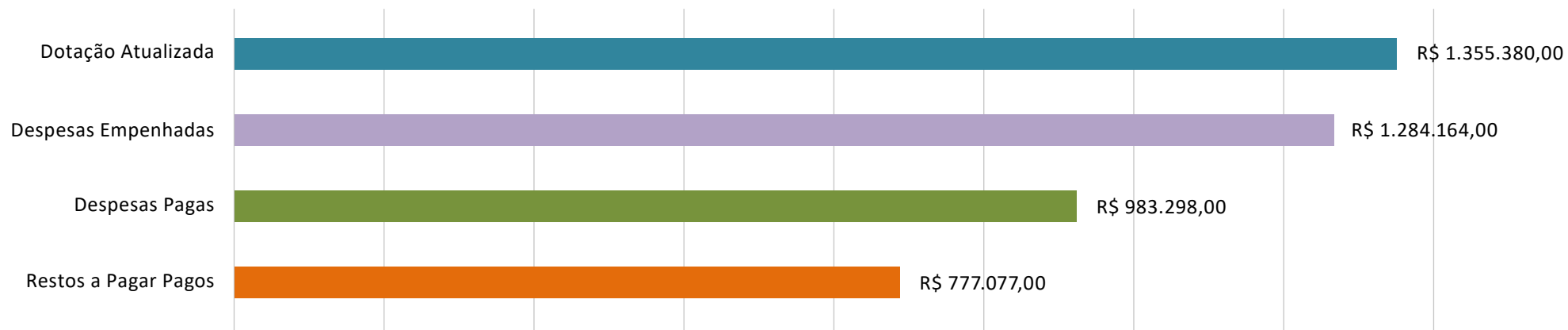
MACROPROCESSO FINALÍSTICO

Defesa do Consumidor



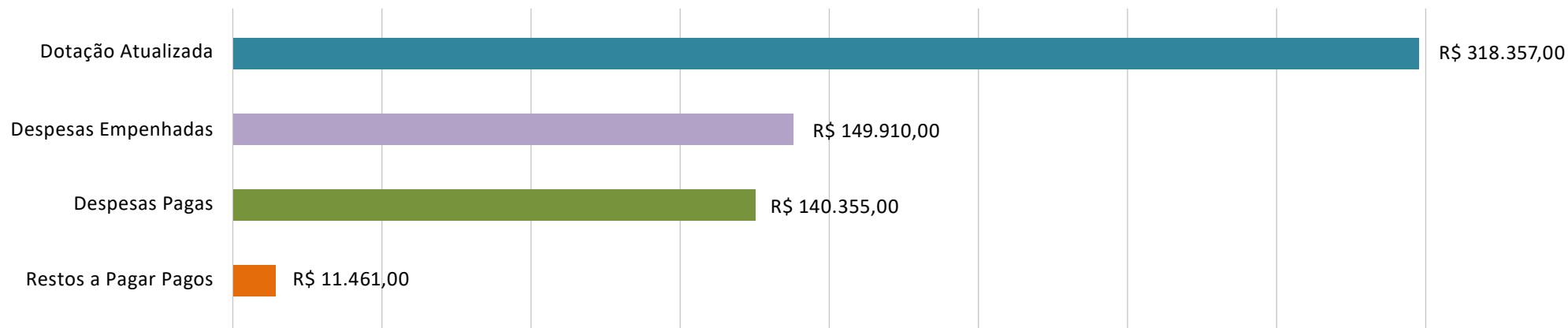
MACROPROCESSO FINALÍSTICO

Garantia dos Direitos dos Migrantes e Refugiados



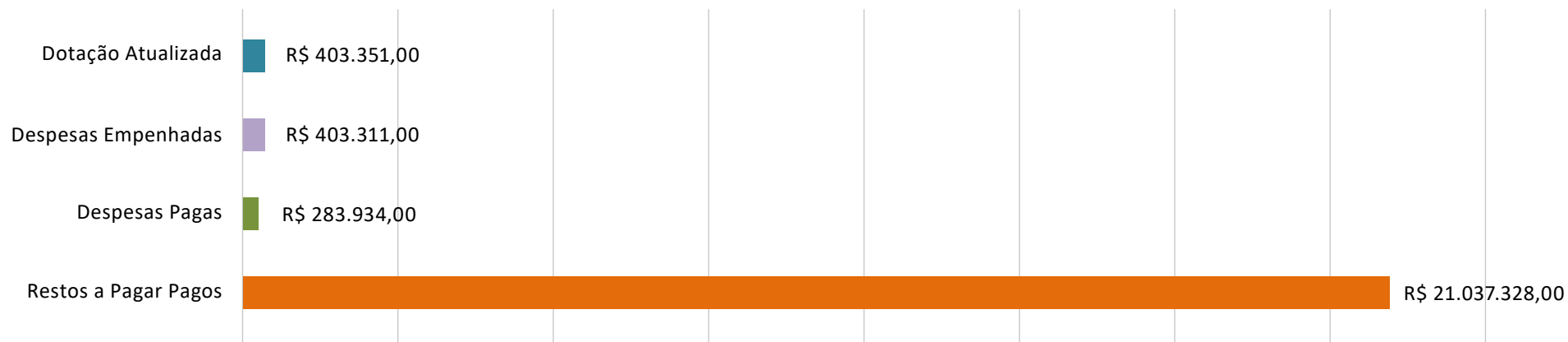
MACROPROCESSO FINALÍSTICO

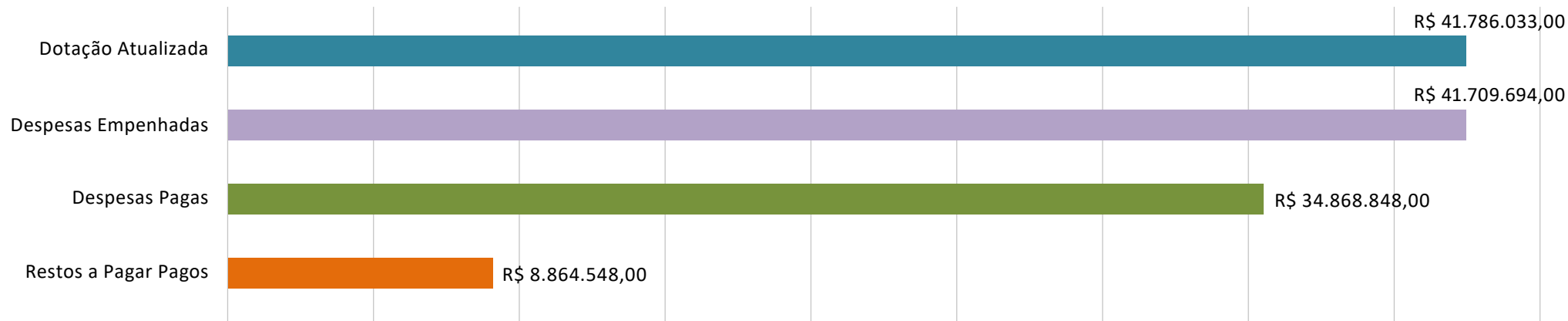
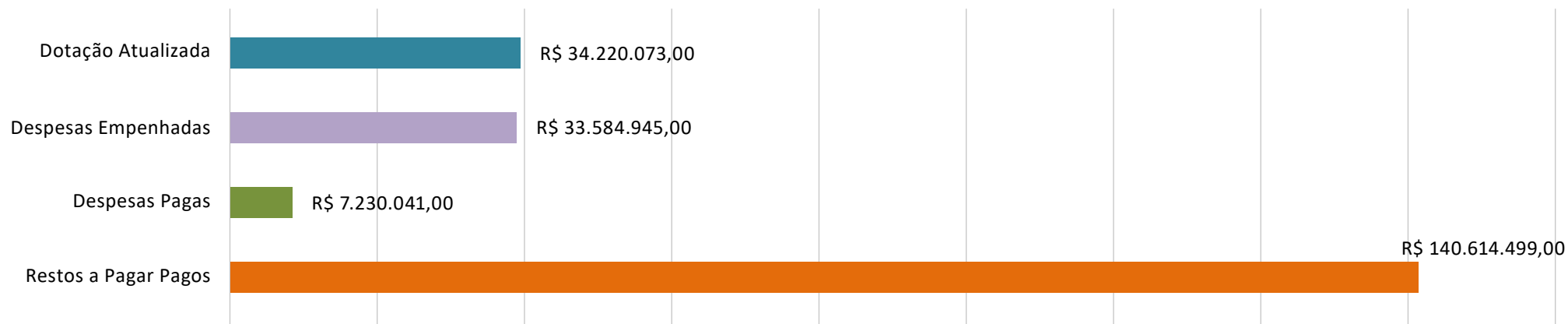
Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro



MACROPROCESSO FINALÍSTICO

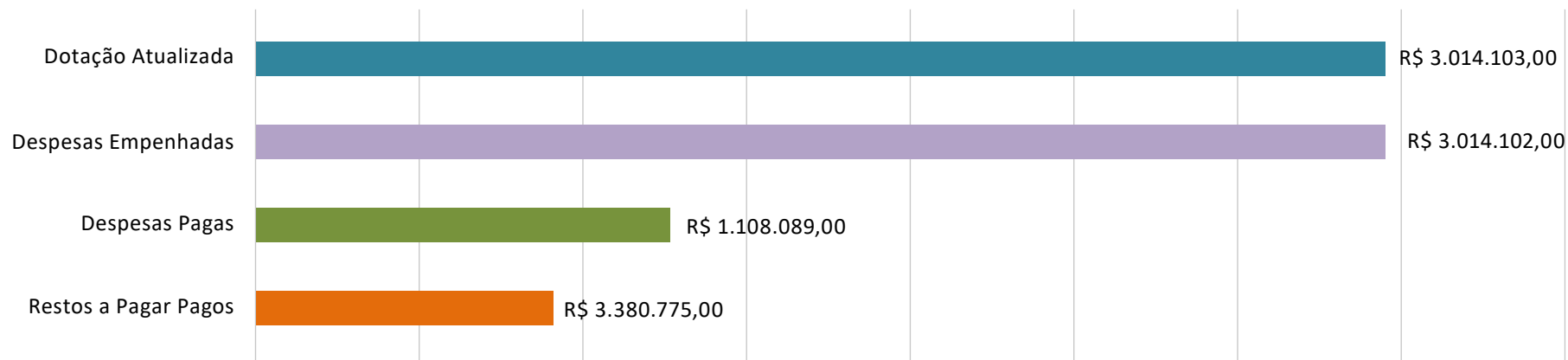
Garantia e Articulação da Política sobre Drogas



MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Gestão de Segurança Viária

MACROPROCESSO FINALÍSTICO
Proteção dos Direitos do Cidadão


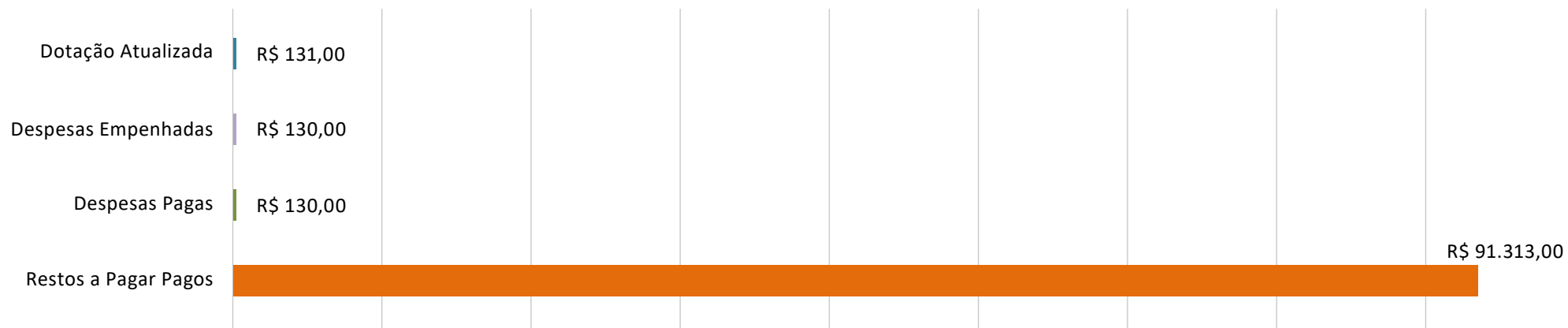
MACROPROCESSO FINALÍSTICO

Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional



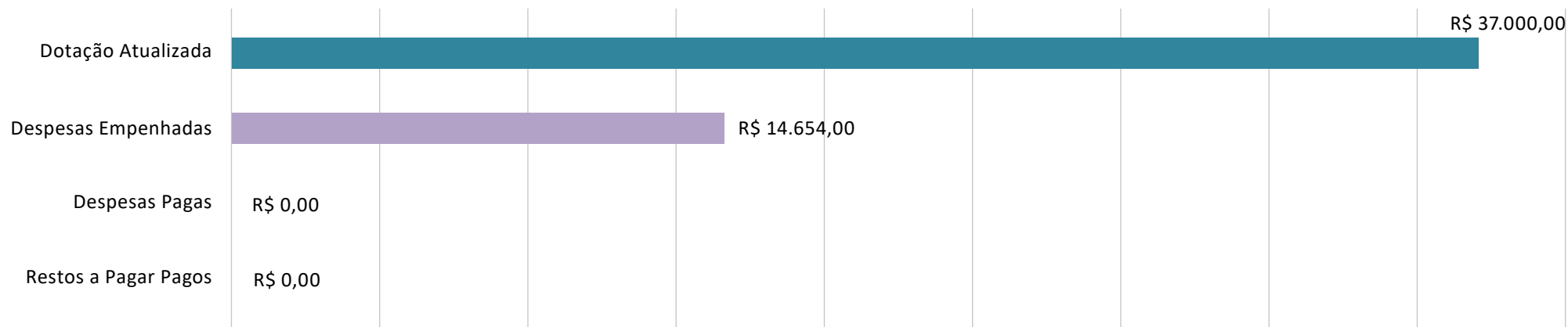
MACROPROCESSO FINALÍSTICO

Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas



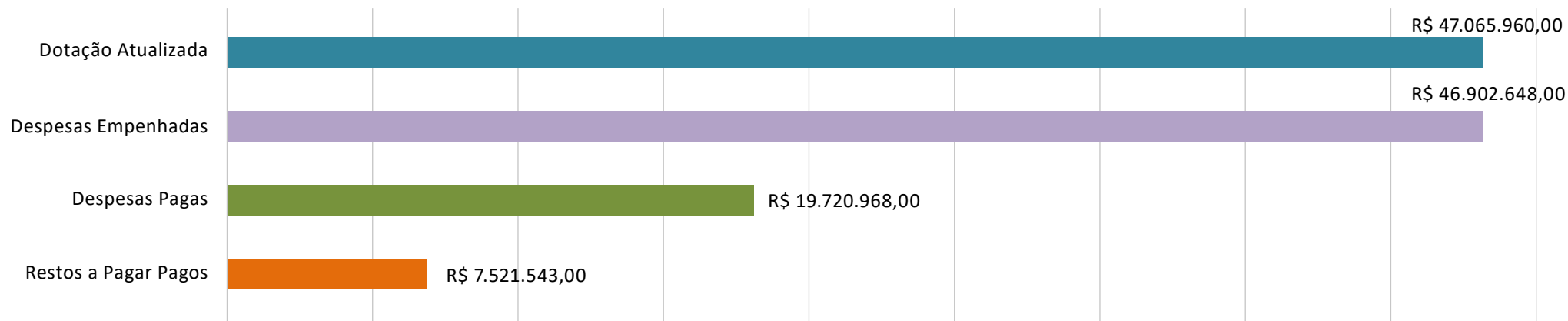
MACROPROCESSO FINALÍSTICO

Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente



MACROPROCESSO FINALÍSTICO

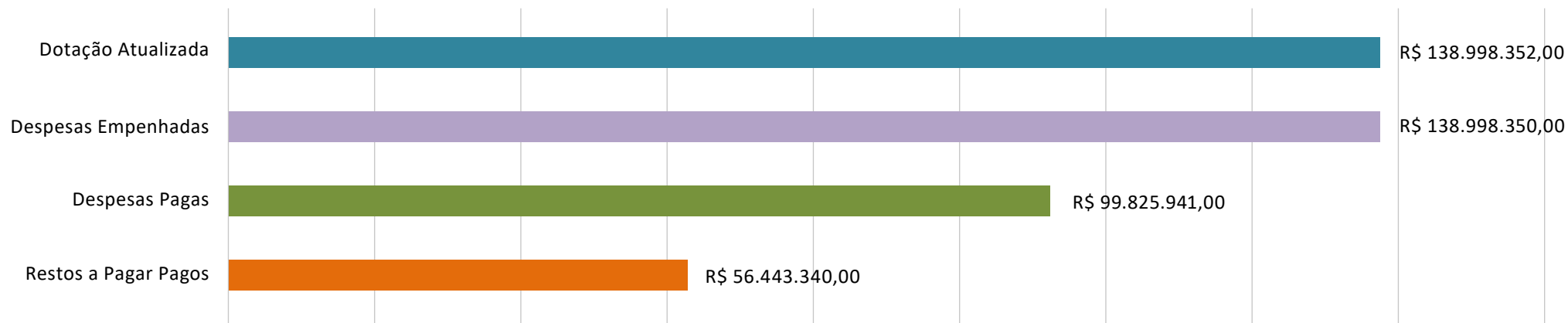
Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação



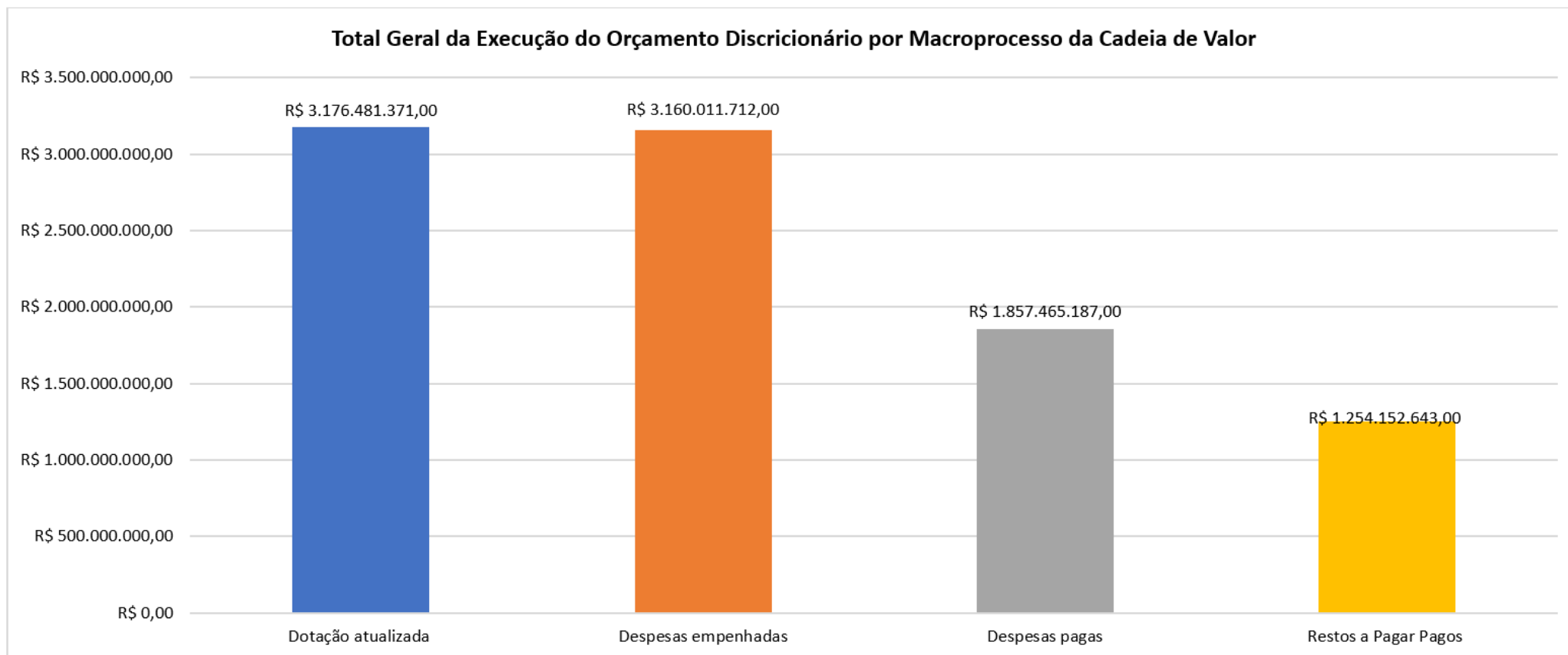


MACROPROCESSO FINALÍSTICO

Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras



TOTAL GERAL DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO MACROPROCESSO DE APOIO



Fonte: Tesouro Gerencial (encerramento 2021)

Registre-se que 49,74% do montante direcionado para despesa Finalísticas referem-se à Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública. E que 90,48% do montante direcionado para despesas de Governança, Gestão e Suporte referem-se à Gestão de Pessoas.

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO POR MACROPROCESSO DA CADEIA DE VALOR
MACROPROCESSO DE APOIO

VALORES	Gestão da logística	Gestão de pessoas	Gestão e Controle Institucional	Governança da tecnologia da informação e comunicação	Total Geral
DOTAÇÃO ATUALIZADA	996.380.087,00	183.152.422,00	2.248.603,00	135.019.153,00	1.316.800.265,00
DESPESAS EMPENHADAS	988.760.966,06	181.757.486,52	2.248.603,00	134.965.476,80	1.307.732.532,38
DESPESAS PAGAS	707.520.524,14	117.071.772,76	2.030.089,78	75.780.500,24	902.402.886,92
RESTOS A PAGAR PAGOS	328.967.268,17	32.941.097,87	160.616,99	40.498.629,62	402.567.612,65

Fonte: Tesouro Gerencial (encerramento 2021)

APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DO MJSP DE GERAR VALOR

Ciente de que estabelecer uma boa governança é essencial para o aprimoramento do Ministério, de forma a prepará-lo para atender ao interesse público, por meio de um ambiente institucional que favoreça a formulação e a implementação de políticas e serviços públicos que de fato gere e entregue resultados que atenderão às necessidades da sociedade.

Assim, percebido como elemento indispensável para subsidiar a tomada de decisão e contribuir para o aprimoramento da gestão, a institucionalização do modelo de governança no Ministério vem ocorrendo de forma gradual e constante. Com foco, principalmente, na organização, estruturação de forma a assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização e no atingimento dos resultados das políticas sob responsabilidade do MJSP.

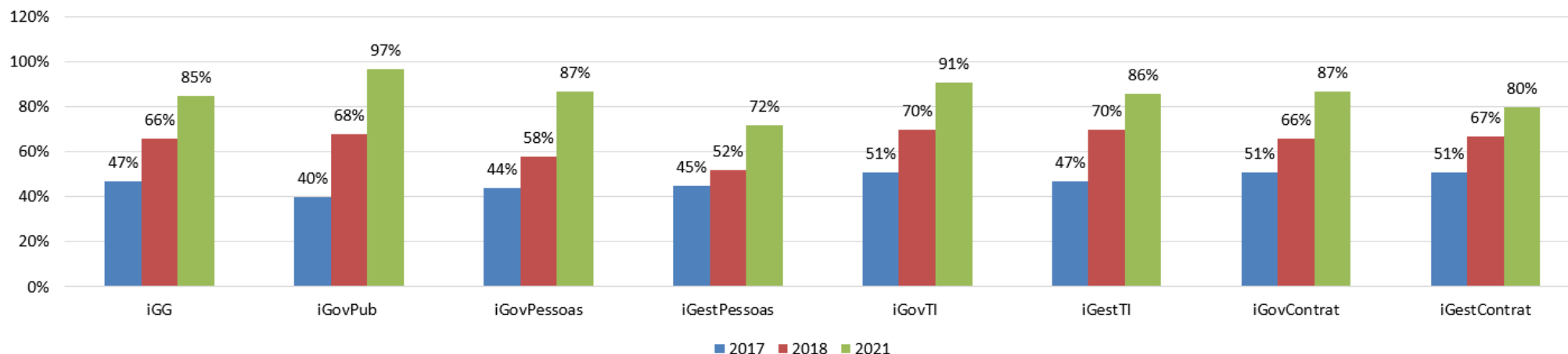
HISTÓRICO DA SITUAÇÃO DE GOVERNANÇA NO MJSP

Demonstrado na tabela a seguir, a adoção de medidas sistemáticas para o aprimoramento do modelo e o incremento da maturidade da governança e da gestão no Ministério pode ser evidenciada ao serem analisados nos últimos levantamentos sobre a situação da governança no setor público realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que, a partir de 2017, reuniu, num só instrumento de autoavaliação, os temas de governança pública organizacional, e de governança e gestão da tecnologia da informação, de pessoas e de contratações.

INDICADOR	2017	2018	2021
iGG - índice integrado de governança e gestão públicas	47%	66%	85%
iGovPub - índice de governança pública	40%	68%	97%
iGovPessoas - índice de governança e gestão de pessoas	44%	58%	87%
iGestPessoas	45%	52%	72%
iGovTI - índice de governança de gestão de TI	51%	70%	91%
iGestTI	47%	70%	86%
iGovContrat - índice de governança e gestão de contratações	51%	66%	87%
iGestContrat	51%	67%	80%
iGovOrcament - índice de governança e gestão orçamentária	-	-	92%
iGestOrcament - índice de capacidade em gestão orçamentária	-	-	86%

Fonte: Levantamentos realizados pelo TCU em 2017, 2018 e 2021

Índices de Governança do MJSP (2017, 2018 e 2021)

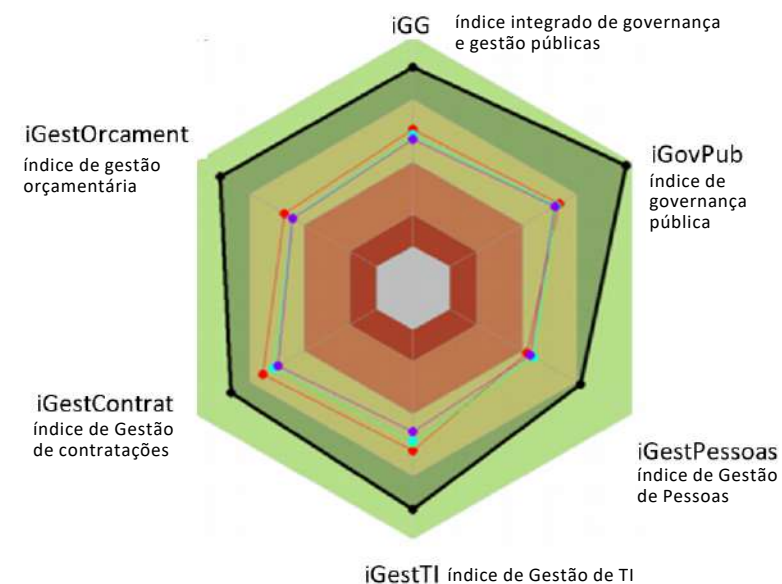


Fonte: Levantamentos realizados pelo TCU em 2017, 2018 e 2021

É indispensável ressaltar a importância da atuação dos órgãos de controle interno e externo no sentido de fomentar o aprimoramento da governança no setor público. Em relação ao levantamento realizado pelo TCU em 2021, os resultados dos indicadores de governança e gestão do Ministério encontram-se acima das médias dos agrupamentos aos quais ele pertence, bem como posicionam o MJSP em grau de maturidade aprimorado, conforme apresentado nos gráficos do tipo radar a seguir.

LEGENDA

- Ministério da Justiça e Segurança Pública
- Área Temática: Ministério
- Natureza Jurídica: Órgão Público
- Administração Direta
- Poder Estatal: Executivo
- Aprimorado: 70% a 100%
- Intermediário: 40% a 69,9%
- Inicial: 15% a 39,99%
- Inexpressivo: 0% a 14,9%



Contudo, a despeito dos avanços alcançados, a análise da informações do citado levantamento, para além de explicitar a necessidade de aprimoramento de determinadas práticas, subsidiou o planejamento institucional e a estruturação de ações de melhoria relacionadas aos mecanismos de governança e gestão do Ministério, dentre as quais destacam-se:

PRINCIPAIS AÇÕES DE MELHORIA DA GOVERNANÇA E GESTÃO DO MJSP			
PERFIL GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL			
	Liderança	Estabelecer procedimento de revisão periódica do código de ética e/ou de conduta	
		Implementar mecanismos para monitoramento da gestão da ética	
	Estratégia	Estabelecer processo de gestão de continuidade do negócio	
		Disponibilizar relatório de acompanhamento do plano estratégico organizacional em formato aberto	
		Implementar avaliação da eficiencia dos principais processos organizacionais	
	Controle	Disponibilizar, no sítio eletrônico, informações, procedimentos e práticas de tratamento de dados pessoais utilizadas pelo MJSP	
		Disponibilizar informação resultados do programa de garantia de qualidade e melhoria da atividade de auditoria interna	
PERFIL DE GOVERNANÇA GESTÃO DE PESSOAS			
	Procedimento de definição, documentação e revisão dos perfis profissionais desejados para cada ocupação ou grupo de ocupações		Institucionalizado
	Procedimento de definição e revisão do quantitativo necessário de pessoal por unidade organizacional ou por processo de trabalho		Em implantação
	A organização executa ações educacionais para assegurar a disponibilidade de sucessores qualificados para as ocupações críticas		Em implantação

PERFIL DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI



Estabelecer Plano de continuidade de serviços de TI

Estabelecer processos e atividades para a gestão da segurança da informação

Em implantação

Implementar processo de software identifica precocemente e durante todo o ciclo de vida os requisitos de segurança da informação

Apresentação case TCU

PERFIL DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES



Mecanismos para desenvolver a capacidade dos colaboradores da área de contratações

Em implantação

Adotar critérios e práticas sustentáveis nas contratações, quando cabível

Em implantação

Equipes de planejamento das contratações com capacitação em gestão de riscos

PERFIL DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES



Metas formais de economia financeira

Em discussão interna

O levantamento das prioridades, relacionadas com as atividades da organização, que demandam recursos orçamentários inclui os planos regionais ou setoriais

Em implantação

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE



Visando dar maior transparência às informações e garantir o acesso dos cidadãos às suas políticas e serviços, o MJSP tem investido cada vez mais na qualidade e expansão de seus canais de comunicação. Nesse sentido, a Ouvidoria-Geral do MJSP desempenha papel fundamental do processo de interlocução entre o órgão e a sociedade.

Para o desempenho de suas atividades regimentais a Ouvidoria-Geral dispõe de uma rede de acesso à informação, que inclui a Rede do Serviço de informação ao Cidadão - Rede SIC e a Rede de Ouvidorias - OuvJus, as quais abrangem todas as unidades do Ministério.

Do mesmo modo, a Ouvidoria-Geral tem envidado esforços no sentido de consolidar o adequado desempenho em rede, de estabelecer uma adequada comunicação junto à sociedade e de fomentar as estruturas colegiadas para a uniformização de procedimentos voltados às suas atividades.

Como fruto desses esforços, no ano de 2021, o Ministério, por meio da Ouvidoria-Geral, apresentou resultados significativos no âmbito do relacionamento com a sociedade, cujos principais dados são apresentados a seguir:

OUVIDORIA MJSP EM NÚMEROS

TOTAL DE MANIFESTAÇÕES

5.411



4.070
Concluídas



10
Em
Tratamento



1.361
Manifestações
Arquivadas

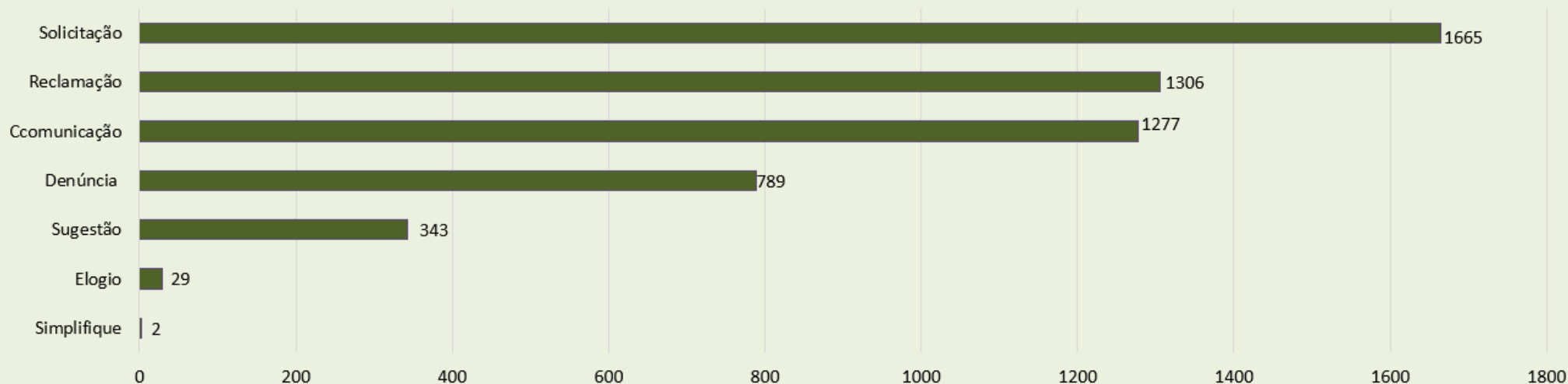


5403
Encaminhadas
para outros
órgãos

Quantidade de manifestações encaminhadas ao MJSP no ano de 2021



Tipos de Manifestações



Fonte: Ouvidoria/MJSP

ACESSO À INFORMAÇÃO 2021

TOTAL DE MANIFESTAÇÕES

1.162



1.550
Concluídas

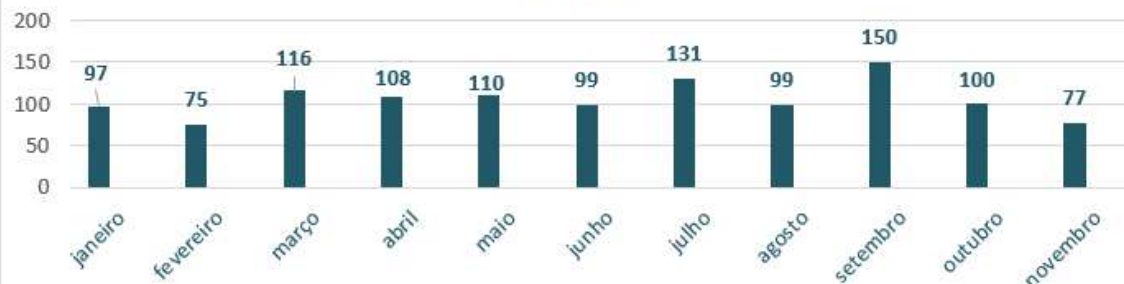


7
Em tratamento

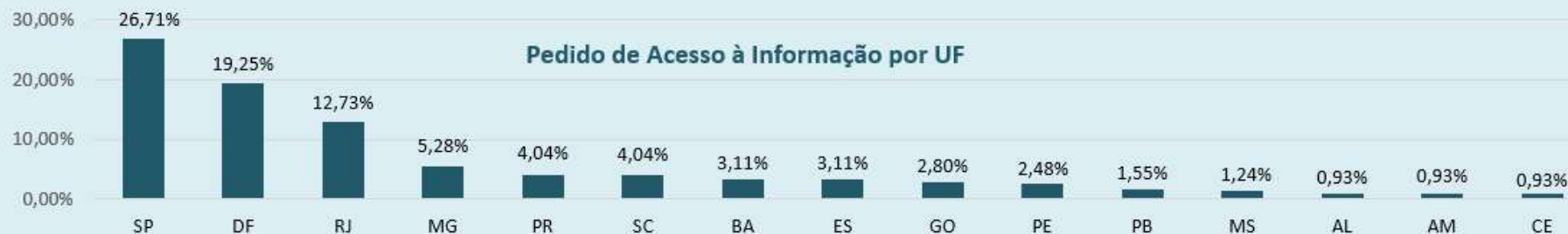


13,8 dias
Média de
atendimento

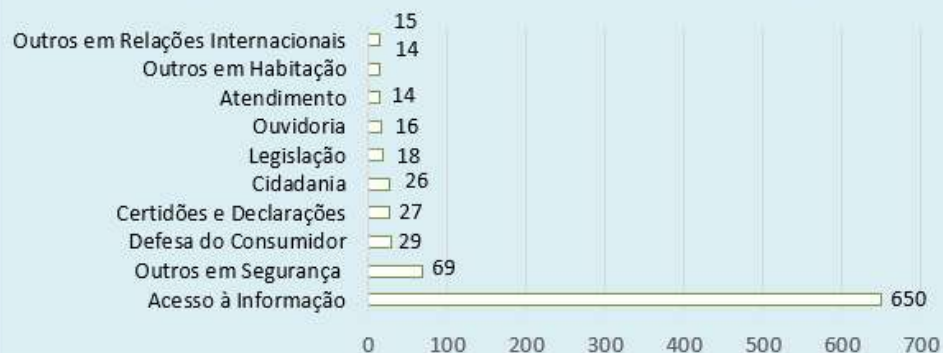
Quantidade de manifestações de acesso à informação encaminhadas ao MJSP em 2021



Pedido de Acesso à Informação por UF



Principais Assuntos dos Pedido de Acesso à Informação



**TOTAL DE
RECURSOS
208**

1ª INSTÂNCIA

36,5%

76

Chefe Hierárquico

2ª INSTÂNCIA

55,7%

116

Autoridade Máxima do
Órgão

3ª INSTÂNCIA

6,2%

13

CGU

4ª INSTÂNCIA

1,4%

3

CMRI

Fonte: Ouvidoria/MJSP

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

A Ouvidoria-Geral utiliza a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, disponível em <https://falabr.cgu.gov.br>, para o recebimento e tratamento das manifestações dos cidadãos.

A Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR, foi desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), e é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (pedidos de acesso à informação, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e simplifique) a órgãos e entidades do poder público.

A referida plataforma centraliza todos os pedidos de informação dirigidos ao Poder Executivo Federal, suas entidades vinculadas e empresas estatais, e que estiverem amparados pela Lei nº 12.527, de 2011 – Lei de Acesso à Informação.

Além desse canal eletrônico, o cidadão pode encaminhar cartas ou realizar suas manifestações presencialmente, sem a necessidade de agendamento prévio. Cabe ressaltar que, no ano de 2021, considerando o contexto da pandemia internacional da COVID-19, os atendimentos presenciais permaneceram temporariamente suspensos, como medida de prevenção ao contágio.



OUVIDORIA E DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI - RESULTADOS

Ao longo de 2021, a Ouvidoria-Geral do MJSP buscou desenvolver ações pautadas em boas práticas em torno da transparência, segurança da informação, entre outras, visando o aprimoramento da instituição por meio da participação em eventos que concursos como o IV Concurso de Boas Práticas da Rede Nacional de Ouvidorias, promovido pela Controladoria-Geral da União – CGU, no qual a Ouvidoria-Geral do MJSP foi premiada na categoria Tecnologia, Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais.

O esforço da unidade também rendeu ao Ministério o 1º Lugar no Ranking de Transparência Ativa no Painel da Lei de Acesso à Informação da CGU, atendendo os 49 itens apontados como essenciais para disponibilização ao cidadão.

Além disso, com o objetivo de valorizar seus servidores e buscando a melhoria contínua dos serviços, o Ministério também investiu na capacitação dos colaboradores com a disponibilização de vagas para realização de Especialização em Ouvidoria Pública, oportunizado pela Controladoria-Geral da União – CGU, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI.

Diante da celebração dos nove anos de vigência da “Lei de Acesso à Informação”, o Ministério organizou uma semana de ações voltadas para servidores, estagiários, terceirizados e mobilizados do órgão, visando disseminar conhecimento sobre a Lei, visando estimular o envolvimento desse público acerca das disposições da referida Lei, essencial à transparência no país.

Além dessas, o Ministério, por meio da Ouvidoria-Gral, também desenvolveu outras importantes ações, tais como a participação em conselhos, comitês e outros eventos essenciais para aprimorar o processo de acesso à informação do órgão. Dentre as principais ações, destacam-se:

- ✓ Capacitação sobre Dados Abertos, tendo por público-alvo os pontos focais do MJSP, a fim de apresentar ferramentas e atualizar informações aos editores.
- ✓ Coordenação do Fórum Nacional de Ouvidores do Sistema Único de Segurança Pública, FNOSP, com duas reuniões ordinárias e uma extraordinária no ano de 2021.
- ✓ Coordenação do Grupo de trabalho para revisão legislativa do Decreto Nº 9.866, de 27 de junho de 2019, que institui o Fórum Nacional de Ouvidores do Sistema Único de Segurança Pública.
- ✓ Coordenação do Colégio de Ouvidores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, OUVCON, com duas reuniões ordinárias no ano de 2021.
- ✓ Coordenação do Grupo de Trabalho para revisão legislativa do Decreto Nº 10.051, de 9 de outubro de 2019, que institui o Colégio de Ouvidores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
- ✓ Coordenação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos, CPADS, com duas reuniões ordinárias no ano de 2021.
- ✓ Coordenação do Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação, CGDI, com reuniões mensais no ano de 2021.
- ✓ Participação mensal, como membro suplente, nas reuniões da Comissão Mista de Reavaliação das Informações (CMRI).
- ✓ Participação no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC).
- ✓ Participação no Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CGINDA).
- ✓ Participação no Comitê Interministerial para Governo Aberto (CIGA).
- ✓ Participação mensal, como membro nato, nas reuniões do Comitê de Governança Administrativa (CGA).
- ✓ Participação, como membro, das reuniões do Comitê de Governança Estratégica do MJSP (CGE).
- ✓ Participação na Comissão Executiva do Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CEPI).
- ✓ Monitoramento das Ações de Transparência Ativa.
- ✓ Pesquisa de Satisfação dos Serviços Internos do MJSP.
- ✓ Monitoramento do Plano de Dados Abertos, com vigência de Novembro/2020 a Novembro/2022.
- ✓ Estruturação do Curso de Mediação de Conflitos em Ouvidoria de Segurança Pública, em parceria com a SEGEN, Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública. A Ouvidoria-Geral ofertou às ouvidorias que compõem o FNOSP, o referido Curso com o intuito de ampliar a capacitação.
- ✓ Fiscalização do Contrato nº 17 – Doação dos veículos, marca Jeep, modelo Renegade às Secretarias de Estado de Segurança Pública.
- ✓ Coordenação, em conjunto com a SE, do GT para a criação da Portaria da LGPD no âmbito do MJSP.
- ✓ Levantamento do Inventário de Dados do MJSP, em parceria com a DTIC.
- ✓ Formulação da Cartilha sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Carta de Serviços ao Cidadão

Com a publicação do Decreto Nº 10.332, de 28 de abril de 2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal, as Cartas de Serviços referentes aos órgãos vinculados foram centralizadas no portal único gov.br, ficando a responsabilidade do cadastro dos serviços e atualização dos conteúdos a cargo dos respectivos órgãos.

A carta de serviços ao cidadão do Ministério visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados pelo órgão, como ter acesso e ou obter esses serviços.

Atualmente o MJSP possui 52 serviços públicos disponíveis na sua carta de serviços e podem ser acessados clicando [aqui](#).

Formas de participação cidadã em processos decisórios

A participação social é um importante canal para a consolidação da democracia de um país. Ela permite o diálogo entre a sociedade e o governo, permitindo que o cidadão seja agente ativo na elaboração e no controle das decisões políticas. Pensando nisso, o Ministério disponibiliza também de canal para

ouvir o cidadão frente às demandas e decisões importantes do órgão, sobretudo por meio de audiências e consultas públicas.

No ano de 2021, a rede recebeu 342 sugestões, que depois de formalizadas são encaminhadas às unidades responsáveis. Por meio do Canal de Ouvidoria os cidadãos podem sugerir melhorias na prestação dos serviços.

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Coordenação de Transparência e Acesso à Informação - CTAI, da Ouvidoria-Geral do MJSP, considerando as orientações do Guia de Transparência Ativa - GTA para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e no cumprimento das obrigações contidas na LAI – Lei de Acesso à Informação, atualiza o Portal Institucional “Quem é Quem” Link: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/sumario/quem-e-quem>, disponibiliza informações dos principais cargos e seus ocupantes, endereços, e-mails e telefones das unidades.

Além disso, em atendimento às determinações previstas na Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, do Tribunal de Contas da União - TCU, o Ministério mantém atualizado a

página de “Transparência e Prestação de Contas” (link: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>), contendo informações sobre: os Principais resultados do Órgão; Supervisão, Controle Interno e Correição; Estrutura, Competência, Contatos e Funcionamento; Convênios, Obras e Transferências de Recursos; Execução Orçamentária e Financeira; Licitações e Contratos; Gestão de Pessoas; Lei de Acesso à Informação e Serviço de Informações ao Cidadão (SIC); Demonstrações Contábeis; Rol de Responsáveis; Relatório de Gestão do exercício; Processo de Contas e Julgamento; Relatórios de Fiscalizações dos Órgãos de Controle e Representações; Recomendações e Determinações dos Órgãos de Controle; e Tomada de Contas Especial. Tais informações visam permitir à sociedade e aos órgãos de controle, o acompanhamento da gestão dos recursos públicos do Ministério, bem como, o alcance dos resultados frente aos objetivos estratégicos estabelecidos.

Com o objetivo de dar transparência às ações realizadas frente ao combate à pandemia do novo novo coronavírus, o Ministério também disponibiliza o painel com o relatório situacional das medidas adotadas em cada unidade da federação, o acompanhamento

orçamentário, o monitoramento da contaminação da população indígena e prisional, além de informar a movimentação de entrada de estrangeiros no país. As informações podem ser acessadas clicando [aqui](#).

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Todos os serviços prestados pelo MJSP podem ser acessados eletronicamente, no Portal gov.br e também na página do MJSP, pelo link: <https://www.gov.br/mj/pt-br>

As informações de publicação obrigatória, segundo a LAI, também podem ser acessadas por meio do Portal Institucional, através do link: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>

Em termos de instalações, a Ouvidoria-Geral está localizada no andar térreo do Anexo II, do Palácio da Justiça, com acessibilidade e acomodação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, gestantes, idosos e enfermos.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Responsável por dar visibilidade e evidência ao serviço prestado pelas organizações, a Comunicação Social é setor estratégico para que o Ministério potencialize suas ações e projete o resultado para o conhecimento da população. É por meio da Comunicação Social que o órgão pode conferir transparência a serviços, projetos, políticas públicas, entre outras ações da gestão e do Governo Federal.

Também está entre suas competências a tarefa de promover a interlocução com a sociedade, por meio do atendimento à imprensa ou sem intermediários, valorizando a cidadania a partir do exercício do direito à informação. Em 2021, com intuito de intensificar a divulgação e acesso transparente às informações, a Comunicação Social do MJSP trabalhou com afinco nas pautas de Justiça e Segurança Pública. Assim como, fortaleceu a comunicação direta com seu público interno e externo com a criação do canal no Telegram. Foi um período proveitoso na consolidação da imagem institucional associada aos valores de competência, transparência e responsabilidade social, como mostram os números a seguir:

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE EM NÚMEROS	
WEB DIGITAL - MJSP Produção de conteúdo para redes sociais	
Facebook	2.014
Twitter	2.595
Instagram	1.360
Flickr/Google Fotos	2.705
Youtube	218
Youtube (ao vivo)	55
TOTAL	8.947

ASSESSORIA DE IMPRENSA	TOTAL
Atendimento à imprensa	1.098
Produção de matérias (site)	661
Audiorelease	181

PRODUÇÃO GRÁFICA/ PUBLICIDADE	TOTAL
Produção gráfica (cartaz, folder, banner)	590
Produção e edição de vídeos institucionais	259
Cards redes sociais	1.830
Cartilha	795 p.
Apresentações	16
Logomarca	42
Produção de vídeos	466
Fotos editadas	4.907



Destaque no ano, a Assessoria de Comunicação Social do MJSP planejou, aprovou e iniciou a veiculação da campanha para os 200 anos do Ministério, que será celebrado em 3 de julho de 2022. Como forma de registrar a data, foi lançada, ainda em 2021, uma marca especial. Com traços inspirados nos arcos do Palácio da Justiça, o novo modelo veio acompanhado do slogan “Bicentenário MJSP – Justiça e Segurança Pública cada vez mais fortes”.

Fonte: ASCOM/MJSP



Ministério da Justiça e Segurança Pública

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

RISCOSE CONTROLES INTERNOS

Em razão da necessidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal institucionalizarem práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança, o Ministério adotou medidas a partir do ano de 2017 para a implementação do seu processo de gerenciamento de riscos. Com a publicação da Portaria nº 86, de 23 de março de 2020, que instituiu o Sistema de Governança do MJSP, o Órgão reafirmou a importância da gestão de riscos como um dos elementos de governança.

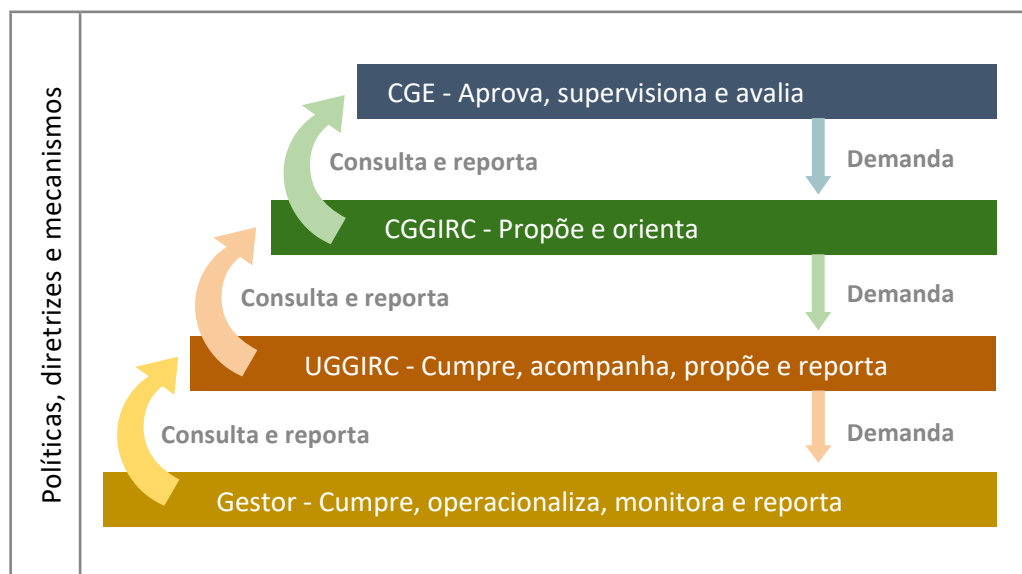
O Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos da Gestão do MJSP é constituído por conjunto de instrumentos, mecanismos e agentes institucionais, que tem como propósito assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização por meio de um gerenciamento de riscos e controles internos da gestão eficaz.

MODELO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS DO MJSP (Portaria MJ nº 86, de 2020)



A Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, na qual estão estabelecidos princípios, objetivos, diretrizes e responsabilidades, visa estruturar o processo de gerenciamento dos riscos e controles internos de forma que fiquem alinhados ao planejamento estratégico e levem em consideração as características específicas e a cultura organizacional do Ministério.

As instâncias de supervisão viabilizam o modelo de relacionamento de riscos e controles internos entre os níveis estratégico, tático e operacional:



Fonte: AECI/MJSP

a) **Nível estratégico:** Comitê de Governança Estratégica - CGE, constituído pelo Ministro de Estado da Justiça e demais dirigentes dos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério, ao qual compete definir as diretrizes para o gerenciamento de riscos e controles internos;

b) **Nível tático:** Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos - CGRC, integrado por servidores com capacitação nos temas afetos ao Comitê e vinculados à Assessoria Especial de Controle Interno – AECI, e pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e sua Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - CGGE, cuja atribuição é conceber, estruturar e implementar a gestão de riscos e controles internos, a partir de diretrizes definidas pelo CGE; e

c) **Nível operacional:** Unidade de Gestão de Riscos e Controles Internos - UGRC, instituído internamente em cada órgão do MJSP, é composto pelo respectivo dirigente e por servidores com capacitação nos temas de gestão, riscos e controles internos. São os apoiadores da disseminação da cultura de riscos e responsáveis pelo gerenciamento em suas esferas de responsabilidade. O Gestor de Processos, por sua vez, é todo e qualquer responsável pela execução de um processo de trabalho, cabendo-lhe identificar o risco, conduzir os procedimentos diários de gerenciamento e manter controles internos eficazes.

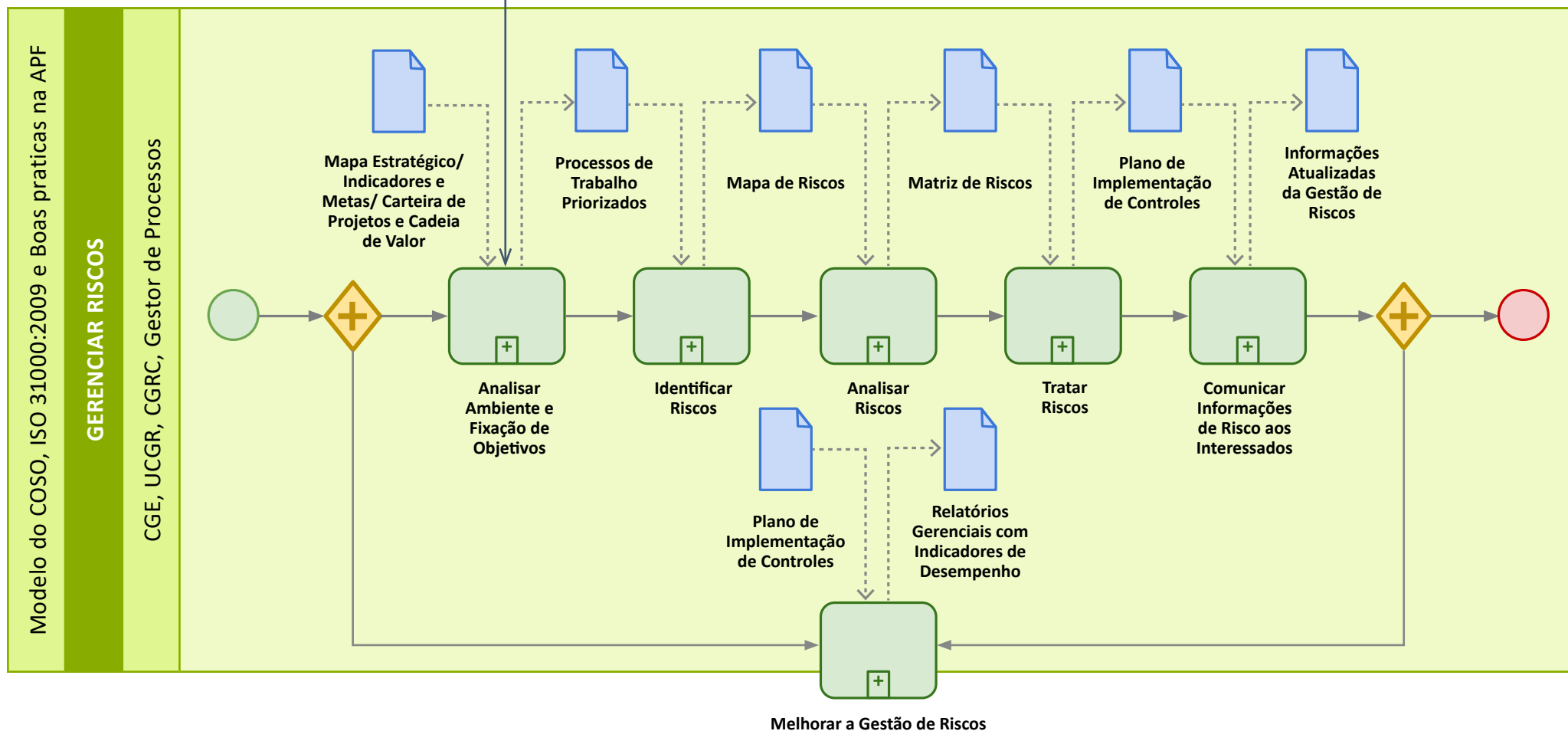
No sentido de garantir a integração ao processo de Planejamento Estratégico - PE do Ministério, conforme previsto na metodologia do MJSP, o ciclo do processo de gerenciamento de riscos acompanha o ciclo do PE e ocorre em até 90 (noventa) dias da data de aprovação do Plano Estratégico do MJSP, ou 60 (sessenta) dias, nos casos de repactuação. Ainda, na definição dos processos de trabalho prioritários para o gerenciamento de seus riscos ocorre pelo alinhamento desses à consecução do PE. Para tanto, a metodologia contempla as seguintes etapas:

Comitê de Gestão Estratégica - CGE

Processo de Planejamento Estratégico do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Documentos relativos ao processo de Planejamento Estratégico

90 dias após a aprovação do Plano ou 60 dias nos casos de repactuação do Plano



Fonte: AECI/MJSP

Lançado em novembro de 2019, dentre as medidas conduzidas para implantação da gestão de riscos no âmbito do Ministério, o Sistema de Gerenciamento de Risco (Agir), representou a consolidação do Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos da Gestão do MJSP.

Nesse sentido, o Sistema Agir é utilizado por todos os servidores envolvidos no gerenciamento de riscos em cada unidade, destacando o papel dos servidores que compõem a instância de supervisão denominada Unidade de Gestão de Riscos e Controles Internos - UGRC e Gestores dos Processos de trabalho constantes da cadeia de valor.

Percebida como uma prática relevante e essencial para assegurar o alcance dos objetivos estratégicos da organização, subsidiar a tomada de decisão e contribuir para o aprimoramento dos processos gerenciais do Ministério, no exercício de 2020, a implantação da gestão de riscos contou com apoio consistente do nível estratégico e das lideranças do MJSP.

Merece destaque, a continuidade dos projetos pilotos realizados nas unidades do MJSP com o objetivo de introduzir a dinâmica do gerenciamento de riscos em seus processos de trabalho e capacitar os servidores protagonistas na disseminação e sistematização da prática na unidade.

A abordagem adotada nos pilotos se deu por meio de oficinas de apresentação dos elementos teóricos e execução de atividades práticas para aplicação da metodologia de gerenciamento de riscos do MJSP nos principais processos de trabalho, indicados pelas unidades a partir do alinhamento da Cadeia de Valor aos elementos estabelecidos no Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério. Os projetos pilotos ocorreram no AN, no DEPEN, na PF, na PRF, na SE, na SENACON, na SENAD, na SENAJUS, na SENASP e na SEOPI, bem como no Plano Nacional de Segurança Nacional Pública - PNSP.

Tendo em vista os ajustes no conteúdo de indicadores, metas e projetos estratégicos do Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Resolução CGE nº 10, de 25 de agosto de 2020) e no sentido de garantir a integração ao processo de Planejamento Estratégico - PE do Ministério, foi necessário rever a previsão de implantação do gerenciamento de riscos no âmbito do Ministério.

Assim, de forma a consolidar, em todas as Unidades do MJSP, a aplicação sistemática de procedimentos e práticas de gestão para as atividades de identificação, avaliação e tratamento dos riscos associados aos seus processos de trabalho, bem como o monitoramento das ações de mitigação

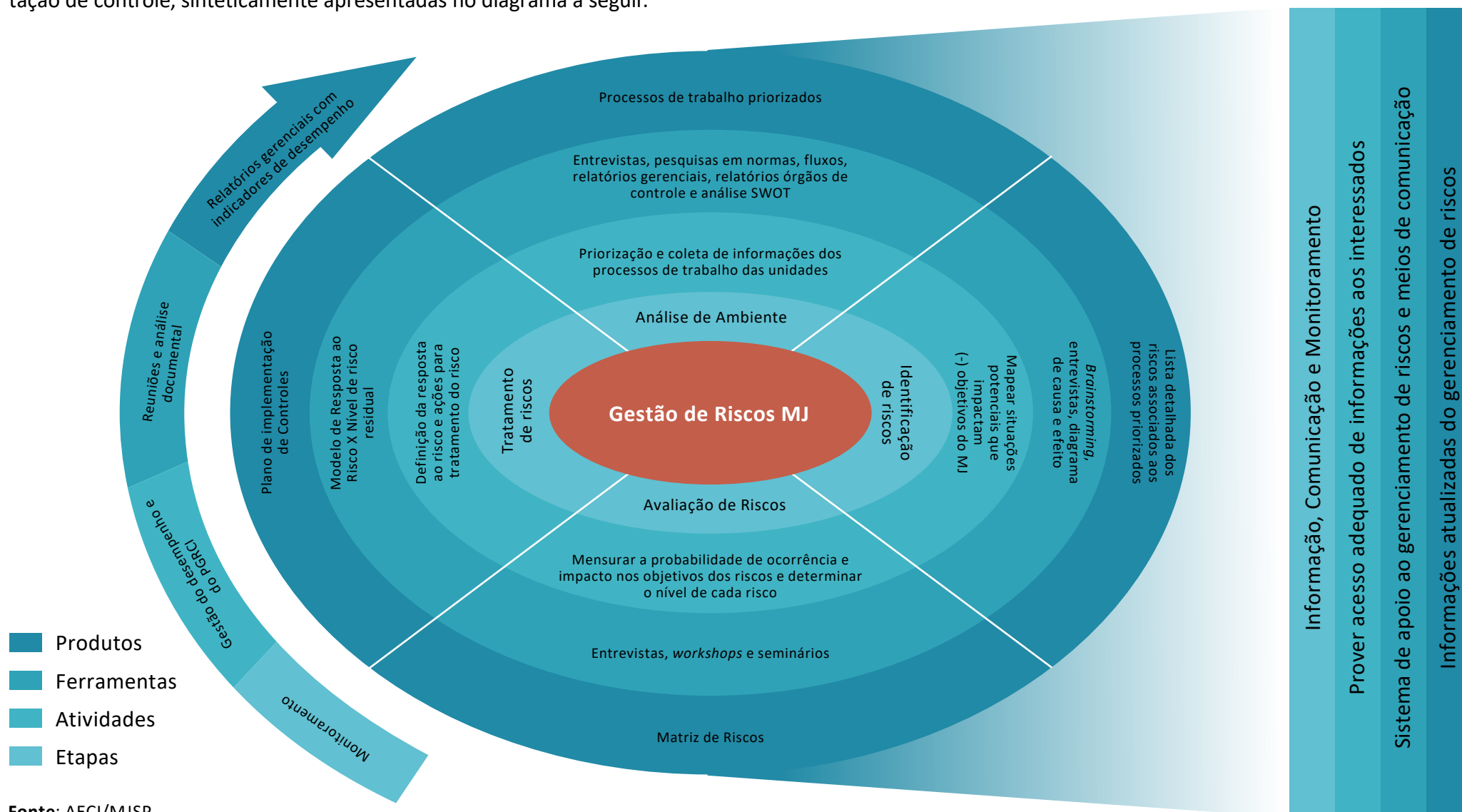
estabelecidas, a implantação integral da gestão de riscos ocorreu no exercício de 2021.

Para tanto, conforme estabelecido na Metodologia do Ministério, a Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - CGGE, em parceria com as Unidades, por meio da vinculação dos processos de trabalho organizacionais contidos na Cadeia de Valor do MJSP com os produtos do Planejamento Estratégico 2020-2023 (indicadores, metas e projetos estratégicos), identificou os processos considerados estratégicos, para os quais o gerenciamento de riscos é obrigatório. Conforme apresentado na tabela a seguir:

UNIDADES	Processos da Cadeia de Valor	
	Total	Estratégico
SE	30	7
SENAJUS	25	9
SENAD	11	3
SENASP	17	5
SEGEN	18	3
SENACON/CFDD	13	3
SEOPI	11	5
DEPEN	39	12
PF	55	6
PRF	46	10
ARQUIVO NACIONAL	32	3
AECI	2	1
TOTAL	299	67

Fonte: SE/MJSP

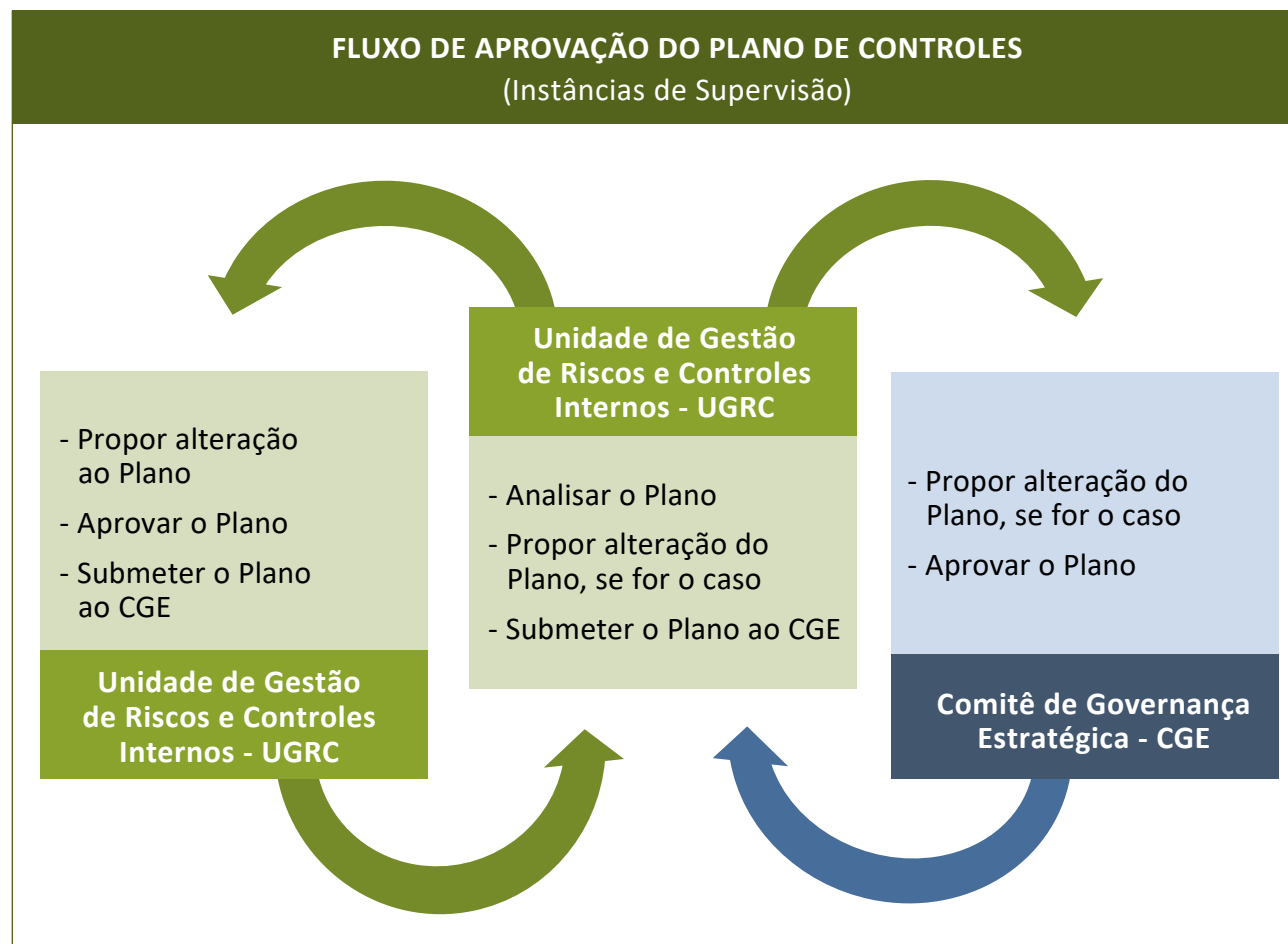
A partir da definição dos processos prioritários, os Gestores dos processos estratégicos e suas equipes, com o uso do sistema AGIR, deram início, em novembro de 2020, às atividades de identificação e avaliação dos riscos a eles relacionados, definição da opção de tratamento do risco e elaboração do plano de implementação de controle, sinteticamente apresentadas no diagrama a seguir.



Fonte: AECI/MJSP

Em função dos ajustes realizados no Planejamento Estratégico, especialmente, nos indicadores e projetos estratégicos, houve uma redução no quantitativo de processos priorizados de 69 (sessenta e nove) para 67 (sessenta e sete processos estratégicos), sendo que o mapeamento dos riscos e a definição da estratégia de tratamento desses riscos dos processos estavam concluídos pelos Gestores em setembro de 2021, bem como seus respectivos Planos de Implementação de Controles aprovados pelas Unidade de Gestão de Riscos e Controles Internos - UGRC e submetidos às demais instancias de supervisão.

Vale destacar o monitoramento da estrutura de governança e de gerenciamento de riscos e controles internos o qual permite que o MJSP se certifique da adequação dessa estrutura aos seus objetivos estratégicos. Com base nesse monitoramento, os Planos de Implementação dos Controles, são avaliados pelas Instâncias de Supervisão, cujo fluxo de aprovação está ilustrado na figura a seguir, e caso sejam percebidas deficiências ou vulnerabilidades, recomendações são feitas para um aperfeiçoamento dos instrumentos de gerenciamento de riscos e controles internos



Fonte: AECI/MJSP

Em seguimento ao fluxo de aprovação dos referidos Planos, conforme demonstrado na tabela a seguir, foram analisados pelo CGRC os sessenta e cinco Planos de Implementação de Controles para o tratamento de riscos dos processos priorizados, sendo que desses vinte (20) estão sendo ajustados pelas Unidades dos Ministério e quarenta e cinco (45) foram aprovados pelo CGE. Os 20 restantes serão submetidos à aprovação na primeira reunião do CGE em 2022.

Processos de Trabalhos Estratégicos por Unidade

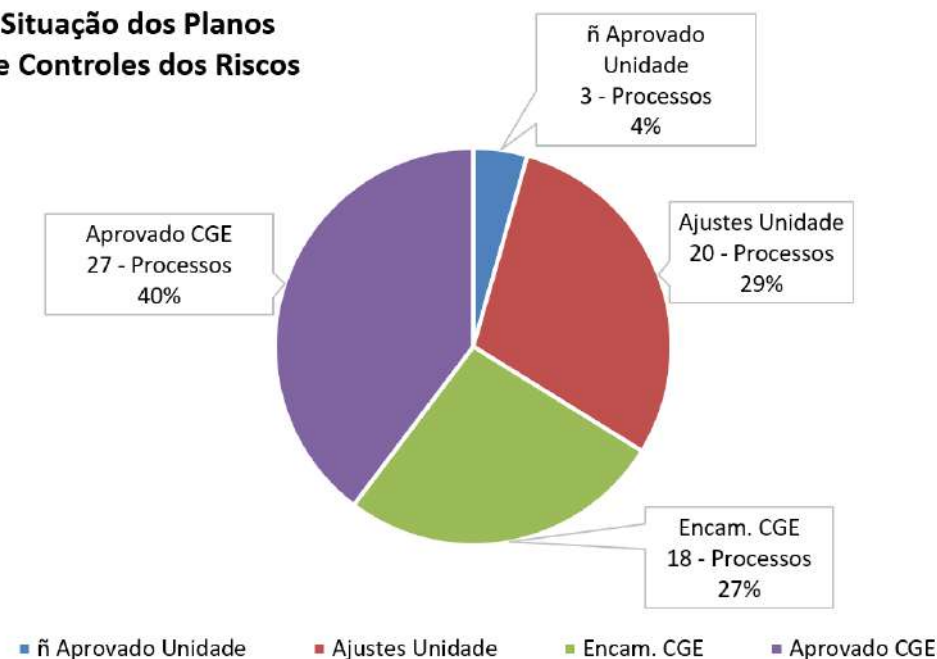
Unidade	Aprovados na Unidade	Analisados CGRC	Ajustes p/ Unidade	Aprovados pelo CGE
AN	3	3	2	1
AECI	1	1	-	1
PRF	10	10	7	3
PF	6	6	-	6
SE	7	7	-	7
DEPEN	12	12	-	12
SEOPI	5	5	-	5
SENACON	3	3	3	0
SEGEN	3	3		3
SENASP	3	3	2	1
SENAJUS	9	9	6	3
SENAD	3	3	-	3
Total	65	65	20	45

Fonte: AECI/MJSP

Como resultado dos trabalhos de mapeamento dos riscos realizados pelas unidades em seus processos de trabalho estratégicos, foram identificados quatrocentos e dezenove (419) eventos de riscos.

Identificados os riscos, no sentido de compreender o efeito combinado de suas causas e consequências na realização dos objetivos do Ministério, esses foram avaliados com base em dois aspectos: a probabilidade do risco ocorrer e o seu impacto sobre um ou mais objetivos. A partir da avaliação dos aspectos probabilidade e impacto foi possível construir a matriz de riscos, conforme apresentada a seguir, com a finalidade de relacionar os níveis de probabilidade e impactos, para definir o nível de risco.

Situação dos Planos de Controles dos Riscos



Fonte: AECI/MJSP

Matriz probabilidade x impacto

Impacto \ Probabilidade	(1) Insignificante	(2) Fraco	(3) Moderado	(4) Forte	(5) Catastrófico
(5) Muito Alta (>90%)	-	2	6	6	-
(4) Alta (>50% <=90%)	1	3	49	20	5
(3) Média (>30% <=50%)	2	11	77	41	7
(2) Baixa (>10% <=30%)	-	20	52	53	5
(1) Muito Baixa (<=10%)	-	7	25	24	3

Escala para classificação de Níveis de Risco

RB (Risco Baixo)	RM (Risco Médio)	RA (Risco Alto)	RE (Risco Extremo)
1-4	5-11	12-15	16-25

Fonte: AECI/MJSP

Conhecido o nível de risco, foi estabelecida a estratégia que será adotada para tratar o evento de risco. O tratamento de riscos envolveu a identificação das opções de tratamento desses riscos, avaliação dessas opções e a seleção das alternativas mais adequadas para modificar o nível do risco (Resposta ao Risco), bem como a elaboração do Plano de Implementação de Controles contemplando o conjunto de medidas a serem implementadas. Do total de riscos identificados foram estabelecidas ações de mitigação para trezentos e trinta e nove (339) deles.

Resposta	Qtde
Aceitar	62
Evitar	12
Reduzir	317
Transferir/Compartilhar	22
não informada	6
Total Geral	419

Fonte: AECI/MJSP

Com o intuito de acompanhar a implementação da estratégia, de identificar possíveis desvios e de implementar ações corretivas, visando o alcance dos objetivos estratégicos, os Resultados do Plano de Implementação de Controles serão avaliados serão monitorados mensalmente, por meio de indicadores próprios para o acompanhamento da implementação dos controles planejados, tais como:

INDICADOR	FÓRMULA
% controles implementados por processo	Controles concluídos/total de controles do processo
% controles em andamento por processo	Controles em andamento/total de controles do processo
% controles atrasados por processo	Controles atrasados/total de controles do processo
% controles não iniciados por processo	Controles não iniciados/total de controles do processo

Fonte: AECI/MJSP

Para tanto, as unidades do MJSP irão atualizar regularmente no sistema AGIR as informações sobre a execução do Plano de Implementação de Controles, a situação das ações e dos trabalhos realizados em relação a riscos identificados para os processos sob sua responsabilidade. Do total de riscos identificados foram apresentadas propostas de ações de controle para mitigação dos riscos, dentre os quais destacamos:

Eixos temáticos de Riscos



Gestão documental nos
órgãos e entidades integrantes
do SIGA;

Preservação do patrimônio
documental nacional; e

Política Nacional de Arquivos.

Mitigação

Manualização dos macroprocessos finalísticos "Gerir o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA)" e "Preservação do patrimônio documental nacional".

Revisão de instrumentos normativos do SIGA em alinhamento com a Política de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal - PDGeArq.

Tratamento e digitalização de acervos prioritários - Ampliação da disponibilização do acervo em meio digital e modernização tecnológica dos serviços de atendimento.

Desenvolvimento do novo Sian -Sistema informatizado de acesso aos documentos do Arquivo Nacional.

Aperfeiçoamento/modernização do sistema de controle climático com ampliação da área de monitoramento.

Definição de procedimentos para ampliar a preservação e a segurança do acervo e identificar a origem de um eventual furto ou adulteração de acervo.

Adequações às exigências do Corpo de Bombeiros e treinamento dos servidores.

Fortalecimento do programa de difusão do acervo.

Criação de grupo de trabalho para Realização de avaliação da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados.

Realização da II Conferência Nacional de Arquivos (2023) para aprovação da proposta do CONARQ de atualização da Lei nº 8.159/1991.



Identificação e Investigação Criminal; e

Bancos e Dados Biométricos afetos à Segurança Pública.

Aprimoramento do monitoramento do uso do banco nacional multibiométrico para individualização inequívoca da pessoa nas ações de identificação civil e criminal no estado brasileiro.

Implementação de câmaras técnicas no âmbito da Polícia Federal, visando a elaboração de instrumentos normativos de caráter técnicos e legais.

Modernizar e implementar o sistema multibiométrico na Polícia Federal.

Modernização/estruturação de Centrais de Custódia para fins de armazenamento de materiais.

Auditoria Interna e promoção da Gestão da Qualidade.

Desenvolver estratégias para a alocação de recursos humanos visando o aperfeiçoamento do processo de trabalho da perícia.

Desenvolver nova solução sistêmica do Sistema Nacional de Informações Criminais.

Implantação dos processos de Gestão de incidentes, problemas e mudanças para o sistemas - e-Pol.



Fiscalização, segurança e a livre circulação nas rodovias federais; e

Integração de Sistemas de Dados e Informações de interesse da segurança pública.

Ampliação do serviço de comunicação por rádio digital - mapear as zonas de sombra - trechos de baixa cobertura - de comunicação telefônica e de rádio comunicação junto às superintendências da PRF.

Ampliação do monitoramento através do Alerta Brasil - mapear trechos com necessidade de monitoramento.

Estabelecimento de efetivo ideal frente as demandas de operações de prevenção e repressão aos crimes e ilícitos.

Definição de dados e sistemas a serem ofertados pela PRF.

Criar comitê nacional de integrações para gerenciamento e acompanhamento de todas as integrações realizadas.

Implementar ferramentas de transformação digital que melhorem a eficiência do trabalho policial.

Firmar parcerias com outros órgãos para compartilhamento de informações.

Elaborar estudos e relatórios demonstrativos de evidências da necessidade de uma atuação consistente voltada à segurança viária.

Melhorar a atual articulação legislativa, de maneira proativa, com monitoramento de projetos que impactem na atuação da PRF.

Elaborar metodologia de controle de solicitações de intervenções em infraestrutura.

Criar indicadores estratégicos de fomento a melhorias em infraestrutura.

Estabelecimento de um fluxo de processo de identificação de conhecimentos que devam ser difundidos pelas equipes PRF para outras agências de inteligência.

Instituição de um grupo de trabalho para a criação de um manual de metodologia para produção e análise de dados.

Planejamento das ações de EDT com base nos dados de acidentalidade.

Preparar um planejamento anual das ações de EDT com informações precisas sobre a necessidade de aquisição de materiais e equipamentos e demais insumos para as atividades de EDT.



Sistema Penitenciário Nacional
– Estratégias de Operação;

Dados, Informações e
Estatísticas; Ampliação de
Vagas e Modernização dos
estabelecimentos prisionais;

Ações de reintegração social
em estabelecimentos penais;

Aplicação de Alternativas

Revisão e Modelagem do temo de cooperação com os Estados.

Padronização dos procedimentos e a atuação dos servidores na FOCOPEN.

Criação do Plano de Segurança Orgânica.

Acompanhamento e monitoramento das equipes de inteligência das penitenciárias federais.

Estabelecimento de acordos para uso de outras bases de dados para a realização dos cruzamentos.

Criação de Política de revisão de dados do Depen.

Penais em substituição à prisão; e

Valorização, capacitação e qualidade de vida dos trabalhadores dos serviços penais.

Modernizar a tecnologia de defesa e segurança nos estabelecimentos penais federais.

Construir o reforço da segurança externa (Muralhas) da Penitenciária Federal em Brasília.

Capacitação e treinamentos dos servidores das carreiras de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal em defesa pessoal, gerenciamento de riscos, plano de defesa.

Implementação do SIAPENWEB como Sistema de Administração Penitenciária no SPF.

Fomentar a efetivação da aquisição da nova plataforma de monitoramento do SPF por meio da atuação conjunta.

Fomentar e incentivar a troca de informações seguras entre as Agentes de Inteligência Penitenciária.

Articulação com o Ministério da Educação para ampliação de vagas de curso profissionalizante, Fomento de cursos técnicos semipresenciais ou EAD como estratégia de ampliação.

Implantação de rádios ecumênicas nos estabelecimentos prisionais.

Elaboração dos 27 Planos Estaduais de Educação para pessoas privadas de liberdade e egressos dos sistemas prisionais, com o monitoramento dos indicadores de elevação de escolaridade.

Fomento órgãos de saúde e de administração e gestão penitenciária estadual e municipal sobre a importância da criação de Núcleos locais de SSQV para atendimento dos servidores penitenciários.

Coleta e sistematização contínua de informações de vigilância, fluxo e assistência referentes à saúde e qualidade de vida dos servidores.

Atualização da Matriz Curricular Nacional de Educação em Serviços Penais.

Proposição de consolidação de orientações técnicas sobre aparelhamento quando da utilização de recursos federais (nota técnica, portaria etc). Disponibilização de orientações para a aquisição de equipamentos na área de aparelhamento de estabelecimentos prisionais.



Capacitação em Segurança Pública; e

Contratação de aquisição de bens e serviços de segurança pública.

Atualização do Portal EaD.

Cadastro de gestores de ensino na rede Sinesp.

Iniciar estudo para avaliar a amplitude de atuação do ComprasSusp, referente a indicação de recursos financeiros e entregas futuras.



Operações integradas, ações de inteligência em segurança pública; e

Integração de Sistemas de dados e produção de Informações.

Fomentar o compartilhamento de dados e informações.

Padronizar e automatizar a elaboração de documentos de inteligência.

Realizar a expansão e modernização da infraestrutura e dos equipamentos de tecnologia da informação, com previsão de instalação de 13 centros integrados até 2023.

Mobilizar novos profissionais, iniciando os processos com antecedência de 90 a 120 dias do término do período de permanência, com acompanhamento constante das novas mobilizações.

Por meio de encontros técnicos, reuniões de alinhamentos, conscientizar as UF da necessidade de permanência dos profissionais mobilizados para a continuidade dos projetos, apresentando os resultados positivos de assessoramento ao gestor e no combate à criminalidade.

Identificar as necessidades das agências de inteligência e capacitar os agentes, visando a padronização dos processos e integração das informações.

Elaborar proposta de ato normativo do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública - PLANISP, através da padronização já estabelecida na Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública e na Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública – ENISP.

Realizar a atualização da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública.

Proposta de reformulação do Projeto Estratégico Sistema inteligente de consciência situacional, voltado para a busca de dados, análise, produção de conhecimento e difusão junto aos órgãos integrantes do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - SISP.

Produção de conhecimento para assessoramento do gestor sobre ações ou projetos que irão atender as necessidades/demandas da segurança pública (conscientização permanente).

Adequação do tratamento de dados realizado pela Diretoria de Gestão e Integração de Informações (DGI) em conformidade com a Lei 13.709/2018 (LGPD).

Disponibilização de aplicações de segurança pública para os Estados, para que haja padronização dos sistemas.

Promoção de critérios de integração de Sistemas de Segurança Pública, para que sejam adotados pelos Estados ao contratarem sistemas.

Envolvimento do Conselho Gestor do SINESP (CONSINESP), nos casos necessários, para sensibilização dos entes federados.



Processos Organizacionais;

Governança e Gestão de TIC; e

Licitações e Contratos.

Elaborar e publicar o Método (manual e ferramentas) de Gestão de Processos do MJSP.

Elaborar Plano de Comunicação da Cadeia de Valor revisada para os servidores e gestores das unidades do MJSP.

Elaborar estudo e propor projeto para instituição de um modelo de monitoramento e avaliação de processos estratégicos.

Antecipação dos processos de prorrogação dos contratos de serviços continuados.

Elaboração do catálogo de itens de TIC e Publicação da Portaria de definição de TIC.



Gestão de Ativos.

Propor à unidade central da SPU a intercessão junto às suas superintendências regionais na agilidade do processo de homologação de avaliação de bens imóveis.

Propor atuação conjunta entre SENAD, CNJ e DENATRAN para compartilhamento de informações sistêmicas.

Criação e implementação de um indicador de efetividade dos processos de prestação de contas de leilões.



CLASSIFICAÇÃO
INDICATIVA

Promoção de estudos e diagnósticos sobre o sistema de justiça;

Classificação Indicativa; e

Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia Contra lavagem de Dinheiro.

Implementação de sistema automatizado para a área de OSCIP e redistribuição de pessoal para os novos projetos a serem implementados.

Finalização de guia específico de artes visuais com a participação de representantes do setor.

Finalização de guia específico de rádios, com a participação de representantes do setor.

Manutenção do sistema de análise prévia para os segmentos de mercado de cinema e home video.

Monitoramento e fiscalização de plataformas de *streaming*.

Monitoramento e fiscalização ostensivos das plataformas que disponibilizam conteúdos classificáveis.

Redesenho estrutural da plataforma para coleta dos dados de cadastramento das unidades de LAB-LD.

Estruturação da capacitação fornecida pela Rede-Lab.

Implementação de modelos de documentos e procedimentos padronizados com elaboração de Manual e tutoriais para orientar os atores do processo.



Política de Prevenção e Reparação de Danos Coletivos e Difusos.

Estruturar site do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) com os resultados dos projetos em andamento.

Reformar a Declaração de Capacidade Técnica exigida para aprovação de projetos.

Riscos de Integridade das Instâncias Internas de Apoio à Governança e das Unidades Finalísticas

Integridade é a qualidade de quem é honesto, incorruptível e pauta seu comportamento em ações que demonstram retidão. Para além disso, na administração pública, incluem-se planejamento, controle, austeridade, correção etc. Nesse viés, os órgãos e entidades públicos devem implementar comportamentos e ações consistentes com um conjunto de princípios e padrões éticos e morais, que deverá ser adotado por indivíduos e instituições, com a finalidade de criar barreiras que impeçam corrupções e fraudes.

No processo de implantação do Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi identificada a necessidade de iniciarmos com medidas de disseminação voltadas para cultura de integridade junto às unidades desta pasta e de todos os seus servidores. Salienta-se que por iniciativa da alta administração e de forma sistemática estão sendo implementadas diversas campanhas internas e externas, no decorrer de diversos períodos, conforme se pode verificar em vídeos destacados no final do texto, com objetivo de todas as unidades disseminarem a cultura de integridade entre os seus servidores, colaboradores e públicos de relacionamento.

Além das campanhas, o Ministério da Justiça e Segurança Pública vem estruturando e implantando o seu Programa de Integridade, em atenção ao Decreto nº 9.203, de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração federal direta, autárquica e fundacional, com estabelecimento que esses órgãos e entidades deverão instituir programa de integridade, composto por um conjunto estruturado de medidas com o objetivo de promover ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção.

O Programa de Integridade está estruturado em quatro eixos:



Fonte: <https://www.cgu.gov.br/assuntos/etica-e-integridade/programa-de-integridade/arquivos/rj-programas-de-integridade.pdf>

Para a implementação do citado programa, o mesmo Decreto dispõe que a Controladoria-Geral da União - CGU é a responsável por estabelecer os procedimentos necessários à estruturação, à execução e ao monitoramento dos programas de integridade dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Para isso, a CGU editou a Portaria nº 1.089, de 2018, na qual instituíram-se duas fases preliminares que, no Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, culminaram em seu Plano de Integridade. Além dessas duas fases, a Portaria dispõe sobre a necessidade de expandir o alcance do programa de integridade para as políticas públicas e para fornecedores e organizações públicas ou privadas com as quais os órgãos e entidades públicos mantenham relação. No MJSP, essa medida fará parte de uma terceira fase, já em andamento, que envolve as unidades finalísticas e aquelas que se relacionam com agentes externos ao Ministério. Isso ocorreu da seguinte forma:

- **Fase 1** - Constituição da unidade de gestão de integridade.
- **Fase 2** - Aprovação do Plano de Integridade, a partir de seis etapas, seguidas para a elaboração deste trabalho.

- **Fase 3** - Expansão das medidas do Plano de Integridade para as Unidades que executam políticas públicas e para fornecedores e organizações com os quais o Ministério mantenha relação.

A fase 1 se deu com a criação da Comissão Executiva do Programa de Integridade - CEPI, formada pelos seguintes membros: Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, Presidente da Comissão de Ética, Corregedor-Geral, Ouvidor-Geral, Subsecretário de Administração, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, e agentes de integridade das unidades finalísticas.

Essas áreas deverão desempenhar suas atividades de forma harmônica e inter-relacionada, para um perfeito funcionamento do trabalho e consequentemente gerar produtos satisfatórios à sociedade.

A fase 2 se concretizou com a aprovação do Plano de Integridade do MJSP, que contempla, entre outros pontos, o levantamento dos riscos para a integridade e o estabelecimento de medidas de tratamento, dos agentes internos de integridade (Ouvidoria, Corregedoria, Comissão de Ética, Controle Interno, Pessoal, Tecnologia da Informação, Licitações e Contratos e Planejamento e Orçamento).

A metodologia utilizada para a identificação e avaliação dos riscos, planejamento, implementação e controle das respostas aos riscos de integridade está descrita no “Manual de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do MJSP”, anexado nos documentos no final dessa página.

Cabe salientar, que o Plano de Integridade do MJSP foi completado com a 3ª Fase, que expandiu o Programa, para todas as Políticas Públicas da Pasta.

Em atendimento a algumas das medidas de tratamento, foram realizadas as seguintes ações nas fases 1 e 2:

Publicação das seguintes Portarias:

- Portaria - MJSP nº 86, de 19 de janeiro de 2019, alterada pela de nº 86, de 23 de março de 2020, que define o Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Portaria - MJSP nº 430, de 15 de abril de 2019, que disciplina os procedimentos a serem adotados para impedir o nepotismo em nomeações, designações ou contratações de agentes públicos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Portaria - MJSP nº 431, de 15 de abril de 2019, que regulamenta a consulta sobre a

existência de conflito de interesses e o pedido de autorização para o exercício de atividade privada por servidor público em exercício no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Realização de ações de conscientização dos servidores e colaboradores do Ministério, quais sejam:

- Divulgação interna da campanha “Faça a coisa certa, sempre”, com vídeos e palestras.
- Criação dos valores institucionais (integridade, ética, interesse público, respeito, legalidade, resultados, capital humano, inovação, transparência e sustentabilidade), com a participação tanto da alta administração quanto dos servidores.
- Divulgação da campanha "Integridade, Transparência e Compromisso. Uma Gestão por Resultados", com vídeos.

A fase 3 foi implementada por meio do mapeamento, análise e avaliação dos riscos para a integridade das respectivas políticas públicas das Unidades, bem como do estabelecimento de medidas de tratamento aos riscos avaliados como de nível médio, alto ou extremo. Essa ação se deu em todas as etapas das políticas – formalização, execução, avaliação e

prestação de contas –, assim como em outras atividades que possam gerar riscos à integridade. Para essa fase, foi elaborado, também, um Plano de Integridade, por meio do qual se dará o acompanhamento e monitoramento das medidas de tratamento que serão implementadas para mitigar os riscos.

As Unidades envolvidas na 3ª fase são:

- Secretaria-Executiva / Subsecretaria de Administração;
- Secretaria-Executiva / Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- Secretaria Nacional de Justiça;
- Secretaria Nacional do Consumidor;
- Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos;
- Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública;
- Secretaria de Operações Integradas;
- Departamento Nacional Penitenciário;
- Polícia Federal;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Arquivo Nacional.

Cabe Salientar que foram identificados e apresentados eventos de riscos para a integridade passíveis de ocorrer, para todas as fases de uma política - formalização, execução, avaliação e prestação de contas -, e também foram identificados riscos gerais de integridade. Para a formalização das políticas, o levantamento dos riscos foi baseado no Guia Prático de Análise Ex Ante utilizado pela Administração Pública Federal na elaboração de suas políticas, com foco nos seguintes pontos: diagnóstico do problema; escolha da solução; desenho da política; estratégia de implementação; impacto orçamentário e financeiro; confiança e suporte político; e monitoramento, avaliação e controle.

A partir disso, foi elaborada uma matriz de riscos com 64 eventos de riscos identificados para a integridade. A matriz foi aplicada para cada política pública ou programa do Ministério, na qual cada unidade envolvida, depois de identificar os seus controles existentes, avaliou os riscos residuais e propôs medidas de tratamento para aqueles avaliados como médio, alto ou extremo.

Como resultados foram apresentados e avaliados 2.925 eventos de riscos, a partir da matriz com 64 eventos de riscos de integridade passíveis

veis de ocorrer, com indicação de 133 medidas proposta de tratamentos de riscos.

Cabe ressaltar que no âmbito de cada unidade, foi possível verificar que algumas medidas de tratamentos propostas atuam na mitigação de um ou mais riscos simultaneamente, assim como há riscos identificados para os quais há mais de uma medida de tratamento proposta.

Além disso, como uma das ações para mitigar os riscos à integridade do MJSP inerentes às atividades de que trata esta terceira fase, foi publicada a Portaria MJSP nº 513, de 15 de setembro de 2020, que dispõe sobre a implantação de Programa de Integridade em empresas contratadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a qual entra em vigor em 30 de novembro de 2020. Quanto à implementação dos dispositivos da referida Portaria, a Consultoria Jurídica - Conjur/MJSP - elaborou parecer (anexado neste site no campo referente a documentos) em que indica à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos do Ministério a necessidade de que sejam realizadas as devidas adaptações nos modelos de editais e em outros documentos da contratação, com o objetivo de fixar a interpretação a ser seguida, uniformemente, pelas áreas de atuação da Pasta. No mesmo Parecer, a Conjur, também,

recomenda os modelos a serem utilizados nas adaptações dos documentos utilizados nas contratações. A Secretaria-Executiva deu conhecimento, por meio de Ofício-Circular, destas recomendações da Conjur a todas as áreas envolvidas, para as devidas providências.

Quanto ao processo de monitoramento e atualização periódica, conforme previsto no Plano de Integridade, a avaliação das medidas de tratamento aos riscos estabelecidas por todas as unidades do MJSP, se dá semestralmente. Primeiro, conforme já falado, ocorreu o mapeamento dos riscos dos agentes internos de integridade (Ouvidoria, Corregedoria, Comissão de Ética, Controle Interno, Pessoal, Tecnologia da Informação, Licitações e Contratos e Planejamento e Orçamento), que integram a 2ª fase. Trabalho iniciado no último semestre de 2018, em que quase todas as medidas de tratamento já foram implementadas e essas já finalizadas são apenas monitoradas para avaliação da necessidade de medidas adicionais. Em relação às medidas de tratamento para os riscos referentes às políticas das unidades finalísticas, que fazem parte da 3ª fase, a avaliação ocorreu no início de 2021 e, no segundo semestre do mesmo ano, iniciou-se o segundo ciclo de avaliação.

Por fim, destaca-se a necessidade e importância da nova Campanha do Ministério da Justiça e Segurança Pública com objetivo de fortalecer a cultura institucional e o compromisso com uma gestão por resultados do nosso Programa de Integridade, com o slogan "INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E COMPROMISSO. Uma Gestão por Resultados", lançada em novembro de 2020.



MONITORAMENTO E ATUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE (2019/2020/2021)

O processo de monitoramento e atualização do Programa de Integridade, no âmbito do Ministério, é realizado de forma periódica. O Plano de Integridade do órgão, estabelece que a avaliação das medidas de tratamento aos riscos à integridade estabelecidas por todas as unidades do MJSP deve ocorrer semestralmente. Esta etapa de monitoramento e atualização é de atribuição da Coordenação-Geral de Integridade e Riscos - CGIR -, que pertence à estrutura da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI -, e representa a Unidade de Gestão de Integridade - UGI.

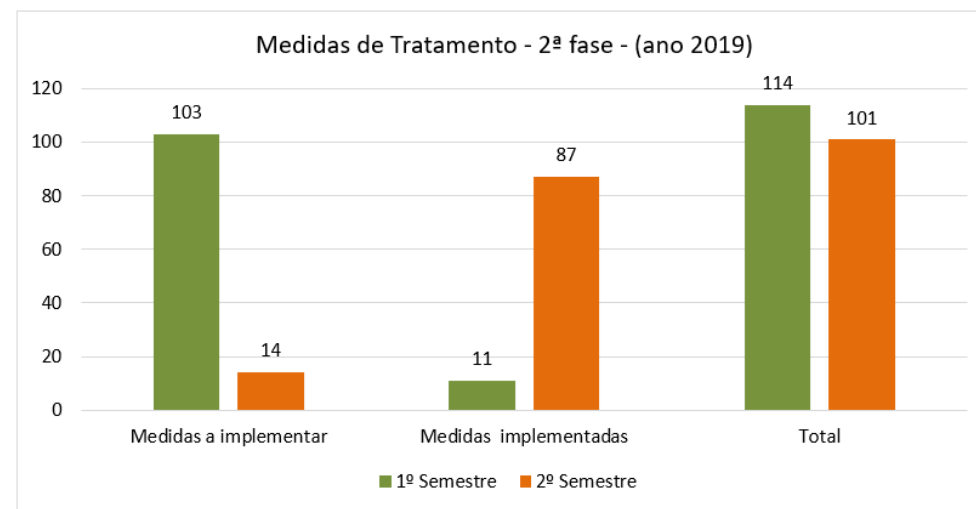
Resultado do monitoramento e atualização das medidas de tratamento

No último semestre de 2018, ocorreu o primeiro mapeamento dos riscos dos agentes internos de integridade (Ouvidoria, Corregedoria, Comissão de Ética, Controle Interno, Pessoal, Tecnologia da Informação, Licitações e Contratos e Planejamento e Orçamento), inclusive do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) que possuem unidades que integram a 2ª fase.

Desse modo, a atualização, a partir do monitoramento da implementação das medidas de tratamento aos riscos, aconteceu no final do primeiro semestre de 2019, por meio de solicitação às Unidades supracitadas de informações referentes ao estágio de implementação das medidas mitigadoras dos riscos à integridade, via processo no Sistema de Eletrônico de Informações - SEI.

Esta etapa envolve revisão e atualização das datas das medidas não concluídas e apresentação de evidências das implementadas. Após a avaliação das respostas encaminhadas pelas áreas demandadas, das 114 (cento e quatorze) medidas de tratamentos em monitoramento, 11 (onze) foram concluídas.

Em relação ao segundo semestre de 2019, após a revisão das medidas em monitoramento, 101 (cento e uma) estavam em fase de implementação, das quais 87 (oitenta e sete) foram concluídas.



Fonte: AECI/MJSP

No final do semestre de 2019, também, iniciou-se a terceira fase com a expansão do Programa de Integridade para as unidades finalísticas, responsáveis pela execução das políticas públicas. Esta atividade começou a ser executada, em novembro, com o levantamento dos riscos à integridade de todas as políticas públicas executadas pelo MJSP, mas a primeira atualização das medidas de tratamento somente ocorreu em 2021.

Resultado do monitoramento e atualização das medidas de tratamento

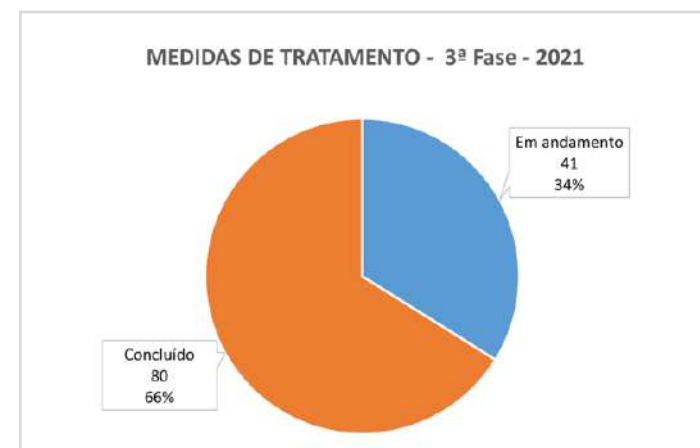
Durante o ano de 2020, devido à Pandemia de Covid-19, a implementação de algumas das medidas de tratamento, bem como a atualização do status de implementação no Plano de Integridade ficou prejudicada, embora as unidades tenham encaminhado as informações. Isso fez com que a atualização ocorresse somente no primeiro semestre de 2021.

Em relação à implementação da terceira fase, também, devido à Pandemia, e ainda em razão da robustez do trabalho, uma vez que envolveu todos os órgãos do MJSP que executam políticas públicas, as ações de levantamento de riscos, avaliação e estabelecimento de medidas de tratamento aos riscos à integridade ocorreram até meados do segundo semestre de 2020. Por isso, a primeira atualização iniciou-se no primeiro semestre de 2021.

Resultado do monitoramento e atualização das medidas de tratamento

Em 2021, foram atualizadas as medidas de tratamento aos riscos à integridade, propostas pelos agentes internos de integridade (Ouvidoria, Corregedoria, Comissão de Ética, Controle Interno, Pessoal, Tecnologia da Informação, Licitações e Contratos e Planejamento e Orçamento), inclusive do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) que possuem unidades que integram a 2ª fase. O procedimento se deu por meio de solicitação às Unidades supracitadas de informações referentes ao estágio de implementação das medidas mitigadoras dos riscos, via processo no Sistema de Eletrônico de Informações (SEI). A 2ª fase envolveu revisão e atualização das datas das medidas não concluídas e apresentação de evidências das implementadas. Após a avaliação e revisão das medidas de tratamento propostas pelas áreas demandadas, verifica-se que, das 108 (cento e oito) medidas, 94 (noventa e quatro) foram concluídas, e 14 (catorze) estão em monitoramento

Em relação ao monitoramento das medidas de tratamento da 3ª fase, as ações são as mesmas da 2ª fase, ou seja, envolve a atualização das datas das medidas não concluídas e apresentação de evidências das implementadas. Após a avaliação das respostas encaminhadas pelas áreas demandadas, constatou-se o seguinte resultado: das 121 (cento e vinte e uma) medidas de tratamentos propostas, 80 (oitenta) foram concluídas e 41 estão em andamento.



Fonte: AECI/MJSP



Ministério da Justiça e Segurança Pública

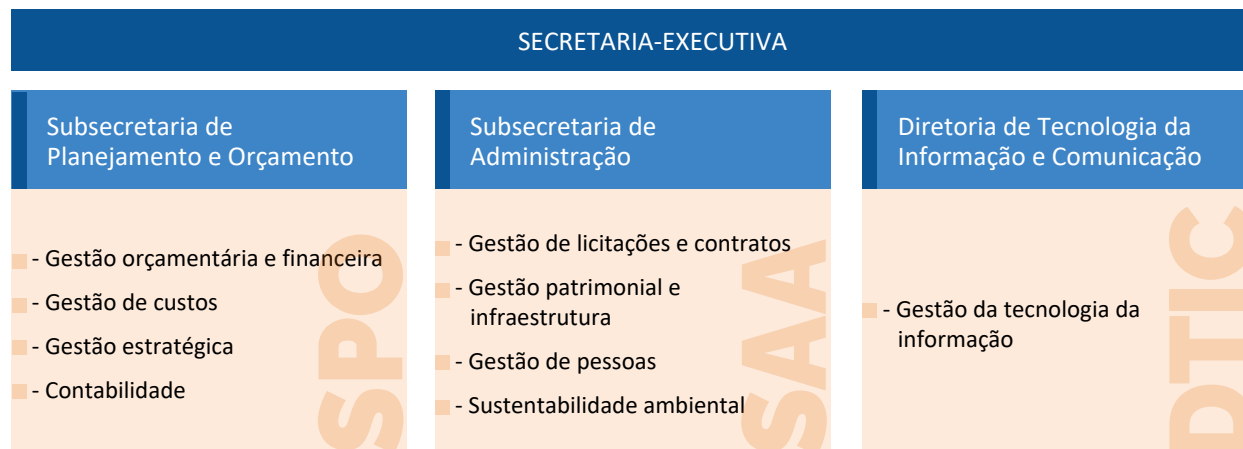
RESULTADOS DE DESEMPENHO
DA GESTÃO

O resultado e desempenho da gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública será apresentado em duas partes, em conformidade à Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020.

Na primeira, será apresentado o resultado da atuação do Ministério nas temáticas de responsabilidade da Secretaria-Executiva, cuja gestão e acompanhamento são indispensáveis no desempenho da governança do órgão e contribuem de forma significativa para a efetividade da gestão.

Fazem parte do referido item os seguintes assuntos:

- a) gestão orçamentária e financeira;
- b) gestão de custos;
- c) gestão de licitações e contratos;
- d) gestão patrimonial e infraestrutura;
- e) gestão de pessoas;
- f) sustentabilidade ambiental; e
- g) gestão da tecnologia da informação.



É importante ressaltar que, para o desenvolvimento de suas competências, a Secretaria-Executiva possui, em sua estrutura, duas Subsecretarias e uma Diretoria: a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO e a Subsecretaria de Administração - SAA, que atuam como órgão setorial dos sistemas estruturantes do Ministério, e a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC, responsável pela gestão da informação do órgão.

Dessa forma, no âmbito do tópico dos resultados da Secretaria-Executiva, serão apresentadas:

- a) a declaração do Secretário-Executivo;
- b) a declaração do Subsecretário de Planejamento e Orçamento;
- c) a declaração do Subsecretário de Administração; e
- d) os principais resultados da Secretaria-Executiva.

Considerando que a gestão estratégica e a contabilidade possuem tópicos específicos neste Relatório Integrado, a SPO tratará, neste capítulo, apenas os resultados relativos à gestão orçamentária e financeira e à gestão de custos.

Na segunda parte, serão apresentados os resultados dos principais projetos e indicadores, previstos no Planejamento Estratégico, vinculados à Cadeia de Valor do Ministério, onde são agrupados os macroprocessos e processos resultando nas entregas para a sociedade.

Conforme orientações previstas na 3ª Edição do Guia para Elaboração, na forma de Relatório de Gestão Integrado, publicado pelo Tribunal de Contas da União, serão também apresentadas as causas/impedimentos para o alcance dos objetivos e justificativas para os resultados alcançados, bem como os desafios e próximos passos para o próximo ano.

A segunda parte foi organizada a partir dos objetivos estratégicos finalísticos previstos no Planejamento Estratégico do Ministério, quais sejam:

- Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira.
- Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão.
- Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública.
- Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional.
- Promover a gestão e a alienação do produto de crimes.
- Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor.
- Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional.

Cabe ressaltar que informações adicionais referentes às temáticas tratadas neste item, poderão ser encontradas no link: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

DECLARAÇÃO DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO



O exercício de 2021 teve como insigne marco o maior percentual de execução orçamentária em Justiça e Segurança Pública do País em décadas, alcançando o melhor desempenho em 21 anos, números que demonstram a efetividade e a eficiência da gestão dos órgãos integrantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP.

Face aos numerosos desafios, a exemplo do enfrentamento à Covid-19, a Secretaria-Executiva (SE) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) calçou a sua atuação para o progresso, mediante proposições estruturantes com o intuito de contribuir para o atingimento dos resultados dos órgãos do MJSP e de suas entidades vinculadas, reforçando práticas e estratégias de melhoria dos processos gerenciais, objetivando o aperfeiçoamento e avanço do modelo de governança.

Para tanto, a SE atuou no fortalecimento da execução do Planejamento Estratégico, juntamente com o Ministro de Estado, zelando para o atingimento dos objetivos e metas integrantes da carteira de projetos e de indicadores do MJSP, no âmbito do Comitê de Gestão Estratégica, instância na qual são definidas as diretrizes estratégicas do Ministério e se realiza o acompanhamento do desempenho de cada unidade organizacional.



Márcio Oliveira

Secretário-Executivo do MJSP

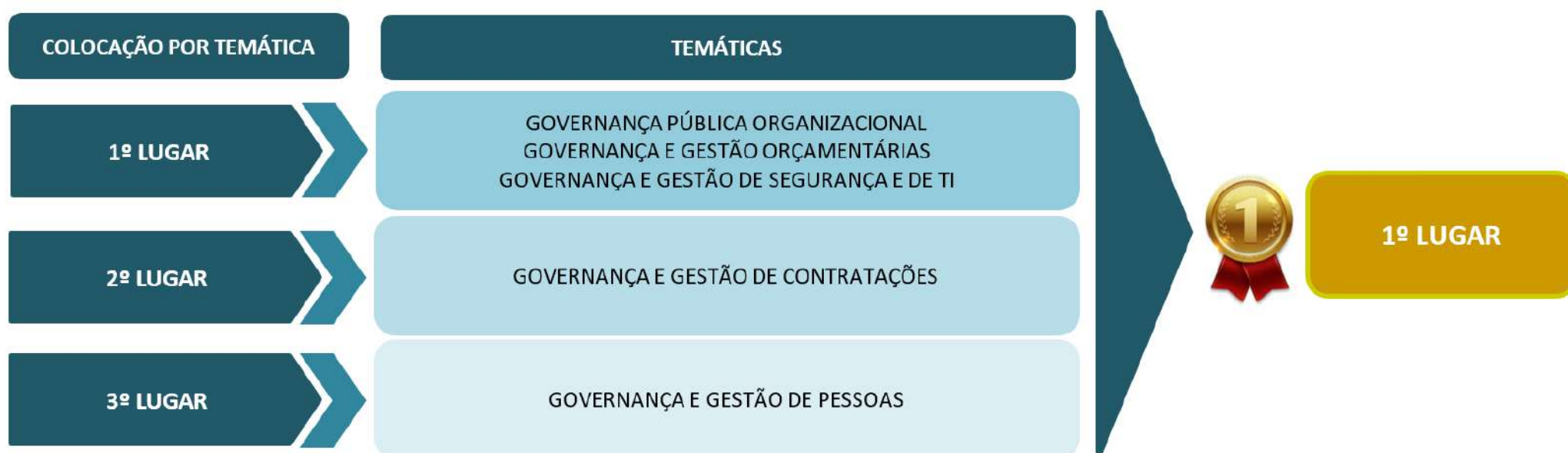
O compromisso da alta administração e a responsabilidade dos gestores dos processos organizacionais e das políticas públicas, juntamente com o constante monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos e de governança, renderam ao MJSP o 1º lugar no índice de governança e gestão dos órgãos da Administração Pública Federal, na temática Ministério, conforme aponta o levantamento do Perfil Integrado de Governança Organizacional da Gestão Pública - IGPP 2021, do Tribunal de Contas da União (TCU).

O referido levantamento teve como fito analisar informações sobre a capacidade de governança e de gestão de organizações jurisdicionadas ao TCU para verificar os níveis de fragilidade de controles de fraude e corrupção dos mecanismos de liderança, estratégias e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução

de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. O resultado dos índices de governança e gestão dos órgãos da Administração Pública Federal - Ciclo 2021 - foi divulgado pelo TCU, por intermédio do ACÓRDÃO/TCU 2164/2021 - PLENÁRIO, PROCESSO/TCU: 011.574/2021-6, segregados pelos seguintes temas: Governança Pública Organizacional, Gestão de Pessoas, Gestão de Segurança e de Tecnologia da Informação, Gestão de Contratações e Gestão Orçamentárias, assuntos que compõem a competência organizacional da Secretaria-Executiva.

Em análise comparativa dos índices, observa-se que, dos 22 órgãos selecionados, o MJSP ficou em primeiro lugar. Separando essa avaliação por temáticas específicas, verifica-se que o MJSP apresentou os seguintes resultados:

Perfil Integrado de Governança Organizacional da Gestão Pública - IGPP 2021, do Tribunal de Contas da União (TCU)



Nesse diapasão, a SE atuou na coordenação da atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (PNSP), que é o principal instrumento legal de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (Lei 13.675/18), contendo os objetivos, metas e ações estratégicas que devem ser observados e atingidos pelos entes federados (União, Estados e Municípios) de maneira integrada e harmônica, coordenados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, órgão central do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), nos termos do do Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021.

O referido Plano é estruturado em ciclos de implementação bienais e tem duração de dez anos, sujeito a revisões contínuas que deem conta do dinamismo da segurança pública e defesa social no país. O processo de atualização contou com a colaboração dos próprios órgãos de controle, por meio de consultoria, tendo sido aplicadas metodologias de análise *Ex Ante* e utilização de modelos lógicos de políticas públicas, bem como foi submetido à consulta pública onde foram recebidas contribuições tanto do público em geral quanto das próprias instituições de segurança e demais órgãos dos três poderes.

Quanto às questões de tecnologia da informação,

a SE, por intermédio de sua Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC, vem adotando uma série de medidas para o aperfeiçoamento na Segurança da Informação e Privacidade do MJSP, das quais destacam-se a contratação e implantação da segunda sala-cofre do MJSP, que visa assegurar a máxima proteção física aos equipamentos críticos de tecnologias da informação e comunicação - TIC e às informações processadas e armazenadas pelo Ministério, em especial, contra incêndios e inundações, bem como a contratação de ferramentas de análise de vulnerabilidades em ativos de TIC e aplicações Web, com o propósito de promover maior segurança e eficiência dos sistemas e serviços de TIC corporativos do MJSP. Frisa-se que juntamente com as ameaças internas, a exploração de falhas de segurança nos sistemas informatizados é o principal meio utilizado nos ataques cibernéticos com maior potencial de danos. Ainda que não seja possível assegurar a imunidade total contra esses ataques, foi graças aos investimentos na estruturação e fortalecimento da área da segurança da informação e comunicação como esses que o MJSP conseguiu passar mais um ano sem sofrer maiores perdas decorrentes de comprometimento de seus sistemas informatizados e dados.

Dada a importância da melhoria dos processos

contratuais no âmbito do MJSP, buscou-se padronizar os fluxos licitatórios, com o estabelecimento de indicadores unificados para todas as áreas de licitação do Ministério. Sendo assim, o Plano Anual de Contratações - PAC 2021 reuniu inicialmente cerca de 9.830 itens referentes às contratações, sendo 7.725 referentes a novas contratações e 2.105 prorrogações de contratos vigentes, bem como foi elaborado o PAC 2022, que contemplou todas as unidades do MJSP com um total de 5.104 itens estimados, sendo 2.827 referente a novas contratações e 2.277 prorrogações de contratos vigentes.

O Planejamento das Contratações do exercício de 2021 da SE dispôs de objetos finalísticos, de logística, de infraestrutura e tecnológica da informação, tendo alcançado o êxito em 44 processos licitatórios, dos quais 16 foram realizados mediante Pregão Eletrônico, alcançando 23,79% de redução em relação aos valores estimados das contratações.

No âmbito da Gestão de Pessoas da Pasta, e com o objetivo de promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores, foram desenvolvidas diversas iniciativas e ações de desenvolvimento, além da instituição de Programa de Incentivo Educacional, promovendo o acesso

a 27 bolsas de estudos (17 cursos de idiomas, 07 Graduação, 03 Pós-graduação Lato sensu). Registra-se, ainda, a oferta de 20 vagas de mestrado *in company* em parceria com a Universidade de Brasília - UnB e 120 vagas em curso de idioma inglês, em turmas fechadas.

Do ponto de vista orçamentário, a atuação da SE, por meio de sua Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, contribuiu para a manutenção de um orçamento robusto no Ministério e a suplementação do orçamento inicialmente aprovado na Lei nº 14.144, de 22 abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021 no expressivo montante de **R\$ 468.372.955,00 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, trezentos e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais)**.

A adequada condução do orçamento é determinante para o sucesso das políticas públicas. Nesse sentido, o Ministério vem continuamente otimizando seu processo de gestão, o que é refletido pela evolução do índice de execução, o qual apresentou resultado recorde em toda a história do Ministério, atingindo 99,4% em 2021.

Ademais, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da SE, com vistas à transparência, mantém relatórios governamentais consolidados

relativos às atividades do MJSP, que tem como objetivo evidenciar o resultado da gestão dos órgãos integrantes da estrutura regimental deste Ministério, por meio do painel *Business Intelligence* – BI (disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>). Registra-se que o painel busca permitir aos órgãos de controle e à sociedade, transparência ativa e fiscalização contínua da gestão pública, democratização do acesso às informações, além do fortalecimento do controle social, em atendimento à Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal, contendo informações sobre: o planejamento e a gestão do Ministério, incluindo os principais objetivos, metas, indicadores e resultados, com apresentação dos valores alcançados no período e acumulados no exercício, além de informações referentes a execução orçamentária e financeira, convênios, transferências, licitações, contratos, pessoal, demonstrações contábeis, entre outras.

No exercício de 2021, a SE também atuou na coordenação de ações interministeriais em prol das comunidades indígenas, com o intuito de garantir, dentre outros, o isolamento ou distanciamento social, traçando orientações

e medidas para minimizar os riscos de transmissão da Covid-19; a segurança alimentar, o saneamento e água potável; o recebimento do Auxílio Emergencial e dos benefícios assistenciais e previdenciários; e isolamento de invasores e à contenção de novas invasões.

Esse esforço do Governo Federal vem gerando resultados relevantes, entre os quais destacam-se:

- Mais de 1 milhão de cestas básicas adquiridas e entregues às comunidades indígenas, desde o início da pandemia;
- 91% da população indígena vacinada com a 1ª dose e 85% com a 2ª dose / dose única;
- Publicação da Lei nº 14.225, de 19 de outubro de 2021 (oriunda da Medida Provisória nº 1.054, de 2021) que destinou R\$ 235.348.850,00 (duzentos e trinta e cinco milhões, trezentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta reais), viabilizando a adoção das medidas retromencionadas;
- Contratação temporária de mais de 700 profissionais que estão atuando por meio da Funai nas atividades relacionadas às Barreiras Sanitárias;
- Atendimento em 07 (sete) Terras Indígenas reputadas como prioritárias (Yanomami, Munduruku, Uru-Eu-Wau-Wau, Trinchira

Bacaja, Kaiapo e Araribóia) por meio de operações comandadas pela Polícia Federal e pela Secretaria Nacional de Operações Integradas, as quais combateram a mineração ilegal, o desmatamento ilegal e a grilagem de terras; e

- Publicação do Decreto nº 10.931, de 10 janeiro de 2022, que institui o Comitê Gestor dos Planos de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas.

Conforme se verifica alhures, a SE vem atuado para a modernização dos processos de trabalho e normativos vigentes, focando na eficiência e dando ênfase à efetividade, à integridade e à mitigação de riscos, impulsionando e articulando com órgãos e entidades vinculadas à estrutura do Ministério, visando precipuamente que as políticas públicas que exigem a participação conjunta e coordenada sejam realizadas de maneira convergente e sinérgica.

Ante o exposto, **DECLARO** o cumprimento satisfatório das metas contidas nos planos para o exercício, a legalidade dos atos e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão para viabilizar e concretizar o plano estratégico institucional.

DECLARAÇÃO DO SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO é o braço da Secretaria-Executiva – SE do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP que atua diretamente como órgão setorial, junto aos sistemas estruturantes federais de organização e inovação institucional, de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de custos.

Suas competências regimentais estão estabelecidas nos Decretos nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e nº 10.785, de 1º de setembro de 2021, e na Portaria MJSP nº 429, de 30 de dezembro de 2021, e demandam articulação constante com as unidades integrantes da estrutura do MJSP e com os órgãos centrais dos supracitados sistemas, aos quais se reporta em termos de orientação normativa e supervisão técnica.

No Mapa Estratégico do MJSP, suas competências regimentais estão relacionadas aos temas da perspectiva “Fundamentos”, uma vez que o planejamento e a execução do orçamento são determinantes para a concretização das políticas públicas a serem entregues para a sociedade. As ações da SPO, por sua vez, estão vinculadas diretamente ao objetivo estratégico de “Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional”.

David de Lima Freitas

Subsecretário de Planejamento e Orçamento



Foto: Tom Costa

A SPO conduz relevantes processos da cadeia de valor do MJSP, como: gerir orçamento, contabilidade, emendas parlamentares, processos organizacionais, políticas públicas, informações de custos, estratégia e prestar contas da gestão, processos esses que se materializam no planejamento e coordenação no âmbito do MJSP do processo de elaboração do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias da União – LDO e da Lei Orçamentária da União - LOA. Além disso, realiza a condução dos processos de planejamento e modernização organizacional; na apuração e divulgação de custos; na execução orçamentária e financeira; na publicação das demonstrações contábeis e notas explicativas; na gestão da estratégia e das políticas públicas; na gestão da cadeia de valor; na coordenação do processo de elaboração dos Relatórios Governamentais, entre tantas outras entregas que possuem impacto direto na gestão, nos programas de gestão de riscos, controles internos e governança da Pasta.

A atuação desta Setorial, junto aos órgãos centrais dos sistemas de planejamento e orçamento e às Unidades Gestoras, possibilitou a manutenção de um orçamento robusto no Ministério e a suplementação do orçamento inicialmente aprovado na Lei nº 14.144, de 22 abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021, no expressivo mon-

tante de R\$ 468.372.955,00 (quatrocentos e quarenta e oito milhões, setecentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e seis reais).

A adequada condução do orçamento é determinante para o sucesso das políticas públicas. Nesse sentido, o MJSP vem continuamente otimizando seu processo de gestão, o que é refletido pela evolução do índice de execução, que apresentou resultado recorde em toda a história do Ministério, atingindo 99,4% em 2021.

	2019	2020	2021
Soma de Dotação Atual	5.577.410.984,00	5.614.828.765,00	5.148.540.187,00
Soma de Empenhado	5.044.720.266,51	5.465.598.937,75	5.118.195.738,86
% de execução	90,45%	97,34%	99,41

Fonte: Tesouro Gerencial

Os dados contemplam o orçamento do órgão superior 30000, exclusive o crédito extraordinário de combate à pandemia da COVID-19, exclusive as despesas de pessoal e benefício da folha de pessoal, exclusive reserva de contingência (recurso indisponível para a execução), inclusive emendas parlamentares e as despesas conexas às entidades da administração indireta vinculadas ao MJSP, quais sejam, Fundação Nacional do Índio e Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que não integram esse Relatório de Gestão Integrado.

Para dar cumprimento ao Acórdão nº 2823/2015-TCU-Plenário, TC 010.827/2015-3º do Tribunal de Contas da União – TCU, que propôs ao Governo Federal o desenvolvimento de ações com o intuito de reduzir o estoque de Restos a Pagar, a SPO anualmente conduz o Projeto de Mapeamento e análise da integridade dos restos a pagar, com o objetivo geral de tornar a gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP mais eficiente, buscando o equilíbrio fiscal e a integridade da inscrição dos empenhos em restos a pagar, com vistas à possível redução de seu estoque.

O resultado do trabalho em 2021 foi a redução de 4,6% do estoque (restos a pagar processados e não processados inscritos e reinscritos) de restos a pagar, aqui incluídos os valores referentes às entidades da administração indireta vinculadas ao MJSP, quais sejam, Fundação Nacional do Índio e Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que não integram esse Relatório de Gestão Integrado.

No que tange, ainda, aos aspectos orçamentários, a SPO coordena o processo de elaboração da Cartilha de Emendas Parlamentares do MJSP, documento que congrega os principais programas e projetos do Ministério e tem o condão de apresentar ao Congresso Nacional um cardápio de políticas passíveis de serem financiadas a partir da alocação de emendas ao orçamento.

A Cartilha de Emendas Parlamentares elaborada para 2022, contemplou dois documentos, um mais extenso, que detalha os objetivos do projeto que se pretende apoiar, e outro contendo infográficos com informações resumidas e didáticas acerca das entregas pretendidas para fins de aperfeiçoar a comunicação do Ministério com os parlamentares.

A Cartilha é uma importante ferramenta de convencimento dos parlamentares no sentido de direcionar recursos para as políticas prioritárias do Ministério, o que, inclusive, contribui para o

processo de execução da despesa. Nesse sentido, buscou-se divulgar projetos cujo escopo envolve a aquisição direta e doação por parte do Ministério de bens e equipamentos, o que possibilitará a realização de compras públicas com ganhos de escala e de qualidade, gerando economia de tempo e de recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros.

A Subsecretaria atuou no acompanhamento de 222 Unidades Gestoras Executoras - UGs de despesa pública, sendo 8 do núcleo central do MJSP, 35 da Polícia Rodoviária Federal, 35 da Polícia Federal, 48 da Fundação Nacional do Índio, 70 da Renda do Patrimônio Indígena, 2 do Departamento Penitenciário Nacional, 12 do Fundo Penitenciário Nacional, 1 da Secretaria Nacional de Segurança Pública, 4 do Fundo Nacional de Segurança Pública, 2 da Secretaria Nacional do Consumidor, 2 do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, 1 do Fundo Nacional Antidrogas, 1 do Arquivo Nacional e 1 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Nesse sentido, são efetuados diariamente ajustes contábeis, descentralizações de créditos e repasses financeiros e movimentações patrimoniais voltados à execução da despesa pública. Além de atendimento e apoio técnico a todas as UGs que integram o MJSP, via telefone, mensagens eletrônicas e via SIAFI, bem como por meio da emissão de relatórios de conformidade contábil, totalizando 579 encami-

nhados às unidades para correção das inconsistências contábeis identificadas.

Com base no processo de Conformidade Contábil das unidades que integram o MJSP foram elaboradas, com periodicidade trimestral, as notas explicativas às demonstrações contábeis do órgão, publicadas na página do Ministério.

Destaca-se ainda relevante atuação nos processos de Tomada de Contas Especiais - TCE, com a realização dos registros dos responsáveis pelos débitos apurados, verificação do cálculo desses débitos e baixa contábil pelo recebimento ou cancelamento da dívida.

Outrossim, foram envidados esforços no atendimento e concessão de acesso aos sistemas estruturantes, no âmbito das unidades que integram o MJSP, quais sejam: CIPI (Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal), SIAFI (Operacional, Web, Tesouro Gerencial), SIASG (Comprasnet, Sicafe, Scp), SISBACEN (Cadin), SENHA-REDE (Hod), Plataforma +Brasil (Siconv) e SIOF (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento). Ao todo, foram 6.015 atendimentos voltados a cadastros e trocas de senhas.

Com relação à melhoria contínua de processos, foi Publicada a Portaria MJSP nº 495, de 17 de novembro de 2021, que consolida em normativo

único as peculiaridades para a concessão, aplicação e comprovação do uso adequado de suprimento de fundos, e disciplina o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, no âmbito do MJSP.

Nos aspectos de direcionamento estratégico do Ministério, importa destacar a realização da Revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023, coordenada por esta Subsecretaria no âmbito do sistema de governança desta Pasta. As Reuniões de Avaliação da Estratégia – RAE foram oportunidades de reflexão sobre os grandes resultados da estratégia e de identificação de necessidade de ajustes nesse direcionador e tiveram como foco de avaliação, no alto nível, as entregas institucionais.

Evoluímos na revisão da carteira de políticas públicas que, atualmente, estão consolidadas em lista exaustiva e possuem integração com informações do planejamento estratégico 2020-2023 (projetos e indicadores estratégicos), com o Plano Plurianual 2020-2023 (programa temático), com a Cadeia de Valor (macroprocessos) e com a Lei Orçamentária Anual (ações e planos orçamentários). O monitoramento das políticas públicas desta Pasta é realizado no âmbito da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica – CT-CGE, disciplinada no Anexo X da

Portaria MJSP nº 86/2020.

Ao longo de 2021, a SPO atuou na instrução processual que culminou na elaboração da proposta de alteração do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública. A publicação do Decreto nº 10.785, de 1º de setembro de 2021, trouxe mais foco ao combate à corrupção e ao crime organizado, à gestão de ativos e promoveu mudanças que fortalecem os pilares de ação da segurança pública no país.

No que concerne à transparência e ao processo de elaboração e consolidação dos relatórios governamentais relativos às atividades do MJSP, que tem como objetivo evidenciar o resultado da gestão dos órgãos integrantes da estrutura regimental deste Ministério, o painel *Business Intelligence* – BI (disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>) é constantemente atualizado e contém informações sobre: o planejamento e a gestão do Ministério, incluindo os principais objetivos, metas, indicadores e resultados, com apresentação dos valores alcançados no período e acumulados no exercício, além de informações referentes a execução orçamentária e financeira,

convênios, transferências, licitações, contratos, pessoal, demonstrações contábeis, entre outras. O citado painel visa permitir aos órgãos de controle e à sociedade, transparência ativa e fiscalização contínua da gestão pública, democratização do acesso às informações, além do fortalecimento do controle social, em atendimento à Instrução Normativa-TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal.

Em 2021, a atuação desta Subsecretaria materializada nas iniciativas anteriormente citadas convergiram para o fortalecimento da governança e da gestão e contribuíram para o 1º lugar alcançado pelo Ministério no ranking do Índice de Governança e Gestão – IGG apurado e divulgado pelo Tribunal de Contas da União. O referido índice avalia os aspectos de governança e gestão de um conjunto de temáticas específicas, quais sejam: “Governança e Gestão de Segurança e de Tecnologia da Informação”, “Governança e Gestão de Contratações”, “Governança Pública Organizacional” e “Governança e Gestão Orçamentárias”, sendo que, nas duas últimas temáticas, de competência desta Subsecretaria, o Ministério alcançou o 1º lugar na categoria.

Ademais, pelo segundo ano consecutivo, o Minis-

tério da Justiça e Segurança Pública ocupou a posição de 2º colocado no ranking de Desempenho Qualidade da Informação de Custos das Setoriais do Poder Executivo. O resultado foi divulgado pelo Boletim Foco em Custos 2020, publicado em maio de 2021, pelo Ministério da Economia. A categoria da premiação mensurou a qualidade da informação de custos a partir dos dados dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União - AGU e dos Comandos Militares.

Para 2022, temos como perspectivas prosseguir arduamente conduzindo ações que fortaleçam o planejamento, a governança, a gestão, a condução das políticas públicas e a viabilização dos recursos necessários. Para tanto, prosseguiremos no aprimoramento do formato atual da carteira de políticas públicas e de seus atributos; refinaremos as metas e indicadores estratégicos, com vistas a qualificar as informações geradas e permitir uma melhor avaliação do desempenho em relação aos objetivos propostos; prosseguiremos no reexame da cadeia de valor e desenvolvimento de novos critérios de identificação dos processos estratégicos; partiremos para uma melhor qualificação do cadastro de ações orçamentárias, de forma a melhor refletir as metas, produtos e entregas da Pasta; atuaremos no processo em curso de reestruturação desenhado de forma a refletir a transformação dos quantitativos e da

distribuição dos atuais cargos em comissão e funções de confiança em Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE), instituídos pela Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, regulamentada pelo Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, além de ajustar as necessidades do MJSP, com vistas a viabilizar o alto desempenho do órgão, fortalecendo as áreas finalísticas mediante ajustes pontuais em sua estrutura e rearranjo de cargos em comissão e funções de confiança existentes, sem previsão de aumento de despesas; expandiremos a metodologia de apuração de custos, com vistas a produzir informações em nível mais analítico e apoiar a tomada de decisões; e fortaleceremos as ferramentas de divulgação e transparência desta Unidade.

Dessa forma, a presente declaração é uma demonstração das realizações e dos esforços envolvidos no intuito de aprimorar as atribuições desempenhadas pela SPO, mediante implementação das boas práticas de governança, com vistas a proporcionar o devido suporte para a entrega de resultados à sociedade, mediante a prestação adequada de serviços e execução das políticas públicas sob responsabilidade do MJSP.

Concluindo, **DECLARO** que os padrões de gestão do MJSP atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste Relatório, no que concerne às competências desta Subsecretaria.

DECLARAÇÃO DO SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



A Subsecretaria de Administração - SAA integra a estrutura da Secretaria-Executiva - SE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, tendo entre suas competências principais a de supervisionar e coordenar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de pessoal civil, de serviços gerais e de gestão de documentos de arquivo, no âmbito do Ministério. Além disso, tem a função de órgão setorial, promovendo a articulação das unidades internas com os respectivos órgãos centrais.

Dada a relevância desta atuação, o direcionamento estratégico da unidade está devidamente alinhado ao Mapa Estratégico e à Cadeia de Valor do Ministério. Suas rotinas administrativas, ainda em processo de aprimoramento, estão fortemente balizadas pelas melhores práticas de controle e gestão. Ademais, vem atendendo tempestivamente a todas as recomendações, determinações, notificações e solicitações de auditoria vinculadas aos processos de gestão interna do Ministério, encaminhadas pelos órgãos de controle interno e externo.

Das ações realizadas em 2021, podemos destacar:

Rogério Xavier Rocha
Subsecretário de Administração



Foto: Isaac Amorim

Na área de Serviços Gerais, além da gestão dos principais contratos de suporte administrativo do MJSP, é importante destacar que, ao longo do exercício de 2021, foi consolidada a gestão patrimonial com o uso do Sistema Integrado Administração e Serviços – SIADS, início da atualização de etiquetas de identificação e preparação para futura tecnologia de Identificação por Rádio Frequência (*Radio Frequency Identification* - RFID).

No que concerne à gestão documental, houve a readequação do Acervo Arquivístico do Ministério, com a mudança do Arquivo Central para as dependências do Anexo II e transferência do Acervo Setorial para o Arquivo Central, o qual hoje tem 1.113 m², com capacidade de armazenamento de 132.800 caixas.

No que tange às principais medidas de manutenção predial, espaços físicos internos e externos, ressalta-se que foram renovados e otimizados. A conservação do complexo de edificações do Ministério, que conta com mais de 175 mil m² de áreas edificadas, exige uma grande articulação de diversos contratos administrativos e esforços de melhoria dos ambientes de trabalho, de eficiência energética e sustentabilidade ambiental. Dessa forma, as principais melhorias foram a manutenção do terreno destinado à construção do anexo III deste MJSP, permitindo a utilização plena

da área (13.987,00 m²); a modernização das salas de reunião: sala de retratos, auditório Tancredo Neves, Salão Negro, Salas Modulares e Macunaíma (7 espaços, 24.272,73 m² de área reformulada); a mudança do Arquivo Central para o Anexo II, com supressão do contrato de locação nº 83/2010 no valor de R\$ 747.348,88 (250m² de área); a mudança do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI, com a supressão do contrato de locação nº 61/2018 no valor de R\$ 1.050.039,57 (250m² de área); e a manutenção da Fachada do Edifício Anexo II (4.871 m² de área).

Ciente da importância do processo de Contratação Pública para a gestão, por se tratar do caminho para implementar as políticas públicas e cuidar da sua infraestrutura e que, se bem planejada e conduzida trará grande economia de recursos e celeridade na entrega à sociedade, o MJSP tem atuado no sentido de estruturar a governança e conceder padronização e maior controle para suas contratações.

Nesse contexto, houve melhorias no processo de Gestão de Contratações e padronização dos fluxos licitatórios, com o estabelecimento de indicadores unificados para todas as áreas de licitação do Ministério. Além disso, foi realizado o V Ciclo de Capacitação em

Licitações e Contratos do MJSP - realizada em setembro/2021, o evento contou com 12 palestras, 3 painéis e 7 oficinas, totalizando 70h50 certificadas, registrando 4.705 certificações para os participantes de todos os estados da federação, à exceção do estado do Pará, resultando numa avaliação positiva de mais de 95% dos participantes, o que vem consolidando o Ministério como um órgão de destaque na capacitação sobre a temática.

Ao longo do exercício foi monitorado o Plano Anual de Contratações - PAC 2021, que reuniu inicialmente cerca de 9.830 itens referentes às contratações, sendo 7.725 referentes a novas contratações e 2.105 prorrogações de contratos vigentes, bem como elaborado o PAC 2022, que reuniu todas as unidades do MJSP com um total de 5.104 itens estimados, sendo 2.827 referente a novas contratações e 2.277 prorrogações de contratos vigentes.

Do Planejamento de Contratações 2021, que contemplou objetos finalísticos, de logística, de infraestrutura e tecnológica da informação, foram concluídos, no âmbito da unidade, um total de 44 processos licitatórios com êxito, dos quais 16 foram concretizados por meio de Pregão Eletrônico, alcançando 23,79% de redução em relação aos valores estimados das contratações.

Em relação às políticas de gestão de pessoas no âmbito do MJSP, a Pasta tem como objetivo estratégico “Promover a valorização e o desenvolvimento dos servidores”. Neste contexto, diversas iniciativas de capacitação da força de trabalho desta Pasta foram desenvolvidas, implementadas e monitoradas em conformidade com Plano Anual de Capacitação - PDP 2021.

A implementação do PDP 2021 contou também com a instituição de Programa de Incentivo Educacional, promovendo o acesso a 27 bolsas de estudos (17 cursos de idiomas, 07 Graduação, 03 Pós-graduação Lato sensu). Registra-se ainda a oferta de 20 vagas de mestrado in company em parceria com a Universidade de Brasília - UnB e 120 vagas em curso de idioma inglês, em turmas fechadas.

Foram promovidas 137 (cento e trinta e sete) ações de desenvolvimento pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, 2.365 (duas mil, trezentas e sessenta e cinco) participações nas ações promovidas, sendo que 827 (oitocentos e vinte e sete) dessas participações foram de servidores pertencentes ao quadro do MJSP e unidades vinculadas à Pasta.

Ademais, houve a continuidade da estruturação e implementação de metodologia de gestão por competências no MJSP, aprimorando o dimensionamento e desenvolvimento do corpo funcional da Pasta, com o intuito de minimizar a discrepân-

cia entre as competências técnicas, comportamentais e gerenciais necessárias para a consecução dos objetivos organizacionais. Neste contexto, em 2021 foram feitos os mapeamentos e implementações das competências organizacionais, gerenciais, comportamentais e técnicas, aprimorando a sistemática de treinamento, desenvolvimento e educação do corpo funcional da Pasta, e o lançamento do ambiente de trilhas de aprendizagem.

O aprimoramento do Programa de Gestão, por meio do mapeamento das atividades/entregas desenvolvidas pelo Ministério, possibilitará maior efetividade no dimensionamento da força de trabalho, como também a maximização dos resultados institucionais.

Importante salientar a continuidade dos esforços da gestão no enfrentamento da Pandemia do COVID-19, com necessárias medidas de proteção e garantia da segurança sanitária nos ambientes do órgão, com trabalho remoto e revezamento dos agentes públicos do órgão, ações de higienização de todos os ambientes do MJSP, a desativação das catracas biométricas e a adoção do crachá para sua liberação. O intuito maior é a preservação da saúde da força de trabalho do Ministério e a mitigação dos impactos da doença no âmbito da Pasta.

Mais que uma declaração, o presente enuncia- do é uma demonstração dos esforços envida-

dos na superação dos desafios e obstáculos, na busca pela gestão baseada na excelência de valores, no aprimoramento do desempenho organizacional, no desenvolvimento de parcerias com o foco em resultados orientados para a satisfação da sociedade.

Concluindo, **DECLARO** que os padrões de gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

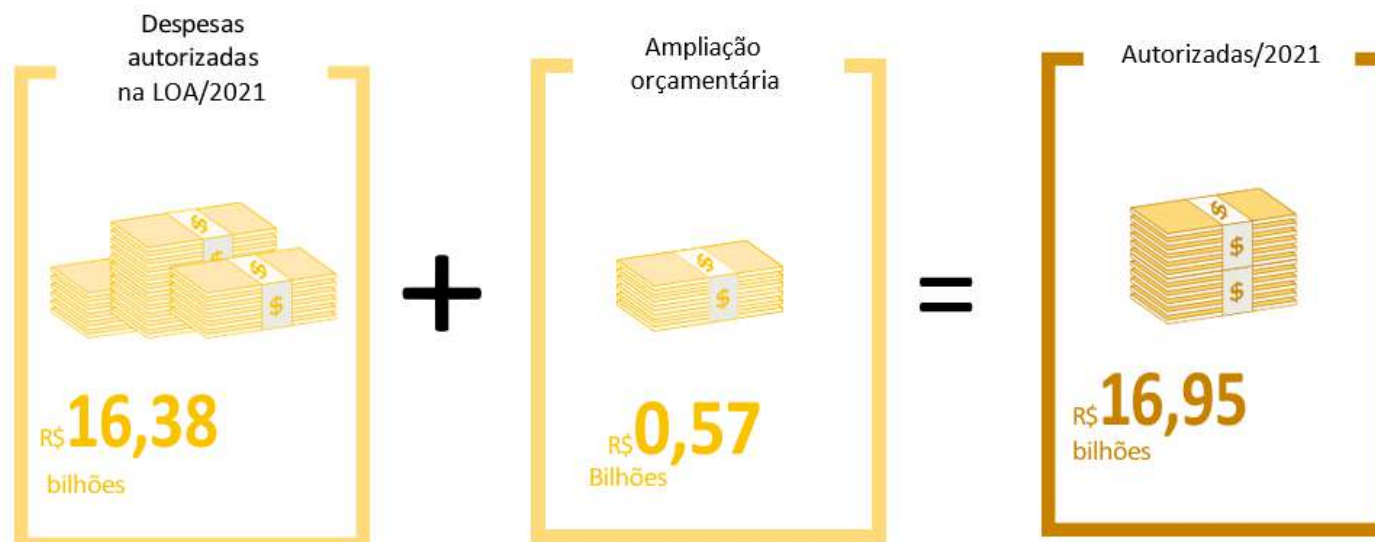
PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA SECRETARIA-EXECUTIVA

I - GESTÃO DE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual – LOA/2021, consignou inicialmente aos órgãos da administração direta do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Órgão 30000 (assistência direta e imediata e órgãos específicos singulares), dotação orçamentária no total de R\$ 16,38 bilhões. Contudo, a LOA foi suplementada em R\$ 570,14 milhões redimensionando o orçamento/2021 para a cifra de R\$ 16,95 bilhões.

Os dados analisados excluíram os valores da reserva de contingência e os recebidos de outros Ministérios, bem como as informações das entidades da administração indireta vinculadas ao MJSP, quais sejam, Fundação Nacional do Índio e Conselho Administrativo de Defesa Econômica. As informações relativas aos Créditos Extraordinários abertos para o combate à pandemia causada pela COVID-19 serão tratadas em tópico específico.

ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO MJSP 2019 A 2021 (Valores em R\$)

	2019	2020	2021
Dotação Atualizada	R\$ 16.608.296.735,00	R\$ 17.155.708.041,00	R\$ 16.945.661.707,00
Despesas Empenhadas (Controle Empenho)	R\$ 15.969.830.367,54	R\$ 16.936.823.370,53	R\$ 16.814.376.858,45
Despesas Liquidadas (Controle Empenho)	R\$ 13.228.465.015,48	R\$ 14.542.313.052,30	R\$ 14.731.542.991,86
Despesas Pagas (Controle Empenho)	R\$ 12.450.366.734,60	R\$ 13.795.280.172,04	R\$ 13.899.161.223,34
Restos a Pagar Pagos (Processadas e Não Processadas)	R\$ 1.774.413.404,20	R\$ 2.457.617.823,65	R\$ 2.769.709.901,16
% de Execução (Despesas Empenhadas/Dotação Atualizada)	96,16%	98,72%	99,23%

Fonte: Tesouro Gerencial

Percebe-se um incremento nos percentuais da execução (Despesa Empenhada/Dotação Atualizada) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no período de 2019 a 2021, repercutindo na maior execução do MJSP nos últimos anos.

Cabe destacar que ocorreu um acréscimo significativo nas Despesas Pagas (Controle Empenho), atingindo o percentual de 11,6%, no período de 2019 a 2021.

Tal avanço ocorreu também no pagamento de Restos a Pagar Pagos (Processados e não Processados), correspondendo ao aumento de R\$ 1,3 bilhão no período de 2019 a 2021.

O MJSP, focado nos princípios que norteiam a execução orçamentária e financeira, vem envidando esforços para manter o bom nível da aplicação dos recursos públicos.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO MJSP 2018 A 2021 (Valores em R\$)

	2018	2019	2020	2021
Dotação Atualizada	R\$ 4.212.963.661,00	R\$ 5.364.966.649,00	R\$ 5.411.758.581,00	R\$ 4.934.203.095,00
Despesas Empenhadas (Controle Empenho)	R\$ 3.492.454.456,25	R\$ 4.842.262.833,32	R\$ 5.265.511.005,39	R\$ 4.905.318.032,60
Despesas Liquidadas (Controle Empenho)	R\$ 1.825.503.018,28	R\$ 2.114.384.151,48	R\$ 2.894.726.762,95	R\$ 2.835.627.121,86
Despesas Pagas (Controle Empenho)	R\$ 1.810.739.246,39	R\$ 2.080.393.488,24	R\$ 2.877.007.657,97	R\$ 2.760.042.862,99
Restos a Pagar Pagos (Processadas e Não Processadas)	R\$ 1.133.770.931,23	R\$ 1.082.863.537,10	R\$ 1.687.408.528,45	R\$ 2.026.242.295,59
%	82,90%	90,26%	97,30%	99,41%

Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício de 2021, o MJSP obteve a maior execução das despesas discricionárias, com índice histórico de 99,4%, correspondendo ao montante de R\$ 1,41 bilhão em relação ao percentual de (82,9%) do exercício de 2018.

Ressalta-se que quanto às Despesas Empenhadas (Controle Empenho) em 2021, o MJSP alcançou a marca de 40,45% em relação a execução do exercício de 2018.

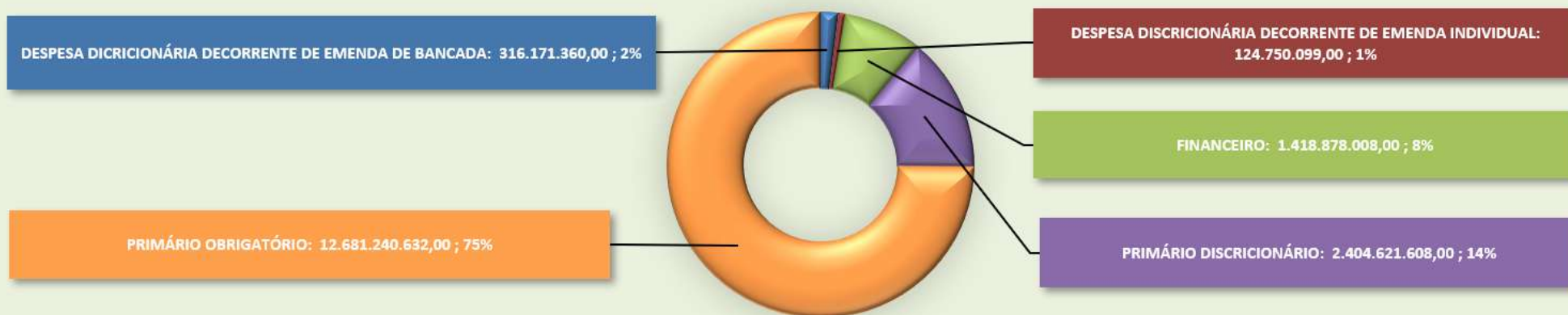
No que se refere às despesas pagas (Controle Empenho), há que se destacar que se vislumbrou um cenário favorável, que incidiu na ampliação do limite de pagamento do Ministério ao patamar de R\$ 2,76 bilhões, repercutindo em acréscimo de R\$ 0,95 bilhões em relação ao exercício de 2018.

O pagamento das despesas inscritas em Restos a Pagar Pagos (Processos

e não Processados), considerado o período de 2018 a 2021, repercutiu no aumento de R\$ 0,9 bilhões nos Restos a Pagar, contribuindo com a diminuição do estoque dos restos a pagar inscritos.

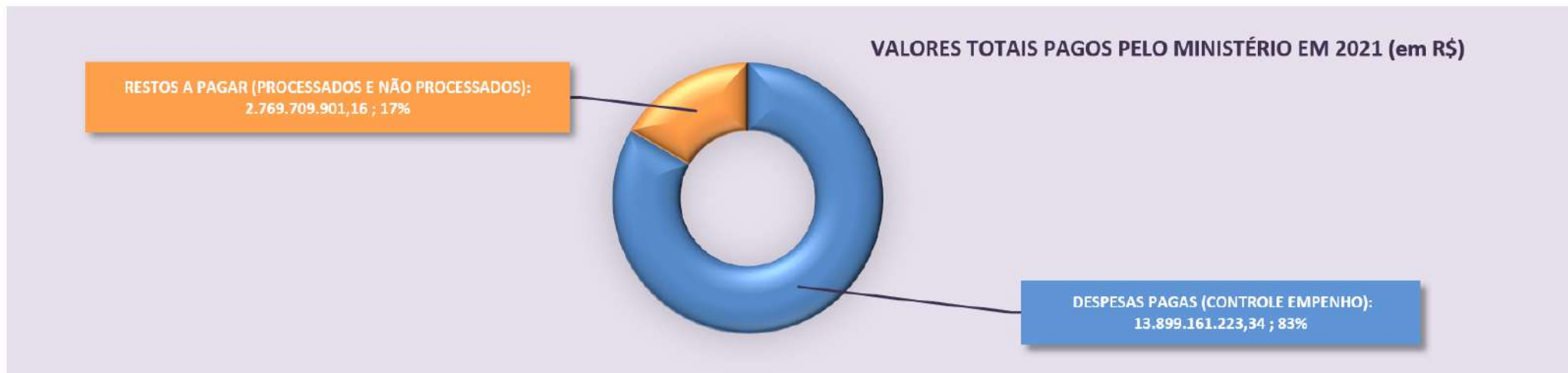
Cabe destacar ainda que, dentro do demonstrado na evolução das despesas discricionárias do MJSP, o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, realizou os repasses aos fundos estaduais e distrital de segurança pública sendo que em 2019 o valor de R\$ 262.873.342,00; em 2020 R\$ 1.257.697.385,00; e em 2021 aplicou-se o valor de R\$ 782.311.097,00. Quanto ao Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, em 2019 o valor de R\$ 107.033.303,06; 2020 R\$ 36.000.000,00; e em 2021 aplicou-se o valor de R\$ 137.186.389,49.

DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO (Valores em R\$)

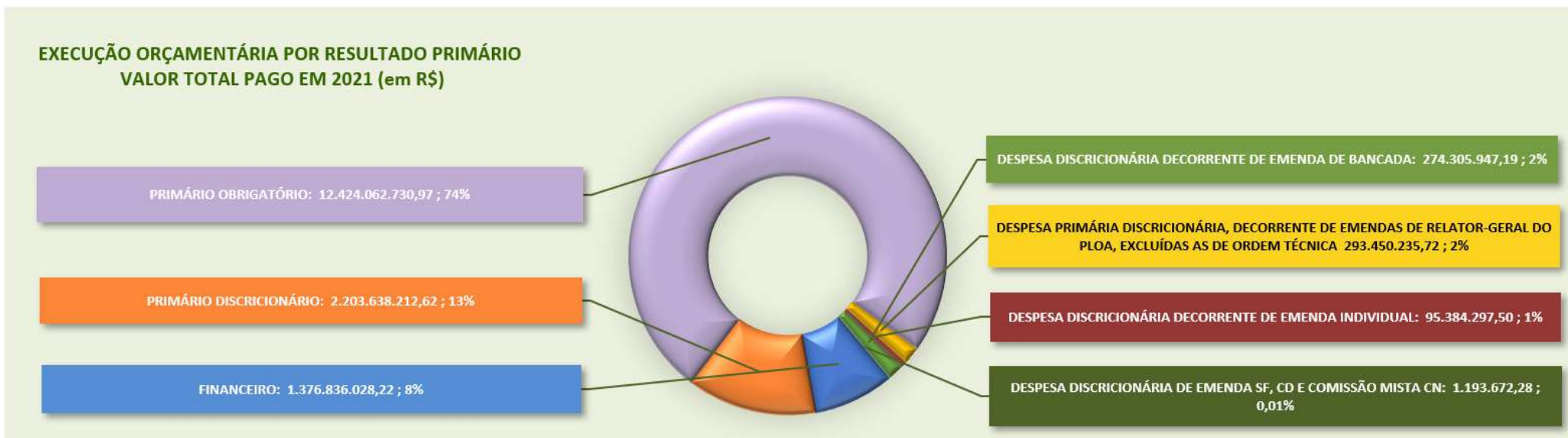


Fonte: Tesouro Gerencial

DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO E VALOR TOTAL PAGO EM 2021 INCLUSIVE RESTOS A PAGAR



Fonte: Tesouro Gerencial



Fonte: Tesouro Gerencial

Execução Orçamentária

Em 2021, o Ministério recebeu dotação de R\$ 16,95 bilhões. Desse total, foram empenhados R\$ 16,81 bilhões, liquidados R\$ 14,73 bilhões e pagas despesas no montante de R\$ 13,90 bilhões, o que reflete um índice de execução de 99,23% (Despesa Empenhada/Dotação Atualizada).

Destaca-se que no exercício de 2021 o MJSP aplicou R\$ 4,5 bilhões para atender ao seu custeio administrativo e operacional com as ações finalísticas, visando o atendimento aos seus principais programas, quais sejam: a) 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento; b) 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo; c) 5015 – Justiça.

Em face das peculiaridades das políticas públicas a cargo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e considerando a complexa e diversificada estrutura regimental, ressalta-se que a maior parte do seu orçamento é destinado à folha de pessoal (despesas obrigatórias).

Execução Financeira

No tocante a execução financeira, registra-se que o valor pago em 2021 (despesas do exercício mais despesas de restos a pagar) totalizou R\$ 14,7 bilhões, dos quais a maior parte foi direcionada ao pagamento de despesas obrigatórias. Nesse montante, incluem-se as despesas com a folha de pessoal, benefícios assistenciais aos servidores, sentenças judiciais, despesas

relacionadas ao Fundo Penitenciário Nacional, que por força da decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 347 e do Fundo Nacional de Segurança Pública, por força da Ação Civil Ordinária ACO 3.329, têm seu orçamento tratado como obrigatório, constando no anexo III da Lei nº 14.116, de 31 de novembro de 2020 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021), como despesa que não sofreram limitação de empenho.

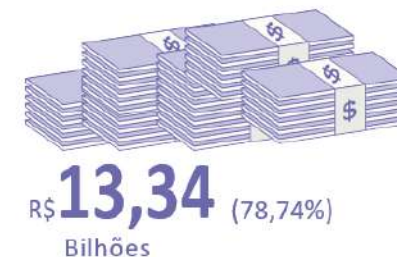
O segundo maior gasto se refere às despesas discricionárias que atendem todas as políticas públicas a cargo do MJSP, bem como suprem todos os contratos que dão suporte as ações meio e finalísticas do MJSP.

Alocação Orçamentária – Finalidade dos recursos

A LOA/2021 consignou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública dotação, inclusive, emendas individuais e coletivas, para o atendimento de despesas cujas finalidades podem ser assim sintetizadas:

- 1) Despesas de Governança, Gestão e Suporte: gastos relacionados à manutenção do MJSP em suas atividades meio, que dão sustentabilidade para a implementação das políticas a cargo da pasta (despesas de pessoal, contratos, despesas de TI, reformas, aquisições, manutenções etc); e
- 2) Despesas finalísticas: gastos relacionados diretamente com a implementação das políticas públicas.

Despesas de Governança, Gestão e Suporte



Despesas autorizadas/2021

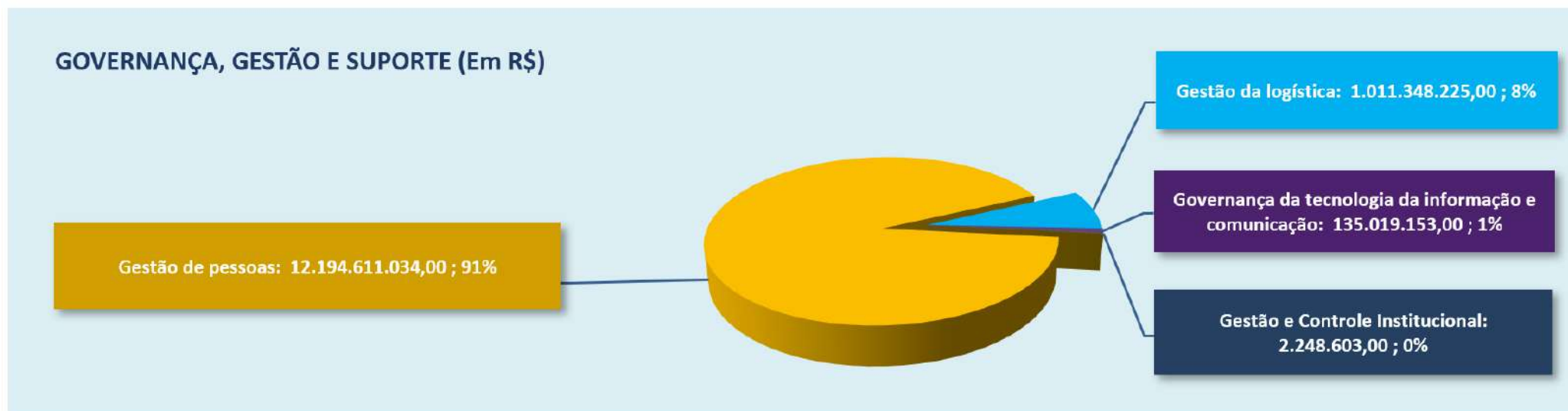


Despesas Finalísticas



Despesas de Governança, Gestão e Suporte

- **Gestão de Pessoas:** Retrata os principais processos de gestão de pessoal, capacitação e desenvolvimento de pessoas e clima organizacional, aqui inseridos os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios, indenizações e ajudas de custo, despesas de pessoal e encargos sociais, além dos gastos com capacitação de servidores;
- **Gestão da Logística:** Retrata os principais processos de gestão de suprimentos, patrimônio e segurança institucional e gestão de eventos, aqui contemplados os gastos com prestação de serviços e manutenção organizacional, aquisição de equipamentos e materiais, serviço de apoio às atividades finalísticas;
- **Obras e reformas** (integra o macroprocesso de Gestão da Logística): construção, reforma, manutenção de edificações/ instalações (Segregado dos valores da Gestão da Logística);
- **Governança da tecnologia da informação e comunicação:** Retrata os principais processos para gerenciar a estratégia de TIC, desenvolvimento, operações e desempenho de serviços de TIC, aqui estão inseridos gastos com manutenção e aprimoramento de sistemas, aquisição de equipamentos de TIC, que são fundamentais às atividades Finalísticas e de Governança, Gestão e Suporte;
- **Gestão e controle institucional:** Retrata os principais processos de gestão interna do Ministério, dando suporte e direcionamento para que os processos finalísticos possam ser executados.



Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas Finalísticas

- **Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública:** Conjunto de processos que envolvem a produção de inteligência, a gestão de ações de integração, a gestão do sistema prisional federal, a produção de informações, a prevenção e a gestão de dados associados à segurança pública.
- **Gestão do conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais:** Conjunto de processos executados pelo Ministério cujo enfoque está na produção, fomento e disseminação de conhecimentos específicos em Segurança Pública, proporcionando maior transparência para a sociedade e contribuindo para a capacitação de atores com atuação na temática de segurança pública no país;
- **Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública:** Retrata o trabalho do Ministério no fortalecimento do controle de empresas privadas que atuam na segurança pública, bem como a movimentação de armas de fogo e precursores químicos no país;
- **Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras:** Retrata o trabalho do Ministério no que tange ao controle das fronteiras brasileiras e à atuação em conjunto com outras pastas para garantir uma sociedade segura e o direito de ir e vir dos cidadãos e estrangeiros. O DPF é responsável pela execução deste processo;
- **Gestão de Segurança Viária:** Retrata os processos relacionados à segurança das rodovias federais, bem como do atendimento a vítimas de acidentes e promoção da educação do trânsito, buscando, assim, a criação de um ambiente seguro e de livre circulação;
- **Gestão de investigações e operações em segurança pública:** Retrata os processos que envolvem a execução de operações de segurança pública, com enfoque nas investigações e operações da Força Nacional;
- **Garantia dos direitos da população prisional:** Retrata os processos que visam garantir os direitos às pessoas privadas de liberdade e promover uma atuação que permita a sua reintegração à sociedade. Ademais, trata-se do fomento à aplicação de alternativas penais, da valorização dos trabalhadores dos serviços penais e da ampliação de vagas no sistema prisional, em articulação com os estados;
- **Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Retrata os processos que envolvem a fiscalização da adoção internacional de crianças e adolescentes e a gestão da política de classificação indicativa para obras audiovisuais;
- **Proteção dos direitos do cidadão:** Retrata os processos que envolvem a proteção dos direitos difusos e de aprimoramento das políticas de justiça;
- **Articulação entre poderes e setores:** Compreende a execução de processos afetos a políticas públicas lideradas por outros órgãos, poderes e setores ou a assuntos dos quais o Ministério é partícipe, mas que não constituem a sua vocação principal;

- **Gestão e Articulação da Política Sobre Drogas:** Retrata os processos que envolvem a articulação com diversos atores envolvidos na política de drogas bem como no fomento à sua implementação por meio da elaboração de estudos e pesquisas e a formação de atores envolvidos;
- **Articulação internacional:** Compreende a atuação do Ministério em processos afetos à cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, subtração internacional de crianças, adoção internacional, extradição, transferência de pessoas condenadas e transferência da execução da pena e recuperação de ativos;
- **Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional:** Retrata a atuação do Ministério no desenvolvimento de instrumentos normativos, visando à implementação e ao acompanhamento da política de gestão de documentos nos órgãos e entidades da administração pública federal, conforme as orientações emanadas da Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SIGA);
- **Defesa do Consumidor:** Compreende a gestão de processos associados à Gestão da Política Nacional de Relações de Consumo, monitoramento e defesa dos direitos do consumidor, produção de conhecimento no tema e à disseminação dessa temática junto à sociedade;
- **Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados:** Retrata a atuação do Ministério no que tange à promoção e garantia dos direitos dessa parcela da sociedade, por meio da gestão de processos decisórios sobre o tema e na produção de conhecimento;
- **Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro:** Retrata a atuação do Ministério no planejamento e execução de políticas públicas que propiciem a prevenção e o enfrentamento da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado;
- **Enfrentamento ao tráfico de pessoas:** Retrata a atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública na coordenação da política nacional e no plano de enfrentamento ao tráfico de pessoas, gestão de redes de núcleos e postos, bem como a produção e disseminação de conhecimentos na temática;
- **Gestão de Ativos e efetivação da arrecadação:** Gestão de processos que envolve a custódia, alienação e destinação de ativos (bens, valores e direitos) perdidos em favor da União ou custodiados cautelarmente. Além disto, envolve processo associados à atualização normativa no tema e o estabelecimento de acordos e parcerias.

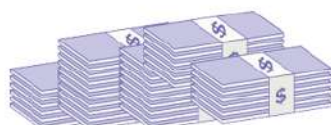
DESPESAS FINALÍSTICAS (em R\$)

Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública	1.953.169.427,00
Gestão de investigações e operações em segurança pública	666.894.951,00
Garantia dos direitos da população prisional	428.396.797,00
Gestão do conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais	226.729.759,00
Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras	138.998.352,00
Proteção dos direitos do cidadão	67.157.606,00
Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação	47.065.960,00
Gestão de Segurança Viária	41.746.033,00
Articulação internacional	13.096.462,00
Defesa do Consumidor	10.589.200,00
Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados	3.640.017,00
Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional	3.014.103,00
Gestão e Articulação da Política Sobre Drogas	1.803.351,00
Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública	77.614,00
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	37.000,00
Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	17.929,00
Enfrentamento ao tráfico de pessoas	131,00

Fonte: Tesouro Gerencial

ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO - MJSP

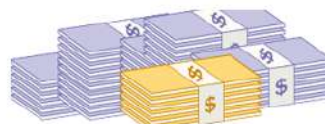
Despesas de Governança, Gestão
e Suporte



R\$ **1,32** (29,31%)
Bilhões



Despesas RP 2, FNRP e
Funpen/2021



R\$ **4,49**
Bilhões

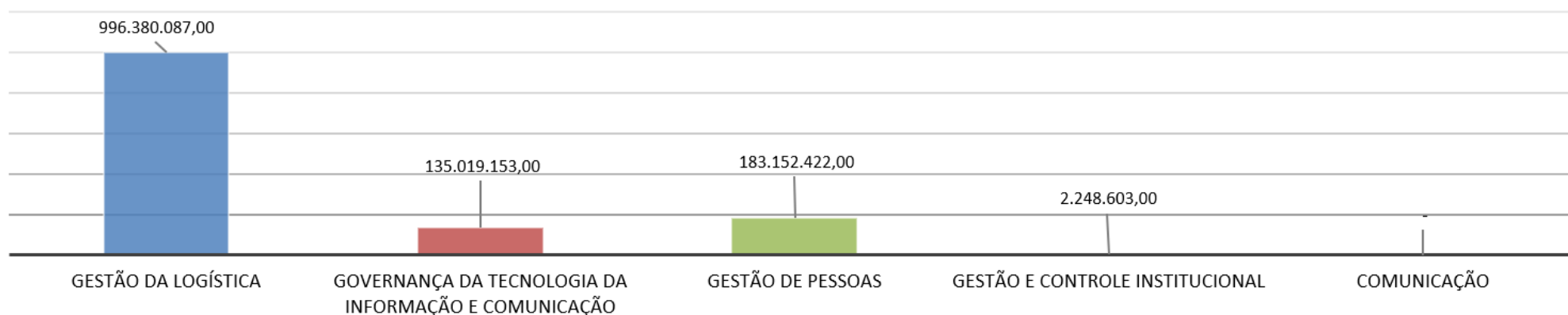


Despesas
Finalísticas



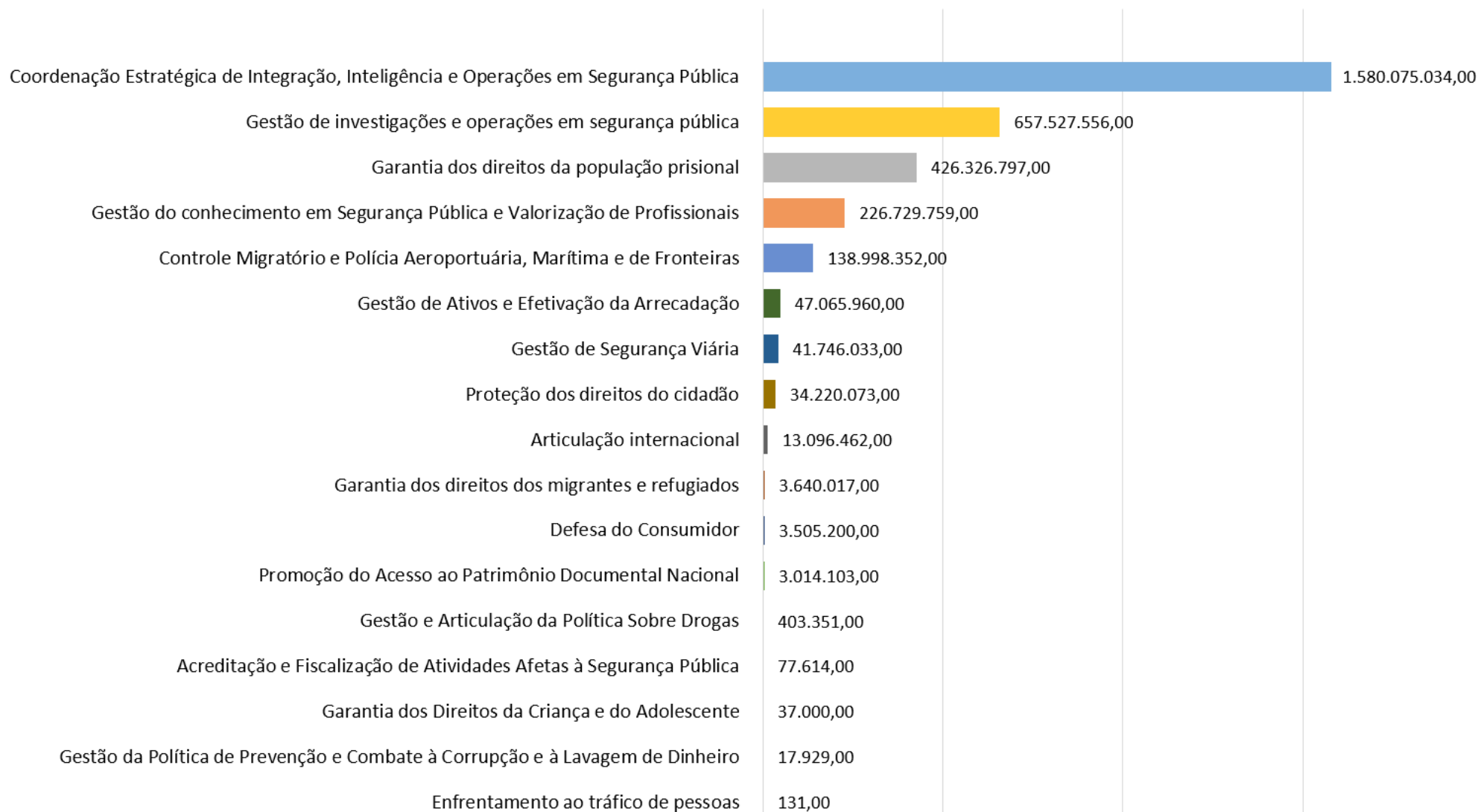
R\$ **3,17** (70,69%) Bilhões

ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO DE GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE (em R\$)



Fonte: Tesouro Gerencial

O Orçamento do Ministério classificado com indicador de resultado primário atual 2 – Discricionário, inclusos Fundo Penitenciário Nacional e Fundo Nacional de Segurança Pública, exceto emendas individuais classificadas com indicador de resultado primário atual 6 – emenda individual impositiva e 7 – emenda de bancada, no ano de 2021, correspondeu a R\$ 4,49 bilhões, sendo que R\$ 1,32 bilhão foi referente a despesas de Governança, Gestão e Suporte, gastos que englobam despesas com comunicação, tecnologia da informação, logística, obras e reformas e gestão de pessoas. A maior alocação de recursos ficou por conta das despesas finalísticas, cujo aporte foi de R\$ 3,17 bilhões.

DESPESAS FINALÍSTICAS (em R\$)


Fonte: Tesouro Gerencial

Em relação às despesas finalísticas, foram alocados R\$ 3,17 bilhões distribuídos nas diversas políticas a cargo da Pasta, e que no quadro anterior se encontram alinhadas aos Macroprocessos do Ministério. O macroprocesso com maior alocação de recursos foi o de Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública, no montante de R\$ 1,58 bilhão, seguido pelo de Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública com R\$ 657 milhões. Outrossim, no que tange à distribuição dessas despesas por Programa de Governo, R\$ 3,4 bilhões se referem ao de Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento, R\$ 131,6 milhões ao de Justiça, R\$ 12,9 milhões ao de Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais e R\$ 46,9 milhões ao de Gestão e Manutenção do Poder Executivo.

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2021 E 2020 POR INDICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO EOF	2021					2020					EM R\$ 1,00	
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado(c)	Pago (d)	RP Pago(e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago(j)	Variação R\$ (K)=d-i	Var. R\$ (I)=d/i
DESPESA PRIMÁRIA DISCRICIONÁRIA, DECORRENTE DE EMENDAS DE RELATOR-GERAL DO PLOA, EXCLUÍDAS AS DE ORDEM TÉCNICA	-	-	-	-	293.450.235,72	728.522.758,00	710.291.458,88	308.300.479,19	306.187.249,42	.	- 306.187.249,4	0%
DESPESA DISCRICIONÁRIA DECORRENTE DE COMISSÃO PERMANENTE DO SENADO FEDERAL, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DE COMISSÃO MISTA PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL	-	-	-	-	1.193.672,28	27.135.801,00	22.340.888,21	20.144.324,22	20.143.999,94	.	- 20.143.999,94	0%
DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA DE BANCADA	316.171.360,00	315.365.585,62	86.293,12	-	274.305.947,19	351.108.450,00	347.010.573,41	2.100,00	2.100,00	233.873.824,07	- 2.100,00	0%
DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	124.750.099,00	122.208.202,68	721.911,67	174.789,47	95.209.508,03	205.409.917,00	196.172.706,26	332.656,92	312.656,92	72.306.451,73	- 137.867,45	56%
FINANCEIRO	1.418.878.008,00	1.377.601.568,89	1.376.698.151,30	1.376.279.047,33	556.980,89	1.337.251.723,00	1.331.889.662,46	1.331.055.929,62	1.331.055.929,62	184.490,46	45.223.117,71	103%
PRIMÁRIO DISCRICIONÁRIO	2.404.621.608,00	2.400.808.375,59	1.490.737.888,93	1.418.359.711,15	785.278.501,47	1.614.204.700,00	1.604.482.999,04	970.396.848,73	955.619.647,09	1.140.820.926,44	462.740.064,06	148%
PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO	12.681.240.632,00	12.598.393.125,67	11.863.298.746,84	11.104.347.675,39	1.319.715.055,58	12.892.074.692,00	12.724.635.082,27	11.912.080.713,62	11.181.958.589,05	1.010.432.130,95	- 77.610.913,66	99%
TOTAL GERAL	16.945.661.707,00	16.814.376.858,45	14.731.542.991,86	13.899.161.223,34	2.769.709.901,16	17.155.708.041,00	16.936.823.370,53	14.542.313.052,30	13.795.280.172,04	2.457.617.823,65	103.881.051,30	1,01

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo de natureza de despesa: classe de gasto em que foi realizada a despesa. Elemento de despesa: classificação dos insumos utilizados ou adquiridos.



Fonte: Tesouro Gerencial

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2021 E 2020 POR GRUPO DE DESPESA

RESULTADO EOF	2021					2020					EM R\$ 1,00	
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado(c)	Pago (d)	RP Pago(e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago(j)	Variação R\$ (K)=d-i	Var. R\$ (l)=d/i
INVESTIMENTOS	2.213.620.383,00	2.208.537.422,27	752.486.019,43	746.620.228,64	1.530.362.930,20	2.900.690.081,00	2.815.158.833,75	1.076.741.313,73	1.076.693.404,73	1.239.940.206,55	- 330.073.176,09	69%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.136.467.005,00	3.095.877.927,27	2.478.147.653,97	2.377.337.973,20	532.006.909,48	2.912.485.204,00	2.841.634.634,16	2.205.277.578,01	2.153.027.431,55	480.866.570,38	224.310.541,66	108%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.595.574.319,00	11.509.961.508,90	11.500.909.318,46	10.775.203.021,50	707.340.061,48	11.342.532.756,00	11.280.029.902,62	11.260.294.160,56	10.565.559.335,76	736.811.046,72	209.643.685,74	96%
TOTAL GERAL	16.945.661.707,00	16.814.376.858,45	14.731.542.991,86	13.899.161.223,34	2.769.709.901,16	17.155.708.041,00	16.936.823.370,53	14.542.313.052,30	13.795.280.172,04	2.457.617.823,65	103.881.051,30	96%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2021 E 2020 POR ELEMENTO DE DESPESA

GND – 1 -PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

ELEMENTO DE DESPESA	Valor Empenhado (R\$ 1,00)	Valor Pago (R\$ 1,00)
11-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.729.606.607,85	5.289.528.039,44
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS-01	3.183.193.616,68	2.993.493.584,90
OBRIGAÇÕES PATRONAIS-13	1.381.721.636,25	1.380.240.791,08
Demais	1.215.439.648,12	1.111.940.606,08
Total	11.509.961.508,90	10.775.203.021,50

GND - 3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

ELEMENTO DE DESPESA	Valor Empenhado (R\$ 1,00)	Valor Pago (R\$ 1,00)
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	722.649.736,67	536.098.423,41
30-MATERIAL DE CONSUMO	421.003.187,27	172.261.026,02
41-CONTRIBUIÇÕES	355.324.663,30	314.729.211,70
Demais	1.596.900.340,03	1.354.249.312,07
Total	3.095.877.927,27	2.377.337.973,20

GND – 4 - INVESTIMENTOS

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO (R\$ 1,00)	VALOR PAGO (R\$ 1,00)
41-CONTRIBUIÇÕES	999.548.468,47	519.451.444,99
52-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	671.879.671,99	85.006.285,95
42-AUXÍLIOS	389.046.538,19	100.590.245,31
Demais	148.062.743,62	41.572.252,39
Total	2.208.537.422,27	746.620.228,64

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2021 E 2020 POR PROGRAMA DE GOVERNO

RESULTADO EOF	2021					2020					EM R\$ 1,00	
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado(c)	Pago (d)	RP Pago(e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago(j)	Varição R\$ (K)=d-i	Var. R\$ (l)=d/i
2112-PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MJSP	-	-	-	-	15.517.597,50	-	-	-	-	691.221.630,43	-	0%
0089-PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO	-	-	-	-	45.239,48	-	-	-	-	262.896.564,37	-	0%
0661-APRIMORAMENTO DA EXECUCAO PENAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
0663-SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
0750-APOIO ADMINISTRATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
2085-REDUCAO DO IMPACTO SOCIAL DO ALCOOL E OUTRAS DROGAS: PREVENC	-	-	-	-	6.229.250,39	-	-	-	-	51.726.567,37	-	0%
2081-JUSTICA, CIDADANIA E SEGURANCA PUBLICA	-	-	-	-	583.590.560,68	-	-	-	-	1.429.251.772,25	-	0%
0909-OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	141.474.930,00	138.425.178,26	129.385.018,55	116.259.015,69	17.363.086,74	124.086.539,00	120.566.457,92	117.595.209,49	103.203.371,18	22.103.873,25	13.055.644,51	113%
0910-OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	12.897.421,00	12.897.420,80	12.869.471,95	12.869.471,95	-	9.288.316,00	9.269.135,35	9.199.135,35	9.199.135,35	-	3.670.336,60	140%
1386-DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIARIA FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%
1453-NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.860,00	-	0%
2070-SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	-	-	-	-	9.474.000,00	-	-	-	-	356.555,99	-	0%
0032-PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO	13.112.378.491,00	13.004.924.529,76	12.692.067.677,60	11.909.340.353,06	1.020.035.590,97	12.848.661.824,00	12.758.947.332,79	12.359.198.255,49	11.627.741.574,71	-	281.598.778,35	102%
5015-JUSTICA	156.455.210,00	155.362.598,20	50.708.924,36	49.061.470,99	56.570.047,01	174.372.360,00	163.029.057,87	51.175.611,06	51.115.677,14	-	2.054.206,15	96%
5016-SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO	3.522.455.655,00	3.502.767.131,43	1.846.511.899,40	1.811.630.911,65	1.060.884.528,39	3.999.299.002,00	3.885.011.386,60	2.005.144.840,91	2.004.020.413,66	-	- 192.389.502,01	90%
Total Geral	16.945.661.707,00	16.814.376.858,45	14.731.542.991,86	13.899.161.223,34	2.769.709.901,16	17.155.708.041,00	16.936.823.370,53	14.542.313.052,30	13.795.280.172,04	2.457.617.823,65	103.881.051,30	101%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP

Gestão de emendas parlamentares

No ano de 2021, foi consignada inicialmente aos órgãos da administração direta do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Órgão 30000 – MJSP), dotação orçamentária de emendas parlamentares no total de R\$ 448,1 milhões, compreendidos na Lei Orçamentária Anual – LOA/2021. Contudo, ocorreram cancelamentos de dotações na ordem de R\$ 7,0 milhões que redimensionaram o orçamento/2021 para a cifra de R\$ 440,9 milhões. Os dados analisados excluíram os valores cancelados e os recebidos de outros Ministérios, bem como informações conexas às entidades da administração indireta vinculadas ao MJSP, quais sejam, Fundação Nacional do Índio e Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Incluídas na execução orçamentária, enfatiza-se que as emendas possuem um procedimento próprio de execução, e deve-se levar em consideração o valor priorizado pelo parlamentar, que a cada divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias pode sofrer alterações.

Conforme disposto no item II, do art. 74, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, os autores das emendas deverão indicar os beneficiários específicos e a ordem de prioridade para efeito da aplicação dos limites de execução.

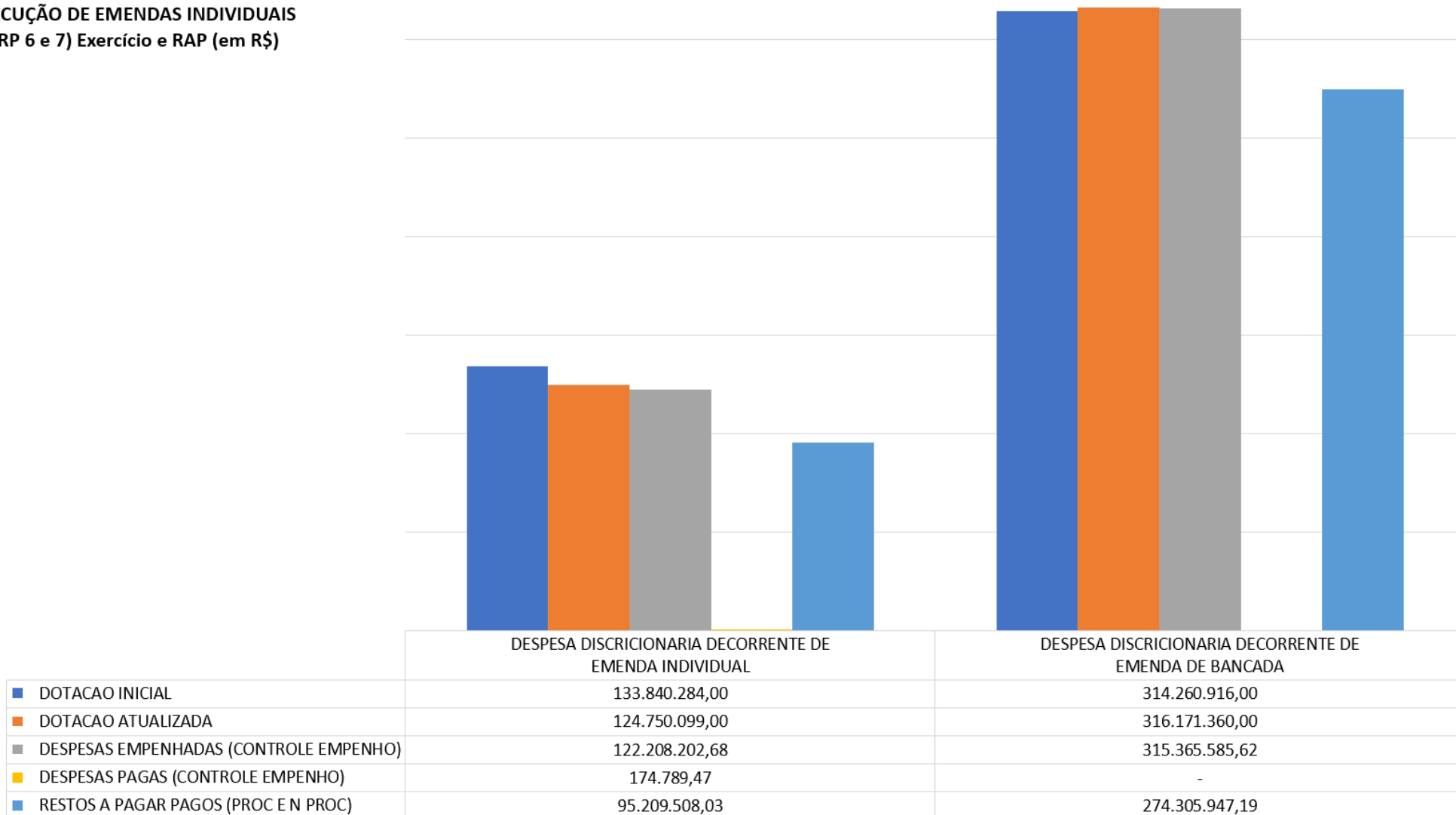
Cabe observar que, o limite de emendas individuais corresponde a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida, conforme prevê o § 9º do art. 166 da Constituição Federal.

Observa-se que, dos R\$ 124.750.099,00 de emendas classificadas com indicador de resultado primário RP 6 – emendas individuais, R\$ 122.208.202,68 foram efetivamente empenhados, o que representa 97,86% de execução. Outrossim, no que tange às emendas classificadas com indicador de resultado primário RP 7 – emendas de bancadas, dos R\$ 316.171.360,00 autorizados, foram efetivamente empenhados R\$ 315.365.585,62, o que representa um índice de execução de 99,75%.

Seguem elencados abaixo os demonstrativos e infográficos que refletem a situação das emendas no âmbito do MJSP.

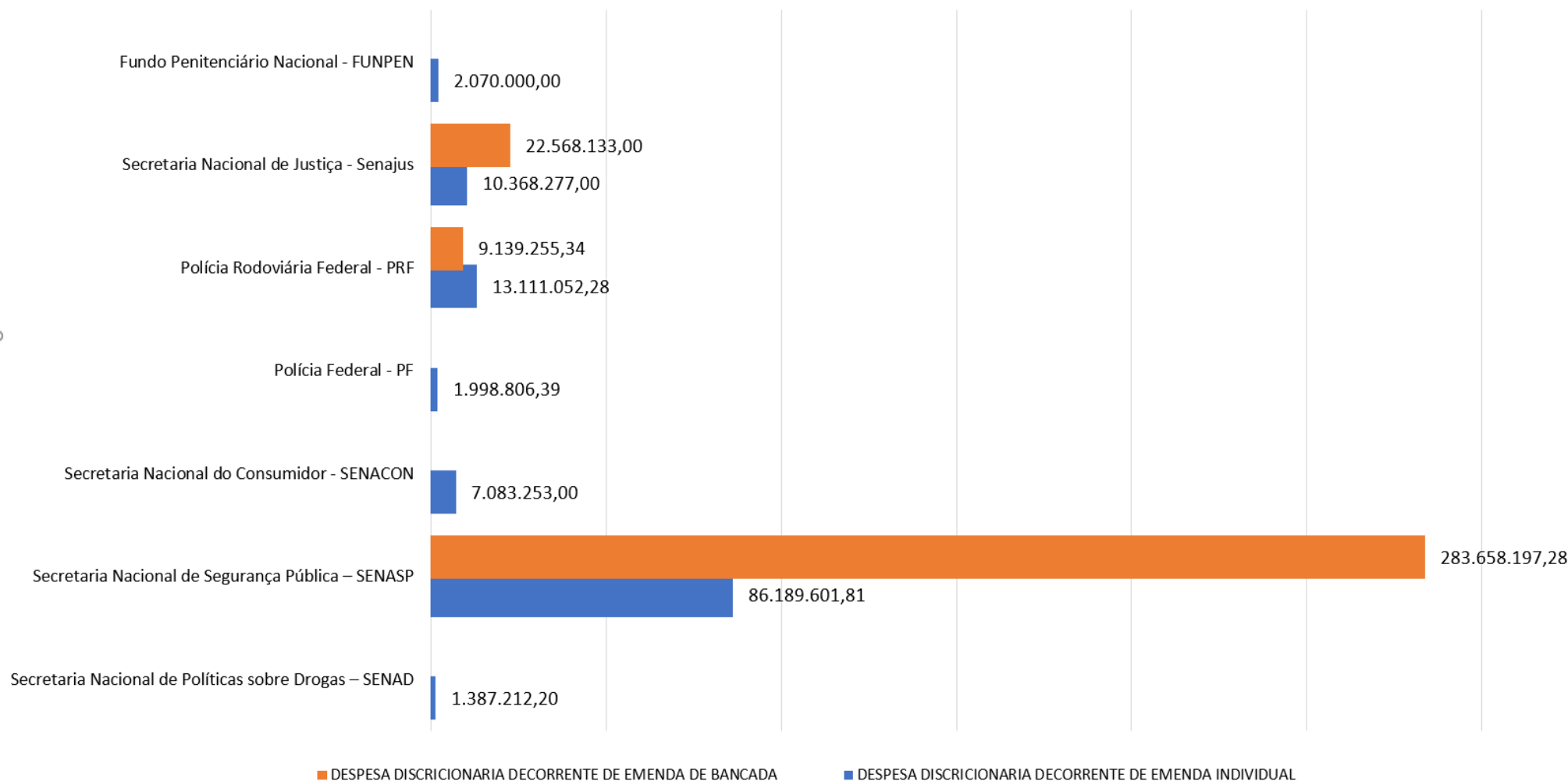


**EXECUÇÃO DE EMENDAS INDIVIDUAIS
(RP 6 e 7) Exercício e RAP (em R\$)**

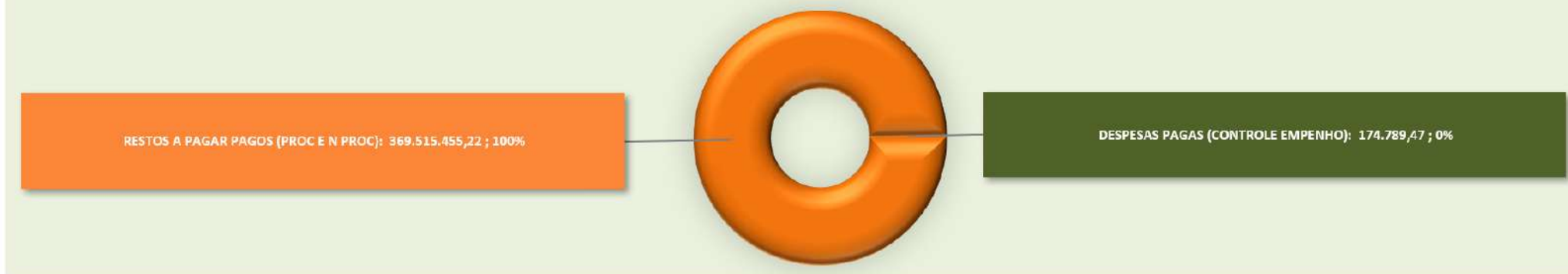


Fonte: Tesouro Gerencial

**VALORES EMPENHADOS DE EMENDAS
(RP - 6 e 7) POR UNIDADE (em R\$)**



Fonte: Tesouro Gerencial

VALORES PAGOS E INSCRITOS RP - 6 E 7
Exercício-2021 e RAP (em R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial

Execução Orçamentária

Destaca-se que durante o exercício de 2021, o Ministério atingiu o montante de R\$ 437,6 milhões de despesas empenhadas referente as emendas Individuais e de Bancadas, representando 99,2% da dotação atualizada.

Conforme o gráfico execução de emendas RP 6 e 7, foram efetuados pagamentos de restos a pagar (Processados e Não Processados) na ordem de R\$ 369.515.455,22, repercutindo em plena otimização do limite de pagamento concedido a Pasta.

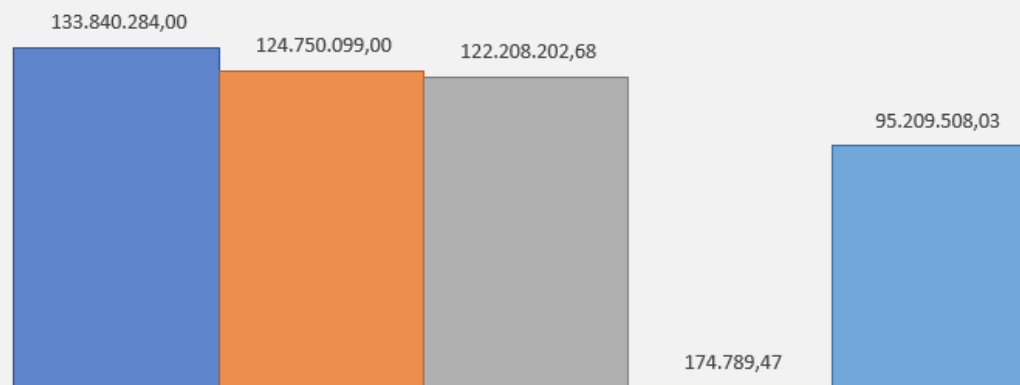
Entretanto, conforme §3º do art. 70 da Lei nº 14.116, de 2020, caso seja verificado que as reestimativas da receita e da despesa poderão resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal, os montantes de

execução obrigatória das programações, poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

Em 2021, o MJSP recebeu 214 emendas individuais (RP6), relativas às unidades que integram este relatório de gestão. Ressalta-se que todas foram priorizadas, ou seja, o parlamentar alocou limite de empenho para que pudessem ser executadas. Sendo assim, dos R\$ 124.750.099,00 priorizados, R\$ 122.208.202,68 foram empenhados, o que representa 98% de execução.

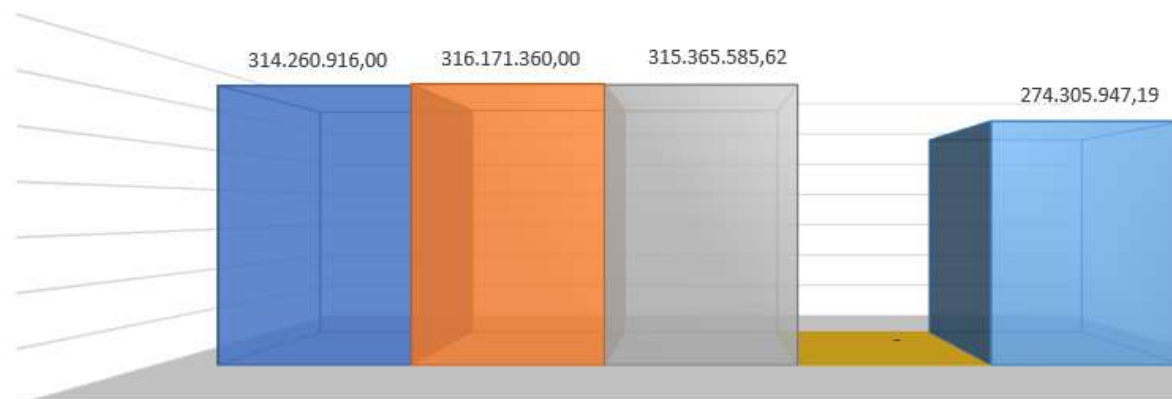
EXECUÇÃO DE EMENDAS INDIVIDUAIS - (RP 6) (Exercício-2021 e RAP) - em R\$

- DOTACAO INICIAL
- DOTACAO ATUALIZADA
- DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)
- DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
- RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)



EXECUÇÃO DE EMENDAS DE BANCADA - (RP 7) (Exercício-2021 e RAP) - em R\$

- DOTACAO INICIAL
- DOTACAO ATUALIZADA
- DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)
- DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
- RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)



Fonte: Tesouro Gerencial

Gestão de Restos a Pagar

Cabe ressaltar que o Ministério desenvolve o Projeto "Mapeamento e análise da integridade dos restos a pagar", com o objetivo geral de tornar a gestão mais eficiente e transparente, buscando o equilíbrio fiscal e evitando a responsabilização de agentes públicos pela inscrição e/ou manutenção indevida de empenhos em restos a pagar.

O MJSP iniciou o exercício de 2021 com o valor de R\$ 5.004.232.052,48 inscritos em Restos a Pagar. Neste sentido, colocou-se como meta a redução de 5% do estoque de restos a pagar. Observa-se que iniciamos o exercício de 2022 com R\$ 4.773.705.439,72, que representa uma redução de 4,61%. Os dados analisados excluíram os valores recebidos de outros Ministérios.

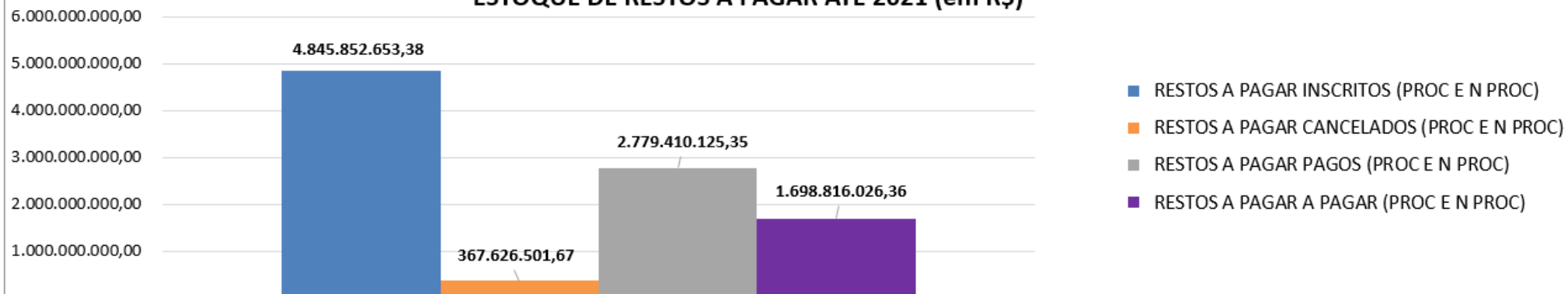
Nesse recorte, os valores de restos a pagar incluem todo o valor atrelado ao órgão orçamentário 30000 – Ministério da Justiça e Segurança Pública, inclusive suas entidades vinculadas e órgãos que já pertenceram a sua estrutura regimental e que não integram este Relatório de Gestão.

No demonstrativo abaixo, sobre a variação dos restos a pagar do MJSP, foram excluídas as informações da Funai, Cade, Coaf e secretarias que outrora integraram a estrutura do MJSP e atualmente integram o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos - MMFDH. Os dados dessas unidades farão parte dos seus respectivos Relatórios de Gestão Anual.



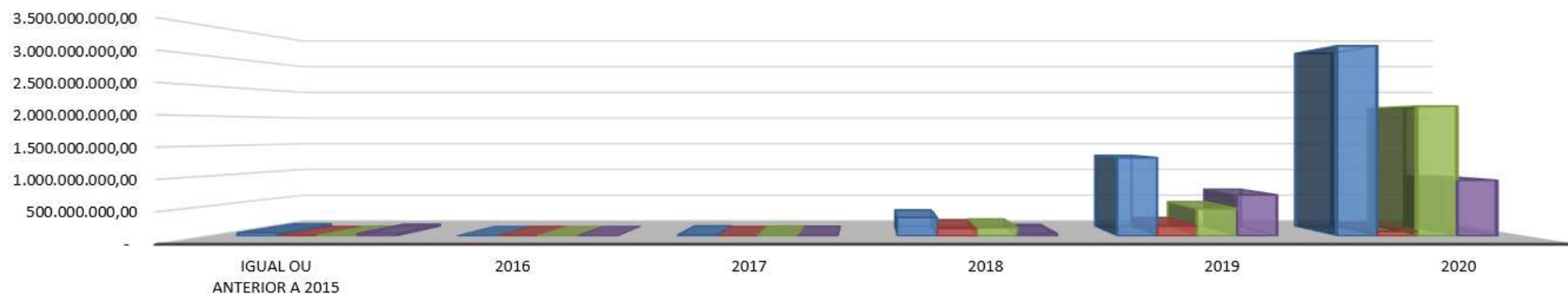
Fonte: Tesouro Gerencial (Exclusive Funai, Cade, Coaf e MMFDH)

ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR ATÉ 2021 (em R\$)



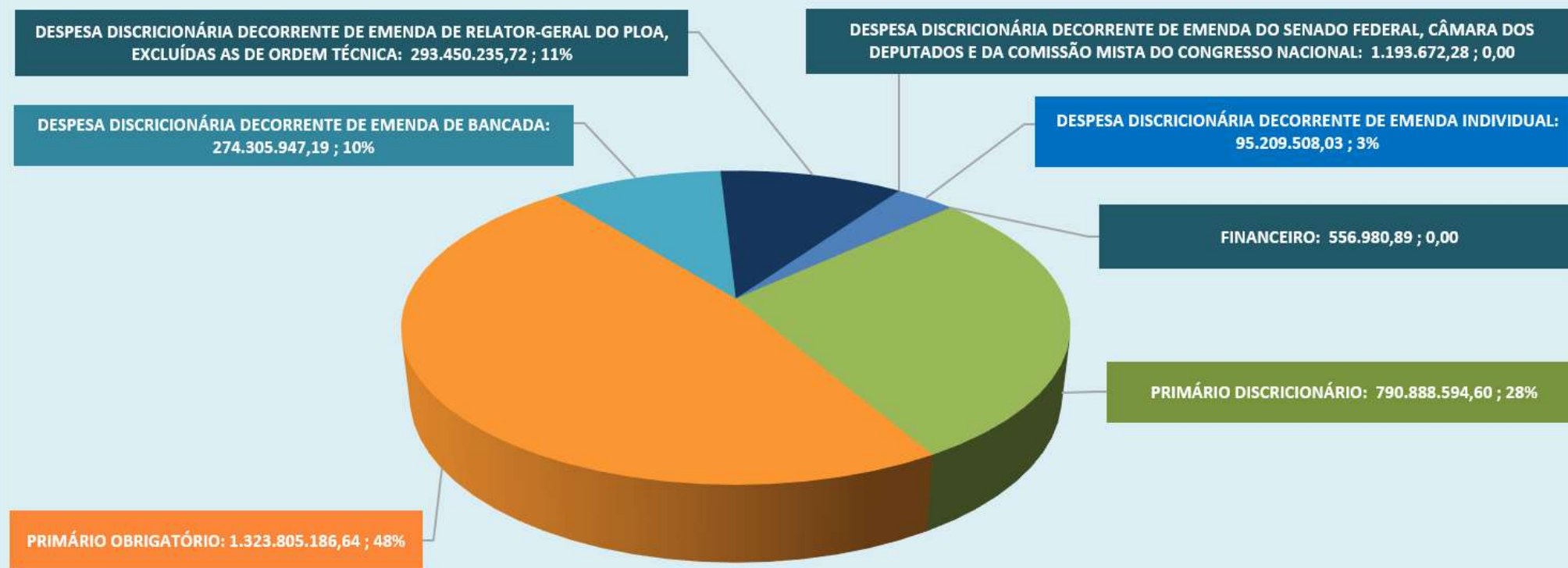
Fonte: Tesouro Gerencial.

RESTOS A PAGAR POR ANO DE INSCRIÇÃO (em R\$)



Fonte: Tesouro Gerencial.

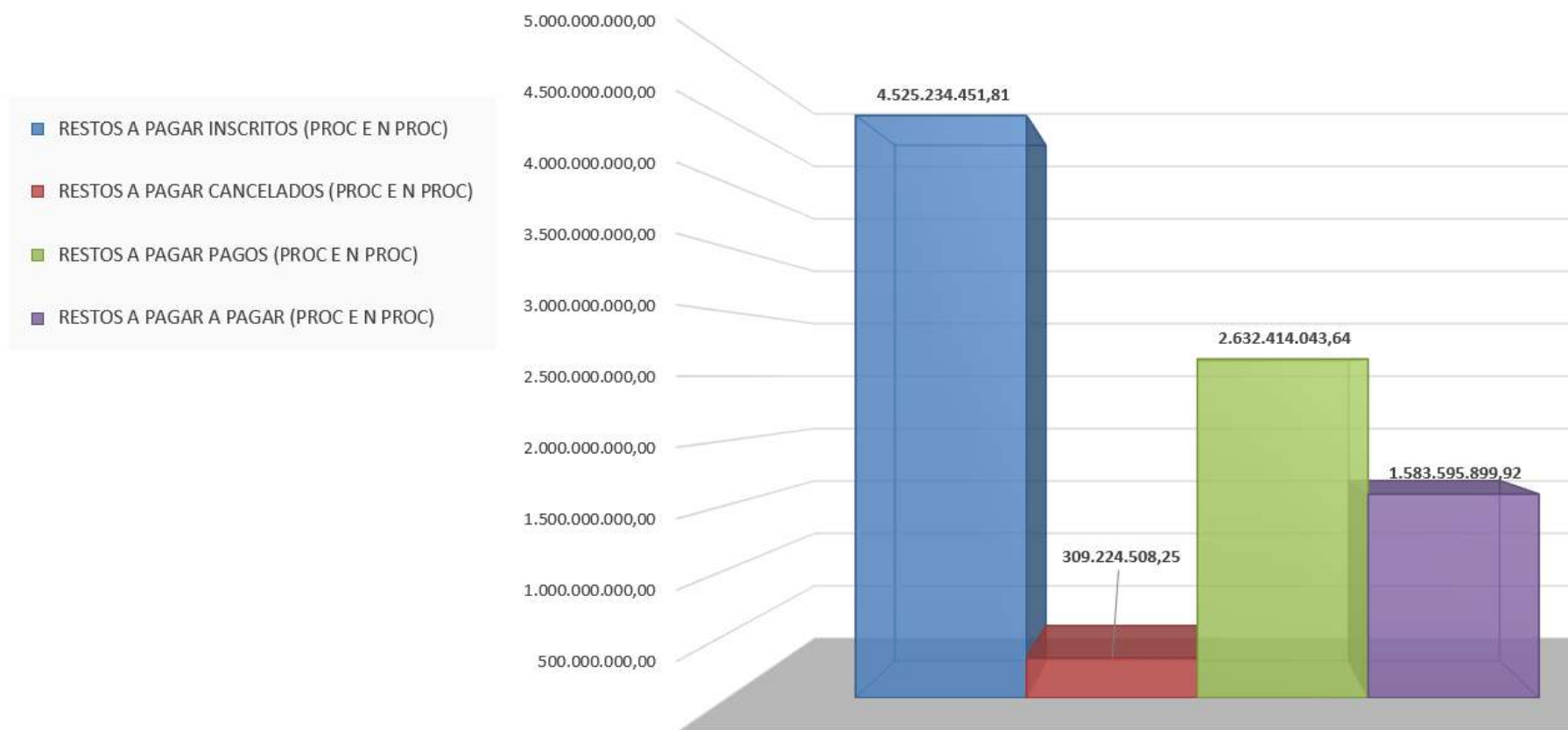
RESTOS A PAGAR POR RESULTADO PRIMÁRIO (Em R\$)



Fonte: Tesouro Gerencial

O quadro abaixo retrata a inscrição de restos a pagar nas unidades gestoras executoras do MJSP. Aqui se identifica um valor inferior de restos a pagar pelo fato de parte do orçamento do MJSP ser repassado, por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED, para ser executado por outros Ministérios, no sentido de atender programas, projetos e atividades de interesse recíproco, em regime de colaboração mútua.

RESTOS A PAGAR INSCRITOS NAS UNIDADES EXECUTORAS DO MJSP (Em R\$)



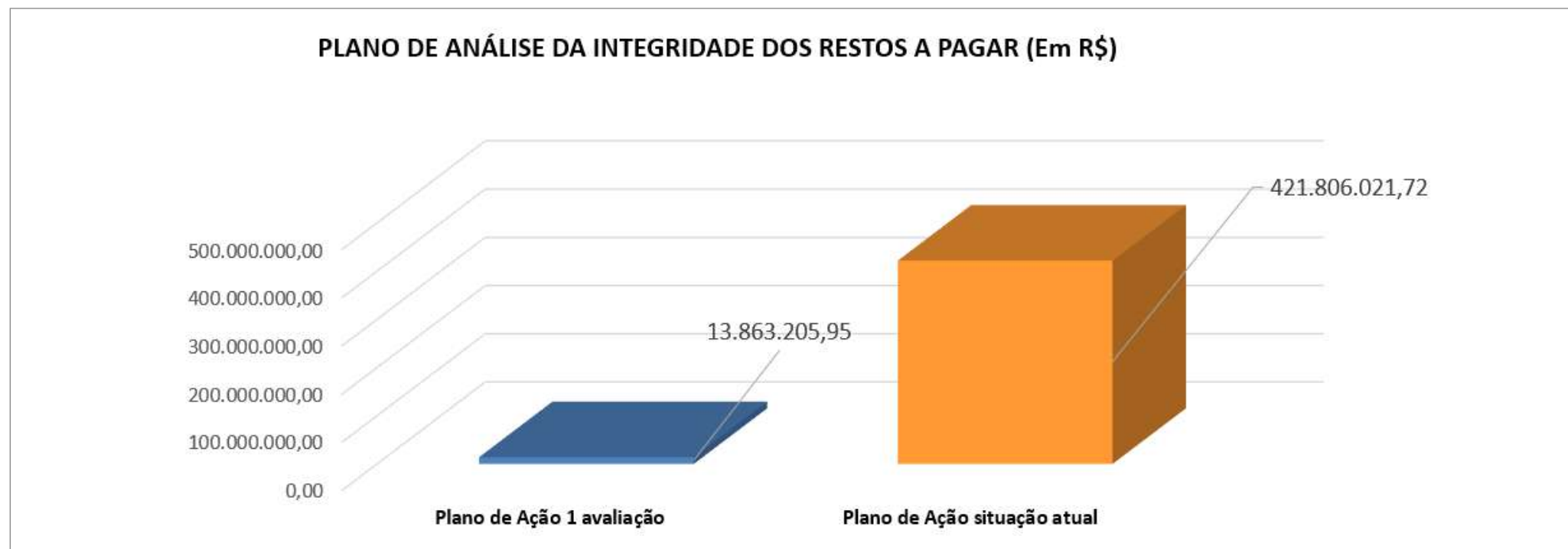
Fonte: Tesouro Gerencial

Plano de Análise da Integralidade dos Restos a Pagar

O MJSP vem desenvolvendo diversas ações no sentido de melhorar a gestão dos RAP's, implementando desde o ano de 2020 o plano de ação visando a análise da integralidade dos restos a pagar inscritos, com o intuito de atender aos princípios da transparência ativa, com vistas à possível redução de seu estoque de Restos a Pagar – RAP, em 5%, com relação ao exercício anterior.

A proposta do projeto de mapeamento dos RAP's busca avaliar o alinhamento do ato de inscrição do empenho como previsto no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e orientar tecnicamente as unidades da estrutura do Ministério quanto à gestão de restos a pagar, reduzindo assim o comprometimento do limite de pagamento do exercício subsequente.

Conforme o gráfico abaixo, observa-se que no início do plano o MJSP possuía R\$ 13,86 milhões de restos a pagar cancelados e que após sua implementação findou o exercício com um montante de R\$ 421,8 milhões cancelados.



Fonte: Tesouro Gerencial

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO PARA ENFRENTAMENTO À COVID-19

Crédito Extraordinário para Enfrentamento à COVID-19

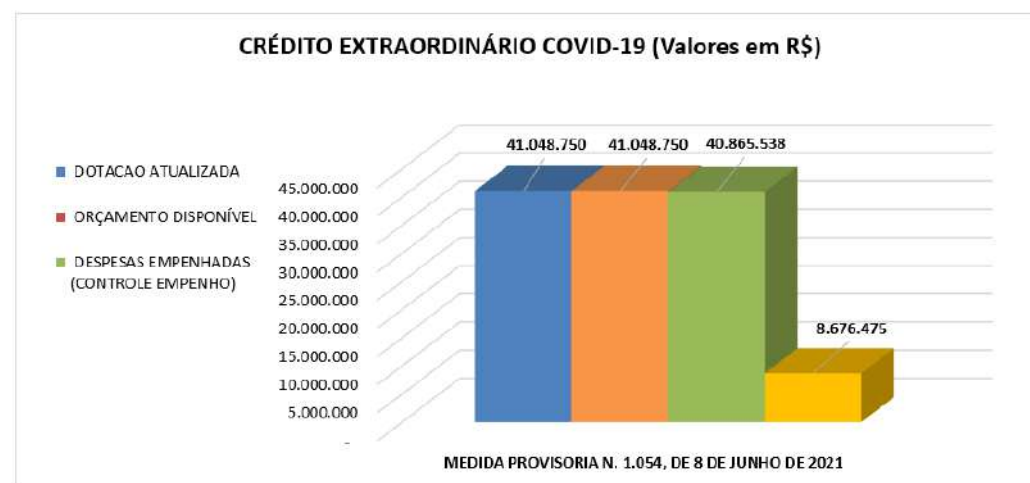
O MJSP foi atendido com a edição da Medida Provisória nº 1.054/2021 que abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 41.048.750,00, viabilizando, no âmbito da Fundação Nacional do Índio, a contratação temporária de pessoal, a fim de reforçar as equipes de trabalho que atuam nas barreiras sanitárias e impedir a circulação e propagação do novo coronavírus (Covid-19), bem como a distribuição de cestas de alimentos para as comunidades indígenas, de modo a garantir a segurança alimentar e a manutenção do isolamento social das comunidades indígenas como forma de proteção, evitando o deslocamento para os centros urbanos. Tais medidas foram adotadas em atendimento à decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, Roberto Barroso, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 709-DF/2020, visando conter a transmissão da doença, diminuindo a escalada de mortes.

A decisão proferida pelo Ministro do STF acerca do Plano Geral de Enfrentamento à Covid-19 para povos indígenas, no bojo da ADPF 709-DF/2020, que determina que "o Ministério da Defesa, os órgãos de segurança do MJSP, a FUNAI, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e a Agência Nacional de Mineração (ANM) – e demais que precisem ser acionados – deverão prestar o apoio necessário ao planejamento e à sua execução do Plano Operacional 7 TI's - ADPF 709-DF/2020 elaborado e sob a coordenação do Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

Execução do Crédito Extraordinário

Visando dar efetividade à Medida Provisória nº 1.054/2021, esta foi convertida na Lei nº 14.225 de 19 de outubro de 2021, que autorizou as despesas com: contratação de pessoal temporário, locação de meios de transporte, gêneros de alimentação, fretes e transportes de encomendas e combustíveis e lubrificantes automotivos.

Destaque-se que a execução orçamentária do crédito está demonstrada no gráfico e na tabela: execução por natureza de despesa detalhada – covid 19, conforme imagem a seguir:



Fonte: Tesouro Gerencial

EXECUÇÃO POR NATUREZA DE DESPESA DETALHADA – COVID 19

NATUREZA DE DEPESA DETALHADA	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)	DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	4.855.372,00	2.062.857,86
GENEROS DE ALIMENTACAO	4.424.444,53	1.862.734,88
FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	7.087.552,84	1.644.218,90
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	4.579.602,58	1.509.714,56
DEMAIS	19.918.565,70	1.596.948,85
TOTAL	40.865.538	8.676.475

Fonte: Tesouro Gerencial

GESTÃO DOS FUNDOS

O Ministério da Justiça e Segurança Pública se utiliza de seis fundos públicos como fontes de recursos para o financiamento de suas atividades:

FUNAPOL - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal: Instituído pela Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 e regulamentado pelo Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997, tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a aparelhar a Polícia federal e a manter suas atividades essenciais e competências típicas. Gerido e utilizado pela Polícia Federal.

FUNAD - Fundo Nacional Antidrogas: Instituído pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, tem seus recursos destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas. Gerido pela SENAD no Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo parcela da arrecadação destinada aos órgãos de segurança pública federais, estaduais e distrital.

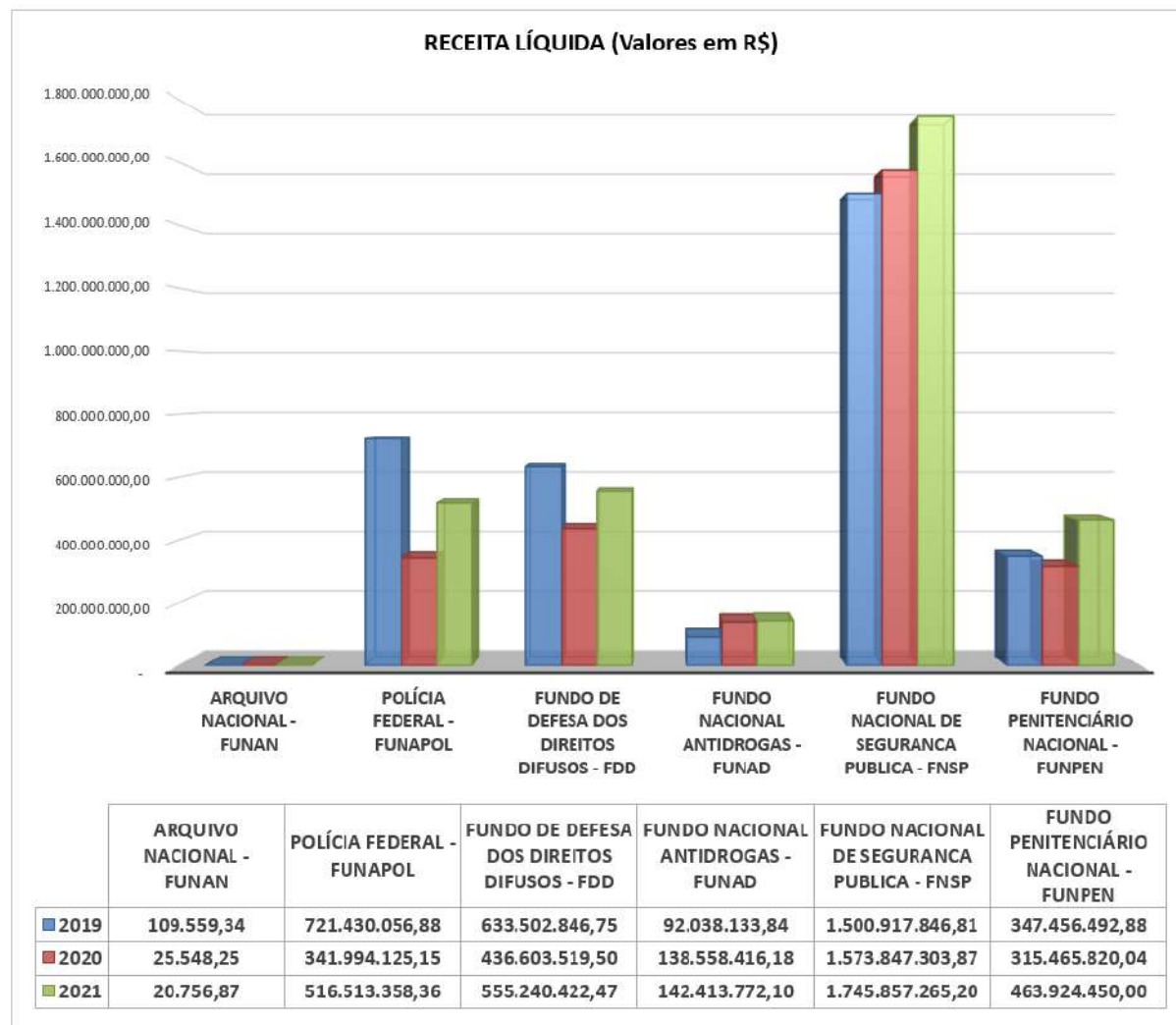
Com a publicação da Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019, ocorreu uma otimização da gestão de ativos do Fundo o que pode ser percebido pela majoração significativa da arrecadação.

FDD - Fundo de Defesa de Direitos Difusos: Instituído pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, tem por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. O FDD é gerido pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos. O fundo apoia projetos apresentados por órgãos públicos e entidades civis, que são selecionados por editais de chamamento publicados a cada 2 (dois) anos. As atividades administrativas do fundo são realizadas pela estrutura fornecida pela Secretaria Nacional do Consumidor.

FUNAN - Fundo Nacional do Arquivo Nacional: Instituído pela Decreto nº 88.771, de 27 de setembro de 1983, tem por finalidade centralizar recursos e financiar, atividades do Arquivo Nacional, a cujo crédito serão levados todos os recursos destinados a atender às suas necessidades, observado o disposto nos Decretos-Leis nºs 1.754 e 1.755, de 31 de dezembro de 1979. Gerido e utilizado pelo Arquivo Nacional.

FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública: Instituído pela Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem como objetivo apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal. Com a publicação da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que direcionou uma fonte específica de receita para o Fundo, bem como previu o repasse obrigatório de parte dos recursos para os Estados e o Distrito Federal, ocorreu uma otimização do processo de execução e um fortalecimento do orçamento do Fundo. Gerido e utilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

FUNPEN - Fundo Nacional de Segurança Pública: Instituído pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994, tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro. Por força da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 347, foi incluído no anexo de despesas obrigatórias da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2019. Gerido e utilizado pelo Departamento Penitenciário Nacional.



Fonte: Tesouro Gerencial

Principais desafios e ações futuras

A execução orçamentária e financeira no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública ocorre de forma descentralizada, uma vez que existe uma diversidade de temas afetos ao Ministério, demandando conhecimentos específicos de cada área de atuação do órgão, conferindo aos gestores maior assertividade e celeridade no atendimento de suas entregas.

Registre-se que, esta Pasta Ministerial tem incentivado a adoção de medidas buscando-se a aderência às normas vigentes, a exemplo do engajamento no cumprimento das recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo; da disseminação de orientações técnicas e normativas proferidas pelos órgãos centrais; do aprimoramento dos controles internos, de forma a nortear as atividades e prazos dos processos orçamentário e financeiro do exercício em evidência, destacando-se a edição da Portaria SPO/SE/MJSP Nº 6, DE 28 DE MAIO DE 2021.

DESAFIOS

- Aprimorar o alinhamento das rubricas orçamentárias aprovadas na LOA à Cadeia de Valor, macroprocessos e carteira de políticas públicas do Ministério;
- Estimular a cultura de utilização dos painéis gerenciais (Painel do Orçamento do MJSP, Painel de Custos do MJSP, ferramentas que auxiliam os gestores no processo de tomada de decisão;
- Reduzir o estoque de restos a pagar inscritos, considerando seu impacto no fluxo de pagamento do exercício corrente;
- Manter o elevado índice de execução orçamentária do MJSP, orientado para a eficiência alocativa;
- Garantir no âmbito do Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública – ComprasSUSP, instituído no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a realização de compras e aquisições de bens e serviços de forma mais eficiente em benefício das instituições e órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Melhorar os índices de execução dos recursos repassados aos fundos estaduais e Distrital de segurança pública pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, visando garantir o apoio a implementação de políticas afetas a Valorização dos Profissionais de Segurança Pública e ao Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública e Defesa Social;
- Aprimorar a relação com o Congresso Nacional no sentido de que as emendas parlamentares sejam direcionadas para as políticas públicas prioritárias do MJSP; e
- Aprimorar a classificação da receita do MJSP de forma a melhor identificar a origem dos recursos.

AÇÕES

- Aperfeiçoar a Cartilha de Emendas Parlamentares, contemplando os principais programas e projetos do MJSP, a fim de melhorar a comunicação do Ministério com os parlamentares;
- Acompanhar os resultados da execução orçamentária e financeira, inclusive por meio de indicadores, de modo a subsidiar a atuação das Unidades Gestoras do MJSP em prol da melhor aplicação dos recursos disponibilizados;
- Dar continuidade ao aprimoramento do Painel do Orçamento do MJSP, plataforma que permite aos gestores acompanharem a execução orçamentária e financeira do Ministério, sendo um facilitador para a tomada de decisão;
- Dar continuidade ao aprimoramento do Painel de Custos do MJSP, plataforma que permite aos gestores acompanharem os custos do Ministério, contribuindo no processo decisório dos gestores públicos;
- Dar continuidade ao projeto "Mapeamento e análise da integridade dos restos a pagar", objetivando tornar a gestão mais eficiente e transparente, buscando a redução em 5% do estoque de Restos a Pagar Inscritos, o equilíbrio fiscal e evitando a responsabilização de agentes públicos pela inscrição e/ou manutenção indevida de empenhos em restos a pagar;
- Disponibilizar Módulo da Plataforma Digital do ComprasSUSP, ferramenta de aquisição de equipamentos e contratação de serviços afetos aos órgãos de segurança pública que possibilitará a realização de compras públicas com ganhos de escala e de qualidade dos bens e serviços adquiridos, gerando economia de tempo e de recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros no âmbito das instituições e órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Estimular a racionalização de despesas e a ampliação de resultados;
- Aperfeiçoar a projeção e o acompanhamento das Receitas referentes às Fontes de Recursos Próprios; e
- Aprimorar a relação com o Congresso Nacional no sentido de que as emendas parlamentares sejam direcionadas para as políticas públicas prioritárias do MJSP.

II - GESTÃO DE CUSTOS

Há décadas as questões referentes ao acompanhamento, aprimoramento e melhorias dos gastos públicos no país, têm sido pauta de discussão entre estudiosos, legisladores e gestores no país e no mundo.

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, “Lei dos Orçamentos Públicos”, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, prevê, desde sua sanção, a necessidade de apuração e controle de custos por parte da administração pública, conforme disposto nos artigos 85 e 99:

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 99. Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeiro comum.”

Nesse mesmo contexto, o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da administração pública, também trata da questão de custos:

Art. 25. A supervisão ministerial tem por principal objetivo, na área de competência do Ministro de Estado: (...)

IX - Acompanhar os custos globais dos programas setoriais do Governo, a fim de alcançar uma prestação econômica de serviços. (...)

Art. 30. Serão organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria, e serviços gerais, além de outras atividades auxiliares comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de coordenação central. (...)

§ 3º É dever dos responsáveis pelos diversos órgãos competentes dos sistemas, atuar de modo a imprimir o máximo rendimento e a reduzir os custos operacionais da Administração. (...)

Art. 79. A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão. (...)

Art. 94. O Poder Executivo promoverá a revisão da legislação e das normas regulamentares

relativas ao pessoal do Serviço Público Civil, com o objetivo de ajustá-las aos seguintes princípios: (...)

XI - Instituição, pelo Poder Executivo, de reconhecimento do mérito aos servidores que contribuam com sugestões, planos e projetos não elaborados em decorrência do exercício de suas funções e dos quais possam resultar aumento de produtividade e redução dos custos operacionais da administração. (...).

Art. 95. O Poder Executivo promoverá as medidas necessárias à verificação da produtividade do pessoal a ser empregado em quaisquer atividades da Administração Direta ou de autarquia, visando a colocá-lo em níveis de competição com a atividade privada ou a evitar custos injustificáveis de operação, podendo, por via de decreto executivo ou medidas administrativas, adotar as soluções adequadas, inclusive a eliminação de exigências de pessoal superiores às indicadas pelos critérios de produtividade e rentabilidade.

No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a gestão de custos está pautada, principalmente, nas determinações estabelecidas no art. 4º, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e na Portaria-STN 157, de 9 de março de 2011, que dispõe sobre a criação do Sistema de Custos do Governo Federal.

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determina o seguinte:

Art. 4º, § 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Além disso, a referida Lei Complementar tornou ainda mais importante e necessária a apuração e o controle de custos por parte dos gestores públicos, identificando necessidades e impondo responsabilidades:

Art. 4º. A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição: (...)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; (...)

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes: (...)

§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Dessa forma, a partir do ano 2000, todas as Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais passaram a tratar da temática de custos.

Para atender as determinações do Sistema de Administração Financeira Federal - SIAFI, o Ministério previu a competência de coordenar os trabalhos relacionados ao sistema de custos, no âmbito das atribuições da Secretaria-Executiva, em regimento interno, por meio da Portaria MJSP nº 1.370, de 15 de agosto de 2014, posteriormente revogada pela Portaria nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017, que trouxe o seguinte texto:

Art. 77. À Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional: (...)

XIV - coordenar, acompanhar e disseminar o Sistema de Custos do Governo Federal e prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos das unidades administrativas e entidades subordinadas do Ministério; [...].

Em 2014, o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP desenvolveu diversas atividades

visando empregar um sistema de apuração de custos que a fim de fornecer aos gestores, informações que gerenciais referentes à qualidade do gasto do órgão frente às suas realizações e execução de suas políticas públicas.

Nesse cenário, com a atualização do Planejamento Estratégico, aprovado pelo Ministro de Estado, por meio da Portaria nº 1500, de 16 de setembro de 2015, revogada pela Portaria nº 675, de 14 de agosto de 2017 e atualmente regida pela Resolução nº CGE nº 11, de 30 de setembro de 2020, foi mapeada e instituída a Cadeia de Valor do Ministério, documento essencial para nortear a setorial de custos. Na referida Cadeia, estão retratados os processos e macroprocessos dos órgãos que compõem o MJSP, divididos em duas grandes vertentes:

a) a cadeia finalística, onde estão mapeadas as grandes entregas à sociedade e o próprio Governo; e

b) a cadeia de Governança, Suporte e Gestão, em que está alocada as ações de apoio à cadeia finalística.

No ano de 2016, com a publicação da Portaria MJSP nº 492, de 27 de abril de 2016, foi instituído a setorial do Sistema de Custos do Governo Federal, no âmbito do Ministério. No referido normativo, a Secretaria-Executiva foi designada

como responsável por atuar como órgão setorial do Sistema, com as seguintes atribuições:

I - apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física, nos termos do art. 137, § 1º, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986;

II - prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos - SIC, das unidades administrativas do Ministério da Justiça e entidades a ele vinculadas;

III - apoiar o órgão central do Sistema de custos do Governo Federal;

IV - elaborar e analisar relatórios oriundos do SIC;

V - elaborar relatórios analíticos com o uso de indicadores de custos, tendo por base os relatórios do SIC;

VI - subsidiar os gestores do órgão com informações gerenciais, a

partir do SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório;

VII - promover, quando necessário, conferências ou reuniões técnicas, com a participação das unidades administrativas do Ministério da Justiça e entidades a ele vinculadas;

VIII - elaborar estudos e propor melhorias com vistas ao aperfeiçoamento da informação de custo;

IX - solicitar, ao órgão central, acesso ao SIC;

X - promover a disseminação das informações de custos nas entidades vinculadas ao Ministério da Justiça;

XI - prestar informação e apoio na realização de exames de auditorias que tenham por objeto os custos dos projetos e atividades a cargo do Ministério da Justiça;

XII - comunicar a autoridade responsável sobre a falta de informação da unidade administrativa gestora a respeito da execução física dos projetos e atividades a seu cargo, nos termos do art. 137, § 2º, do Decreto nº 93.872 de 1986; e

XIII - elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor o Relatório de Gestão, a Prestação de Contas do Presidente da República, conforme normativos e orientações dos órgãos de Controle Interno e Externo.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva exercerá as atividades de que trata este artigo por intermédio da Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento da Coordenação Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (DCPLAM/CGGE/SPO/SE/MJ).

Visando a manutenção da unicidade, integridade e equivalência das informações de caráter

gerencial a serem produzidas em todas as suas unidades, o MJSP editou a Portaria MJSP nº 34, de 11 de janeiro de 2017, estabelecendo seu Modelo de Apuração de Custos, baseado na Cadeia de Valor, conforme descrito abaixo:

Art. 1º. Estabelecer o Modelo de Apuração de Custos do Ministério da Justiça e Cidadania, baseado na Cadeia de Valor, na forma descrita no Manual de Apuração de Custos do Ministério da Justiça e Cidadania, aprovado por este instrumento.

§ 1º O modelo tratado no caput é baseado na utilização de centros de custos, estabelecidos de acordo com a Macrofunção SIAFI 021133 - Centro de Custos;

§ 2º O Detalhamento de custos é utilizado para indicar o atributo para o qual será efetuada a marcação gerencial, visando a obtenção de informações parametrizadas segundo a necessidade do modelo, e é identificado por um código composto por até onze posições alfanuméricas, assim definidas:

I - as seis primeiras posições do código indicarão os atributos definidos pelo modelo, conforme consta no Manual de Apuração de Custos desta;

II - as sétima, oitava, nona, décima e décima primeira posições poderão receber codificações de livre escolha dos órgãos e entidades vinculadas que compõem a Estrutura Organizacional do Ministério da Justiça e Cidadania.

Art. 2º A utilização dos centros de custos e as rotinas de trabalho inerentes à implementação e desenvolvimento do modelo, são de aplicação obrigatória no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, seus órgãos e entidades vinculadas.

Art. 3º A coordenação dos trabalhos de implantação e consolidação do modelo de apuração de custos no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania será exercida pela Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento - DCPLAM/CGGE/SPO/SE/MJ, em consonância com o estabelecido na Portaria MJC nº 492, de 27 de abril de 2016.

Parágrafo único. O início da utilização dos centros de custos nas unidades ocorrerá de forma paulatina, de acordo com cronograma a ser estabelecido pela DCPLAM, em comum acordo com os diversos órgãos e entidades vinculadas.

No ano de 2021 o MJSP concluiu todas as etapas do Modelo de Apuração de Custos, com a adesão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE à metodologia de custos com pessoal ativo. Assim, conforme previsto no manual, todos os custos gerais e com pessoal foram mapeados e distribuídos nos processos das cadeias finalísticas e de suporte.

Diante dos avanços alcançados pelo órgão na gestão de custos, no ano de 2021, o Ministério foi premiado, pela segunda vez consecutiva, como 2º colocado no Ranking de Desempenho da Qualidade da Informação de Custos entre as setoriais do poder executivo federal, por meio do boletim anual foco em custos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que tem por objetivo apresentar uma visão geral dos custos do Governo Federal e também fomentar a elaboração de modelos personalizados de custos que atendam às necessidades de gestão dos órgãos públicos, desde a perspectiva estratégica, voltada aos programas de governo, até a operacional, direcionada à avaliação de desempenho de cada órgão.

RANKING DE DESEMPENHO DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO DE CUSTOS EM 2021	
1º COLOCADO	Comando da Aeronáutica - COMAER
 2º COLOCADO	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - MJSP
3º COLOCADO	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI

Fonte: Tesouro Gerencial

A nota alcançada pelo MJSP para alcançar a 2ª colocação no ranking foi de 8,998 de 10. O cálculo foi realizado a partir da soma ponderada dos indicadores:

- a) a regularidade, calculada pela existência ou não de registro contábil mensal para itens de custos de funcionamento com consumo recorrente em 2020;
- b) a dispersão, calculada pela média ponderada dos coeficientes de variação dos mesmos itens da regularidade;
- c) personalização, que é calculada pela verificação do uso de detalhamento dos centros de custos, estruturados de forma sistêmica e;
- e) economicidade que é calculado pela estimativa da tendência linear dos custos conforme sua evolução ao longo dos doze meses de 2020.

Além disso, buscou-se aprimorar a divulgação dos dados de custos do Ministério, com a criação de um painel, no formato interativo, desenvolvido na plataforma do *Business Intelligence* - BI, onde são informados os custos gerais do órgão, atualmente somados aos custos com pessoal ativo, nos principais painéis.

Visando fortalecer a transparência na gestão pública e evidenciar os recursos consumidos pelos órgãos, foram mantidos no BI, painéis específicos com os custos de diárias e passagens, pessoal ativo e custos gerais.

A base de dados que alimenta a plataforma do Painel de Custos - BI é o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC do Tesouro Gerencial para os custos gerais e o DW SIAPE para os custos com pessoal ativo. Ambos os sistemas estruturantes confiáveis do Governo Federal.

O Painel criado pela Setorial de Custos do MJSP ainda não está disponível no momento para o público externo, pois se encontra em processo de validação dos dados. Já no ambiente interno do órgão todos os servidores do Ministério podem acessá-lo na intranet, no site do “Você. MJ”, no link: <https://justicagovbr.sharepoint.com/sites/SetorialdeCustosdoMJ>.

Para a inclusão dos custos com pessoal ativo vinculados à Cadeia de Valor foram mapeados todas as Unidades Organizacionais – UORGs do ministério e suas unidades vinculadas. Feito essa análise baseada na estrutura do órgão foi realizado uma pesquisa de distribuição nas unidades, que deveriam atribuir percentuais de atuação em cada processo da cadeia de valor que atuam conforme previstos nas suas competências, o que possibilitou a identificação dos custos de pessoal por Cadeia, Macroprocesso e Processo.

Todavia, mudanças ocorridas na estrutura do ministério em virtude da publicação do Decreto nº 10.785, de 1º de setembro de 2021, ocasionaram distorções relevantes no modelo de apuração de custos com pessoal, pois foram incluídas novas UORGs e ao mesmo tempo excluídas outras da estrutura. Assim, em virtude dessas alterações faz-se necessário realizar uma nova pesquisa de distribuição dos custos com pessoal ativo para sanar essas distorções.

A Setorial de Custos do MJSP iria realizar no exercício vigente uma nova pesquisa de distribuição de custos com pessoal baseada na nova estrutura do Ministério, contudo devido ao *vacatio legis* do decreto não foi possível

realizar essa pesquisa no exercício, tendo como anseio realizar esse trabalho da nova pesquisa da estrutura no primeiro trimestre de 2022.

Cabe ressaltar que as distorções referente à mudança da estrutura do MJSP afetam apenas os custos com pessoal ativo e para que ocorra a possibilidade de comparação entre os exercícios, os custos com pessoal provenientes da folha de pagamento não foram considerados, pois a apuração desses custos finalizou em 2021.

Seccional da Polícia Federal

O MJSP é responsável pela apuração dos custos de todas as suas unidades, exceto a Polícia Federal – PF que, visando maior controle e acompanhamento de suas ações, optou por criar uma seccional de custos, utilizando o modelo do MJSP.

No âmbito da PF, as atribuições do Sistema de Custos do Governo Federal estão vinculadas à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, sob a responsabilidade do Serviço de Contabilidade, cuja delegação foi realizada, por meio da Portaria MJSP nº 762, de 8 de maio de 2017 e da Portaria DG/PF nº 7.424, de 12 de setembro de 2017.

O modelo de apuração de custos utilizado foi determinado pela Portaria MJSP nº 34, de 11 de janeiro de 2017, baseado no Planejamento Estratégico, mais especificamente na Cadeia de Valor, na qual estão retratados os processos e macroprocessos de trabalhos dos diversos Órgãos que compõem o MJSP, divididos em duas grandes vertentes – a Finalística e a de Governança, Gestão e Suporte, constituindo os valores e responsabilidades a serem entregues à sociedade em geral e ao próprio governo.

O método de custeio tem por base as atividades desenvolvidas pelas Unidades Organizacionais (SIORG) que consomem recursos gerando custos. Despesas como diárias, passagens, suprimento de fundos, material de consumo são consideradas custo direto, que é aquele identificado ou associado diretamente à atividade e à unidade organizacional.

Os custos indiretos, como energia elétrica, manutenção predial, limpeza e conservação e fornecimento de água não podem ser agregados diretamente ao objeto do custo, devendo sua apropriação ocorrer por meio da utilização de bases de rateio ou direcionadores de custo. Essa distribuição requer um sistema automatizado, ainda não definido. Dessa forma, a alocação desses custos dá-se em centros de

custos da área suporte.

Para contemplar todo o custo da PF em seus setores e atividades, para que o custo possa ser totalmente evidenciado, é preciso elaborar critérios de rateio para os custos que não podem ser diretamente atribuídos. É o que ocorre com os custos indiretos e com a despesa de pessoal (folha de pagamento).

Em 2021, a Seccional de Custos da Polícia Federal acompanhou os registros da informação de custos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, de todas as suas Unidades Gestoras, a fim de orientar e validar os registros, de forma que o custo dos processos e das unidades organizacionais seja representado de forma fidedigna, visando a melhor alocação dos recursos.

A distribuição do custo de pessoal é realizada por Unidades Organizacionais (UORG), conforme a lotação, pelo percentual de atuação do setor em cada centro de custos (atividade), informada pelo gestor. Essa informação é disponibilizada mensalmente em um painel do Power Bi pela Setorial de Custos do MJSP.

O servidor ocupante da função de chefia da unidade organizacional ou responsável designado, definiu de forma empírica os percentuais

de atuação baseado na sua vivência e atuação no setor.

O objetivo desta demanda visou dar continuidade ao processo de aperfeiçoamento do Modelo de Custos do MJSP e da PF para uma apuração mais eficaz e que reflita a realidade sobre a forma de trabalho das unidades que compõem sua estrutura.

O acompanhamento constante do registro da informação de custos tem trazido resultados significativos nos resultados apurados. Os documentos hábeis registrados em desacordo com as orientações e metodologia de apuração de custos na PF são indicados para correção pela Unidade Gestora. Com esse mecanismo, houve um ganho quanto a alocação dos processos de custos finalístico o que demonstra o comprometimento da equipe e dos servidores na identificação do centro de custos e siorg beneficiado com a despesa, contribuindo assim, na melhor alocação do recurso.

Como ações futuras, a PF continuará acompanhando e orientando os registros da informação de custos nos sistemas estruturantes e continuará trabalhando em formular estratégias para automatização da distribuição dos custos indiretos para melhor representação do custo real das unidades.

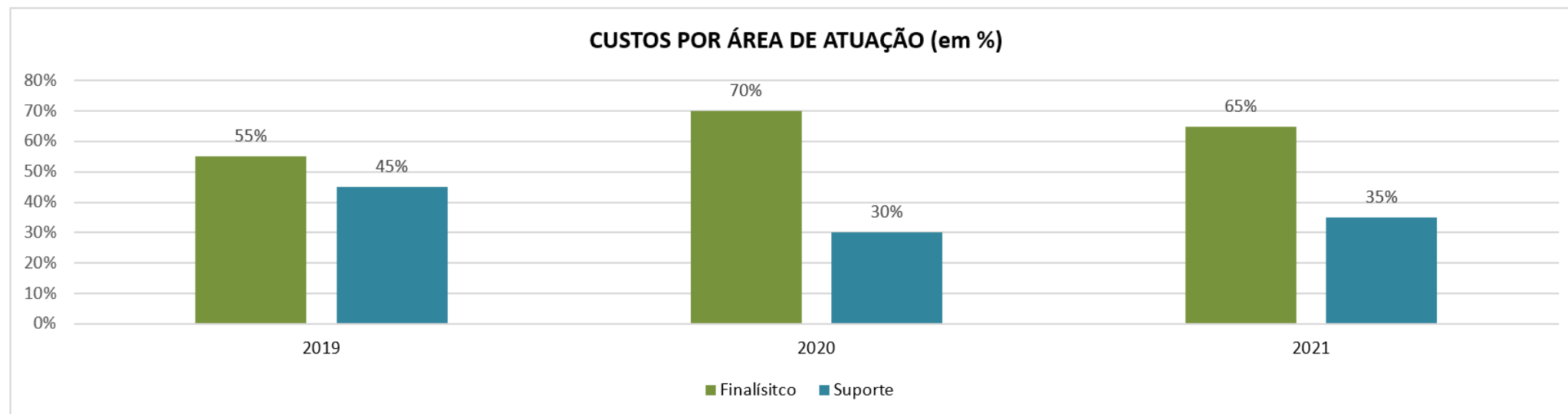
A informação de custos, após a sua validação pela Unidade Gestora, tem por objetivo subsidiar decisões do gestor, conduzindo à alocação mais eficiente do recurso público. Com a informação validada pretende-se gerar relatórios gerenciais para propiciar o gerenciamento de políticas públicas, a elaboração de projetos estratégicos, a melhoria dos processos gerenciais, a busca de inovações tecnológicas e a disseminação da cultura de accountability.

Estimativa de Custos no MJSP

Para efeito de comparação iremos apresentar os custos gerais do MJSP dos anos de 2019 a 2021, separados por cadeia Finalística e Governança, Gestão e Suporte, incluindo também os órgãos CADE e Funai, que são unidades vinculadas integrantes do macroprocesso Defesa da Concorrência e do Consumidor, Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, respectivamente, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos. Ressalta-se que, para que houvesse a possibilidade de comparação entre os anos, os custos com pessoal provenientes da folha de pagamento não foram considerados, pois a apuração desses custos iniciou-se em 2020.

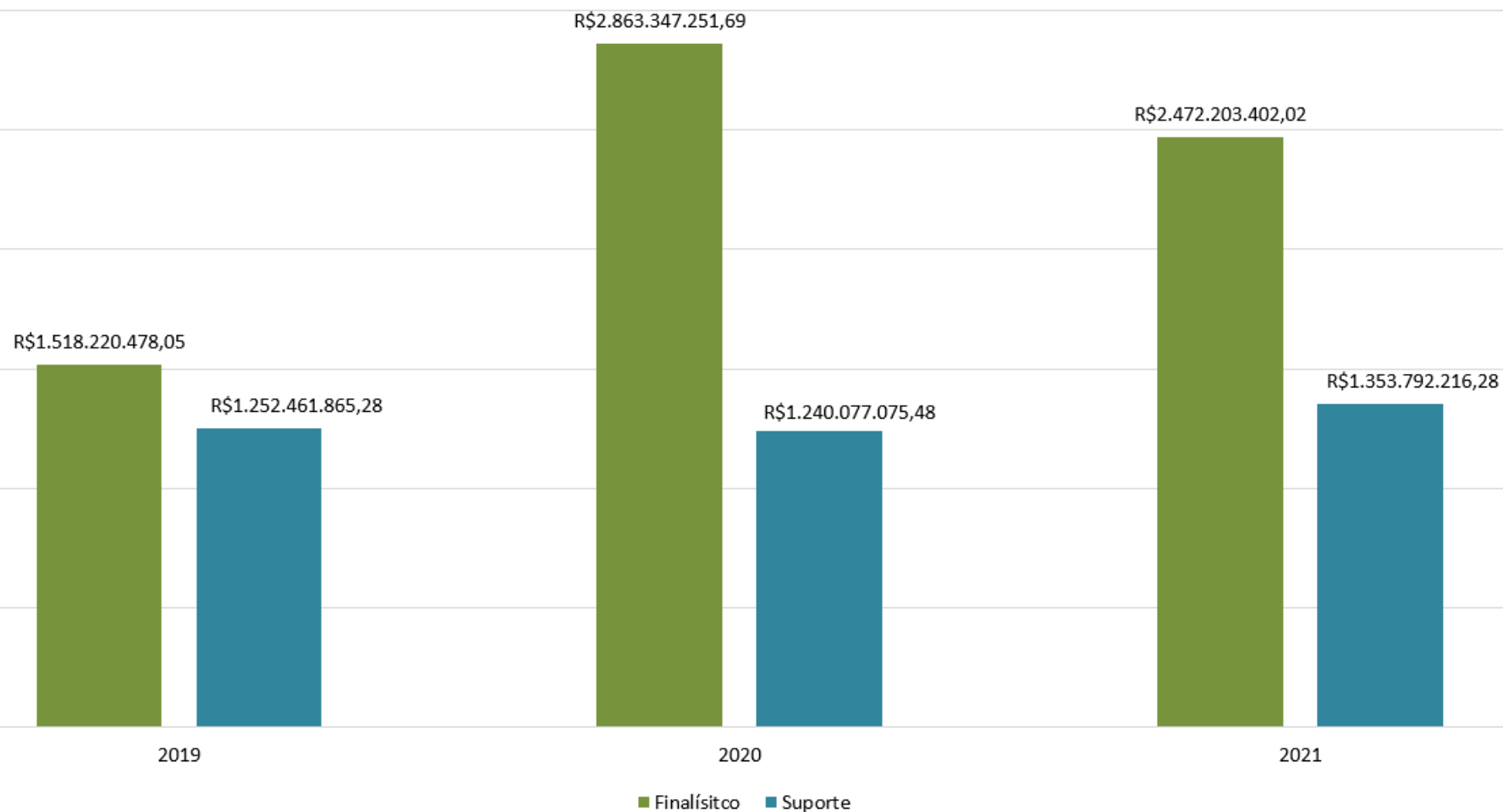
Evidenciaremos também os custos por grupo de natureza de despesa, separando os valores dos processos de governança, gestão e suporte e processos finalísticos.

E apresentaremos ainda a estimativa de custos por programa governamental do Plano Plurianual do Governo Federal - PPA 2020-2023 referente aos anos de 2020 e 2021.



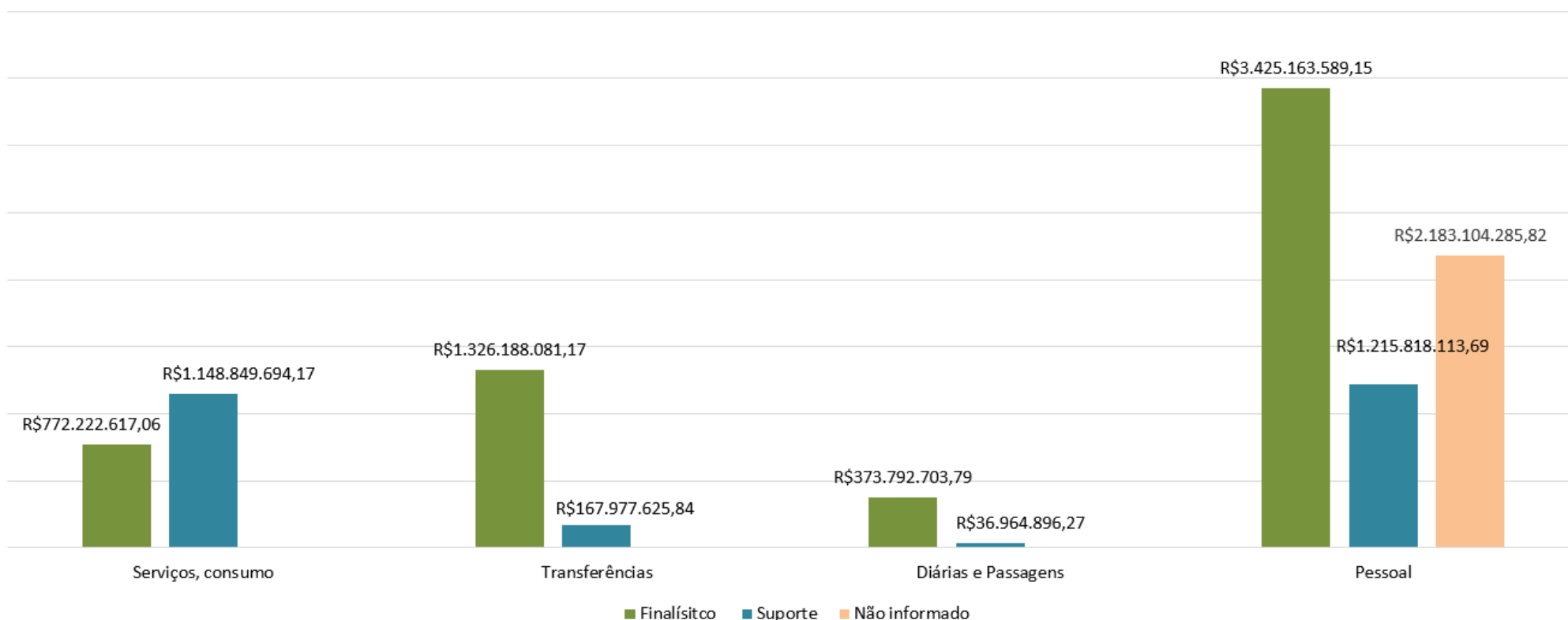
Fonte: BI de Custos MJSP

CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO (em R\$)



Fonte: BI de Custos MJSP

CUSTOS POR NATUREZA DE DESPESA (em 2021)



Fonte: BI de Custos MJSP

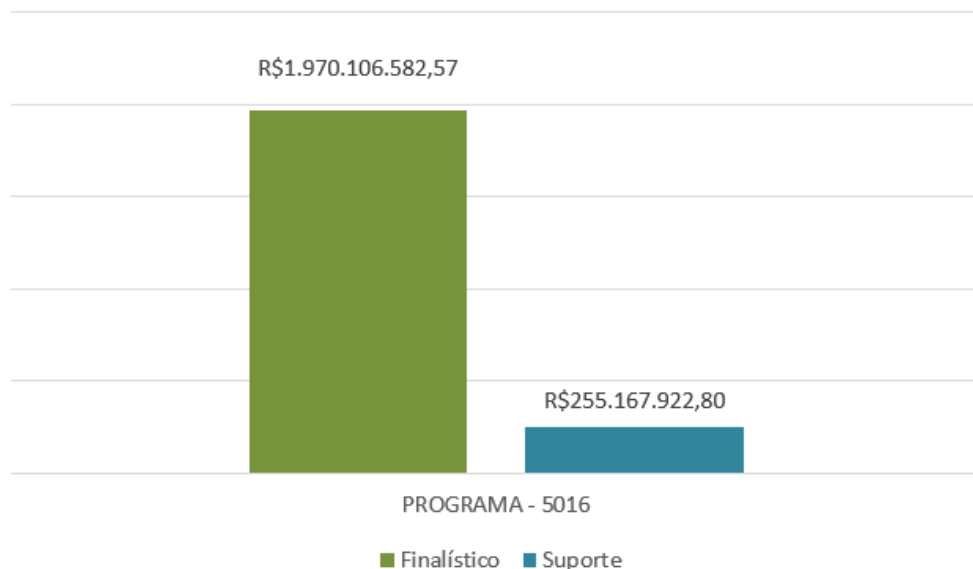
Ressalta-se que o item “**Não informado**” refere-se aos custos com pessoal da folha de pagamento do ministério que não foram mapeados e contemplados pela pesquisa de pessoal por se tratar de uma nova estrutura organizacional do órgão, proveniente das alterações gerada pelos Decretos nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 e nº 10.785, de 1º de setembro de 2021, e tendo em vista a complexidade para realização da pesquisa em todas as unidades, não houve tempo hábil no exercício 2021 para reaplicar a metodologia com base na nova estrutura. Assim, no exercício de 2022 será realizada essa pesquisa em toda a estrutura do órgão e suas respectivas UORG’s com objetivo de sanar o item “Não informado” colocando os custos corretos nas devidas Unidades Organizacionais correspondentes.

Estimativa de custos por programa governamental, demonstrando em que medida eles contribuem e se relacionam com o alcance da missão institucional da UPC

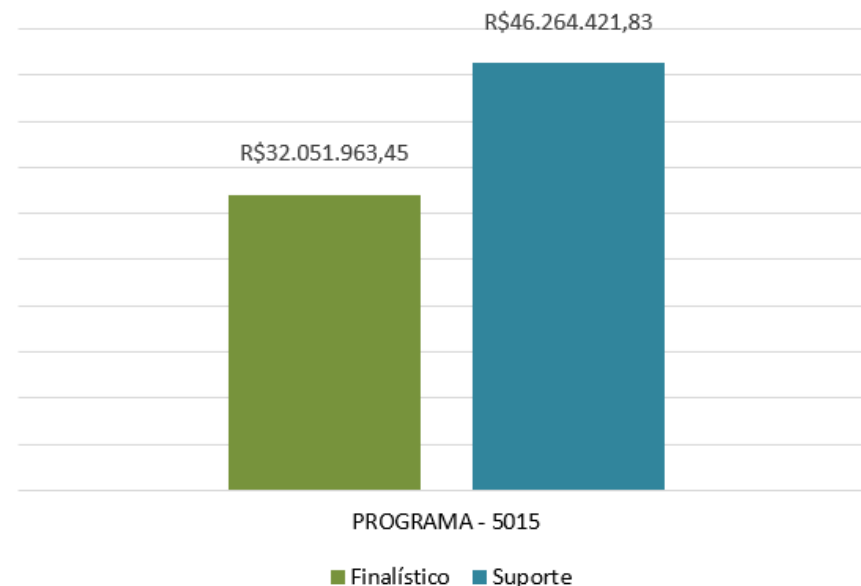
O Plano Plurianual - PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Para o quadriênio de 2020 a 2023 foi instituído pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Por meio dele, é estabelecido ações e políticas do governo para um período de 4 anos.

O MJSP possui 3 programas temáticos: 5015 - Justiça; 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento e 0617 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. Neles é possível acompanhar os custos liquidados em cada grupo de apuração.

CUSTOS PROGRAMA- 5016 (em 2021)



CUSTOS PROGRAMA - 5015 (em 2021)



Fonte: BI de Custos MJSP



Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos

Com a conclusão de todas as etapas do modelo de custos, o principal desafio do Ministério será a atualização das pesquisas de pessoal ativo considerando a nova estrutura aprovada para o MJSP.

Além disso, vê-se a necessidade de atualizar os processos da Cadeia de Valor vigente para a melhoria da transparência da qualidade do gasto público, por meio da disponibilização de relatórios mensais em painéis gerenciais.

Com a atualização da cadeia de valor, pretende-se aprofundar o detalhamento da apuração de custos para atender de forma mais efetiva as necessidades de informação dos gestores a fim de contribuir na tomada de decisão da alta administração.

III - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

Além das normas que subsidiam de forma geral as contratações públicas, Leis nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decretos nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, destacam-se os seguintes normativos que orientam os processos de contratações no MJSP: Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável; a Instrução Normativa SEGES/ME nº 01, de 10 de janeiro de 2019, que estabelece o Plano Anual de Contratações; IN SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, que estabelece regras e diretrizes para contratação de serviços sob o regime de execução indireta; IN STI/ME nº 01, de 04 de abril de 2019, que dispõe sobre contratação de Soluções de Tecnologia da Informação; IN SEGES/ME nº 40, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP em aquisições ou contratações de serviços, e sobre o Sistema ETP Digital; IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que apresenta diretrizes para realização de pesqui-

sa de preços; e IN SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que apresenta critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações.

As diretrizes trazidas pelas Instruções Normativas e pelo arcabouço legal referente ao processo de contratação são cotidianamente objetos de estudos internos e oficinas entre as equipes do MJSP.

Nessa toada, foi publicada a Portaria MJSP nº 405, de 20 de novembro de 2020, que instituiu os mecanismos de governança e determinou as diretrizes e procedimentos para o planejamento e o gerenciamento de contratações de bens, serviços, obras, soluções de tecnologia da informação e comunicação, e para o compartilhamento e centralização de contratações no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

As tendências de contratação no âmbito do Ministério abarcam objetos relativos a:

Logística

Serviços Gerais

Manutenção Predial

Obras e Serviços de Engenharia

Tecnologia da Informação e Comunicação

Equipagem

Segurança Pública

DETALHAMENTO DOS GASTOS DAS CONTRATAÇÕES

A estrutura do MJSP possui 6 unidades administrativas responsáveis pela gestão de contratações e pela gestão orçamentária e financeira dos contratos administrativos. São elas: Secretaria-Executiva - SE, a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN; a Polícia Federal - PF; a Polícia Rodoviária Federal - PRF; o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN e o Arquivo Nacional – AN.

Salienta-se que a unidade licitante da Secretaria-Executiva - SE, UASG 200005 da Coordenação-Geral de Licitações e Contratos da Subsecretaria de Administração (CGL/SAA), atende o Gabinete do Ministro, a Secretaria- Executiva - SE, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC, a Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON, da Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, além das Coordenações-Gerais da Subsecretaria de Administração: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP; Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia - CGAE; Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais - CGDS, e a própria Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGL; sendo assim consideradas unidades centrais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Juntas, as Unidades do MJSP geriram em 2021 cerca de 6150 contratos administrativos, que totalizaram o valor contratado de R\$ 7.510.410.895,22 (sete bilhões, quinhentos e dez milhões, quatrocentos e dez mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

Cabe ressaltar as contratações de leiloeiros, projeto iniciado em 2019, e que em 2021, gerou 152 (cento e cinquenta e dois) contratos para realização de leilões dos bens apreendidos do tráfico de drogas, que consolidou

POR FINALIDADE			
	QTDE	%	R\$
Funcionalidade Administrativa	3375	54,88%	R\$ 4.512.998.339,77
TIC	833	13,54%	R\$ 891.845.785,11
Outros	1942	31,58%	R\$ 2.105.566.770,34
TOTAL	6150	100,00%	R\$ 7.510.410.895,22

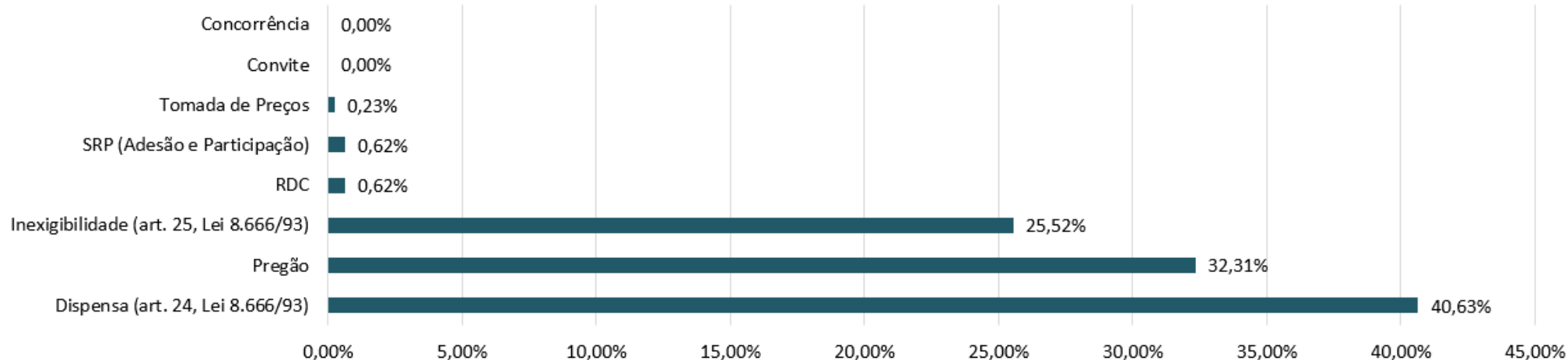
Fonte: CGL/SAA/SE/MJSP

o avanço da SENAD no objetivo estratégico “Promoção à gestão e a alienação do produto de crimes de tráfico de drogas”.

As finalidades dos contratos estão assim representadas:

Com relação ao Plano Anual de Contratações do MJSP (PAC 2021), informa-se que, com base nos levantamentos dos dados disponíveis, foi registrada a expectativa de realização de 4.129 contratações, na monta de R\$ 7.035.072.964,16 (sete bilhões, trinta e cinco milhões, setenta e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos). Como exemplo da execução do PAC 2021, informações fornecidas pelas unidades SE, SEGEN, DEPEN e PRF indicam que foram executados 1.237 processos de contratação, no valor de R\$ 1.267.800.748,87 (um bilhão, duzentos e sessenta e sete milhões e oitocentos mil e setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos) nessas unidades. Em relação ao valor, 32,31% foi advindo de processo de contratação mediante Pregão Eletrônico.

Execução do PAC 2021 MJSP - Por Modalidade (% valor total - R\$ 1.267.800.748,87)



Fonte: CGL/SAA/SE/MJSP e PRF

As modalidades de licitações mais utilizadas no âmbito do Ministério, apresentam-se a seguir na tabela com os quantitativos executados na SE, SEGEN, DEPEN, PF, PRF e AN:

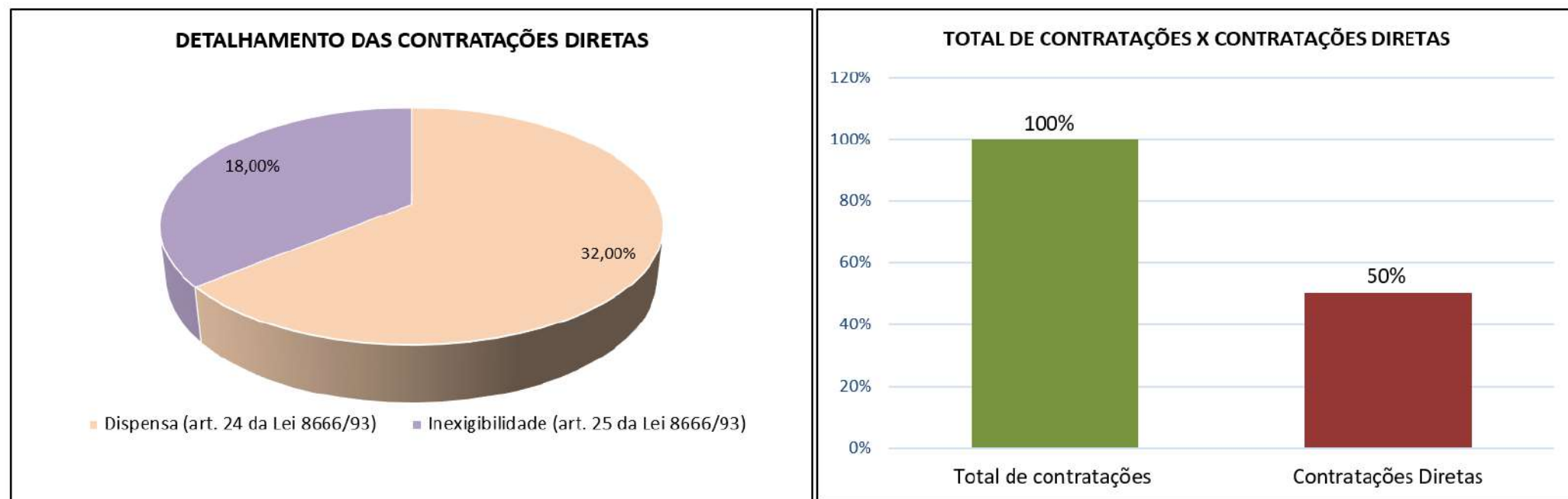
CONTRATAÇÃO POR MODALIDADE	QTDE	%
Pregão	1372	38,11%
Dispensa (incisos do art. 24 da 8.666/93; art. 4º da Lei nº 13.979/2020; §1º, art. 3º, Lei 12.850/13)	1153	32,03%
Inexigibilidade (incisos do art. 25 da 8.666/93)	653	18,14%
Concorrência	7	0,19%
Tomada de Preços	37	1,03%
Convite	2	0,06%
Leilão	4	0,11%
RDC	8	0,22%
SRP (Adesão e Participação)	364	10,11%
TOTAL	3600	100%

Fonte: CGL/SAA/SE/MJSP e PRF

Contratações Diretas

No exercício de 2021 as unidades realizaram 1.806 procedimentos de contratação direta, o que representa 50 % em relação à quantidade total de contratações levantadas, no valor de R\$ 562.645.740,30 (quinhentos e sessenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta reais e trinta centavos). Desse percentual, constata-se que foram realizadas 1.153 contratações por dispensa de licitação (32%) e 653 contratações por inexigibilidade (18%).

O número elevado de Inexigibilidades de licitação realizadas no exercício 2021 se deve a contratação do serviço de atendimento psicológico para servidores da PRF através do Edital de Credenciamento nº 01/2020 (processo nº 08666.022366/2020-70), onde foram realizados 208 credenciamentos. Além disso, a PF também utilizou-se de 559 contratações por dispensa de licitação e 251 contratações por inexigibilidade.



Fonte: MJSP

Das contratações, vale destacar as de relevância em função do valor investido e sua associação aos objetivos estratégicos e missão institucional:

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES			
Nº do Processo	Objeto resumido	Valor total estimado	Justificativa da relevância
08020.008893/2019-20	Munição .40	R\$ 25.161.330,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública.
08020.000914/2020-00	Binóculo de visão noturna	R\$ 25.543.125,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública.
08106.000986/2020-01	Viaturas	R\$ 32.805.600,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública.
08020.000512/2020-00	Maletas de perícia criminal	R\$ 45.707.313,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública.
08106.000986/2020-00	Viaturas	R\$ 59.910.800,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública.
08106.000986/2020-00	Viaturas	R\$ 135.976.700,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública.
08006.000876/2017-64	Serviço de rede de telecomunicação	R\$ 25.195.224,42	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção administrativa e comunicação.
08006.000247/2020-30	Serviço de sistemas informatizados	R\$ 19.399.850,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à modernização e manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação.
08084.000429/2016-00	Serviços terceirizados (secretariado, recepcionista, contínuo)	R\$ 19.054.975,15	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção administrativa do órgão.
08006.000110/2020-85	Contratação de empresa para fornecimento de <i>softwares</i>	R\$ 13.473.789,43	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à modernização e manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação.

08004.000229/2020-78	Serviços de manutenção predial	R\$ 11.014.122,56	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção administrativa do órgão.
08006.000110/2020-85	Subscrição de licenças de software, aplicativos e sistemas operacionais	R\$ 20.907.089,81	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação.
08006.001082/2020-13	Serviços de implementação de solução para avaliação de vulnerabilidades	R\$ 5.117.013,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à manutenção da infraestrutura de tecnologia da informação e gerar. segurança por meio do gerenciamento de vulnerabilidades, manter a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade das informações.
08129.010911/2021-43	Contratação de Serviços de Leiloeiros	Sem custo.	Contratação relevante para as ações finalísticas da SENAD, uma vez que proporciona meios para operacionalização da alienação dos bens apreendidos de forma célere, atendendo com maior eficiência e efetividade, a demanda de venda cautelar ou administrativa de ativos apreendidos e sujeitos a perdimento em favor da União, em decorrência da prática de crimes em todo o Brasil. A iniciativa gerou 152 contratos com leiloeiros em 2021.
08020.002351/2020-81	Equipamentos tipo Computadores Desktop e Monitores	R\$ 37.794.475,06	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada a aparelhar os integrantes do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp), bem como o Projeto de Reengenharia de Processos Logísticos para as Instituições Estaduais de Segurança Pública – ProLog, a fim alcançar os objetivos do Eixo da Política de Governança e Gestão das Ações de Segurança Pública e Defesa Social do MJSP.

08020.003163/2021-51	Aquisição de equipamentos operacionais - SEOPI	R\$ 22.043.640,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública, com a disponibilização de equipamentos de proteção e segurança individual e tecnologias que aumentem o nível de segurança dos profissionais que compõem as equipes a fim de permitir maior efetividade nas ações e operações de prevenção e repressão à criminalidade das regiões de fronteiras e divisas, em consonância com o objetivo estratégico de Fortalecer o enfrentamento à criminalidade.
08020.009018/2020-01	Mobiliário para os Centros Integrados de Comando e Controle	R\$ 3.956.624,12	Contratação relevante para equipagem do Projeto de expansão dos Centros Integrados de Comando e Controle, de Operações de Fronteira, Divisas e de Área de Interesse Operacional, serão doados aos Governos dos Estados para instalação nas capitais, em consonância ao objetivo estratégico do MJSP em Aperfeiçoar a Coordenação Estratégica e a Integração dos Órgãos de Segurança Pública.
08020.008980/2020-14	Aquisição de Gerador de energia	R\$ 2.302.205,50	Contratação relevante para equipagem do Projeto de expansão dos Centros Integrados de Comando e Controle, de Operações de Fronteira, Divisas e de Área de Interesse Operacional, serão doados aos Governos dos Estados para instalação nas capitais, em consonância ao objetivo estratégico do MJSP em Aperfeiçoar a Coordenação Estratégica e a Integração dos Órgãos de Segurança Pública.
08020.009020/2020-71	Aquisição de equipamentos de informática (<i>minidesktop, workstation e notebook</i>)	R\$ 16.431.126,04	Contratação relevante para equipagem do Projeto de expansão dos Centros Integrados de Comando e Controle, de Operações de Fronteira, Divisas e de Área de Interesse Operacional, serão doados aos Governos dos Estados para instalação nas capitais, em consonância ao objetivo estratégico do MJSP em Aperfeiçoar a Coordenação Estratégica e a Integração dos Órgãos de Segurança Pública.

08020.000376/2021-21	Equipamentos para laboratório de DNA Forense	R\$ 11.001.129,36	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública, especificamente quanto à modernização em equipamentos para propiciar o intercâmbio de perfis genéticos de interesse da Justiça, obtidos em Laboratórios de Perícia Oficial, para subsidiar a apuração criminal e a identificação de pessoas desaparecidas.
08020.000368/2021-84	Maleta para Local de Crime	R\$ 23.442.906,12	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública, especificamente para o Projeto de Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG).
08020.004831/2021-67	Contratação de Agente Operador para o Programa Habite Seguro	R\$ 2.745.438,00	Contratação relevante para a valorização dos profissionais de segurança pública e cumprimento da Lei 13.675/2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Pretende operacionalizar os recursos destinados à concessão da subvenção econômica do Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para profissionais da Segurança Pública (Habite Seguro).
08106.000643/2021-10	Veículos SENASP, SEOPI e SEGEN	R\$ 477.604.242,54	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública, especificamente na destinação de veículos para os órgãos de Segurança, parte do ComprasSUSP - Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública.
08106.000022/2021-36	Fardamento Operacional e Acessórios para uso dos profissionais mobilizados na Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública	R\$ 15.142.003,35	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública em consonância ao objetivo estratégico Aprimoramento de Governança e Gestão das Ações de Segurança Pública e Defesa Social.
08106.001486/2021-60	Aquisição de munições DFNSP	R\$ 11.357.628,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública.

08200.002374/2021-58	Aquisição de munições 9x19mm treina, 9x19mm bonded, 5,56x45mm treina e 300winn	R\$ 23.292.326,20	Prover meios para o treinamento e atuação dos servidores do órgão no desempenho das atividades constitucionalmente estabelecidas.
08200.001235/2020-26	Serviços de tecnologia da informação e comunicação em prol da sustentação do Programa de Radiocomunicação Digital da PRF	R\$ 49.602.600,00	A PRF atua em todo território nacional com unidades operacionais fixas (Postos Policiais) e móveis (Viaturas) que se comunicam localmente entre si por meio de um sistema de radiocomunicação próprio, agregado aos recursos disponíveis de telefonia pública para comunicação entre essas unidades e unidades administrativas (Delegacias e Superintendências).
	Aquisição de 57 (cinquenta e sete) veículos SUV-4X4, Blindados	R\$ 22.344.000,00	Prover os meios necessários às unidades da Polícia Federal para segurança de dignitários visando substituir viaturas com considerável tempo de uso. Especialmente para emprego durante a campanha eleitoral para as eleições de 2022.
08200.023260/2021-41	Aquisição de veículos policiais ostensivos (caracterizados) e reservados (descaracterizados)	R\$ 15.204.750,00	Renovação da frota da Polícia Federal fornecendo melhores meios para o emprego operacional reduzindo o custo das manutenções.
08200.023261/2021-96	Aquisição de veículos policiais ostensivos (caracterizados) e reservados (descaracterizados)	R\$ 7.947.500,00	Renovação da frota da Polícia Federal fornecendo melhores meios para o emprego operacional reduzindo o custo das manutenções.

08200.023138/2021-75	Aquisição de veículos policiais ostensivos (caracterizados) e reservados (descaracterizados)	R\$ 13.534.600,00	Renovação da frota da Polícia Federal fornecendo melhores meios para o emprego operacional reduzindo o custo das manutenções.
08200.023262/2021-31	Aquisição de veículos policiais ostensivos (caracterizados) e reservados (descaracterizados)	R\$ 21.270.600,00	Renovação da frota da Polícia Federal fornecendo melhores meios para o emprego operacional reduzindo o custo das manutenções.
08200.024297/2021-97	Aquisição de veículos policiais ostensivos (caracterizados) e reservados (descaracterizados)	R\$ 12.856.250,00	Renovação da frota da Polícia Federal fornecendo melhores meios para o emprego operacional reduzindo o custo das manutenções.
08650.093640/2021-50	Aquisição de munição PRF	R\$ 33.430.700,50	Contratação com alta representatividade no orçamento destinada à segurança pública.
08650.024113/2020-18	Contratação de Solução integrada de Colaboração e Comunicação corporativa da PRF	R\$ 27.997.362,00	A presente solução consiste em uma solução de produtividade e colaboração, disponibilizada em ambiente de nuvem, que integra aplicativos e recursos digitais com vistas a proporcionar ferramentas que possibilitem o aumento da eficiência na realização de atividades comuns relacionadas a produção digital de conteúdo e na organização e comunicação dentro das equipes de trabalho.
08650.050338/2021-01	Aquisição de veículos policiais especiais	R\$ 80.069.000,00	Prover o DPRF de expressivo desenvolvimento na capacidade logística da PRF, o qual influenciará, direta e indiretamente, na excelência da PRF em suas atividades finalísticas.

08227.000468/2020-11	Manutenção Predial	R\$ 4.995.427,00	Contratação com alta representatividade no orçamento destinado à preservação do patrimônio histórico nacional em consonância ao objetivo estratégico, aprimorar mecanismos de gestão de conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional.
08227.000124/2021-85	Contratação de serviços contínuos de limpeza, asseio e conservação predial	R\$ 1.187.553,00	Contratação relevante para a prestação de serviços eficientes relacionados à conservação predial de forma a garantir a segurança e o bem-estar dos consulentes, servidores, colaboradores e visitantes a instituição, em consonância ao objetivo estratégico, aprimorar mecanismos de gestão de conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional
08227.001841/2021-24	Programa de requalificação do Arquivo Nacional – unidade da COREG-DF	R\$750.000,00	Contratação relevante para a realização de obras de reparo e reestruturação do prédio da unidade regional do Arquivo Nacional, situada no DF, a fim de garantir a continuidade de tal prestação de serviço com a excelência requerida, em consonância ao objetivo estratégico, aprimorar mecanismos de gestão de conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional.
08227.000557/2018-85	Contratação serviço de movimentação do acervo	R\$ 745.768,80	Contratação relevante para viabilizar o traslado dos documentos sensíveis custodiados no Arquivo Nacional, permitindo seu o acesso e a difusão, em consonância ao objetivo estratégico, aprimorar mecanismos de gestão de conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional.

Fonte: CGL/SAA/SE/MJSP

Outras entregas relevantes da área de licitações e contratos

Ao final de 2021 foi concluído o Projeto Estratégico denominado "Revisão e padronização dos processos relativos a contratações públicas", no bojo do objetivo estratégico "Aprimorar e integrar a gestão e a governança institucional", incluído no Planejamento Estratégico 2020–2023 da Pasta.

Com o objetivo de alcançar as metas presentes nesse Projeto e com vistas a aprimorar a Gestão das Contratações no âmbito do MJSP, destacam-se algumas ações.

A Secretaria-Executiva reforçou o trabalho já iniciado para a padronização dos procedimentos licitatórios, focando na instrução dos processos, no monitoramento e na melhoria da comunicação entre os atores envolvidos.

Atualizou os fluxos e cronogramas para todas as modalidades de licitação, bem como tipificações de objetos a serem contratados e sedimentou a metodologia de acompanhamento das contratações juntamente com as unidades requisitantes, o que melhorou significativamente a comunicação entre as áreas.

A Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - CPGC, instituída pela Porta-

ria GM/MJSP nº 405/2020, a qual tem dentre suas competências, a coordenação do processo de elaboração e o acompanhamento do Plano Anual de Contratações - PAC, em atendimento a Instrução Normativa nº 1, de 2019 do ME, e ainda coordena o Plano de Contratações Compartilhadas - PCCom, uma iniciativa inovadora da Pasta que prevê a análise e o estabelecimento de objetos similares a serem contratados de forma conjunta pelas unidades licitantes, com o objetivo de economia de escala, padronização, posicionamento no mercado e melhoria da comunicação interna, teve seu funcionamento adequado no ano de 2021.

Para se ter entendimento do volume de informações acompanhadas pela CPGC, ao longo do exercício de 2021 foi monitorado o Plano Anual de Contratações - PAC 2021, que reuniu inicialmente cerca de 9.830 itens referentes às contratações, sendo 7.725 referentes a novas contratações e 2.105 prorrogações de contratos vigentes, bem como foi elaborado o PAC 2022, que reuniu todas as unidades do MJSP com um total de 5.104 itens estimados, sendo 2.827 referente a novas contratações e 2.277 prorrogações de contratos vigentes.

O projeto estratégico da Secretaria-Executiva "Revisão e padronização dos processos relativos a contratações públicas" foi concluído em

2021, o qual contemplou trabalho árduo no sentido de se otimizar as contratações públicas no Órgão, e para tanto foram desenvolvidos, desde 2019, as seguintes tarefas: Padronização do Planejamento de Contratações (Revisão do Planejamento de Contratações de 2019 e Revisão do Normativo Interno da Comissão de Planejamento de Contratações); Padronização do processo de contratações e estabelecimento do tempo médio (Padronização e Estabelecimento de Indicadores na CGL/SE e Padronização e estabelecimento de Indicadores para as demais unidades licitantes do MJSP); Implantação de sistema informatizado de contratações públicas (Identificação dos sistemas utilizados pelo Governo Federal, Identificação de sistemas de prateleira disponíveis no mercado, Elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP e Análise de Riscos, Definição da Solução de Tecnologia a ser implementada, Formalizar Parceria ME - AGU - MJSP e MEC e Disponibilização do sistema no MJSP); Melhoria da comunicação do processo Contratações Públicas (Levantamento e Diagnóstico, Construção da Página de Licitações e Contratos na intranet MJSP, Atualização dos dados de Licitações e Contratos no portal MJ - site do MJSP, e Criação de Fórum qualificado de fiscalização de apoio mútuo entre as unidades licitantes do MJSP); e Fomento de Capa-

citação Qualificada (Ciclos de Capacitação em Licitações e Contratos e Plano de Capacitação específico para Contratações Públicas).

No exercício de 2021, o indicador “Tempo Médio do Procedimento Licitatório” na modalidade de pregão eletrônico, que inicialmente havia sido implementado na Secretaria Executiva, foi expandido para as demais unidades licitantes da Pasta por meio da Resolução CPGC nº 2, de 06 de maio de 2021, com o objetivo de conceder, a partir do mapeamento e padronização de processos licitatórios e da adoção de fluxos e cronogramas previamente aprovados, a melhoria do processo de contratação como um todo, com ênfase na celeridade e no monitoramento do Tempo Médio das contratações de todas as unidades licitantes da Pasta por parte da alta administração.

Destacam-se ainda do fomento da Capacitação na temática, as iniciativas Trilha de Aprendizagem em Licitações e Contratos e o Ciclo de Capacitação em Licitações e Contratos do MJSP.

A Trilha de Aprendizagem em Licitações e Contratos do MJSP foi concluída ao final do exercício e objetiva proporcionar o desenvolvimento de competências sobre os conceitos essenciais de licitações e contratos, incluindo uma visão geral da gestão das contratações no âmbito do

MJSP, e de todas as suas fases, desde o planejamento, a seleção de fornecedores e a contratação, passando ainda pela fiscalização e gestão orçamentária e financeira dos contratos e por fim sobre a importância da gestão de riscos no processo de contratações.

Em 2021, aconteceu o 5º Ciclo de Capacitação de Licitação e Contratos do MJSP, promovido pela Secretaria-Executiva, em formato 100% virtual devido à pandemia do COVID-19. O evento contou com 15 palestras / painéis nos dias 14, 15 e 16 de setembro e 7 oficinas, no período de 20 de setembro a 20 de outubro, proporcionando aos servidores do MJSP e demais órgãos, mais de 40 horas de capacitação gratuita, por parte de renomados doutrinadores e especialistas na matéria.

O Ciclo de Capacitação de Licitações e Contratos do MJSP, tem se destacado como um dos maiores eventos de capacitação sobre a temática da União, uma vez que voltado para os fiscais de contratos e agentes de licitação, tem por objetivo atingir um padrão de excelência e sustentabilidade nas licitações e no processo de fiscalização contratual.

Buscando a melhoria da Comunicação sobre a temática, foi aprimorado a página Licitações na intranet do MJSP, a fim de aproximar os setores

de compras com os setores requisitantes, estabelecendo um canal de diálogo permanente; com divulgação de fluxos e cronogramas, legislação, material de apoio, fomento de melhores práticas e as ferramentas administrativas de planejamento e de gestão das contratações. A intranet permite o acompanhamento da execução do Plano Anual de Contratações, acesso às informações dos contratos firmados e demais informações gerenciais.

No ano de 2021, foi implementado o painel de acompanhamento da execução orçamentária da Secretaria Executiva do MJSP, além de ter sido iniciado a construção do Painel de acompanhamento do PAC de toda a Pasta.

Em destaque, também a implementação do sistema “COMPRASNET CONTRATOS”, em parceria com o Ministério da Economia, ferramenta que possibilitou facilitar a operacionalização da gestão administrativa dos contratos, bem como, reuniu a alta gestão com informações relevantes para as tomadas de decisões, sem custos relevantes de desenvolvimento e sustentação de sistemas próprios.

Principais desafios e ações futuras

DESAFIOS:

- Redução do tempo médio dos procedimentos licitatórios;
- Aprimoramento da etapa de planejamento e elaboração dos artefatos da contratação, objetivando maior fluidez;
- Aperfeiçoamento das rotinas de gestão de contratos e licitações;
- Necessidade de adequação às restrições orçamentárias;
- Melhoria contínua da comunicação entre os atores envolvidos no processo de licitações e contratos;
- Força de trabalho reduzida para a gestão de contratações; e
- Ampliação de capacitações especializadas na temática licitações e contratos, haja vista o trâmite legislativo do novo Projeto de Lei (PL 4.253/2020).

AÇÕES FUTURAS:

- Implementar o Projeto de reanálise e conferência de faturas para ordenação de despesas, aplicando-se o controle de riscos oriundo do Programa de Integridade do MJSP nas contratações públicas;
- Implementar e internalizar o uso do COMPRASNET CONTRATOS no âmbito do MJSP e suas unidades; e
- Aprimorar a gestão de riscos em licitações e contratos.

IV – GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

A gestão patrimonial no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na maioria de suas unidades, utilizam o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – Siads para controlar seus bens, à exemplo da SE, SEGEN e DEPEN.

Quantidade e o valor de bens ativos (móveis, imóveis e intangíveis)

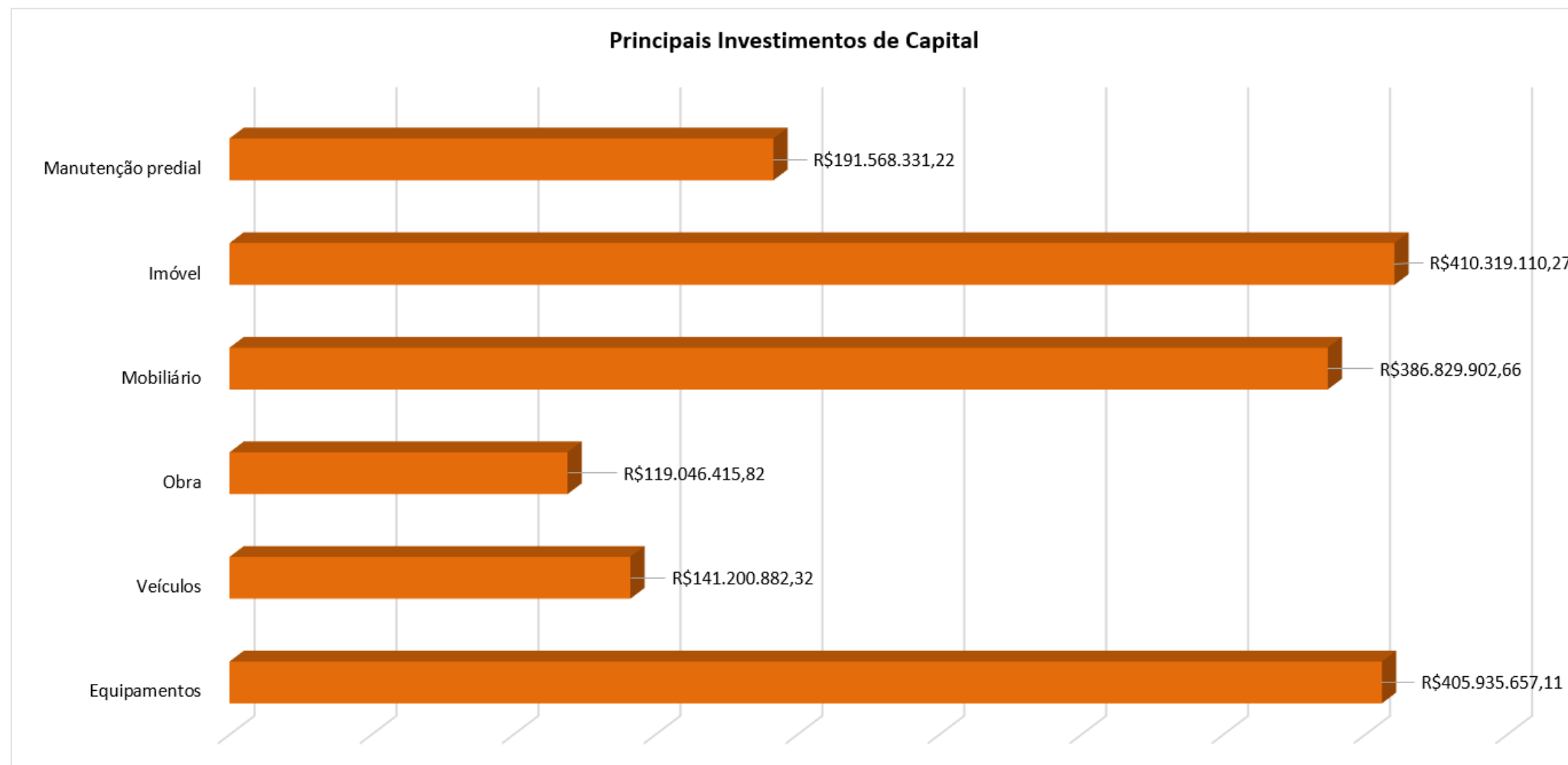
No contexto de gestão patrimonial, o MJSP faz gestão de aproximadamente 704.338 (setecentos e quatro mil, trezentos e trinta e oito) itens de patrimônio que correspondem ao montante de R\$ 5.482.483.106,27 (cinco bilhões, quatrocentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, cento e seis reais e vinte e sete centavos), os quais são distribuídos conforme quadro a seguir:

UNIDADE	CLASSIFICAÇÃO	QTDE	VALOR
Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN	Móveis	5.985	R\$ 76.186.453,95
	Imóveis	-	-
	Intangíveis	-	-
	Total	5.985	R\$ 76.186.453,95
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN	Móveis	15.802	R\$ 4.635.344,01
	Imóveis	6	R\$ 163.944.713,10
	Intangíveis	1	R\$ 1.508.940,00
	Total	15.809	R\$ 170.088.997,11
Secretaria-Executiva - SE	Móveis	61.893	R\$ 120.778.300,15
	Imóveis	7	R\$ 287.059.439,93
	Intangíveis	31	R\$ 81.626.588,40
	Total	61.931	R\$ 489.464.328,48
Polícia Rodoviária federal - PRF	Móveis	250.014	R\$ 1.181.274.797,38
	Imóveis	495	R\$ 1.502.590.762,15
	Intangíveis	3.969	R\$ 2.646.601,85
	Total	254.478	R\$ 2.686.512.161,38
Polícia Federal - PF	Móveis	329.771	R\$ 331.167.598,10
	Imóveis	229	R\$ 1.630.848.767,00
	Intangíveis	559	R\$ 50.443.683,39
	Total	330.559	R\$ 2.012.460.048,49
Arquivo Nacional - AN	Móveis	35.570	R\$ 47.759.815,86
	Imóveis	-	-
	Intangíveis	6	R\$ 11.301,00
	Total	35.576	R\$ 47.771.116,86

Fonte: SAA/SE/MJSP

Principais Investimentos de Capital

Em 2021, pode-se evidenciar que os investimentos mais relevantes de capital realizados pelas unidades administrativas foram de R\$ 1.654.900.299,40 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos mil, duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), sendo distribuídos entre os seguintes tipos de despesas: manutenção predial, imóveis, mobiliário, obras, equipamentos e veículos, conforme quadro abaixo:



Fonte: MJSP

Informações sobre locação de imóveis e equipamentos

Atualmente, o Ministério da Justiça e Segurança Pública arca com o custo na ordem de R\$ 42.026.900,54 (quarenta e dois milhões, vinte e seis mil, novecentos reais e cinquenta e quatro centavos), com imóveis e equipamentos alugados para o desenvolvimento das suas atribuições, e à título de exemplo, distribui-se nas unidades administrativas SE e DEPEN da seguinte forma:

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS			
UNIDADE	LOCADOR	ESTADO	VALOR ANUAL
Secretaria-Executiva - SE	Antônio Venâncio da Silva Empreendimentos Imobiliários LTDA	DF	R\$ 387.997,70
	Fotogravura Gramatic	DF	R\$ 720.000,00
TOTAL			R\$ 1.107.997,70
Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN	Vitória Empreendimento e Participações LTDA	DF	R\$ 2.941.542,12
TOTAL			R\$ 2.941.542,12
	SPE RUA 147 CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA	GO	R\$ 1.373.379,00
	PATRIMONIAL BORGES SAMPAIO LTDA	BA	R\$1.083.155,2 2
	EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA	DF	R\$ 1.486.584,96
	INFRAMÉRIA	DF	R\$ 1.779.695,74
	LEDA SERPA LUTZEMBERGER	RS	R\$ 105.600,00
	TRANSPORTADORA CLEMENTINO E CRUZ LTDA	MA	R\$ 895.710,60
	ANTÔNIO LUÍS GOMES FILHO	MA	R\$ 58.260,76

	GOMES PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	SC	R\$ 3.202.510,44
	ADVANCE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	MS	R\$ 1.122.336,00
	RINEI TESSER	PR	R\$ 75.482,01
	PAULO ROBERTO CARNEIRO PACENKO	PR	R\$ 130.134,12
	SERVISUL - PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS E INTERMEDIações DE NEGÓCIOS LTDA	PR	R\$ 133.860,00
	SBA TORRES BRASIL LTDA	PR	R\$ 2.015.008,75
	SIMONE CRISTINA DOS SANTOS ROCHA GOMES	PR	R\$ 36.277,32
	CABO BRANCO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	PB	R\$ 856.344,00
TOTAL			R\$ 14.354.338,92
Polícia Federal - PF	LUAUTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA 02.396.393/0001-20	PI	R\$ 1.568.602,56
	200404 - SR/PF/TO	TO	R\$ 934.640,67
	200404 - SR/PF/TO	TO	R\$ 57.360,00
	200404 - SR/PF/TO	TO	R\$ 243.869,28
	NTB TOWER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	SP	R\$ 258.758,64
	ARENCO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	SP	R\$ 306.000,00
	HELLEVA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA E LKAI ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	SP	R\$ 2.706.708,24

SERGIO LUIZ MENEZES DA SILVA	SP	R\$ 152.055,84
AEPL EMPREENDIMENTOS LTDA	SP	R\$ 300.000,00
ELIZA EMILIA CESCO	SP	R\$ 706.285,32
GUIDA ALVES FONSECA	SP	R\$ 142.060,44
CONDOMINIO EDIFICIO VICTORIA PLAZA	SP	R\$ 39.358,08
SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S/A	SP	R\$ 626.087,88
Elizabeth Delgado de Sousa Lazarini	PA	R\$ 180.000,00
MARIA ÍRIA TEIXEIRA PINTO	PA	R\$ 36.000,00
RITA LENIR DOS SANTOS DA COSTA SIQUEIRA	PA	R\$ 252.000,00
CASTRO DE ASSIS & CIA LTDA – EPP	PA	R\$ 22.114,80
MÁRCIO DE ASSIS RIBEIRO	PA	R\$ 202.773,72
MARIA JOANA BATISTA PEREIRA	PA	R\$ 24.000,00
JR MURA LTDA - CNPJ 01.373.207/0001-05	AP	R\$ 18.936,00
RAIMUNDA ALVES DE CASTRO	AM	R\$ 33.729,60
OLIVELMA COMERCIAL IMOBILIÁRIA E AGRÍCOLA LTDA	RS	R\$ 349.999,92
SENADOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	RS	R\$ 196.287,36

PARIS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA	RS	R\$ 132.801,00
AJH EMPREENDIMENTOS E LOCAÇÕES LTDA	RS	R\$ 466.528,80
PATRICIA FLORES TRINDADE - ME	RS	R\$ 381.975,00
RICARDO PAZINATO ZAGO	RS	R\$ 386.856,24
GERALDO FAGUNDES SERPA E OUTROS	RS	R\$ 3.869,25
Empresa PETROIMÓVEIS LTDA	RN	R\$ 422.951,76
MARCIA GOMES CAVALCANTI LEITE DE LIMA CPF 276.073.484-68	PB	R\$ 84.790,44
MAUI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA	RO	R\$ 66.000,00
Ana Paula Bísaro Cupolillo - CPF 041.449.086-07	MG	R\$ 232.286,04
Construtora Fagundes - CNPJ 01.330.156/0001-03	MG	R\$ 348.000,00
José Anchieta da Rocha - CPF 070.550.306-25	MG	R\$ 276.000,00
GERALDO FLAVIO FARACI	RJ	R\$ 47.908,22
SONIA LIMA (MAETE)	RJ	R\$ 47.908,22
JOSÉ MARIA DE AGUIAR	RJ	R\$ 36.000,00
SR ADMINISTRAÇÃO	RJ	R\$ 912.000,00
WORLD DIGITAL	RJ	R\$ 237.158,32

FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS	BA	R\$ 3.001.864,92
SUELY LUZIA PEÇANHA ROCHA	BA	R\$ 145.375,20
SUPREMA PARTICIPAÇÕES LTDA	BA	R\$ 316.844,16
MARIA OLIVA OLIVEIRA NASCIMENTO	BA	R\$ 177.854,04
EG RODRIGUES E CIA LTDA (15.465.046/0001-53)	MA	R\$ 108.000,00
EG RODRIGUES E CIA LTDA (15.465.046/0001-53)	MA	R\$ 1.516.693,32
EG RODRIGUES E CIA LTDA (15.465.046/0001-53)	MA	R\$ 353.815,68
DIOGO MOREIRA ALMEIDA DE CARVALHO (003.531.621-75)	MA	R\$ 146.400,00
JCPM TRADE CENTER S.A. (CNPJ 05.083.405/0001-54)	PE	R\$2.591.868,48
JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA	GO	R\$ 183.949,68
PATRICIA GROSCHANK CAROLO	MT	R\$ 72.619,08
CLAYTON TEODORO CARVALHO	MT	R\$ 118.660,56
ELLYTS PARTICIPAÇÕES LTDA	MT	R\$ 69.648,60
PAULO RENATO COELHO	MT	R\$ 104.472,84
ROBERTO CÉSAR COELHO	MT	R\$ 104.472,84
RAIMUNDO PEREIRA DE OLIVEIRA	MT	R\$ 118.660,56

	Condomínio Edifício Veneza - CNPJ: 75.427.179/0001-67	PR	R\$ 43.540,80
	Mais Empreendimentos Imobiliários LTDA - CNPJ: 17.217.968/0001-77	PR	R\$ 122.744,03
	Isadora Empreendimentos Imobiliários LTDA - CNPJ: 29.679.154/0001-97	PR	R\$ 148.700,93
	Fadel Administradora de Bens - EIRELI - CNPJ: 05.485.595/0001-36	PR	R\$ 192.000,00
	Padra móveis LTDA - CNPJ nº 04.575.268/0001-02		R\$ 417.757,80
	Márcio José Fantin - CPF 539.366.479-68		R\$ 183.776,64
TOTAL			R\$ 23.623.021,80
TOTAL GERAL			R\$ 42.026.900,54

Fonte: CGL/SAA/SE/MJSP

Principais desafios e ações futuras

Dentre os principais desafios relacionados à gestão patrimonial e de infraestrutura, no âmbito do MJSP, podemos destacar a finalização da implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, conforme determina a Portaria ME nº 232, de 2 de junho de 2020, que institui o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, bem como a implantação de solução R-FID para fins de aprimoramento da gestão patrimonial, no âmbito da Secretaria-Executiva, Departamento Penitenciário e Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública.

Mudanças e desmobilizações relevantes

MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES	
UNIDADE	MUDANÇAS
Secretaria-Executiva	Em maio de 2021, foi realizada a mudança de todo o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Edifício Shopping ID (Asa Norte) para o 3º andar do Anexo II do MJSP. A mudança possibilitou o encerramento do contrato de aluguel de 1 (um) andar do Edifício Shopping ID.
	Em agosto de 2021, foi realizada a mudança de todos os materiais que estavam nos depósitos da Divisão de Material e Patrimônio (DIMAP), para galpão do MJSP no Setor de Indústrias Gráficas (SIG). Esta mudança liberou espaço no 2º subsolo do Anexo II que foi utilizado para instalação de arquivos deslizantes da Divisão de Arquivo (DIARQ).
	Em dezembro de 2021, foi concluída a mudança da Divisão de Arquivo (DIARQ) do galpão do MJSP no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), para 2 depósitos no 2º subsolo do Anexo II do MJSP. A mudança propiciou um aumento no espaço para o armazenamento de arquivos. Além de um espaço mais adequado para a preservação e gestão dos documentos, também possibilitará a transferência de todos os arquivos existentes nas diversas salas dos prédios aos depósitos da DIARQ, liberando espaços físicos que poderão ser utilizados para acondicionar estações de trabalho com mais eficiência de espaço.
Polícia Rodoviária Federal	Entrega das obras de Unidades Operacionais de Xapuri/AC, Brejetuba/ES, Simolândia/DF, Uruguaiana/RS, Mamanguape/PB, Piripiri/PI e Santa Inês permitiu a ocupação pelos servidores e policiais. A Unidade Operacional e Administrativa de Dourados/MS teve seu telhado danificado devido a fortes chuvas o que ocasionou a ocupação de um prédio alugado. Houve a entrega da obra do Canil Central no DF. A Superintendência Regional em Goiás passou a ocupar um novo prédio.
Polícia Federal	Mudança para uma sede própria da SR/PF/MA, prevista para ocorrer em 2025. Restruturação do layout e aquisição de mobiliário para novas instalações - salas, depósitos etc- em função de recentes reformas. Houve a mudança do local de atendimento, que era localizado na unidade local do Posto UAI, gerido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, para o Center Shopping Uberlândia. Mudança para a nova SEDE realizada em 2021. Houve em 2021 a desmobilização do posto avançado de Santa Rosa do Purus/Ac.

V – GESTÃO DE PESSOAS

Legislação Aplicada

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP observa as diretrizes da Constituição Federal e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, bem como o conjunto de regras e normativos estabelecidos ou referendados pelo Governo Federal. Nesse sentido, as áreas de gestão de pessoas do MJSP acompanham a legislação publicada, bem como as orientações expedidas pelo Ministério da Economia - ME, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas e Desempenho de Pessoal – SGP, órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.

Normas e Legislações 2021	169 atos	06 Leis
		03 Medidas Provisórias
		06 Decretos
		70 Portarias
		27 Instruções Normativas
		43 Notas
		14 Outros

Fonte: CGGP/SAA/SE e DEPEN

Indicadores de Conformidade

A avaliação de conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores, em observância às normas e ao cumprimento dos procedimentos específicos. Os indicadores em prática no MJSP são:

INDICADORES DE CONFORMIDADE

- 1 Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda.
- 2 Controle e acompanhamentos dos registros de admissão, desligamento e concessões no Sistema E-Pessoal.
- 3 Atendimento das recomendações e recomendações dos Órgãos de Controle.

Em 2021, todos os servidores gerenciados pela Secretaria Executiva - SE e pelo Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Além disso, todos atos de admissão/desligamento e de concessão de aposentadoria/pensão civil, no ano de 2021, em relação aos vínculos gerenciados pela SE e pelo DEPEN, foram registrados no Sistema E-Pessoal, de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 78/2018.

Já com relação às determinações e recomendações dos Órgãos de Controle, elas serão apresentadas em item específico deste Relatório de Gestão.

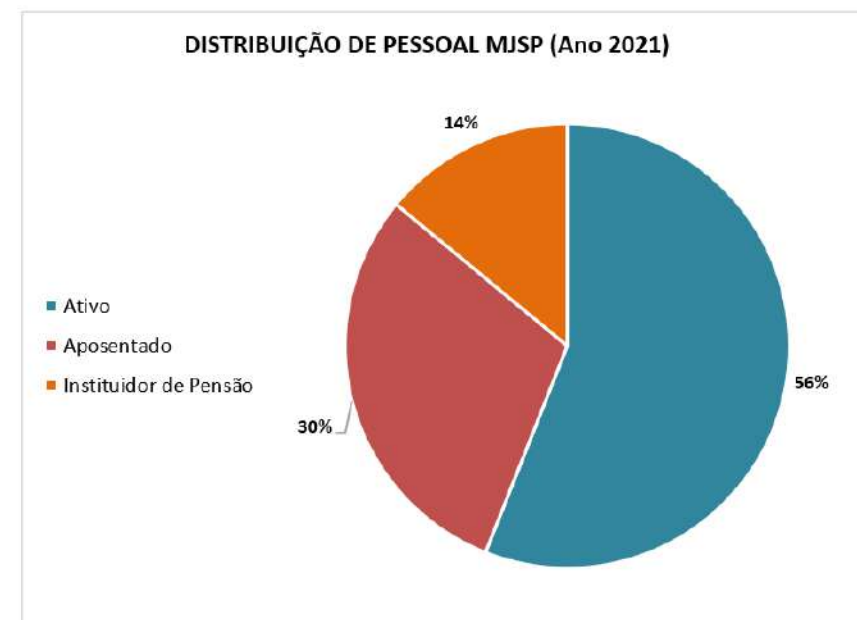
AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Força de Trabalho

A força de trabalho do Ministério da Justiça e Segurança Pública é constituída por servidores em exercício nos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e nos órgãos singulares específicos, a saber: Assessoria Especial de Controle Interno – AECl; Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares – AFEPAR; Assessoria Especial de Assuntos Legislativos – AEAL; Assessoria Especial de Assuntos Internacionais – ASINT; Gabinete do Ministro – GM; Secretaria-Executiva – SE; Consultoria Jurídica - CONJUR; Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS, Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD; Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN, Secretaria de Operações Integradas – SEOPI, Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, Polícia Federal - PF, Polícia Rodoviária Federal - PRF e o Arquivo Nacional – AN.

Em razão da necessidade de imprimir celeridade nas atividades administrativas, o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, a Polícia Federal - PF, a Polícia Rodoviária Federal - PRF e o Arquivo Nacional – AN receberam delegação de competências para execução das atividades de gestão de pessoas, dentre outras temáticas. Já as demais unidades deste Ministério são gerenciadas pela Secretaria-Executiva. Assim, o Ministério conta com 5 Unidades de Gestão de Pessoas, sendo a unidade setorial vinculada à SE.

Conforme dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal - PEP, o Ministério da Justiça e Segurança Pública administra 50.154 pessoas, distribuídas da seguinte forma:



Fonte: PEP (janeiro a novembro/2021)

Com relação ao Pessoal Ativo, ou seja, servidores e empregados públicos em atividade, o MJSP conta com um total de 28.126 pessoas distribuídas da seguinte forma:

28.126 servidores



Feminino
17,45%



Masculino
82,55%



PCD
0,62%

ETNIAS

Amarela 2,13%

Branca 62,30%

Indígena 0,10%

Parda 31,55%

Preta 3,92%

Não informado 4,48%

Fonte: PEP (janeiro a novembro/2021)

A distribuição do Pessoal Ativo do MJSP, por situação funcional, conforme os dados extraídos do PEP:

Situação Funcional	Servidores
Ativo Permanente	26.519
Ativo em outro órgão	482
Excedente a Lotação	99
Natureza Especial	1
Cedido/Requisitado para o MJSP	405
Exercício (§ 7º, art. 93 da Lei nº 8.112/1993)	385
Sem vínculo	203
Contrato Temporário	31
Celetista (decisão judicial)	1
TOTAL	28.126

Fonte: PEP (janeiro a novembro/2021)

IDADE DOS SERVIDORES EFETIVOS (GERENCIADOS PELA SE)		
IDADE	QUANTITATIVO	%
Até 30	8	1,37%
31 a 40	249	42,49%
41 a 50	155	26,45%
51 a 60	106	18,09%
Acima 60	68	11,60%

Fonte: PEP (janeiro a novembro/2021)

Conforme demonstrado acima, o quadro de servidores ativos apresenta índice preocupante, uma vez que 23,85% dos profissionais, ou seja, 6.706 servidores estão com idade acima de 50 anos.

Destaca-se, ainda, no que tange especificamente à gestão de pessoal da PF e PRF, que seus quadros são compostos em sua maioria por policiais, que têm regra de aposentadoria especial, cujo requisito é ter idade igual ou superior a 53 anos.

Quadro de Pessoal Efetivo do MJSP

O quadro de pessoal efetivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em razão de seu papel institucional, é formado por 6 (seis) Carreiras, voltadas para as áreas finalísticas da organização, e 3 (três) Planos para as atividades administrativas e de suporte:

- Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.
- Carreira de Agente Federal de Execução Penal.
- Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal.
- Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal.
- Carreira Policial Federal.
- Carreira Policial Rodoviário Federal.
- Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).
- Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal (PECPF).
- Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (PECPRF).

Registre-se, ainda, que os cargos efetivos, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista e Estatístico, integrantes do PGPE, do PECPF e do PECPRF, têm estrutura remuneratória especial, instituída pela Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.

O MJSP conta com 27.100 servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do órgão, distribuídos da seguinte forma:

Carreira/Plano de Cargos	Servidores
Carreira Policial Federal	11.135
Carreira Policial Rodoviário Federal	10.912
Carreira Agente Federal de Execução Penal	1.257
Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal	67
Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal	32
Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais	31
Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECPF	2.213
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE	915
Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal - PECPRF	485
Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos - ERCE	52
Plano de Classificação de Cargos – PCC (remanescente)	1
Total Geral	27.100

Fonte: PEP (janeiro a novembro/2021)

O quadro de servidores efetivos do MJSP vinha sendo reduzido a cada ano, principalmente em razão de aposentadorias. No entanto, nos últimos dois anos – 2020/2021, houve autorizações para realização de concurso público e para provimento de cargos das carreiras do DEPEN, da PF e da PRF, contribuindo para o aumento do efetivo policial, mas insuficiente para atender às expoentes demandas.

Já para os cargos do PGPE, PEC-PF e PEC-PRF, bem como para a Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, não houve provimento nos últimos anos, agravando-se, assim, o déficit de servidores nas outras unidades finalísticas deste Ministério, bem como nas áreas administrativas e de suporte.

Previsão de Aposentadorias

O quadro de pessoal efetivo do MJSP é composto por servidores públicos federais, cujas regras observam o disposto nas Emendas Constitucionais - EC nº 20/98, EC nº 41/03 e EC nº 103/2019, as quais estabelecem o tempo mínimo de contribuição, idade mínima ou condições especiais para aposentadoria dos servidores públicos.

De acordo com o Painel Estatístico de Pessoal – PEP, verifica-se que 2.822 servidores encontram-se percebendo abono de permanência, ou seja, já cumpriram os requisitos para um algum tipo de aposentadoria (posição: novembro/2021).

Para exemplificar a situação da projeção de aposentadorias para os próximos exercícios, os dados gerenciados pela SE e DEPEN evidenciam que há previsão de que 109 servidores se aposentem até o final do ano de 2022, uma vez que já completaram ou estão prestes a completar os requisitos necessários para isso.

Até o final do ano de 2025, a previsão é de que 1.157 servidores, geridos no âmbito da SE, DEPEN, PF e AN, completem os requisitos para aposentadoria. Embora a possibilidade dessas aposentadorias acontecerem na totalidade seja reduzida, cada vez que um servidor se aposenta, agrava mais a situação do déficit de pessoal, uma vez que não há a reposição de imediato.

APOSENTADORIAS - PREVISÃO (2022 a 2025)					
ANO	2022	2023	2024	2025	TOTAL
TOTAL	500	227	215	215	1157

Fonte: SIAPE sob consulta das unidades descritas.

Ressalta-se que, no ano de 2022, quase um terço da força de trabalho do AN terá requisitos de aposentadoria e impactará diretamente no desempenho das atividades do órgão.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Necessidade de Pessoal

O provimento de cargos efetivos é feito por meio de concurso público, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Em 2021, para subsidiar o pedido junto ao Ministério da Economia - ME, as unidades desta Pasta, cujos quadros de pessoal são geridos pela SE, foram consultadas por meio de processo específico, quanto ao perfil necessário, a fim de suprir as vacâncias ocorridas.

No pedido, também foram considerados os macroprocessos, produtos e serviços prestados pela unidade; o posto de trabalho ou processo crítico com carência de servidores; os resultados que se pretende alcançar com o fortalecimento institucional e indicadores para mensurá-los; e os impactos à missão institucional ou à sociedade, em caso de não alocação de

mais servidores, dentre outros fatores, tais como: a evasão de servidores e as projeções de aposentadorias. Já com relação à PF, a unidade de gestão de pessoas desse órgão instruiu processo individualizado, solicitando autorização para realização de concurso público.

PEDIDOS DE CONCURSO PÚBLICO – 2021			
CARREIRA/PLANO	ÓRGÃO	SITUAÇÃO	QUANTITATIVO DE CARGOS
Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais	MJSP	Não autorizado	169
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo	MJSP	Não autorizado	336
Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal	PF	Não autorizado	557
TOTAL			1.062

Fonte: SEI

No referido exercício, também foram adotados os impulsos decorrentes para realização dos concursos públicos autorizados nos anos anteriores (2019/2020), tais como: aplicação de provas objetivas e curso de formação:

CONCURSOS PÚBLICOS (IMPLEMENTAÇÃO) – 2021			
CARREIRA/PLANO	ÓRGÃO	AUTORIZAÇÃO	QUANTITATIVO DE CARGOS
Carreira de Agente Federal de Execução Penal	DEPEN	Portaria ME nº 675/2019	294
Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal	DEPEN	Portaria ME nº 675/2019	15
Carreira de Policial Federal	PF	Portaria PF nº 14.358/2020	1.500
Carreira de Policial Rodoviária Federal	PRF	Portaria ME nº 25.412/2020	1.500
TOTAL			3.309

Fonte: SEI

Não obstante, a PF e a PRF obtiveram, no término do ano de 2021, a autorização para o provimento de 2.131 cargos:

AUTORIZAÇÕES DE PROVIMENTO DE CARGOS – 2021			
CARREIRA/PLANO	ÓRGÃO	AUTORIZAÇÃO	QUANTITATIVO DE CARGOS
Carreira de Policial Federal	PF	Ofício ME SEI nº 345696/2021	683
Carreira de Policial Rodoviária Federal	PRF	Portaria ME nº 14.747/2021	1.448
TOTAL			2.131

Fonte: SEI

Recomposição da Força de Trabalho (Concurso Público)

Destaca-se que, desde o exercício de 2014, o MJSP vem buscando obter autorização para realização de concurso público para provimento dos cargos da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais e dos Planos (PGPE, PEC-PF e PEC-PRF), a fim de minimizar o déficit de servidores no âmbito da Pasta. Entretanto, todos os pedidos foram indeferidos pelo Órgão Central do SIPEC.

Seleção e Recrutamento de Pessoas

Outros processos de recrutamento e seleção são realizados com frequência, de âmbitos interno e externo ao Ministério, com oportunidades para servidores efetivos para fins de movimentação para compor força de trabalho, remoção, percepção de gratificações e funções, respeitando os normativos aplicáveis e utilizando de editais e canais institucionais de comunicação, inclusive o Portal do Servidor (mantido pelo ME).

Registre-se, ainda, a existência de Termos de Cooperação com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, que viabilizam a atuação dos empregados da empresa no Ministério.

O AN realizou Processo Seletivo Simplificado pelo edital nº 07/2021- seleção de GSISTE/SIGA, publicado no D.O.U. de 19/11/2021, com o objetivo de compor sua força de trabalho, por meio de movimentação de servidores efetivos. Há de se destacar que um dos grandes desafios, para recomposição da sua força de trabalho, está na não realização de concursos públicos ou contratação temporária da união.

Processos seletivos

No ano de 2021, foi autorizada a contratação de pessoal nos termos da Lei nº 8.745/1993, para atender necessidade temporária de excepcional inte-

resse público, no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD, conforme Portaria Interministerial ME/MJSP nº 4.386, de 16 de abril de 2021, com previsão de contratação de 66 profissionais de nível superior para o desenvolvimento de atividades inerentes à respectiva Secretaria.

Liberação de servidores do MJSP a outros órgãos (cessão/requisição)

No escopo de gestão da Secretaria-Executiva (Núcleo Central) e do DEPEN, há 183 servidores cedidos/requisitados para outros órgãos da Administração Pública (alguns com poder de requisição, casos que prescindem da concordância do órgão de origem).

LIBERAÇÃO DE SERVIDORES		
ÓRGÃO	Qtde	%
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	36	19,67
Fundação Nacional do Índio	26	14,21
Controladoria-Geral da União	19	10,38
Presidência da República	13	7,10
Advocacia Geral da União	14	7,65
Ministério da Economia	13	7,10
Defensoria Pública da União	5	2,73
Fundação Escola Nacional de Administração Pública	7	3,83
Outros	50	27,37
TOTAL	183	100,00%

Fonte: SEI

Desse total, 180 (98,36%) são para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, o restante distribui-se entre os demais Poderes da União e entes subnacionais.

Já na PF o quadro se apresenta da seguinte forma:

LIBERAÇÃO DE SERVIDORES		
ÓRGÃO	Qtde	%
Advocacia-Geral da União	2	2%
Agência Brasileira de Inteligência	7	6%
Agência Nacional de Aviação Civil	1	1%
Banco de Brasília	1	1%
Câmara dos Deputados	6	5%
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2	2%
Conselho de Justiça Federal	1	1%
Defensoria Pública da União	1	1%
Departamento de Trânsito do Governo do Paraná	1	1%
Departamento Penitenciário Nacional	1	1%
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	1	1%
Fundação Nacional do Índio	3	2%
Governo de Goiás	1	1%
Governo de Pernambuco	1	1%
Governo do Distrito Federal	1	1%
Governo do Estado da Bahia	1	1%
Governo do Estado do Ceará	1	1%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	1	1%
Governo do Mato Grosso do Sul	1	1%
Governo do Pará	4	3%
Infraero Aeroportos	1	1%
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	1	1%
Ministério da Cidadania	1	1%
Ministério da Defesa	3	2%
Ministério da Economia	4	3%
Ministério da Infraestrutura	2	2%
Ministerio da Justiça e Segurança Pública	39	31%
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	1	1%

Ministério das Comunicações	1	1%
Ministério Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	2	2%
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	1	1%
Presidência da República	17	13%
Procuradoria Geral da República	1	1%
Procuradoria-Geral de Justiça Militar	1	1%
Senado Federal	2	2%
Superior Tribunal de Justiça	6	5%
Supremo Tribunal Federal	1	1%
Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia	1	1%
Tribunal Regional Federal	1	1%
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	1	1%
Tribunal Superior do Trabalho	1	1%
TOTAL	126	100%

Fonte: PF

No AN temos:

LIBERAÇÃO DE SERVIDORES		
ÓRGÃO	Qtde	%
Advocacia-Geral da União- AGU	4	40%
Defensoria Pública da União	1	10%
Ministério da Economia	1	10%
Ministério das Relações Exteriores	1	10%
Controladoria-Geral da União	1	10%
Governo do Estado do Rio de Janeiro	1	10%
Universidade Federal da Paraíba	1	10%
TOTAL	10	100%

Fonte: PF

Detalhamento da Despesa de Pessoal

Conforme dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal - PEP, conforme situação funcional do vínculo, as despesas de pessoal do MJSP do exercício de 2021 (até o mês de novembro) totalizaram o montante superior a R\$ 10 bilhões:

Situação funcional	Despesas Detalhadas	%
Ativos	R\$ 5.049.817.343,38	48,31
Aposentado / Reservas / Reformas	R\$ 4.373.179.469,36	41,83
Instituidor de Pensão (Benefícios)	R\$ 1.030.456.037,51	9,86
Total Geral	R\$ 10.453.452.850,25	100

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Dez 2020

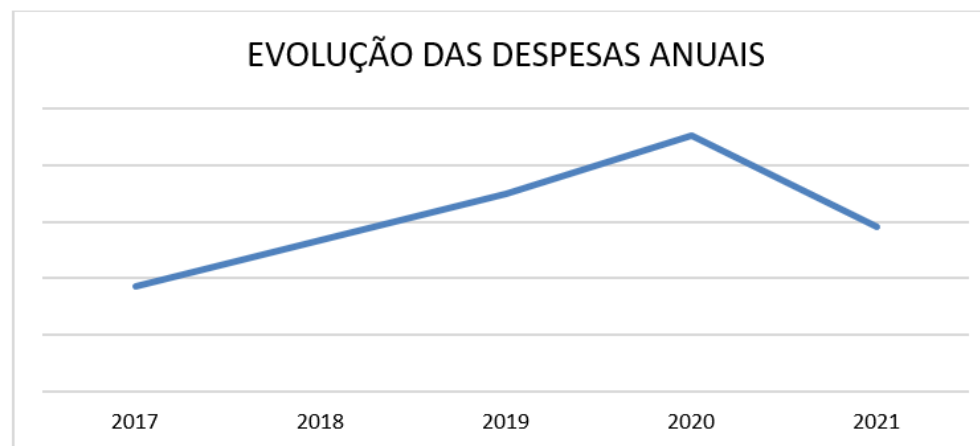
Observado o detalhamento com o pessoal por elemento de despesa (até o mês de novembro) temos:

Elemento de Despesa	Despesa anual
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.151.388.428,93
Aposentadorias RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar	R\$ 2.937.058.447,16
Obrigações Patronais	R\$ 1.273.034.145,09
Pensões do RPPS e do Militar	R\$ 1.029.916.123,71
Ressarcimento de Despesas Pessoal Requisitado	R\$ 29.555.294,12
Contribuição à Entidade Fechada Previdência	R\$ 18.316.904,86
Sentenças Judiciais	R\$ 7.080.655,26
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 4.024.939,19
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 3.074.050,19
Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Militar	R\$ 3.861,78
TOTAL GERAL	R\$ 10.453.452.850,25

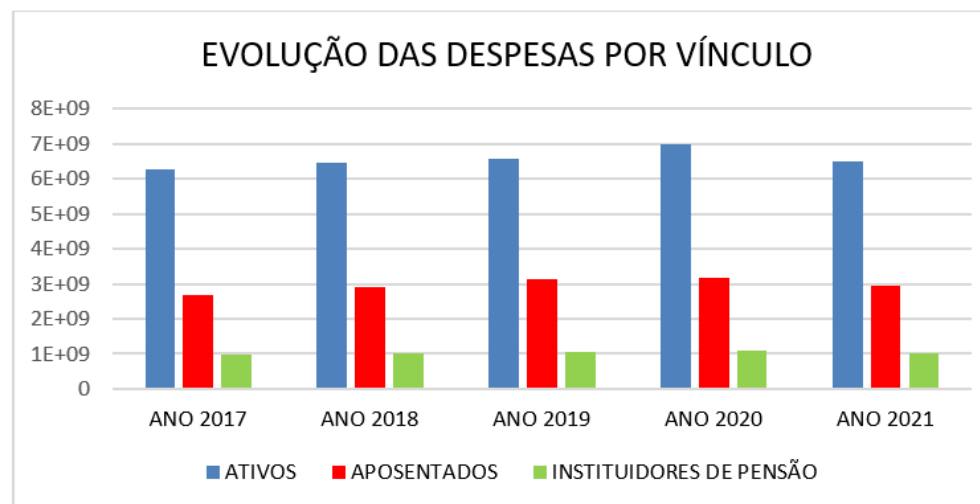
Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – Dez 2020

Evolução dos Gastos com Pessoal

Conforme dados extraídos do PEP, temos a seguinte evolução das despesas com pessoal do MJSP, consideradas as despesas com aposentadores e pensões:



Fonte: PEP (janeiro a novembro/2021)



Fonte: PEP (janeiro a novembro/2021)

Verifica-se que, no período de 2017 a 2020, houve aumento das despesas com os servidores ativos, em razão de ingressos de novos profissionais habilitados em concurso público para as carreiras policiais. Quanto ao exercício de 2021, estima-se que as despesas de pessoal devem superar os valores dos anos anteriores, uma vez que até o mês de novembro as despesas totalizam R\$ 10.453.452.850,25.

Já com relação aos inativos e pensionistas, houve acréscimo em razão de novas aposentadorias e pensões concedidas nos exercícios de 2017 a 2020. De igual, as despesas do exercício de 2021 devem superar as despesas dos anos anteriores.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E REMUNERAÇÃO

Avaliação de Desempenho

Para cada tipo de carreira ou Plano existente no âmbito do MJSP há uma sistemática específica de avaliação de desempenho, para fins de gratificação de desempenho; promoção e progressão; e avaliação do estágio probatório.

Gratificação de Desempenho

O desempenho dos servidores (integrantes do PGPE, do PEC-PF e do PEC-PRF) é aferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, que utiliza como referência as metas de desempenho individual somadas ao cumprimento das metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo.

A avaliação de desempenho individual dos servidores é realizada anualmente com o objetivo de verificar o seu desempenho no exercício das atribuições do cargo ou função para o alcance dos objetivos organizacionais e impacta diretamente na remuneração.

O servidor do MJSP, conforme o cargo efetivo que ocupa, faz jus à Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais - GDAPS, Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos - GDACE, Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas - GDM, e Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada do Departamento Penitenciário Nacional - GDAPEN, Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal GDAPEF, Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal - GDATPF e Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal – GDATPRF.

Para exemplificar, apresenta-se os dados dos servidores gerenciados pela SE, PF e DEPEN:

**4 Carreiras e
1 Plano**

**1.361
Progressões funcionais
(30 Portarias)**

**189 Promoções
(15 Portarias)**

Fonte: SIAPE/SEI

Estágio Probatório

A título de evidência, em 2021, no contexto de gestão da Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN e da Polícia Federal - PF, 40 servidores concluíram o estágio probatório, adquirindo a estabilidade:

CARREIRA/PLANO	Qtde
Carreira de Agente Federal de Execução Penal	7
Carreira Policial Federal	17
Plano Especial de Cargos da Polícia Federal	16
TOTAL	40

Fonte: SIAPE/SEI

Já no âmbito da gestão da Secretaria Executiva – SE (Núcleo Central) não há servidores em estágio probatório.

Composição Remuneratória dos Servidores do MJSP

Com exceção de algumas categorias específicas, basicamente a remuneração dos servidores efetivos ocupantes dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do PGPE, do PEC-DPF e do PEC-DPRF, é composta por Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho (GDPGPE, GDATPF ou GDATPRF), com valores fixados em lei. Dentre os cargos específicos, a remuneração dos servidores dos cargos de Arquiteto, Economista e Engenheiro é composta pelas parcelas: Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, cujos valores são superiores ao da GDPGPE.

Já com referência aos servidores ocupantes do cargo de Médico, por meio da Lei nº 12.702/2012, foi instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas (GDM-PGPE, GDM-PECPF ou GDM-PECPRF), com valores superiores e não acumulável com a GDPGPE. No caso de cargo de nível auxiliar, ainda há o pagamento da Gratificação Específica de Atividades Auxiliares estabelecida em cada Plano (GEAAPGPE, GEAAFP ou GEAAPRF).

Destaca-se que, às remunerações são acrescidas as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei (adicional por tempo de serviço, dentre outras).

O MJSP também conta com servidores das carreiras de Desenvolvimento de Políticas Sociais; de Agente Federal de Execução Penal; de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal; e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, cuja remuneração é composta por Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho (GDAPS, GDAPEN ou GDAPEF). Já as carreiras de Policial Federal e Policial Rodoviário Federal são remuneradas por meio de subsídio.

CARREIRA/PLANO	REMUNERAÇÃO INICIAL (R\$)	REMUNERAÇÃO FINAL (R\$)
Carreira Policial Federal – Delegado e Perito Criminal	23.692,74	30.936,91
Carreira Policial Federal – Agente, Escrivão e Papiloscopista	12.522,50	18.651,79
Carreira Policial Rodoviário Federal	9.899,88	16.552,34
Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais	7.350,46	15.208,69
Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos – Arquiteto, Economista e Engenheiro	6.242,41	13.184,99
Carreira de Agente Federal de Execução Penal	5.572,23	10.357,30
Carreira de Especialista em Assistência à Execução Penal	5.407,70	7.805,48
PECPF – NS	5.101,67	8.924,85
PECPRF – NS	5.096,87	8.924,85
PGPE – NS	5.035,29	9.040,36
Médico do PECPF – NS (20 horas)	4.385,67	7.322,85
Médico do PECPRF – NS (20 horas)	4.385,67	7.322,85
PECPF – NI	4.252,76	5.298,82
PECPRF – NI	4.252,76	5.298,82
Médico do PGPE (20 horas)	4.044,00	6.869,74
Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal	3.662,28	5.182,46
PGPE – NI	3.419,97	4.514,23
PECPF – NA (*)	***	3.283,99
PECPRF – NA (*)	***	3.283,99
PGPE – NA (*)	***	3.123,14

(*) Considerando que todos os cargos de nível auxiliar foram extintos ou estão em extinção, não há previsão de remuneração inicial para essa categoria funcional.

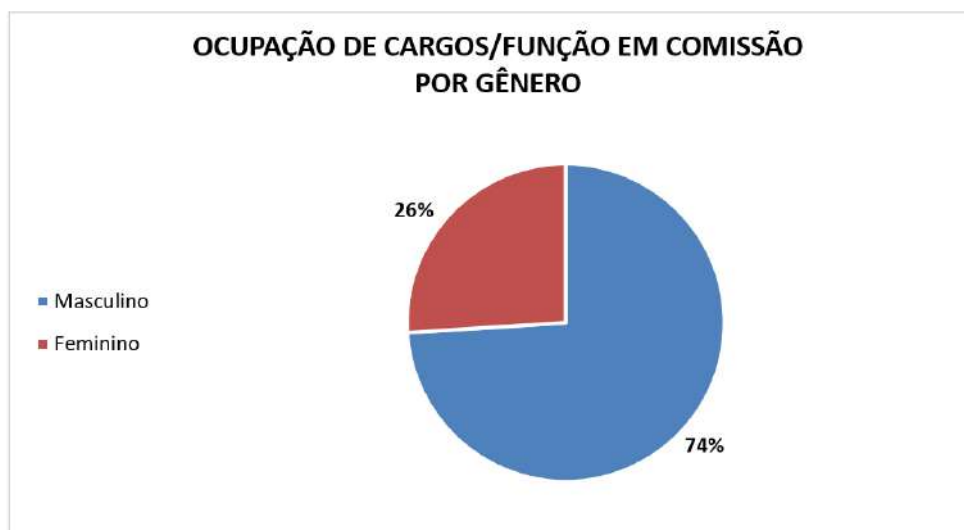
Cargos Gerenciais Ocupados por Servidores com vínculo

Dados do PEP indicam um total de 3.764 cargos ou funções distribuídos nos diversos órgãos e unidades da estrutura do MJSP. Sua distribuição, conforme tipo de cargo ou função:

Tipo de cargo	Cargos e funções
FGR	2.023
FCPE	983
DAS	351
FCT	405
NES	1
Ministro de Estado	1
Total Geral	3.764

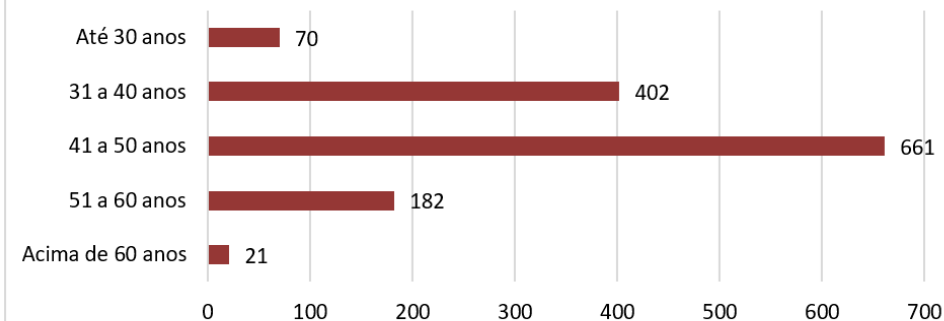
Fonte: PEP (janeiro a novembro 2021)

No detalhamento dos cargos/funções em comissão (DAS e FCPE), conforme gênero e faixa etária, temos a seguinte distribuição:



Fonte: PEP (janeiro a novembro 2021)

QUANTIDADE DE SERVIDORES EM OCUPAÇÃO DE CARGOS/FUNÇÃO EM COMISSÃO POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: PEP (janeiro a novembro 2021)

No escopo da gestão de pessoas, 66% dos cargos/funções em comissão (DAS e FCPE) são ocupados por servidores efetivos, conforme demonstrado no gráfico a seguir



Fonte: SIAPE

CAPACITAÇÃO

Estratégia e números

As ações de capacitação do Ministério compreendem o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, alinhado às principais diretrizes e normativos que regulamentam as ações de desenvolvimento de servidores da administração pública federal, ou seja, à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP.

No âmbito das unidades em que a gestão de pessoas cabe à SE, para a elaboração do PDP 2021, foram considerados os apontamentos realizados pelas unidades do Ministério e pelos servidores no Levantamento de Necessidades de Treinamento e na Pesquisa de Satisfação, como também por meio da análise das lacunas (gaps) de competências técnicas, comportamentais e gerenciais dos postos de trabalho respectivos.

Cabe ressaltar que a Polícia Federal - PF, por meio da Academia Nacional de Polícia - ANP, realiza a formação e capacitação de seus servidores, e também de público externo, por meio de ações de capacitações presenciais e a distância (ead.pf.gov.br). Promove, também, a oferta de cursos de pós-graduação específicos aos quais possui credenciamento junto ao MEC em temas da área de Ciência Policial, além de promover convênios específicos para mestrados em convênio com universidades brasileiras.

Já no âmbito da Polícia Rodoviária Federal - PRF, a Universidade Corporativa promove a qualificação de diversos servidores nas mais variadas áreas, com destaque especial aos cursos nas áreas de inteligência policial e operações especializadas e ao Curso de Formação Profissional, gerando importante incremento na força de trabalho do órgão.

O quadro a seguir, a título de exemplo, demonstra os números consolidados relativos à capacitação de servidores, gerenciados pela SE e pelo DEPEN, no exercício:

CAPACITAÇÃO 2021 (SE e DEPEN)	
DADO	TOTAL
Servidores capacitados	3.765
Horas de capacitação	56.559
Investimento	R\$ 2.371.097,09

Fonte: CGGP/SAA/SE e DEPEN

Dentre as ações de capacitação, destacam-se as seguintes:

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO			
AÇÃO	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	CAPACITADOS
CND - <i>Certified Network Defender</i>	SE	Ação de desenvolvimento que objetivou fornecer uma abordagem abrangente para lidar com problemas de segurança na rede moderna.	10
CEv11 - <i>Certified Ethical Hacker</i>	SE	Ação de desenvolvimento que propiciou aos servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) conhecimento sobre as rotinas de segurança necessárias para evitar e mitigar eventuais ataques cibernéticos.	17
CTIA - <i>Certified Threat Intelligence Analyst</i>	SE	Ação de desenvolvimento com a finalidade de capacitar indivíduos e organizações para preparar e executar um programa de inteligência contra ameaças que permita conhecimento baseado em evidências e forneça conselhos acionáveis sobre ameaças existentes e desconhecidas.	20
5º Ciclo de Capacitação em Licitações e Contratos	SE	Ação de desenvolvimento com a finalidade de capacitar servidores do MJSP e de suas unidades vinculadas, especialmente aqueles que atuam no processo gestão de contratações, com temas afetos ao planejamento, execução e controle, abordando aspectos legais, doutrinários, jurisprudenciais e de boas práticas pretendidas pela Administração Pública para uma eficaz e eficiente execução de contratações.	1.233
Licenças de uso de plataforma de ensino virtual	SE	Aquisição de licenças de uso de plataforma de ensino virtual Udemy para os servidores do MJSP (maior plataforma de educação on-line do mundo).	241
Procedimentos de Protocolo	AN	Curso à distância oferecido pelo Arquivo Nacional para arquivistas que trabalham com gestão de documentos	10

e-Social para Órgãos Públicos - RPPS	AN	Curso à distância oferecido pela ENAP para servidores que utilizam sistemas informatizados de pessoal	08
LVIII Curso de Formação Profissional Agente de Polícia Federal –APF 2021	PF	Formação de Candidatos aprovados no concurso APF	671
Curso de Idiomas	PF	Inglês, francês e espanhol	800
Curso Sobre o Sistema de Interceptação de Sinais Versão 2.0 (SISv2.0) 2021.01	PF	Curso sobre sistema de interceptação de sinais	319
Projeto Altos Estudos	DEPEN	Mestrado Profissional visando desenvolvimento de servidores e pesquisas no campo da Administração Pública no contexto do Sistema Prisional, e ainda, concessão de afastamento para conclusão de mestrado acadêmico.	20
Incentivo Educacional	DEPEN	Capacitação de servidores em idiomas estrangeiros.	130

Fonte: CGGP/SAA/SE e DEPEN

Ações voltadas para valorização/reconhecimento dos servidores

No âmbito do MJSP, há a prática de registro de elogio nos assentamentos funcionais, sendo que, no exercício de 2021, foram efetivados, a título de exemplo, 115 elogios a servidores, gerenciados pela SE e AN.

Ações voltadas para o bem-estar no contexto organizacional e das condições de trabalho

Destacam-se as seguintes iniciativas:

AÇÕES PARA BEM-ESTAR ORGANIZACIONAL

EVENTO	TIPO DE AÇÃO	ÓRGÃO	PARTICIPANTES
A inteligência emocional e como usá-la na nova rotina	Palestra	SE	162
O cuidado com a saúde mental na retomada do trabalho presencial	Palestra	SE	87
Gestão da Ansiedade em tempos de crise – Uma conversa sobre ansiedade, <i>Burnout</i> , estresse e medo e técnicas de gestão da ansiedade e prática da aceitação	Palestra	SE	102
Gestão da Ansiedade	Oficinas	SE	30
Sobre Viver: Grupo de ressignificação para aqueles que passaram pela Covid-19	Oficinas	SE	15
Campanhas de saúde e conscientização em saúde	Campanhas	DEPEN	Todos os servidores da unidade
Realização de exames periódicos	Monitoramento das condições de saúde dos servidores	DEPEN	Todos os servidores da unidade
Campanha Setembro Amarelo – Prevenção ao Suicídio	Palestra	PF	Todos os servidores da unidade
Combate a COVID-19	Informações por <i>posts</i>	AN	Público alvo-servidores da unidade
Saúde ao Combate do Coronavírus e mês de Conscientização da Endometriose	Campanha	AN	Público alvo-servidores da unidade
Promoção à Saúde - Cuidados com a COVID e medidas preventivas no seu combate	Campanha	AN	Público alvo-servidores da unidade

Luta Contra as Hepatites Virais	Campanha	AN	Público alvo-servidores da unidade
Ansiedade	Campanha	AN	Público alvo-servidores da unidade
Prevenção ao Suicídio	Campanha	AN	Público alvo-servidores da unidade
Prevenções e Orientações Médicas	Campanha	AN	Público alvo-servidores da unidade
Prevenções e Orientações Odontológicas	Campanha	AN	Público alvo-servidores da unidade
Outubro Rosa- Prevenção ao Câncer de Mama	Campanha	AN	Público alvo-servidores da unidade
Novembro Azul - Prevenção ao Câncer de Próstata	Campanha	AN	Público alvo-servidores da unidade
Nova Variante do Coronavírus - a Omicrom	Informações por posts	AN	Público alvo-servidores da unidade

Fonte: CGGP/SAA/SE/MJSP

Teletrabalho e demais ações voltadas para a maximização do desempenho e da eficiência no contexto em que o órgão atua

Em 2021, a SE deu continuidade às atividades relacionadas ao teletrabalho, com foco na atualização normativa, buscando a adequação do regime adotado pela pasta à Instrução Normativa nº 65/2020 do Ministério da Economia. Em 24 de novembro de 2021, foi publicada a Portaria MJSP nº 423, que autorizou a implementação em caráter permanente e facultativo, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública e das entidades a ele vinculadas e regulamenta os procedimentos gerais para as unidades organizacionais que especifica.

A implantação do modelo referencial de gestão do dimensionamento da força de trabalho disponibilizado, em regime cooperação, pelo Ministério da Economia em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, também trará ganhos de desempenho e eficiência para a Pasta. A Coordenação-

-Geral de Gestão de Pessoas participou como unidade piloto, seguida da Coordenação-Geral de Documentação e Serviços Gerais, e essa iniciativa compreende a metodologia de gestão de planejamento de força de trabalho que possibilitará o dimensionamento quantitativo do quadro de servidores(as) necessário para o atendimento das demandas organizacionais deste Ministério.

Com relação ao DEPEN, a implementação do teletrabalho naquela unidade, no exercício de 2021, esteve mais relacionada às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus no retorno ao trabalho, na forma da Portaria GAB-DEPEN nº 490/2021. Contudo, há previsão para a retomada do processo relativo ao Programa de Gestão daquele Departamento no ano de 2022.

Na Polícia Federal, foi publicada a Instrução Normativa nº 207-DG/PF, de 26 de agosto de 2021, que estabelece critérios e procedimentos para instituição do programa de gestão no âmbito da Polícia Federal (Teletrabalho), o qual se constitui em ferramenta de gestão autorizada em ato normativo de Ministro de Estado e respaldada pela norma de procedimentos gerais, que disciplina o exercício

de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados, cuja execução possa ser realizada pelos participantes.

Tal programa é destinado aos servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal, entretanto, os servidores da carreira policial federal poderão ser autorizados a participar do programa de gestão exclusivamente nas hipóteses previstas no § 4º do art. 12 da Instrução Normativa ME nº 65, de 30 de julho de 2020, não sendo consideradas de natureza estritamente policial as atividades exercidas no período, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa.

A Polícia Federal aderiu à Campanha SETEMBRO AMARELO, no ano de 2021, a qual contou com uma palestra do senhor Rossandro Klindjey, psicólogo, escritor e autor das obras "O Tempo do Autoencontro" e "Eu Escolho Ser Feliz", transmitida ao vivo, via Teams, no dia 10 de setembro, dia mundial de prevenção ao suicídio. Palestras dessa natureza também ocorreram em diversas unidades regionais, haja vista que a mensagem principal é de prevenção, acolhimento, tratamento e esperança.

Houve, ainda, pedidos direcionados às nossas adidâncias e oficialatos de ligação que se atualizassem e nos informassem acerca das

políticas e modelos de prevenção e tratamento de problemas de saúde mental mantidos pelas instituições policiais estrangeiras, com a finalidade de que os bons projetos e iniciativas sejam implementados na Polícia Federal, com as devidas adaptações.

Principais Entregas

No âmbito das unidades em que SE do MJSP gere o quadro de pessoal, foi publicada a Portaria SAA/SE/MJSP nº 46, de 11 de janeiro de 2021, regulamentando o Programa de Incentivo Educacional - Proeduc, de que trata o art. 39, inciso III, da Portaria MJSP nº 11, de 6 de março de 2020 e dispõe sobre critérios e procedimentos para a concessão de incentivos educacionais destinados ao custeio de cursos de idioma estrangeiro, graduação e pós-graduação no âmbito das unidades organizacionais, cuja gestão de pessoas é gerenciada pela Secretaria-Executiva. Com isso, foram realizados 2 processos seletivos para ingresso no Proeduc, sendo que, atualmente, 34 servidores são beneficiados com o incentivo educacional. Também foi executada a primeira turma de Mestrado Profissional do MJSP, junto à Universidade de Brasília.

Ademais, foi editada a Portaria nº 44, de 8 de janeiro de 2021, que dispõe sobre o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC aos servidores gerenciados pela Secretaria-Executiva.

Já que no diz respeito ao Projeto Gestão por Competências, foi disponibilizado aos servidores o Sistema Competências, o qual ainda demandará para o ano de 2022 o desenvolvimento dos módulos de gestão da capacitação e avaliação de competências. Também, foi finalizado o mapeamento das competências (organizacionais, gerenciais, comportamentais, técnicas e individuais); e iniciada a construção de trilhas de aprendizagem, tendo sido concluídas 5 (cinco) das 20 (trilhas) constantes do projeto.

Além disso, houve o lançamento da Plataforma EAD Competências, a qual permite que as ações promovidas pelo Ministério sejam planejadas, disponibilizadas e monitoradas em ambiente próprio para o processo de ensino-aprendizagem.

Soma-se, ainda, a realização do projeto piloto “Dimensionamento da Força de Trabalho”, sob a orientação do Ministério da Economia e da Universidade de Brasília - UnB, com a aplicação da metodologia em 2 Coordenações-Gerais da

Subsecretaria de Administração (Gestão de Pessoas; e Documentação e Serviços Gerais), bem como a publicação da Portaria MJSP nº 423, de 25 de novembro de 2021, que autoriza a implementação do Programa de Gestão em caráter permanente e facultativo no âmbito do MJSP.

No DEPEN, foram realizadas: a manutenção e atualização da intranet da Gestão de Pessoas, canal dedicado exclusivamente aos assuntos funcionais e direcionado à melhor experiência possível aos usuários; a contratação e início de execução dos exames periódicos para os servidores do Depen que envolvem o biênio 2021/2022; a contratação e execução das juntas médicas para os casos urgentes; e TED para contratação e início da atividade de diagnóstico e acompanhamento da qualidade de vida no trabalho para os servidores.

Além disso, foram realizados estudos e apresentação de propostas para a atualização normativa nos seguintes temas: movimentação de pessoal em âmbito nacional; manutenção das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus no retorno ao trabalho; apresentação do projeto piloto para trabalho remoto dos servidores que se encontram em exercício

provisório; definição das instâncias de supervisão e recursais dos atos administrativos relacionados à gestão de pessoas.

A PF com apoio da SE realizou o Planejamento e a Execução do concurso público para provimento de vagas nos cargos de Delegado de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal, Escrivão de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal, regido pelo Edital nº 1-DGP/PF, de 15 de janeiro de 2021, com a primeira turma do Curso de Formação profissional encerrando suas atividades em 22/12/2021 (LVIII CFP de Agente de Polícia Federal), e alunos nomeados no mesmo ano de 2021.

Ademais, alinhado com as diretrizes da Polícia Federal, foi desenvolvido o primeiro módulo do projeto Sistema de Avaliação e Promoção (SISAP), o qual se traduz em um sistema pensado e concebido para que seja realizada tanto a avaliação da carreira policial, executada anualmente, bem como a promoção de classe, que é feita de forma mensal.

Principais Desafios e Ações Futuras

Em 2022, pretende-se dar continuidade ao aprimoramento das ações de desenvolvimento, com a publicação dos seguintes normativos: complemento à Política de Desenvolvimento de Pessoas no Ministério, nos termos da Portaria

nº 11, de 06 de março de 2020; afastamentos e licenças para capacitação; e regulamentação do Programa de Estágio do MJSP.

Além disso, almeja-se a finalização da construção das Trilhas de Aprendizagem para desenvolvimento das competências requeridas pelo Órgão, bem como disponibilização destas na Plataforma EAD Competências, bem como a conclusão do desenvolvimento das funcionalidades do Sistema Competências.

Já no campo da administração de pessoas, após a homologação do processo seletivo da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - SENAD, será realizada a contratação de 66 profissionais, para atuar no desenvolvimento de atividades daquela Secretaria.

Para o exercício de 2022, estabeleceu-se cronograma de implementação para o Programa de Gestão no âmbito das unidades em que a SE do MJSP gere o quadro de pessoal aos moldes da Portaria MJ nº 423, de 25 de novembro de 2021, que autoriza a implementação dessa iniciativa em caráter permanente e facultativo no âmbito do MJSP. Além disso, ocorrerá a implementação da metodologia “Dimensionamento da Força de Trabalho” com o intuito de, inicialmente, subsidiar tal Programa, como

também robustecer a sistemática de Governança em Gestão de Pessoas desta Pasta.

O DEPEN, para o exercício de 2022, pretende realizar estudo que visem fundamentar a implementação do Programa de Gestão daquele departamento; verificar e dar andamento ao passivo de ações de reposição ao erário; executar os exames periódicos do biênio 2021/2022; regulamentar acerca do trabalho de servidoras grávidas no Sistema Penitenciário Federal; e elaborar estudos para a fundamentação e implementação da Indenização pela Flexibilização de Repouso Remunerado – IFR.

VI – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Nas aquisições realizadas, foram observados sempre os critérios de sustentabilidade, como procedência dos materiais, conteúdo reciclável, fonte não poluidora, certificações de extração, emissão de radiação e nível de ruído. As contratações realizadas na modalidade pregão eletrônico também atenderam ao disposto no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, estabelecendo critérios tanto na especificação do objeto quanto nas obrigações das contratadas no sentido de obedecer a critérios e práticas de sustentabilidade. Sendo observado ainda o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União - AGU.

Todas as contratações inerentes à tecnologia da informação respeitam às normas gerais de sustentabilidade ambiental e estão em conformidade com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Quantidade de resmas de papel consumidas em 2018, 2019, 2020 e 2021:

Unidades	2018	2019	2020	2021
SE e Depen	67.569	55.038	10.156	12.427
PF	2.664	2.203	1.444	1.119
AN	1.685	1.670	357	614

Fonte: CGDS/SAA/SE/MJSP

Consumo de energia elétrica (em R\$ e kWh) 2018, 2019, 2020 e 2021:

Unidades		2018	2019	2020	2021
SE e DEPEN	KWh	43.475.520	39.343.841	21.210.475	4.351.146
	R\$	32.038864,19	31.722.927,79	16.223.386,22	3.674.286,44
PF	KWh	1.960.658	1.938.867	1.665.961	1.651.810
	R\$	1.385.679,38	1.501.669,18	1.227.445,41	1.350.790,22

Fonte: CGDS/SAA/SE/MJSP

Neste tópico, há de se salientar os esforços derivados do Decreto Presidencial 10.779, de 25 de agosto de 2021, em que esta Pasta adotou uma série de ações para reduzir o uso de energia elétrica e promover o consumo consciente. O Ministério constituiu a Comissão Interna de Conservação de Energia para implementar as medidas nos prédios sob sua gestão direta. Entre elas estão:

- Redução do tempo de funcionamento das cascatas e da iluminação externa do Palácio da Justiça;
- Limitação do tempo de funcionamento de todos os aparelhos de ar-condicionado e do sistema de ar-condicionado central do Palácio da Justiça;
- Desligamento antecipado das luzes dos corredores e demais áreas comuns dos edifícios do MJSP na Esplanada; e

- Divulgação de vedações e/ou cuidados em relação ao uso de equipamentos pessoais, elétricos ou eletrônicos, no âmbito das dependências do MJSP.

Ainda, a Comissão Interna de Conservação de Energia - MJSP (Cice-MJSP) promove a campanha interna “Se Liga e Desliga”, para que servidores ajudem na redução do consumo com ações simples, como desligar o computador e evitar deixá-lo em stand-by, tirar o celular da tomada ao terminar a carga e desligar as luzes dos banheiros ao se retirar.

A meta definida de redução, para os meses de setembro de 2021 até abril de 2022, foi de 10% a 20% relacionados à média de consumo dos mesmos meses nos anos de 2018 e 2019, e em caso de não atingimento da meta, a divulgação dos dados é acompanhada de justificativa.

Visando diminuir o consumo de energia elétrica, o Arquivo Nacional tem empregado esforços como redução e otimização no uso dos transformadores de energia elétrica, aquisição de bancos de capacitores, instalação de sistema de monitoramento dos parâmetros elétricos e consumo de energia elétrica, aquisição de equipamentos de climatização mais eficientes. Além disso, buscando captar recursos para a implantação de projeto de eficiência energética, foi elaborado Projeto para participação em chamada pública da empresa LIGHT S.A., concessionária de distribuição de energia elétrica da cidade do Rio de Janeiro.

Os resultados da Cice de 2021 foram:

Mês/Ano	Média 2018/2019 (Kwh)	Resultado 2021 (Kwh)	Redução Obtida (%)	Justificativa de não alcance da meta de 10%
Set/2021	399.909	343.599	14,08	Meta alcançada
Out/2021	464.263	442.959	4,59	Incremento de atividades presenciais, com o retorno de boa parte dos agentes públicos que estavam em trabalho remoto por conta da pandemia, tem levado ao aumento de consumo de energia elétrica.
Nov/2021	453.708	420.193	7,39	Além da continuidade do retorno às atividades presenciais, tivemos a instalação da equipe do Arquivo Central em uma nova área, e o aumento das capacitações na Força Nacional no Gama-DF, por razão do incremento do número de servidores mobilizados e de ações de segurança pública.
Dez/2021	397.997	379.751	4,58	Retorno gradual de servidores que ainda estavam em regime de trabalho remoto, além do alto consumo gerado pelo funcionamento da climatização com portas e janelas das salas abertas, em atendimento às recomendações para controle da Covid-19.

Fonte: Cice-MJSP

Consumo de água (em R\$ e m3) 2018, 2019, 2020 e 2021:

UNIDADES		2018	2019	2020	2021
SE e DEPEN	M³	227.492	248.540	155.551	21.670
	R\$	5.967.742,85	6.349.717,02	4.236.891,00	634.561,59
PF	M³	13.526	10.743	10.779	8.263
	R\$	333.459,64	274.411,28	305.253,70	243.830,33

Fonte: CGDS/SAA/SE/MJSP

Redução de resíduos poluentes

O Departamento Penitenciário Nacional está em fase de mudança para imóvel que conta com sistema inteligente de ar condicionado, reuso de água, e iluminação em LED, para maior eficiência.

Foi construída infraestrutura para reaproveitamento de águas pluviais e de condensação de ar condicionado no Anexo II do Ministério da Justiça, possibilitando o reuso.

Além disso, em toda a sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública está sendo realizada a substituição das lâmpadas tubulares fluorescentes de 32W por lâmpadas tubulares de LED, substituição de todos os refletores com lâmpadas halógenas por refletores de LED para garantir maior economia e durabilidade. A medida que os espaços do MJSP estão sendo modernizados, todas infraestrutura elétrica da sala está sendo revisada, trocando cabos antigos por novos, diminuindo assim a perda de energia e tornando o sistema mais seguro, contra riscos de incêndio. Tubulações

do sistema hidrossanitário estão sendo trocadas por tubulações novas à medida que o ambiente precisa ser reparado.

Já a Polícia Federal adota medidas sistemáticas e permanentes com vistas à redução de resíduos poluentes, tais como:

- separação de resíduos nas instalações do Órgão pela natureza de sua composição (orgânicos, metais, plásticos e papéis);
- política de separação e reutilização de materiais recicláveis;
- rotina adequada de descarte de produtos perigosos (pilhas, baterias, celulares e demais produtos eletrônicos);
- atualização permanente dos bens e materiais por meio da substituição por produtos similares de menor impacto ambiental.

Principais desafios e ações futuras

Viabilização estrutural para levar o elevador do Anexo II até o segundo subsolo, garantindo maior acessibilidade às instalações. Revitalização das subestações dos Ed. Sede e Anexo II. Substituição dos alimentadores dos quadros elétricos e atualização dos quadros elétricos. Reforma dos banheiros sociais dos edifícios Sede, Anexo II e Anexo I. Troca de todas as tubulações hidrossanitárias do Ministério. Realizar a adequação de todos os banheiros de uso para portadores de necessidades especiais.

No âmbito do DEPEN, há previsão de instalação de sistemas fotovoltaicos de geração de energia para o ano de 2022 nas penitenciárias federais, com vias a promover a cogeração de energia, e redução no gasto com energia elétrica. E também há previsão de implementação de reuso de água nas penitenciárias federais a serem construídas, bem como nas já existentes.

Na PF está em avançada fase de estudo e implementação o Plano de Logística Sustentável – PLS, que abrange práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços. Além disso, o plano contém previsão de ações voltadas à capacitação e conscientização dos servidores e colaboradores sobre o uso, consumo e aquisição de materiais de maneira sustentável.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em todas as intervenções de modernização, são observados os critérios técnicos de acessibilidade previstos na legislação cabível, no que tange à contratação, aquisição, implementação e utilização. Ainda nesse sentido, estamos realizando a adequação nos banheiros para portadores de necessidades especiais.

Na PF, com vistas ao cumprimento das determinações contidas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações, cujo sigilo não seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, estão disponíveis no Portal da Polícia Federal na internet ou mediante solicitações nas sedes do Órgão espalhadas por todo o território brasileiro e no exterior. A exemplo de solicitações de certidões, informações, denúncias, dados orçamentários, agenda dos dirigentes, dados sobre licitações e contratações.

Todos os edifícios da Polícia Federal foram projetados e reformados de modo a garantir o acesso às pessoas com mobilidade reduzida ou portadoras de deficiência, nos termos do artigo 11 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

VII – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Ministério da Justiça e Segurança Pública tem envidado esforços visando inovar, desburocratizar e elevar os padrões dos produtos e serviços oferecidos pelo órgão. Nesse sentido, ao longo dos anos, o Ministério tem investido no fortalecimento e desenvolvimento da área de tecnologia da informação e comunicação, com ênfase na construção na sua governança, visando ampliar seu desempenho e gerenciar riscos.

A governança de Tecnologia da Informação do Ministério, da Polícia Federal - PF, da Polícia Rodoviária Federal - PRF e do Arquivo Nacional - AN, estão integrados ao Sistema de Governança do MJSP, e tem como principais instâncias o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comu-

nicação do MJSP, o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação da PRF e o Comitê de Governança em Telemática da PF, responsáveis por, dentre outros, deliberarem sobre a execução das estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, revisão periódica do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, acompanhamento de projetos, processos e indicadores, aprovação de planos, políticas, normas e procedimentos TIC.

A estrutura de governança de TI está prevista na Portaria MJSP nº 86, de 23 de março de 2020, podendo ser ilustrada conforme modelo abaixo:

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Instâncias de TIC vinculadas ao Sistema de Governança do MSP

Comitê de Tecnologia da
Informação e Comunicação
da PRF

Comitê de Governança em
Telemática da PF

Instância de nível estratégico da estrutura de governança do MJSP

Comitê de Governança Estratégica – CGE
Ministro e Titulares



Nível Tático

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
DTIC, Assessorias Especiais, GM, Órgãos Específicos Singulares e Entidades Vinculadas

Comitê de natureza consultiva e
caráter executivo

Principais
Temáticas

Gestão do plano estratégico de TIC - PETIC

Gestão do Plano Diretor de Tecnologia da
Informação e Comunicação – PDTIC

Gestão de contratações de soluções de TIC

Gestão de riscos de TIC

As áreas de TIC do MJSP, PF, PRF e AN seguem uma série de normativos que visam manter a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação: regulamentos e guias elaborados pelo Governo Federal, Órgãos de Controle, Ministério da Economia, como por exemplo a Lei 8.666, de 1993 e as Instruções Normativas IN-01/2019-ME e IN-05/2017-MP, orientam fluxos de contratações e uma gama de procedimentos de TIC que subsidiam a qualidade em sua gestão.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Os dados apresentados abaixo demonstram os valores empenhados em despesas de TIC (em milhões de reais) no âmbito do MJSP (Administração Direta, Fundo de Defesa de Direitos Difusos, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo Nacional de Segurança Pública e Fundo Nacional Antidrogas, excluindo o CADE e a FUNAI por realizarem relatórios próprios), PF, PRF e AN no que tange ao indicador do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, que identifica os gastos de TI pelas naturezas de despesas.

VALORES EMPENHADOS (em milhões R\$)						
ÓRGÃO	2020			2021		
	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Total
MJSP	138,4	56,6	195,0	134,0	51,5	185,5
Arquivo Nacional	5,1	3,2	8,3	4,4	2,9	7,3
PRF	68,2	12,0	80,2	99,8	11,0	110,8
PF	92,4	147,8	240,2	86,9	60,1	147,0
TOTAL GERAL	304,1	219,6	523,7	325,1	125,5	450,6

Fonte: Cice-MJSP

Na comparação de 2021 com 2020, o total das despesas empenhadas apresentou um decréscimo de 14% em relação a 2020. Considerando o conjunto dos órgãos, o investimento teve uma redução de 43% enquanto as despesas de custeio tiveram um aumento de 7%.

CONTRATOS MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TIC (VIGENTES EM 2021)

Entre as contratações relevantes referentes à Tecnologia da Informação – TI destacam-se as de sustentação de sistemas, suporte de infraestrutura e serviços de fábrica de softwares, subscrição de softwares e sistemas, atendimento aos usuários, fornecimento de equipamentos etc.

UNID.	CONTRATADO	DESCRIÇÃO	VALOR
MJSP	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Serviços de empresa especializada na prestação de serviço de service desk e sustentação de infraestrutura de tecnologia	R\$ 8.079.166,19
MJSP	META SERVIÇOS EM INFORMÁTICA S/A.	Fábrica de Software	R\$ 20.915.553,28
MJSP	TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS SA TELEBRAS	Prestação de serviços de rede de dados de longa distância para a Infovia de Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública - denominada Infovia-MJ.	R\$ 452.350,33
MJSP	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	Serviços de Infovia Brasília	R\$ 46.458,84
MJSP	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	Emissão de Certificados Digitais	R\$ 17.745,70
MJSP	INGRAM MICRO BRASIL LTDA	Fornecimento de serviços de computação em nuvem Microsoft (jan-ago)	R\$ 1.343.813,97
MJSP	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	Fornecimento de serviços de computação em nuvem Microsoft (set-dez)	R\$ 1.133.297,30



MJSP	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	Subscrição de Softwares Microsoft	R\$ 5.921.007,26
MJSP	ACECO TI S.A.	Manutenção da Sala Cofre CICCEN	R\$ 988.135,86
MJSP	ACECO TI S.A.	Contratação de nova Sala Cofre Sede MJSP	R\$ 6.036.984,00
MJSP	TELTEC SOLUTIONS LTDA	Aquisição de switches de núcleo de rede, equipamentos para balanceamento de tráfego de aplicações, segurança e inspeção de tráfego SSL	R\$ 6.869.885,92
MJSP	TELTEC SOLUTIONS LTDA	Aquisição de <i>software</i> para balanceamento de tráfego de aplicações, segurança e inspeção de tráfego SSL	R\$ 3.975.237,00
MJSP	INFOSEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME	Empresa especializada para fornecimento e instalação de Solução de Auditoria e Gerenciamento de Serviços do AD (<i>Microsoft Active Directory</i>), Servidor de Arquivos (<i>Microsoft File Server</i>), Correio Eletrônico (Microsoft Exchange Server), Solução de Portal de Permissionamento Automático, Solução de Classificação de Dados Sensíveis e Solução de Análise em tempo real e prevenção de comportamentos suspeitos, incluindo treinamento para operacionalização do <i>software</i> , bem como execução de serviços de planejamento, implementação e testes, além de transferência de conhecimentos e operação assistida, com garantia (manutenção e suporte técnico)	R\$ 774.387,24
MJSP	GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA	Empresa especializada em fornecimento de licenças anuais para acesso a bases de conhecimento de pesquisas de mercado em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, aconselhamento imparcial em TIC	R\$ 896.380,40



MJSP	DELTAPOINT CONSULTORIA E TREINAMENTOS EIRELI	Fábrica de Software	R\$ 624.163,54
MJSP	3CORP TECHNOLOGY S/A INFRAESTRUTURADE TELECOM	Empresa especializada no fornecimento de solução integrada de telefonia VoIP contemplando licenças, atualizações e suporte técnico, sem dedicação exclusiva de mão de obra e aquisição de equipamentos para atendimento das necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP	R\$ 573.172,80
MJSP	SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A	Empresa especializada para Prestação de serviços de impressão (<i>outsourcing</i>), por registro de preços com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com fornecimento de peças e componentes, suprimentos, insumos/consumíveis (toner, cilindro), exceto papel, em conformidade com os padrões técnicos estabelecidos	R\$ 472.769,48
MJSP	AMERICA TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E ELETRO-ELETRÔNICOS	Serviços de suporte técnico equipamentos de infraestrutura armazenamento de dados	R\$ 359.085,48
MJSP	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Créditos Universais de Nuvem Oracle (<i>Oracle Cloud Universal Credits</i>)	R\$ 1.249.792,10
MJSP	SERVIX INFORMÁTICA LTDA	Empresa especializada na prestação de serviços de atualização e sustentação do Software Netbackup e Netbackup Appliance	R\$ 322.130,03
MJSP	DFTI - COMÉRCIO E SERVICOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME	Serviços especializados no fornecimento de Solução de Antivírus para execução em ambiente computacional do Ministério Justiça e Segurança Pública	R\$ 249.051,02



MJSP	CLARO S.A.	TV por assinatura	R\$ 96.295,26
MJSP	TELEFONICA BRASIL S.A.	Empresa para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel) e de Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel- Móvel, Móvel-Fixo e dados), nas modalidades Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI)	R\$ 61.088,67
MJSP	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	Aquisição de Desktops Compactos	R\$ 872.651,00
MJSP	FAGUNDEZ DISTRIBUIÇÃO LTDA	Aquisição de Monitores Tela Plana	R\$ 245.564,93
MJSP	LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUIÇÃO LTDA	Aquisição de Desktops Compactos	R\$ 4.539.870,00
MJSP	GEN3 Tecnologia da Informação	Solução de análise de segurança em aplicações Web	R\$ 376.020,00
MJSP	Teltec Solutions LTDA	Plataforma de avaliação de vulnerabilidades e auditoria de configurações de ativos de rede	R\$ 5.117.013
MJSP	Credilink Informações de Crédito LTDA	Serviços de Consulta e Fornecimento de Informações para Busca e Localização de Pessoas (físicas e jurídicas) e Confirmação de Óbitos (SEGEN)	R\$ 12.247,20
MJSP	Hamilton do Brasil Comércio e Serviços LTDA	Programação de métodos (<i>Scripts</i>) para as plataformas de extração automatizada de DNA (SEGEN)	R\$ 40.000,00
MJSP	<i>Ultra Electronics Forensic Technology</i>	Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB (SENASP)	R\$ 4.708.261,24



MJSP	XP ON Consultoria LTDA	Endpoints para salas de videoconferência	R\$ 183.992,00
PRF	Algar	Suporte a Infraestrutura de TI	R\$ 5.215.479,05
PRF	CTIS	Suporte a Ambientes de BI	R\$ 6.334.171,44
PRF	CTIS	Fábrica de Software	R\$ 4.131.600,94
PRF	IBRTEC	Serviços de Engenharia para Radio Comunicação	R\$ 924.212,95
PRF	Teradata	Serviços Técnicos Especializados	R\$ 1.109.369,91
AN	IPQ TECNOLOGIA LTDA	Fornecimento de equipamentos e serviço de Telefonia Fixa Comutada IP, com estrutura de Comunicações Unificadas e PABX	R\$ 698.900,00
AN	EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA	Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, de empresa especializada para prestação de serviços gerenciados de computação em nuvem, sob o modelo de <i>cloud broker</i> (integrador) de multi-nuvem, que inclui a concepção, projeto, provisionamento, configuração, migração, suporte, manutenção e gestão de topologias de serviços em dois ou mais provedores de nuvem pública	R\$ 112.373,88
AN	SATURNO SOFTWARE E SISTEMAS LTDA	Subscrição de licenças de <i>software</i> para solução de auditoria, gestão, automação, monitoração e delegação do gerenciamento de serviços do AD (<i>Microsoft Active Directory</i>) e servidores de arquivos (Isilon)	R\$ 40.878,00

AN	COMPACTA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	Aquisição de 150 desktops e 50 notebooks	R\$ 1.397.000,00
AN	GLOBAL DISTRIBUIÇÃO DE BENS DE CONSUMO LTDA	Aquisição de 04 Servidores Rack, Dell EMC PowerEdge R640	R\$ 160.000,00
AN	PONTOBIT SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA	PONTOBIT SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA	R\$ 155.040,00
AN	2R DATATEL TELEINFORMÁTICA LTDA	Contratação de serviços de Renovação e Suporte Técnico de Licenças de Firewalls tipo Appliance da Palo Alto Networks, incluindo instalação, garantia e suporte técnico do fabricante	R\$ 679.800,00
PF	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	Nova fábrica de software (Grupo 02) – Contrato 02/2020	R\$ 12.648.604,18
PF	CENTRAL IT GOVERNANÇA CORPORATIVA	Suporte de Infraestrutura – Contrato 12/2020	R\$ 10.560.851,37
PF	CLARO S.A	Serviços de Telecomunicações (RedeWan) – Contrato 05/2019	R\$ 5.099.108,04
PF	TELTEC SOLUTIONS LTDA	Subscrição de plataforma de gestão de vulnerabilidades e auditorias de configurações de ativos de rede – Contrato 07/2021	R\$ 1.754.650,00
PF	INGRAM MICRO BRASIL LTDA	Subscrições das versões Enterprise e serviços de gerenciamento técnico de conta e consultoria técnica especializada – Contrato 13/2019	R\$ 4.010.607,45
PF	RESOURCE TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA	Nova fábrica de <i>software</i> (Grupo 01) – Contrato 03/2020	R\$ 10.117.491,32

PF	DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Serviços de Manutenção de Backup e Storage – Contrato 05/2018	R\$ 2.639.369,46
PF	ACECO T.I	Manutenção da Sala Cofre – Contrato 03/2018	R\$ 1.678.071,39
PF	FAST SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Antivírus e antispam Contrato 11/2017 – Vigência até 09/06/2022	R\$ 1.560.000,00
PF	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Suporte técnico com atualização de versões para softwares de Banco de Dados Oracle - Contrato 06/2017 – Vigente ATÉ 25/05/2021	R\$ 658.478,27
PF	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Serviço de Suporte Avançado ao Cliente – Contrato 07/2020	R\$ 831.517,18
PF	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Serviço de Banco de Dados em Nuvem Privada – Contrato 06/2020	R\$ 1.208.070,86
PF	SITA INC DO BRASIL LTDA	Transmissão segura de dados de vôos API e PNR – Contrato 09/2018	R\$ 1.676.694,86
PF	IBM BRASIL - INDÚSTRIA MÁQUINAS E SERVIÇOS LIMITADA	Licença ZOS – Contrato 06/2019	R\$ 1.639.830,34
PF	NTSEC SOLUÇÕES EM TELEINFORMÁTICA LTDA	Subscrição de solução de análise dinâmica em aplicações Web (WAS) - Contrato 06/2021	R\$ 412.000,62
PF	FATTO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA	Aferições de Métricas – Contrato 05/2021	R\$ 615.635,94
PF	GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS	Bases de conhecimento de TIC – 03/2021	R\$ 1.016.152,50

PF	CONSÓRCIO IAFIS/IDEMIA	Solução ABIS – Contrato 01/2021	R\$ 39.970.099,33
PF	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	Licença de Virtualização – Contrato 09/2020	R\$ 246.400,00
PF	HEWLETT-PACKHARD BRASIL LTDA	Servidor de Rede – Contrato 08/2020	R\$ 263.616,76
PF	IBM BRASIL – INDÚSTRIA MÁQUINAS E SERVIÇOS LIMITADA	Licença ZOS – Contrato 06/2019	R\$ 1.639.830,34

Fonte: MJSP

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TIC POR CADEIA DE VALOR DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TIC POR CADEIA DE VALOR DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Iniciativas	Cadeia de Valor	Resultados, Benefícios ou Impactos
Contratação do novo ambiente de alta disponibilidade para serviços críticos de TIC (novo Datacenter).	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Ampliação da capacidade de provimento de serviços críticos de TIC com alta disponibilidade e confiabilidade.
Contratação de ativos de infraestrutura de núcleo de rede e de balanceamento de tráfego de aplicações.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Maior capacidade de tráfego de dados, aumento da disponibilidade e da segurança das aplicações providas por meio da infraestrutura de TIC.
Contratação de Estações de Trabalho e Notebooks para a modernização do ambiente de trabalho institucional.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Ampliação da produtividade das equipes de servidores com o uso de melhores equipamentos.

Recontratação e expansão dos serviços de INFOVIA do Governo Federal.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Expansão da capacidade de transmissão de dados entre as unidades do Ministério da Justiça localizadas em Brasília-DF.
Implantação e aprimoramento das boas práticas existentes no guia ITIL (IT <i>Infrastructure Library</i>).	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Melhoria dos processos de gestão de serviços de TIC. No momento, já foram implantados os processos de gestão de requisições, incidentes, mudanças, problemas, conhecimento, configuração e ativos de TIC, nível de serviço, catálogo de serviços, portfólio e capacidade.
Análises e estudos do ambiente de Azure DevOps para apoiar projetos de nuvem.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Esta ação visa consolidar o conceito de DevOps nas áreas de desenvolvimento e infraestrutura do Ministério, permitindo entregas contínuas, ágeis e de qualidade das aplicações desenvolvidas pela Fábrica de Software.
Acompanhamento dos indicadores dos processos de trabalho que suportam a gestão de TIC.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Monitoramento da cadeia de prestação de serviços de TIC por meio de indicadores em painéis analíticos, que foram construídos pra permitir o acompanhamento por parte da gestão de TIC.
Estruturação da tecnologia do Banco Nacional de Perfis Balísticos e da rede nacional com 37 Sistemas de Balística nos Estados e PF.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Criação de Banco de Dados Nacional de Perfis Balísticos, possibilitando a análise de vestígios coletados em diferentes locais de crime e a identificação de convergências entre estes.
Consultoria Técnica no GT de Cadeia de Custódia da SENASP.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Possibilidade de desenvolvimento de sistema de gestão da criminalística para os Estados Brasileiros, com a utilização dos conceitos necessários para o atendimento da Lei 13.964/19.

Consultoria Técnica no projeto de extração de dados veiculares.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Aquisição proposta pela SEOPI. Realização de estudos técnicos para análise de efetividade e viabilidade da aquisição. Verifica-se, até o momento, que uma pequena parcela dos veículos apreendidos é suportada pela solução. Realizado teste do sistema em veículos na PCDF.
Estruturação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas: PDP da DTIC alinhado ao PETIC e ao PDTIC.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Foi realizado estudo confrontando os planos e foram identificadas oportunidades de ajustes no PDP 2021 para atendimento do PETIC e PDTIC.
Consultoria Técnica na absorção do Pro-consumidor e do Consumidor.gov.br que estavam hospedados e sendo desenvolvidos na estrutura de empresa de tecnologia do grupo do Banco do Brasil.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Esta ação permite melhorar o nível de governança do MJSP em relação aos sistemas, agilizando as entregas das próximas evoluções, além de diminuir o custo de desenvolvimento e sustentação de infraestrutura.
Monitoramento e 2ª Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC 2021-2023.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Monitoramento da execução do PDTIC, visando ao acompanhamento da implementação das ações de TIC e a entrega dos serviços com o objetivo de atender às estratégias e aos objetivos do órgão.
Monitoramento do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – PETIC 2021-2023.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Monitoramento da execução do PETIC, visando ao acompanhamento do alcance das metas relacionadas aos objetivos estratégicos de TIC vinculados aos objetivos estratégicos institucionais.
Capacitações em Segurança da Informação e Comunicação.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Capacitação técnica da equipe de segurança da informação e comunicação para fazer frente ao aumento das ameaças cibernéticas.
Consultoria técnica ao GT Identidades Funcionais Digital.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Grupo de estudos para identificar solução para criação de QR code aos agentes de segurança pública e desenvolver pela fábrica de software MJSP.

Implantação do Balcão Virtual para atendimento e automação de suporte ao cliente Córtex.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Implantação no ambiente colaborativo de sistema de atendimento ao cliente Córtex.
Desenvolvimento de Portal Power Platform para o 1º Seminário Internacional SEGEN.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Ação possibilitou o cadastro de participantes e organização do evento internacional.
Consultoria Técnica no planejamento de contratações DEPEN. Solução de monitoramento CFTV e Parlatório.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Foram realizados os estudos da contratação que dispêndio do tempo dos servidores DTIC em iniciativas complexas ainda em andamento.
Customização de ferramenta de gestão dos Projetos de TIC vinculados aos IT Scores e implementação de painel de monitoramento dos Projetos e Tarefas de TIC relacionados aos IT Scores.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Monitoramento dos Projetos e Tarefas de TIC relacionados aos IT Scores.
Aprimoramento da manutenção e criação de controle dos projetos da DTIC para monitoramento em PWA e BI.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Melhor controle, pela gestão DTIC, dos projetos de contratações de TIC no âmbito do MJSP.
Desenvolvimento do Painel de acompanhamento dos processos de Naturalização.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Esta ação permite consolidar e apresentar informações de forma mais ágil dos processos de Naturalização do Ministério, de acordo com as necessidades da área de negócio.
Integração de bases e backend de criação de usuário disponibilizado para o Córtex.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Esta ação permite aumentar o nível de governança e auditoria nas consultas realizadas pelo sistema Córtex, além de permitir maior autonomia da área comercial em relação aos acessos aos usuários.

Elaboração do Guia da arquitetura de dados analíticos para o MJSP.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	O Guia de Arquitetura de Dados Analíticos visa mitigar problemas de incompatibilidade, governança e segurança dos dados, assim como a escalabilidade e extensibilidade para adição e consumo de dados.
Otimização do contrato do contrato de Fábrica de SW e processos correlatos.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Aumento do número de sistemas desenvolvidos/ absorvidos e entregue em produção para uso das áreas de negócios, passando de 26 sistemas em 2020 para 40 sistemas em 2021.
Análise de vulnerabilidades de sistemas por meio de POC (Proof of concept) de soluções de vulnerabilidades (contratação de ferramentas de vulnerabilidades).	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Aumento da segurança pela análise dos sistemas e serviços de TIC corporativos por meio de POC identificando-se vulnerabilidades.
Estruturação de um Relatório de Governança da DTIC.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Demonstração de como a estratégia de TIC vem sendo monitorada continuamente e como os resultados estão sendo medidos e reportados, e, conseqüentemente, realiza um apontamento de ações de correção recomendadas.
Repositório de Normativos de TIC.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Plataforma que tem como objetivo principal, facilitar a pesquisa por eixos temáticos de atos normativos, direta ou indiretamente, relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, publicados pela Administração Pública Federal e que são de utilização comum por parte do MJSP.
Contratação de ferramentas de análise de vulnerabilidades e de segurança Web, planejamento da contratação de serviços de SOC e Red Team.	Governança, Gestão e Suporte (DTIC/SE/MJSP)	Estruturação da área de segurança da informação e comunicação para fazer frente ao aumento das ameaças cibernéticas.

Serviço de monitoramento por inteligência.	Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (DTIC/ PRF/MJSP)	Aumento significativo de apreensões de dinheiro em espécie sem origem declarada.
Interconexões de bases de dados com outras instituições.	Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (DTIC/ PRF/MJSP)	Apreensões significativas de drogas e armas.
Digitalização de processos previstos no plano de transformação digital.	Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (DTIC/ PRF/MJSP)	Facilitação da interação do cidadão com a PRF.
Implementação de processos de governança e central de atendimento com NOC.	Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (DTIC/ PRF/MJSP)	Aumento da disponibilidade dos sistemas e garantia de continuidade dos sistemas do órgão.
Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de <i>service desk</i> e sustentação de infraestrutura de tecnologia.	Preservação da Memória Nacional (COTIN/AN/MJSP)	Melhoria na capacidade de atendimento (níveis 1,2 e 3) dos usuários da instituição. Implantação de modelo internacional de gerenciamento de serviços de TIC (ITILv3).
Contratação de serviço de nuvem baseado no modelo SaaS (Software como Serviço - Microsoft Office 365 E3).	Preservação da Memória Nacional (COTIN/AN/MJSP)	Melhoria na organização, produtividade, comunicação e na integração das equipes de trabalho do AN.
Implantação de solução de equipamentos e serviço de Telefonia Fixa Comutada IP (VoIP).	Preservação da Memória Nacional (COTIN/AN/MJSP)	Modernização na comunicação interna e externa, gerenciar todo o fluxo de chamadas realizadas ou recebidas, além das funções essenciais para aumentar a performance no atendimento prestado pela instituição.

Contratação de serviços gerenciados de computação em nuvem, sob o modelo de <i>cloud broker</i> (integrador) de multi-nuvem.	Preservação da Memória Nacional (COTIN/AN/MJSP)	Gerenciar o processo de ciclo de vida de desenvolvimento de <i>software</i> com mais eficiência oferecendo melhor escalabilidade, disponibilidade e implantação mais rápida de serviços, além de contribuir para o aumento da segurança e redução de custos.
Aquisição de desktops e notebooks.	Preservação da Memória Nacional (COTIN/AN/MJSP)	Aquisição de <i>desktops</i> e <i>notebooks</i> .
Implantação de repositório digital confiável para o SEI	Preservação da Memória Nacional (COTIN/AN/MJSP)	Implementação de metodologias e soluções tecnológicas livres voltadas para a coleta, gestão e preservação da informação digital.
Contratação do novo ambiente de BACKUP para serviços críticos de TIC (SITE BACKUP).	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Ampliação da capacidade de continuidade de serviços críticos de TIC.
Renovação do suporte de ativos de infraestrutura de núcleo de rede, Firewall e de balanceamento de tráfego de aplicações.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Manter a capacidade de tráfego de dados, da disponibilidade e da segurança das aplicações providas por meio da infraestrutura de TIC.
Contratação de Estações de Trabalho e Notebooks para a modernização do ambiente de trabalho institucional.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Modernização do parque tecnológico sem garantia e ampliação da produtividade das equipes de servidores com o uso de equipamentos adequados.

Aprimoramento das boas práticas do guia ITIL (IT <i>Infrastructure Library</i>).	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Melhoria dos processos de gestão de serviços de TIC. No momento, já foram implantados os processos de gestão de requisições, incidentes, mudanças, problemas, conhecimento, configuração e ativos de TIC, nível de serviço, catálogo de serviços, portfólio e capacidade.
Aprimoramento e desenvolvimento de novos painéis de indicadores.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Monitoramento dos processos da cadeia de prestação de serviços de TIC por meio de indicadores em painéis analíticos, como ferramenta de apoio à decisão para a gestão estratégica.
Aprimoramento dos processos e arquiteturas de Integração Contínua e Entrega Contínua (DevOps).	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Esta ação visa melhorar os indicadores quantitativos e qualitativos das entregas de serviços de TIC na PF.
Aprimoramento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas- PDP da DTI alinhado ao PETIC e ao PDTIC PF.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Com a análise dos dados coletados em 2021 serão prospectadas oportunidades de ajustes no PDP 2022 para atendimento do PETIC e PDTIC PF.
Contratação de capacitação ISC 2 para área de Tecnologia da Informação da PF.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Realizada capacitação de servidores da DTI (CISSP, CSSLP, CCSP). Continuidade das capacitações em 2011 PCF Fava consegue os quantitativos de servidores capacitados.
Implantação de solução da nuvem privada criptografada (<i>next cloud</i> PF).	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Permitirá a troca de informações sensíveis entre as agências de inteligência.
Realização de recrutamento de servidores de outras áreas da PF.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	O fortalecimento da equipe de TI da PF ampliará a capacidade do Órgão para atender as demandas.

Aplicação do modelo de maturidade do Gartner – <i>IT Score for Enterprise Architecture & Technology Innovation</i> .	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Estudo e desenvolvimento de metodologia para melhorar a maturidade da arquitetura empresarial da PF, iniciando pela forma de atuação da DTI perante as áreas de negócio.
Aprimoramento dos processos de monitoração de portfólio de projetos da DTI.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Melhoria da qualidade das informações estratégicas para apoio à tomada de decisões pelos gestores de TIC no âmbito da PF.
Elaboração coordenada com o MJSP do Guia da arquitetura de dados analíticos para a PF.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	O Guia de Arquitetura de Dados Analíticos visa mitigar problemas de incompatibilidade, governança e segurança dos dados, assim como a escalabilidade e extensibilidade para adição e consumo de dados.
Mapeamento e melhoria dos processos de gestão de Arquitetura Lógica e de Desenvolvimento de Sistemas na PF.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Documentação e amadurecimento dos processos de gestão de TIC que atualmente são executados pelas equipes de arquitetura lógica e de desenvolvimento de sistemas na PF.
Implantação dos processos de análise de vulnerabilidades nos processos de integração contínua e de entrega contínua de sistemas desenvolvidos pela PF.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Aumento da segurança pela análise dos sistemas da PF com o uso das ferramentas recentemente adquiridas para essa finalidade identificando vulnerabilidades antes que os sistemas sejam implantados em produção.
Estudos acerca da adoção de processos de desenvolvimento <i>Low Code</i> para necessidades Departamentais.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF)	Avaliação da solução APEX Oracle e da solução da Microsoft em nuvem para desenvolvimentos <i>low code</i> .
Desenvolvimento dos sistemas SISMIGRA – Periféricos, Nova intranet, SISCAER – Armas, RAPINA, API – SINCAC, AGENDA-PF, ePOL (última release).	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF/MJSP)	Todos os sistemas foram entregues e já se encontram em produção.

Parceria com a USP para implantação do Sistema de Inovação da PF.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF/MJSP)	ACT assinado e capacitações realizadas para determinado número de servidores.
Publicação de normativo que orienta a aplicação da IN 01/2019 em todas as unidades gestoras da PF com a coordenação da unidade central de TIC da PF.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF/MJSP)	Normativo publicado e processo de avaliação estratégica e de conformidade técnica de todos os processos de contratação de TIC sendo executado pela DTI/PF
Capacitação de servidores de todas as unidades da PF nos processos de planejamento e gestão de contratos de TIC previstos na IN 01/2019.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF/MJSP)	Pelo menos 100 servidores capacitados nos anos de 2020 e 2021.
Formalização e estruturação do Escritório de Processos de TIC da DTI.	Governança, Gestão e Suporte (DTI/PF/MJSP)	Criação de área dedicada à atividade, com a identificação de pelo menos 100 processos relacionados à gestão e execução das atividades de TIC para os quais devem ser conduzidas atividades de mapeamento, revisão e, se possível, automatização.

Fonte: MJSP

PRINCIPAIS AÇÕES NA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**SECRETARIA-EXECUTIVA**

Inclusão de Projeto de Segurança da informação e Privacidade na carteira de projetos estratégicos do MJSP, que prevê a realização de ações abrangendo:

Implantação do Framework de Segurança da Informação CSF e dos controles do CIS (*Center for Internet Security*);

Capacitação e certificação de servidores em segurança da informação;

Planejamento e execução de campanhas de conscientização dos usuários em segurança da informação;

Contratação de *Security Operations Center* – SOC;

Contratação e operação de ferramentas de vulnerabilidades e de segurança *Web*;

Implantação de um *Data Loss Prevention* – DLP;

Seleção, contratação e implantação de solução de autenticação de segurança;

Confecção de normativos de Segurança da Informação;

Implantação de Sala Cofre no Ministério;

Implantação de Sala Cofre no CICCEN;

Elaboração, Aprovação e Publicação de um Plano de Gestão de Continuidade de Negócios em Segurança da Informação; e

Seleção, Contratação e Implantação de Solução *Passwordless* (sem senha).

POLÍCIA FEDERAL

Melhoria na segurança do ambiente Microsoft com implantação da solução de segurança para gerenciamento de credenciais de administrador local (LAPS) nos estados com respectiva revisão de *Group Policy Object* (GPOs);

Implantação de solução de segurança (*Advanced Threat Analytics* - ATA) de análise comportamental de usuário (*User Behavior Analytics* - UBA) no domínio Microsoft;

Documentação e revisão de políticas de segurança da informação, em especial a de acesso a administrador local;

Melhoria no processo de resposta a incidentes de segurança com o amadurecimento do processo de tratamento.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Aumento da Integração Digital do Cidadão para com a PRF;

Atualização de dispositivos de segurança de rede de monitoramento de tráfego de dados;

Ampliação dos ajustes no ambiente de TIC para aderência a Lei Geral de Proteção de Dados;

LGPD; e

Disseminação de campanhas de Segurança da Informação e Comunicação para todos os colaboradores.

ARQUIVO NACIONAL

Aquisição de ferramenta para auditoria para acessos internos e externos; e

Renovação do licenciamento da solução de *Firewall*.

Fonte: MJSP

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES

A continuidade da pandemia de COVID-19 em 2021 manteve os desafios relacionados à garantia da disponibilidade e da segurança dos serviços de TIC do MJSP, agravados pelo aumento excessivo de ataques cibernéticos às instalações e dados governamentais observados ao longo do ano. Houve a necessidade de estabelecimento de ações visando fortalecer as unidades de segurança da informação e capacitação, realizando capacitações, aquisições e contratação de serviços especializados.

Pelo mesmo motivo, permaneceu a necessidade de realizar iniciativas relevantes voltadas à transformação digital, em especial à interoperabilidade de dados, como forma de mitigar os obstáculos para o atendimento presencial aos cidadãos.

Quanto ao aprimoramento da operação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, o avanço nas ações de compartilhamento de dados encontrou obstáculos decorrentes do entendimento de algumas instituições envolvidas acerca da necessidade de aplicação de cláusulas da LGPD ao tratamento dos dados, ainda que conste expressamente a sua inaplicabilidade quando usados para fins exclusivos de segurança pública.

As alterações na estratégia institucional causadas pelas mudanças na alta gestão do Ministério exigiram evoluções no processo de elaboração e execução das ações de TIC, de forma a aumentar a efetividade do PDTIC.

Outros desafios e ações futuras:

PESSOAL

DTIC/SE/MJSP:

1. Grande quantidade de atividades e contratos sob responsabilidade da DTIC;
2. Limitação de pessoal nas equipes da DTIC;
3. Oferta de servidores na DTIC é menor que as demandas de TIC do MJSP;
4. Alta rotatividade dos servidores e terceirizados que atuam na área de TIC;
5. Implantar projeto de integração dos novos servidores ao MJSP; e
6. Planejar nova contratação de servidores.

COTIN/COAD/AN/MJSP:

1. Limitação de servidores internos para executar as atividades de TIC nas áreas de suporte, infraestrutura e desenvolvimento;
2. Equipe reduzida de colaboradores por limitação orçamentária, sendo necessário realizar aditivos nos contratos para adequar os serviços oferecidos às áreas de negócio; e
3. Dificuldade da contratação de cursos específicos de TIC, para desenvolver as habilidades e atualizar os servidores diante das novidades tecnológicas.

DTI/PF

1. Grande quantidade de atividades de planejamento e gestão de contratos sob responsabilidade da área de infraestrutura e serviços da DTI/PF;
2. Limitação de pessoal nas equipes da DTI/PF;
3. Falta de efetivo para estruturar a área de inovação e de governança de tic;
4. Equipe de servidores insuficiente, sendo necessária a atuação em vários processos aquisitivos e de implementação de serviços de TIC, fato esse que tem gerado acúmulo de demandas e sobrecarga de trabalho dos servidores;
5. Falta de experiência e conhecimentos das áreas requisitantes nos processos de planejamento das aquisições de soluções de TIC para atendimento das suas necessidades;
6. Falta de equipes dedicadas ao planejamento técnico de contratações de TIC;
7. Alta rotatividade das equipes técnicas contratadas devido ao aquecimento do mercado de TIC no mundo; e
8. Capacitação dos novos servidores recrutados ou concursados na curva de aprendizado inicial sobre o funcionamento.

GOVERNANÇA DE TIC E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**DTIC/SE/MJSP:**

1. Alto nível de complexidade técnica de alguns processos de contratação;
2. Nível de automação de processos e fluxos ainda aquém do desejado para viabilizar uma operação mais ágil da infraestrutura;
3. Falta de padronização nas exigências dos órgãos de controle interno (*check-list* vigente);

4. Manutenção e/ou aumento da produtividade dos times de Desenvolvimento mesmo trabalhando de forma remota em função da Pandemia de COVID-19;
5. Fiscalizações de contrato com baixo engajamento da contratada, resultando em desgastes e aplicação de penalidades;
6. Pouco engajamento das áreas negociais em determinados projetos de TIC;
7. Falhas de comunicação entre área negocial e área técnica;
8. Risco das áreas de negócio não entenderam o seu papel na distribuição de competências dos normativos de planejamento das soluções de TIC;
9. Desenvolvimento de soluções e projetos à revelia da DTIC, por parte da área de negocial (Shadow ITs);
10. Assegurar a segurança (disponibilidade, confidencialidade e integridade) dos sistemas e serviços de TIC do MJSP;
11. Atrasos ou inviabilidade de se realizar contratações causados pela dependência de procedimentos e informações por parte da área negocial;
12. Aumentar o entendimento das áreas de negócio para criar uma visão das necessidades convergentes e redundantes;
13. Execução do projeto estratégico de Segurança da Informação e Privacidade;
14. Criação de um Repositório de Normativos de TIC;
15. Estabelecimento de fluxo único de recebimento, priorização e atendimento de demandas (por meio do PDTIC);
16. Acompanhamento dos indicadores dos processos de trabalho que suportam a gestão de TIC;
17. Customização de ferramenta de gestão dos Projetos de TIC vinculados aos IT Scores e implementação de painel de monitoramento dos Projetos e Tarefas de TIC relacionados aos IT Scores; e
18. Especificação de método e critérios para determinar, de maneira consistente, se as demandas recebidas constituem solução de TIC ou não.

COTIN/AN/MJSP:

1. Desafio na implantação de frameworks mais reconhecidos do mercado (ITIL e COBIT);
2. Dificuldade de balancear a limitação orçamentária com boa qualidade na segurança da informação; e
3. Operacionalização de uma Solução Integrada de Segurança de Redes eficiente que visa prover o ambiente tecnológico corporativo do Arquivo Nacional com segurança, confidencialidade e integridade do tráfego de dados sensíveis, mas igualmente assegurar a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade e a usuários externos e internos no tocante à Segurança da Informação.

DTI/PF

1. Execução de processos de contratação com alto nível de complexidade, que demandaram grande aprofundamento técnico das equipes responsáveis pelo planejamento;
2. Nível de automação de processos e fluxos, ainda aquém do desejado para viabilizar uma operação mais ágil da infraestrutura e dos processos de desenvolvimento de sistemas;
3. Aumentar o engajamento e a coordenação das áreas de negócio no provimento das soluções de TIC demandadas para o atendimento das suas necessidades negociais;
4. Aumento do engajamento dos servidores da TIC no amadurecimento dos processos de gestão e governança de TIC;
5. Implementação e divulgação dos acordos de nível de serviços de infraestrutura de TIC e de atendimento aos usuários que sejam transparentes para as áreas negociais, garantindo assim um nivelamento das expectativas;
6. Formalização de uma estratégia ampla de continuidade de negócios e de gestão de riscos de TIC, ponderada de acordo com a criticidade dos ativos de informação sustentados;
7. Documentação e implantação de processo de gestão da segurança da informação e gestão de riscos com o apoio das ferramentas de vulnerabilidades recentemente adquiridas;
8. Desenvolvimento de soluções de TIC de forma descoordenada e independente do planejamento estratégico de TIC da PF pelas áreas negociais da PF;
9. Ações de capacitação das áreas requisitantes nos normativos que regulam os planejamentos e gestão de contratos de TIC;
10. Fortalecer a área de segurança da informação, por meio da criação de unidade dedicada na estrutura da DTI, composta por servidores públicos devidamente capacitados para documentar e revisar processos e políticas, bem como implementar ferramenta de gestão de vulnerabilidades em conjunto com colaboradores da nova empresa contratada para suporte de infraestrutura; e
11. Aprimorar a governança das contratações de TIC no âmbito geral, estabelecendo processos, parâmetros de conformidade, riscos e controles.

DADOS**DTIC/SE/MJSP:**

1. Aprimoramento dos processos de compartilhamento e governança de dados;
2. Expansão do *Data Lake* do MJSP; e
3. Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709, de 2018).

DTI/PF

1. Aprimoramento dos processos de compartilhamento e governança de dados; e
2. Adequação dos processos de TIC à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018).
3. Aprimoramento da área de gestão e governança de dados, por meio da designação de chefia formal na estrutura da DTI, para a efetiva execução das atividades de revisão de processos e políticas, implementação de catálogo de dados, gestão de dados mestres, implementação de processo de verificação e manutenção da qualidade dos dados e mapeamento e melhoria da arquitetura de dados; e
4. Implantar o Data Lake da Polícia Federal, que possibilite o armazenamento, processamento, consulta e gestão de dados de investigação e inteligência.

SISTEMAS E INFRAESTRUTURA**DTIC/SE/MJSP:**

1. Aumentar a capacidade de internalizar sistemas de informações desenvolvidos por órgãos parceiros do MJSP ou de outras empresas que possuem contrato diretamente com as áreas de negócio;
2. Gerenciamento dos créditos de nuvem de forma a assegurar que sejam suficientes para absorver todas as soluções desenvolvidas; e
3. Reforçar a infraestrutura de TIC do MJSP para suporte a ambientes de *Big data*.

DTIC/PRF/MJSP:

1. Transferência de Infraestrutura de TI para Nuvem Pública;
2. Desenvolvimento de Sistemas PRF Multiagência; e
3. Atualização da Conectividade Móvel.

COTIN/AN/MJSP:

1. Fortalecimento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal - SIGA e sua atuação como sistema estruturador das atividades de gestão de documentos de arquivo da Administração Pública Federal por meio de um sistema informatizado estruturante, de acordo com os requisitos do Modelo e-ARQ Brasil SIGAD;

2. Aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Informações do Arquivo Nacional - SIAN e ampliação da disponibilização do acervo em meio digital, com vistas à ampliação da capacidade de recolhimento, custódia e preservação e do acesso aos documentos da Administração Pública Federal;
3. Reestruturação e expansão do cabeamento estruturado da sede e coordenação regional, permitindo agilidade na comunicação de dados, aumentando a disponibilidade e seguranças de dados, além de elevar a qualidade da infraestrutura lógica; e
4. Implantação de infraestrutura que permita a transmissão de dados e informações sem a necessidade do uso de cabos, atendimento a demanda por alta qualidade, eficiência e agilidade, aumentando significativamente a cobertura de acesso à rede local através de equipamentos de radiofrequência.

DTI/PF

1. Falta de engajamento das áreas de negócios para atuarem no processo ágil;
2. Reforçar a estrutura organizacional de TIC da PF para a adequação à realidade atual das responsabilidades e quantidade de processos executados;
3. Criação de unidade organizacional dedicada ao planejamento de contratações para as áreas de desenvolvimento de sistemas e de operação dos ambientes;
4. Prospeção de oportunidades de uso de serviços em nuvem; e
5. Redimensionamento da infraestrutura de rede de longa distância para suportar as novas demandas de serviços de TIC da PF.

INOVAÇÃO E INTEGRAÇÃO

DTIC/SE/MJSP:

1. Baixo entrosamento entre áreas de negócio MJSP e DTIC;
2. Ausência de ferramenta/metodologia para pesquisa de soluções emergentes e inovação;
3. Definição dos requisitos para soluções inovadoras com as áreas de negócio em sintonia com a cadeia de valor;
4. Capacitação de servidores em tecnologias inovadoras;
5. Definição de fluxos de integração de bases de dados;
6. Aumentar a integração com as áreas negociais do MJSP, possibilitando um atendimento mais célere das demandas apresentadas para o atendimento dos projetos prioritários e estratégicos de referidas áreas;
7. Identificação das inovações tecnológicas e como estas podem ser utilizadas nos projetos prioritários das áreas negociais do MJSP;

8. Implantação de soluções inovadoras e integradas de segurança pública;
9. Colaboração entre as unidades vinculadas do MJSP; e
10. Desenvolvimento de aplicações para as áreas de negócio; e
11. Desenvolvimento de fluxos de dados.

DTIC/PRF/MJSP:

1. Solução Federal de Inteligência Artificial.

COTIN/COAD/AN/MJSP:

1. Desenvolvimento de soluções informacionais e tecnológicas voltadas para o reconhecimento e transcrição paleográfica de documentos históricos utilizando inteligência artificial.

DTI/PF

1. Aumentar a integração com as áreas negociais da PF, possibilitando um atendimento mais célere das demandas apresentadas para o atendimento dos projetos prioritários e estratégicos de referidas áreas;
2. Identificação das oportunidades de inovações tecnológicas e como estas podem ser utilizadas nos projetos prioritários das áreas negociais da PF;
3. Colaboração com os demais órgãos do MJSP;
4. Desenvolvimento de soluções de TI de forma colaborativa; e
5. Capacitação de servidores nas ferramentas e técnicas de gestão da inovação.

DIGITALIZAÇÃO DE SERVIÇOS**DTIC/SE/MJSP:**

1. Implementação e acompanhamento do Plano de Transformação Digital do MJSP.

DTI/PF

1. Implementação das adequações dos serviços públicos digitais existentes e desenvolvimento de novas soluções do Plano de Transformação Digital da PF.

PRINCIPAIS RESULTADOS DAS ÁREAS FINALÍSTICAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO - Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira

A efetividade do Estado frente ao combate à criminalidade tem sido um dos grandes desafios enfrentados por governos de todo o mundo. Diante da diversificação do crime em escala internacional e do surgimento de novos produtos e das diferentes formas de atuação das organizações criminosas, o Brasil tem investido, com sucesso no uso de novas tecnologias, na integração, fortalecimento e aprimoramento das instituições de segurança pública e na valorização dos profissionais de segurança pública.

Nesse sentido, o Ministério da Justiça e Segurança Pública definiu, em seu planejamento estratégico, o objetivo de **“Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira”**, visando nortear a execução e o aperfeiçoamento de suas políticas públicas, frente aos desafios que envolvem a área de segurança pública no país.

Para a consecução deste objetivo estratégico, o MJSP vem elaborando e aperfeiçoando suas ações no intuito de contribuir para a criação de um ambiente mais seguro à sociedade, às empresas e ao próprio governo, de modo a mitigar a

violência no país, reverter a sensação de insegurança e proporcionar melhoria na qualidade de vida cotidiana e da própria democracia.

Dentre as principais linhas de atuação do Ministério, destaca-se o uso inteligente da tecnologia e das informações disponíveis ao Estado, com ações voltadas para:

- i) a coordenação estratégica e a integração de dados, oferecendo inteligência analítica aos órgãos de segurança pública para uma tomada de decisão mais efetiva e eficaz quando da proposição de políticas baseadas em evidências;
- ii) o aprimoramento constante no controle sobre rotas de atuação do crime e na articulação internacional;
- iii) a modernização de soluções tecnológicas utilizadas nos órgãos do Ministério e compartilhadas em diversas Unidades da Federação, que contribuem na investigação criminal, na produção de provas, na identificação de criminosos e na resolução de crimes, incluindo aqueles relacionados à lavagem de dinheiro;
- iv) o aperfeiçoamento dos processos de produção e disseminação do conhecimento na área de

inteligência, envolvendo a criação e disponibilização de canal seguro de informações e a capacitação de profissionais para o apoio no combate ao crime organizado; e

v) o fomento para a estruturação nas polícias civis de unidades exclusivas com vistas à prevenção e ao combate à corrupção, assim como o treinamento permanente de forças policiais relacionado à exploração, à análise e ao cruzamento de dados de difícil recuperação obtidos em investigações e operações policiais de combate a crimes e de corrupção.

Outro eixo de atuação do Ministério visa ao aprimoramento do controle de deslocamento de veículos em operações de combate ao roubo, ao furto e à clonagem de veículos em rodovias federais; à diminuição de crimes violentos, tais como homicídios, feminicídios e latrocínios em ações de prevenção social e de repressão policial; e à contenção de crimes transnacionais e delitos conexos às regiões de fronteira e divisas que apresentam elevados índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade socioeconômica, com a intensificação de ações integradas e articuladas junto aos órgãos de segurança pública, de controle aduaneiro, de defesa e outras instituições afins.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

FORTALECER O ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE, COM ENFOQUE EM CRIMES VIOLENTOS, ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS, CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO, INCLUSIVE COM ATUAÇÃO NA FAIXA DE FRONTEIRA

**CADEIAS VINCULADAS AO
OBJETIVO ESTRATÉGICO**

**PREVENÇÃO E COMBATE À
CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE
DINHEIRO**

**GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

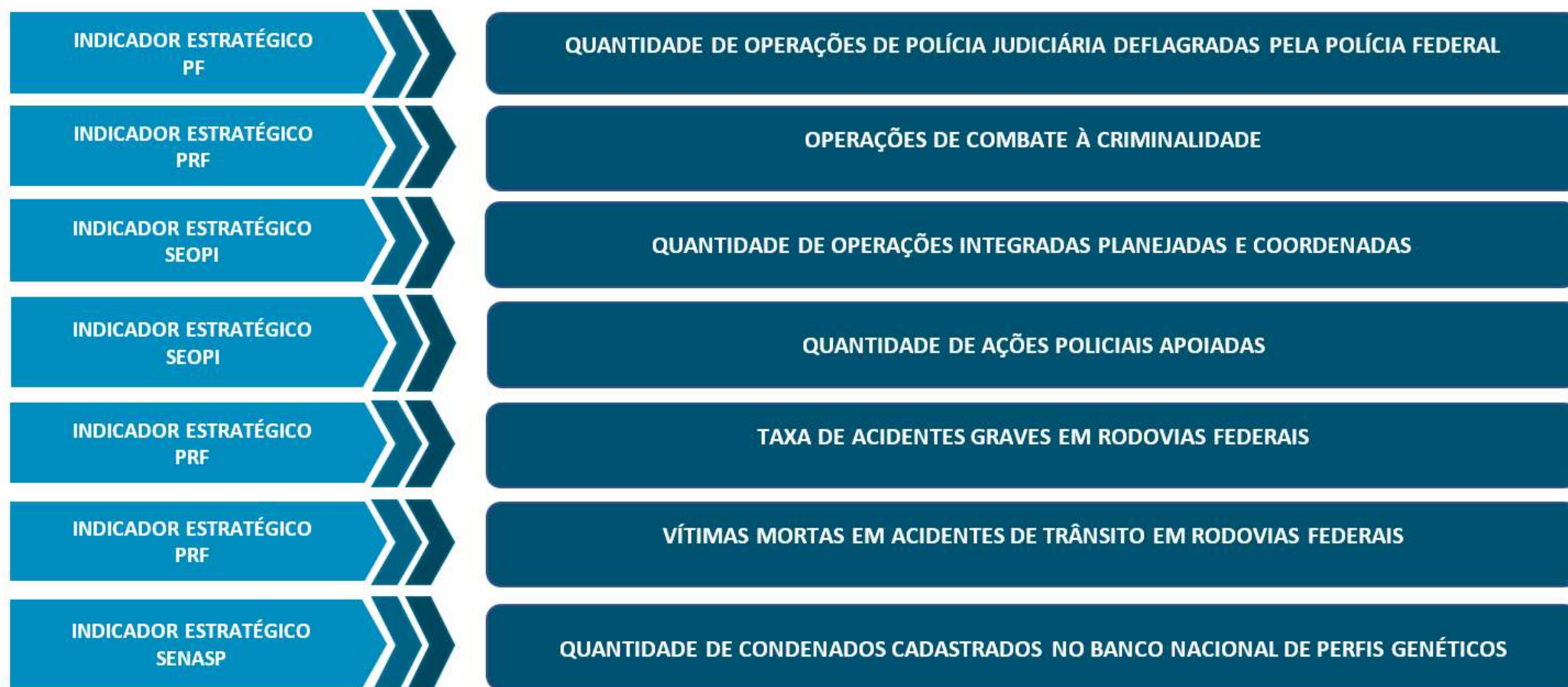
**ENTREGAS PARA A
SOCIEDADE**

**PREVENÇÃO E COMBATE À
CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE
DINHEIRO**

**PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA
SOCIEDADE**

**CUSTO TOTAL DAS
ENTREGAS À SOCIEDADE**

Vinculado ao objetivo estratégico “Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira”, o Ministério dispõe de indicadores estratégicos para o acompanhamento das ações, cujos principais são:



PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE OPERAÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DEFLAGRADAS PELA POLÍCIA FEDERAL

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
4.484	6.885	9.201	9.741	16.626	27.285

Dentre os resultados alcançados no âmbito do objetivo estratégico “Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira”, destacam-se as operações realizadas pela Polícia Federal – PF, as operações de combate à criminalidade realizadas pela Polícia Rodoviária Federal, as operações integradas realizadas e apoiadas pela Secretaria de Operações Integradas – SEOPI, além de outros resultados.

A PF, na função de polícia judiciária da União e no cumprimento de suas atribuições constitucionais, possui como atividade fim, basicamente, a apuração de infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como outras cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme. Tal ação se materializa na forma de investigações criminais, as quais podem resultar, ainda, em deflagração de Operações de Polícia Judiciária para cumprimento de medidas cautelares (a exemplo de prisões, busca e apreensão) durante a investigação, conforme cada caso, antes da produção do relatório final pela autoridade policial.

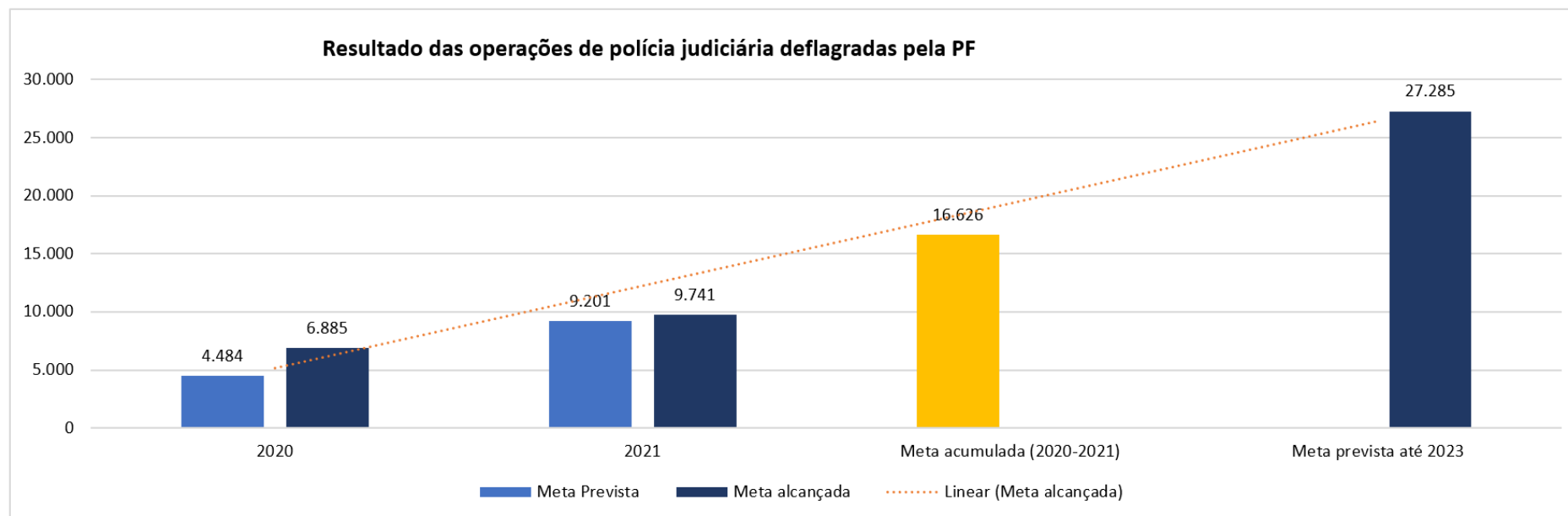
Os resultados operacionais de polícia judiciária no Ministério são obtidos por meio da medição de diversos indicadores internos da PF, que geram o Índice de Produtividade Operacional - IPO, constituído, principalmente, pelas operações deflagradas pelo órgão e outros indicadores associados. No âmbito do indicador estratégico, “Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas”, são mensurados os esforços de atuação do órgão no cumprimento de seus deveres.



Foto: Flickr PF

Portanto, sendo aquele indicador de extrema importância para o Ministério, releva notar que, ao longo do exercício 2021, foram deflagradas operações para o enfrentamento de crimes nas áreas de desvios de recursos públicos, cibernéticos, previdenciários, fazendários, ambientais, defesa institucional, direitos humanos, tráfico de drogas, financeiros e contra o patrimônio, apresentando resultados bastante relevantes para o país.

Ao longo de 2021, a Polícia Federal deflagrou 9.741 operações de polícia judiciária, ultrapassando em 5,8% a meta prevista para o período, que era de 9.201. O resultado foi 29% maior que o número de operações realizadas no ano de 2020, conforme demonstrado no gráfico. Considerando o acumulado dos anos de 2020 e 2021 já foram realizadas 16.626 operações, o que representa o alcance de 61% do total da meta a ser atingida até o ano de 2023.



Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP

O Ministério, por meio da PF, alcançou diversos resultados operacionais relevantes, a fim de contribuir para o alcance do objetivo estratégico e no âmbito das ações que visam fortalecer o enfrentamento à criminalidade, por meio da desarticulação das organizações criminosas, o combate a crimes cibernéticos, à corrupção, à lavagem de dinheiro, contra a humanidade, entre outros.

As atividades investigativas do Governo Federal superaram as limitações impostas pela crise sanitária em razão da pandemia da COVID-19 e, no exercício de 2021, foram deflagradas 182 operações especiais de polícia judiciária voltadas ao combate à corrupção e desvio de recursos públicos federais, as quais resultaram na apreensão de bens e valores em montantes históricos.

Ressalte-se que 57 dessas investigações especiais tiveram por objetivo específico desarticular esquemas de desvio de recursos públicos destinados pelo Governo Federal para o combate à pandemia COVID-19, em ações operacionais que resultaram no cumprimento de 739 mandados de busca e apreensão

e 84 mandados de prisão em todos os Estados da Federação.

Ainda no contexto do combate à corrupção, o Governo Federal atuou ativamente na repressão às fraudes no Auxílio Emergencial, no FGTS Emergencial e no Benefício Emergencial, decorrentes da Pandemia de Covid-19, resultando em 140 operações deflagradas para cumprimento de 584 mandados de busca e apreensão e 72 mandados de prisão.

A taxa de efetividade dessas investigações alcançou o percentual de 92,16% e essas rotinas serão mantidas enquanto durar a situação emergencial.

Ressaltam-se ainda as ações desenvolvidas no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, principal rede de articulação para o arranjo e discussões para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate a esses crimes.

No ano de 2021, a ENCCLA trabalhou para a execução de 11 novas ações, dentre as quais a elaboração da 18ª edição de estudos de temáticas como o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro nos crimes ambientais e na cadeia produtiva do ouro que, pela primeira vez, foram abordados como objetos específicos de Ações da ENCCLA.

Destaca-se ainda, as ações desenvolvidas no âmbito do projeto estratégico que visa o fomento à criação e à estruturação de unidades de combate à corrupção nas polícias civis. O referido projeto conseguiu criar no âmbito das Polícias Civis de todas as unidades da federação, uma estrutura voltada exclusivamente ao combate à corrupção, fornecendo recursos materiais e treinamentos específicos sobre a temática.

No contexto de repressão e combate a crimes ambientais e contra as comunidades indígenas, a PF deflagrou 24 operações, todas elas executadas no interior de terras indígenas em todas as regiões do Brasil. Trata-se de incremento na ordem de 42% (quarenta e dois por cento) do quantitativo operacional em relação ao ano anterior.

Visando melhorar a eficiência e a eficácia das operações voltadas à prevenção, repressão e elucidação de crimes e de desastres ambientais em todo território nacional, destaca-se as ações realizadas no âmbito do Projeto Estratégico Brasil M.A.I.S. (Meio Ambiente Integrado e Seguro).

Ao longo de 2021, o projeto realizou capacitações avançadas para uso de ferramentas, no âmbito da RedeMAIS, além da inclusão de dezenas de instituições na RedeMAIS, que conta atualmente com mais de 180 instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais,

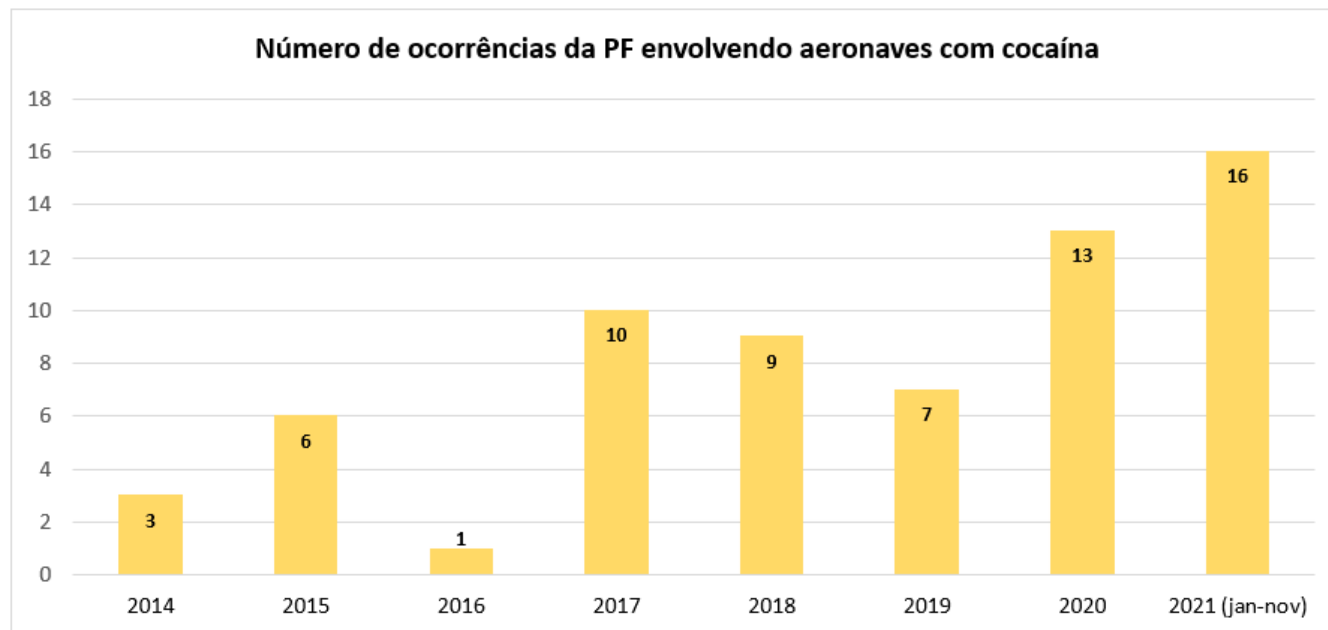
com diferentes níveis de acesso aos produtos e serviços disponibilizados pelo projeto.

Os resultados catalogados no âmbito do Brasil M.A.I.S. em 2021, a partir da veiculação de 67 operações na imprensa envolvendo órgãos e entidades integrantes da RedeMAIS, foram:

- Efetivo empregado em operações: 2.482
- Mandados de busca e apreensão cumpridos: 322
- Mandados de prisão cumpridos: 37
- Prisões preventivas: 11
- Prisões em flagrante: 29
- Multas aplicadas: R\$ 123,17 milhões
- Apreensões: R\$ 723 mil
- Danos ambientais apurados: R\$ 252 milhões
- Bens bloqueados: R\$ 808 milhões
- Máquinas e equipamentos apreendidos / inutilizados: 480
- Áreas embargadas: 7.533 hectares
- Madeira apreendida: 405 m³
- Maconha apreendida: 1,463 toneladas
- Pés de maconha erradicados: 1,621 milhões

Ainda por meio de suas operações, a PF apreendeu, em 2021:

- a) mais de 9.000 Mandados de Busca e Apreensão cumpridos;
- b) mais de 10.000 Mandados de Prisão cumpridos;
- c) 1,9 bilhão de potencial prejuízo evitado à União, em se tratando de crimes previdenciários;
- d) mais de 2 mil armas apreendidas;
- e) no âmbito dos portos nacionais foram registradas 106 ocorrências, resultando na apreensão de mais de 46 mil kg de cocaína; e
- f) nas ocorrências realizadas nos aeroportos brasileiros ou envolvendo aeronaves pequenas, foram realizadas 467 prisões, além da apreensão de mais de 6 toneladas de cocaína.



Fonte: PF

Também foram realizadas operações visando a erradicação de cultivos ilícitos, no Brasil (estados de Pernambuco, Maranhão, Bahia e Pará) e no Paraguai, com a participação do Comando de Aviação Operacional, resultando na erradicação de mais de 2 milhões de pés de maconha.

No contexto de repressão e combate ao crime de redução à condição análoga à de escravo (art. 149 do CP), foram realizadas 47 operações policiais especiais, o que representa um surpreendente aumento na ordem de 470% (quatrocentos e setenta por cento) do quantitativo operacional em relação ao ano anterior.

A PF também envidou esforços no combate ao crime de descaminho, que se caracteriza pela evasão aduaneira com caráter de transnacionalidade onde o indivíduo não paga o devido tributo. Em 2021 os bens mais apreendidos em razão do crime de descaminho foram: equipamentos de pesca e outros (77%); garrafas de vinho (15,5%) e aparelhos eletrônicos (7,5%).

As operações da PF resultaram ainda na apreensão e perícia significativa de moedas falsas, sendo observado um aumento de 24% desse tipo de crime, no ano de 2021, conforme demonstrado no quadro ao lado:

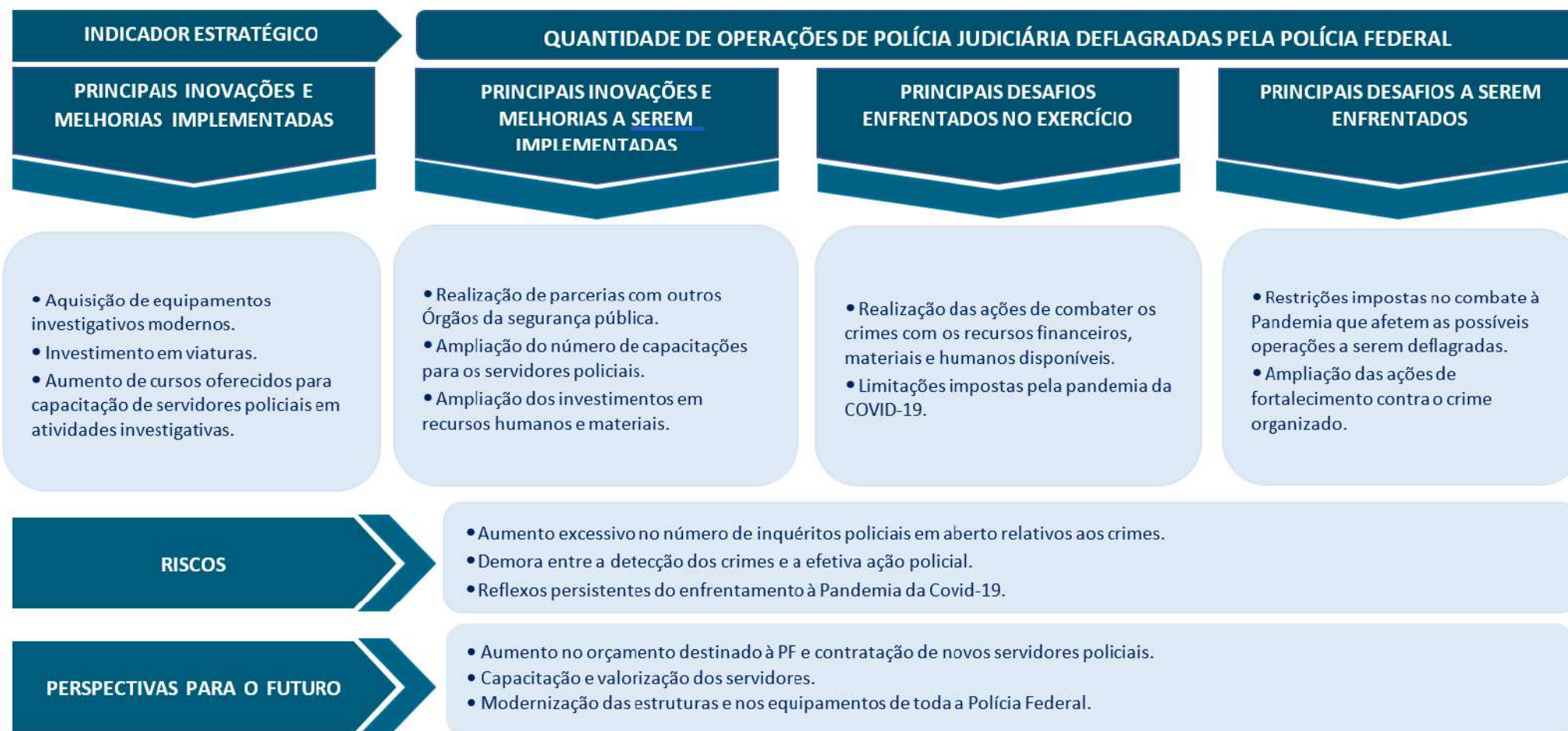
QUANTITATIVO DE CÉDULAS FALSAS APREENDIDAS E PERICIADAS PELA PF		
2019	2020	2021
54.935	114.636	142.684

Fonte: CGFAZ/PF

Como estratégia para implementação do projeto estão sendo utilizados, inicialmente, sistemas e rotinas já conhecidos no âmbito da Polícia Judiciária, mas com a supressão de atividades desnecessárias agora com o meio digital. Assim, sem avançar nas primeiras versões, vem sendo garantido aos usuários tranquilidade na mudança de paradigma do meio físico para o digital. Além disso, também estão sendo aproveitadas soluções de interface consagradas em outros sistemas, o que facilita o aprendizado dos usuários e contribui na redução desse tempo.

Visando dar celeridade e promover a desburocratização e economia dos recursos utilizados nas investigações criminais, a PF instituiu, no seu rol de projetos estratégicos, o projeto estratégico e-POL, que busca informatizar, centralizar e integrar os dados das investigações criminais. Assim, âmbito do referido projeto, em 2021, obteve-se a marca de 99,4% dos inquéritos policiais da Polícia Federal em andamento já em meio digital, aumento do índice de solução de inquéritos policiais para 81,52% e redução do tempo de duração dos inquéritos policiais. Comparando-se a duração dos inquéritos físicos e digitais instaurados em 2020 e relatados em 2021, foi possível observar uma redução de 60 dias a partir da digitalização dos inquéritos, no e-Pol.

O incremento nos resultados da meta, apresentados por meio do indicador, foi fruto de inovações e melhorias implementadas pelo órgão, frente aos desafios e riscos enfrentados.



INDICADOR ESTRATÉGICO

OPERAÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
465	3.295	5.137	5.169	8.464	12.563

A PRF, na sua função institucional, cumpre seu papel de policiamento ostensivo nas rodovias federais e áreas de interesse da União, com a ação ostensiva, entrega maior sensação de segurança aos usuários das rodovias federais e áreas de interesse da União, contribui ainda diretamente com o aumento de apreensões nas rodovias e com consequente diminuição de circulação de drogas, armamentos e outros produtos ilícitos, promovendo maior retorno de bens furtados/roubados à população, dentre outras entregas. Além disso, contribui para o aumento da sensação de segurança, assegurando a livre circulação dos usuários, bens e riqueza nacional que utilizam as rodovias federais e áreas de interesse da União.

Um indicador acompanhado no âmbito do objetivo estratégico “Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira”, é a quantidade de operações de combate à criminalidade, realizadas pela Polícia Rodoviária Federal - PRF.

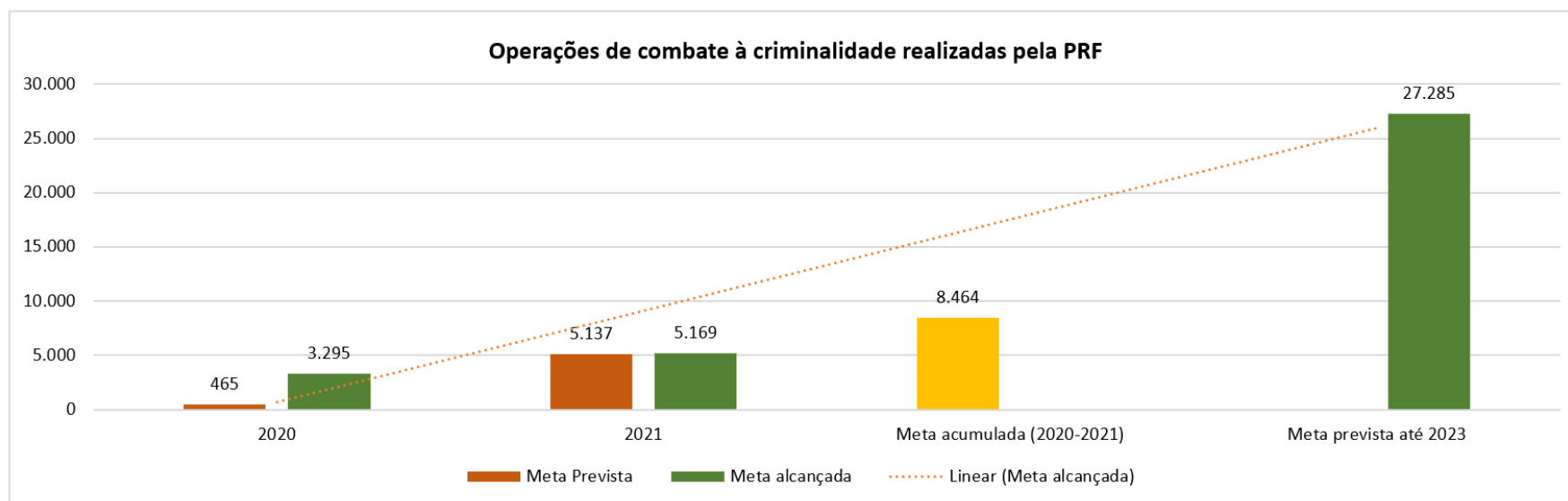
Altos índices de criminalidade concentrados em determinada região indicam a necessidade de reforço nas atividades operacionais para a repressão da delinquência. Nesse sentido, o indicador tem por objetivo traduzir o esforço operacional da PRF no combate à criminalidade, no âmbito de sua competência, por meio do acompanhamento dos desdobramentos das operações ostensivas de enfrentamento à criminalidade, dadas através das ações de policiamento e de inteligência.

Cabe ressaltar que, para que o indicador contabilize a ação como operação é necessário que a atividade atenda aos requisitos do Manual de Gestão Operacional, instituído pela Diretoria de Operações, que define operações como atividades operacionais planejadas, organizadas e executadas com o emprego de meios adicionais para potencializar o alcance de um resultado específico. Ocorre em função de demandas eventuais ou rotineiras, e podem ser de caráter nacional, regional, local ou internacional mediante acordos. Poderá ocorrer com a participação de outros órgãos, na modalidade integrada ou conjunta.

Ao longo de 2021, a PRF realizou 5.169 operações policiais nas rodovias federais para combater o crime organizado, o tráfico de drogas, o roubo de cargas, o roubo de veículos, o roubo a veículo coletivo de passageiros e os crimes conexos. O resultado foi 60% maior que o número de operações realizadas no ano de 2020, conforme demonstrado no gráfico. Considerando o acumulado dos anos de 2020 e 2021 já foram realizadas 8.464 operações, o que repre-

sendo o alcance de 67% do total da meta a ser atingida até o ano de 2023.

Observa-se um aumento do número de operações na ordem de 56% em 2021, quando comparado a 2020, com destaque ao efetivo acompanhamento das operações com granularidade por delegacia. O referido indicador traduz o esforço operacional da PRF, contabilizando as operações ostensivas de enfrentamento à criminalidade através das ações de policiamento e de inteligência.



Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP

Como resultado dessas operações, houve:

- a) a apreensão de 583,6 toneladas de maconha e 40,2 toneladas de cocaína/cloridrato de cocaína, representando um aumento de 33% da quantidade apreendida no ano anterior, que corresponde num prejuízo financeiro estimado às organizações criminosas na ordem de 2,3 bilhões;
- b) a apreensão de aproximadamente 78,9 milhões de pacotes de cigarros descaminhados;
- c) a detenção de mais de 43 mil pessoas;
- d) 2.272 armas, 107,5 munições e mais de R\$ 41 milhões em espécie foram retirados de circulação, diminuindo os recursos das organizações criminosas, minimizando confrontos armados e saturando áreas estratégicas, seja pela presença ostensiva das forças de segurança ou pelo controle por meio de recursos tecnológicos; e

- e) recuperação e devolução aos seus proprietários mais de 11 mil veículos objetos de furto ou roubo, cerca de 25% a mais que no exercício de 2020; e
- f) mais de 17,8 milhões de veículos e pessoas fiscalizadas, resultando em mais de 33,9 mil motoristas flagrados dirigindo sob efeito de álcool.

Em apoio às ações para combate à extração ilegal ou excessiva de fauna e flora silvestres, e alinhado à agenda de biodiversidade, em 2021 foram resgatados, em fiscalizações nas rodovias federais, mais de 18 mil animais silvestres, e apreendidos, aproximadamente, 36 mil m³ de madeira em situação irregular.

Para o alcance dos resultados, a PRF conta com o Programa Alerta Brasil 3.0, que visa coibir a prática de ilícitos por meio de monitoramento de veículos nas rodovias federais, com a utilização de câmeras equipadas com leitor de placas. No ano de 2021, o Programa foi expandido para todos os Estados e o Distrito Federal, capturando diariamente em torno de 35 milhões de passagens únicas de veículos em todo o país. O sistema é utilizado por inúmeras agências de aplicação da lei. São 52 órgãos parceiros que enviam dados ao sistema, 41 empresas integradoras, 974 municípios atingidos e 232 rodovias impactadas.

No âmbito do fortalecimento das instituições de segurança pública para o cumprimento de sua missão institucional, a PRF realizou concurso público, sendo nomeados, em 2021, 1.464 novos policiais para compor a força de trabalho do órgão. Para 2022 está prevista a nomeação de mais 1500 policiais, visando diminuir o déficit de pessoal da PRF.



INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE AÇÕES POLICIAIS APOIADAS PELA SEOPI

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
20	109	250	378	487	920

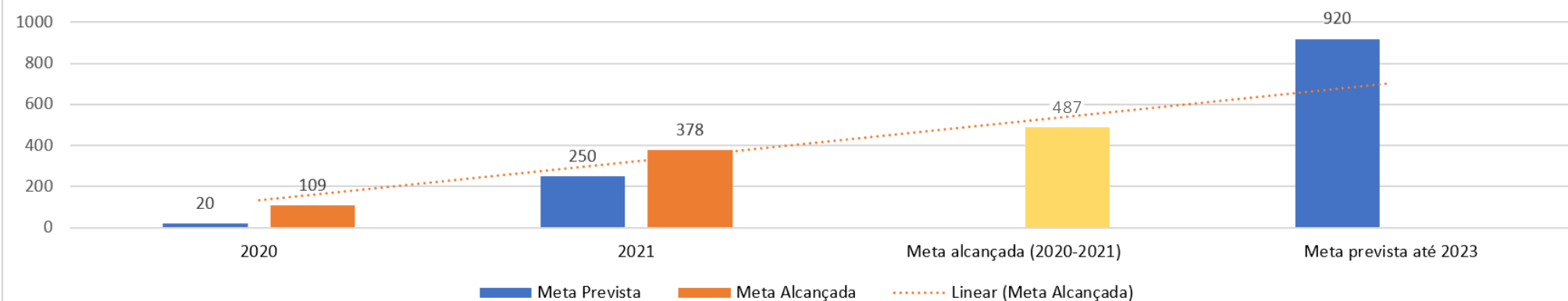
INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE OPERAÇÕES INTEGRADAS PLANEJADAS E COORDENADAS PELA SEOPI

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
20	27	20	37	64	80

Uma das competências da Secretaria de Operações Integradas - SEOPI é promover a integração dos órgãos de segurança pública por meio de operações policiais. Nesse sentido, o indicador que acompanha o apoio da SEOPI às ações policiais, visa medir a atuação do Governo Federal no apoio e assistência às forças de segurança pública do país, com o objetivo de auxiliar na melhoria das atividades desempenhadas no combate ao crime organizado. Ao longo de 2021, por meio da SEOPI, foram apoiadas 378 ações policiais, um resultado 51% maior que a meta prevista para o período e um número quase 4 vezes maior que a quantidade de operações apoiadas no ano anterior.

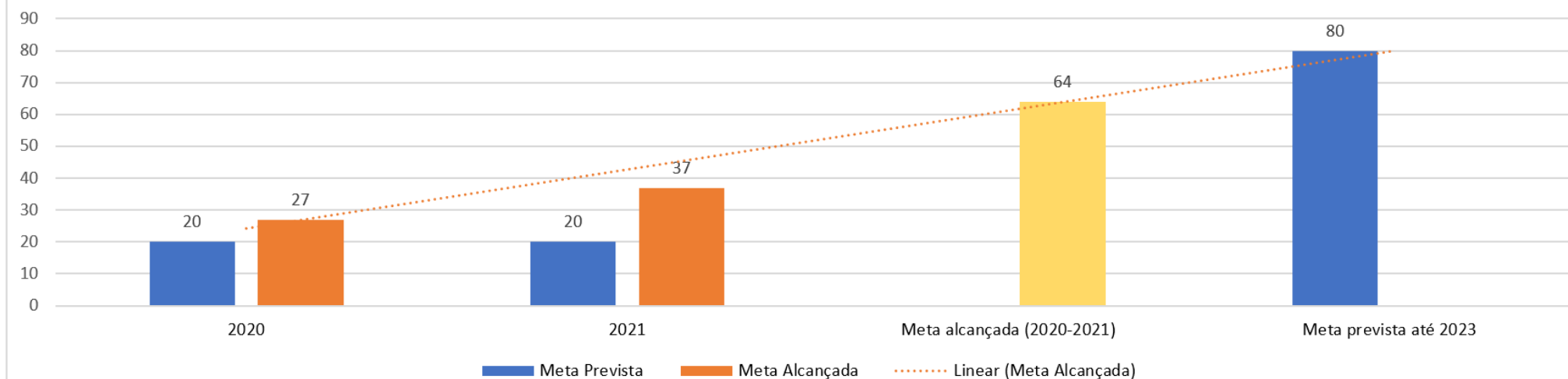
Ações Policiais Apoiadas pela SEOPI



Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP

Ainda com o objetivo de contribuir para o alcance do objetivo estratégico, por meio do enfrentamento ao crime organizado e combate aos crimes de tráfico de drogas, contrabando de cigarros, receptação (crimes transfronteiriços), homicídios, porte e posse ilegal de armas de fogo, estelionatos em redes sociais, abuso ou exploração sexual infantil, violência contra a mulher e ao idoso, pirataria digital e outros, a SEOPI coordenou, planejou e executou, em 2021, 37 operações integradas no país. Um resultado 85% maior que a meta estabelecida para o ano e 37% superior à quantidade de operações realizadas em 2020. O acumulado dos dois anos representa um alcance de 80% da meta estabelecida no Planejamento Estratégico do MJSP a ser cumprida até o ano de 2023.

Operações Integradas Planejadas e Coordenadas pela SEOPI



Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP

Como resultado, entre operações executadas e apoiadas, em 2021 pela SEOPI, foram apreendidas mais de 11 mil armas de fogo, além de um total de 947.374,71 toneladas de drogas.

Dentre as operações apoiadas e coordenadas, a SEOPI alcançou importantes resultados. No âmbito do combate aos crimes ambientais, destaca-se a Operação Guardiões do Bioma, que contou com cerca de 11 mil profissionais atuando na região da Amazônia, Cerrado e Pantanal. Foram combatidos 17 mil incêndios florestais, realizadas 3.200 ações preventivas, resgatados 1.500 animais e apreendidos 5 mil m³ de madeira. O investimento foi de aproximadamente R\$ 60 milhões.

No âmbito do combate à exploração sexual de crianças e adolescente, por meio de cinco operações integradas:

a) Operação Acalento; b) Operação Parador 27; c) Operação Luz na Infância – Fase 8; d) Operação Pirataria Digital; e e) Operação 404.3, que contaram com a participação das 27 Unidades Federativas, obtendo os seguintes resultados:

- 26.506 vítimas atendidas;
- mais de 1.600 pessoas presas;
- 509 mandados de prisão cumpridos;
- 115 mandados de busca e apreensão de menor cumpridos;
- 367 mandados de busca e apreensão domiciliar cumpridos;
- 999 Autos de Prisão em flagrante lavrados;
- 8.808 inquéritos policiais instaurados;
- 5.109 inquéritos policiais concluídos;
- 1.674 termos circunstanciados de ocorrência lavrados;
- 1.705 medidas de proteção às vítimas solicitadas; e
- 22.143 visitas e diligências policiais realizadas em mais de 1.454 municípios.

Diante da importância do enfrentamento à violência doméstica, sobretudo durante o período de pandemia do novo coronavírus, o Governo Federal intensificou ainda mais as ações. Por meio de duas operações integradas (Maria da Penha e Resguardo), com a participação das 27 Unidades Federativas, os resultados foram expressivos: cerca de 316.298 mil vítimas atendidas, 51.551 denúncias apuradas, 68.210 inquéritos instaurados, 47.136 inquéritos concluídos, 1.431 mandados de busca e apreensão cumpridos, 2.582 mandados de prisão cumpridos, 24.565 pessoas presas, 1.367 armas apreendidas e 101.707 Medidas Protetivas de Urgência solicitadas. Ademais, foi instituído o Programa de Prevenção à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Pro-Mulher, o qual contemplou mais de 127 mil mulheres por meio de suas ações. Estas iniciativas serão ampliadas em 2022 por meio de capacitações e treinamentos junto aos conselhos comunitários e instituições públicas, visando coibir a violência doméstica.

Com vistas ao combate à violência contra o idoso, foi deflagrada a Operação Vetus II, com a participação de 26 Unidades Federativas, abrangendo 2.399 municípios, apresentando os seguintes resultados:

- Participação de 26 UFs;

- 2.399 municípios abrangidos;
- 15.863 denúncias de violência contra idosos apuradas;
- 16.479 visitas/diligências realizadas;
- 17.250 vítima atendidas;
- 225 vítimas resgatadas;
- 1.139 medidas protetivas solicitadas;
- 416 pessoas presas;
- 34 Menores apreendidos;
- 294 Autos de Prisão em Flagrante lavrados;
- 142 mandados de prisão cumpridos;
- 102 mandados de busca e apreensão cumpridos ;
- 2.518 inquéritos policiais instaurados;
- 1.326 inquéritos policiais concluídos;
- 1.373 Termos Circunstanciados de Ocorrência lavrados; e
- 8.420 Boletins de ocorrências circunstanciado lavrado.

Destaca-se ainda a atuação do Ministério no combate ao crime organizado e na fiscalização e controle na faixa de fronteiras e divisas. Nesse

sentido, o Programa V.I.G.I.A. apresentou, em 2021, importantes resultados, destacando-se as grandes apreensões de ilícitos e o elevado número de prisões de criminosos durante as operações. Por meio do programa, foram realizadas diversas operações, dentre as quais 13 ações da Operação Hórus na faixa de fronteira e divisas.

PROGRAMA V.I.G.I.A. NO ANO DE 2021

Apreensão	Drogas (kg)	Cigarros (Maços)	Embarcações	Veículos	Prejuízo estimado aos criminosos(R\$)	Prejuízo evitado cofres públicos(R\$)	Armas	Agrotóxicos (kg)	Celulares (un)	Pneus (un)	Prisões e Apreensões de Menores
jan/21	29.155,17	2.917.170	13	205	106.469.861	13.999.499	121	8.484	879	190	434
fev/21	60.792,53	5.864.170	23	230	180.175.039	28.130.064	160	2.882	3.421	51	570
mar/21	33.621,24	2.694.708	22	330	244.838.050	12.919.859	140	8.530	2.125	360	564
abr/21	56.813,15	3.848.498	16	289	217.697.268	18.468.942	145	853	373	287	670
mai/21	64.177,50	3.382.562	11	373	210.365.694	16.220.414	184	2.429	1.047	881	729
jun/21	64.436,20	2.351.030	14	305	261.203.224	11.282.592	218	15.061	823	318	695
jul/21	92.877,12	2.381.279	19	324	281.873.316	11.495.684	161	12.831	816	256	765
ago/21	47.624,90	2.055.100	20	355	209.413.439	9.862.429	212	2.090	1.009	1.907	763
set/21	32.673,14	3.182.619	31	261	238.435.411	16.900.184	172	148.962	545	894	699
out/21	49.959,47	4.505.588	15	298	299.915.757,70	21.579.406,81	173	10.971	437	401	667
nov/21	29.874,76	3.365.580	8	247	172.399.344,70	16.151.418,42	151	10.822	741	449	625
dez/21	30.352,34	2.426.710	7	226	146.735.449,89	11.625.435,54	200	36.640	150	341	619
Total	592.357,52	38.975.014	199	3.443	2.569.521.854	188.635.928	2.037	260.555	12.366	6.335	7.800

Fonte: SEOPI

Foram investidos um total de R\$ 51.530.792,94 com o custeio de verbas indenizatórias destinadas aos operadores (média de 870 operadores/dia) que atuaram na operação Hórus no âmbito do Programa V.I.G.I.A. no ano de 2021.

Também foram realizadas 44 capacitações (cursos e treinamentos operacionais) propostas ou apoiadas pelo Programa V.I.G.I.A., totalizando um investimento de R\$ 2.144.813,53 no ano de 2021. Além disso, foram realizados treinamentos operacionais, que consistem em uma modalidade educacional descentralizada, voltada para as unidades que compõe o V.I.G.I.A, com o propósito de alcançar e capacitar os operadores da segurança pública, defesa, fiscalização e controle.

Por fim, em 2021 foram investidos R\$ 79.614.758,57 em aquisições/investimentos em equipamentos destinados às unidades que integram o Programa V.I.G.I.A.

Destaque também para a Operação Narco Brasil, realizada na Semana Nacional de Combate às Drogas, e a Operação Cangalha, voltada ao combate ao crime organizado na região Nordeste. Juntas, as operações apresentaram resultados expressivos, com prejuízo ao crime da ordem de mais de R\$ 2,5 bilhões. Também foram realizadas ações de capacitações (dos mais variados temas operacionais), destinadas aos operadores que

atuam no âmbito das referidas operações, além de importantes aquisições de equipamentos de qualidade ímpar, os quais foram destinados às unidades que possuem atuação contínua e integrada no V.I.G.I.A.

No cenário internacional o Ministério, por meio da SEOPI, atua no combate às organizações criminosas, seus membros, parceiros e ramificações. Assim, foram coordenadas para deflagração conjunta, diversas operações, em especial a Operação Trigger IV, cooperação nacional e internacional na troca de informações sobre o tráfico de armas e crimes vinculados. Organizada pelo Programa de Armas de Fogo da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL) em cooperação com o Programa Global de Armas de Fogo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a operação foi conduzida de forma simultânea nos seguintes países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. No Brasil, a Operação Trigger IV contou com a participação das 27 Unidades Federativas, resultando em 3.926 armas de fogo apreendidas; 41.341 munições apreendidas; 20.731 kg de drogas apreendidas; e mais de 3.503 prisões.

No âmbito do combate a crimes cibernéticos,

também foram realizadas diversas ações, com destaque para a Operação Brick, deflagrada com o objetivo de desarticular organizações criminosas dedicadas à prática de crimes de pirataria em videogames. A ação fez parte de uma mobilização coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública por intermédio do Laboratório de Operações Cibernéticas - CIBERLAB, da Coordenação-Geral de Combate ao Crime Organizado da SEOPI, e contou com a participação dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Foram cumpridos 07 mandados de busca e apreensão, 34 bloqueios e/ou suspensão de sites e exclusão de perfis em plataformas de comércio eletrônico. Além disso, a operação atuou no sentido de inutilizar os consoles adaptados para prática de pirataria, bem como tornar indisponíveis os serviços criminosos que violam os direitos autorais.

De forma integrada, a SEOPI contribuiu na implementação de ações com foco no enfretamento à lavagem de dinheiro perpetrada por organizações criminosas, visando o enfraquecimento dessas organizações a partir do ataque direto ao seu núcleo financeiro. Nesse sentido, a SEOPI atua apoiando ações de combate aos crimes praticados no espaço cibernético e na integração e uniformização de investigações de infrações penais

que envolvam criptoativos, por meio da conexão de unidades investigativas de todo o País e do apoio investigativo. Durante o ano de 2021, foram apoiadas as seguintes investigações:

- **Operação Black Monday:** realizada pelo Ministério Público de Minas Gerais, com apoio das Polícias Cíveis de Goiás, Pernambuco, São Paulo, Paraíba, Bahia, Alagoas, Goiás, Maranhão, Rondônia, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, por meio do qual foram cumpridos 29 mandados de busca e apreensão e seis mandados de prisão;

- **Operação Kryptos / Faraó dos Bitcoins:** realizada pela Polícia Federal, com o apoio do MJSP, Receita Federal, foi desarticulada uma organização criminosa, tipo pirâmide, com a apreensão de valores em criptomoeda, espalhadas em 182 contas, com a totalização de R\$ 1.200.000.000,00 aproximadamente;

- **Operação VERITAS:** realizada pela Polícia Civil do RJ, com apoio da Polícia Civil de Pernambuco, foi desarticulada uma organização criminosa que fraudava folhas de cheques e clonava cartões de crédito com vítimas em todo o país. As investigações apontam para o envolvimento de policiais militares e civis nos crimes, bem como funcionários de instituições financeiras, e estes fazem uso de criptoativos para lavar e ocultar seus lucros;

- **Operação PONZI:** realizada pela Polícia Federal, Polícia Civil e Ministério Público, em Santa Fé do Sul/SP, foi desarticulada uma organização criminosa, que oferecia altas taxas de juros remuneratórios que chegavam até 6% ao mês. Os valores eram pagos com recursos de novos investidores, caracterizando um esquema de pirâmide financeira. O grupo teria movimentado mais de R\$ 100 milhões nos últimos quatro anos; e

- **Operação OCTOPUS:** realizada pela Polícia Civil de GO, com apoio do MJSP, foi desarticulada uma organização criminosa, baseada na oferta de serviço, com ganhos na taxa de corretagem para intermediação de apostas em jogos esportivos e investimentos em criptoativos. Houve a primeira apreensão de criptomoedas de forma in loco em Goiás e conseguiu o bloqueio de R\$ 20 milhões em contas de um grupo suspeito de montar uma pirâmide financeira, que causou prejuízo a centenas de investidores no estado.

Ainda na área de Operações Cibernéticas, destaca-se os trabalhos desenvolvidos pela SEOPI no âmbito do Laboratório de Inteligência Cibernética, composto por policiais especializados em investigação/inteligência de crimes e ou incidentes praticados no espaço cibernético, que atuam na produção e no envio de relatórios acionáveis para Unidades Policiais dos estados, com indícios de

autoria e materialidade delitiva de diversas modalidades de crimes cibernéticos. Além disso, o Laboratório de Operações Cibernéticas fomenta, apoia e coordena operações nacionais de polícia judiciária voltada para repressão aos crimes cibernéticos. Foi no âmbito dessas ações de inteligência apoiadas pela SEOPI que, no ano de 2021, foram impedidos diversos ataques a escolas de todo o país, tais como:

- 05/05/2021 – O Laboratório de Operações Cibernética da SEOPI, acionado pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – ONDH, impediu o ataque em uma Escola de Cabo Frio-RJ;

- 20/05/2021 - Impedimento de ataque à escola na cidade de Valinhos/SP;

- 20/05/2021 - Impedimento de ataque à escola na cidade de Dourados/MS;

- 21/05/2021 - Impedimento de ataque à escola no Distrito Federal;

- 27/05/2021 - Impedimento de ataque a escola no Estado de Goiás;

- 28/05/2021 - Impedimento de ataque à escola no Estado de Minas Gerais;

- 01/06/2021 - Impedimento de ataque à escola pública na cidade de Palmas/PR;

- 01/07/2021 - Impedimento de ataque à escola pública na cidade de Santa Rita/PB; e

- 15/08/2021 - Ação conjunta entre as Polícias Civis de Goiás e Rio Grande do Norte evitou massacres planejados para serem executados em duas escolas no Estado do Rio Grande do Norte.

Já por meio do Projeto M.O.S.A.I.C.O. (Modernização de Operações de Segurança Pública com Autonomia e Integração para o Combate a Organizações Criminosas), que tem por objetivo geral incentivar a desarticulação de organizações criminosas por meio de investigações criminais, especialmente investigações patrimoniais direcionadas à sua descapitalização, bem como a atuação em rede integrada dos profissionais dedicados a essas investigações e a recuperação de ativos, propiciando ciclo virtuoso na reversão dos ativos criminosos às Polícias, foi possível apoiar as seguintes operações:

- **Operação Calcanhar de Aquiles:** Realizada pela Polícia Civil de Pernambuco e deflagrada em 03 (três) Estados: Pernambuco, Minas Gerais e Mato Grosso, resultando no cumprimento de mandados de prisão preventiva de pessoas investigadas por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro; mandados de busca e apreensão; bloqueio de R\$ 90 milhões (noventa milhões de reais) em bens. Par-

ticiparam da Operação 70 agentes de segurança pública;

- **Operação Inventário:** Conduzida pela Polícia Civil do Estado do Piauí, o MJSP, por meio da SEOPI, auxiliou na deflagração da fase ostensiva da Operação Inventário, contra crimes de estelionato e lavagem de dinheiro. Com o trabalho de integração dos órgãos de segurança pública dos estados e suporte logístico da SEOPI às polícias civis do Piauí, São Paulo, Paraná e Paraíba, foram cumpridos 11 mandados de prisão, 8 mandados de busca e apreensão e bloqueio judicial de bens obtidos como proveito do crime. Foram alvos dessa fase da Operação advogados, empresários e servidores públicos que concorreram para a prática desses crimes. Estima-se que as fraudes, até então identificadas, tenham rendido aproximadamente R\$ 2 milhões à organização criminosa;

- **Operação Suborno:** A SEOPI apoiou a Polícia Civil de Pernambuco na deflagração de operação em 5 Estados (Pernambuco, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte), com o objetivo de desarticular associação criminosa envolvida com a prática de tráfico de entorpecentes e lavagem de dinheiro. Foram cumpridos 21 mandados de prisão e 26 mandados de busca e apreensão domiciliar, que resultaram na localização de uma pistola .45, diversas joias, 14 relógios da marca

Rolex, aproximadamente R\$ 500.000,00 (meio milhão de reais) em espécie, \$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos dólares americanos) e € 80,00 (oitenta euros). Ainda foram cumpridos mandados judiciais de sequestro de 2 imóveis (um posto de combustíveis e um apartamento), apreensão de 10 veículos e bloqueio de ativos financeiros na ordem de R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais). Participaram da operação 130 agentes de segurança pública;

- **Operação Irmandade:** A SEOPI apoiou a Polícia Civil do Rio Grande do Sul na deflagração de operação em 6 Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará. A Operação contou com cerca de 330 agentes de segurança pública nos 6 estados, cumprindo 72 mandados de busca e apreensão, 3 de prisão preventiva e 1 em flagrante delito, além de bloqueio/ indisponibilidade de ativos financeiros, veículos e imóveis, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará. Foram apreendidos 1 arma de fogo, 22 veículos, 2 imóveis e dinheiro em espécie (R\$ 173.104,00). Totalizando cerca de R\$ 3.500.000,00 em apreensões.

- **Operação Vesúvio:** Investigada desde 2020, a organização criminosa que atuou em incêndio de caminhões do tipo cegonha, explosão e dano qualificado foi desarticulada. A 'Operação Vesúvio'

investigou incêndio que atingiu oito caminhões do tipo cegonha carregados com 74 veículos e um galpão com 26 ônibus, em 2020, na cidade de Goiana - PE. A ação teve o envolvimento de mais de 30 profissionais de segurança pública e foi coordenada pela Polícia Civil de Pernambuco, com o apoio da Polícia Rodoviária Federal e das polícias civis de São Paulo e Minas Gerais. A Operação teve o apoio logístico e operacional da SEOPI/MJSP, que viabilizou o trabalho conjunto das polícias dos estados; e

- **Operação Conexão Sul:** A SEOPI apoiou a Polícia Civil do Rio Grande do Sul na deflagração de operação em 4 Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. A operação contou com 154 agentes de segurança pública, cumprindo 20 mandados de busca e apreensão e 20 de prisão, resultando em 15 presos, 01 arma de fogo apreendida, com a finalidade de desarticular organização criminosa que atua em roubos de cargas.

A SEOPI também atuou por meio de forças-tarefas, importante forma de combate ao crime organizado promovidas pelo MJSP. Elas objetivam uma ação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre os órgãos de segurança pública da União, dos estados e do Distrito Federal, para o enfrentamento de crimes praticados por organizações criminosas. Essas forças-tarefas são compostas

pelos forças de segurança da Polícia Federal - PF, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Departamento Penitenciário Nacional - Depen, Polícias Civis - PC, Polícias Militares - PM, Polícias Penais estaduais e Institutos de Perícia estaduais de cada Unidade da Federação. Em 2021 foram implementadas a Força-Tarefa de Segurança Pública no Estado do Rio Grande do Norte (FTSP-RN) e a Força-Tarefa de Segurança Pública no Estado do Ceará (FTSP-CE). Também foram firmados Acordo de Cooperação Técnica - ACT, e implantadas as Forças-Tarefas de Fortaleza/CE e de Natal/RN. Diante dos expressivos resultados estão sendo firmados ACTs para continuidade das ações no ano de 2022.

Cabe ressaltar que a SEOPI faz parte da Força-Tarefa Internacional de Combate ao Tráfico de Armas e Munições – ICSEC, Centro de Coordenação Internacional para Ação Estratégica de Combate ao Tráfico de Armas e Munições (*International Coordination for Strategic Enforcement Center – ICSEC*), que tem como objetivo principal o rastreamento de armas e munições dentro do território nacional ou ainda internacional. No ano de 2021, as principais ações desenvolvidas foram:

- Monitoramento constante através de mapas do *Google Maps* e *dashboard Microsoft Power BI* das principais ocorrências envolvendo tráfico de armas de fogo, traçando as rotas do tráfico

de armas e estabelecendo modelos preditivos de novas tendências das organizações criminosas. O objetivo é propiciar ao profissional de segurança pública uma visão estratégica no combate ao tráfico de armas de fogo e munições, visando melhor alocação dos recursos públicos e uma consequente economia de recursos que poderão ser melhor empregados com informações precisas;

- Interação com fabricantes de armas e representantes em diversos países (ex.: Alemanha, Áustria, Espanha, Estados Unidos, Croácia, Itália e Portugal). Contatos do ICSEC com uma fabricante croata reportando o desvio ilícito de suas armas resultou na suspensão de duas novas remessas de 1.500 armas para a empresa importadora. No total foi bloqueado o envio de 3.000 armas para a empresa suspeita;

- Integração com diversas unidades de segurança pública do país auxiliando na identificação de armas, componentes de armas, pessoas e veículos envolvidos com o tráfico de armas e munições;

- Apoio na apreensão conjunta entre a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, que resultou na apreensão de mais 10kg de cocaína;

- Integração com o Centro Integrado de Operações de Fronteira - CIOF;

- Integração com o Ministério do Interior do Paraguai; e
- Apoio de órgãos externos no combate estratégico ao Tráfico de Armas, como HSI e ATF.

Visando o alcance do objetivo estratégico, foram implementadas inovações e melhorias que propiciaram os resultados positivos apontados pelos indicadores da SEOPI. Nas figuras abaixo, são apresentadas essas melhorias, bem como os desafios e riscos a serem enfrentados pela unidade no âmbito da execução das atividades monitoradas por seus indicadores:





INDICADOR ESTRATÉGICO

TAXA DE ACIDENTES GRAVES EM RODOVIAS FEDERAIS

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta Prevista até 2023
166,9	163,37	158,56	163,79	143,1

INDICADOR ESTRATÉGICO

VÍTIMAS MORTAS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO EM RODOVIAS FEDERAIS

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta Prevista até 2023
4.311	5.289	4.237	5.358	4.077

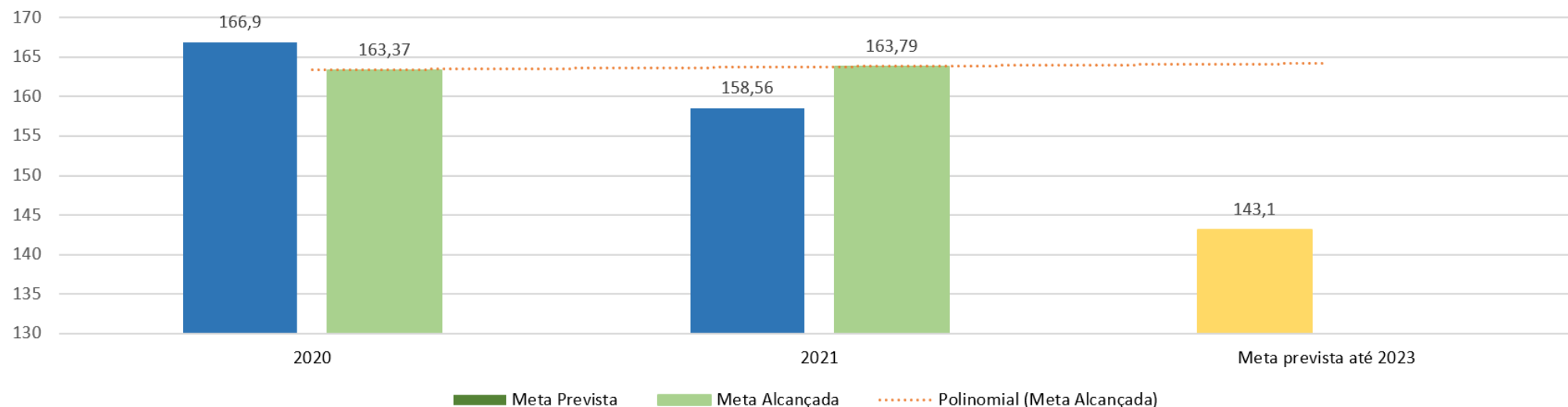
Visando cumprir sua missão institucional, a PRF atua no sentido de promover um trânsito mais seguro nas rodovias federais. Por meio do indicador, “taxa de acidentes graves”, o Ministério acompanha a efetividade das ações preventivas desempenhadas pela PRF. O referido indicador possui polaridade negativa e considera, em sua mensuração, o número de acidentes ocorrido nas rodovias federais com ao menos uma vítima, com lesões graves ou morte, dividido por milhão de veículos da frota nacional.

No exercício de 2020, a pandemia ocasionada pela COVID-19, provocou uma redução na circulação de pessoas nas vias brasileiras, sobretudo no primeiro semestre. No mesmo ano, a baixa circulação de veículos, somada às ações preventivas de segurança viária realizadas pela PRF, resultaram numa queda de 8% da taxa de acidentes graves. Um resultado muito positivo, ficando a taxa abaixo do valor estipulado para o ano.

Em 2021, o país esteve ainda sob alerta da pandemia, mas de forma menos severa. No período, observou-se um aumento da movimentação nas rodovias federais. Muitas pessoas que antes preferiam viajar utilizando transportes aéreos ou transportes terrestres coletivos, passaram a viajar em veículos próprios, visando evitar contaminação pelo vírus da COVID-19, o que resultou em um acréscimo de 0,2% na taxa de acidentes graves, quando comparada ao mesmo período de 2020.

Diante disso, a PRF tem envidado esforços no sentido de manter os resultados dentro da meta prevista buscando a redução da taxa de mortes no trânsito, por meio das seguintes ações: Operações na área de Segurança Viária, Operações Temáticas de Diagnóstico de Pontos Críticos de Acidentalidade, Ações de Educação para o Trânsito, assim como Projetos Estratégicos da PRF (tais como: PNATRANS, instituído pela Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018; Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021; Programa Nacional de Trânsito de que trata a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Projeto Nacional de Redução de Mortes (PNRM), proposto pela PRF para o período 2019-2022).

Taxa de acidentes graves em rodovias federais

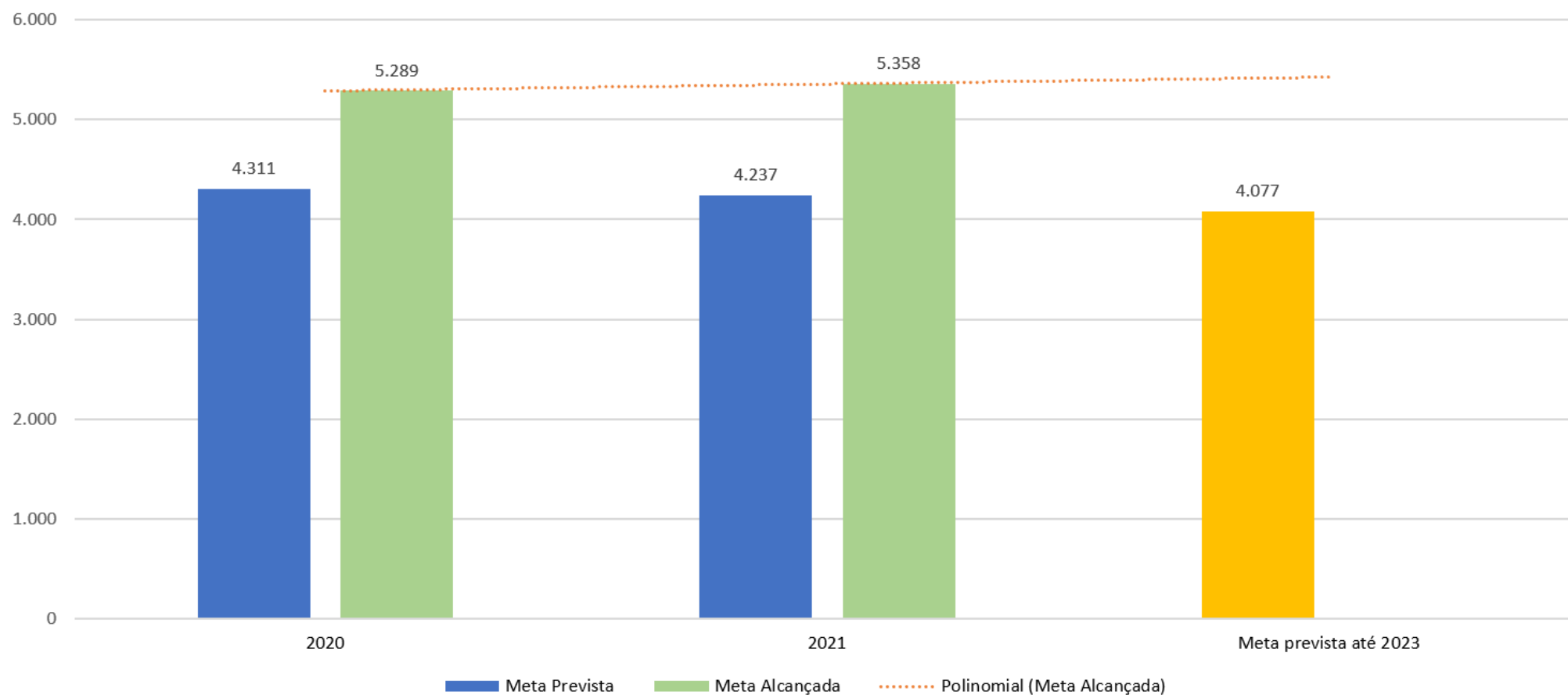


Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP

Visando o atendimento da sua missão institucional, a PRF também acompanha o desempenho de suas ações de prevenção por meio do indicador de “Vítimas Mortas em Acidentes de Trânsito”. De polaridade negativa (quanto menor, melhor), o referido indicador demonstra a evolução dos dados sobre acidentes graves nas rodovias federais, exprimindo o aumento ou a redução dos números de vítimas mortas em acidentes proporcionais à frota nacional.

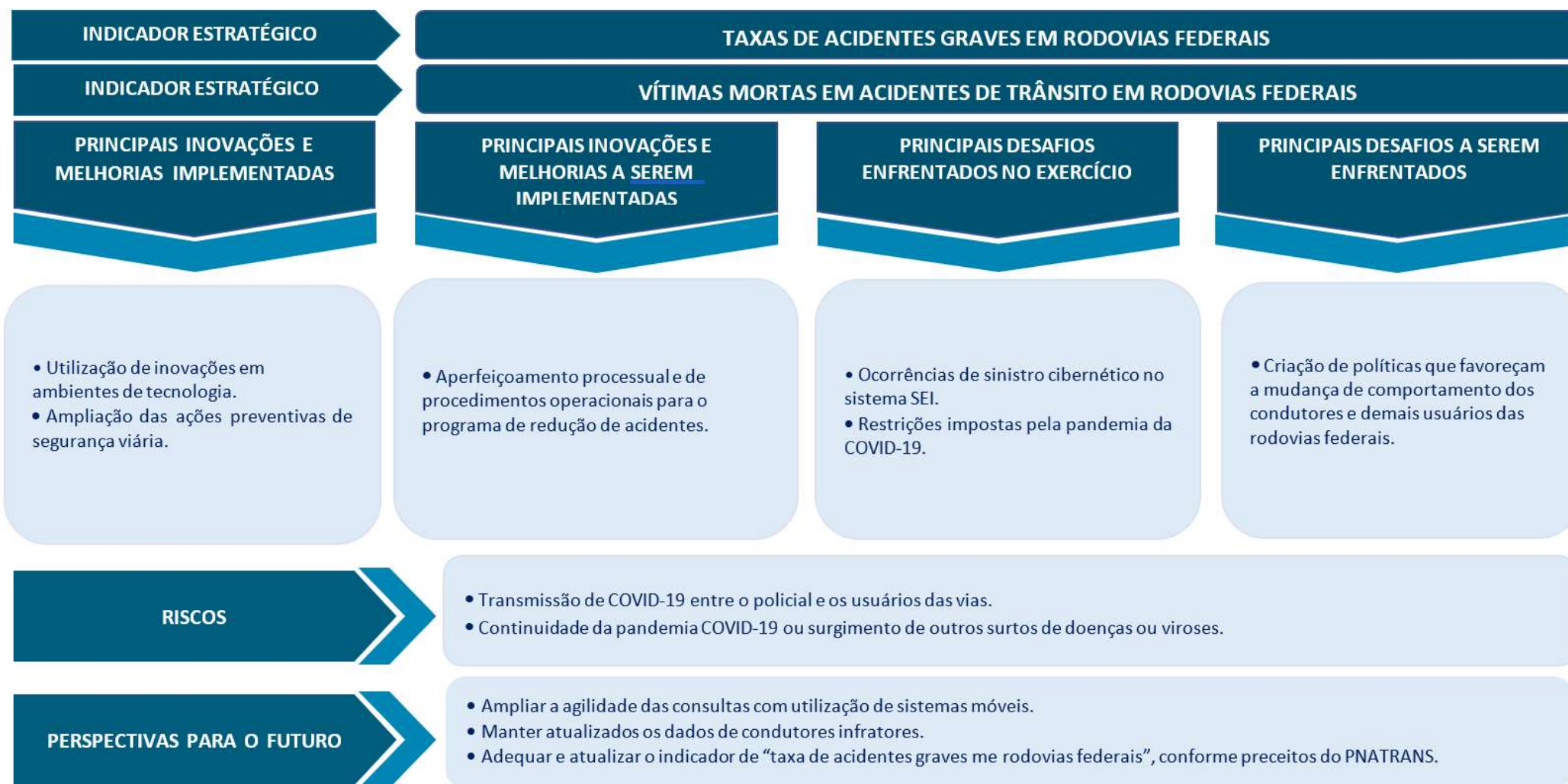
A análise dos dados do ano de 2020 aponta uma redução de 1% do número de vítimas mortas em acidentes de trânsito, quando comparado ao ano anterior, entretanto, em 2021, esse indicador apresentou um crescimento de 2%. Vale salientar que os indicadores relacionados à segurança viária tiveram suas metas estabelecidas em 2019, durante um cenário de finalização da “Década de Redução de Mortes 2011-2020”, conforme Resolução ONU A/RES/64/255, de 02 de março de 2010. O cenário atual envolve aspectos políticos, econômicos, de segurança pública e de saúde pública que trouxeram de forma inequívoca um comportamento diferenciado na circulação de veículos, de pessoas e de cargas nas rodovias e estradas federais. Somado a isso, novos Planos e Programas governamentais impactaram a tendência e os resultados desse indicador, tornando a meta mais audaciosa, à saber: a nova Década de Redução de Mortes da ONU 2021-2030, conforme Resolução ONU A/RES/74/299, de 02 de setembro de 2020; e o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito - PNATRANS, instituído pela Lei nº 13.614/2018, regulamentado pela Resolução CONTRAN nº 870, de 13 de setembro de 2021, especialmente com a classificação, em 11 de março de 2020, da emergência de saúde pública internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em virtude da proliferação mundial do novo coronavírus (COVID-19) como pandemia.

Vítimas Mortas em Acidentes de Trânsito



Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP

A PRF continua com suas ações de fiscalização e educação no trânsito, contribuindo de forma significativa para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio no trânsito. No ano de 2021, a PRF realizou a fiscalização de mais de 17,8 milhões de veículos e pessoas, resultando em mais de 33,9 mil motoristas flagrados dirigindo sob efeito de álcool.



INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE CONDENADOS CADASTRADOS NO BANCO NACIONAL DE PERFIS GENÉTICOS

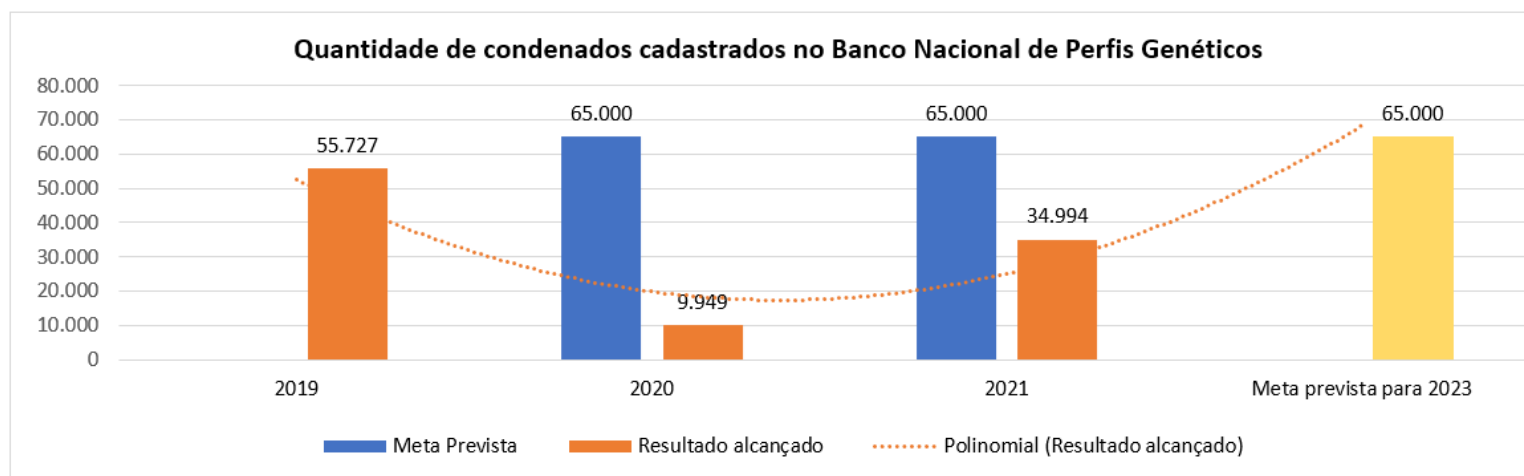
Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta Prevista em 2023
65.000	9.949	65.000	34.994	65.000

O alcance da meta “Quantidade de condenados cadastrados no banco nacional de perfis genéticos” foi inteiramente prejudicado pelas restrições impostas pela pandemia ocasionada pela COVID-19, que se instalou no país no ano de 2020 e se estendeu até 2021.

Considerando que o cadastramento dos condenados no Banco Nacional de Perfis Genéticos – BNPG é feita a partir da coleta de material genético do preso, a atividade representa grande risco de contaminação, tanto para a equipe responsável pela coleta quanto para os próprios condenados, devido a necessidade de estreito contato humano.

É importante ressaltar que a meta definida para o indicador (65.000 anuais) foi estabelecida para o Planejamento Estratégico 2020-2023 considerando os resultados alcançados pelo indicador em 2019, ano em que não havia qualquer indicativo de que o país passaria por uma pandemia global nos anos seguintes.

Em 2019, o Ministério incluiu no BNPG um total de 55.727 perfis genéticos, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Em 2020, com o impacto da pandemia, houve uma redução no resultado, ocorrendo retomada de crescimento em 2021.



Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP

Dessa forma, o Ministério pretende ampliar os cadastros no banco de perfis genéticos de condenados tão logo seja possível a coleta mais abrangente e segura de material genético, o que atualmente não é possível devido as limitações e restrições ocasionados pela pandemia.

As informações cadastradas no banco, possibilita apontar a autoria de crimes sem solução, identificar pessoas desaparecidas, elucidar crimes sexuais e fazer confronto de vestígios, além de comprovar a inocência de suspeitos e interligar um caso com outras investigações das demais esferas policiais funcionando, assim, como uma ferramenta eficiente para resolver crimes.

A tecnologia reúne dados de códigos genéticos obtidos em locais de crimes e de indivíduos cadastrados criminalmente. O crescimento no número de perfis genéticos tem se refletido na quantidade de coincidências registradas e de investigações auxiliadas no Brasil por meio da ferramenta. Mais de 3.400 investigações já foram auxiliadas por meio dos bancos de perfis genéticos nacionais.

Visando ampliar o quantitativo de amostras do banco de perfis genéticos, o Ministério implementou o projeto de Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos-RIBNPG. A RIBNPG é um programa nacional,

criado por meio do Decreto nº 7.950, de 12 de março de 2013, é coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e tem por objetivo armazenar dados de perfis genéticos coletados para subsidiar ações destinadas à apuração de crimes. A rede prevê a adesão das diversas Unidades da Federação, por meio de acordos de cooperação técnica, a fim de permitir o compartilhamento e a comparação de perfis genéticos constantes dos bancos de perfis genéticos da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Além disso, o Ministério tem envidado esforços para ampliar a coleta de material biológico. Nesse sentido, foi estabelecida, no âmbito das unidades prisionais parceria com o “Programa Fazendo Justiça”, iniciativa que conta com 28 ações coordenadas entre o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, visando a realização de identificação civil de condenados. Tal parceria permite a utilização da logística, do projeto de coleta biométrica para a coleta de DNA de condenados, facilitando o acesso às unidades prisionais que resultará em aumento do número de perfis genéticos de condenados inseridos/ano no BNPG, em cumprimento ao art. 9º-A da Lei nº 7.210/1984 -

Lei de Execução Penal.

Nos últimos anos o MJSP vem empreendendo ações de fortalecimento da RIBPG, em virtude da crucialidade da busca pela eliminação de pendências de análises de DNA de condenados e de vestígios deixados, alimentando o Banco Nacional de Perfis Genéticos, em prol do combate à criminalidade.

Portanto, do período de 2019 à 2021 foram investidos mais de R\$ 150 milhões na área, onde obteve-se o aprimoramento da coleta de DNA, a criação e atualização de laboratórios especializados, a capacitação, em cursos e especializações, de servidores técnicos na área de perícia e genética forense, e o aprimoramento do atendimento nos serviços de perícia criminal à sociedade.

No final de 2018, apenas 6.536 condenados por crimes graves estavam cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos. Embora a Lei que determina que os condenados por crimes graves tenham o seu DNA coletado e cadastrado seja de 2012, ela não era cumprida. Em busca de cumprir seu papel institucional e entregar ao cidadão resultados de qualidade, o MJSP dedicou-se em suas ações, e como produto, ao final de junho de 2021, o Banco Nacional de Perfis Genéticos alcançou 83.476

condenados cadastrados, o que representa um aumento de mais de 10 vezes, ou seja, um aumento de 1000%. Atualmente, se levarmos em conta não apenas os condenados, o banco conta com mais de 120 mil perfís genéticos cadastrados, em contraposição à cerca de 18 mil cadastros em 2018.

Já o número de investigações auxiliadas, que eram 559 no final de 2018, aumentou mais de 04 vezes, ou seja 400%, alcançando 2.802 investigações criminais auxiliadas até maio de 2021, como à exemplo do Caso Rachel Genofre, solucionado com auxílio decorrente do Fortalecimento da RIBPG, e que conseguiu levar à resolução e prisão do criminoso.

Além disso, 05 Unidades da Federação (PI, RN, RR, SE e TO) que não dispunham de Laboratório de DNA em seus órgãos de Perícia Oficial, hoje contam com laboratórios de DNA em funcionamento, portanto, alcançando a marca de todos os Estados equipados com laboratórios de análise genética para auxiliar nos trabalhos e garantir maior resolubilidade de crime e maior segurança ao cidadão.

Também, por meio desses investimentos, em junho de 2021, foi possível realizar a primeira Campanha Nacional de Coleta de DNA de Familiares de Pessoas Desaparecidas, com a coleta de DNA de mais de 2500 familiares em todo o Brasil. As análises continuam em andamento, mas até o momento, mais de 10 desaparecidos já foram identificados como resultado direto da Campanha.



OUTROS RESULTADOS

Em atendimento às diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP e da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, o Governo Federal atualizou e publicou, conforme Decreto nº 10.822, de 28 de setembro de 2021, o novo Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 (PNSPDS), com prazo de duração de dez anos. O Plano conta com 13 metas principais que incluem a redução dos índices de mortes violentas, da violência contra a mulher e de crimes contra o patrimônio; aumento de vagas, de atividade laboral e educacional no sistema prisional; e priorização da valorização e proteção dos profissionais de segurança pública. A atualização do Plano passou por processo de consulta pública, com ampla participação da sociedade e das instituições.

Também foram definidas prioridades para sua execução, por meio de 12 ações estratégicas alinhadas com os objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e relacionadas às metas a serem alcançadas. Essas ações estratégicas reforçam a necessidade de governança e gestão; ações preventivas e repressivas a crimes; a fiscalização e atuação em locais de risco; integração operacional e de sistemas; gestão de ativos oriundos do crime; combate à corrupção, às drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro; melhoria

da investigação e da perícia; fortalecimento de atividade de inteligência; modernização das instituições de segurança; capacitação, pesquisa e valorização dos profissionais; aperfeiçoamento do sistema penal; e prevenção e repressão à violência contra as mulheres e grupos vulneráveis.. Essas ações vão desde a otimização da gestão dos órgãos de segurança pública e defesa social até o combate à corrupção, narcotráfico e organizações criminosas, passando pela melhoria no atendimento a grupos vulneráveis vitimizados e implemento da qualidade de vida dos agentes da segurança pública.

Durante o período de revisão, o Plano passou por um processo de consulta pública. Foram cerca de 1.400 contribuições da população, inclusive de órgãos públicos, com destaque para as instituições de Segurança Pública e com base nele, os estados e o Distrito Federal deverão construir seus respectivos planos.

A atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) consiste no seu aprimoramento objetivando tornar sua implementação, monitoramento e avaliação factíveis e, assim, possibilitar medidas efetivas para melhoria da segurança da população.

O documento publicado agora estabelece prazos,

indicadores, priorização e coordenação para cumprir as metas estabelecidas no documento, e pretende, com base em evidências, direcionar os esforços e recursos públicos nas causas dos diversos focos de violência e criminalidade. Com isso, trará como consequência resultados concretos, medidos por meio de indicadores padronizados, gerando assim a melhoria da sensação de segurança da sociedade, bem como na imagem do País.

Prevê ainda um sistema de governança composto por mecanismos de liderança, estratégia e controle, por meio de um Comitê de Governança Estratégica, objetivando avaliar, direcionar e monitorar a gestão e a condução da política pública, conforme diretrizes do Governo Federal.

No fortalecimento da segurança pública, destacam-se as transferências de recursos na modalidade “fundo a fundo”, de aproximadamente R\$ 783 milhões, para implementação de programas e projetos nos eixos de valorização dos profissionais de segurança pública e fortalecimento das instituições de segurança. Para o ano de 2022 é estimado o repasse de mais de R\$ 950 milhões, para garantir recursos para aprovar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência, observadas as

diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

Além disso, foi publicada a Portaria MJSP nº 275, de 5 de julho de 2021, que define novos critérios para distribuição de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Agora, serão destinados, mínimo de 20% dos recursos para a valorização dos profissionais de segurança pública e até 80% para o fortalecimento das instituições. Esse último vai reforçar e garantir que a destinação seja ainda mais equilibrada e abrangente, pois envolve mais órgãos, como os Corpos de Bombeiros Militares.

As variáveis utilizadas para os estados e o Distrito Federal contemplam os aspectos geográficos, populacionais e socioeconômicos dos entes, além de temáticas como violência, criminalidade e fronteiras. O fornecimento de dados para o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) e o alinhamento com a metas do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) também foram indicadores incluídos na portaria para recebimento do repasse, por serem considerados estratégicos. A revisão dos critérios atende à demanda das Unidades da Federação e foi discutida em um grupo de trabalho com a participação de representantes do Ministério e das Secretarias de Segurança Pública.

Com o objetivo de fortalecer as instituições de segurança pública, com vistas ao cumprimento da sua missão institucional, o Governo Federal

autorizou concursos para compor a força de trabalho da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional. Como resultado, em 2021 foram convocados 2.150 (dois mil cento e cinquenta) candidatos e está prevista, para 2022, a convocação de pelo menos 2.659 candidatos, visando diminuir o déficit de pessoal nessas áreas e contribuir para o fortalecimento da segurança pública no país.

Na Polícia Federal, o segundo maior concurso público da história da PF, com turmas em fase final de formação, objetiva a contratação, até 2022, de 2 mil novos policiais federais. Tal iniciativa proporcionará um aumento de mais de 10% do efetivo policial, se comparado aos números de 2019. A Academia Nacional de Polícia tem sido modernizada para garantir uma formação cada vez mais completa dos profissionais da segurança pública, da PF e de instituições parceiras nacionais e internacionais.

A Polícia Rodoviária Federal - PRF promoveu em 2021 o maior curso de formação da história da PRF, que entregará à sociedade mais de 1500 policiais rodoviários federais que irão contribuir para o exercício da missão do órgão.

No âmbito do Departamento Penitenciário Nacional – Depen, encontra-se em andamento (fase de aplicação do exame de aptidão física), concurso público para provimento de 294 cargos da carreira de Agente Federal de Execução Penal e 15 cargos da carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, para fortalecer

assim a capacidade do Órgão no combate ao crime organizado, bem como nas assistências aos sistemas penitenciários estaduais.

No tocante ao combate à criminalidade violenta no Brasil, foram realizadas diversas ações e políticas voltadas ao enfrentamento das organizações criminosas, ao fortalecimento das instituições de segurança, viabilização e obtenção de fontes de recursos, utilização de novas tecnologias e valorização dos profissionais de segurança pública.

Ao longo do ano de 2021, o Governo Federal realizou mais de 15 mil operações policiais com vistas à prevenção e enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, crime organizado e crime violento. Foram apoiadas 378 ações policiais nos Estados e executadas 37 operações integradas no País, dentre as quais se destacam as de combate aos crimes de tráfico de drogas, contrabando de cigarros, receptação (crimes transfronteiriços), homicídios, porte e posse ilegal de armas de fogo, estelionatos em redes sociais, abuso ou exploração sexual infantil, violência contra a mulher e ao idoso, pirataria digital, e outros.

Por fim, ressalta-se que, no ano de 2021, as ações voltadas ao fortalecimento das instituições de segurança pública, à valorização dos profissionais de segurança pública, juntamente com as ações de apoio aos estados realizadas pelo MJSP, frente ao combate à criminalidade tiveram importante impacto na redução da violência no país.

PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujos principais estão destacados abaixo:

PROJETO ESTRATÉGICO - PF

PROMETHEUS

O Projeto PROMETHEUS foi pensado visando o incremento do resultado operacional da PF, por meio do aumento do indicador de produtividade (maior produção em relação aos recursos empregados) e a melhoria da taxa de racionalização de instauração de inquéritos policiais (relação entre a quantidade de comunicações de crime recebidas e os inquéritos instaurados), para que, em última análise, todos (ou quase todos) os inquéritos policiais concluídos (encerrados) tenham indicação de autoria, além da comprovação da materialidade.

O Projeto consiste no desenvolvimento de ferramentas de análise para investigações específicas com cruzamento de dados e na reformulação dos processos produtivos visando a priorização do uso dos recursos disponíveis em investigações policiais de maior relevância penal.

Em 2021, o Projeto PROMETHEUS proporcionou treinamentos sobre as ferramentas de Auxílio Defeso, Antecedentes e Crimes contra a Flora (ainda para auxílio das unidades na homologação da ferramenta), disponibilizando Manuais e Roteiros de Análise para facilitar o uso e investigação.

Durante 3 meses, o aplicativo de crimes contra a flora foi remodelado e ajustes foram feitos para que a ferramenta fosse testada pelas unidades do Brasil todo. Foram feitas reuniões para revisão do Roteiro de Análise da Ferramenta de Moeda Falsa.

Houve, ainda, a continuidade da Operação Tarrafa, que investiga fraudes no Auxílio Defeso com uso da ferramenta de análise do Prometheus, bem como inúmeras operações de Moeda Falsa, trabalho valoroso realizado pela PF em parceria com BACEN e Prometheus.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF

APRIMORAMENTO DE TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO COM CRIPTOATIVOS

O projeto visa promover o aprimoramento da capacidade de identificar casos que envolvam o uso de criptomoedas em contexto criminoso, além de também promover a adequada investigação e recuperação de ativos. O objetivo final é garantir que sejam disponibilizados ao efetivo policial meios e informações necessárias para a condução de investigações sobre o tema, paralelamente à condução de estudos que agreguem à atividade policial.

Em 2021 foram realizadas as seguintes entregas: a) encaminhamento com sugestão de regulamentação da custódia e venda de criptoativos apreendidos; b) início da compra de serviço/software de investigação/rastreamento de transações com criptoativos; c) entrega de curso na modalidade EAD para capacitação do efetivo policial em investigações que envolvam criptoativos; e d) Instrumentalização da Wallet institucional da Polícia Federal (ainda pendente de validação pela DTI).

No ano de 2021, foram realizadas algumas ações importantes, tais como elaboração de proposta de regulamentação da custódia e venda de criptoativos apreendidos, bem como dado início ao processo de compra de serviço/software de investigação/rastreamento de transações com criptoativos, que deverá trazer maior efetividade nas investigações. A unidade também finalizou o curso, na modalidade EAD, para capacitação do efetivo policial em investigações que envolvam criptoativos.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF

BANCO NACIONAL MULTIBIOMÉTRICO E REDE INTEGRADA DE BANCOS MULTIBIOMÉTRICOS - ABIS NACIONAL

O projeto ABIS Nacional tem como objetivo implementar, em âmbito nacional, sob coordenação da PF e com apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública SENASP/MJSP, solução de comparação biométrica (ABIS), com moderno parque de periféricos, em substituição ao sistema atualmente em utilização - AFIS.

No ano de 2021, as principais entregas foram: a) assinatura do Contrato de Prestação de Serviços n. 01/2021 DTI/PF (solução ABIS, dividida em 14 entregas ao longo de 2021 e 2022); b) entrega dos periféricos relacionados ao Pregão Eletrônico 01/2020 DTI/PF; c) assinatura das atas de Registro de Preço e dos contratos relacionados aos equipamentos do Pregão Eletrônico 04/2021 DTI/PF; e, d) assinatura da ata de Registro de Preço relacionado aos equipamentos do Pregão Eletrônico 06/2021 DTI/PF.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF

BRASIL M.A.I.S.

O Projeto Estratégico Brasil M.A.I.S. (Meio Ambiente Integrado e Seguro), tem o propósito de melhorar a eficiência e a eficácia do Estado na prevenção, na repressão e na elucidação de crimes e de desastres ambientais em todo território nacional, promovendo a aplicação de geotecnologia em apoio às funções de segurança pública, polícia judiciária, administrativa e demais atividades de Estado pertinentes, promovendo a padronização de processos e metodologias, bem como a capacitação e a pesquisa e desenvolvimento de técnicas e tecnologias aplicadas. No escopo do projeto ainda estão incluídas a disponibilização e integração de plataformas e ferramentas de apoio e a produção de informações, conhecimento e estatísticas relacionadas às atividades desenvolvidas.

O Projeto Estratégico Brasil M.A.I.S. é o principal mecanismo de execução do Programa Brasil M.A.I.S., instituído pela Portaria MJSP nº 535, de 22 de setembro de 2020. Para aumento da eficácia do programa, foi instituída, como vetor de desenvolvimento e realização do programa, a Rede do Programa Brasil M.A.I.S. (RedeMAIS), com finalidade de estruturar ambiente matricial de cooperação e de compartilhamento de tecnologias, metodologias e dados atualizados entre seus integrantes: órgãos e entidades públicas da área de segurança pública das três esferas; e outros órgãos e entidades públicas, mesmo que de áreas diversas da segurança pública, com propósito de participação no desenvolvimento e realização do Programa.

O Projeto contempla, dentro do eixo de Monitoramento e Consciência Situacional por Sensoriamento Remoto, a disponibilização de produtos e serviços satelitais de alta resolução e produtos e serviços de altíssima resolução. Atualmente, são disponibilizadas imagens diárias de 3,7 metros de resolução da constelação Planet (mais de 180 satélites) de todo território nacional (8,6 milhões km² diariamente), mosaicos mensais, detecções e alertas diários e semanais, sendo que a instrução da contratação referente à altíssima resolução foi concluída, com previsão de contratação até março de 2022.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF

BRASIL P.A.T.R.I.A. DIGITAL

(Perícias Avançadas em Tecnologias, Rastreamento e Inteligência Artificial de Evidências Digitais)

O projeto estratégico Brasil P.A.T.R.I.A. Digital tem como objetivo geral o combate aos crimes transnacionais digitais garantindo a preservação da evidência digital, com especial atenção em abuso sexual infantojuvenil, crimes financeiros digitais, crimes ambientais e de engenharia.

O escopo do projeto pode ser dividido em quatro eixos principais: desenvolvimento de ferramentas; aquisição de equipamentos; elaboração de treinamentos; e elaboração de manuais e normas relacionadas a vestígios digitais.

Com relação ao desenvolvimento de ferramentas em 2021, destaca-se:

- Desenvolvimento/evolução de ferramentas avançadas para identificação de evidências digitais relacionadas a crimes de abuso sexual infantojuvenil (LED E NUDETECTIVE). Ambas as ferramentas foram atualizadas e já são amplamente utilizadas em cumprimentos de MBAs;
- Criação do Banco Nacional de Arquivos Conhecidos (BNAC). Foi criado o Banco Federal de Arquivos Conhecidos no Âmbito da DITEC/PF, passo inicial para dar início ao BNAC;
- Desenvolvimento/evolução do pacote de ferramenta IPED (Indexador e Processador de Evidências Digitais). Estão em andamento melhorias para o lançamento do IPED-4.0 e atualização das ferramentas BOT e TRIAGE;
- Desenvolvimento do pacote pericial Delphos. Os módulos Veículos, Engenharia, Correlação de Dados e Banpa estão funcionais; e
- Criação da Base Nacional de Crimes Cibernéticos (BNCC).

Sobre a aquisição de equipamentos, no âmbito do projeto SARD (Sistema de Análise Remota de Dados), que busca garantir a cadeia de custódia de evidências digitais e viabilizar o acesso rápido e seguro desses dados, em 2021 foi realizado o levantamento de necessidades de diferentes unidades da criminalística federal com objetivo de se estabelecer os cenários para aquisições em 2022.

Quanto aos treinamentos, foram realizadas contratações de cursos (SANS FOR500 - *Windows Forensic Analysis*, SANS FOR585 - *Smartphone Forensic Analysis In-Depth* e *Mac and IOS Forensic Analysis and Incident Response*) e participação de multiplicadores que, em 2022 deverão elaborar treinamentos.

Com relação a elaboração de manuais e normas relacionadas a vestígios digitais, foi elaborado o Manual de Perícias em Equipamentos Computacionais Portáteis e a minuta de portaria de criação do Banco Federal de Arquivos Conhecidos no âmbito da DITEC/PF.

As entregas do projeto estão originalmente previstas para abril e dezembro de 2022, no entanto o cronograma deve ser revisto na RAE de fev/2022.

PROJETO ESTRATÉGICO - PF

LABORATÓRIO NACIONAL DE ISÓTOPOS FORENSES - LANIF

O projeto estratégico visa a implementação do Laboratório Nacional de Isótopos Forenses - LANIF, em cooperação entre a Polícia Federal e instituições de pesquisa parceiras e tem como objetivo desenvolver e sistematizar o conhecimento técnico-científico a partir da elaboração de protocolos de coleta e padronização de análises de amostras criminais para a aplicação da metodologia isotópica em casos forenses. O produto a ser entregue será o estabelecimento de um laboratório colaborativo interinstitucional e multiusuário dentro da estrutura organizacional do Instituto Nacional de Criminalística. O desenvolvimento da técnica de isótopos forenses no contexto pericial terá o foco primário de trazer agilidade e eficiência na resolução de exames periciais complexos, além de fornecer dados científicos estratégicos a operações de investigação. E, ainda, contribuirá para o desenvolvimento de capacitação de recursos humanos e difusão de conhecimento entre órgãos policiais no Brasil, promovendo a consolidação de importantes parcerias entre a Polícia Federal e outras instituições de segurança pública, fiscalização e pesquisa.

Ao longo de 2021, primeiro ano de execução plena, foram finalizados os processos de aquisição dos principais equipamentos constituintes do parque tecnológico do projeto. Neste período foram instalados equipamentos como o Espectrômetro de Massas de Razão Isotópica acoplado a Cromatógrafo a Gás e Espectrômetro de Massas e Analisador Elementar, sendo este conjunto, uma iniciativa pioneira no país por ser o único instalado em órgãos de segurança pública e defesa, especificamente concebido e dedicado à aplicação da técnica isotópica forense, a exames de perícia criminal e a exames forenses, utilizando tecnologia isotópica. Além desses equipamentos, o laboratório foi robustecido com outros dedicados à preparação de amostras, guarda e conservação de substâncias, materiais e padrões como moinho criogênico, sistemas especiais de refrigeração biomédica, mufla, estufa, balanças dentre outros.

A partir da estruturação do parque tecnológico, foram executados treinamentos de capacitação da equipe do projeto e do laboratório de modo a permitir o início do uso da técnica.

Assim, no último trimestre do ano algumas operações policiais e exames periciais passaram a contar com a metodologia isotópica. Nesse período o laboratório foi responsável pela realização dos exames periciais que embasaram operações policiais nas áreas de adulteração de alimentos, tráfico de animais silvestres, desmatamento ilegal de espécies protegidas de madeira, repressão a crimes contra o patrimônio histórico. Adicionalmente, o LANIF proporcionou a inclusão de uma nova camada de informação estratégica para o rastreamento de origem de apreensões de entorpecentes ao projeto PEQUI.

Com relação ao desenvolvimento de banco de dados isotópicos, foi concluído o módulo piloto do Sistema Nacional de Amostras e Dados Isotópicos Forenses (S.I.N.A.I.S.).

PROJETO ESTRATÉGICO - PF**PROGRAMA OURO ALVO - POA**

O programa estratégico tem por objetivo otimizar e diminuir o tempo de duração dos exames periciais na análise de ouro apreendido em operações de polícia judiciária, assim como no fornecimento de subsídios, a partir do desenvolvimento e utilização de técnicas especializadas de análise pericial, na orientação proativa às equipes de investigação da Polícia Federal que atuam no combate às ilicitudes na cadeia do ouro ilegal. Além disso, elevar o patamar de atendimento das demandas oriundas das ações desenvolvidas pela PF no combate à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, crimes ambientais e riscos e vulnerabilidades associados ao crescimento acelerado da exploração e comercialização irregular do ouro na América Latina, dentro do denominado Programa Ouro Alvo.

No ano de 2021, os principais resultados apresentados pelo programa foram:

- a) treinamento dos grupos de perícias para análises de metais preciosos, joias e minérios;
- b) criação do Banco Nacional de Perfis Auríferos (BANPA) – aplicação para banco de dados de informações dos perfis auríferos por FRX;
- c) criação do Banco Nacional de Joias e Ligas de Metais Preciosos (BANJO) - aplicação para banco de dados de informações dos perfis auríferos de joias por FRX;
- d) coleta das primeiras amostras de referência; e
- e) aprovação do Projeto Gold Rush - Desenvolvimento e a implantação de metodologias analíticas para rastrear a proveniência do ouro de áreas de garimpo, ouro processado de apreensão pelas agências de segurança do Brasil e das contaminações dos ecossistemas pelas atividades de extração mineral.

PROJETO ESTRATÉGICO - PRF**ALERTA BRASIL 3.0**

O Projeto Alerta Brasil 3.0 tem por objetivo o monitoramento de veículos nas rodovias federais por meio de câmeras com leitor de placas. Tal monitoramento é realizado a partir do Sistema Alerta Brasil 3.0, implementada nas Secretarias de Segurança Pública, Municípios e outros órgãos, visando: a) reduzir o índice de criminalidade, principalmente, aqueles referentes a roubo e furto de veículos, a roubo de cargas, a contrabando, a descaminho, a tráfico de entorpecentes e a tráfico de pessoas nas fronteiras; e b) aumentar a assertividade da fiscalização, visando reduzir a violência no trânsito.

O Sistema Alerta Brasil foi desenvolvido pela PRF e tornou-se a principal ferramenta de monitoramento do órgão. O órgão tem buscado aprimorar as técnicas de inteligência artificial, ampliando os pontos de captura de imagens e sua capacidade de “leitura” e cruzamento de dados referentes às centenas de veículos que circulam nas rodovias federais do país. O Sistema Alerta Brasil 3.0 foi integrado ao Sistema Córtex. A fusão entre os sistemas atende às diretrizes do MJSP que visam à redução da criminalidade e da violência no trânsito; além de ir ao encontro do propósito da instituição de ser referência de inovação, integração e conhecimento em segurança pública. A ideia é promover cada vez mais a integração entre os órgãos de segurança a fim de conferir maior assertividade no combate à criminalidade e na segurança viária nas rodovias federais de todo o país, assim como no âmbito dos estados e municípios por meio de acordo de cooperação.

PROJETO ESTRATÉGICO - PRF**PROGRAMA NACIONAL DE REDUÇÃO DE MORTES NO TRÂNSITO**

O programa Nacional de Redução de Mortes propõe a elaboração de uma metodologia de monitoramento das malhas rodoviárias e direcionamento das atividades de policiamento e fiscalização, propõe ações integradas e cooperação interinstitucional com a finalidade de reduzir o número de mortes. O plano tem por objetivo também reduzir a taxa de mortalidade com base no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRNS. O programa tem como principais ações:

- a) Fomento de Melhoria de infraestrutura;
- b) Aprimoramento da atividade de gestão operacional;
- c) Aprimoramento das ações de policiamento e fiscalização direcionados;
- d) Ampliação do esforço legal e normativo;
- e) Integração e cooperação entre os entes envolvidos; e
- f) Ações de educação para o trânsito.

PROJETO ESTRATÉGICO - SEOPI
PROGRAMA DE APOIO AO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - PACCO

O Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado (PACCO) visa fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira. O Programa é composto por 06 (seis) projetos: a) Produção de Conhecimento; b) Extração de Dados de Dispositivos Móveis (Excel); c) Ação Integrada de Inteligência Financeira (AIINTELF); d) Rede Cronos; e) Capacitação; e f) Sistema Nacional de Inteligência de Apoio no Combate ao Crime Organizado (Sistema ORCRIM). Os projetos visam apoiar os órgãos de segurança pública por meio da melhoria dos processos de produção de conhecimento; extração e análise de dados de dispositivos móveis relacionados a organizações criminosas; efetivo intercâmbio de dados e informações de Inteligência Financeira entre os órgãos competentes; criação e disponibilização de ferramenta segura/criptografada para armazenamento e tramitação de documentos de inteligência; capacitação de profissionais na área de inteligência; e base de dados sobre organizações criminosas.

PROJETO ESTRATÉGICO - SEOPI
SISTEMA INTELIGENTE DE CONSCIÊNCIA SITUACIONAL

O Projeto visa implantar um sistema de inteligência voltado para a busca de dados, análise, produção de conhecimento e difusão no âmbito do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, produzindo alertas para a área de inteligência e operacional de acordo com o conteúdo e a finalidade.

No ano de 2021, foi realizado o levantamento para implantação de nova etapa do projeto, visando o desenvolvimento do sistema integrador de base de dados. Pretende-se com isso implementar um sistema que possibilite a busca de dados nas bases dos Órgãos de Segurança Pública a fim de que as agências de inteligência realizem coleta e análise para uma produção de conhecimento mais qualificada e abrangente.

PROJETO ESTRATÉGICO - SEOPI
PROGRAMA VIGIA

O Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas - V.I.G.I.A. (Vigilância, Integração, Governança, Interoperabilidade e Autonomia), tem por objetivo ampliar a presença do Estado nas regiões fronteiriças, por meio da articulação e integração dos órgãos de segurança pública, visando aumentar a efetividade das ações voltadas para segurança, o controle, a fiscalização e o enfrentamento aos crimes transfronteiriços.

Nesse sentido, o Programa V.I.G.I.A. realiza a vigilância do território de fronteira e divisas do Brasil, promovendo a integração entre as instituições de segurança pública, controle, fiscalização e defesa nos três entes federativos (federal, estadual e municipal) e realizando a governança dos resultados e investimentos realizados nas diversas unidades participantes, disponibilizando sistemas e comunicação interoperáveis entre elas sem ferir suas autonomias nas respectivas áreas de atuação.

O Programa V.I.G.I.A. possui os seguintes elementos constitutivos:

- 1- Operações Integradas (materializadas pela operação Hórus dos 14 estados participantes do Programa V.I.G.I.A.);
- 2- Proposição e apoio de capacitações junto aos órgãos competentes estaduais ou do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e
- 3- Aquisições de equipamentos e sistemas (destinados ao aparelhamento das instituições participantes do referido Programa).

Tais elementos tem por objetivo proporcionar as capacidades operacionais C4ISTAR (comando, controle, computadores-*softwares* e *hardwares*, comunicações, inteligência, vigilância, reconhecimento e capacidade de aquisição de alvos); sensores; equipamentos e aparelhamento das unidades; e sistema de bases fundados na doutrina F3EAD, adaptabilidade, *Networking* e Capacidade de Influência na dimensão humana e informacional, tendo como princípios basilares a simplicidade, convergência de propósitos e simplicidade.

Formalizado pela Portaria MJSP nº 516, de 03 de dezembro de 2021, o Programa V.I.G.I.A destaca-se por aperfeiçoar a governança estratégica e a integração dos órgãos de segurança, controle aduaneiro, fiscalização e defesa, em parceria com estados e municípios ao longo das regiões de fronteira e divisas do país; fortalecer as instituições federais e estaduais de segurança pública, com vistas a ampliar a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços, de forma compartilhada e integrada, com o objetivo de:

- 1 - Capacitar pessoal e valorizar os profissionais que atuarão em Operações Integradas de caráter permanente e seus desdobramentos nas regiões de fronteira e divisa;
- 2 - Aparelhar as unidades com equipamentos para uso compartilhados pelos órgãos, visando otimizar as suas atuações;
- 3 - Implantar e/ou ampliar os sistemas de radiocomunicação digital nas fronteiras;
- 4 - Implantar e/ou ampliar de sistemas de monitoramento com leitura de OCR e reconhecimento facial;
- 5 - Custear diárias para equipes especializadas de atuação integrada nas fronteiras; e
- 6 - Realizar o diagnóstico, monitoramento e avaliação das ações.

PROJETO ESTRATÉGICO - SENASP**FORTALECIMENTO DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS**

A Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos - RIBPG, foi instituída por meio do Decreto nº 7950, de 12 de março de 2013, com o objetivo de manter, compartilhar e comparar perfis genéticos a fim de ajudar na apuração criminal e/ou na instrução processual. Trata-se de uma ação conjunta entre Secretarias de Segurança Pública (ou instituições equivalentes), Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP e Polícia Federal - PF para o compartilhamento de perfis genéticos obtidos em laboratórios de Genética Forense.

O projeto estratégico visa ampliar e fortalecer a Rede, por meio de acordos de cooperação com as unidades da federação, além de promover a aquisição de equipamentos e materiais necessários à realização dos exames de genética forense, conforme previsão legal.

O Projeto de Fortalecimento da RIBPG apresentou alinhamento com o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, em especial com a diretriz estratégica de fortalecimento da segurança pública e redução de homicídios, bem como a integração de políticas públicas entre os entes federados. Mais especificamente, o projeto alinha-se com a política de combate à criminalidade violenta do Governo Federal e do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

PROJETO ESTRATÉGICO - SENASP**SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA - SINAB**

O Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB é um projeto estratégico que visa equipar os órgãos de perícias estaduais, do Distrito Federal e da União com Sistemas de Identificação Balística - SIB e interligá-los em rede. Com esta modernização almeja-se o aumento da eficiência em exames de comparação balística e a criação de um Banco Nacional de Perfis Balísticos - BNPB.

O Banco Nacional de Perfis Balísticos-BNPB, foi instituído pelo art 34-A da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, com o objetivo de cadastrar armas de fogo e armazenar características de classe e individualizadoras de projéteis e de estojos de munição deflagrados por arma de fogo, para subsidiar ações destinadas às apurações criminais. Seria, portanto, o responsável pelo armazenamento de imagens e dados relacionados aos elementos de munição (projéteis e estojos) referentes a crimes investigado e digitalizados pelos Sistemas de Identificação Balística, possibilitando a realização de correlações, enviadas aos setores de Balística Forense para análise e confirmação, atuando no intercâmbio de informações entre os entes federativos, visando ampliar o indicativo de autoria em crimes cometidos com uso de armas de fogo no país.

O certame para aquisição da solução tecnológica necessária para implementar o SINAB e o BNPB, foi iniciado em 2020, por meio do Pregão Eletrônico Internacional 22/2020 (SEI 12789760), referente ao registro de preço de 37 unidades de Sistemas de Identificação Balística - SIBs, com licenças e 01 uni-

dade de Licença de Software de Servidor de Correlação, Armazenamento e Gerenciamento do BNPB.

Em 2021, com a publicação do Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021, foi instituído o Banco Nacional de Perfis Balísticos, o Sistema Nacional de Análise Balística e o Comitê Gestor do Sistema Nacional de Análise Balística, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. No mesmo ano foi publicada a Portaria SENASP/MJSP nº 262, de 20 de abril de 2021, designando, no âmbito do MJSP, os representantes do Grupo Técnico responsáveis por desenvolver as atividades para a estruturação do Banco Nacional de Perfis Balísticos - BNPB e do Sistema Nacional de Análise Balística - SINAB.

As atividades do Grupo Técnico culminaram na elaboração dos Protocolos de utilização do Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB, que serão utilizados para padronização dos procedimentos, desde a nomenclatura, critérios para ingresso no banco de dados, pormenores técnicos da coleta até o controle de qualidade.

Considerando a necessidade de se adequar ao Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021, possibilitando adesão ao SINAB, foram elaborados e celebrados de Acordos de Cooperação Técnica entre a SENASP e as Secretarias estaduais de Segurança Pública de Goiás, Pará, Paraná, Espírito Santo e Pernambuco.

Pro fim, a BNPB será responsável pelo armazenamento do conjunto de imagens e dados relacionados aos elementos de munição (projétes e estojos) relacionados a crimes e digitalizados pelos SIBs, possibilitando a realização de correlações que serão enviadas aos setores de Balística Forense para análise e confirmação. O funcionamento em rede possibilitará intercâmbio de informações entre os entes federativos, podendo gerar aumento significativo do indicativo de autoria em crimes cometidos com uso de armas de fogo.

PROJETO ESTRATÉGICO - SENASP

EM FRENTE BRASIL

O projeto estratégico “Em Frente, Brasil - EFBRA” foi lançado em 2019, como projeto-piloto voltado ao enfrentamento à criminalidade violenta priorizando ações conjuntas entre União, Estados e Municípios. Materializa os objetivos e diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública - PNaSP, criada pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e do Plano Nacional de Segurança Pública - PNSP, instituído pelo Decreto nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018 e é constituído por um conjunto de ações multidisciplinares, interministeriais e interfederativas para enfrentar o problema da criminalidade violenta no país, através da experimentação de uma metodologia de articulação entre a União, os Estados e os Municípios com foco territorial em áreas de alta concentração de crimes. A iniciativa compreende ações de prevenção socioeconômica e repressão qualificada, coordenadas em um modelo de governança e gestão multinível e integrada.

A intervenção na qual consiste o projeto é composta por duas fases finalísticas (Fases 1 e 2). A Fase 1 compreende o emprego das forças de segurança pú-

blica (federais, estaduais e municipais), por meio de forças-tarefas, com o objetivo de reduzir, em curto prazo, os índices de criminalidade no território e preparar o ambiente para a Fase 2. Já a Fase 2 consiste na convergência de políticas públicas integradas por meio de iniciativas, ações e projetos definidos nos Planos Locais de Segurança, atribuídos a órgãos da União, Estados e Municípios. O objetivo desta fase é promover a transformação socioeconômica do território por meio da anulação ou redução de fatores de vulnerabilidade que possam contribuir para a incidência de crimes. No âmbito da União, a iniciativa conta com a participação de dez ministérios, quais sejam, Ministério da Cidadania, Ministério da Economia, Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Ministério da Saúde, além da Casa Civil, Secretaria de Governo e Secretaria-Geral da Presidência da República.

Por definição, um projeto piloto é um esforço temporário empreendido para testar a viabilidade de uma solução, tratando-se de uma experimentação de novas ideias, processos e ferramentas. Nesse sentido, entende-se que o EFBRA cumpriu a sua finalidade como experiência piloto, uma vez que permitiu testar hipóteses e deu fundamento para a instituição de diversas iniciativas por parte do MJSP.

O projeto piloto possibilitou ajustar definições metodológicas e orçamentárias, refinando o processo e as ferramentas que serão utilizados em iniciativas duradouras no âmbito do MJSP. A amplitude do valor e resultados do projeto, além de ter surtido efeitos indeléveis nos cinco municípios já alcançados, se comprova nos artefatos e produtos já disponibilizados para a concepção do Programa Nacional de Enfrentamento de Homicídios e Roubos, do Programa Nacional de Fortalecimento da Gestão Municipal de Segurança Pública e do Programa Nacional de Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública, todos em andamento no âmbito da DPSP/SENASP. Ou seja, o projeto piloto originou três grandes programas que estão inseridos na Carteira de Políticas do MJSP, guardando estreita relação com o Plano Nacional de Segurança Pública e deverão permanecer em caráter permanente, em substituição ao projeto piloto.

PROJETO ESTRATÉGICO - SENAJUS

FOMENTO À CRIAÇÃO E À ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE COMBATE À CORRUPÇÃO NAS POLÍCIAS CIVIS

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a finalidade de fortalecer o combate à corrupção nas esferas estaduais e municipais, iniciou, em 2019, o projeto de “Fomento à Criação e Estruturação de Unidades de Combate à Corrupção nas Polícias Civis”.

Por meio do projeto, buscou-se a criação de unidades de combate à corrupção nas 27 (vinte e sete) Polícias Civis, apoiando tais unidades por meio da disponibilização de recursos materiais, da capacitação de pessoal, da promoção e integração com os órgãos de controle e fiscais (Tribunais de Contas Estaduais, Controladoria Geral dos Estados e Receitas Estaduais) e, ao final, por meio da adoção de prerrogativas funcionais e institucionais para proteção das unidades contra interferências indevidas.

Inicialmente, o projeto buscou elaborar um diagnóstico consultando as 27 Unidades da Federação. Posteriormente, foram instituídos os critérios de rateio dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, na Portaria MJSP nº 631, de 06 de julho de 2019. Dentre os critérios estabelecidos na referida Portaria, destaca-se o inciso VIII, do artigo 3º, que prevê "criação e efetivo funcionamento na Polícia Civil de unidade dedicada exclusivamente ao combate à corrupção".

Ao longo dos anos de 2019 e 2020, todas as unidades da federação criaram nas estruturas das Polícias Cíveis unidades exclusivas de combate à corrupção, dando êxito parcial ao projeto em comento e fortalecendo a atividade persecutória de delitos contra a administração pública nos Estados. Após a criação de unidades de combate à corrupção em todos os Estados e no Distrito Federal, foi realizado novo diagnóstico, para avaliar os avanços até aquele momento e reforçar as lacunas ainda existentes. Além disso, outras ações voltadas para a estruturação, capacitação e estabelecimento de parcerias, também foram implementadas buscando o fortalecimento dessas estruturas.

O objetivo final do projeto é que as unidades das Polícias Cíveis do Brasil estejam integradas ao combate à corrupção, com estrutura administrativa exclusiva, efetivo policial adequado, capacitação e integração aos demais órgãos, atuando na repressão ao desvio de recursos estaduais e municipais, assim como a Polícia Federal já o faz em relação às verbas de natureza federal. Com isso, será alcançado um panorama nacional de maior completude no combate à corrupção.

PROJETO ESTRATÉGICO - SENAJUS

REESTRUTURAÇÃO DA REDE NACIONAL DE LABORATÓRIOS DE TECNOLOGIA CONTRA LAVAGEM DE DINHEIRO - REDE-LAB CIVIS

O projeto estratégico visa fortalecer a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro Rede-Lab, por meio da disponibilização de tecnologias, banco de dados e qualificação adequadas, visando aumentar a eficiência dos laboratórios na execução dos procedimentos de análises e de tratamento de dados relacionados à lavagem de dinheiro e crimes conexos, além de promover a articulação entre as unidades da rede.

O referido projeto faz parte do cumprimento da meta 16 da ENCCLA 2006, que previa a necessidade de "Implantar Laboratório modelo para a aplicação de soluções de análise tecnológica em grandes volumes de informações e para a difusão de estudos sobre as melhores práticas em hardware, software e a adequação de perfis profissionais".

A Rede-Lab consiste em um conjunto de Laboratórios de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro instalados no Brasil. A coordenação da Rede-Lab está inserida dentro da estrutura do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI, da Secretaria Nacional de Justiça – SNJ, no MJSP, onde são definidas as ações estratégicas e de aprimoramento dos Laboratórios integrantes da REDE-LAB.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - Promover a gestão e a alienação do produto de crimes

No cenário atual, cada vez mais a redução da oferta de drogas ilícitas passa pela perda econômica dos grupos que operam o tráfico de drogas e a consequente reversão dos bens apreendidos e perdidos em favor da União para as políticas sobre drogas. Promover a redução da oferta de drogas e potencializar a capacidade do Estado de diminuir a atuação das facções criminosas estão entre as políticas do MJSP.

Para além da atuação repressiva, a alienação de bens oriundos do crime é um instrumento de compensação para a sociedade, por meio de mecanismos que consolidam recursos para o Estado realizar políticas públicas. As operações de combate ao tráfico de drogas resultam, muitas vezes, na apreensão de bens que ficam à disposição da União no aguardo de destinação.

O MJSP vem atuando para a administração mais eficiente de ativos apreendidos, a partir de oportunidades geradas pela reformulação e expansão do modelo de alienação de ativos e pela automatização do fluxo de informações entre atores, tornando o procedimento uniforme em todo o país com a criação de rotinas eletrônicas para recebimento de informações sobre bens perdidos, criação de comissões de alienação, avaliação dos ativos e contratação de leiloeiros em todos os Estados do Brasil. A realização de leilões, por sua vez, tem como objetivo alienar esses patrimônios de forma célere e sem custo para a Administração Pública, desonerar as forças policiais de gastos com armazenamento, reduzir o problema ambiental afeto ao abandono de veículos em pátios por vários anos, bem como gerar receita nova e aplicá-la em políticas públicas sobre drogas, de prevenção e de tratamento de dependentes químicos, além de reforçar os repasses para investimentos em segurança dos Estados.

O MJSP, por meio da Secretaria de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, tem atuado no sentido de garantir a aplicação da justiça por meio da transformação dos bens apreendidos, em razão de crimes, em políticas sobre drogas e reduzir a oferta de drogas no País. Para tanto, atua, especialmente, em dois eixos: redução da oferta de drogas e combate ao tráfico de drogas e crimes conexos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PROMOVER A GESTÃO E A ALIENAÇÃO DO PRODUTO DE CRIMES

CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

GESTÃO DE ATIVOS E DA POLÍTICA
SOBRE DROGAS

ENTREGAS PARA A SOCIEDADE



GESTÃO EFETIVA E EFICIENTE DE
RECURSOS APREENDIDOS DO
CRIME PARA FINANCIAMENTO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS

CUSTO TOTAL DAS ENTREGAS À SOCIEDADE

Gestão efetiva e eficiente de recursos
apreendidos do crime para financiamento
de políticas públicas



INDICADOR ESTRATÉGICO
SENAD

PERCENTUAL DE ATIVOS DESTINADOS PELA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICA SOBRE DROGAS E GESTÃO
DE ATIVOS

INDICADOR ESTRATÉGICO
SENAD

QUANTIDADE DE ATIVOS DESTINADOS PELA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E
GESTÃO DE ATIVOS

INDICADOR ESTRATÉGICO
SENAD

RECEITA DA GESTÃO DE ATIVOS

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE ATIVOS DESTINADOS PELA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICA SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista para 2023
33%	52,26%	40%	46%	Não se aplica	55%

INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE ATIVOS DESTINADOS PELA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICA SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
4.000	4.424	4.800	4.654	8.885	20.000

INDICADOR ESTRATÉGICO

RECEITA DA GESTÃO DE ATIVOS

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
R\$ 200.000.000,00	R\$ 134.196.822,85	R\$ 250.000.000,00	R\$ 360.339.129,69	R\$ 494.535.952,54	R\$ 1.150.000.000,00

Visando a redução da demanda e da oferta de drogas e combater as organizações criminosas no Brasil, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD do MJSP tem envidado esforços no avanço de políticas voltadas à gestão de ativos.

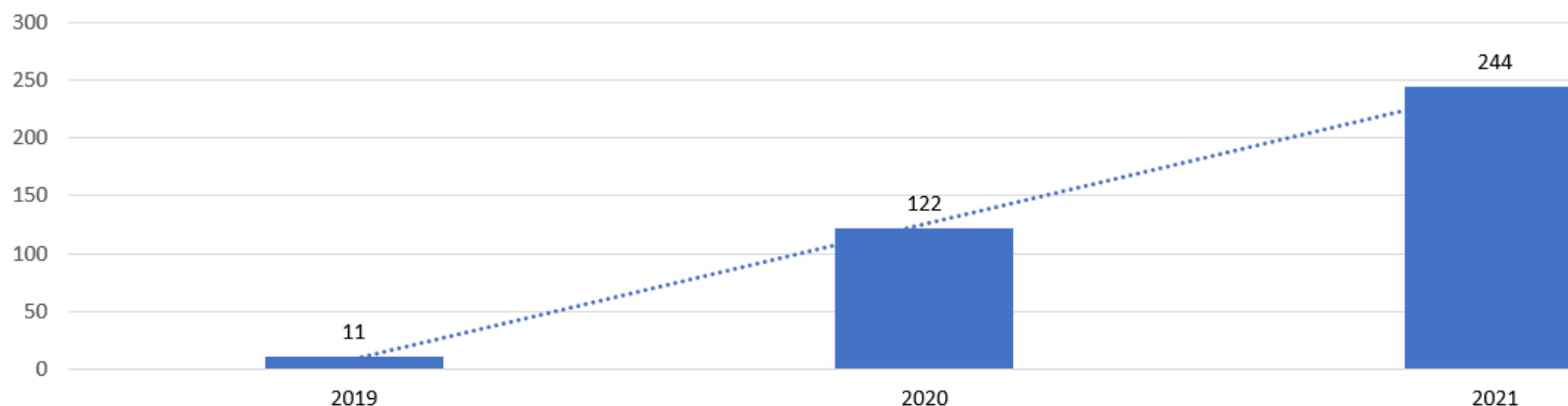
A SENAD tem a responsabilidade de elaborar políticas relacionadas à redução da oferta de drogas por meio da difusão do conhecimento e da repressão ao tráfico de drogas e crimes conexos. Em 2021, a sua estrutura organizacional foi modificada por força do Decreto nº 10.785, de 1º de setembro de 2021, visando ampliar o conjunto de atividades a cargo da Secretaria, inserindo atividades afetas à realização de leilões públicos, às transferências patrimoniais de bens destinados, ao suporte a arrematantes de bens leiloados pela Secretaria por meio de plataforma eletrônica própria e, em especial, à recuperação,

à gestão e à destinação de ativos especiais, assim entendidos os ativos empresariais, empresas e quaisquer bens que exigem articulação específica ou nova articulação entre atores estratégicos. Dessa forma, a SENAD estruturou sua atuação em dois eixos: a redução da oferta de drogas e o combate ao tráfico de drogas e crimes conexos; e a gestão dos recursos apreendidos em decorrência de atividades criminosas relacionadas a esses crimes.

Nesse novo contexto, a descapitalização patrimonial das organizações criminosas e a aplicação dos recursos oriundos de bens apreendidos do crime resultaram em mais um valor recorde arrecadado para o Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, cujos recursos foram investidos no fortalecimento da segurança pública do país e em políticas de prevenção às drogas.

Após o redesenho dos processos de gestão de ativos, iniciado em 2019, a SENAD promoveu sua reestruturação, implantou novo modelo de contratação de leiloeiros em todo Brasil, celebrou parcerias com outros órgãos e fomentou a instituição de estruturas orgânicas de apoio à SENAD em todas as unidades da federação.

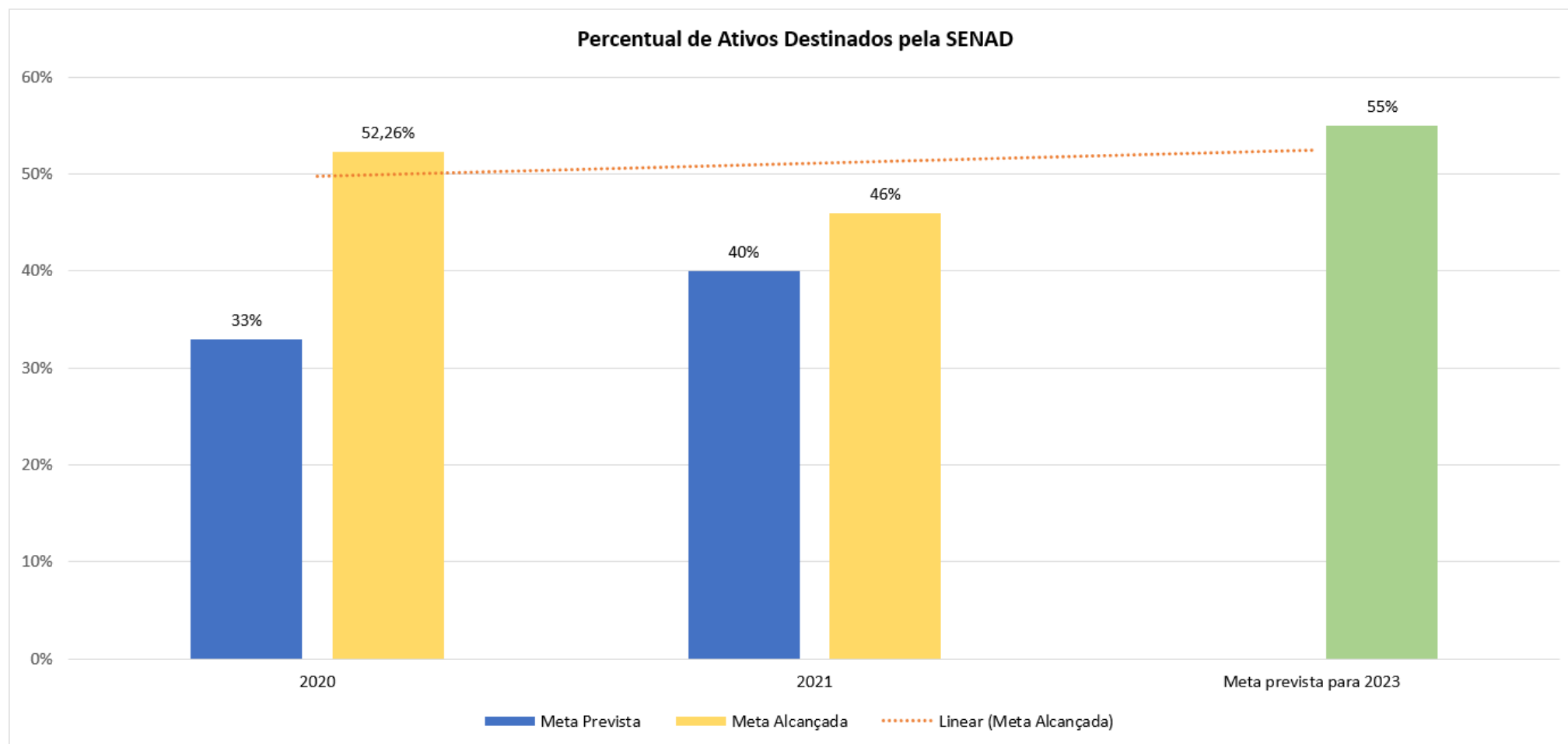
Como resultado do novo modelo operacional, em 2021 foram realizados 244 leilões de ativos, um total de 100% superior à quantidade de leilões realizadas em 2020 (122 leilões).

Número de Leilões

Fonte: SENAD/MJSP

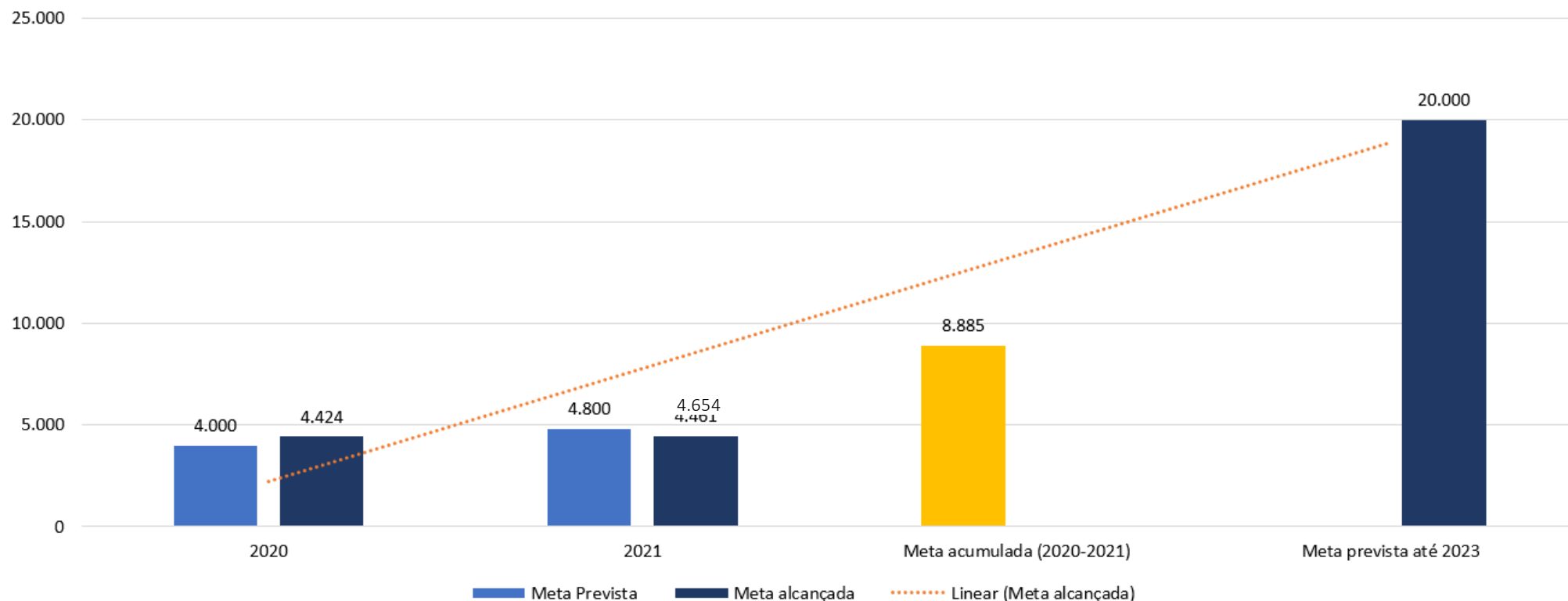
Buscando mensurar a quantidade relativa de bens destinados pela SENAD ao longo do ano, frente à quantidade de bens possíveis de destinação, a unidade utiliza-se do indicador estratégico “Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos”. O referido indicador é utilizado, sobretudo, para auxiliar na identificação de gargalos na destinação de bens, uma vez que fatores diversos podem impedir ou dificultar a destinação de bens (ausência da documentação necessária à venda, baixa de pendências e débitos, localização, avaliação, remoção, entre outros), e permitir a adoção de ações que gerem maior agilidade ao processo.

No ano de 2021, a SENAD alcançou um percentual de 46% na destinação de ativos, um valor superior à meta estabelecida para o período que era de 40%.



Fonte: BI do Planejamento Estratégico MJSP

Quantidade de Ativos Destinados pela SENAD

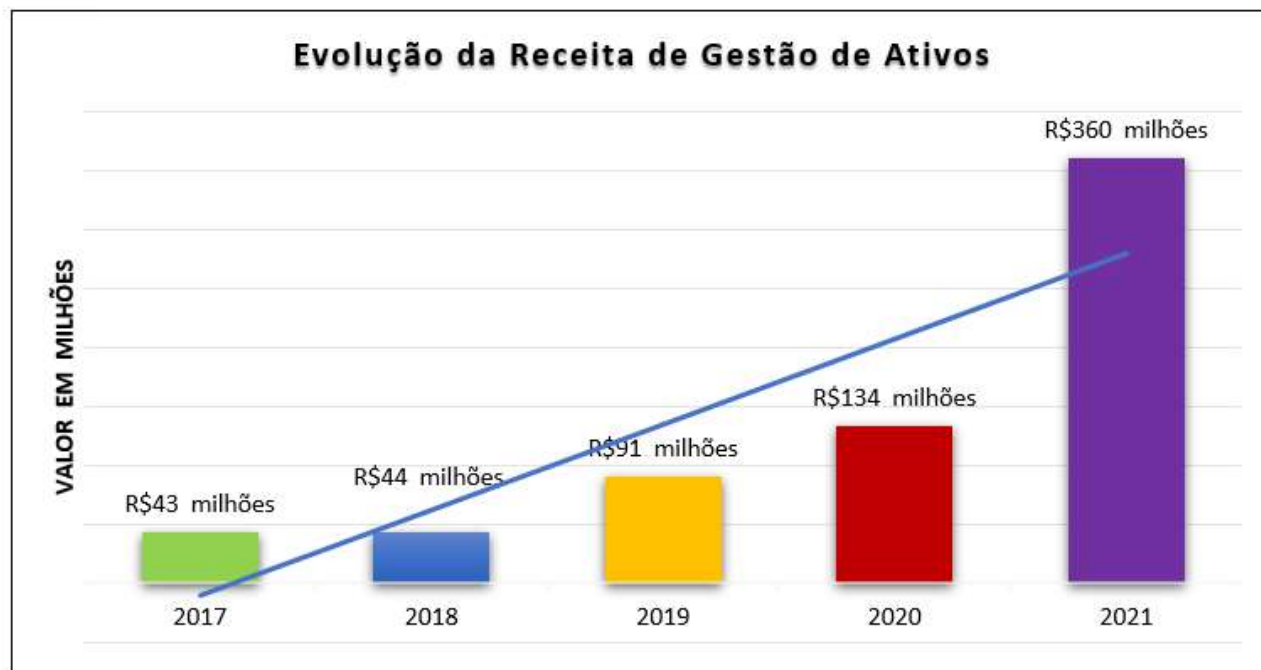


Fonte: BI do Planejamento Estratégico MJSP

Cabe ressaltar que, a complexidade dos bens destinados pela SENAD em 2021 foi maior que no ano anterior, o que pode ser percebido pelo valor da receita gerada pela destinação dos bens. Naturalmente, quanto maior a complexidade, maior a materialidade dos valores auferidos e maior o tempo necessário à destinação dos bens. Dentre esses bens estão, empresas, fazendas, shopping, hotéis, pousadas, aeronaves e, até mesmo, navios, perfazendo um total de 4.654 bens leiloados. O número de leilões realizados está diretamente relacionado aos objetivos estratégicos da SENAD, pois a venda de bens apreendidos vem sendo responsável pela elevação de receitas oriundas de apreensões de bens, gerando maiores aplicações de valores em políticas públicas, ações, projetos e programas relacionados à políticas sobre drogas.

O indicador “Receita de Gestão de Ativos” é utilizado para acompanhar o valor que retorna à sociedade por meio da gestão promovida pela SENAD para bens apreendidos e sujeitos a perdimento em favor da União. Engloba, em especial, os valores financeiros decorrentes da venda de bens de diversos crimes, assim como da conversão de moedas estrangeiras apreendidas e da rentabilidade dos valores recolhidos ao Fundo Nacional Antidrogas. Além dos recursos financeiros, a receita inclui os valores dos bens patrimoniais que, após serem apreendidos, foram destinados a órgãos que atuam diretamente em favor da política sobre drogas no Brasil.

Em 2021, o Ministério registrou um valor recorde na Receita de Gestão de Ativos, R\$ 360.339.129,69, superando a meta estabelecida para o ano de 2021, que foi de R\$ 250 milhões. O montante arrecadado no ano foi quase 3 vezes mais o valor alcançado em 2020, que foi de R\$ 134 milhões.



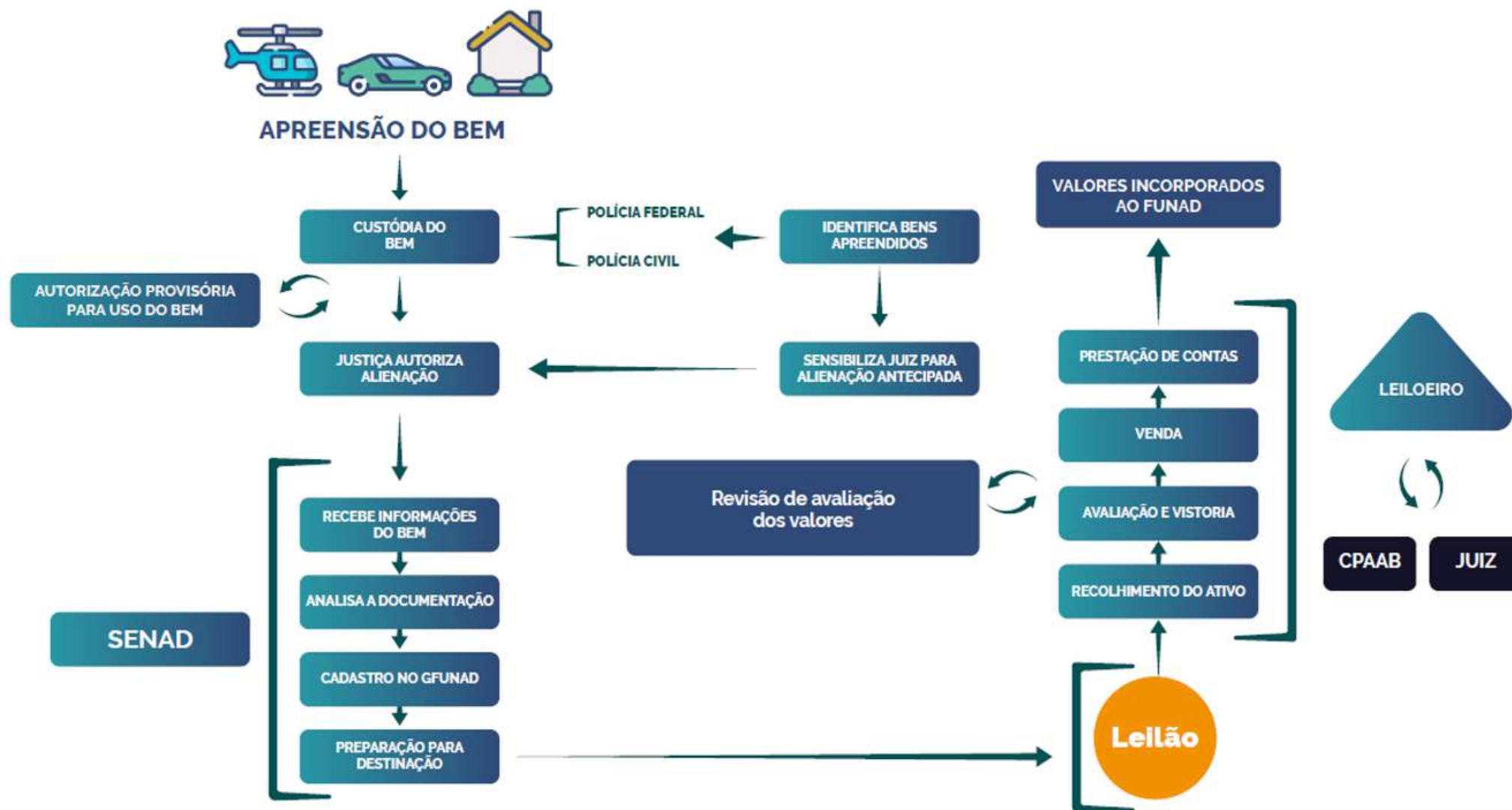
Fonte: SENAD/MJSP

Destaca-se que os recursos provenientes dos leilões de bens apreendidos do narcotráfico são sistematicamente investidos na Política Nacional de Drogas, por meio de investimentos nas forças policiais federais e estaduais de todo país, quanto na redução da demanda de drogas, por meio de doações às entidades de apoio e prevenção ao uso de Drogas, nos termos da Lei nº 11.343/2006.

No âmbito do projeto estratégico "Alienação de Ativos em todo o Brasil", foram alcançados importantes resultados em 2021, com a realização de leilões em todos os entes da federação que possuíam bens a serem leiloados, alcançando, no presente ano, a marca histórica de 38 imóveis leiloados. Para 2022, o esforço se dará no sentido de concluir a integração do GFunad - sistema que promove a guarda e gerenciamento de dados dos bens do Fundo Nacional Antidrogas com órgãos estratégicos da gestão de ativos no Brasil como, por exemplo, o Poder Judiciário.

Ressalta-se ainda que, a atualização ocorrida no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), por meio da Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, que fornece orientações sobre a gestão de ativos e cria a possibilidade de alienar um bem de maneira antecipada (artigo 61), abrindo espaço para o Estado brasileiro possa vender bens oriundos do tráfico utilizados para a prática de crimes, com exceção de armas, antes da sentença condenatória transitada em julgado. Dessa forma, o fluxo de um ativo apreendido no contexto de uma alienação antecipada, segue o seguinte fluxo:

Fluxograma do modelo de gestão de ativos alienados antecipadamente



Fonte: Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE)

Desde a mudança da legislação sobre gestão de bens apreendidos, ocorrida em 2019, foram investidos cerca de R\$ 118 milhões - dos quais R\$ 40 milhões em 2021 -, no fomento a (i) projetos de pesquisa e educação profissional permanente (formação, capacitação e treinamento) voltados a agentes e operadores de organizações que atuam diretamente no domínio da redução da oferta de drogas, e a (ii) projetos oriundos de órgãos de segurança pública das esferas federal, estadual e distrital, com os seguintes objetivos: I - a desarticulação financeira de organizações criminosas relacionadas ao tráfico de drogas; II - a implementação de ações para detecção de drogas visando a ampliar a desarticulação de organizações criminosas, a apreensão e a destruição de substâncias proscritas, incluindo, entre outras técnicas, ações com cães farejadores; e III - o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública.

Ademais, é importante reiterar o papel de destaque ocupado pela SENAD em um conjunto de ações que envolvem: a coordenação da política sobre drogas, por meio da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD; o fomento à política sobre drogas no que tange às ações de redução da oferta de drogas por meio do Banco de Projetos, ações de capacitação e formação profissional; a realização de pesquisas e projetos especiais vinculados à política sobre drogas; além de ações de cooperação internacional.

Destacam-se os principais resultados e ações no exercício de 2021:

- a elaboração do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (PLANAD), que teve início em julho de 2020, a partir da aprovação da Resolução CONAD nº 2/2020, que estabeleceu a metodologia de planejamento, monitoramento e avaliação da política sobre drogas, bem como o guia metodológico do Plano;
- a capacitação de 108 (cento e oito) peritos criminais oficiais dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito do projeto Minerva, nos cursos de Instrumentação em Química Analítica, Novas Substâncias Psicoativas, e Análise Toxicológica, sendo este último, realizado no Laboratório de Toxicologia Forense da Superintendência Técnico-Científica, na cidade de São Paulo/SP;
- a capacitação de 7.781 (sete mil setecentos e oitenta e um) agentes e operadores do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis e Polícias Militares, dentre outras organizações envolvidas com a redução da oferta no curso FRoNt (Fundamentos para Repressão ao Narcotráfico e ao Crime Organizado). O curso tem como objetivo capacitar profissionais que atuam com assuntos relacionados à problemática das drogas no que tange aos temas principais de

economia das drogas; dinâmica do narcotráfico e crimes conexos; organizações criminosas no Brasil e no exterior; e tópicos especiais em narcotráfico e crimes conexos;

- a capacitação de aproximadamente 700 (setecentos) profissionais no curso CaPta – Capacitación sobre Políticas Nacionales sobre Drogas, com carga horária de 40 (quarenta) horas e realizado na modalidade EaD, o curso é voltado para profissionais de língua espanhola que compartilham com seus pares brasileiros a preocupação de reduzir a oferta e a demanda de medicamentos em seus próprios países, nas Américas e em todo o mundo;
- o desenvolvimento do curso Investigação e Análise Patrimonial: Noções Básicas. Instituído pela Portaria nº 70, de 3 de setembro de 2020, tem como público-alvo os profissionais de segurança que compõem o Sistema Único de Segurança (SUSP). É ministrado na modalidade de ensino a distância por meio de aulas, vídeos e exercícios, na modalidade autoinstrucional, que serão disponibilizadas através da plataforma do ambiente virtual da Rede EaD-SENASP. Possui 4 (quatro) módulos, totalizando 60 horas-aula e fica disponível durante todo o ano. Espera-se capacitar os profissionais do SUSP para detectar e obstar as fraudes nos contratos públicos em geral;
- a habilitação de 5 (cinco) propostas de parcerias por meio do Banco de Projetos; e

• a celebração de 4 (quatro) convênios e 9 (nove) descentralizações que envolveram investimentos da ordem de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) em ações de redução da oferta de drogas ilícitas.

Ainda cabe destacar a realização do 1º Seminário Nacional sobre Aeronaves na Promoção da Redução de Oferta de Drogas e Segurança Pública, realizado pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD), em parceria com a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública (SEGEN) e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e que teve como objetivo principal promover uma ampla discussão sobre o uso da aviação de asas fixas e rotativas nas atividades de segurança pública do país.

O evento contou com 730 (setecentos e trinta) participantes inscritos e 2.730 (duas mil setecentas e trinta) visualizações ao vivo, sendo voltado, em especial, para operadores da aviação de segurança pública (pilotos, operadores aerotáticos e mecânicos), membros das Polícias Militar, Civil e Científica e Bombeiro Militar dos Estados, instituições pertencentes ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), tais como a vigilância de áreas de riscos, defesa civil e as operações de busca e salvamento realizadas em eventos críticos no Brasil, além de servidores interessados e gestores de ensino da área de segurança.

Dentre os resultados e ações desse evento, destacam-se:

- o compartilhamento, por profissionais da aviação de segurança pública (pilotos, operadores aerotáticos e mecânicos), de conhecimento e de boas práticas;
- a valorização da experiência profissional dos operadores da aviação de segurança pública;
- as contribuições de órgãos parceiros como Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Receita Federal do Brasil (RFB) e Escola Superior de Defesa;
- informações sobre operações com Veículos Aéreos não Tripulados (VANTs) para combate ao tráfico realizadas por empresas privadas e em países membros da União Europeia;
- o levantamento inicial sobre o cenário atual da aviação de segurança pública e suas principais necessidades; e
- reconhecimento sobre a importância dos equipamentos e profissionais da aviação na promoção da redução da oferta de drogas e segurança pública.

Outro ponto que merece destaque é a criação do Subsistema de Alerta Rápido (SAR) no âmbito do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas. Os SARs, são mecanismos interinstitucionais criados por governos nacionais para lidar de forma específica com problemas originados

pela crescente expansão e complexidade do mercado de drogas, originados em especial pelo desenvolvimento da química, no âmbito da oferta de drogas, com destaque para o surgimento de novas drogas.

Assim, em 3 de agosto de 2021, o CONAD aprovou, por meio da edição da Resolução CONAD nº 06/2021, a criação, em caráter experimental, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, do Subsistema de Alerta Rápido Sobre Drogas (SAR), composto pela SENAD, Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED), SENASP, PF, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Receita Federal do Brasil (RFB).

Outrossim, ressalta-se a implementação do Projeto "Trabalho Orientado para o Desenvolvimento Econômico e Biopsicossocial por meio da Oferta de Alternativas - Tô de Boa". O referido projeto foi concebido pela SENAD seguindo as premissas do desenvolvimento alternativo e sustentável para a redução da violência relacionada ao tráfico de drogas, por meio da utilização de projetos de desenvolvimento sustentável voltados para a redução da oferta de drogas em comunidades vulneráveis e tem como objetivo reduzir o envolvimento de adolescentes e jovens com o narcotráfico, por meio de ações que promovam o desenvolvimento econômico e biopsicossocial através da oferta de alternativas.

Sobre o tema supra, registra-se que o primeiro piloto está em fase inicial de implantação no estado do Paraná. Em 2021 foi elaborado o modelo conceitual e de governança do projeto e o estudo diagnóstico visando a sua implantação.

Nesse sentido, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da SENAD, consolidou várias iniciativas visando à melhoria da gestão de ativos no Brasil, o que resultou em um aumento expressivo no número de bens alienados, em 2021, com relação à média de anos anteriores.

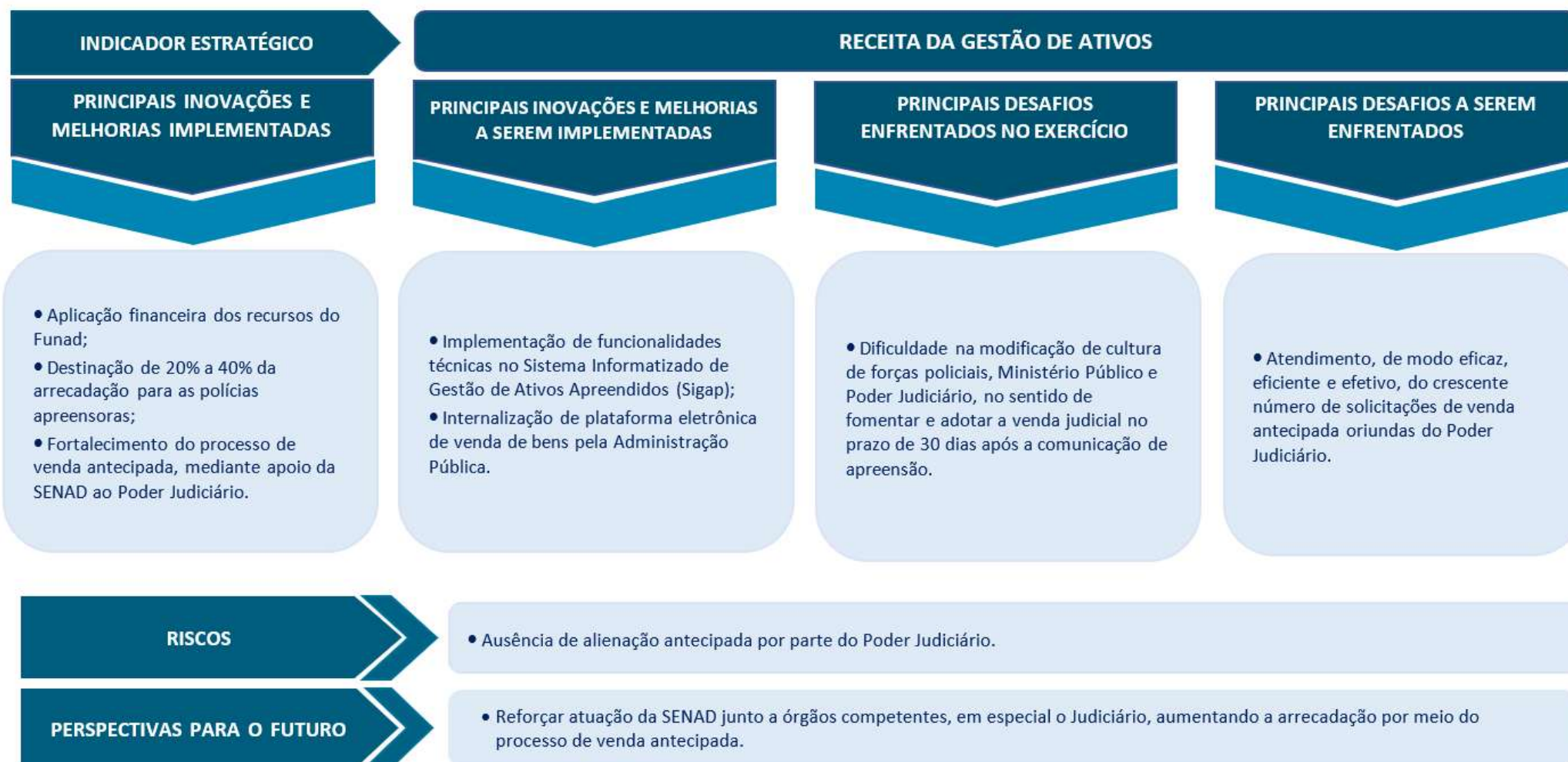
Dentre as iniciativas realizadas no ano destacam-se:

- (i) leilão de ativos especiais – imóveis, aeronaves, ativos biológicos, empresas e ativos empresariais, ouros e pedras preciosas;
- (ii) apoio ao poder judiciário na gestão de empresas, tais como um hotel nos Estados Unidos e um shopping no Mato Grosso;
- (iii) instituição de acordos de cooperação técnica como meio de ampliar a força de agentes concentrados nessa tarefa;
- (iv) ampliação e consolidação do “Projeto *Check-In*”, como um rápido canal de comunicação com as forças policiais, especialmente no que diz respeito à remessa de informação sobre a existência de bens apreendidos e armazenados; e
- (v) ações de integração de dados entre sistemas informatizados dos principais atores estratégicos do Governo Federal.

Com isso, a arrecadação do Fundo Nacional Antidrogas, compreendida em mais de R\$ 360 milhões em 2021, deve avançar para centenas de milhões de reais nos próximos exercícios, à medida que o Poder Judiciário ampliar o número de pedidos de apoio da estrutura oferecida pelo Governo Federal para alienações antecipadas, no prazo de 30 dias, a contar da apreensão dos bens.

A alienação dos bens tem permitido um melhor reaparelhamento das forças de segurança pública para atuação contra o tráfico, bem como a capacitação de professores para lidar com temas relacionados à saúde, à segurança, às drogas nas escolas e às novas formas de detecção de uso de substâncias psicoativas. A possibilidade de subtrair do crime valores muito superiores às médias anuais anteriores e a aplicação dos recursos no enfrentamento ao tráfico pelas forças de segurança pública têm aumentado a apreensão de drogas e a capacidade de investigação e combate a organizações criminosas. Assim, prenunciam uma correção de rumos na garantia do controle das drogas e na repressão do narcotráfico.





PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujo principais estão destacados abaixo:

PROJETO ESTRATÉGICO - SENAD

O projeto estratégico “Alienação de ativos em todo o Brasil – Edição 2021” é a continuidade do projeto de 2020 que teve por objetivo expandir o modelo de alienação de ativos, baseado na criação de rotinas eletrônicas para recebimento de informações sobre bens perdidos, criação de comissões de alienação, avaliação dos ativos e contratação de leiloeiros em todos os Estados do Brasil. A edição 2021 avançou na perspectiva de consolidação desse modelo com previsão de realizar leilão de bens móveis (em todos os Estados e no DF), leilão de bens imóveis (RJ, SP, PR, RS e MS) e sequência do aprimoramento do Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos – Sigap (antigo GFunad).

Em relação aos leilões (bens móveis e bens imóveis), são necessárias as seguintes atividades para cada um:

ALIAÇÃO DE ATIVOS EM TODO O BRASIL – EDIÇÃO

- (a) realizar reunião técnica com a Comissão (CPAABE);
- (b) realizar reunião técnica com equipe de leiloeiro;
- (c) orientar equipe SENAD para fiscalização contratual;
- (d) acessar Projeto *Check-In* e verificar bens disponíveis para venda;
- (e) expedir ordem de serviço de alienação de bem móvel;
- (f) verificar homologação de laudo de avaliação pela comissão;
- (g) verificar aprovação de edital de leilão pela comissão;
- (h) publicar edital de leilão na página internet da SENAD/MJSP;

- (i) realizar leilão;
- (j) conferir relatório de vendas;
- (k) homologar prestação de contas e
- (l) atualizar painel de repasse de valores à UF.

O projeto estratégico inclui o aprimoramento do Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos – Sigap, o qual contou com vários Sprints desenvolvidos e homologados desde sua concepção. Os grandes módulos em produção já contemplam a inclusão de processos e ativos recebidos até a emissão e controle das Ordens de Serviço de Alienação (OSA). Em paralelo, está sendo realizado o mapeamento dos processos da SENAD com o objetivo de se definir as novas demandas e prioridades, bem como integrações adicionais que se façam necessárias no sistema.

PROJETO ESTRATÉGICO - SENAD

CENTRO DE EXCELÊNCIA SOBRE REDUÇÃO DA OFERTA DE DROGAS (CdE)

O Projeto Piloto do Centro de Excelência sobre a Redução da Oferta de Drogas (CdE) é fruto de uma parceria inovadora entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD/MJSP), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A proposta do CdE é contribuir com informações qualificadas sobre a oferta de drogas no país por meio do compartilhamento de evidências científicas sobre os mercados de ilícitos. A partir de um extenso trabalho de pesquisa e análise, o CdE fornecerá subsídios para instrumentalizar o MJSP na elaboração de estudos sobre tendências e ameaças representadas pelo tráfico de drogas e o crime organizado transnacional, e divulgará essas informações a parceiros governamentais, da sociedade civil e da imprensa.

O Projeto Piloto do CdE foi lançado em 26 de janeiro de 2021 através de um seminário virtual, com o tema: “Estratégias para o Enfrentamento ao Tráfico de Drogas Ilícitas e ao

Crime Organizado Transnacional”, e teve como objetivo, além de seu lançamento, promover e incentivar o compartilhamento de experiências, informações e análises sobre a temática da redução da oferta de drogas, bem como fortalecer a mobilização de parceiros e públicos relacionados a essa temática. O evento contou com a participação de 63 (sessenta e três) gestores públicos, profissionais da segurança pública, pesquisadores e especialistas do Brasil, México, Colômbia, Peru, Equador, Áustria, Itália e Coreia do Sul.

Nesse contexto, merece destaque as entregas já realizadas no exercício de 2021:

- o Primeiro Boletim Temático, que abordou a matéria da Gestão de Ativos no Brasil e trouxe para o debate o modelo de gestão de ativos no Brasil, suas fontes de informação, o processo de alienação, a legislação vigente, além das experiências existentes no mundo sobre o assunto;
- o Primeiro Estudo Estratégico do CdE, que realizou uma pesquisa sobre os efeitos da pandemia da COVID-19 no mercado de cocaína e outras drogas ilícitas no Brasil, e buscou

compreender as dinâmicas do tráfico de drogas que possam ter surgido, se alterado ou se intensificado com a pandemia da COVID-19;

- o plano de comunicação, que ampliou e revisou a Estratégia de Comunicação e Advocacy do CdE e desenvolveu produtos, ações e estratégias que visam à divulgação de atividades, estudos, pesquisas, eventos e demais iniciativas do CdE; e

- o Relatório de *Benchmarking*, que apresentou um panorama sobre as experiências e práticas promissoras internacionais em áreas relacionadas a oferta de drogas ilícitas, quais sejam:

- (i) Novas Substâncias Psicoativas e os Sistemas de Alerta Rápido;
- (ii) Monitoramento e Prevenção aos Cultivos Ilícitos;
- (iii) Monitoramento e precificação de drogas ilícitas;
- (iv) Gestão de Ativos e Fluxos Financeiros Ilícitos; e
- (v) Centros de Excelência sobre a redução da oferta de drogas ilícitas e temas correlatos.

Cabe ressaltar que está em fase de revisão, para posterior publicação, mais dois importantes estudos produzidos pelo CdE:

- o Segundo Boletim sobre Precificação de Drogas Ilícitas: As experiências da Colômbia e possíveis aplicações no Brasil, que trouxe uma introdução ao tema de precificação de drogas ilícitas na perspectiva internacional, baseado principalmente nas experiências do Sistema Integrado de Monitoramento de Cultivos Ilícitos (SIMCI/UNODC) e do Governo da Colômbia; e
- o Primeiro Informe sobre o Subsistema de Alerta Rápido (SAR) Brasileiro sobre Drogas, que tem por finalidade sistematizar os dados acerca da produção e dos potenciais riscos associados às novas substâncias psicoativas.

Além disso, está em andamento, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2022, a elaboração do Segundo Estudo Estratégico do CdE, realizado em parceria com SIMCI/UNODC Colômbia, e que tem como objetivo implementar uma metodologia própria brasileira para a precificação de drogas ilícitas, a qual permitirá o monitoramento de preços destas drogas e a possível correlação com a dinâmica criminal no Brasil.

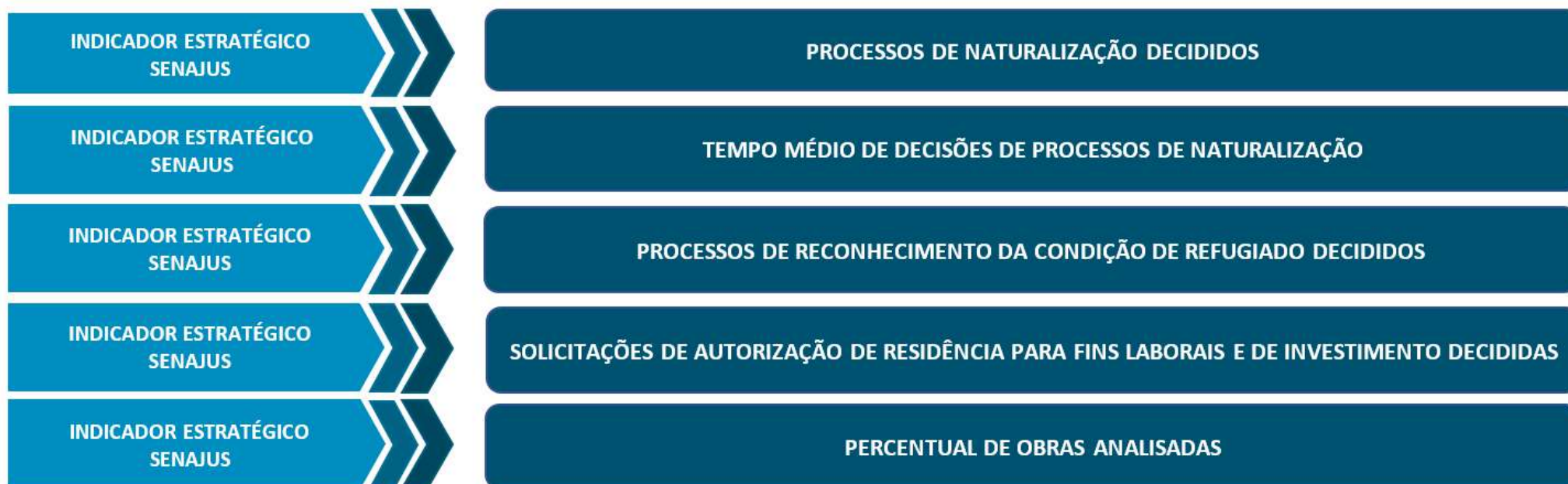
OBJETIVO ESTRATÉGICO - Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, no âmbito de suas competências, atua no sentido de promover os direitos e as garantias fundamentais do cidadão, por meio de políticas e ações voltadas à modernização, ao aperfeiçoamento e à democratização do acesso à justiça e à cidadania. Nesse sentido, dentre as diversas ações de proteção de direitos desempenhadas pelo Ministério, destacam-se a preocupação com os estrangeiros no território nacional no objetivo de reduzir o tempo de análise e decisão para solicitações de naturalização, de reconhecimento da condição de refugiado e de autorização de residência para fins laborais e de investimento requeridas pelos diversos atores que compõem o contexto migratório nacional. A partir da implantação e do aperfeiçoamento de soluções e ferramentas estruturantes, a otimização na análise desses pedidos permite maior economia, celeridade e transparência ao processo, além de possibilitar a formulação mais adequada e eficiente de políticas de gestão relacionadas ao estrangeiro e à avaliação do impacto de sua implementação no desenvolvimento do País. Diante da prerrogativa que o Estado possui de retirar de seu território aquele estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional e a ordem política ou social, o MJSP tem contribuído para a integração de diversas bases de dados, tais como informações de condenações penais, penitenciárias, imigratórias e pedidos de refúgio, para obter mais racionalidade e efetividade no processamento das expulsões de estrangeiros.

O Ministério atua também na proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, por meio da fiscalização da adoção internacional, da gestão da política de classificação indicativa para obras audiovisuais e da promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas. Além disso, atua na coordenação de políticas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, atualmente uma das atividades criminosas mais lucrativas do mundo e que, geralmente, envolve outras práticas criminosas e de violações aos direitos humanos, servindo, não apenas à exploração de mão-de-obra escrava, mas também a redes internacionais de exploração sexual comercial, muitas vezes ligadas a roteiros de turismo sexual, e quadrilhas transnacionais especializadas em remoção de órgãos.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - PROMOVER O ACESSO À JUSTIÇA E PROTEGER OS DIREITOS DO CIDADÃO
CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO
PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO
ENTREGAS PARA A SOCIEDADE
**GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO,
DO MIGRANTE, DO REFUGIADO E DOS
POVOS INDÍGENAS**
CUSTO TOTAL DAS ENTREGAS A SOCIEDADE
**Garantia de Direitos do Cidadão, do Migrante,
do Refugiado e dos Povos Indígenas**
R\$259.260.091,60

Vinculado ao objetivo estratégico “Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão”, o Ministério dispõe de 5 indicadores estratégicos para medir o alcance do objetivo estratégico, quais sejam:



PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO

PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO DECIDIDOS

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta Prevista para 2023
47%	105,35%	51,70%	64,56%	56,80%

INDICADOR ESTRATÉGICO

TEMPO MÉDIO DE DECISÕES DE PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta Prevista para 2023
8	3,29	8	2,17	8

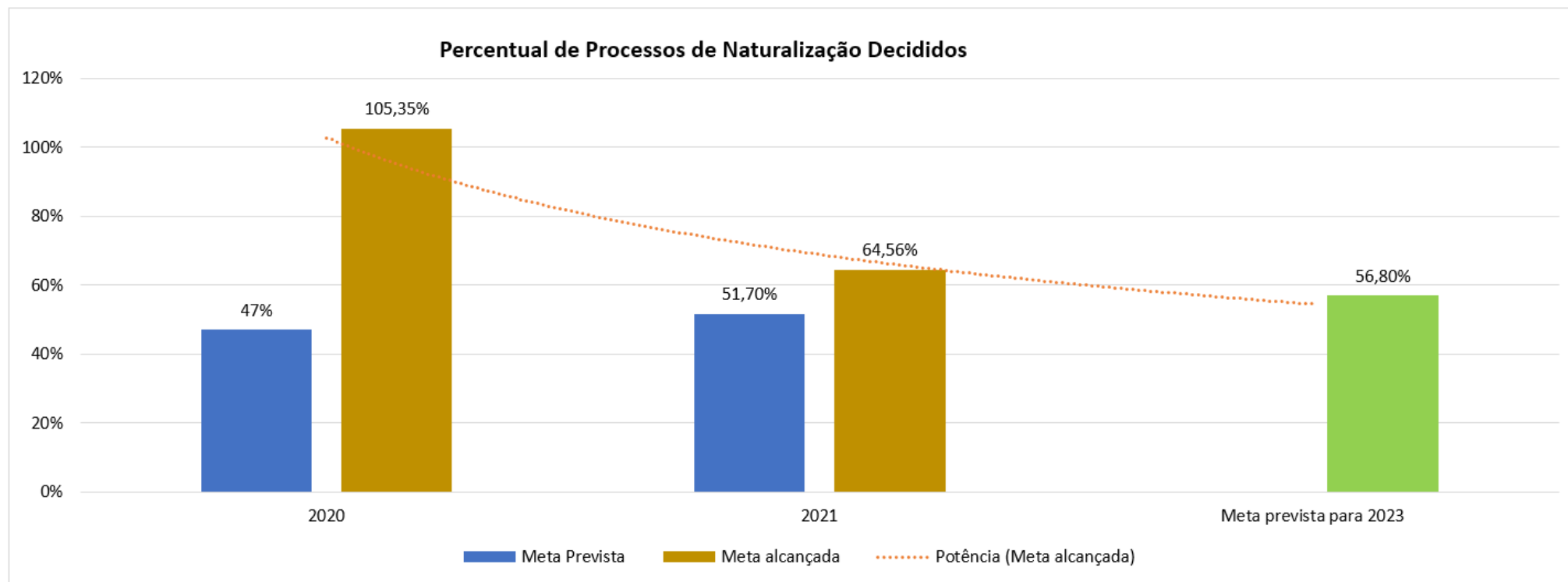
O Ministério, por meio da Secretaria Nacional de Justiça – Senajus, é responsável por analisar e decidir sobre os pedidos de Naturalização Ordinária, Extraordinária e Provisória e Transformação de Naturalização Provisória em Definitiva, submetidos por pessoas estrangeiras.

Nesse processo, a morosidade na análise e julgamento desses pedidos foi considerado um dos maiores problemas do órgão. No início de 2019, conforme a série histórica, no âmbito do MJSP, o tempo médio da primeira avaliação de um pedido de naturalização ultrapassava 500 (quinhentos) dias, contados da data de protocolo nesta Pasta. Tal demora, além da insatisfação pela deficiência na prestação do serviço, originava inúmeras demandas judiciais. Por conseguinte, os requerentes levavam mais de dois anos para obter a cidadania brasileira.

Diante disso, nos últimos anos o MJSP tem buscado modernizar o processo administrativo de análise desses processos, reduzindo a burocracia e informatizando os serviços. A criação de um projeto estratégico para reduzir o passivo e modernizar o processo de naturalização deu origem ao Sistema Naturalizar-se, solução tecnológica que permite maior celeridade na tramitação, eficiência nas comunicações e segurança da informação, além de facilitar a integração com outros bancos de dados, representando um grande avanço no acesso à justiça brasileiro.

Para acompanhar os resultados das análises e julgamentos dos processos e visando evitar novos acúmulos de passivo ou morosidade no atendimento, o Ministério definiu indicadores estratégicos para o acompanhamento, a produtividade e a efetividade das medidas de gerenciamento.

O indicador "Processos de naturalização decididos" é o resultado da razão entre o número total de processos de naturalização (originários/recursais) decididos sobre o número total de processos de naturalização (originários/recursais) recebidos no período. No ano de 2021, foram decididos 64,56% dos processos de naturalização, um percentual superior à meta estabelecida para o período que foi de 51,70%.

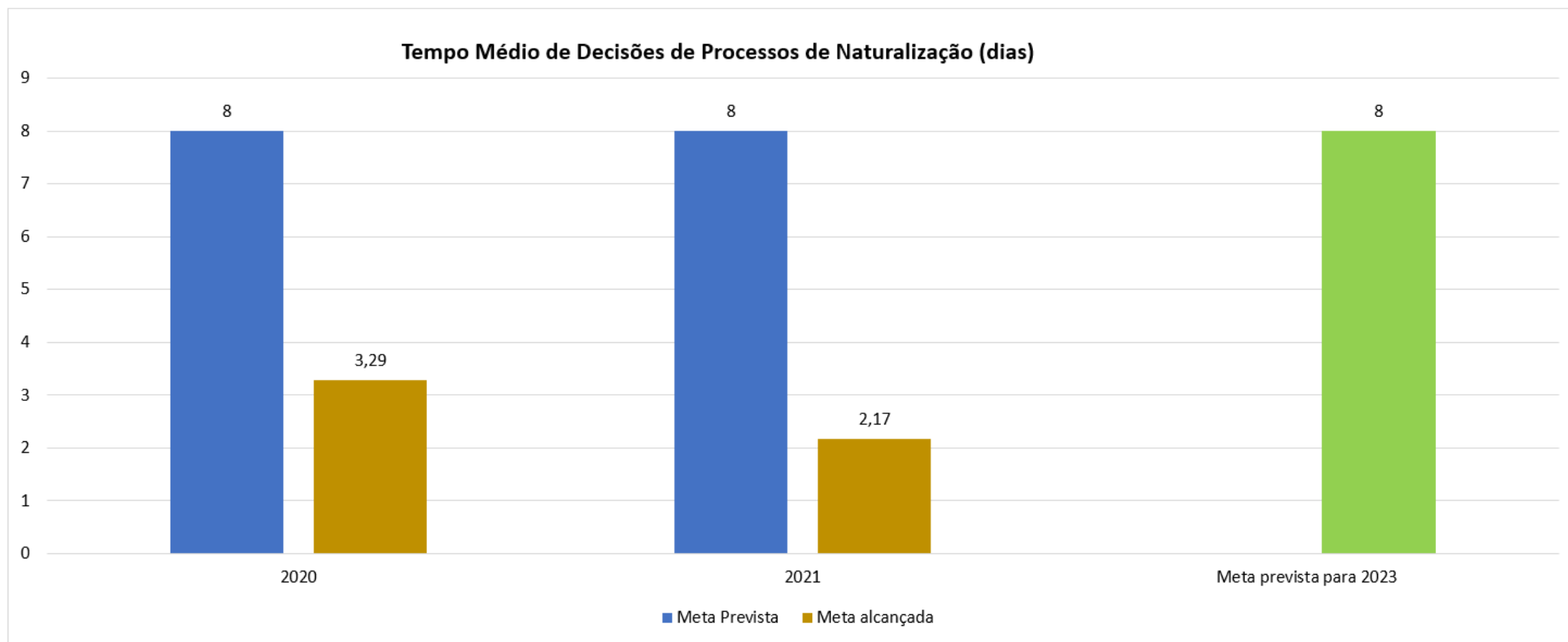


Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Destaca-se que, em 2020, foi realizado mutirão para análise e julgamento do passivo de processos de naturalização. Como resultado, o percentual de processos de naturalização decididos ultrapassou a meta estabelecida naquele ano, chegando a 105,35%. Desde então, o Sistema Naturalizar-se passou a ser o meio exclusivo de recebimento dos pedidos de naturalização, presente em todas as unidades da Polícia Federal, tornando os procedimentos mais ágeis e simplificados.

O indicador "Tempo médio de decisões de processos de naturalização", visa garantir a efetividade das análises dos processos estabelecendo período razoável de duração do pedido de naturalização junto ao Ministério. É calculado por meio do somatório de dias decorridos entre o pedido e a primeira decisão ou encaminhamento sobre o número de processos analisados no mês de referência. A meta traçada é decidir ou encaminhar em até 8 dias úteis processos de naturalização, tendo também um resultado positivo com média de 4,87 dias úteis.

No ano de 2021, o Ministério apresentou tempo médio de 2,17 dias, conseguindo reduzir em torno de 5 dias, o tempo previsto na meta e diminuir em 1 dia o tempo médio em relação ao ano anterior. Cabe ressaltar que, apesar dos resultados dos últimos dois anos já estarem abaixo das metas previstas (2020 e 2021), os desafios continuam existindo ano após ano, devendo a meta ser revista para o próximo quadriênio (2024 - 2027).



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Com a informatização do processo de naturalização por meio do Sistema Naturalizar-se, foi possível reduzir o tempo de análise dos processos e aumentar o percentual de processos decididos anualmente. Com o Sistema, o requerente inicia o procedimento por meio 100% digital, sendo necessária sua presença na Polícia Federal, uma única vez, após agendamento, para coleta biométrica e conferência dos originais. Esse novo fluxo evita idas desnecessárias à repartição pública, contribuindo com a gestão do atendimento presencial, mais rápido e eficiente.

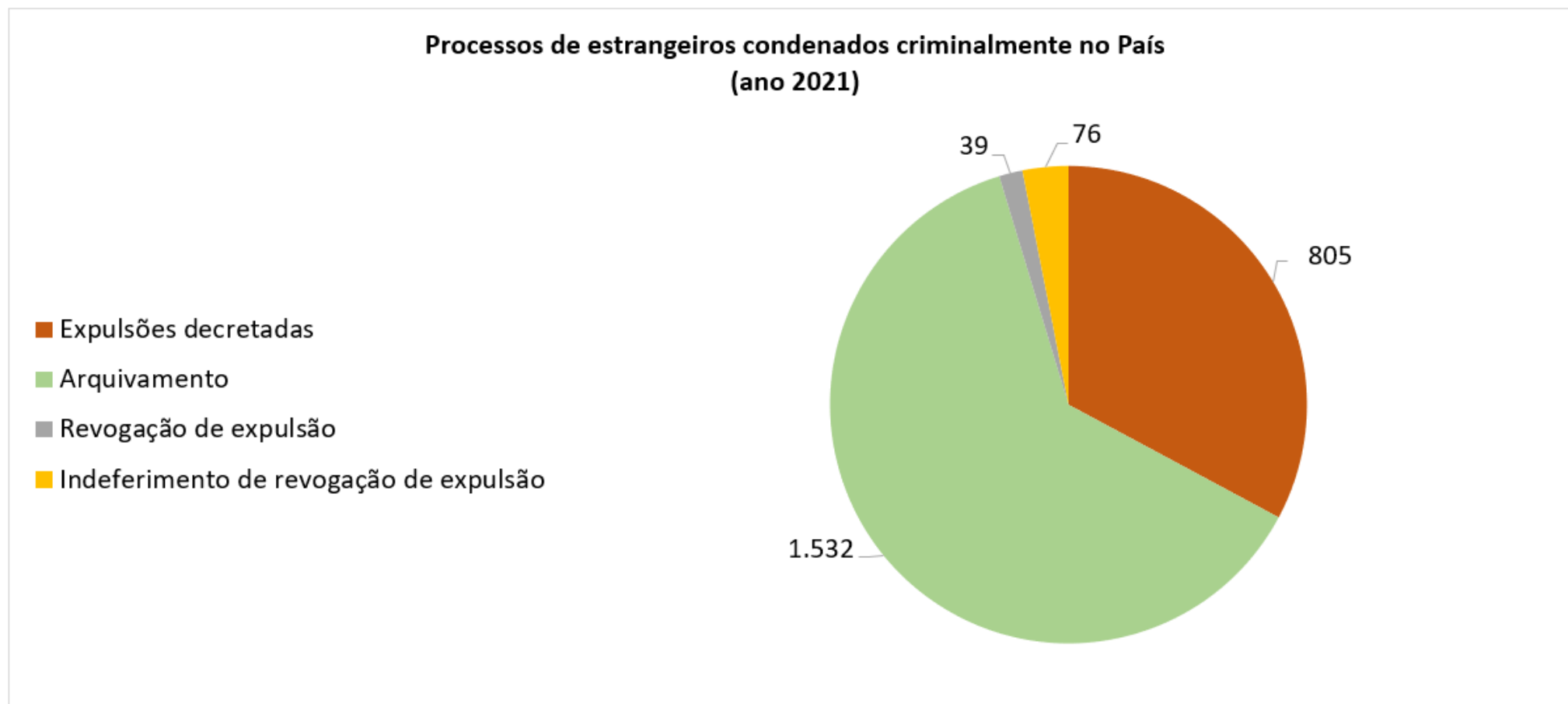
A Unidade da PF, responsável pelo recebimento do processo, é definida automaticamente pelo Sistema, a partir do endereço informado pelo requerente. Essa unidade fará a análise preliminar do pedido, podendo eventualmente solicitar a complementação da instrução processual. Todas as comunicações e notificações são feitas pela plataforma, unificando os canais e simplificando o serviço. Após a instrução da PF, o processo é remetido eletronicamente à Divisão de Nacionalidade e Naturalização do MJSP, para decisão. Os processos iniciados antes da implementação da plataforma continuam tramitando normalmente, sem necessidade de migração para o novo sistema, tendo em vista a economia processual.

No âmbito da Diretoria de Migrações/Senajus, em 2021 foram decididos 5.663 processos de naturalização, conforme quadro abaixo, sendo 39% de deferimento e 61% de indeferimento. Destaca-se, ainda, que os principais países de nascimento daqueles que solicitam a naturalização brasileira foram Cuba, Síria, Guiné-Bissau, Angola, Líbano e Haiti.

PRODUTIVIDADE MENSAL COM DECISÕES DE NATURALIZAÇÃO E NACIONALIDADE (ANO 2021)					
MÊS	NATURALIZAÇÃO	APATRIDIA	IGUALDADE DE DIREITOS	REAQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE	PERDA DE NACIONALIDADE
Janeiro	217	0	9	3	27
Fevereiro	250	0	7	2	30
Março	236	2	5	5	25
Abril	364	0	5	4	9
Maio	521	0	7	1	24
Junho	568	3	3	2	24
Julho	529	1	10	0	34
Agosto	477	1	13	2	25
Setembro	709	0	12	2	27
Outubro	463	0	14	1	35
Novembro	620	2	9	3	23
Dezembro	709	0	16	8	20
Total	5663	9	110	33	303

Fonte: DEMIG/Senajus

No que se refere à decretação de expulsão de estrangeiros condenados criminalmente no País, foram decretadas 805 expulsões e 1.532 arquivamentos de processos, conforme detalhamento abaixo:



Fonte: DEMIG/Senajus

Do total, as nacionalidades que mais tiveram pessoas expulsas foram boliviana, colombiana, peruana e nigeriana. Ademais, a maioria dos estrangeiros passíveis de expulsão foi condenada por crimes relacionados a tráfico de drogas.





INDICADOR ESTRATÉGICO

PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO DECIDIDOS

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Consolidado da meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
30.000	67.012	50.000	40.472	107.484	110.000

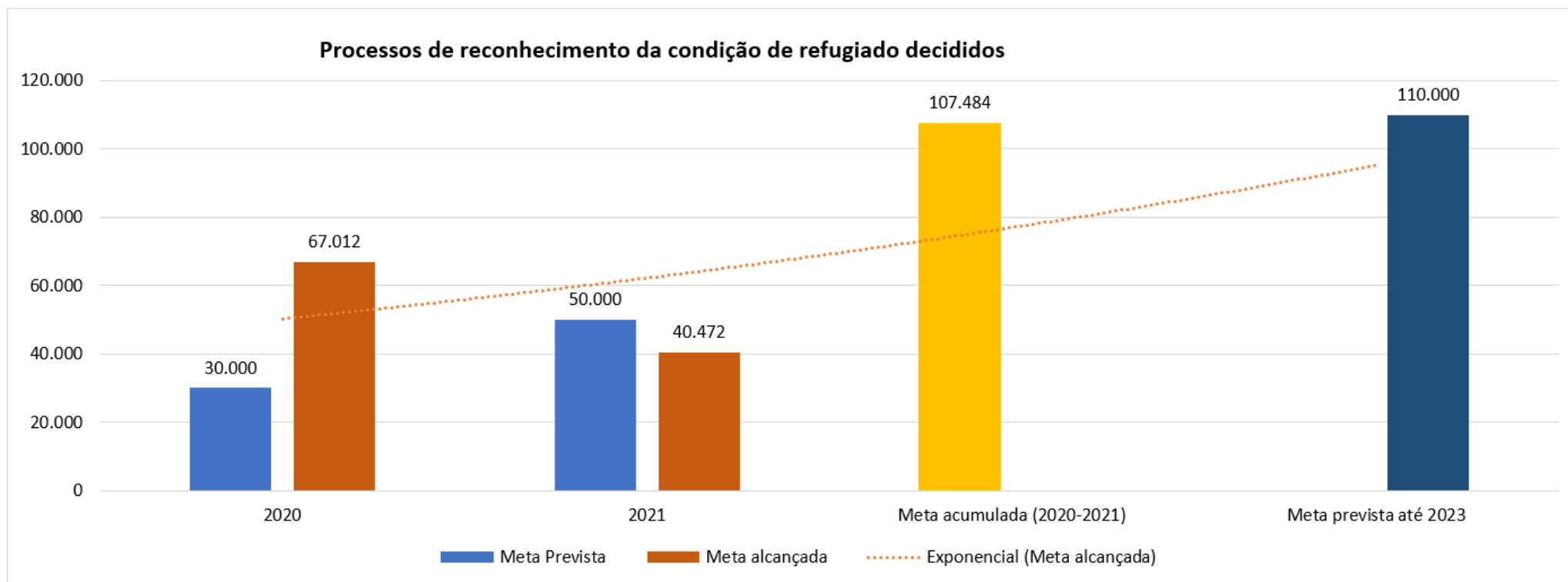
Nas últimas décadas, tem-se discutido muito sobre mobilidade humana internacional, tema que assumiu incontestável protagonismo na agenda política global. Verifica-se, atualmente, um aumento do deslocamento forçado de pessoas, motivado por fatores que vão desde catástrofes naturais a instabilidades políticas causadas por conflitos armados ou deterioração das instituições internas de um país. Atualmente, o Brasil possui refugiados de cerca de 77 nacionalidades, com a Venezuela em primeiro lugar, representando 90,82% dos casos totais.

O indicador “Processos de reconhecimento da condição de refugiado decididos”, que mensura o quantitativo de decisões (no mérito – indeferimento ou reconhecimento da condição de refugiado; sem mérito – arquivamento ou extinção do processo) terminativas na primeira instância do processo de determinação da condição de refugiado, tem por objetivo medir a eficiência dos serviços prestados pelo Ministério frente aos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado.

Cabe ressaltar o desafio de se estipular uma meta posto que não é possível prever a entrada de processos, que depende de fluxos migratórios, imprevisíveis em origem e quantidade, altamente dinâmicos e condicionado à realidade de cada país ou situação.

O alcance da meta chegou ao seu ápice no exercício de 2020, com a utilização de decisões simplificadas e diversas forças tarefas específicas para julgamento do passivo. Contudo, também em 2020, com o fechamento das fronteiras e as restrições de acesso ao território, consequências da pandemia, as novas solicitações de reconhecimento da condição de refugiado caíram drasticamente, refletindo no quantitativo de processos disponíveis para análise no ano seguinte. A partir de junho de 2021, com a retomada do fluxo migratório venezuelano, os pedidos de reconhecimento voltaram a aumentar.

No ano de 2021, foram decididos 40.472 processos de reconhecimento da condição de refugiados no Brasil que, somados aos resultados obtidos no ano de 2020, representam um alcance em torno de 97% da meta a ser alcançada até o ano de 2023.



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

O resultado foi possível devido, sobretudo, à simplificação do processo e ao cruzamento de base de dados da Polícia Federal. Além disso, o Comitê Nacional para os Refugiados – Conare, responsável pelo julgamento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, permitiu decisão com critério objetivo, admitindo a dispensa da entrevista complementar de elegibilidade nos processos de refúgio, resultando em maior agilidade das decisões. Ademais, tendo em vista que 50% do passivo processual do Conare são de estrangeiros de nacionalidade venezuelana, tem-se buscado outras estratégias visando a organização de decisões simplificadas, dentre elas a possibilidade de extinguir processo cujo requerente já tenha obtido autorização de residência no Brasil, nos termos da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), ou cujo requerente tenha se ausentado do Brasil sem autorização do Estado Brasileiro.

Além disso, o Sistema do Comitê Nacional para os Refugiados - Sisconare, sistema de informação por meio do qual se solicita o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, implementado no ano de 2019, tem dado maior transparência, agilidade e acessibilidade ao processo de pedido de refúgio. Entre outras funcionalidades, o sistema permite que o solicitante registre suas informações, receba notificações, acompanhe o andamento do seu processo e mantenha os seus dados de contato atualizados sem precisar se apresentar a uma unidade física.

No ano de 2021, podem ser destacadas duas importantes implementações. A primeira foi sua integração com o Sistema de Registro Nacional Migratório - Sismigra, gerenciado pela Polícia Federal, para fins de emissão integrada do Documento Provisório de Registro Nacional Migratório - DPRNM, instituído pelo Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018. Trata-se de importante passo no processo de integração local de solicitantes de refúgio, que passam a ter um documento visualmente semelhante aos que outros imigrantes já possuem, bem como avança no esforço de desburocratização realizado pelo Governo Federal na prestação de serviços. Essa integração permite que os dados da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado sejam aproveitados para a confecção do DPRNM, isso por ocasião do recebimento do pedido pela Polícia Federal ou da renovação do protocolo do pedido, sem ônus para o solicitante e sem necessidade de procedimento adicional.

É importante mencionar também o lançamento do SisApátrida, sistema de processamento de solicitação de reconhecimento da condição de apátrida para simplificação e acessibilidade do processamento de pedidos de pessoas que não possuem nacionalidade e querem obter vínculo e estabelecer residência no Brasil. A medida permite maior celeridade na tramitação, eficiência nas comunicações e segurança da informação, além de facilitar a integração com outros bancos de dados, alinhando-se com

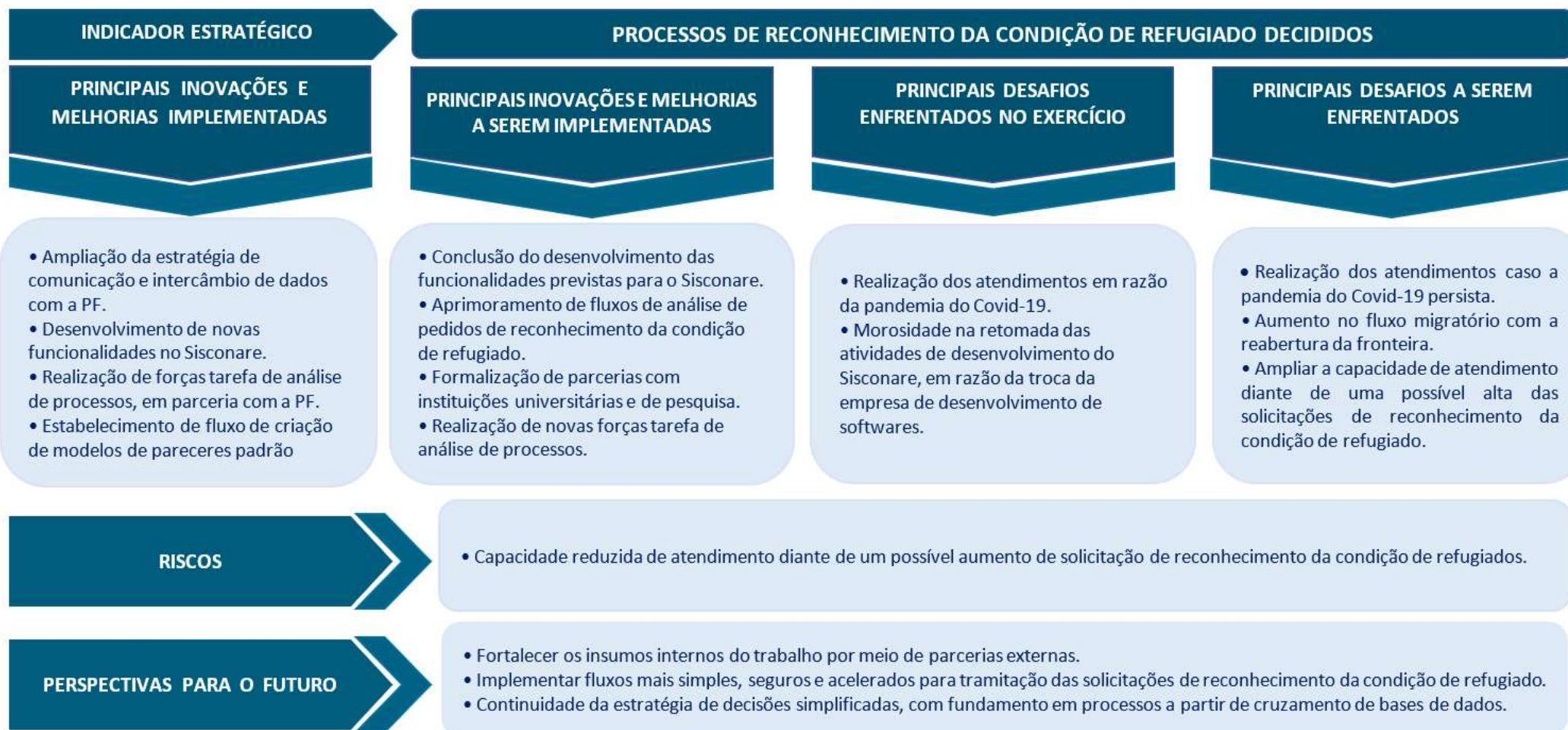
a proposta do Governo Federal de viabilizar o acesso digital de serviços.

Em 2021 houve ainda importantes avanços no âmbito da instituição de normativos dentre eles, destaca-se a Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 19, de 23 de março de 2021, que atualiza a autorização de residência que pode ser concedida ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e Países Associados. Trata-se de ação relevante no conjunto de respostas do Governo Federal no âmbito da Operação Acolhida, formando o quadro de alternativas de regularização migratória do fluxo venezuelano no País, ao lado de pedidos de refúgio e de outras hipóteses de autorização de residência previstas na legislação migratória brasileira, como, por exemplo, reunião familiar.

Outro importante avanço deu-se com a publicação da Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 24, de 03 de setembro de 2021, que disciplina a concessão do visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional ou de grave violação de direitos humanos ou do Direito Internacional Humanitário no Afeganistão. A medida é baseada nos fundamentos humanitários da política migratória brasileira, esti-

pulados na Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, representando mecanismo de proteção e reafirmando o compromisso brasileiro com o respeito aos direitos humanos e com a solidariedade internacional.

Cite-se ainda trabalho do Conselho Nacional de Imigração – CNIG, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que, em setembro de 2021, aprovou o texto da Resolução Normativa Cnig MJSP nº 45, de 09 de setembro de 2021 (publicada em 24 de janeiro de 2022), que disciplina a concessão de visto temporário e de autorização de residência para o chamado “Nômade Digital”: imigrante que, de forma remota e com a utilização de tecnologias da informação e de comunicação, possa realizar no Brasil atividades para empregador estrangeiro. Esta inovação no mercado de trabalho, potencializada durante o período de restrições para enfrentamento à pandemia de COVID-19 em várias partes do mundo, tem o condão de contribuir com a retomada das atividades econômicas no País e promove um dos modelos trabalhistas mais modernos, fortalecendo as estratégias para a atração de recursos e o setor do turismo. Tal regulamentação atende a uma tendência mundial, constituindo nova relação comportamental com o trabalho que tem se mostrado produtiva, com ganhos para trabalhadores e empregadores, bem como com as comunidades de destino desses viajantes.



INDICADOR ESTRATÉGICO

SOLICITAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA FINS LABORAIS E DE INVESTIMENTO DECIDIDAS

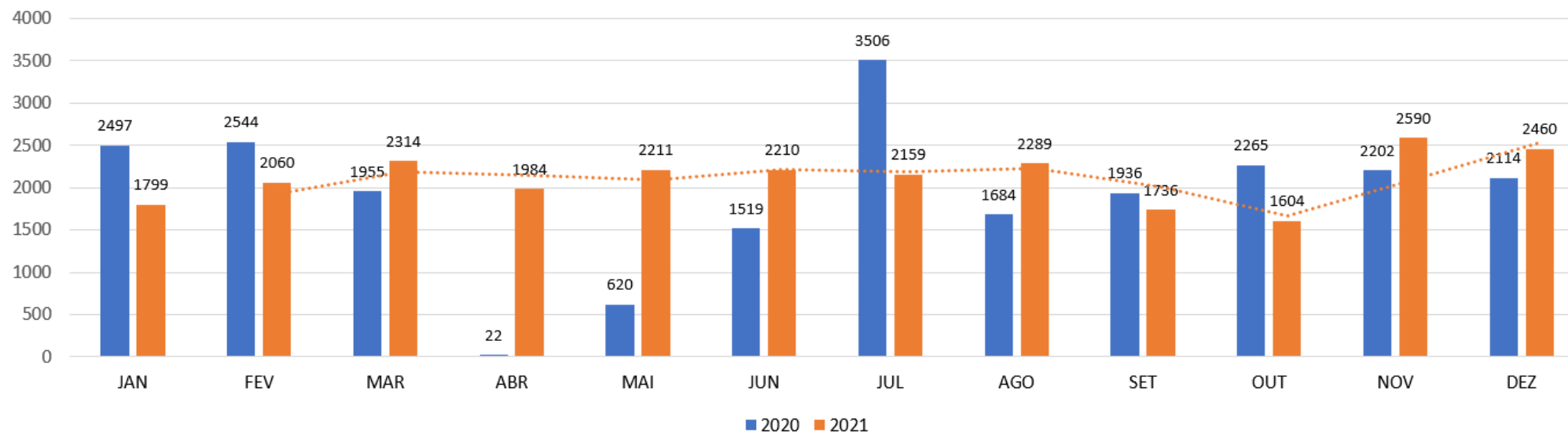
Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta Prevista para 2023
83%	80%	85%	91%	88%

A Secretaria Nacional de Justiça – Senajus é responsável pelo processamento dos pedidos de autorizações de residência para fins laborais e de investimento a imigrantes, executando os procedimentos de análise, decisão e monitoramento dos processos.

Para acompanhar o atendimento dessas solicitações, o Ministério possui o indicador “Solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimentos decididas”. O referido indicador inclui todas as decisões processuais proferidas, independente do resultado, ou seja, os deferimentos, os indeferimentos e os pedidos arquivados.

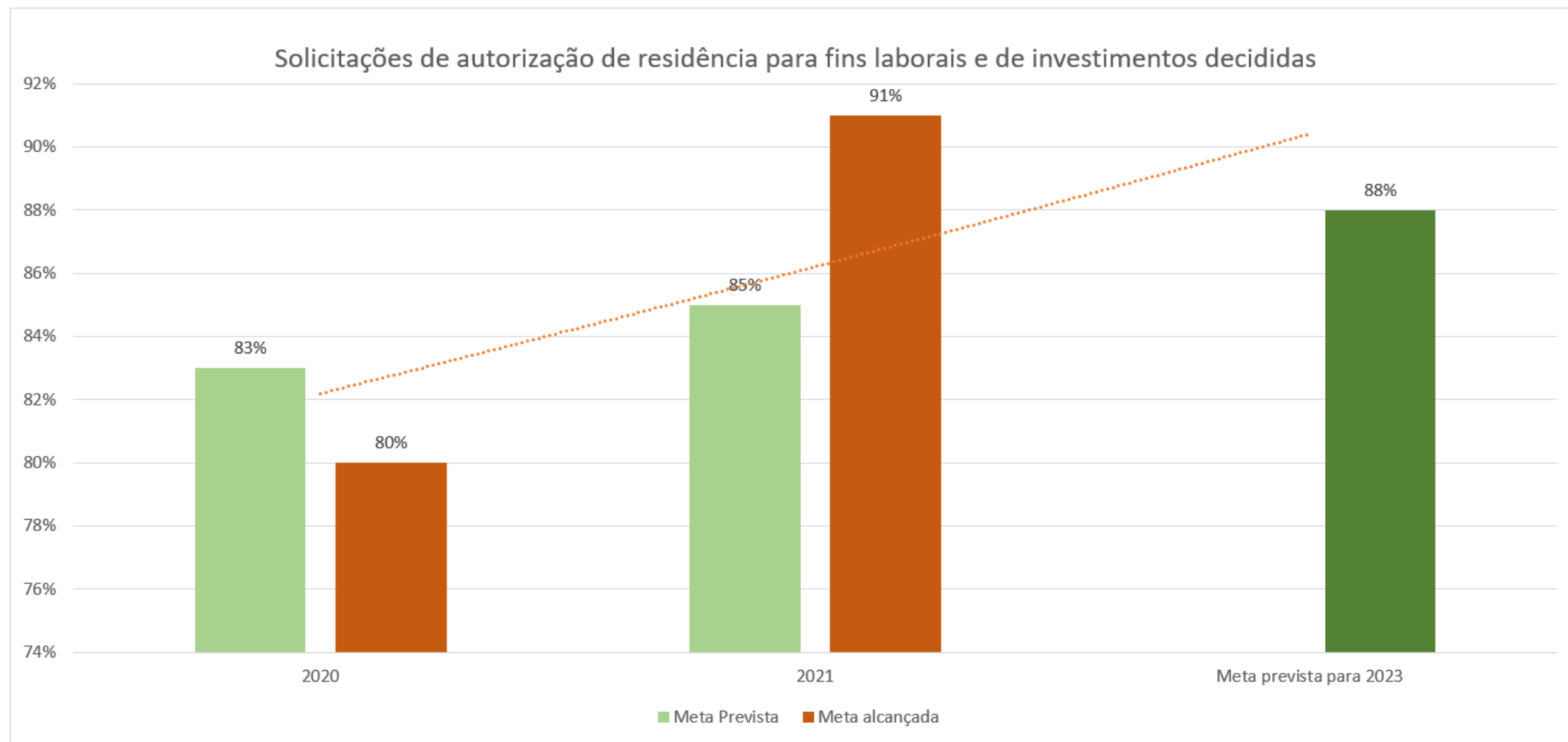
No ano de 2021, o Ministério recebeu mais de 25 mil solicitações de autorização de residência para fins laborais, um quantitativo 11% maior que o apresentado em 2020 (mais de 22 mil).

Número de solicitações de residências para fins laborais recebidas (2020 e 2021)



Fonte: Sistema MigranteWeb

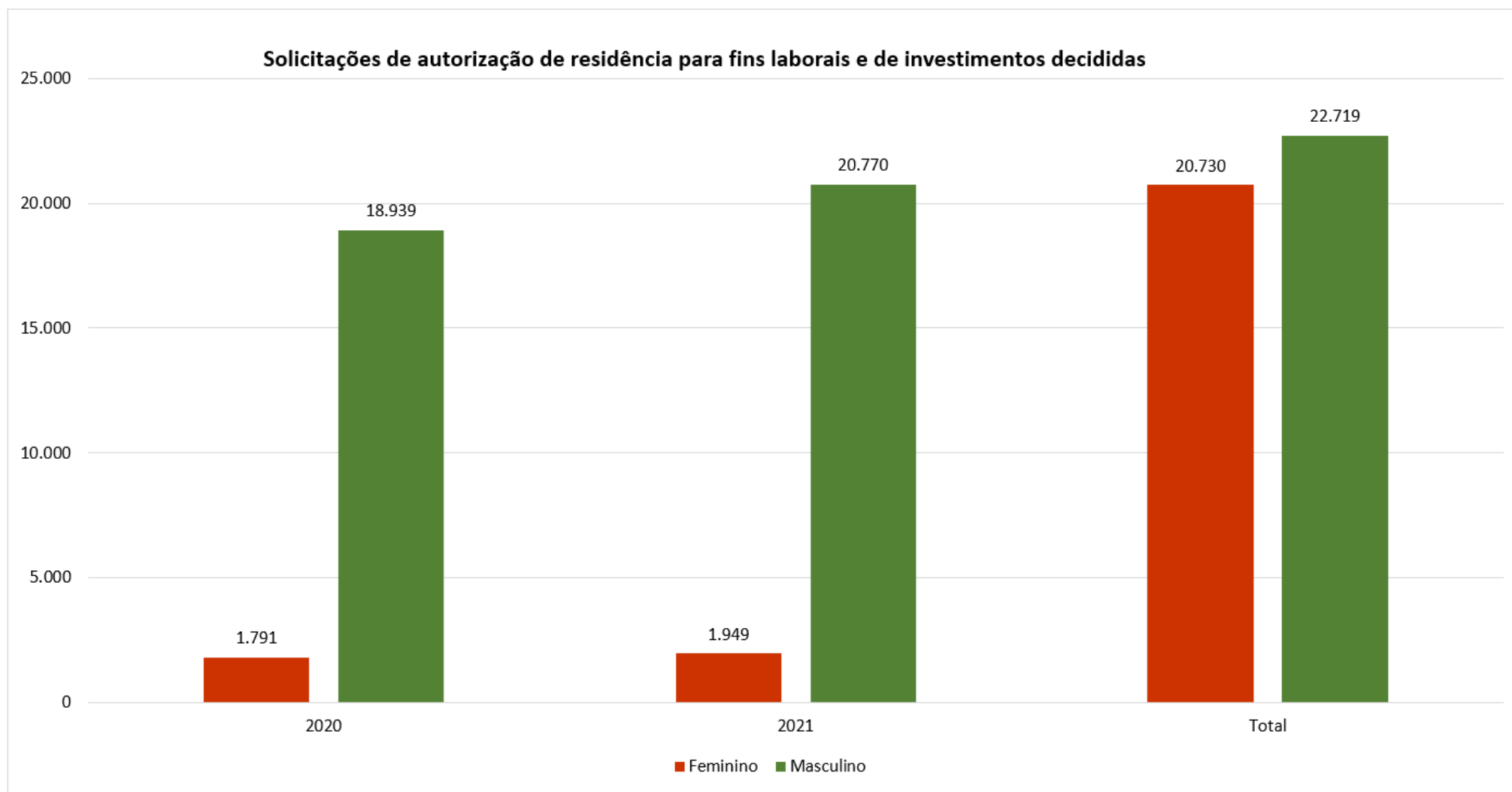
Diante do aumento de solicitações recebidas, em 2021 o Ministério proferiu decisões de 91% das solicitações, um percentual superior à meta estabelecida para o ano que foi de 85%.



Fonte: Sistema MigranteWeb

Cabe ressaltar que, Resolução Normativa CNI nº 36, de outubro de 2018, que disciplina a concessão de autorização de residência em decorrência de investimento imobiliário no Brasil, tem contribuído de forma significativa para o aumento das concessões de autorização de residência no país nos últimos anos. No âmbito dos pedidos analisados, o Ministério concedeu em 2021 mais de 22 mil autorizações de residência para fins laborais e de investimentos no País, sendo destacadas duas atividades principais: prestação de serviços de assistência técnica e transferência de tecnologia e a atuação marítima.

Com relação ao perfil dos estrangeiros que tiveram autorização de residência para fins laborais concedidos, 77,7% estão na faixa etária economicamente ativa, entre 20 e 49 anos de idade. A maioria do sexo masculino, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Fonte: DEMIG/Senajus

Em 2021, as autorizações de residência se concentraram nas principais nacionalidades que são recorrentes nas estatísticas anteriores, ou seja, imigrantes filipinos, chineses e americanos, em decorrência da atividade marítima em embarcações estrangeiras, de prestação de serviços e de transferência de tecnologia.

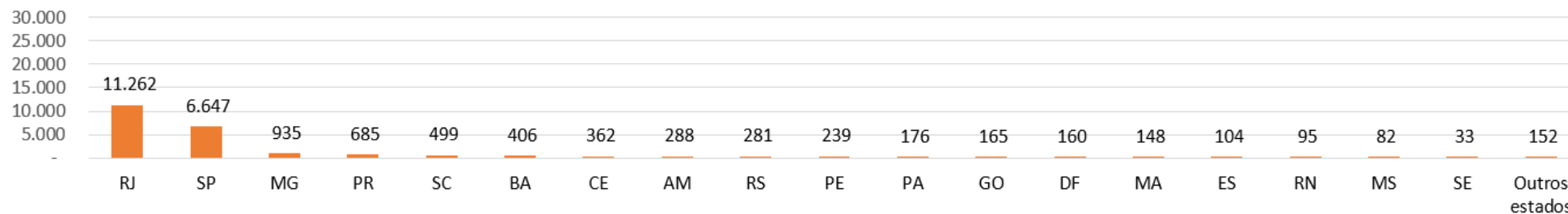
Número de autorizações concedidas, segundo principais países, Brasil (2020-2021)

	Países	Filipinas	China	EUA	Reino Unido	Itália	Índia	Alemanha	Coreia do Sul	França	Japão	Polônia	México	Outros
■ 2020	2020	2.458	1.756	1.520	956	1.297	1.220	846	763	963	948	574	644	6.785
■ 2021	2021	2.428	1.957	1.665	1.251	1.247	1.085	1.011	901	893	771	716	695	8.099

Fonte: DEMIG/Senajus

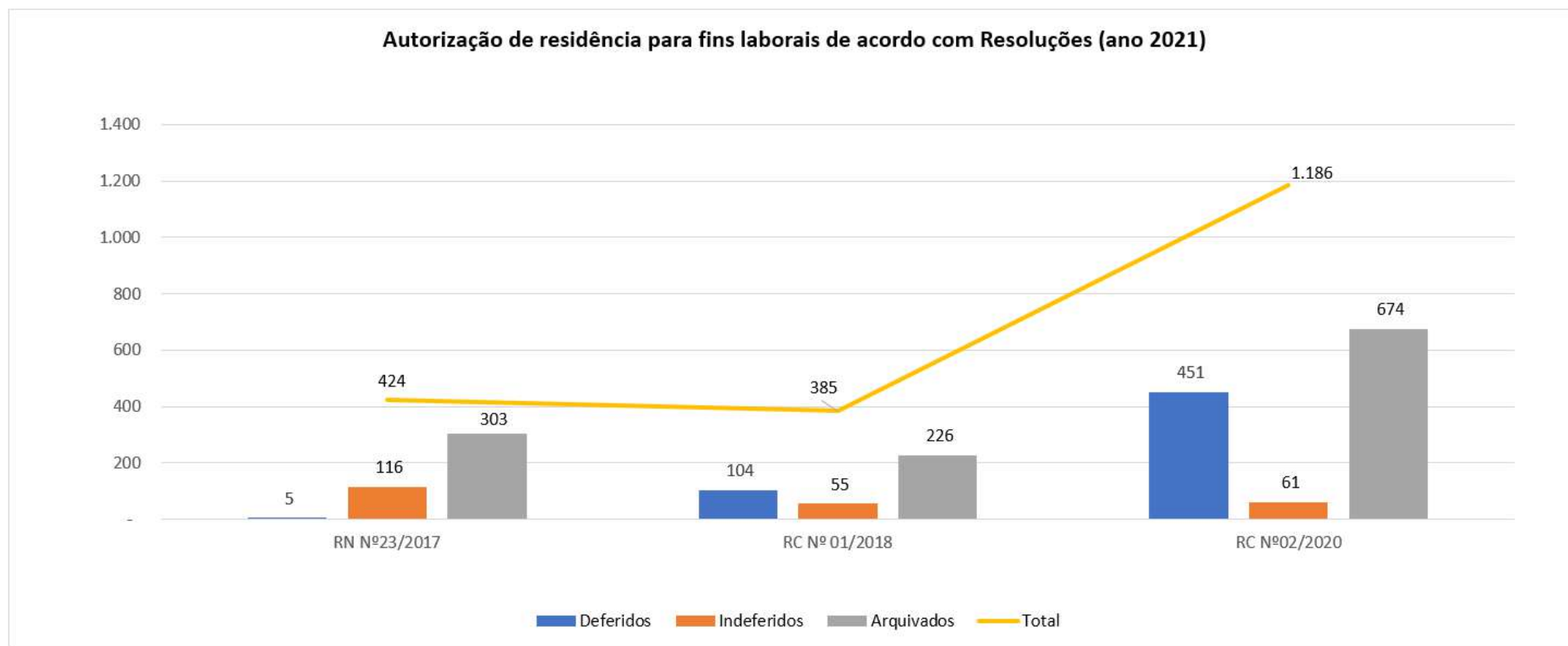
Os estados da Região Sudeste representam 83% das autorizações de residência concedidas para fins laborais e de investimento. No ano de 2021, o Rio de Janeiro foi o estado com maior número de autorizações concedidas, seguida de São Paulo e Minas Gerais.

Número de autorizações concedidas, segundo Unidades da Federação, Brasil (ano 2021)



Fonte: DEMIG/Senajus

Em 2021, observa-se uma tendência decrescente do número de autorizações de residência com base na Resolução Conjunta nº 1 de 9 de outubro de 2018, que cuida de política de regularização associada a questão laboral de imigrantes solicitantes da condição de refugiado. Como um dos requisitos é a inserção no mercado formal de trabalho até a data de 21/11/2017, é natural que tal número seja menor ao longo dos anos. Ao contrário, a Resolução Conjunta CNIG CONARE nº 2, de 2 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a alteração do prazo de residência, apresenta número crescente de autorização de residência uma vez que cuida da alteração de prazo de residência por prazo determinado (da RC nº 01) para indeterminado. Em relação à Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017, que disciplina os casos especiais para a concessão de autorização de residência associada às questões laborais, deve-se ressaltar que o número reduzido de deferimentos se deve ao caráter residual e excepcional da norma que se aplica apenas aos casos laborais especiais ou casos omissos.



Fonte: Sistema MigranteWeb

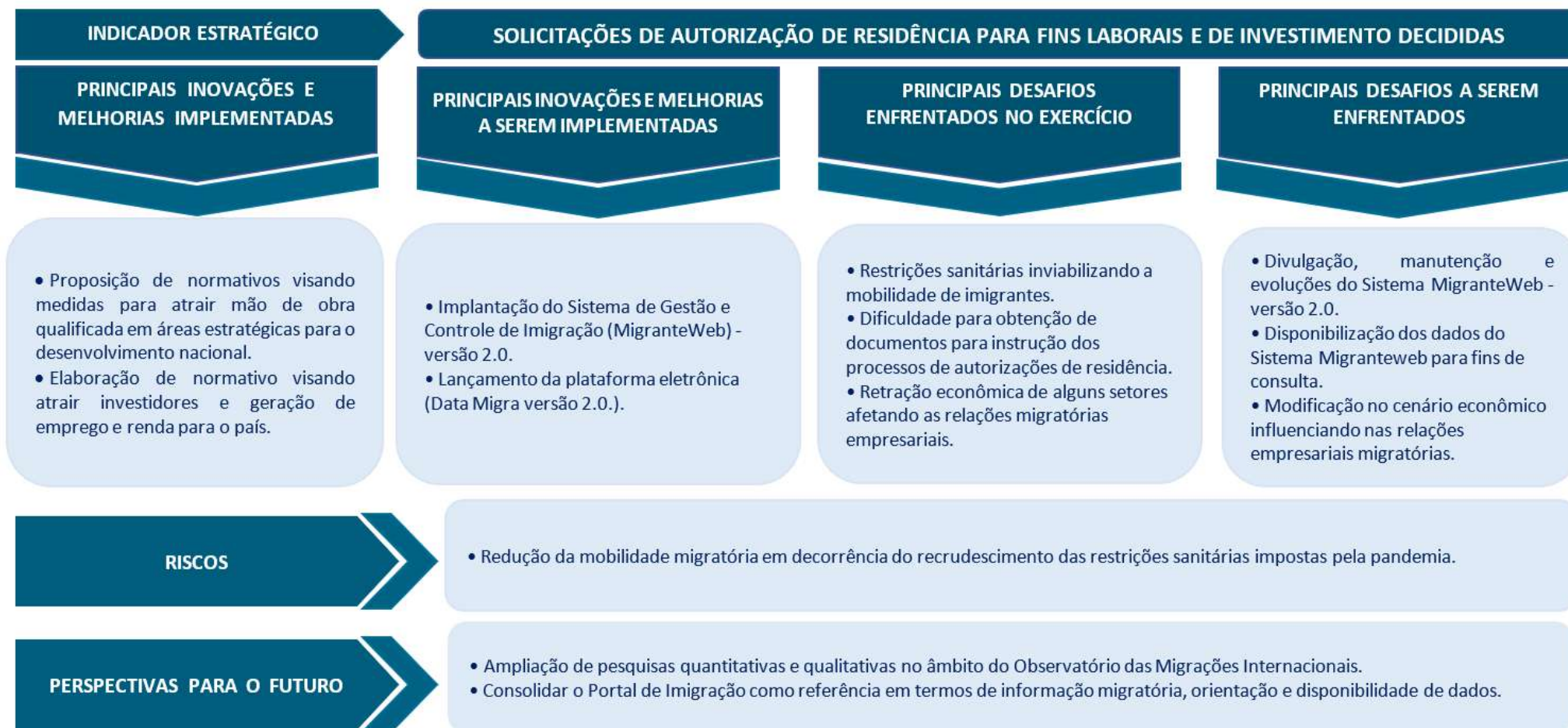
Com o intuito de dar apoio e disseminar informações sobre as políticas migratórias no país, o Ministério disponibiliza o Portal de Imigração que, além de outras funcionalidades, disponibiliza à sociedade e aos migrantes, informações para o acompanhamento dos pedidos de imigrantes laborais e de investimento, dá acesso facilitado ao repositório de legislação envolvendo o tema imigração, disponibiliza amplo banco de dados de livre acesso, acerca do referido assunto, sendo um instrumento de transparência ativa, considerado por atuantes da área, órgãos públicos, instituições e imigrantes como iniciativa de grande destaque. Por meio da plataforma é possível ter acesso aos dados sobre movimentações de imigrantes do mercado de trabalho brasileiro e, ao solicitante, o acesso e verificação do seu processo de imigração de forma totalmente digitalizada.

Outra importante iniciativa é o Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, projeto que tem como meta desenvolver continuamente o conhecimento sobre as migrações internacionais no Brasil, mediante pesquisas quantitativas (análises estatísticas) e qualitativas, com estudos teóricos e empíricos, com vistas a apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas que objetivem as migrações internacionais no Brasil.

O OBMigra vem se consolidando como instrumento fundamental para conhecer e avaliar o fenômeno migratório brasileiro, ocupando-se, nos últimos cinco anos, em realizar um diagnóstico sobre as migrações internacionais no Brasil, a partir das potencialidades dos registros administrativos oficiais do Governo Federal. Esses dados em estado bruto são cuidadosamente tratados estatisticamente, tabulados e analisados. As parcerias estabelecidas com os órgãos oficiais permitiram que dados, principalmente, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DEMIG e Polícia Federal - CGIL, CNIG, SISCONARE, STI, STI/MAR e SISMIGRA), do Ministério da Economia (Rais, Caged, CTPS) e do IBGE (Censo) fossem analisados e traduzidos em informações essenciais para o avanço do conhecimento

das migrações internacionais no Brasil e são trabalhadas estatisticamente e analisadas por especialistas durante a vigência do projeto.

Ainda no âmbito das políticas de migração e com o objetivo de cumprir sua atribuição de promover o acesso à justiça, a Senajus lançou, em 2021, o “Projeto Migrajus”, por meio do qual foi aberto chamamento público com orçamento de dois milhões de reais, para seleção de cinco organizações da sociedade civil para firmar parcerias em projetos voltados à disseminação de informações sobre legislação migratória, à inclusão social, à consolidação e promoção de direitos e à prevenção de violações de garantias e direitos de migrantes e refugiado. Este modelo de parceria tem sido ampliado e consolidado nesta gestão, configurando-se como legado para as futuras ações nesta frente de execução de políticas públicas.



INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTAL DE OBRAS ANALISADAS – CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta Prevista para 2023
100%	100%	100%	100%	100%

O processo de Classificação Indicativa integra o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente. Consiste na análise de obras audiovisuais visando prestar informações aos pais e responsáveis acerca do conteúdo que não é recomendado a determinadas faixas etárias. Atinge os programas de TV (aberta e por assinatura), cinema, vídeo doméstico (DVD), jogos eletrônicos e aplicativos, jogos de RPG, vídeo por demanda (VOD) e espetáculos abertos ao público.

O trabalho realizado pela Classificação Indicativa não restringe a veiculação de nenhum conteúdo (censura), seu papel é atuar como mecanismo de informação para garantir aos pais e responsáveis os subsídios técnicos mínimos que lhes permitam decidir sobre quais conteúdos o seu núcleo familiar deve ter acesso, com segurança e responsabilidade. O Ministério entende que a livre expressão e a liberdade artísticas são intrínsecas à produção de obras de televisão, cinema, aplicativos e jogos de RPG. Cabe estritamente aos canais de veiculação escolher o que será transmitido. A atribuição de uma Classificação Indicativa específica, pelo MJSP, garante a segurança jurídica necessária para que obras já classificadas possam ser exibidas a qualquer momento.

Para acompanhamento da Política Pública, o Ministério possui o indicador “percentual de obras analisadas”, que mensura o percentual de obras completas analisadas e publicadas no Diário Oficial da União, em relação ao número de processos completos inscritos no MJSP. Desde 2016, o órgão tem atingido 100% da meta, de forma que área não dispõe de processos em passivo.

No ano de 2021, foram feitas 7.443 (sete mil e quatrocentas e quarenta e três) análises de obras audiovisuais (cinema, mercado de vídeo, serviço de acesso condicionado, jogos e aplicativos em mídia física, RPG’s e televisão

aberta) pelo método tradicional, sendo instruídos um total de 1.707 (um mil e setecentos e sete) processos. Paralelamente, foram realizadas 7.876 (sete mil e oitocentos e setenta e seis) análises de aplicativos e jogos eletrônicos em mídia digital pelo sistema IARC.

Dessa forma, o Ministério encerrou o ano com 100% dos processos inscritos para apreciação analisados pela área competente.



Cabe ressaltar que o modelo brasileiro de classificação indicativa foi construído a partir da participação de órgãos públicos e da sociedade civil, e é exercido de modo objetivo, técnico e democrático, a fim de possibilitar que todos os interessados na informação possam participar de sua construção, difusão e consolidação.

O processo de classificação indicativa adotado pelo Brasil considera a corresponsabilidade da família, da sociedade e do Estado na garantia à criança e ao adolescente dos direitos à educação, ao lazer, à cultura, ao respeito e à dignidade. Essa política pública consiste em indicar a idade não recomendada, no intuito de informar aos pais e responsáveis, garantindo-lhes o direito de escolha.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E
MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Revalidação do acordo de Cooperação Técnica para manutenção do Brasil na Coalizão Internacional de Classificação Indicativa.
- Desenvolvimento o novo sistema de informações da classificação indicativa SISTEMA CLASSIND.

PERCENTUAL DE OBRAS ANALISADAS – CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS
A SEREM IMPLEMENTADAS

- Utilização do SISTEMA CLASSIND par atendimento ao cidadão.
- Elaboração de critérios técnicos a fim de permitir autoclassificação por cada setor.

PRINCIPAIS DESAFIOS
ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Manutenção do cumprimento da meta considerando o monitoramento das plataformas, que não fazem inscrição processual.

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM
ENFRENTADOS

- Cumprimento da meta, considerando que a unidade encontra-se no nível máximo de análise.

RISCOS

- Incapacidade de apresentar as informações completas sobre Classificação Indicativa ao cidadão devido sistema de informação obsoleto.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Fortalecer a Classificação Indicativa por meio de mecanismos de análise prévia utilizado pelo mercado de cinema.
- Instituir o SISTEMA CLASSIND como ferramenta para o cidadão, para disseminação de informações sobre Classificação Indicativa.

OUTROS RESULTADOS

Ainda no âmbito da proteção dos direitos dos cidadãos, destaca-se a atuação do Ministério no enfrentamento ao tráfico de pessoas no país.

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, instituída por meio do Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006, tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, conforme as normas e instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos e a legislação pátria.

Atualmente encontra-se em fase final de implementação o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, estabelecido no Decreto nº 9.440, de 03 de julho de 2018, para execução em quatro anos. Os esforços realizados no ano de 2021 para conclusão das iniciativas de cunho transversal e multidisciplinar pactuadas entre ampla gama de organizações públicas e da sociedade civil, com apoio de organismos internacionais, propiciará subsídios primordiais à construção do próximo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Nesse contexto, destaquem-se relevantes atividades dessa frente de ação realizadas no ano de 2021.

a) Realização da 7ª Semana Nacional de Mobilização em Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas / Campanha Coração Azul

A Campanha Coração Azul é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas que visa a conscientizar sobre o tráfico de pessoas e inspirar aqueles que detêm poder de decisão a promover as mudanças necessárias para acabar com esse crime. O Brasil aderiu à campanha em março de 2013, comprometendo-se a fomentar a difusão de informações sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas entre os mais diversos estratos da sociedade brasileira, de forma a divulgar boas práticas, promover a sua prevenção e o incremento da justiça criminal. Desde então, vem realizando anualmente a

Semana Nacional de Mobilização que tem como objetivo:

- Ampliar a participação da sociedade civil e indivíduos;
- Divulgar e dar visibilidade às ações nacionais desenvolvidas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas;
- Implementar o III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, publicado por meio do Decreto nº 9.400/18; e
- Difundir a Campanha Coração Azul da ONU, como plataforma global para prevenção e ETP.



No desenvolvimento da campanha, ações de grande visibilidade são realizadas em diversos países pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC e pelos Estados que aderiram à Campanha Coração Azul, visando alertar a população para a problemática do tráfico de pessoas.

Em 2021, os integrantes da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes buscaram alternativas à realização de eventos exclusivamente on-line e partiram para soluções mistas e que buscassem atrair a atenção das pessoas para a temática.

Foram realizadas blitzes educativas, abordagens em pontos de grande circulação, entrevistas na mídia, iluminação de prédios públicos e até mesmo um *talk-show* sobre o tráfico de pessoas, conduzido pelo NETP/DF, apenas para citar algumas atividades desenvolvidas pela Rede.

No sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública, podem ser encontrados todos os relatórios da Semana de Mobilização: <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/campanhas/campanhas>.

b) Celebração do Dia Mundial e Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Foi realizado evento solene no Ministério da Justiça e Segurança Pública, por ocasião do Dia Mundial e Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A cerimônia contou com a transmissão ao vivo pelas redes sociais do Ministério e serviu como oportunidade para oferecer um balanço da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e apresentar os mais recentes desenvolvimentos na área, como a celebração de acordos de cooperação e o lançamento do “Relatório de Dados de Tráfico de Pessoas 2017/2020”.

c) Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica Nº 4/2021/SENAJUS-SAPS-SVS com Ministério da Saúde

A rede de atenção básica à saúde é uma das políticas públicas mais capilarizadas e enraizadas no território brasileiro, já bastante consolidada

desde a instituição do Sistema Único de Saúde e da estratégia da saúde da família, conduzida pelos profissionais da atenção primária à saúde. Esta abrangência e capilaridade inspiraram a elaboração da Meta 2.4 do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que tem o foco na instrumentalização dos profissionais de saúde sobre a temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas:

“2.4. Produzir conhecimento sobre a interface entre o tráfico de pessoas e a saúde pública, por meio do planejamento e da implementação de ações que explicitem a internalização do conhecimento sobre o tráfico de pessoas e os protocolos das políticas de saúde no País.”

Diálogos com o Ministério da Saúde proporcionaram aproximação com a Política Nacional de Promoção da Equidade em Saúde, conduzida pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS e pela Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS, resultando na celebração do Acordo de Cooperação Técnica entre Senajus, SAPS e SVS. Seu principal objetivo é a elaboração de estratégias e ações intersetoriais voltadas a uma maior difusão do conhecimento sobre o fenômeno do tráfico de pessoas entre os trabalhadores da saúde no Brasil.



d) Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica Nº 3/2021/SENAJUS/SNAS com Ministério da Cidadania

Considerando a realidade multifacetada e complexa do crime de tráfico de pessoas, cabe ao poder público o estabelecimento de repostas especializadas para seu enfrentamento. Da mesma maneira, é necessário o esforço de coordenar as ações de repressão e proteção às vítimas. Nesse sentido, a elaboração de ações transversais com diferentes atores torna-se estratégia importante na condução da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Nesse contexto, observa-se nos equipamentos estaduais e municipais de assistência social, defesa de direitos, de saúde e acesso à justiça parceiros relevantes na proteção das vítimas de tráfico de pessoas. Em se tratando especificamente dos equipamentos vinculados ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, identificou-se que trabalham diretamente com o público-alvo da PNETP.

e) Lançamento do Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: Dados 2017 a 2020

Fruto de parceria celebrada entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime - UNODC e o Governo da Suécia, foi divulgado, por ocasião da celebração da semana de enfrentamento ao tráfico de pessoas, o Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, com dados relativos aos anos de 2017 a 2020. Este relatório veio preencher a lacuna relativa aos dados do crime de tráfico de pessoas, considerando que os dados mais recentes eram do ano de 2016.

Para sua produção, foi contratada uma consultoria especializada no tema que trabalhou com uma vasta gama de informações e profissionais que atuam na área para a compilação dos dados. Ao todo foram entrevistados 59 informantes qualificados, 15 profissionais da área e 12 instituições públicas que apresentaram dados para a pesquisa. Com essa abordagem mista, o relatório inova ao trazer dados quantitativos, mas também qualitativos, o que se mostra extremamente importante ao se tratar de tráfico de pessoas, haja vista a notória subnotificação deste crime.

Este material foi impresso e amplamente difundido para os parceiros da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, estando também disponível na página do ministério na internet (https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/relatorio-nacional-trafico-de-pessoas_2017-2020.pdf)

f) Realização do 2º Ciclo de Monitoramento do III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

O III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas possui 58 metas, distribuídas em 6 eixos temáticos: Gestão da Política, Gestão da Informação, Capacitação, Responsabilização, Assistência à vítima e Prevenção e Conscientização Pública. Para seu monitoramento e avaliação, o Decreto nº 9.796, de 2019, instituiu Grupo Interministerial. O referido decreto estabelece as obrigações e atividades dos órgãos relacionados à aplicação e monitoramento do III Plano. O 2º ciclo de monitoramento do plano, realizado no ano de 2021, compreendeu as atividades desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2020. Este trabalho é efetuado na Plataforma Monitora 8.7, e os resultados divulgados à sociedade por meio do link: <https://3c5.com/RmeWR>.

 PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujo principais estão destacados abaixo:

 PROJETO ESTRATÉGICO - SENAJUS**SISTEMA PARA PROCESSAMENTO DE SOLICITAÇÕES DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO - SISCONARE**

O Sisconare é o sistema eletrônico de peticionamento e processamento de pedidos de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil. Por meio da plataforma, o solicitante de refúgio registra suas informações, preenche o formulário de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado e recebe notificações. É possível atualizar os dados cadastrais, além de incluir familiares no pedido.

Implementado em setembro de 2019, ele agiliza o processamento dos pedidos de refúgio, otimizando as etapas do processo, permitindo mais eficiência e segurança da informação.

No ano de 2021 foi possível entregar funcionalidades e melhorias relevantes no sistema, tais como: melhorias das telas de visualização do solicitante; atualização em lote de processos já decididos; arquivamento, desarquivamento, extinção e cancelamento de extinção; possibilidade de inserção de foto do solicitante de refúgio; inclusão da informação de CPF nos cadastros de usuários, entre outras.

 PROJETO ESTRATÉGICO - SENAJUS**MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ESCOPO DA ENAM PARA TRANSFORMAR-SE NA ENAPRES**

É de responsabilidade da ENAPRES o projeto estratégico do MJSP sobre a "Modernização e ampliação do escopo da Escola Nacional de Mediação e Conciliação - ENAM, para transformar-se na Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos - ENAPRES". O principal pilar dessa modernização é a ampliação do acesso à justiça, que requer ações destinadas à disseminação dos métodos de prevenção e solução de conflitos.

O Brasil ainda necessita de medidas eficazes para incluir em seus sistemas de justiça, os métodos adequados de solução de conflitos - MASC, para promover sociedades pacíficas, proporcionar o acesso à justiça e à cidadania.

Com a disseminação dos métodos de prevenção e solução de conflitos pretende-se que seja assegurado aos cidadãos um amplo cardápio de processos ou métodos, que possa ser acessado por todos para a realização da escolha do mais adequado método para cada situação conflituosa.

A disseminação desses métodos pode ocorrer pela realização de eventos de intercâmbio de conhecimentos e experiências, como congressos, conferências e similares, como também pelo oferecimento de cursos de capacitação e formação continuada de multiplicadores e demais operadores do sistema.

Objetivos previstos na Portaria nº 863, de 28 de novembro de 2019, são:

Art. 2º As atividades desempenhadas pela Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos têm como objetivos:

- I - incentivar e difundir a cultura da paz;
- II - contribuir para a ampliação do acesso à justiça;
- III - disseminar conhecimentos, capacitar e aperfeiçoar multiplicadores e operadores na área de prevenção e solução de conflitos;
- IV - desenvolver e aplicar metodologias de ensino compatíveis com a prevenção e solução de conflitos;
- V - estimular a ampliação da produção acadêmica e científica acerca dos temas relacionados à sua competência;
- VI - reconhecer, apoiar e incentivar ações, programas e boas práticas direcionadas à prevenção e solução de conflitos;
- VII - promover o intercâmbio de experiências e conhecimentos com instituições de ensino públicas e privadas, nacionais e internacionais; e
- VIII - fomentar, nas instituições de ensino, conteúdos voltados à prevenção e solução de conflitos.

Pretende-se com os objetivos obter o maior número possível de pessoas atuantes como propagadores e aplicadores dos métodos para que as pessoas conheçam o sistema de prevenção e solução de conflitos.

PROJETO ESTRATÉGICO - SENAJUS

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - OBJUS

O projeto estratégico OBJUS tem por objetivo a construção de bases de informação acessíveis e atuais, que permitam a avaliação sobre as condições de acesso à justiça no Brasil, suficientes para a promoção de políticas públicas e o desenvolvimento permanente e contínuo de um estado de não litigância e pacificação social, independente da ação do Poder Judiciário. A partir do monitoramento e da análise técnico-científica, o Observatório de Acesso à Justiça executa pesquisas e ações para a democratização e o fortalecimento da Justiça no Brasil.

OBJETIVO ESTRATÉGICO – Ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa da concorrência e do consumidor

No âmbito da proteção dos direitos do cidadão e da proteção da concorrência, o MJSP tem atuado, sobretudo, no aperfeiçoamento dos métodos de solução de conflitos e do estabelecimento de orientações e boas práticas, para reduzir a burocracia e aprimorar o relacionamento do consumidor e seus fornecedores. Além disso, por meio da informatização de seus processos e serviços, o Ministério tem alcançado cada vez mais cidadãos, ampliando o acesso da população a seus direitos.

Tendo como foco a integridade e a satisfação das relações entre fornecedores e consumidores, o MJSP tem buscado fomentar a utilização dos recursos tecnológicos disponíveis, para reduzir os litígios, aperfeiçoar os métodos autocompositivos de solução de conflitos e o estabelecimento de orientações e boas práticas para o comércio eletrônico.

As ações visam ainda reduzir a burocracia e aprimorar os procedimentos de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor, no âmbito dos diversos agentes públicos e privados que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor; de integrar o Fundo de Defesa de Direitos Difusos aos diversos segmentos sociais interessados, inclusive a aproximação com a sociedade civil, para que essa participe ativamente da fiscalização dos projetos fomentados; e de aumentar a efetividade do combate a ilícitos concorrenciais em licitações públicas. Como resultado, tem-se observado o aumento da celeridade das investigações de infrações contra a ordem econômica e a manutenção da agilidade na análise de atos de concentração.

Assim, por meio de suas políticas públicas e através de mecanismos de inovação, o Ministério tem contribuído para a redução de litígios e na análise de questões com repercussão nacional e interesse geral, na promoção e coordenação de diálogos setoriais com fornecedores, na cooperação técnica com órgãos e agências reguladoras, na advocacia normativa de impacto para os consumidores, na prevenção e repressão de práticas infratoras aos direitos dos consumidores. Também representa, no âmbito internacional, os interesses dos consumidores brasileiros junto a organizações internacionais.

Ressalta-se que, para fins deste Relatório de Gestão Integrado, não serão informados os resultados do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Entidade Vinculada do MJSP, que deverá apresentar Relatório de Gestão Integrado próprio.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

AMPLIAR A ESCALA E A EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR

CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

ENTREGAS PARA A SOCIEDADE

CUSTO TOTAL DAS ENTREGAS À SOCIEDADE

PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO

GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO, DO MIGRANTE, DO REFUGIADO E DOS POVOS INDÍGENAS

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO CONSUMIDOR

R\$259.260.091,60

R\$23.175.334,56

Garantia dos direitos do cidadão, do migrante, do refugiado e dos povos indígenas

Defesa da concorrência e do consumidor

INDICADOR ESTRATÉGICO
SENACON

PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE DAS DEMANDAS NA PLATAFORMA CONSUMIDOR.GOV.BR

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE DAS DEMANDAS NA PLATAFORMA CONSUMIDOR.GOV.BR

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista para 2023
70%	78%	70%	78%	Não se aplica	70%

Visando ampliar a escala e a efetividade das ações de defesa do consumidor, o Ministério, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, tem atuado em políticas que visam ampliar o acesso e garantir maior segurança ao cidadão em suas relações de consumo.

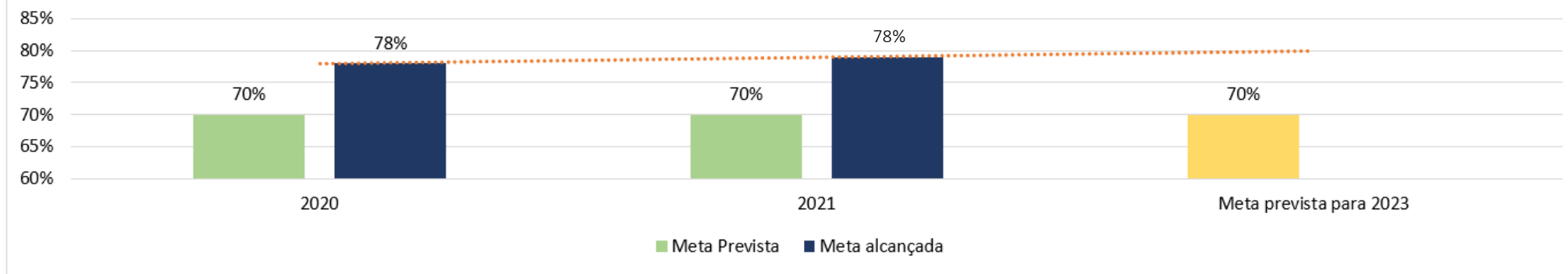
Dentre as ações e inovações implementadas, destaca-se o Consumidor.gov.br, uma plataforma gratuita, que permite a comunicação direta entre consumidores e empresas para a solução de conflitos de consumo pela internet.

A ferramenta consiste em uma alternativa para o consumidor resolver seu problema diretamente com as empresas cadastradas, dispensada a intervenção do Poder Público na tratativa individual, em um ambiente público e totalmente transparente. Também possibilita aos consumidores a resolução de conflitos de consumo de forma rápida e desburocratizada. No entanto, por se tratar de um serviço provido e mantido pelo Estado, com ênfase na interatividade entre consumidores e fornecedores para redução de conflitos de consumo, a participação de empresas, em regra, é voluntária e somente permitida àquelas que aderem formalmente ao serviço, mediante assinatura de termo no qual se comprometem em conhecer, analisar e investir todos os esforços disponíveis para a solução dos problemas apresentados.

Desde o seu lançamento em 2014, a plataforma já registrou mais de 4,7 milhões de reclamações e conta com uma base de 3 milhões de usuários cadastrados e mais de 1.000 empresas participantes.

Para acompanhar a eficiência da ferramenta, o Ministério dispõe do indicador “Percentual de resolatividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br”. No ano de 2021, foram finalizadas 1.434.101 reclamações por meio da plataforma Consumidor.gov.br e essa comunicação direta entre consumidores e empresas promovida pelo sistema permitiu uma média de resolatividade de 78% dessas reclamações, um percentual maior que a meta estabelecida para o período.

PERCENTUAL DE RESOLUTIVIDADE DAS DEMANDAS NA PLATAFORMA CONSUMIDOR.GOV.BR



Fonte: BI de Planejamento Estratégico.

Na linha da desburocratização, da racionalização dos canais de atendimento ao cidadão e da digitalização dos serviços oferecidos pelo Governo Federal, destaca-se a publicação do Decreto nº 10.197, de 2 de janeiro de 2020, que alterou o Decreto nº 8.573, de 19 de novembro de 2015, para estabelecer o Consumidor.gov.br como plataforma oficial da administração pública federal direta, autárquica e fundacional para a autocomposição nas controvérsias em relações de consumo.

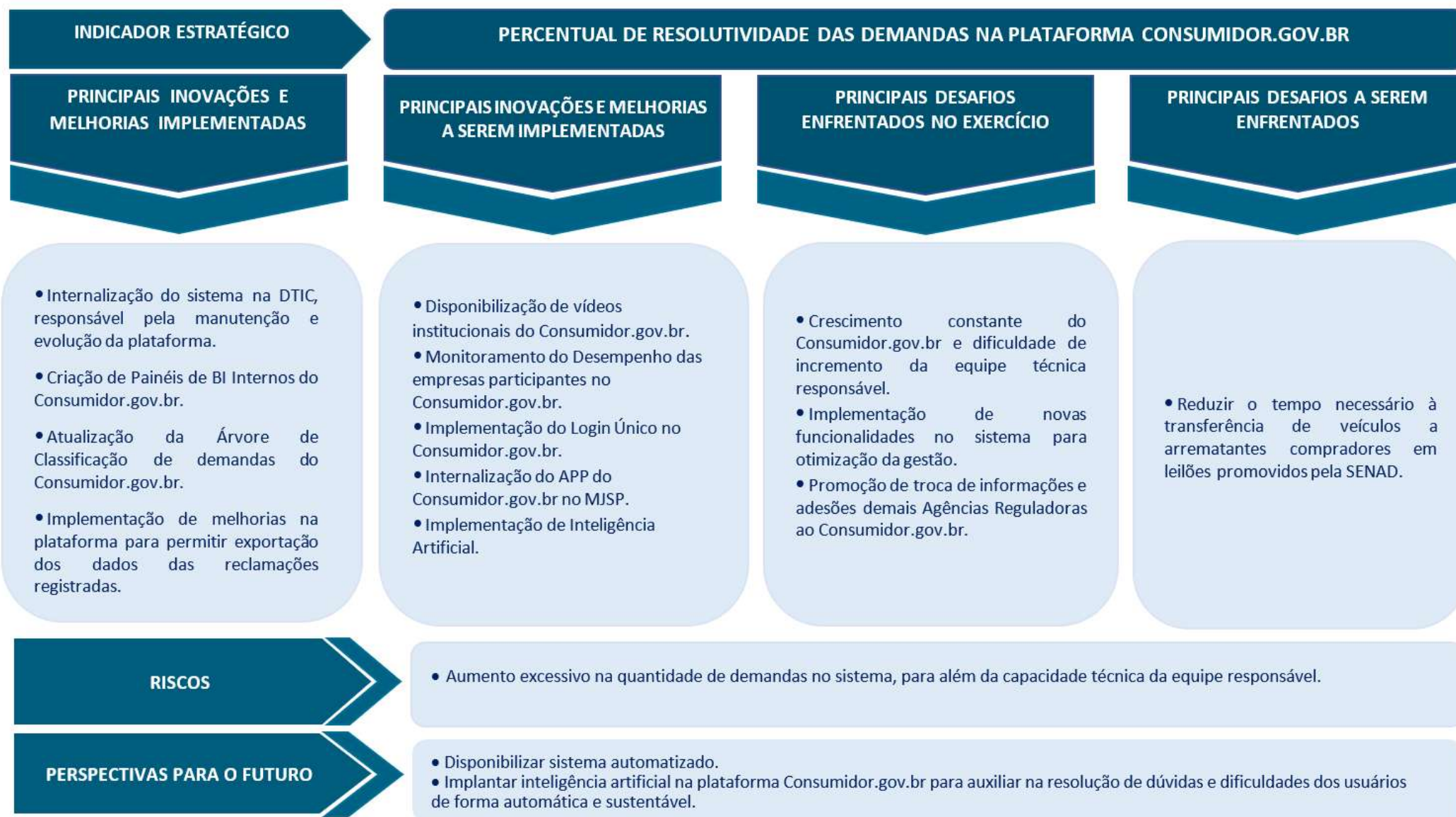
Do ponto de vista técnico, há um constante monitoramento do desempenho das empresas participantes da plataforma. São elaboradas notas técnicas de análise de desempenho. Em caso de baixo desempenho, a empresa é notificada a apresentar plano de melhoria e são realizadas reuniões periódicas de acompanhamento, a fim de que a plataforma possa cumprir seu objetivo.

Visando o aprimoramento do Consumidor.gov.br, em 2021 foi realizada a implantação do módulo ProConsumidor na plataforma, visando atender os órgãos de defesa do consumidor. No âmbito do projeto estratégico “Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização”, em 2021, a Senacon ampliou a implantação do referido módulo para os Procons de Jundiaí – SP, Florianópolis – SC e Rio de Janeiro – RJ. Além disso,

realizou capacitações nos Procons estaduais e municipais do Acre e Rondônia, totalizando mais de 100 técnicos de Procons capacitados.

Ainda no âmbito da defesa e proteção dos direitos do consumidor, ressalta-se o projeto estratégico “Disponibilização do Sistema Recall.gov.br”, desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília – UnB e que visa otimizar a comunicação entre empresas e consumidores sobre mercadorias lançadas com defeito, destaca-se os avanços no aprimoramento do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall, a partir da introdução de novas funcionalidades para a realização do monitoramento dos acidentes de consumo, sendo utilizada inteligência artificial que indica eventuais descumprimentos das disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Seu objetivo consiste em promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de recall (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam à correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com implementação do Sistema Recall.gov.br. Busca-se reduzir a burocracia e tornar intuitivos fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados) que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.





PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujo principais estão destacados abaixo:

PROJETO ESTRATÉGICO - SENACON

DINAMIZAÇÃO DA PLATAFORMA CONSUMIDOR.GOV.BR, COM FOCO NA DESJUDICIALIZAÇÃO

O projeto estratégico “Dinamização da plataforma consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização” tem a finalidade de reduzir os litígios judicializados por meio do uso da plataforma Consumidor.gov.br, assim como aprimorar métodos auto compositivos. Nesse sentido, visando estabelecer um sistema para atendimento aos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, foi implantado o ProConsumidor.

O ProConsumidor consiste em um módulo evolutivo da plataforma online Consumidor.gov.br, desenvolvida para o atendimento dos órgãos de defesa do consumidor, em especial para os Procons e Defensorias Públicas. A ferramenta irá substituir o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – Sindec, acrescentando novos recursos e mais agilidade.

PROJETO ESTRATÉGICO - SENACON

FORTALECIMENTO DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS JUNTO À SOCIEDADE

Criado pela Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347, de 1985) e regulamentado pela Lei n.º 9.008, de 1995, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e à Secretaria Nacional do Consumidor, tem como missão a defesa e a recomposição de danos causados a direitos difusos e coletivos nela elencados. O fundo que nasceu para o cumprimento de finalidade específica, uma vez que as receitas que o compõem, oriundas de processos - judiciais ou administrativos - iniciados quando constatada a lesão a direito difuso ou coletivo, devem ser empregadas em projetos que previnam ou recomponham danos ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e artístico, ao consumidor, à ordem econômica, ao trabalhador, às pessoas idosas ou portadoras de deficiências e ao patrimônio público e social, de acordo com o rol constante do art. 1º da Lei n.º 7.347, de 1985.

No âmbito do fortalecimento da defesa do consumidor, destacam-se as ações realizadas nos municípios do estado de São Paulo, em parceria com o Procon/SP, decorrente de emenda parlamentar, que resultaram na entrega de veículos e material orientativo aos Procons Municipais, para desenvolvimento de ações de fiscalização e de orientação à população. A iniciativa busca aumentar a efetividade dos Procons Municipais por meio do fortalecimento das estruturas administrativas e ampliar a escala de efetividade das ações de defesa dos consumidores.

As ações planejadas são:

- a) sensibilização junto ao Ministério Público, em suas esferas federal e estadual;
- b) capacitação de interessados em apresentar projetos ao Fundo; e
- c) aproximação da sociedade civil, buscando sua participação ativa na fiscalização de projetos fomentados pelo FDD.

O projeto está estruturado em cinco grandes objetivos, quais sejam:

- 1 – Conscientizar o Ministério Público da importância do FDD e da relevância do aporte de recursos oriundos de acordos judiciais em Ações Cíveis Públicas;
- 2 – Capacitar interessados na apresentação de projetos ao FDD;
- 3 – Conscientizar a Sociedade Civil quanto ao FDD e ao seu papel na fiscalização da execução dos projetos;
- 4 – Aprimorar a fiscalização de Convênios e Instrumentos congêneres de repasse; e
- 5 – Elaborar diagnóstico da dinâmica operacional do DPPDD, CFDD e do FDD, bem como o levantamento de benchmark voltado ao desenvolvimento de novo modelo operacional.

Busca-se ampliar a escala e a efetividade das ações de proteção e defesa de direitos difusos com as seguintes ações:

- a) execução do acordo de cooperação celebrado entre a Senacon, FDD, MPF e CNMP;
- b) elaboração de manual sobre apresentação de projetos ao CFDD;
- c) capacitação dos agentes envolvidos no processo;
- d) vídeos de divulgação do FDD e temáticas que podem ser fomentadas pelo FDD;
- f) modernização do site do FDD;
- g) execução do plano de fiscalização de projetos fomentados; e
- h) contratação de consultoria.

PROJETO ESTRATÉGICO - SENACON**DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA RECALL.GOV.BR**

Diante da quantidade de acidentes de consumo em relação ao cenário brasileiro e internacional, faz-se necessária a atuação eficiente do MJSP frente às ações relacionadas ao Recall no país, visando garantir o direito à vida, à saúde e à segurança dos consumidores e do cumprimento do princípio da eficiência da Administração Pública, o qual representa uma das exigências fundamentais naquilo que se refere ao funcionamento regular do Estado de Direito, em especial, no tocante a garantia de uma prestação de serviço efetiva ligada à defesa do consumidor.

Recall consiste na forma pela qual um fornecedor vem a público informar que seu produto ou serviço apresenta riscos aos consumidores. Ao mesmo tempo, recolhe produtos, esclarece fatos e apresenta soluções. Dessa forma, o projeto estratégico “Disponibilização do sistema recall.gov.br” tem por objetivo promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de recall (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam à correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com o desenvolvimento do Sistema Recall.gov.br. Busca-se ainda reduzir a burocracia e tornar intuitivos o fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados) que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública

O MJSP busca aperfeiçoar a coordenação estratégica e a articulação dos órgãos de segurança pública, por meio da valorização profissional, da capacitação dos recursos humanos e da atuação conjunta com os demais entes federativos como forma de buscar reduzir a criminalidade e à violência urbana.

Destacam-se ainda o empenho em estabelecer novas formas de gestão, que precisam ser desenvolvidas e regulamentadas, não apenas em âmbito federal, mas também estadual, distrital e municipal, sendo necessária a elaboração de parâmetros que garantam a equidade de condições aos entes federativos a fim de que possam desenvolver políticas de segurança pública mais eficientes e eficazes, além da criação e a utilização de sistemas e de redes para integrar os mais diversos órgãos de segurança pública, no intuito de facilitar a troca de informações e a disponibilização da tecnologia necessária ao desempenho de atividades de inteligência.

Para tanto, foram criados os Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública Regional-CIISP, que se traduzem na materialização da integração de uma rede de inteligência de segurança pública e em um mecanismo capaz de trocar informações, maximizar recursos, racionalizar as operações e melhorar a capacidade de combater o crime analisando dados de várias fontes. Essa metodologia potencializa a habilidade para antecipar, detectar, identificar, prevenir, monitorar e combater atividades criminosas. Representa ainda uma ampliação da competência da segurança pública para desenvolver e compartilhar informações e inteligência de forma integrada, sistemática e inovadora.

OBJETIVO ESTRATÉGICO
APERFEIÇOAR A COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA E A INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

APERFEIÇOAR A COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA E A INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

ENTREGAS PARA A SOCIEDADE

PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA SOCIEDADE

CUSTO TOTAL DAS ENTREGAS À SOCIEDADE

PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA SOCIEDADE

R\$5.442.164.836,22

INDICADOR ESTRATÉGICO
SEOI

QUANTIDADE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA IMPLANTADOS

INDICADOR ESTRATÉGICO
SEOI

PERCENTUAL DE AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - AISPS INTEGRADAS À REDE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INDICADOR ESTRATÉGICO
SENASP

QUANTIDADE DE NORMAS TÉCNICAS PUBLICADAS DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA COM PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA IMPLANTADOS

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista para 2023
2	0	2	2	2	2

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - AISPS INTEGRADAS À REDE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
100%	70%	100%	100%	Não se aplica	100%

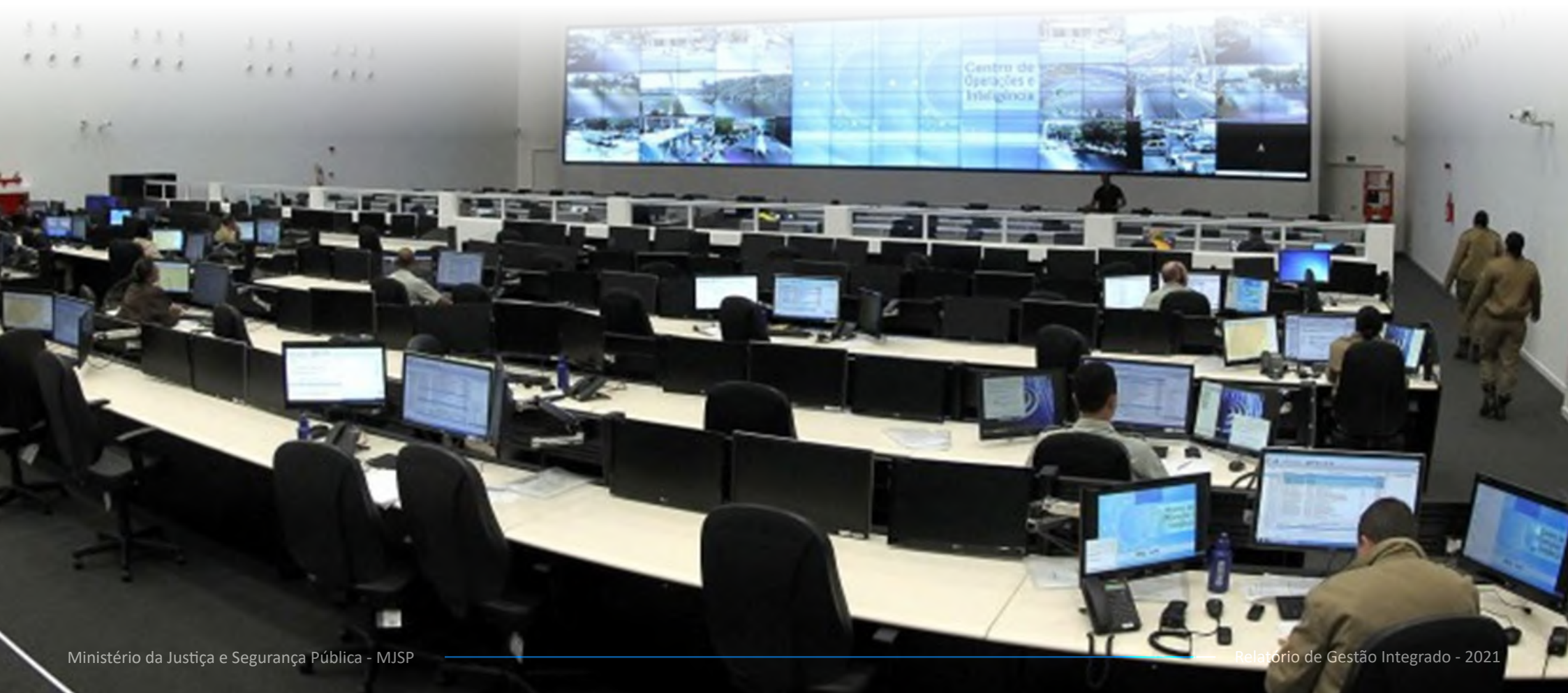
O Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, por meio da Secretaria de Operações Integradas – SEOPI, implementou estruturas integradas de inteligência de segurança pública, a partir da criação da Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública - REDE CIISP, composta por um Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública Nacional - CIISP-N, em Brasília, e cinco Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública Regionais - CIISPR, sendo um em cada região geográfica do país, a fim de fortalecer o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública do Brasil - SISP, integrante do Subsistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, e consequentemente aperfeiçoar o assessoramento na temática e o combate à criminalidade organizada.

Os Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública - CIISP fazem parte de uma estrutura coordenada pela Diretoria de Inteligência – DINT/SEOPI, com o objetivo de reunir representantes de todas as Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISP de cada região do país. Tal estrutura visa o compartilhamento de dados e informações entre os estados a fim de que sejam planejadas e executadas medidas de prevenção e repressão à criminalidade. Essa metodologia potencializa a habilidade para antecipar, detectar, identificar, prevenir, monitorar e combater atividades criminosas.

Rede CIISP é um modelo de produção de conhecimento integrado, sistemático e qualificado de Inteligência de Segurança Pública, formada por Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública que reúnem em uma mesma estrutura física representantes estaduais e institucionais, congregando assim profissionais das Agências de Inteligência de Segurança Pública e agências de inteligência convidadas.

Diante da importância da instituição desses centros para a produção de conhecimento e para o combate à criminalidade, o Ministério definiu a implementação dessas estruturas integradas como prioridade para o órgão. Conseguindo, por meio de um esforço conjunto, inaugurar, em 2021, os 02 últimos centros regionais que faltavam, nas regiões Centro-Oeste (CIISPR-CO) e Sudeste (CIISPR-SE), e serão compostos por profissionais de inteligência das Unidades Federativas das referidas regiões, bem como por profissionais dos órgãos federais para atuarem de forma integrada na produção de conhecimento. O investimento total nas novas estruturas de inteligência de segurança pública ativadas foi de R\$ 4 milhões, sendo R\$ 2 milhões em cada região.

Com a finalização da fase de implantação da Rede, as metas foram alcançadas de forma antecipada, já que 100% das Agências de Inteligência de Segurança Pública - AISPs estão integradas à Rede e todos os centros previstos inicialmente foram inaugurados. Desta forma, todos os estados e o Distrito Federal estão sendo atendidos por projetos da Diretoria de Inteligência da SEOPI.

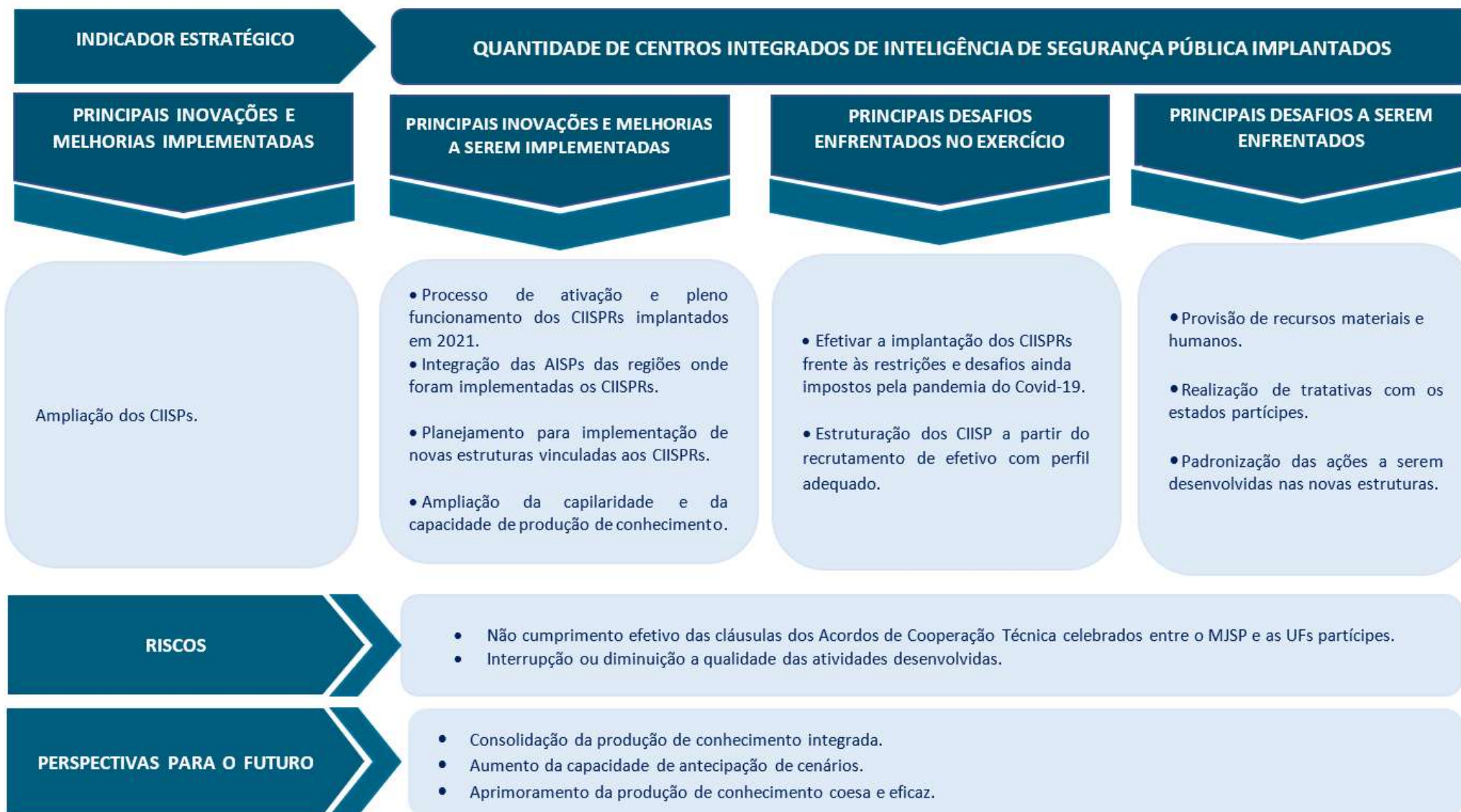




Assim, com o alcance, em 2021, das metas estabelecidas até 2023, para criação dos CIISPs em todo o país e a sua integração com as Agência de Inteligência de Segurança Pública – AISPs, o desafio agora será manter esses Centros Integrados em pleno funcionamento, ampliar a capacidade das AISPs de desenvolver e compartilhar informações estratégicas de inteligência de forma eficaz e eficiente; e, fortalecer o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública do Brasil - SISP, integrante do Subsistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, visando aperfeiçoar o assessoramento na temática e o combate à criminalidade organizada.

Cabe ressaltar que, a Rede de Centros atende não só as capitais onde estão ativados, mas todas as 5 regiões do País, por meio das Agências Centrais de Inteligência das Instituições estaduais, colocando à sua disposição um ambiente interagências, reunindo em um só local profissionais representantes das agências estaduais e federais capacitados e com vasto conhecimento dos assuntos correlatos à Inteligência de seus respectivos estados, cujos conhecimentos passaram a ser compartilhados com a equipe do Centro de Inteligência no qual atuam. Além de trazerem consigo a sua rede de sistemas/dados, desenvolvem um trabalho colaborativo por meio do compartilhamento e da produção de inteligência integrada, com a otimização de recursos, a maximização de capacidades e a ampliação de resultados.

Com isso, através da melhoria dos processos correlatos à atividade de inteligência, a vida do cidadão foi impactada com serviços de melhor qualidade e eficiência, dado a capacidade das instituições de melhor conhecer o crime, o criminoso e a criminalidade, proporcionando o enfrentamento qualificado à criminalidade violenta e ao crime organizado, com efetivo aumento da sensação de segurança para o cidadão.



INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE AGÊNCIAS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - AISPS INTEGRADAS À REDE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Integração de 100% das Agências de Inteligência de Segurança Pública por meio de representantes estaduais e institucionais nos CIISPs.
- Representantes de 07 instituições federais nos CIISPs.

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Ampliação da capilaridade e da qualidade da produção de conhecimento.
- Incremento do efetivo dos centros, com representantes de mais órgãos de segurança pública.
- Ampliação do número de representantes de UF e órgãos cujas atividades estão relacionadas à segurança pública.

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Implantação e efetivação dos CIISPs, estrutura física para integração dos representantes das AISPs, frente às restrições da pandemia de Covid-19.
- Recrutamento de efetivo com perfil adequado.
- Disponibilização de sistemas/bases de dados.

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Ampliação do orçamento para mobilização e aumento do efetivo.
- Liberação de recursos humanos pelas UFs.
- Alinhamentos para efetivar a participação de representantes de órgãos cuja atividade seja afeta à segurança pública.
- Ampliação de orçamento para a aquisição de recursos tecnológicos e equipamentos.

RISCOS

- AISPs não fornecerem os insumos necessários para efetivar a integração.
- Falta de participação das AISPs.
- Não cumprimento efetivo das cláusulas dos Acordos de Cooperação Técnica celebrados entre o MJSP e as UFs partícipes.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Aumentar a capacidade de produção de conhecimento de inteligência.
- Fortalecer as AISPs por meio da disponibilização de recursos tecnológicos atualizados e equipamentos.
- Consolidar a integração das AISPs por meio da Rede CIISP.
- Fomentar a criação de canais institucionalizados e padronizar procedimentos.

INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE NORMAS TÉCNICAS PUBLICADAS DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA COM PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
2	2	2	2	Não se aplica	2

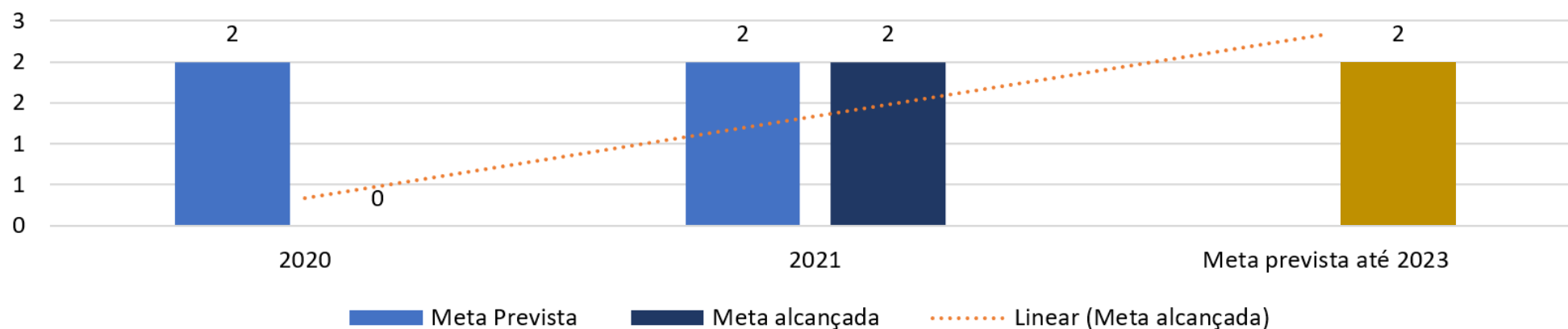
O Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública - Pró-Segurança, de responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública, tem por objetivo estabelecer padrões mínimos de qualidade e de desempenho de equipamentos, serviços e soluções aplicáveis em segurança pública, de modo a permitir a certificação desses produtos, contemplando ensaios de acordo com requisitos técnicos, para garantir a segurança, a qualidade e a confiabilidade dos produtos utilizados pelos profissionais da área.

Neste sentido, a Diretoria de Políticas de Segurança Pública da Senasp/MJSP, responsável pelo programa Pró-Segurança, em consonância com a perspectiva estruturante de suprir as necessidades fundamentais das instituições de segurança pública no tocante a equipamentos, produtos e serviços de qualidade que proporcionem condições minimamente necessárias para a execução da atividade policial, vem editando Normas Técnicas para itens essenciais de segurança pública, a serem publicadas por meio de Portaria da Senasp/MJSP, contendo os requisitos mínimos de qualidade, os roteiros de ensaios e os esquemas de certificação pertinentes, em conformidade com o § 3º do art. 17 do Decreto nº 10.030, de 2019 e art. 5º da Portaria do MJSP nº 104, de 2020.

Esses padrões são estabelecidos em normas técnicas que subsidiam as aquisições públicas, levando em consideração as peculiaridades de cada região geográfica e especialização operacional. Esse trabalho fortalece a coordenação, a cooperação e a colaboração dos órgãos e de instituições de segurança pública, com potencial de redução da burocracia nas aquisições públicas, além de fomentar a pesquisa e a diagnose em segurança pública.

O indicador estratégico “Quantidade de normas técnicas publicadas de equipamentos de segurança com padrões mínimos de qualidade e desempenho” foi estipulado para medir a normatização de equipamentos de segurança prioritários, tomados a partir de diagnóstico junto às Instituições de Segurança Pública realizado em 2018.

QUANTIDADE DE NORMAS TÉCNICAS PUBLICADAS DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA COM PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO



Fonte: BI Planejamento Estratégico

Cumpramos salientar que, além das melhorias técnicas e econômicas inerentes a um processo de normatização técnica, e consequente normalização de mercado, há ainda uma alteração pontual na desburocratização dos processos aquisitivos. Isto porque com o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade e eficiência dos produtos, há a simplificação dos certames quanto às especificações técnicas pretendidas, tendo em vista que as soluções disponíveis e o nicho de mercado encontram-se agora adequados objetivamente ao atendimento das demandas de aquisições pretendidas. Aliado a isto, com as normatizações poderão ser estabelecidas atas, nacionais e internacionais, de registro de preço para locação e/ou aquisição de serviços e produtos de interesse das instituições de segurança pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, to-

dos ancorados por padrões de qualidade e desempenho definidos e que agreguem substancial melhoria dos processos aquisitivos e eficiência do serviço público.

Já foram publicadas 04 (quatro) normas técnicas NT-Senasp:

NT-Senasp nº 001/2020 - Pistolas calibre 9x19 mm e .40 S&W;

NT-Senasp nº 002/2020 - Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM);

NT-Senasp nº 003/2021 - Coletes de Proteção Balística; e

NT-Senasp nº 004/2021 - Armas Portáteis: Carabinas e Fuzis.

Para o escopo da NT-Senasp nº 001/2020 - Pistolas calibre 9x19 mm e .40 S&W, já foram acreditados 05 (cinco) Organismos de Certificação de Produto (OCP) pelo Inmetro e designados pela Senasp 03 (três) destes, de acordo com os ditames da Portaria SENASP/MJSP nº 285, de 2021; o Inmetro já abriu os programas de acreditação em laboratórios neste escopo, além dos programas de acreditação para OCP nas NT-Senasp nº 002/2020 - Armas Eletroeletrônicas de Incapacitação Neuromuscular (AINM) e NT-Senasp nº 003/2021 - Coletes de Proteção Balística.

Estão em construção mais 06 (seis) NT-Senasp e um guia orientativo em diferentes fases, além de instrução e indução de capacitação de profissionais de segurança pública, a saber:

- NT-Senasp de Veículos Leves para Aplicação em Segurança Pública - realizada a primeira fase dos ensaios em viaturas para calibração de seus parâmetros, será realizada a fase de validação desses parâmetros e alterações de metodologias de ensaios, para posteriores audiência e consulta públicas;
- NT-Senasp de Equipamentos de Proteção Individual de Combate a Incêndio Estrutural - em fase de análise de contribuições da audiência pública;
- NT-Senasp de Granadas Policiais - em fase de câmara técnica;
- NT-Senasp de Armas Portáteis: Submetralhadoras - em fase final de consulta pública;
- NT-Senasp de Equipamentos de Proteção Respiratória - em fase de prospecção mercadológica e normas aplicáveis;
- NT-Senasp de Munições Policiais - em fase prospecção mercadológica e de normas/protocolos aplicáveis (classificado por sensibilidade de um

documento advindo do *Federal Bureau of Investigation* (FBI);

- Guia Orientativo de Projeto de Estandes de Tiro de Uso Policial - em fase de construção do Guia, com base nos relatórios técnicos já elaborados;
- Criação e gestão do Grupo Técnico para Embarcações de Emprego na Segurança Pública, para o estabelecimento de requisitos técnicos mínimos considerando as regionalidades e funcionalidades demandadas por órgãos de segurança pública; e
- Cursos de capacitação em Sistema de Gestão da Qualidade – ABNTNBR ISO 9001:2015, Análise de Produtos Farmacêuticos e futuramente para Avaliação de Conformidade em Processos Aquisitivos e para Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração – ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017.

Para esses trabalhos, a demanda de infraestrutura laboratorial em órgãos de segurança pública ou de instituições públicas é latente, bem como de fomento à acreditação desses laboratórios e de ensaios que elevarão o patamar dos equipamentos empregados na segurança pública e proporcionarão o desenvolvimento e up-grade desse mercado no Brasil.

Além disso, o Pró-Segurança vem fomentando a pesquisa e diagnose através de ações como o Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) Segurança Pública e Ciências Forenses e como o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Segurança Pública - Ciências Policiais, programa esse em construção.

O PROCAD Segurança Pública e Ciências Forenses refere-se à execução do Termo de Execução Descentralizada - TED no valor de R\$ 6 milhões, numerário destinado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC que possibilitou às entidades signatárias a

cooperação mútua para fomento à pesquisa científica e tecnológica na área de segurança pública alinhada com a PNSPDS e o SUSP, com objetivo de selecionar e apoiar projetos de pesquisa e ações de capacitação de Instituições de Ensino Superior - IES em conjunto com órgãos de segurança pública no país, para o desenvolvimento, fortalecimento e ampliação da produção científica, técnica e acadêmica em questões atinentes a segurança pública e ciências forenses.

O PROCAD Segurança Pública e Ciências Forenses enquadrou-se nas diretrizes da CAPES de indução temporária de áreas estratégicas da política brasileira de ciência e tecnologia, consistindo em conceder apoio financeiro aos projetos de produção científica selecionados de acordo com os critérios definidos em edital, com o objetivo de contribuir para a criação, o fortalecimento e a ampliação, no País, de programas de Pós-graduação *stricto sensu* relacionados com a segurança pública brasileira, com a consequente formação de recursos humanos pós-graduados para atuar nessa área, induzindo e estimulando ações acadêmicas de Pós-graduação *stricto sensu* no campo da segurança pública brasileira.

Ainda no âmbito do objetivo estratégico de “Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública”, destaca-se ainda o Programa Nacional de Qualidade de vida para Profissionais de Segurança - “PRÓ-VIDA”, que tem, entre seus objetivos, promover e prevenir a saúde física e mental e a segurança no trabalho dos profissionais de segurança pública e defesa social, bem como de seus familiares, buscando proporcionar qualidade de vida, fortalecimento e condicionamento físico para suas atividades laborais e bem-estar. Dentre os principais resultados alcançados pelo Programa em 2021, destaca-se:

a) A instituição do Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro - por

meio da Medida Provisória nº 1.070, sendo regulamentado pelo Decreto nº 10.793, de 2021, bem como pela Portaria Ministerial nº 472 de 26 de outubro de 2021, o que viabilizou o início da operacionalização do Programa em 03 de novembro de 2021.

b) Execução da Pesquisa Diagnóstico da Segurança Pública, sobre saúde, segurança, valorização profissional e qualidade de vida dos profissionais da segurança pública - idealizada para obter indicadores que orientarão a formulação futura de políticas públicas voltadas para a valorização profissional e melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública - atualmente em fase final da coleta nacional

c) Realização de *lives* mensais no canal oficial do MJSP no Youtube, com participação de especialistas em temas relacionados à qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, havendo concreta integração dos profissionais.

d) Realização de curso de prevenção ao comportamento suicida para os profissionais de segurança pública.

e) Doação de livros devocionais (Pão Diário da Segurança Pública), lançamento do aplicativo Pão Diário da Segurança Pública e 1º evento de Ação de Graças no âmbito do projeto de assistência espiritual para os profissionais de segurança pública.

INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE NORMAS TÉCNICAS PUBLICADAS DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA COM PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E
MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Elaboração de notas técnicas.
- Desenvolvimento de metodologias de ensaios em fuzis e carabinas através de método científico.
- Estabelecimento de procedimentos de avaliação da conformidade nos processos aquisitivos.
- Cursos de sistema de gestão para órgãos de segurança pública.
- Fomento à capacitação stricto sensu através do PROCAD Segurança Pública e Ciências Forenses.
- Fomento ao aparelhamento de laboratórios de órgãos policiais.

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS
A SEREM IMPLEMENTADAS

- Publicação do Guia Orientativo de Projeto de Estandes de Tiro de Uso Policial.
- Desenvolvimento de metodologias de ensaios de munições, submetralhadoras e granadas através de método científico.
- Fomento à capacitação stricto sensu.
- Fomento ao aparelhamento de laboratórios e de projetos inovadores de órgãos policiais e públicos.

PRINCIPAIS DESAFIOS
ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Mobilização dos profissionais com o perfil para as atividades do Pró-Segurança.
- Capacitação dos novos integrantes para a condução de construção de normas técnicas e suas aplicações.
- Contratação e execução de contrato dos ensaios em viaturas.

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM
ENFRENTADOS

- Realização de Audiências Públicas de assuntos sensíveis ao mercado nacional.
- Fomento ao aparelhamento de laboratórios e de projetos inovadores de órgãos policiais e públicos.
- Aplicação das NT-Senasp em processos licitatórios.
- Adesão do mercado para a certificação de produtos nos escopos das NT-Senasp;
- Elaboração do catálogo técnico de produtos certificados.

RISCOS

- Especificação dos requisitos técnicos dos produtos e dos ensaios inviabilizarem economicamente a aplicação de cada NT-Senasp.
- Não adesão às normas pelas instituições policiais.
- Ausência na participação de profissionais na construção das NT-Senasp.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Produtos certificados nos escopos das NT-Senasp.
- Baixa incidência de não-conformidades em produtos já adquiridos conforme aplicação das NT-Senasp.
- Revisão para aprimoramento das NT-Senasp já publicadas e produção de novas NT-Senasp.

Ainda no âmbito do objetivo estratégico de aperfeiçoar a coordenação estratégica e a integração dos órgãos de segurança pública, é importante destacar a atuação do Escritório ConprasSUSP, responsável pela realização de compras e aquisições de bens e serviços necessário à execução das atividades de segurança pública, em apoio às entidades e órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - Susp e em regime de colaboração entre estes.

Ao longo do exercício 2021, o Escritório ConprasSusp promoveu o desenvolvimento da Plataforma CompraSusp. Esse sistema destina-se à modernização das compras públicas no âmbito do Susp. Esse processo tem início na captação das demandas dos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública e fim na consolidação do que foi demandado em Atas de Registro de Preços. Outro ponto importante do ConprasSUSP é a inserção de um módulo destinado à captação de recursos de Emendas Parlamentares. As demandas incluídas pelas instituições de Segurança Pública do SUSP, serão apresentadas aos parlamentares possibilitando a aquisição direta e doação, minimizando o quantitativo de emendas celebradas por meio de convênios. Essa ferramenta é, portanto, um canal ponto-a-ponto de indução do desenvolvimento das ações de segurança pública em nível nacional.

O valor registrado em 2021 foi de mais de R\$ 442 milhões, distribuídos em 44 atas de registro de preço com mais de 514 itens ofertados, os quais foram distribuídos entre MJSP, integrantes do SUSP e outros órgãos da administração pública. O número de itens registrados em 2021 foi 30 % maior que no ano de 2020. Os integrantes do SUSP foram responsáveis por 68% dos itens registrados, demonstrando que o ConprasSUSP atendeu sua finalidade precípua.

ATUAÇÃO DO COMPRASSUSP

Ano	Pregões	Atas	Itens	Valor Total
2021	15	44	514.588	R\$ 442.971.196,25
2020	15	51	395.279	R\$ 1.514.498.019,08

Fonte: SEGEN/MJSP



PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujo principais estão destacados abaixo:



PROJETO ESTRATÉGICO - SEOPI

REDE DE CENTROS INTEGRADOS DE INTELIGÊNCIA

A Rede CIISP é um modelo de produção de conhecimento integrado, sistemático e qualificado de Inteligência de Segurança Pública, formada por Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública que reúnem em uma mesma estrutura física representantes estaduais e institucionais, congregando assim profissionais das Agências de Inteligência de Segurança Pública e agências de inteligência convidadas.

Como objetivo geral, o projeto visa a integração e o fortalecimento de todas as AISP's do país.

O projeto visa ainda a ampliação da capacidade das AISP's desenvolvendo e compartilhando informações estratégicas de inteligência de forma eficaz e eficiente. Para tanto, auxilia o enfrentamento à criminalidade de forma integrada com os demais órgãos de segurança pública.



PROJETO ESTRATÉGICO - SEOPI

EXPANSÃO DE CENTROS INTEGRADOS DE COMANDO E CONTROLE

A implantação do Projeto Estratégico de Expansão de Centros Integrados de Comando e Controle decorre da necessidade de vigilância, coleta e compartilhamento de informações, análise dos dados e apoio à decisão no Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle previsto pela Secretaria de Operações Integradas, através da Diretoria de Operações-DIOP, em situações em que seja necessária a presença em áreas de interesse operacional específicas, a fim de criar rapidamente uma estrutura local de comando e controle, apoiando a estrutura geral.

A implementação do projeto em tela, trouxe uma série de melhorias no âmbito da Segurança pública, tais como: melhoria significativa da qualidade das informações para tomada de decisão das instituições de segurança pública, reduzindo gastos públicos com servidores para monitoramento das imagens das áreas relevantes às operações integradas. Aceleração do tempo de respostas das ações preventivas e corretivas de segurança pública, criando um legado relevante para a segurança pública e para a sociedade brasileira. Aplicação de equipamentos de alta tecnologia para apoiar as ações integradas de segurança pública, permitindo a visualização e monitoramento preciso das áreas relevantes às operações integradas.

PROJETO ESTRATÉGICO - SENASP
PRÓ SEGURANÇA

Alicerçado na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS e institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp, no Decreto nº 10.030, de 2019, § 3º do art. 17 e na Portaria do MJSP nº 104, de 2020, o Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública - Pró-Segurança, de responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp/MJSP, vem estabelecendo padrões mínimos de qualidade e desempenho de equipamentos, produtos, serviços e soluções aplicáveis na segurança pública, através de pesquisa e diagnose qualitativa, prospecção, padronização, normatização, normalização e certificação, fornecendo às instituições meios e parâmetros para otimização dos processos aquisitivos e efetiva modernização.

Dada a natureza participativa e não impositiva na construção de uma Norma Técnica, as NT-Senasp estão sendo desenvolvidas através de metodologia multidisciplinar, contemplando experiências de profissionais com expertise consagrada das mais diversas áreas da segurança pública de todas as regiões do Brasil, que participam de câmara técnica específica, onde discutem sobre estudos técnicos desenvolvidos por especialistas e normas aplicadas em âmbito internacional, somado a consulta às instituições de segurança pública de forma a materializar a cooperação e a colaboração dos órgãos e instituições componentes do Susp, com posterior realização de audiência pública com participação de representantes da indústria e comércio mundial, profissionais de segurança pública, usuários do serviço público de segurança e demais partes interessadas no processo, o que robustece a tecnicidade participativa aplicada à edição da Norma.

A normatização e a certificação realizada por organismos e ensaios em laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) de produtos com base nessas normas são, portanto, medidas de economia em escala de recursos desde a aquisição ao gerenciamento e a manutenção dos equipamentos, produtos e serviços, tendo reflexos diretos na segurança, confiabilidade, eficiência e performance destes, proporcionando uma melhor perspectiva de emprego e fomentando a normalização do mercado quanto à adequação de conformidade mínima perquirida pelas instituições de segurança pública.

PROJETO ESTRATÉGICO - SENASP
PROGRAMA NACIONAL DE QUALIDADE DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA – PRÓ-VIDA

O projeto estruturante do Programa Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública - PRÓ-VIDA - criado por meio do art. 42 da lei nº 13.675 de 2018, e instituído pelo art. 33 do Decreto nº 9.489 de 2018, visa promover e prevenir a saúde física e mental e a segurança no trabalho dos profissionais de segurança pública e defesa social, bem como de seus familiares, buscando proporcionar qualidade de vida, fortalecimento e condicionamento físico para suas atividades laborais e bem-estar, por meio da elaboração, implementação, apoio, monitoramento e avaliação dos projetos de qualidade de vida, valorização profissional, saúde e segurança dos profissionais de segurança pública e defesa social.

PROJETO ESTRATÉGICO - SEGEN

COMPRASSUSP - PROGRAMA DE COMPRAS EFICIENTES PARA O SISTEMA ÚNICO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

O Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública - ComprasSUSP foi instituído, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com finalidade precípua de realizar compras e aquisições de bens e serviços, de forma mais eficiente, em benefício das instituições e órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - Susp.

O programa atua no desenvolvimento, a proposição e a implementação de modelos, de mecanismos, de processos e de procedimentos para aquisição, contratação, alienação e gestão centralizadas de bens e serviços de uso em comum pelos órgãos e pelas entidades da área de segurança pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

São objetivos do ComprasSUSP:

- I - promover a inovação no processo de compras destinado ao Susp;
- II - incentivar a modernização de equipamentos e tecnologias no âmbito do Susp;
- III - propor, com a participação das instituições e órgãos integrantes do Susp, a elaboração de referências, padrões e requisitos para as aquisições e contratações da área;
- IV - fomentar e realizar compras públicas que resultem em ganhos de escala e de qualidade dos bens e serviços adquiridos;
- V - promover o desenvolvimento nacional sustentável, de acordo com as disposições do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012;

VI - gerar economia de tempo e de recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros para as instituições e órgãos integrantes do Susp, nos processos de aquisição;

VII - estabelecer mecanismos para mitigação dos riscos de sobrepreço, inclusive os decorrentes de fatores cambiais; e

VIII - promover a transparência nas aquisições de bens e serviços para a área de segurança pública.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - Aperfeiçoar a gestão do sistema prisional

A atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, orientada para a garantia do direito fundamental de todo cidadão à segurança, pelos princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e pela participação da sociedade nas ações combinadas de promoção da cultura de paz, prevenção à violência e repressão ao crime, perpassa pelo aperfeiçoamento das ações que garantam os direitos às pessoas privadas de liberdade objetivando a reintegração social, na capacitação e valorização dos agentes, no aparelhamento de instituições, dentre outras.

O Depen fomenta a promoção da cidadania do preso e do egresso por ações de saúde, educação, cultura, esporte, trabalho e de assistência social, jurídica e religiosa; bem como fomenta a adoção de alternativas penais e de modernização, aparelhamento e fortalecimento do sistema penitenciário, além do aprimoramento no controle das unidades penais. O Depen é responsável, ainda, pelo Sistema Penitenciário Federal, cujos principais objetivos são isolamento das lideranças do crime organizado, cumprimento rigoroso da Lei de Execução Penal e custódia de: presos condenados e provisórios sujeitos ao regime disciplinar diferenciado; líderes de organizações criminosas; presos responsáveis pela

prática reiterada de crimes violentos; presos responsáveis por ato de fuga ou grave indisciplina no sistema prisional de origem; presos de alta periculosidade e que possam comprometer a ordem e segurança pública ou réus colaboradores presos. É responsável ainda por dirigir, planejar, coordenar, controlar, avaliar e orientar as atividades de inteligência penitenciária no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, promovendo, com os órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência, o intercâmbio de dados e conhecimentos, necessários à tomada de decisões administrativas e operacionais em prol da segurança pública.

Para impulsionar o trabalho prisional entre os Estados, foi lançada a 1ª Coletânea de Boas Práticas em Oferta de Trabalho no sistema prisional do Depen. O material impulsionará os entes federados a fomentar o trabalho dos presos no Sistema Prisional e, assim, contribuir com a efetiva ressocialização.

Também foram investidos mais de R\$ 274 milhões de recursos federais na execução de 39 obras penitenciárias, visando diminuir o déficit de vagas, que caiu de 232.142 em junho de 2020 para 183.590 em junho de 2021.

Com relação à modernização e aparelhamento das unidades penitenciárias, de modo a promover aumento na oferta de assistência jurídica e de assistência social, em 2021 foi realizado o investimento de mais de R\$ 37 milhões em instrumentos de repasse para implantação de sistemas de videoconferência, celebrados com 15 estados. Também foi realizada a aquisição e doação de 99 veículos sedans adaptados para transporte de mulheres presas, lactantes, grávidas ou com necessidades especiais. Foram entregues aos estados 66 ônibus e 46 furgões, que darão mais segurança ao trabalho dos policiais penais de 20 estados, do Distrito Federal e das cinco penitenciárias federais. Ao todo, R\$ 106 milhões em recursos federais foram investidos na compra de 298 furgões e 132 ônibus.

Por fim, a implementação e fortalecimento de políticas voltadas para a assistência social e proteção dos direitos de mulheres e grupos específicos, além dos egressos do Sistema Prisional, complementam a atuação do DEPEN na promoção de um sistema penal justo e que viabiliza a reintegração social da pessoa privada de liberdade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - APERFEIÇOAR A GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL

CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO

ENTREGAS PARA A SOCIEDADE

GARANTIA DE DIREITOS DO CIDADÃO, DO MIGRANTE, DO REFUGIADO E DOS POVOS INDÍGENAS

PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA SOCIEDADE

CUSTO TOTAL DAS ENTREGAS À SOCIEDADE

R\$19.661.604,15

INDICADOR ESTRATÉGICO
DEPEN

INDICADOR ESTRATÉGICO
DEPEN

INDICADOR ESTRATÉGICO
DEPEN

INDICADOR ESTRATÉGICO
DEPEN

INDICADOR ESTRATÉGICO
DEPEN

QUANTIDADE DE OPERAÇÕES REALIZADAS PELA FORÇA DE COOPERAÇÃO PENITENCIÁRIA

OFERTA DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES LABORAIS

PESSOAS ATENDIDAS POR ALTERNATIVAS PENAIAS DIVERSAS DA PRISÃO

GERAÇÃO DE VAGAS PRISIONAIS

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO

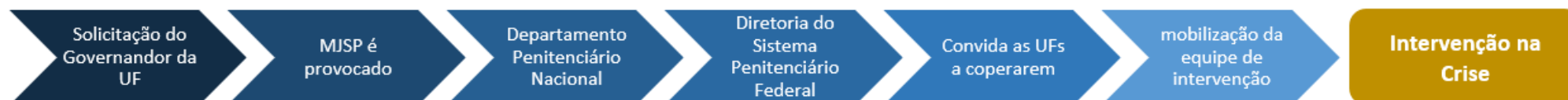
QUANTIDADE DE OPERAÇÕES REALIZADAS PELA FORÇA DE COOPERAÇÃO PENITENCIÁRIA

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
3	3	3	5	8	12

O DEPEN tem envidado esforços no sentido de combater o crime organizado nos presídios. Nesse sentido, o órgão tem realizado operações a partir da solicitação dos estados. Para acompanhar essas ações, o Ministério dispõe do indicador “Quantidade de operações realizadas pela força de cooperação penitenciária”, que mede a quantidade de operações coordenadas pelo Depen, compostas de Policiais Penais Federais, Estaduais e do Distrito Federal, visando prestar apoio aos estados na prevenção e contenção de eventos de risco como fugas, motins e rebeliões, além de promover as assistências às quais as pessoas privadas de liberdade têm direito. Urge ressaltar que o início de cada operação depende da solicitação formal do Governador da Unidade da Federação interessada.

O esquema abaixo demonstra o fluxo utilizado para solicitação e autorização do emprego da Força de Cooperação Penitenciária nos presídios.

Fluxo de Solicitação e Autorização para emprego da Força de Cooperação Penitenciária



Fonte: DEPEN/MJSP

A Força de Cooperação do Depen - Focopen é coordenada por Policiais Penais Federais e composta por profissionais dos estados e do Distrito Federal, Especialistas Federais em Execução Penal e Técnicos Federais de Apoio à Execução Penal que visa apoiar as Unidades Federativas em crise. A pedido dos governos locais e após autorização do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Focopen exerce a coordenação das ações das atividades dos serviços

de guarda, de vigilância e de custódia de presos. Além disso, a Força de Cooperação apoia a execução das assistências previstas no artigo 11 da Lei de Execução Penal: assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, garantindo a humanização da pena. Todas as aplicações são baseadas nos modelos adotados pelo Sistema Penitenciário Federal - SPF. Além disso, está no escopo da Focopen a transmissão de conhecimentos para os servidores das Unidades Federativas, por meio de treinamentos, tanto em Cursos de Formação Profissional (CFP) quanto em cursos rápidos e específicos como, uso de tecnologias, materiais menos letais, escolta, entre outros.

É importante ressaltar que o cenário existente à época em que o indicador “Quantidade de operações realizadas pela Força de Cooperação Penitenciária” foi proposto, era de instabilidade e recorrentes ocorrências de motins e rebeliões no sistema penitenciário nacional, conforme tabela a seguir:

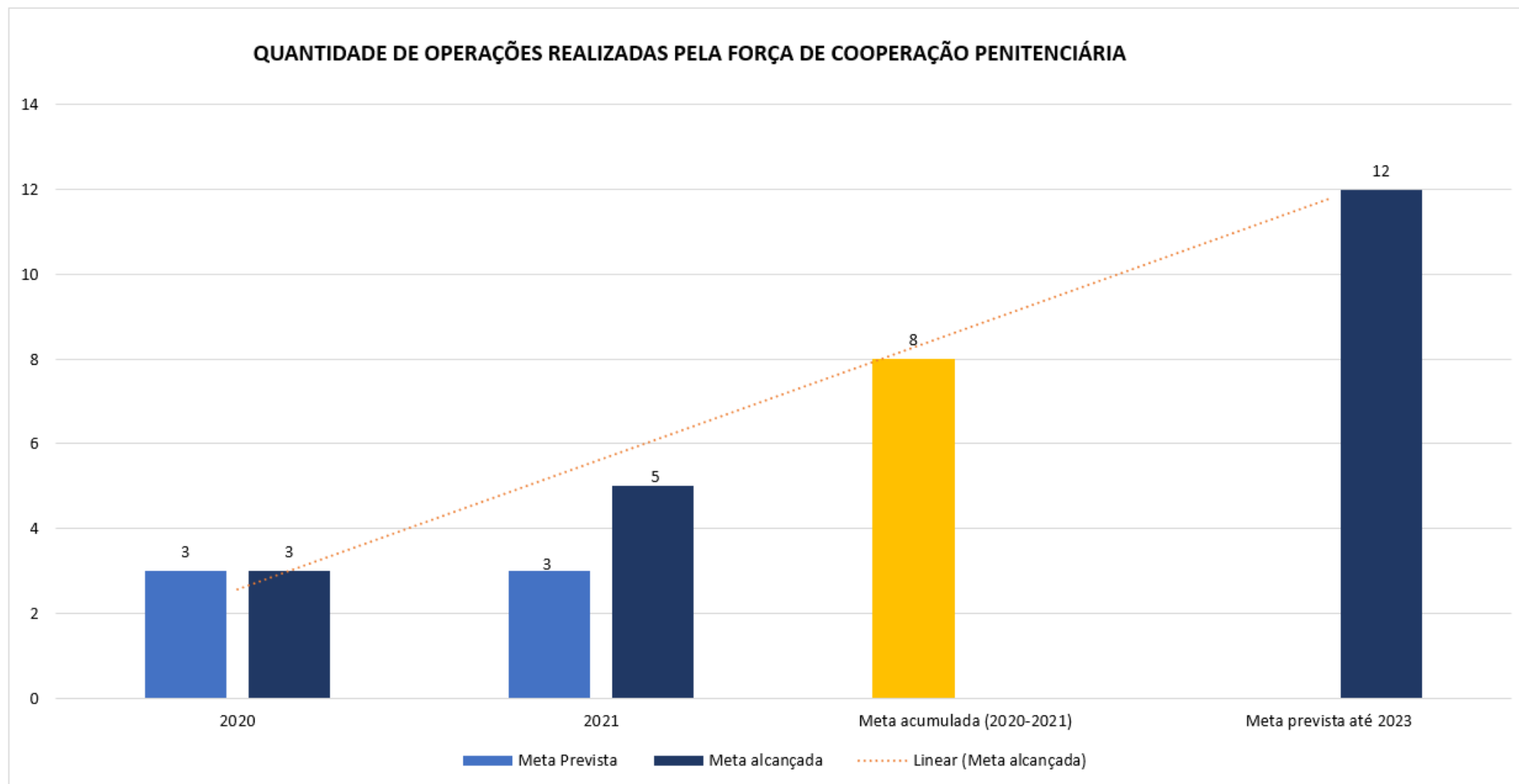
HISTÓRICO DE REBELIÕES NO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL DESDE O ANO 2001	
ANO	PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS DE REBELIÕES EM PRESÍDIOS NO BRASIL
2001	29 PENITENCIÁRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
2004	30 MORTES BENFICA - RJ
2006	DIA DO SALVE (DIA DAS MÃES) EM 4 ESTADOS
2017	56 MORTES COMPAJ -AM
2017	26 MORTES ALCAÇUZ - RN
2019	62 MORTES ALTAMIRA - PA

Fonte: DEPEN/MJSP

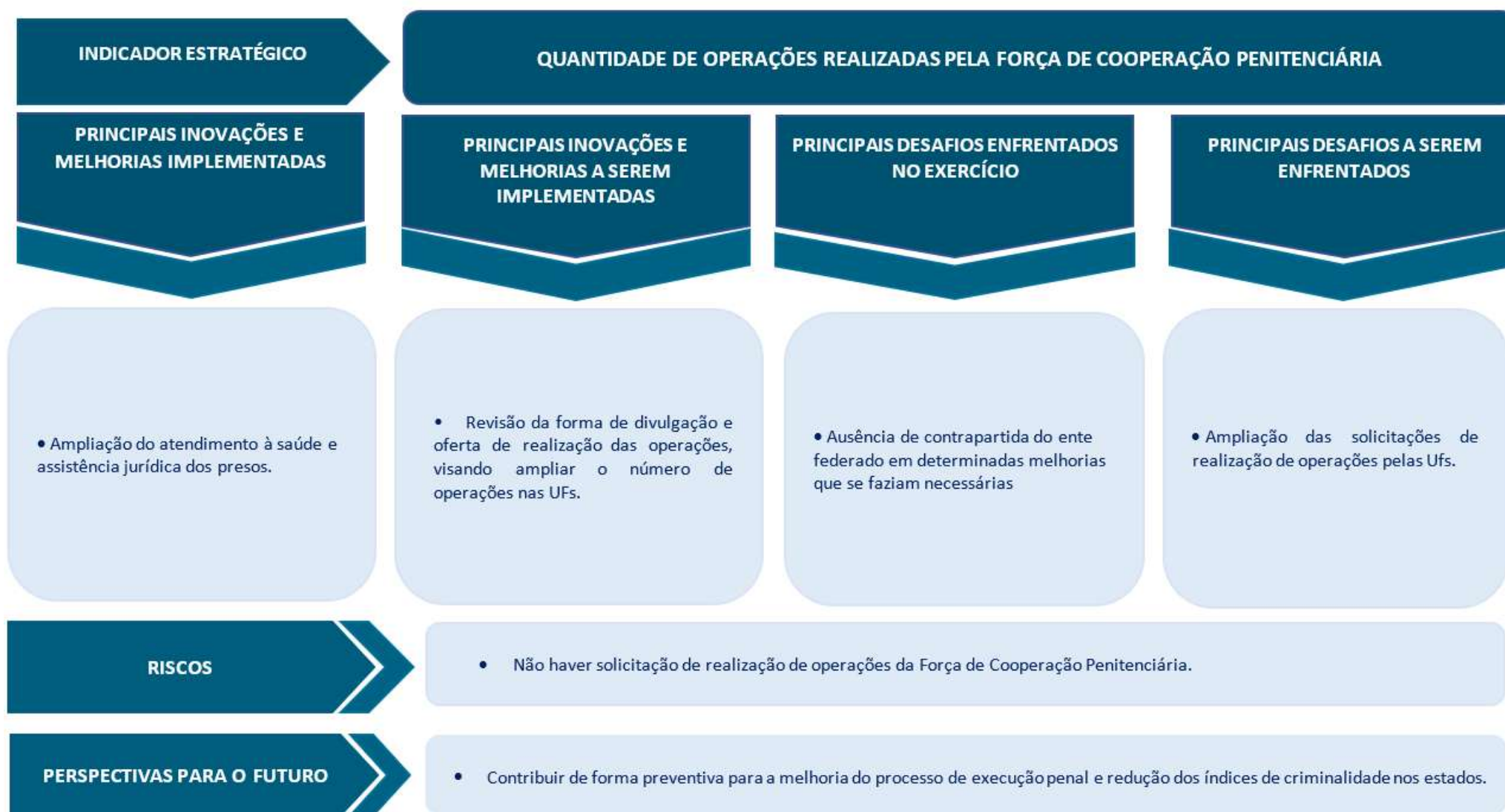
Assim, o DEPEN vem atuando, por meio do Sistema Penitenciário Federal, para cumprir com excelência seu papel de gerir estabelecimentos penitenciários federais de segurança máxima, abrigando presos de alta periculosidade e isolando eficientemente os líderes de organizações criminosas. Nos presídios federais não há registro de entrada de celulares, armas ou objetos não permitidos em suas dependências. Esta atuação, em conjunto com a evolução da inteligência penitenciária, por meio da integração promovida pelo Depen entre as agências de inteligência dos órgãos federais e dos entes federados, resulta em melhores desempenhos no tratamento, avaliação e acompanhamento dos trabalhos de inteligência no âmbito nacional, o que afeta, diretamente, na atuação precisa e preventiva do Estado. Desta forma, o cenário atual exige uma revisão com relação ao indicador inicialmente proposto: estão sendo estudadas formas de divulgação com ênfase na atuação preventiva, com foco na promoção das assistências às pessoas privadas de liberdade, em especial nas áreas de saúde e jurídica, assim como no apoio à melhoria de procedimentos operacionais e capacitação dos servidores, para promover a maior solicitação de operações pelas UFs, no intuito de apoio à melhoria de processos.

As operações realizadas pela Força de Cooperação Penitenciária buscam, no âmbito do sistema penitenciário nacional, preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, e promovem a atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública, conforme prevê a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp).

No ano de 2021, apesar das restrições impostas pela pandemia da COVID-19, o DEPEN realizou 5 operações da Força de Cooperação Penitenciária, ultrapassando a meta estabelecida para o período. Com o acumulado dos anos de 2020 e 2021, o DEPEN já alcançou 66% da meta a ser alcançada até 2023, conforme gráfico a seguir:



Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP



INDICADOR ESTRATÉGICO

OFERTA DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS PARA AS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta Prevista para 2023
110.000	114.351	115.000	140.176*	130.000

INDICADOR ESTRATÉGICO

PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES LABORAIS

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta Prevista até 2023
170.000	119.000	205.000	112.761*	275.000

*Considerando que os Estados ainda estão em processo de fechamento dos resultados, os números informados poderão sofrer alterações posteriormente. Caso ocorra, o presente Relatório será devidamente retificado e disponibilizado na página de Transparência e Prestação de Contas do MJSP. Os resultados aqui informados são referentes ao período de janeiro a junho de 2021.

Conforme o artigo 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse sentido, o DEPEN desenvolve ações de assistência e desenvolvimento educacional de presos, acompanhadas pelo indicador que mede a quantidade de atividades educacionais executadas pelo DEPEN para atender as pessoas privadas de liberdade. O acompanhamento visa verificar os esforços do órgão na ampliação das ofertas de vagas para atividades educacionais (educação básica, qualificação profissional e atividades complementares) destinadas aos presos, e na indução, apoio aos estados na execução penal brasileira, promovendo a dignidade humana, com profissionalismo, transparência e o aperfeiçoamento da gestão do sistema prisional.

A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) sustenta-se na perspectiva de harmônica integração social da pessoa presa e lhe confere a condição de sujeito de direitos no âmbito das políticas penais, dentre as quais se encontram a garantia à educação e o acesso ao trabalho (interno e externo), que se apresentam como “premissas à dignidade humana” em contexto de privação de liberdade.

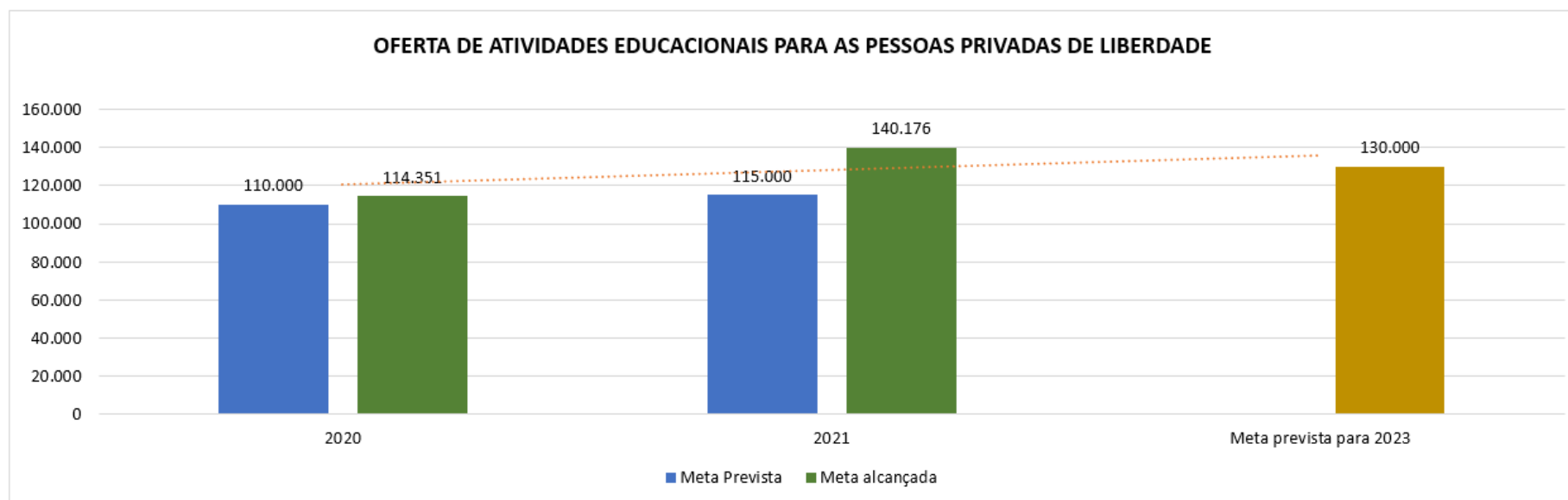
Educação e trabalho se destacam, nos termos legais, e carregam a dupla missão: favorecer a integração do condenado à sociedade e prevenir a reincidência criminal e penal, sobretudo, a partir de orientações e qualificações ofertadas pelo Estado durante o período de reclusão.

Assim, visando cumprir seu papel institucional, o DEPEN envidou esforços para ampliar a quantidade de ofertas educacional aos presos. Como resultado, o órgão conseguiu aumentar em 22,5% o número de atividades educacionais ofertadas a pessoas privadas de liberdade, quando comparado ao ano de 2020, alcançando um valor 21,8% maior que o resultado da meta estabelecida para o ano.

Tal resultado foi possível em decorrência dos projetos e parcerias firmados e intensamente promovidos pelo Depen, dentre eles destacam-se a articulação com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep, pertencente ao Ministério da Educação (MEC) para realização do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, que contou com a participação de 41.864 pessoas presas.

Outra articulação com o Inep foi a divulgação aos órgãos de administração penitenciária para divulgação do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja na versão prisional. O referido exame é voltado aos indivíduos que não concluíram seus estudos na idade apropriada para cada nível de ensino. Assim, o Encceja PPL possibilita a certificação do Ensino Fundamental ou Ensino Médio, por atingimento de nota necessária no exame. As provas tiveram recorde nacional de participantes, com 92.660 pessoas inscritas e ocorreram nas unidades prisionais indicadas pelo Secretário de Administração Prisional ao Inep.

Ainda nesta ceara, cabe ressaltar os esforços para impulsionar novos Planos Estaduais de Educação para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional. O Plano é instrumento de diagnóstico, planejamento e possui indicadores e metas na condução da política de educação no âmbito prisional, para o próximo quadriênio (2021 – 2024). Além disso, destaca-se as parcerias realizadas com a Defensoria Pública da União – DPU para realização da 6ª edição do Concurso de Redação da DPU e a participação no concurso para presos conta com certificação de 12h para fins de remição da pena. Esta edição bateu recorde de participação, contando com 20 mil pessoas inscritas, das quais mais de 90% foram do público prisional. Por fim, vale frisar também a participação dos presos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Prisional, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC.



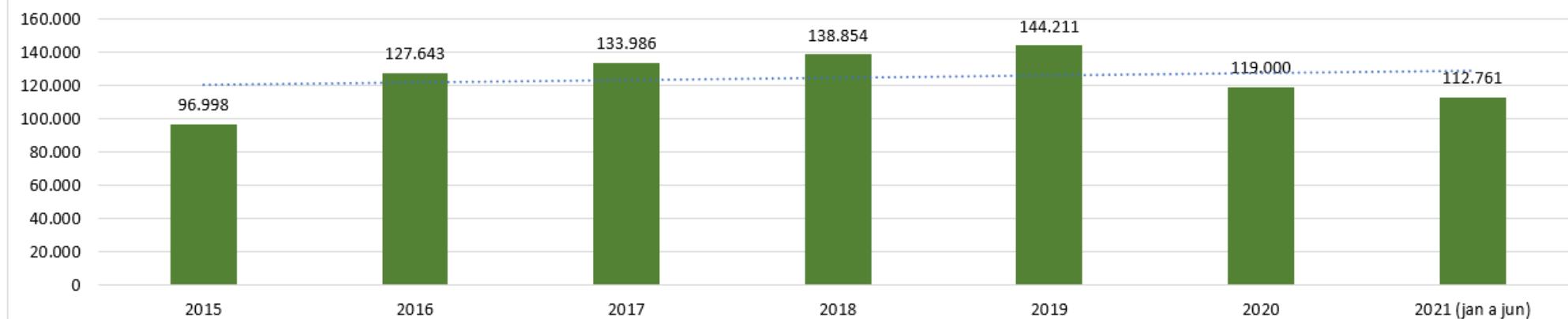
Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP

O Depen também incentiva a qualificação da política de trabalho e renda no sistema prisional, por meio de visitas técnicas, seminários, entre outras atividades e projetos, tais como:

- Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAP, voltado para a implementação de oficinas permanentes de trabalho e oferecimento de cursos de capacitação em estabelecimentos penais de todo o Brasil.
- Selo Resgata - selo de responsabilidade social, instituído pelo Depen em 2018, com objetivo de incentivar e reconhecer a responsabilidade social das empresas, órgãos públicos e empreendimentos de economia solidária, que promovem a contratação de pessoas condenadas, cumpridores de alternativas penais e egressos do sistema prisional, dando visibilidade positiva para as entidades que colaboram com a reintegração social dessas pessoas.
- Projeto Mãos à Obra - consiste em equipar (via aquisição direta e doação) às unidades prisionais com ferramentas e Equipamentos de Proteção Individual - EPI, objetivando que as próprias pessoas privadas de liberdade executem os trabalhos de manutenção e conservação das unidades prisionais sob supervisão de servidores penitenciários, fomentando assim a inserção de pessoas presas em atividade laboral e a sustentabilidade dos processos de manutenção das unidades prisionais brasileiras.

O trabalho prisional está previsto na Lei de Execução Penal, que determina que o preso condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho, na medida de suas aptidões e capacidade. Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório. Também não é obrigatório o trabalho para empresas privadas. A autorização para a atividade laboral externa é dada pelo diretor do estabelecimento penal e depende de autorização judicial.

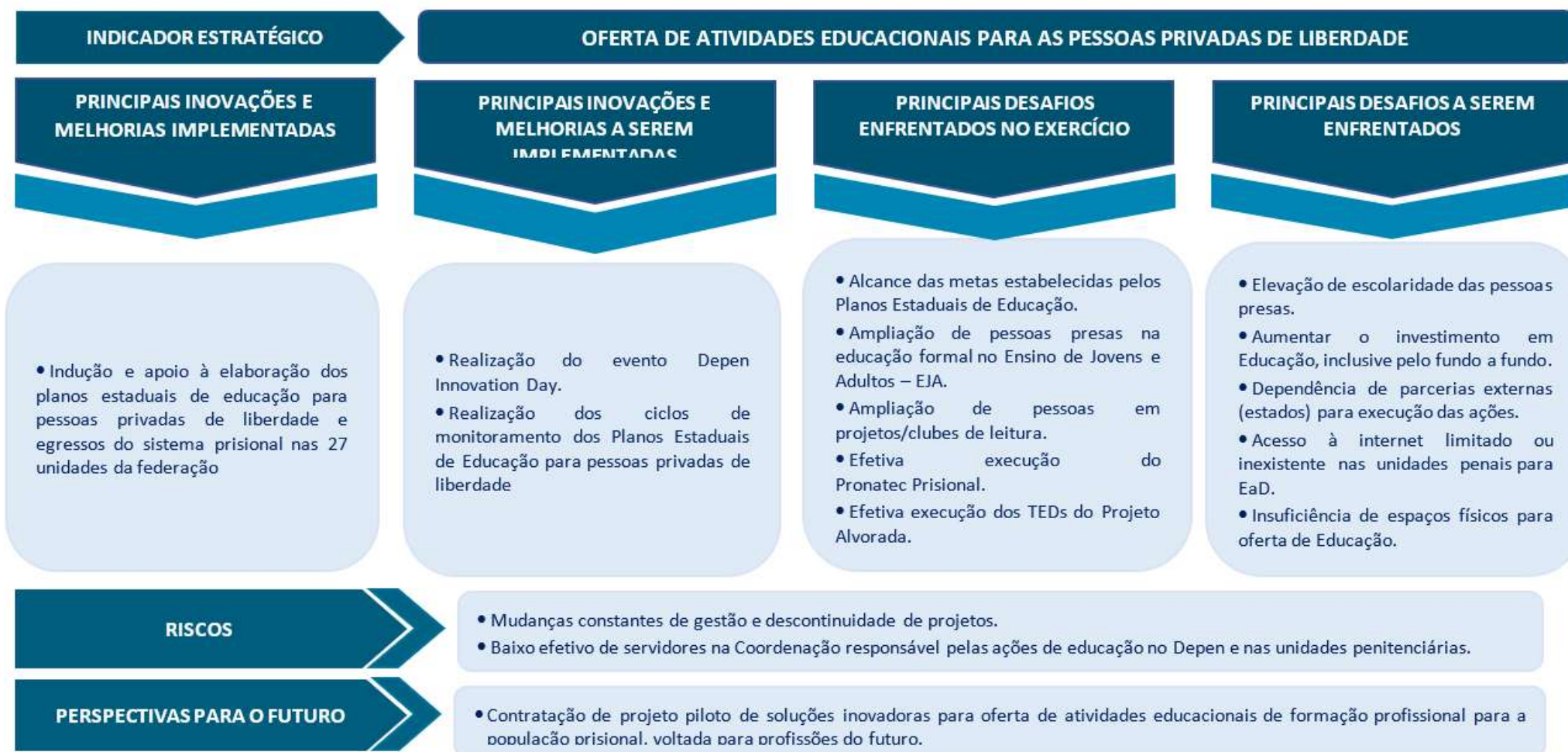
HISTÓRICO DO NÚMERO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE ENVOLVIDAS EM ATIVIDADES LABORAIS

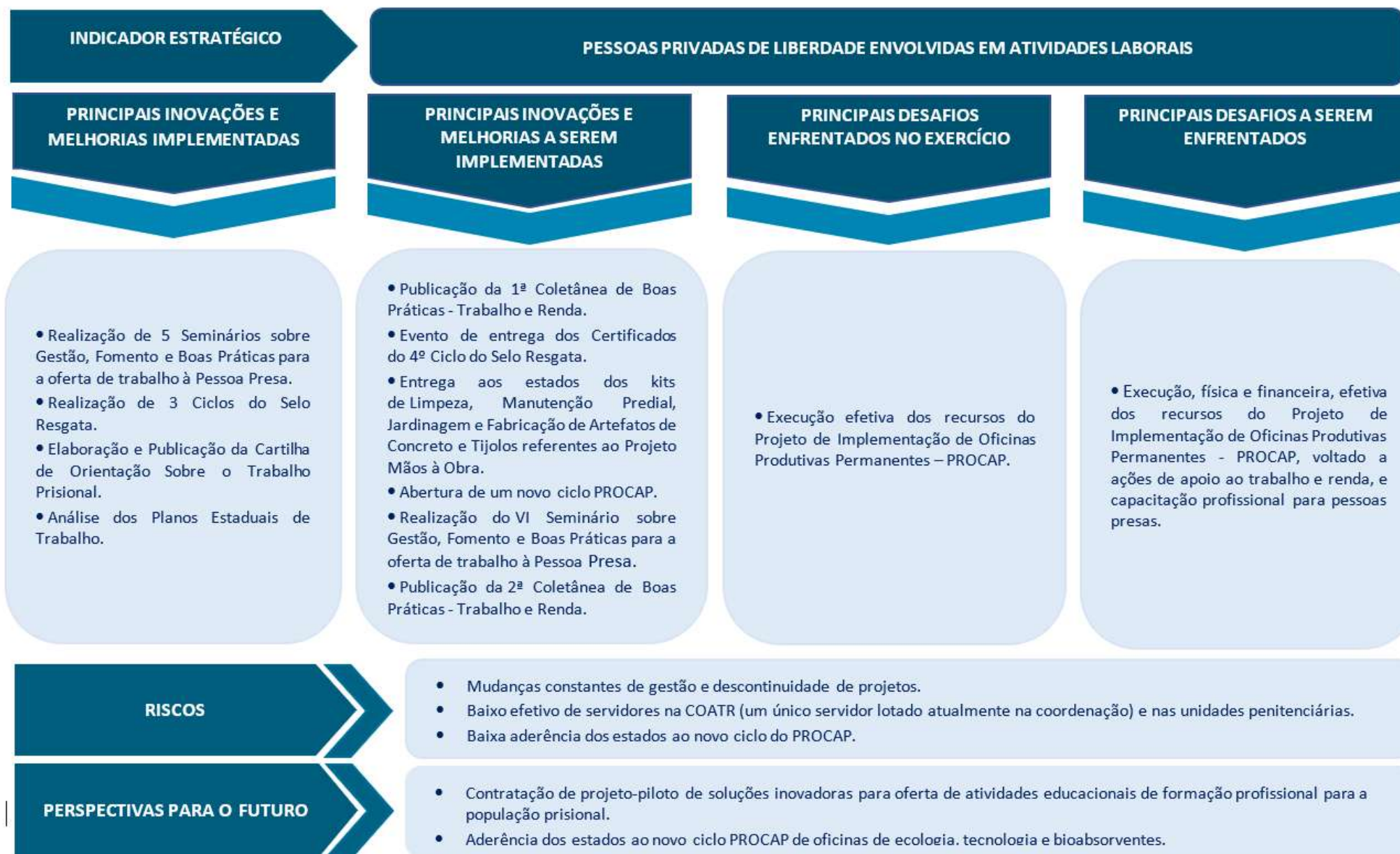


Fonte: DEPEN/MJSP

Nos últimos anos, o DEPEN tem buscado ampliar a participação de presos em atividades laborais. O número de pessoas privadas de liberdade trabalhando alcançou seu ápice em 2019. A partir de 2020, com as restrições impostas pela pandemia da COVID-19, alguns projetos e atividades foram prejudicadas. A redução das atividades empresariais e o desaceleramento da economia em 2020 e no primeiro semestre de 2021, resultaram na diminuição do número de presos em atividades laborais, como pode ser visto no gráfico.

Cabe ressaltar que, em 2022 pretende-se retomar, em sua totalidade, as atividades e projetos voltados à política de trabalho e renda no sistema prisional, com previsão de retomada do crescimento do número de presos envolvidas em atividades laborais.





INDICADOR ESTRATÉGICO

PESSOAS ATENDIDAS POR ALTERNATIVAS PENAIIS DIVERSAS DA PRISÃO

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Meta Prevista para 2023
55.000	188.530	193.500	284.369	203.500

O DEPEN tem trabalhado na indução de políticas públicas voltadas à promoção de alternativas penais diversas da prisão. Alternativas penais são mecanismos de intervenção em conflitos e violências, diversos do encarceramento, no âmbito do sistema penal, orientados para a restauração das relações e promoção da cultura da paz, a partir da responsabilização com dignidade, autonomia e liberdade. As alternativas penais mais aplicadas pelo Judiciário são: penas restritivas de direito; transação penal; suspensão condicional do processo e da pena; medidas cautelares diversas da prisão, medidas protetivas de urgência e justiça restaurativa.

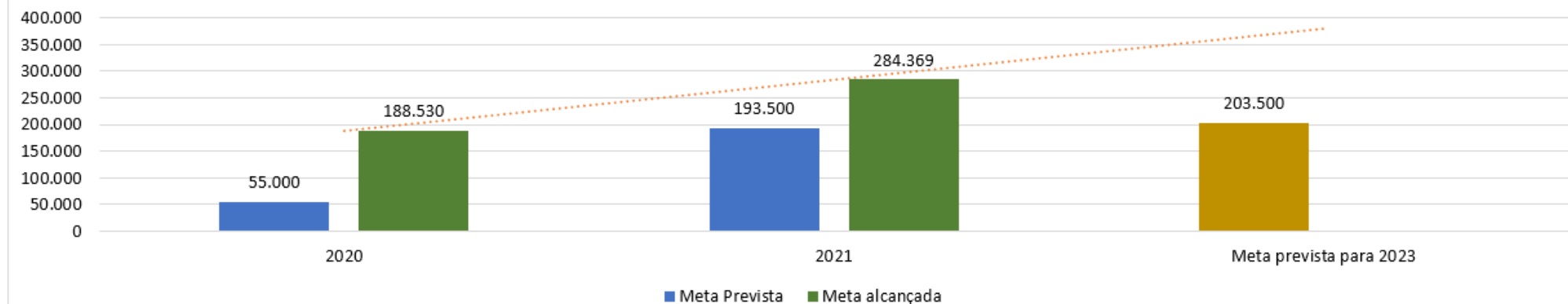
Dessa forma, ampliar a capacidade do Estado para a execução das alternativas penais definidas pela Justiça é de suma importância para serem aplicadas a justa e plena execução penal. O fomento a essa capacidade passa, necessariamente, pela criação e manutenção de Centrais de Alternativas Penais, compostas de equipe técnica multidisciplinar voltadas para o atendimento psicossocial, orientações jurídicas e acompanhamento das pessoas em alternativas penais e monitoradas eletronicamente.

No ano de 2021, órgão alcançou quantitativo recorde de pessoas atendidas por alternativas penais diversas, um resultado 51% maior que o alcançado em 2020, e 47% superior à meta estimada para o período.

Tais resultados foram possíveis devido a vários fatores, dentro os quais destacam-se:

- a) incentivo, por parte do Conselho Nacional de Justiça, na adoção de medidas diversas da prisão nas decisões judiciais criminais.
- b) financiamento do DEPEN, junto as Unidades da Federação, para a implantação de Centrais de Alternativas Penais, compostas por equipes multidisciplinares (psicologia, assistência social e direito) capacitadas para a execução de metodologias de atendimento, acompanhamento, articulação de rede e inclusão social, dando efetividade as alternativas penais aplicadas pelo Poder Judiciário.

PESSOAS ATENDIDAS POR ALTERNATIVAS PENAIS DIVERSAS DA PRISÃO



Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP.

Buscando consolidar e difundir a discussão sobre o tema, o DEPEN realizou, nos dias 25 e 26 de novembro de 2021, o “I Webinar sobre gestão, fomento e boas práticas para a monitoração eletrônica de pessoas”, onde foram debatidos o modelo de monitoração eletrônica e boas práticas seguindo as diretrizes do Depen, a importância das equipes multidisciplinares no processo de acompanhamento/ressocialização, e o papel do Depen no fomento de políticas de monitoração eletrônica por convênios celebrados com os governos estaduais. Contou também com a participação dos órgãos que constituem a execução penal, bem como de autoridades com conhecimento na pauta, discutiu novos alinhamentos para a expansão da monitoração, a política de proteção de dados pessoais e desafios da ferramenta. Participaram diversos órgãos da execução penal, como juízes da execução penal e Ministério Público. O Depen também participou da 3ª Edição do Fórum Nacional de Alternativas Penais - FONAPE, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. O FONAPE procura promover a discussão e reflexão sobre as alternativas penais.

29

Convênios de
alternativas
Penais

Mais de **R\$ 69 milhões**
(Valores Globais)

Mais de **R\$ 1 milhão**
(Rendimento de Aplicação)

Mais de **R\$ 46 milhões**
(VL Repassado FUNPEN)

Mais de **R\$ 23 milhões**
(VL Executado)

Mais de **R\$ 2,6 milhões**
(Contrapartida)

Mais de **R\$ 18 milhões**
(VL a Desembolsar)


24

Convênios de
Monitoração
Eletrônica
Vigentes

Mais de **R\$ 83 milhões**
(Valores Globais)

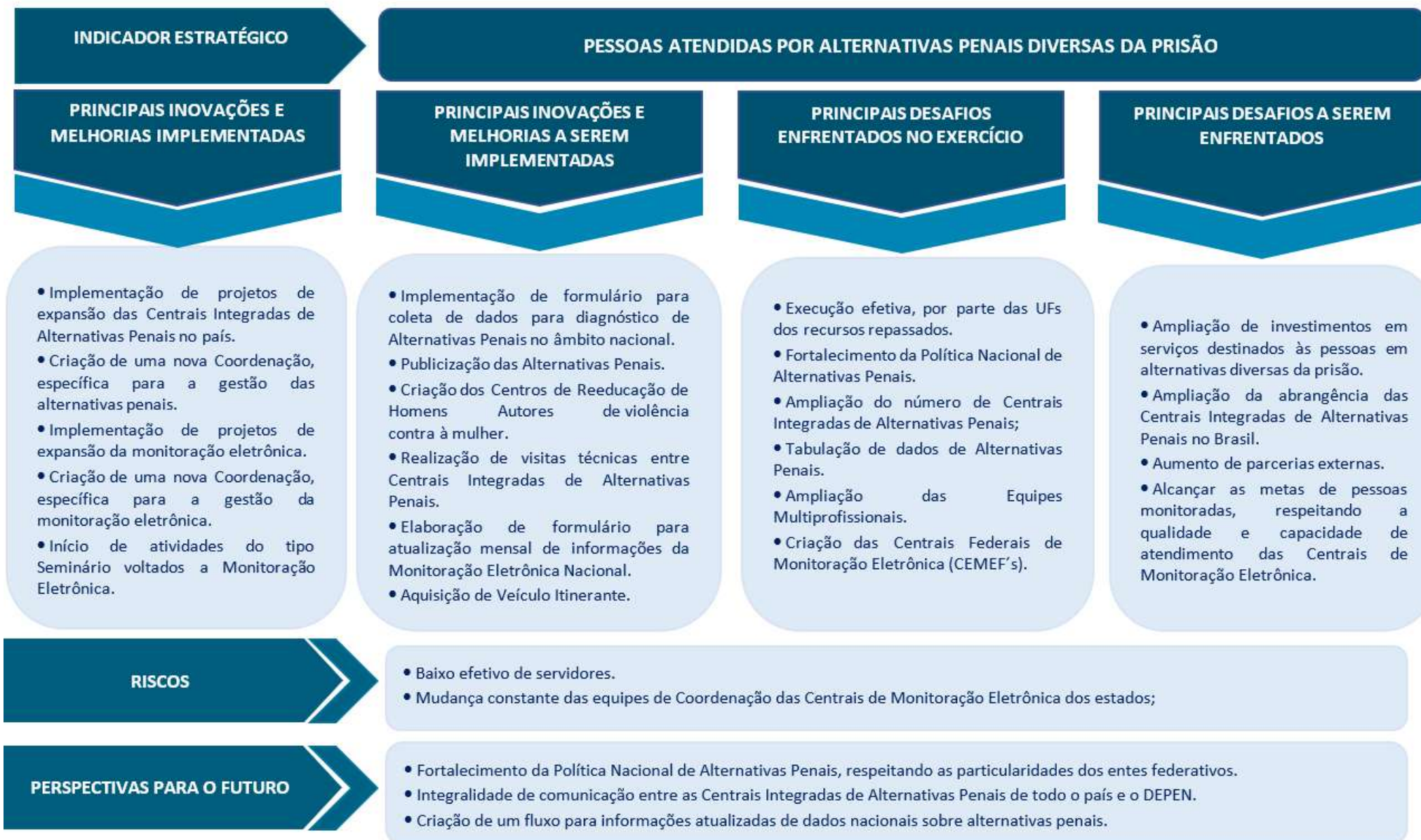
Mais de **R\$ 1 milhão**
(Rendimento de Aplicação)

Mais de **R\$ 60 milhões**
(VL Repassado FUNPEN)

Mais de **R\$ 30 milhões**
(VL Executado)

Mais de **R\$ 6 milhões**
(Contrapartida)

Mais de **R\$ 15 milhões**
(VL a Desembolsar)

INDICADOR ESTRATÉGICO

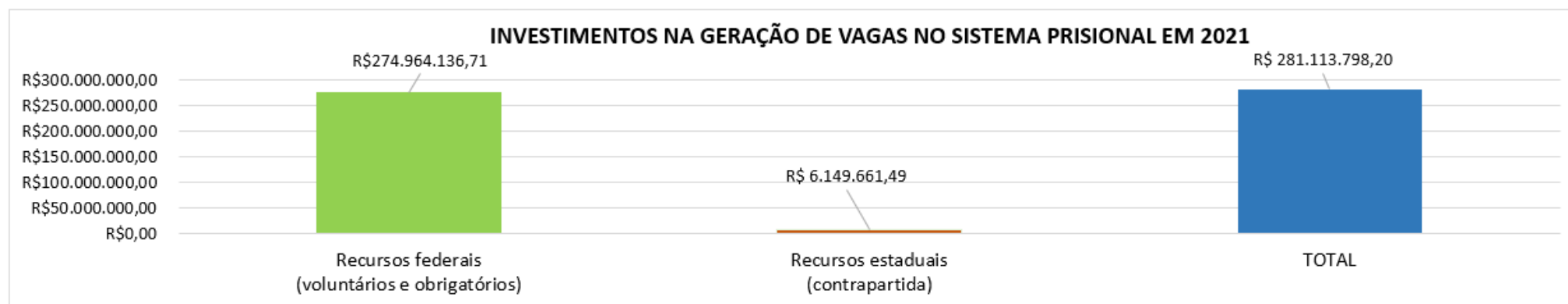
GERAÇÃO DE VAGAS PRISIONAIS

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
25.000	21.819	25.000	6.656	28.384	100.000

O DEPEN tem atuado no sentido de diminuir a lotação de unidades prisionais brasileiras, por meio do fomento à execução e ao aperfeiçoamento da aplicação de recursos e o acompanhamento das obras de unidades penais financiadas com os recursos federais, além de criar vagas nos presídios por meio do apoio à criação de unidades prisionais com metodologia da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - APAC.

O Depen realizou, em 2021, visitas técnicas a 11 estados (São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso, Pernambuco, Espírito Santo, Maranhão, Amazonas, Roraima e Santa Catarina) para vistoria de obras em execução e reuniões com equipes técnicas e com a Caixa Econômica Federal (mandatária da União nos contratos de repasse), visando a potencialização de execução das obras. Foi efetivada a contratação temporária de cerca de 50 engenheiros e arquitetos que impulsionarão a execução de recursos federais - do Fundo Penitenciário Nacional – nas unidades da federação para construção, reforma e ampliação dos estabelecimentos prisionais.

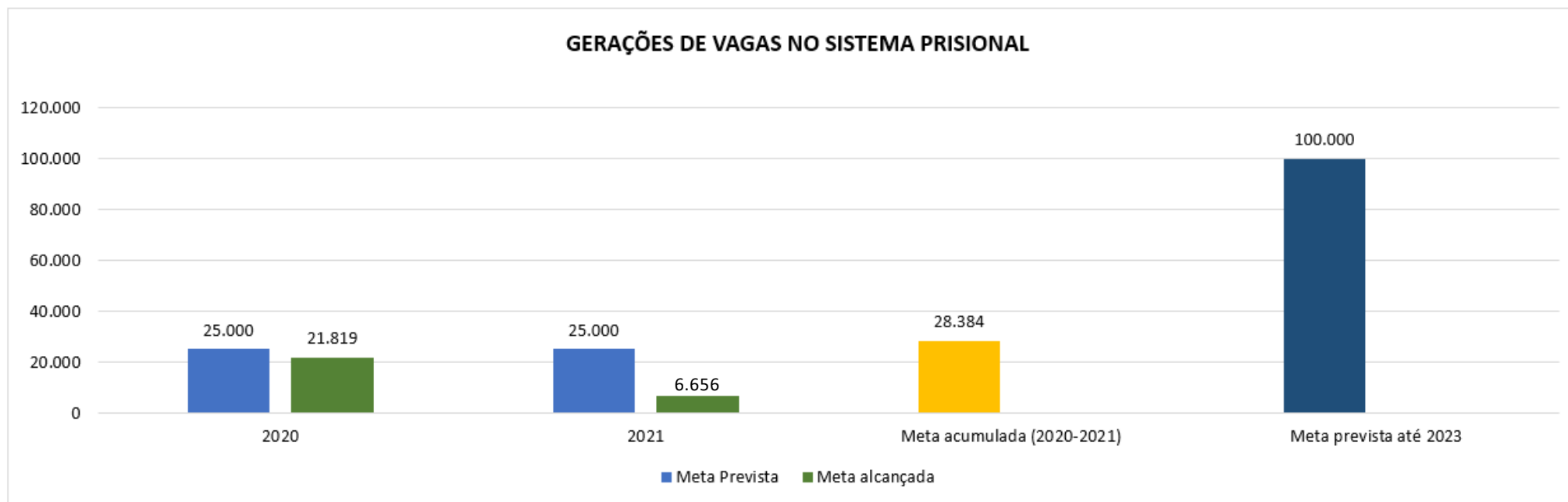
No ano de 2021, o Governo Federal investiu mais de R\$ 274 milhões no sistema penitenciário nacional para modernização, melhoria e ampliação de vagas nos presídios. Outro R\$ 1,7 milhão foi destinado à elaboração de projetos referenciais. Somados à contrapartida dos Estados, o sistema penitenciário contou com um investimento total de mais de R\$ 280 milhões, distribuídas em 39 obras no sistema penitenciário nacional.



Fonte: DEPEN/MJSP

Desde 2016, foram injetados cerca de R\$ 1 bilhão para execução de cerca de 240 pleitos de obras nos estados e Distrito Federal. Com o reforço do efetivo, pretende-se uma análise mais célere dos projetos de engenharia e uma relação mais aproximada com as unidades da federação. Um importante passo foi publicação da Portaria nº 309, de 28 de setembro de 2021, que estabelece procedimentos, critérios e prioridades para concessão de recursos financeiros voltados à execução de obras de construção de cadeias públicas ou penitenciárias de segurança média. A referida portaria é um chamamento de projetos para dar continuidade ao Programa de Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal que visa a redução do deficit carcerário e do custo da vaga nos sistemas prisionais estaduais e do Distrito Federal. Para as propostas do programa, o Depen financiará duas unidades de Cadeia Pública e duas de Segurança Média no valor de R\$ 49.900.000,00 para cada projeto, levando-se em conta a disponibilidade orçamentária.

Com os investimentos realizados, foram geradas 6.656 vagas no sistema prisional. A área técnica de modernização da engenharia e arquitetura prisional elenca como principais motivações para a baixa geração de vagas em 2021, os fatores que envolvem a Pandemia pelo Covid 19, tais como aumento excessivo dos preços de materiais da construção civil, dificuldade de se reestabelecer o equilíbrio econômico dos contratos, escassez na fabricação de insumos para obras prisionais, bem como alto custo de mão de obra com mais qualificação. Cabe ressaltar que, o quantitativo de vagas ainda poderá sofrer variação, tendo em vista que o DEPEN aguarda o retorno de dados estatísticos de alguns entes federados.



Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP

Cabe ressaltar que, prezando pela transparência ativa, o DEPEN disponibiliza em seu site o Painel de Monitoramento de Obras, que possibilita acesso aos dados referentes à geração de vagas prisionais no sistema penitenciário nacional, bem como o acompanhamento de obras relativas às construções, reformas e aprimoramentos de estabelecimentos prisionais que utilizam recursos do fundo a fundo, contratos de repasses e recursos estaduais.



PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujo principais estão destacados abaixo:

PROJETO ESTRATÉGICO - DEPEN

APRIMORAMENTO DO MONITORAMENTO DAS VISITAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL

O projeto visa aprimorar o processo de recebimento de visitas dos custodiados nas unidades do Sistema Penitenciário Federal - SPF, para ser condizente com sua condição de unidade de segurança máxima e evitar comunicações indevidas, assim como evitar a entrada ou a saída de quaisquer materiais sem a devida autorização. Para a padronização formal do processo de visita com a devida segurança, foi elaborada proposta de normatização, publicada na forma da Portaria nº 157, de 12 de fevereiro de 2019, do MJSP, que restringiu as visitas com contato físico no SPF, visando a interrupção de possíveis comunicações criminosas. Posteriormente vários pontos da referida portaria foram incluídos no “pacote anticrime”, lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Atualmente, as visitas sociais a presos no SPF são monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, salvo expressa autorização judicial em contrário. As instalações para realização das visitas foram equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, para isso o projeto previu a duplicação da capacidade de visitação simultânea monitorada em parlatório (locais específicos para visitação em que vidros antivandalismo separam os presos dos visitantes). Tal ação tem impacto direto no combate às organizações criminosas. Já se encontram finalizadas as construções dos parlatórios das Penitenciárias Federais em Catanduvas (Paraná), em Campo Grande (Mato Grosso do Sul), em Mossoró (Rio Grande do Norte) e Porto Velho (Rondônia). O projeto será concluído com sucesso no início de 2022.

PROJETO ESTRATÉGICO - DEPEN

DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PADRONIZADOS PARA UNIDADES PENAIAS, DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO BUILDING INFORMATION MODELING - BIM

O Depen atua no desenvolvimento de 06 projetos arquitetônicos referenciais que facilitarão a licitação e execução de novas unidades prisionais. Para elaboração e implementação dos projetos está sendo utilizado o **Building Information Modeling** - BIM que auxiliará os estados na adaptação e acompanhamento das obras. A iniciativa também estabelece critérios de custo de geração de vagas e o desenvolvimento de manuais e referências técnicas.

O Depen se antecipou a esta importante inovação de projetos e construções de obras e já implementou seus projetos referenciais em BIM. Isso garantirá maior sobrevida aos projetos, bem como contribuirá, dentre os resultados esperados pela estratégia BIM BR, para um incremento na qualidade das obras públicas.

A grande vantagem para as Unidades da Federação é que os projetos referenciais disponibilizados são modulares, sendo possível utilizar-se apenas de partes específicas do projeto: por exemplo, se um estabelecimento penitenciário necessita construir uma oficina de trabalho, ele pode utilizar-se do módulo referente, com os documentos técnicos de projeto de engenharia e arquitetônico, assim como os documentos de licitação deste módulo, para realizar seu processo.

São seis tipologias de unidades prisionais que serão elaboradas no âmbito do TED nº 01/2018, duas já foram disponibilizadas às unidades da federação, quais sejam, os projetos de cadeia pública e penitenciária de segurança média. Em fevereiro de 2022 serão disponibilizados também os projetos de penitenciária de segurança máxima e de colônia agrícola, industrial ou similar. Também foram entregues e desenvolvidos os projetos executivos para o reforço do perímetro de segurança das Penitenciárias Federais de Segurança Máxima Especial (Muralhas).

PROJETO ESTRATÉGICO - DEPEN

FOMENTO AO TRABALHO REMUNERADO NO SISTEMA PRISIONAL

O objetivo do projeto é ampliar as formas de oferta de trabalho remunerado no sistema prisional, contribuindo para o aumento do indicador de pessoas privadas de liberdade em atividade laboral. Encontra-se no escopo do projeto a realização de seminários para mobilização de empresas locais e órgãos que compõem a execução penal (MP, MPT, judiciário, DPE, patronatos, conselhos da comunidade, etc.), bem como definição de fluxos e de planos de negócios em conjunto com os gestores estaduais de administração prisional e das unidades prisionais.

Como desdobramento principal pretende-se instituir fundos rotativos para os sistemas prisionais estaduais, maior assimilação do empresariado local para que se instalem no sistema prisional e/ou contratem mão de obra de pessoa presa, contribuindo com a reinserção social pelo trabalho e também desenvolvimento de projetos de sustentabilidade do sistema prisional local por meio dos recursos oriundos do trabalho, com a elevação da contratação, escoamento da produção e retorno financeiro para o sistema prisional.

O projeto também prevê a publicação de Cartilha de Orientação Sobre o Trabalho Prisional e a concessão do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional - Selo RESGATA, além de adequação/atualização da Política Nacional de Trabalho no Sistema Prisional – PNAT. Em razão da Pandemia provocada pelo coronavírus COVID-19, foi observada a recomendação sobre a suspensão ou redução das atividades laborativas para evitar, ou diminuir a contaminação de presos nas unidades prisionais. Assim, por parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública houve a publicação da Portaria do Ministro 135/2020, e diversas Unidades Federativas estabeleceram normativos que impediram ou reduziram a realização do trabalho, ou capacitação profissional dentro e fora dos estabelecimentos penais. Em 2021, devido à imunização dos presos com relação à COVID-19, foi possível um gradual retorno às atividades de trabalho em algumas unidades. Em 2021 foi realizado o V Seminário sobre gestão, fomento e boas práticas para a oferta

de trabalho à pessoa presa, visando disseminar e fomentar junto aos Estados da Federação modelos de sucesso a partir de convênios celebrados com a iniciativa privada e gestores públicos para o sistema penitenciário. O evento contou com cerca de 1350 inscritos. O Seminário também contou com representantes de empresas privadas que falaram sobre contratação e execução dos trabalhos com a mão de obra prisional. Além da disseminação de boas práticas, os palestrantes falaram sobre a criação de conta pecúlio para os apenados, alterações propostas à Política Nacional De Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional (PNAT) e as ações da Coordenação de Apoio ao Trabalho e Renda, do Depen.

O Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho no Sistema Prisional - Resgata foi instituído por este Departamento pela Portaria Gab Depen nº 630, de 03 de novembro de 2017, com o objetivo do Selo Resgata é incentivar, estimular e reconhecer as organizações que utilizam mão de obra oriunda do sistema prisional brasileiro, para ampliar as vagas de trabalho proporcionando melhores condições de reintegração social.

PROJETO ESTRATÉGICO - DEPEN

MAXIMIZAÇÃO DA GERAÇÃO DE VAGAS EM UNIDADES PRISIONAIS

O objetivo do projeto Maximização da Geração de Vagas em Unidades Prisionais é fomentar a criação anual de cerca de 20.000 vagas no sistema prisional até 2023, por reformas e construção de prisões, incentivo às penas alternativas, bem como da implantação de modelos de Parceria Público-Privada - PPP e associações de proteção e assistência ao condenado.

Foi efetivada a contratação temporária de cerca de 50 engenheiros e arquitetos que impulsionarão a execução de recursos federais — do Fundo Penitenciário Nacional. Com o reforço do efetivo, pretende-se uma análise mais célere dos projetos de engenharia pela equipe do Depen e uma relação mais aproximada com as unidades da federação. Em continuidade ao projeto, fruto da parceria entre Depen e Universidade de Brasília e que já realizou a doação de projetos arquitetônicos referenciais de penitenciária de segurança média e cadeia pública, foram desenvolvidos os projetos arquitetônicos de estabelecimento prisional de segurança máxima e de colônia agrícola, industrial ou similar, que serão entregues em fevereiro de 2022.

PROJETO ESTRATÉGICO - DEPEN

REDE NACIONAL DE INTELIGÊNCIA PENITENCIÁRIA - RENIPEN

O objetivo do projeto Rede Nacional de Inteligência Penitenciária — RENIPEN é produzir conhecimentos úteis para subsidiar estratégias de melhorias do sistema prisional e de combate ao crime organizado. A RENIPEN integrará todos os órgãos de Inteligência Penitenciária no âmbito federal e estadual, viabilizando uma estrutura ampla, configurada para a cooperação ágil e o oportuno compartilhamento de informações entre os entes em todo território nacional, ampliando e melhor qualificando a atividade de Inteligência Penitenciária. Busca-se aprimorar a atuação da Diretoria de Inteligência Penitenciária como Órgão Central de Inteligência Penitenciária, visando, ainda, efetivar o Depen como pilar da construção do Subsistema de Inteligência Penitenciária,

incluindo-o como membro do SISBIN. O Departamento Penitenciário Nacional integra 14 Forças Tarefas no Brasil e possui 14 pontos focais espalhados nas cinco regiões do Brasil, além das equipes sediadas nas Penitenciárias Federais. A qualidade das informações ofertadas e a alta capacidade de confirmar os níveis de ameaça de cada dado, fez com que o Depen contribuisse significativamente em operações policiais de combate ao crime organizado, notadamente aquelas voltadas contra as facções criminosas.

O 1º Encontro Nacional de Agências de Inteligência Penitenciária (ENAIP) ocorreu de 14 a 16 de setembro de 2021, e foi idealizado para gerar ativos de valor na busca por melhores performances no tratamento, avaliação e acompanhamento dos trabalhos de inteligência no âmbito nacional. No mesmo sentido, foi realizado o primeiro Seminário Regional de Integração das Agências de Inteligência Penitenciária (SERIIPEN), ocorrido em Curitiba/PR entre os dias 30/11/2021 e 02/12/2021 e que promoveu a integração das Agências de Inteligência entre os três estados do Sul, uma das atribuições legais da DIPEN. O encontro teve a participação de integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Secretaria de Operações Integradas, Policiais Penais dos estados, ABIN e Polícia Federal, e discutiu o papel da inteligência penitenciária, o combate ao crime organizado e a atuação das organizações criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV).

A Operação Modo Avião é uma ação que demonstra o trabalho de integração entre o DEPEN, as Secretarias de Estado de Administração Penitenciária e outras forças de segurança, objetivando a manutenção da ordem jurídica e tranquilidade da sociedade, por meio do combate a organizações criminosas. As ações tiveram início em agosto de 2021 e consistem na varredura eletrônica em unidades prisionais indicadas com maior grau de fragilidade, de modo a identificar e, posteriormente, inabilitar aparelhos celulares introduzidos ilegalmente em penitenciárias. Em 2021, no lançamento da operação, as ações de varredura já ocorreram em 36 (trinta e seis) unidades prisionais de 6 (seis) estados da federação, com resultado de 3951 aparelhos identificados.

PROJETO ESTRATÉGICO - DEPEN

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - SISDEPEN

O objetivo do projeto Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional — SISDEPEN é implantar o sistema de gestão prisional, possibilitando a formação do Cadastro Nacional dos Custodiados (banco de dados unificado), bem como o acompanhamento da execução de penas, prisão cautelar e medidas de segurança, visando o mapeamento da realidade prisional, que possibilita a elaboração de políticas públicas mais adequadas. O Sistema de Informações do Depen (Sisdepen) foi criado com base na Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012, que prevê que os dados e as informações da execução da pena, da prisão cautelar e da medida de segurança deverão ser mantidos e atualizados em sistema informatizado de acompanhamento da execução da pena. O Sisdepen também foi previsto na Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). A Lei nº 12.681/2012, foi revogada pela Lei nº 13.675/18 que institui o Sistema Único de Segurança Pública e estabelece que os entes federados devem manter os dados atualizados para receber recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

No escopo do projeto, encontram-se o SISDEPEN estatística (painel informativo com a compilação dos dados coletados junto aos estados, disponibilizado na internet), o SISDEPEN indivíduos (armazenar as informações unificadamente, padronizadas, individualizadas e atualizadas, *on-line*, das pessoas penalmente condenadas de todo o território nacional, com o propósito geral de conhecer individualizadamente todos os presos brasileiros e detalhes do seu histórico carcerário, permitindo disponibilizar via API — *Application Program Interface* o acesso às informações de cada preso a outros órgãos e entidades que tenham prerrogativa e necessidade de consultar essas informações), e o SISDEPEN mobile (aplicativo para smartphones que permite a consulta integrada aos dados do Sisdepen e Banco Nacional de Mandados de Prisão, com a possibilidade de reconhecimento facial e georreferenciamento dos endereços). Entre os estados integrados de maneira *on-line*, hoje (SISDEPEN indivíduos) encontram-se RN, PB, BA, AC, CE, PI, PE, TO, GO e MS. SP e PA estão finalizados do ponto de vista tecnológico e estão passando por ajustes documentais. Em desenvolvimento tecnológico encontram-se SC, PR, RS e DF. MG está passando por ajustes administrativos. RJ, SE e SP estão passando, ou passarão muito em breve, por migração de sistema e, em seguida, a integração será iniciada; para os demais estados já foram iniciadas as tratativas técnicas.

PROJETO ESTRATÉGICO - DEPEN**VIDEOCONFERÊNCIA PARA AUDIÊNCIAS JUDICIAIS NO SISTEMA PRISIONAL**

O projeto Videoconferência para Audiências Judiciais no Sistema Prisional procura fomentar a utilização de videoconferência para audiências judiciais no sistema prisional, permitindo a redução de custos, a otimização da mão de obra, a diminuição de riscos de escoltas, além da ampliação de assistência jurídica. Visa a promoção da manutenção de assistência jurídica, por meio da parceria com a Defensoria Pública do estado, Ministério Público, com as varas de execução e com a Secretaria de Administração Penitenciária, além do fortalecimento dos vínculos familiares por meio das visitas por videoconferência, principalmente para pessoas presas cujos familiares possuam limitações para o deslocamento à unidade prisional, como é o caso de presos estrangeiros, presos de outros estados, que possuem filhos menores com ex-cônjuge, parentes com limitações físicas ou de idade, dentre outros. Em 2021 foi investido R\$ 37.172.542,39 em sistemas de videoconferência, via instrumentos de repasse celebrados com 15 estados.

OBJETIVO ESTRATÉGICO - Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e da preservação e difusão da memória arquivística nacional

Com o intuito de fomentar a transparência das ações governamentais e o acesso à informação pública, tanto pelos cidadãos como pela própria Administração Pública, o Ministério tem adotado princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos visando a melhoria da gestão de documentos e arquivos como apoio às ações governamentais, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e de informação na defesa de direitos.

Nesse sentido, cabe mencionar que existe crescente investimento por esta Pasta em processos de digitalização de documentos e a integração entre diversas bases de dados temáticas, por meio de parcerias, a fim de que seja ampliado o alcance e a disseminação de informações públicas via internet, seguindo as premissas constitucionais e legais de transparência, acesso à informação e gestão participativa da sociedade. Dessa forma, faz-se necessário atuar em soluções tecnológicas inovadoras e, ao mesmo tempo, em sintonia com preceitos legais e com as boas práticas no campo da Arquivologia, a fim de garantir aspectos como a preservação e o acesso de longo prazo, a autenticidade, a integridade e a segurança dos documentos digitais da Administração Pública.

É importante destacar que são necessárias ações que promovam a aproximação da instituição arquivística com a sociedade. A título de exemplo, citam-se as ações relativas à promoção de eventos educativos, culturais e técnico-científicos; ao lançamento e distribuição de publicações impressas e digitais; à elaboração de exposições presenciais e virtuais; ao atendimento personalizado ao usuário e à criação de conteúdo informativo e interativo para a internet.

Ademais, tendo como alvo a gestão do conhecimento, o MJSP vem atuando, principalmente, na oferta de cursos, presencias e à distância, aos mais variados públicos. Ressalta-se que alguns desses cursos são destinados aos atores participantes das políticas públicas, como aqueles dirigidos ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, às empresas participantes da plataforma Consumidor.gov, aos órgãos e instituições parceiros que lidam com a defesa do consumidor e os relacionados à formação e à capacitação contínuas de professores, instrutores e agentes de pacificação social, que tenham interesse em utilizar técnicas consensuais de solução de conflitos promovendo a disseminação e a consolidação dos métodos de prevenção e solução de conflitos.

Nesse ínterim, é preciso mencionar outra vertente de ação desta Pasta, isto é, a gestão do conhecimento como forma de especialização e de valorização de agentes públicos das diversas esferas governamentais, como a educação profissional, em todos os níveis, para o desenvolvimento das atividades de inteligência e de operações integradas, bem como, a identificação e o fomento a iniciativas voltadas à pesquisa e à valorização dos profissionais de segurança pública e defesa social, e na temática de combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado transnacional, além da oferta de cursos abertos à sociedade em temas como defesa do consumidor, combate à corrupção e segurança pública.

Desse modo, este Ministério contribui com a promoção do conhecimento e a ampliação do acesso à justiça, além de capacitar agentes públicos para uma prestação de serviço ainda mais efetiva à sociedade.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

APRIMORAR MECANISMOS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA NACIONAL

CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À
LAVAGEM DE DINHEIRO

PROTEÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DO
CIDADÃO

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO
CONSUMIDOR

GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DA
SEGURANÇA PÚBLICA

COOPERAÇÃO GOVERNAMENTAL E
INTERSETORIAL

ENTREGAS PARA A SOCIEDADE

PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO E À
LAVAGEM DE DINHEIRO

GARANTIAS DE DIREITOS DO CIDADÃO, DO
MIGRANTE, DO REFUGIADO E DOS POVOS
INDÍGENAS

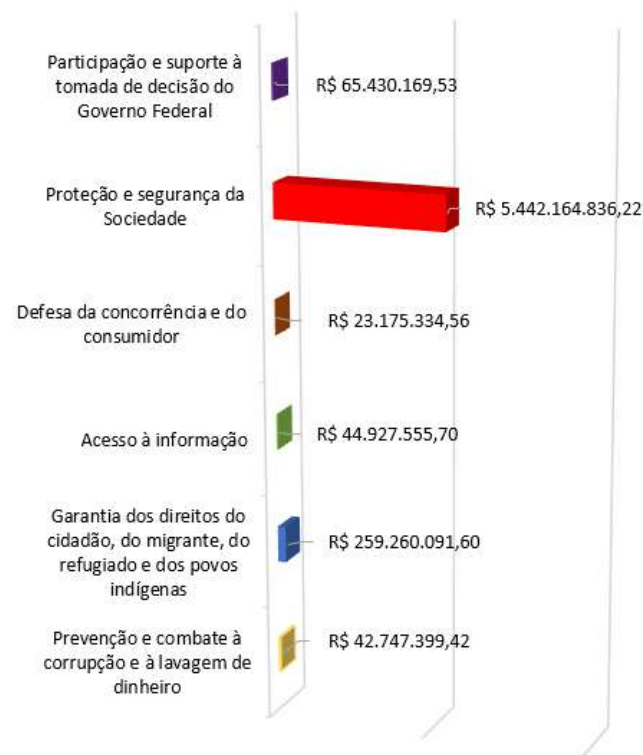
ACESSO À INFORMAÇÃO

DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO
CONSUMIDOR

PROTEÇÃO E SEGURANÇA DA SOCIEDADE

PARTICIPAÇÃO E SUPORTE À TOMADA DE
DECISÃO DO GOVERNO FEDERAL

CUSTO TOTAL DAS ENTREGAS À SOCIEDADE



INDICADOR ESTRATÉGICO
ARQUIVO NACIONAL

DOCUMENTOS ACESSADOS DO ACERVO

INDICADOR ESTRATÉGICO
ARQUIVO NACIONAL

PERCENTUAL DE USUÁRIOS ATENDIDOS PARA ACESSO AO ACERVO

INDICADOR ESTRATÉGICO
ARQUIVO NACIONAL

ACESSO ÀS BASES DE DADOS SOBRE O ACERVO

INDICADOR ESTRATÉGICO
ARQUIVO NACIONAL

PERCENTUAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS -SIGA, COM PLANOS DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS-CCD E TABELA DE TEMPORALIDADE E DESTINAÇÃO -TTD DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS DAS ATIVIDADES FINS APROVADOS

INDICADOR ESTRATÉGICO
ARQUIVO NACIONAL, SENAÇON,
SENAJUS, SEGEN, DEPEND, PF

QUANTIDADE DE VAGAS PREENCHIDAS EM CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS AO PÚBLICO EXTERNO

PRINCIPAIS RESULTADOS DO OBJETIVO

INDICADOR ESTRATÉGICO

DOCUMENTOS ACESSADOS DO ACERVO

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta prevista até 2023
2.200.000	2.308.586	2.310.000	1.979.923	4.288.509	9.482.275

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE USUÁRIOS ATENDIDOS PARA ACESSO AO ACERVO

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
100%	100%	100%	100%	-	100%

INDICADOR ESTRATÉGICO

ACESSOS ÀS BASES DE DADOS SOBRE O ACERVO

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
10.000.000	10.939.151	10.500.000	10.539.422	21.478.573	43.677.500

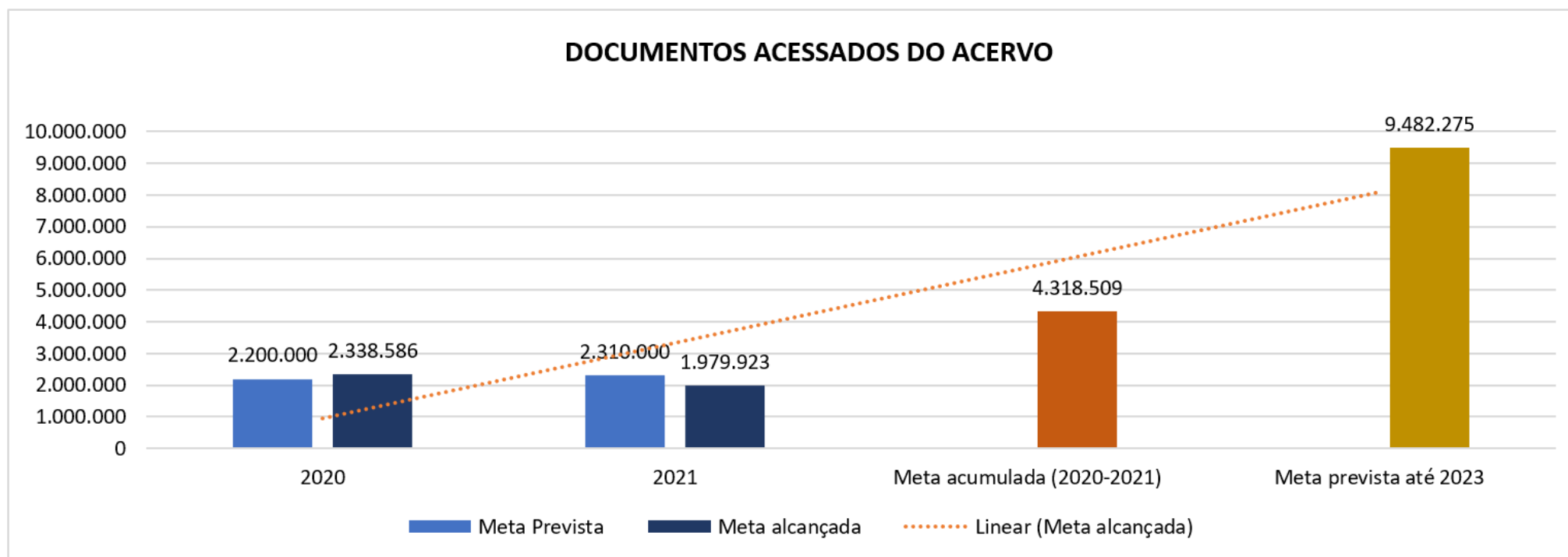
O Arquivo Nacional - AN, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal - SIGA e autoridade arquivística do Poder Executivo Federal, possui em suas competências a gestão, o recolhimento e a custódia dos documentos permanentes, produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, com vistas a preservar e promover o acesso aos documentos sob a sua guarda. Desse modo, o AN garante pleno acesso à informação e apoia as decisões governamentais de caráter político-administrativo. Também compete ao AN implementar e acompanhar a política nacional de arquivos públicos e privados, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

Com o objetivo de assegurar o acesso aos acervos documentais do Arquivo Nacional, no ano de 2021, foi dado continuidade ao processo de aprimoramento institucional para o efetivo cumprimento de suas competências legais quanto à gestão documental, à preservação e ao acesso a documentos de arquivos, reforçando seu papel como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico, e como elemento de prova e

informação à sociedade. Como resultado, foram digitalizados 5,1 milhões de documentos do acervo institucional; 3,7 mil documentos restaurados; e 545 mil documentos conservados.



Para atender às demandas dos cidadãos, dos órgãos e entidades dos poderes públicos, das instituições privadas e da comunidade acadêmica por informações relacionadas ao acervo, o AN realiza atividades de atendimento a usuários, presencial e a distância. Em 2021, foram consultados 1.979.923 documentos do acervo do AN.



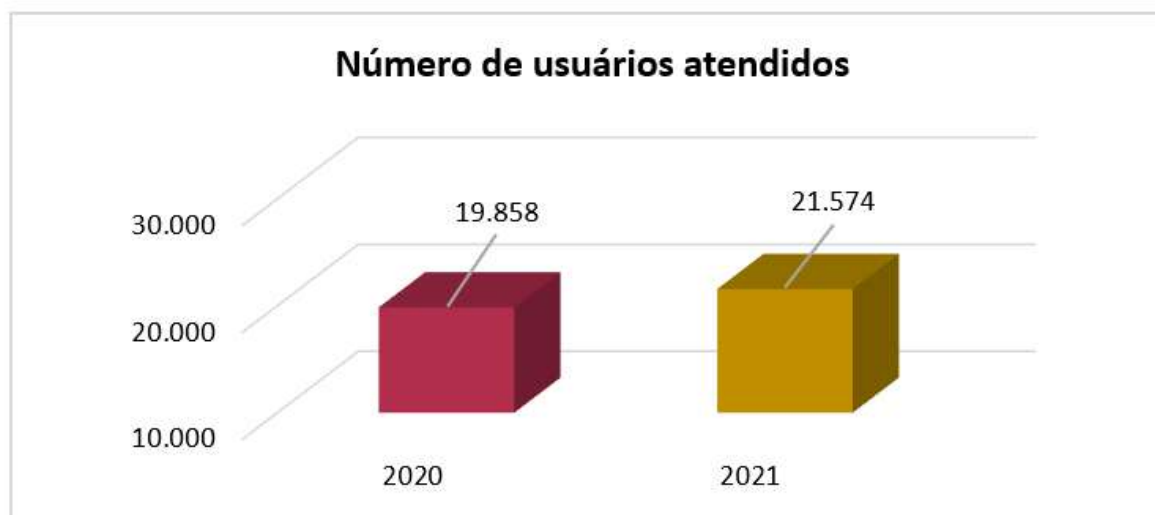
Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Importante esclarecer que o indicador “Documentos acessados do acervo” é composto pelo número de documentos originais consultados presencialmente e de downloads das imagens dos documentos digitalizados e acessíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN. Devido as restrições impostas pela pandemia de COVID19, de março de 2020 a outubro de 2021, foram suspensas as consultas presenciais aos documentos originais por parte dos usuários, reduzindo o quantitativo de acessos aos documentos consultados no período.

No intuito de subsidiar a adequação dos serviços prestados no atendimento ao cidadão e o planejamento das ações de tratamento técnico dos documentos, o AN realiza o acompanhamento dos usuários atendidos e dos acessos a seu acervo. Em 2021, todos os usuários que enviaram demanda obtiveram informações sobre os documentos do acervo ou receberam orientações de como alcançá-las. Dessa forma, o AN teve 100% de seus usuários atendidos.

O indicador “Percentual de usuários atendidos” é formado pelo somatório da quantidade de usuários que solicitaram atendimento presencial e a distância em relação à diferença do somatório da quantidade de usuários que não foram atendidos; esta diferença é dividida pelo somatório da quantidade de usuários que solicitaram atendimento presencial e a distância multiplicado ao final por 100. Cabe ressaltar que o indicador apresenta grandes desafios para aferição da efetividade dos serviços prestados aos usuários do AN. Embora todos os usuários demandantes tenham recebido retorno, é importante avançar na mensuração da efetividade do atendimento, ou seja, se a informação encaminhada atendeu à real necessidade apresentada pelo usuário. Para isso, o AN tem aprimorado o sistema de avaliação de satisfação do seu usuário.

No ano de 2021, o AN envidou esforços visando promover o acesso do público ao acervo documental, orientando os usuários na utilização das bases de dados e instrumentos de pesquisa produzidos pela instituição. Como resultado desse esforço, foram 21.574 usuários, um aumento de 8% em comparação ao ano de 2020, quando totalizaram 19.858.

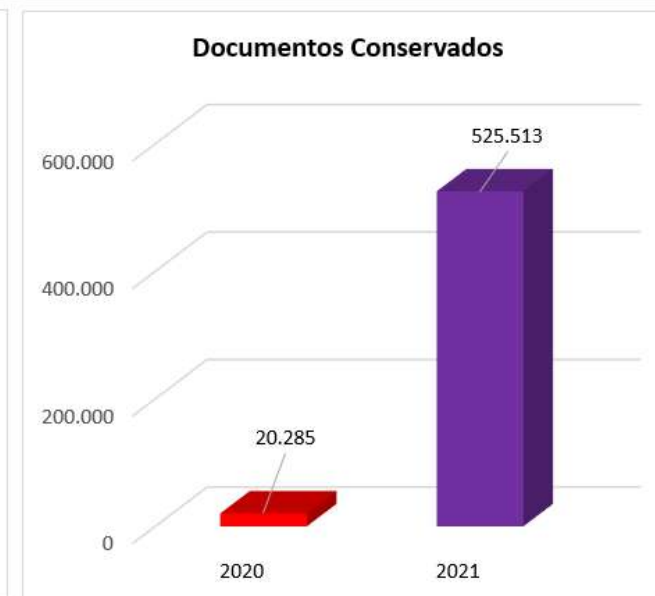
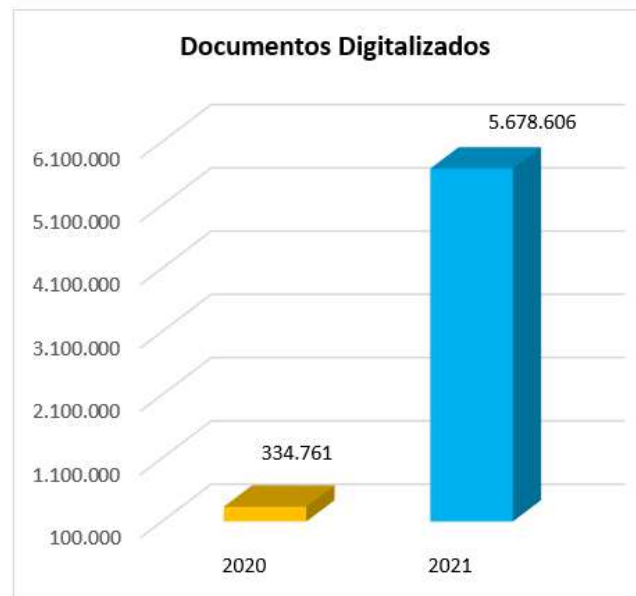
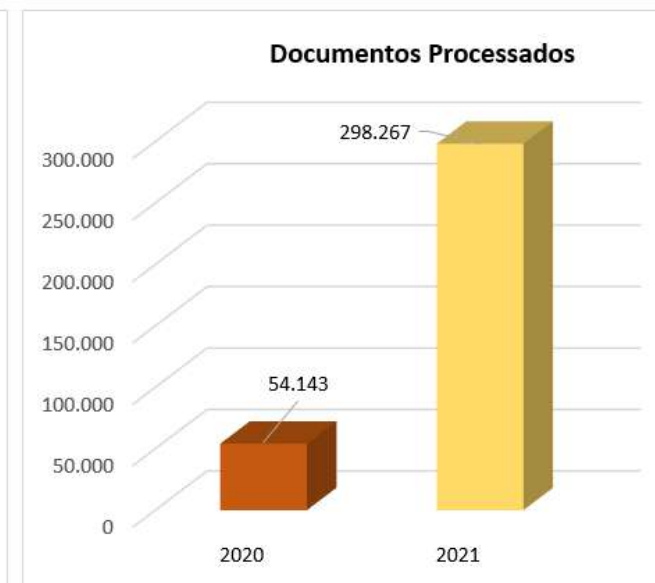


Fonte: Arquivo Nacional/MJSP

Cabe ressaltar que, atualmente, o acervo digital do Arquivo Nacional ocupa, 646,59 terabytes do repositório digital, um aumento de 15%, comparando-se com o ano anterior. Em 2021, 5,6 milhões de documentos do acervo foram digitalizados. Importante destacar que o Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, celebrado em 2020, impulsionou o resultado da entrega estratégica de ampliação da disponibilização do acervo, por meio da organização, digitalização e disponibilização de acervo relacionado à entrada de estrangeiros no Brasil e processos de naturalização.

No que se refere à Preservação do Acervo, o ano de 2021 apresentou os resultados:

- digitalização de 5.678.606 documentos;
- processamento técnico de 298.267 documentos;
- conservação de 453.619 documentos;
- restauração de 3.241 documentos;
- emissão de 432 certidões probatórias; e
- preservação (captura, armazenamento e preservação) de 997.589 objetos digitais de documentos no Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDCeARQ.

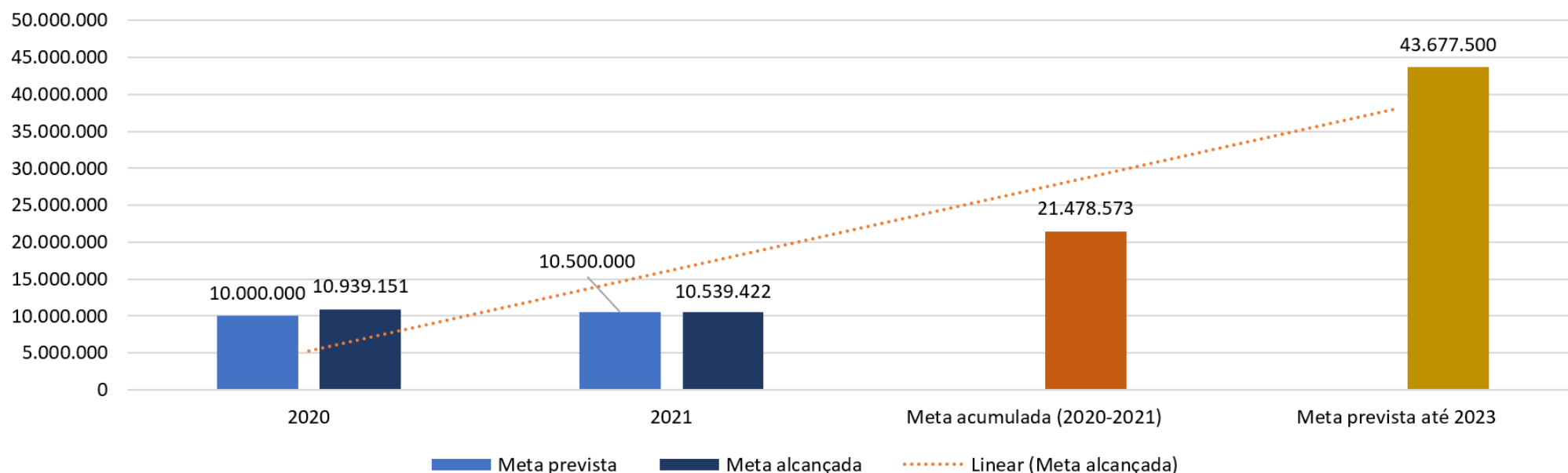


Fonte: Arquivo Nacional/MJSP

Visando à ampliação da capacidade de armazenamento e preservação do acervo físico e digital, o AN adquiriu arquivos deslizantes e equipamentos para guarda, transporte e movimentação de documentos arquivísticos com investimento realizado da ordem de R\$ 1.549.360,00. Também foram adquiridos *Scanners* Planetários com investimento de R\$ 765.000,00 que deverão potencializar a produtividade de arquivos digitalizados pela instituição e consequentemente para o aumento da disponibilização de informações aos usuários da instituição.

O indicador “Acesso às bases de dados” trata do somatório da quantidade de consultas realizadas às bases de dados para recuperação de informações. No site do Arquivo Nacional, estão disponíveis as bases de dados para acesso às informações dos acervos custodiados e dos documentos bibliográficos, sendo o Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN, não só a principal base de dados sobre o acervo, mas o principal meio de acesso às informações relacionadas ao acervo custodiado. Este Sistema concentra o maior número de acessos, representando 95,9% do total do indicador. A meta estabelecida para o ano de 2021 (10.500) foi ultrapassada, contabilizando 10.539.422 acessos no período. Assim, no acumulado entre os anos de 2020 e 2021, o AN atingiu 49,17% da meta a ser alcançada até 2023, com um total de mais de 21 mil acessos às bases de dados.

ACESSO ÀS BASES DE DADOS SOBRE O ACERVO

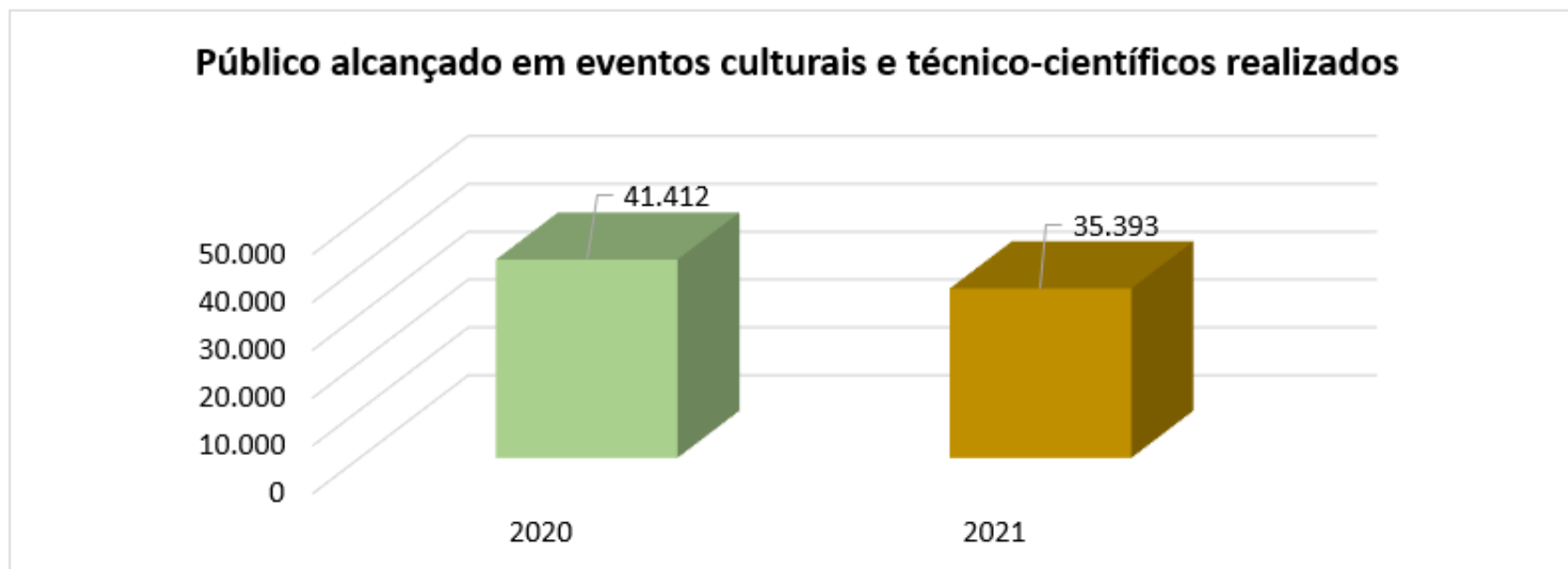


Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Dentre as ações de difusão do acervo, são realizadas visitas guiadas, exposições, eventos educacionais, culturais e técnico-científicos (seminários, mesas redondas, exposições), premiações, parcerias interinstitucionais, publicação de revista e livros, além da produção de conteúdo a partir do acervo do AN para diversos sites temáticos institucionais.

No ano de 2021, por conta das restrições impostas pelo cenário epidemiológico, não houve visitas guiadas presenciais. Em contrapartida, empregou-se esforços no sentido de explorar as tecnologias mais modernas de realidade virtual como forma de ampliar o acesso do público externo ao patrimônio histórico institucional tombado, bem como de explorar, a partir de qualquer dispositivo eletrônico com acesso à internet, os diversos ambientes, produtos e serviços oferecidos. Para isso, foi criado e disponibilizado no site da instituição um Tour Virtual do Arquivo Nacional. Com tecnologia realista e imersiva, por meio do tour virtual é possível experimentar on-line as instalações, e acessar uma cópia digital dos espaços físicos do conjunto arquitetônico tombado, mapeado por meio de escaneamento tridimensional e equipamento fotográfico de alta definição. O tour virtual abrange 7.897,61m², e oferece tags interativas que direcionam para exposições, publicações e documentos do acervo, além de outros serviços prestados pelo AN. Também poderão ser visualizadas fotos, em 360 graus, das instituições vizinhas que compõem o roteiro turístico e cultural do entorno da Praça da República, como o museu Casa Histórica do Marechal Deodoro da Fonseca, o Palácio Duque de Caxias, a Central do Brasil e a sede do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro.

Foram realizados, ainda, 23 eventos técnico-científicos on-line, com alcance de 35.393 pessoas, uma diminuição de aproximadamente 15% em relação ao exercício anterior.



Fonte: Arquivo Nacional/MJSP

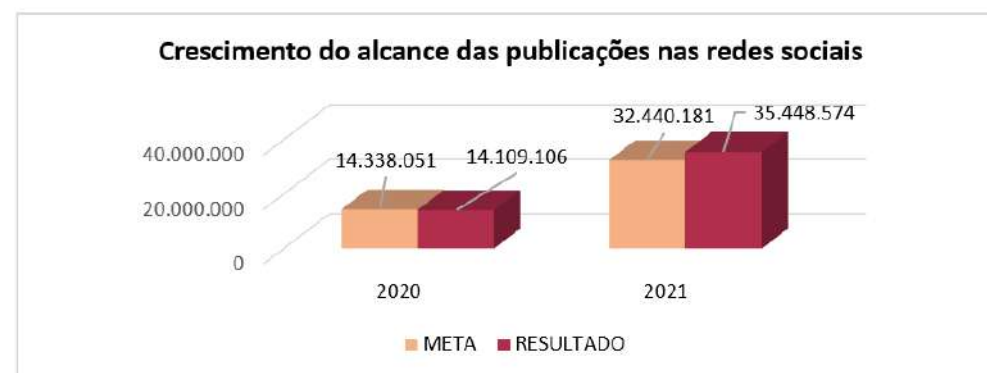
Quanto às ações educativas, foram realizados 15 eventos educacionais na modalidade *on line*, com a participação de 3.533 pessoas, resultado significativamente superior a 2020, quando as ações educativas alcançaram em torno de 150 pessoas devido ao caráter predominantemente presencial das atividades.

Em relação ao programa editorial do Arquivo Nacional, foram editadas 11 publicações técnico-científicas, a participação em 4 feiras literárias virtuais, com objetivo de ampliar a visibilidade e a disseminação do conhecimento dos livros e revistas publicados pela instituição. Além disso, o AN formalizou sua filiação à Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC, com o objetivo de fortalecer a sua produção editorial, estabelecer parcerias estratégicas e participar ativamente dos debates mais recentes sobre essa temática.

Outras importantes iniciativas do programa editorial do AN foram as doações de publicações editadas pelo Arquivo Nacional. Por meio do edital 06/2021 foi realizada chamada pública para manifestação de interesse por edições relacionadas às áreas de gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e difusão do patrimônio documental. Além disso, para celebração do Dia do Arquivista foram distribuídos, aproximadamente, mil livros. Essas doações contribuem ao cumprimento da missão do AN em promover a difusão do acervo arquivístico custodiado na instituição e do conhecimento técnico-científico, cultural e educativo produzido. Foram elegíveis a participar do presente edital instituições públicas das esferas municipal, estadual ou federal e instituições privadas sem fins lucrativos que atuam preferencialmente na área de educação, cultura e assistência social.

As mídias sociais do AN também têm desenvolvido papel fundamental na divulgação de informações sobre os produtos e serviços oferecidos e do acervo custodiado pela instituição. Percebe-se boa repercussão e crescente interesse pelas páginas administradas pela instituição. O Facebook do AN é, atualmente, o quarto maior perfil de uma instituição arquivística nessa mídia social no mundo, com mais de 129 mil seguidores; o Twitter tem mais

de 102 mil seguidores; e o Instagram, mais de 132 mil seguidores, o que o torna, atualmente, o maior perfil de uma instituição arquivística nessa mídia social em todo o mundo. No total o AN tem, atualmente, mais de 523 mil seguidores em todas os seus perfis de mídias sociais. Na Wikimedia Commons, o AN já disponibilizou mais de 13 mil imagens de documentos, que ilustram 8.725 verbetes da Wikipédia em 160 idiomas, com um acesso mensal de 28 milhões em média. O alcance das mídias sociais do AN aumentou 8%, comparando-se ao ano de 2020. Esse resultado representa as ações estratégicas para que o AN cumpra sua função como instituição arquivística e promova o acesso e difusão do acervo arquivístico.



Fonte: Arquivo Nacional/MJSP

Outra ação para otimizar o atendimento às demandas da sociedade, em alinhamento à Estratégia de Governo Digital para o triênio 2020-2022, foi a disponibilização de 12 serviços públicos digitais no portal GOV.BR. Quais sejam:

- Consultar documentos do acervo do Arquivo Nacional.
- Consultar o Guia de Fontes do Arquivo Nacional.
- Consultar registros de entrada de estrangeiros do acervo do Arquivo Nacional.
- Consultar o Catálogo online da Biblioteca do Arquivo Nacional.
- Consultar o Centro de Referência de Acervos Presidenciais do Arquivo Nacional.
- Protocolar documentos junto ao Arquivo Nacional.
- Visitar exposições virtuais do Arquivo Nacional.
- Consultar o Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ) do Arquivo Nacional.
- Consultar a legislação arquivística brasileira e resoluções do Conarq.
- Consultar e adquirir publicações do Arquivo Nacional.
- Consultar instrumentos de pesquisa do Programa MAPA/Arquivo Nacional.
- Consultar o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do Conarq.

Visando à proteção dos servidores e colaboradores, do acervo custodiado e do patrimônio arquitetônico da instituição, foram realizadas obras no complexo predial da sede. Alguns blocos dispunham de um sistema de combate a incêndio e pânico e, em outros, o sistema necessitava de atualização. Vale ressaltar que a sede do Arquivo Nacional, um dos maiores e mais belos exemplares do estilo neoclássico na cidade do Rio de Janeiro, foi construída em 1853 e possui seu conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

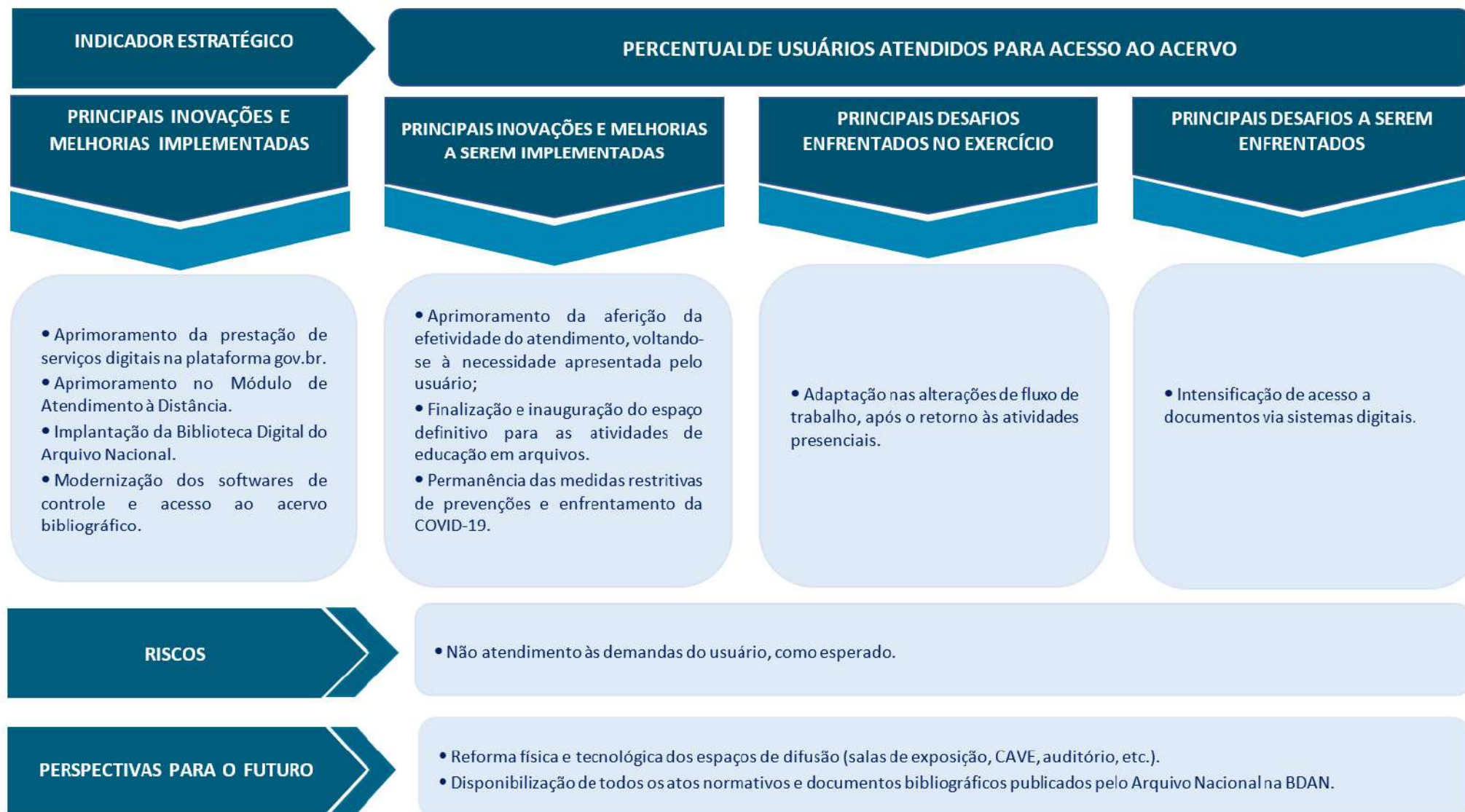
Ainda, foi investido mais de R\$ 1,5 milhão em segurança da informação, promovendo atualização de sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e aquisição de novos *softwares*, além da melhoria no sistema de *back-up*, como forma de aprimorar os mecanismos e ambiente de proteção do acervo digital e das bases de dados do AN.

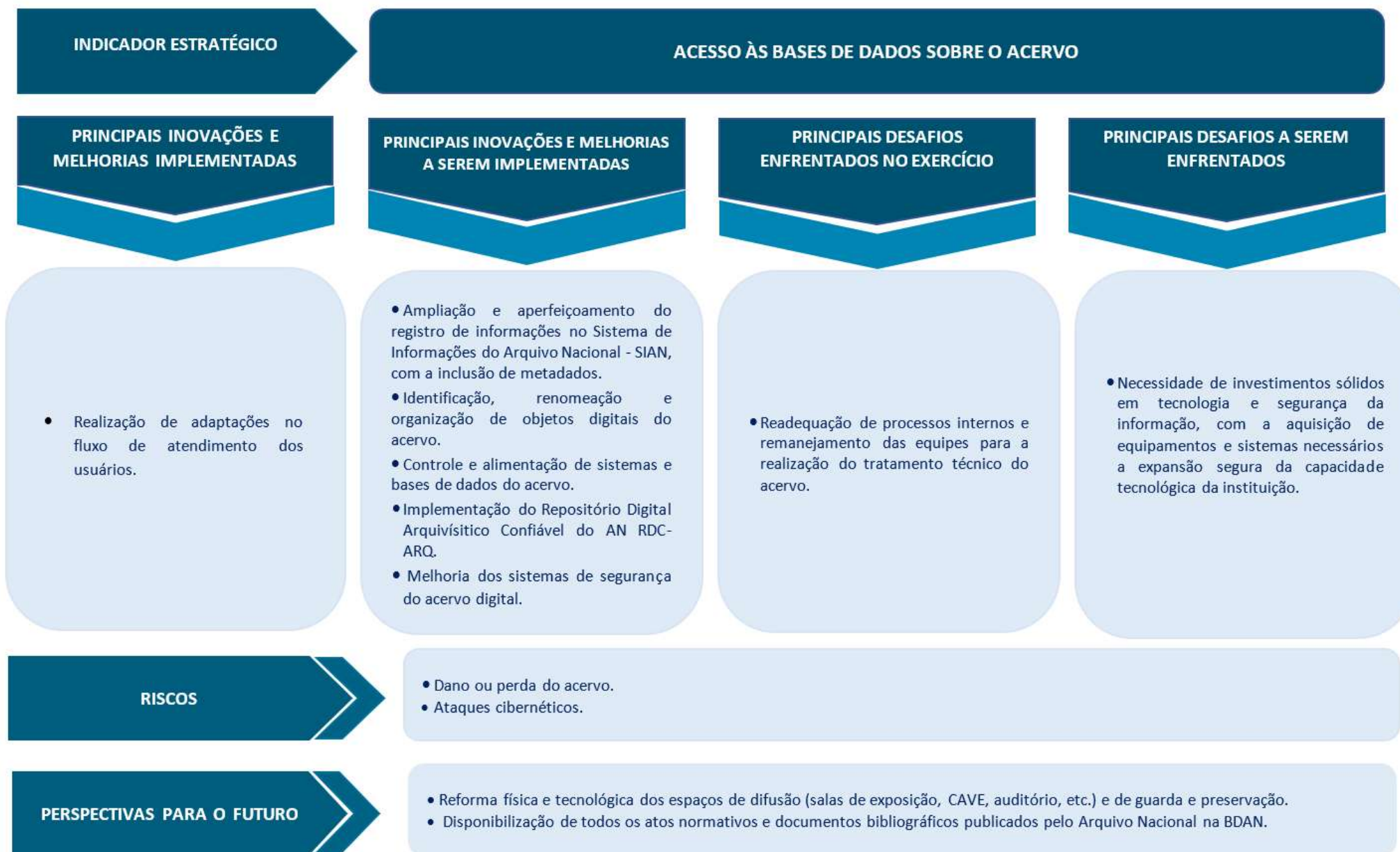
No que concerne à gestão da Política Nacional de Arquivos, destaca-se a aprovação do novo Regimento Interno do Conselho Nacional de Arquivos - Conarq em julho de 2021, ratificando a sua competência como órgão responsável pela definição da política nacional de arquivos públicos e privados e aprimorando os seus modelos de funcionamentos, de forma a possibilitar maior efetividade na orientação técnico-normativa como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos; entre outras atribuições relevantes. Nesse sentido, o primeiro planejamento estratégico do Conarq foi aprovado pelo plenário do Colegiado. Importante destacar que o instrumento está em consonância com as diretrizes estratégicas do AN e do MJSP. O planejamento apresenta um quadro de propostas, até 2023, sobre como investir na sensibilização de gestores administrativos e na institucionalização de arquivos. Outras ações importantes: estimular a capacitação técnica e política de pessoal, em colaboração com universidades; premiar as boas práticas de atendimento nos arquivos; rever e atualizar a legislação, aprimorando os mecanismos de controle de seu cumprimento; estimular a criação de redes de colaboração entre os arquivos dos vários níveis; fortalecer o Conarq e investir na sua atuação efetiva e na sua comunicação permanente com a comunidade arquivística.

Destaca-se, ainda, a busca do AN pela integração com outros sistemas estruturadores e seus órgãos centrais para a elaboração e gerenciamento de políticas públicas correlatas às suas funções de autoridade arquivística. Nesse sentido, em parceria com a Seges/ME, foram incluídas ações de gestão de documentos como uma das dimensões obrigatórias a constar nos diagnósticos e nas medidas a serem previstas nos Planos de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT) firmados pelos órgãos da APF no âmbito do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (Transforma-

Gov), instituído pelo Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020. Atualmente, são 92 PGTs em que constam ações direcionadas, em especial, à elaboração de instrumentos técnicos de gestão de documentos e estruturação das CPADs. Trata-se de iniciativa estratégica que proporciona visibilidade político-institucional ao AN, e insere a área de gestão de documentos e arquivos nas ações de simplificação, digitalização e integração de processos finalísticos, gerenciais e de suporte dos órgãos da Administração Pública Federal - APF.







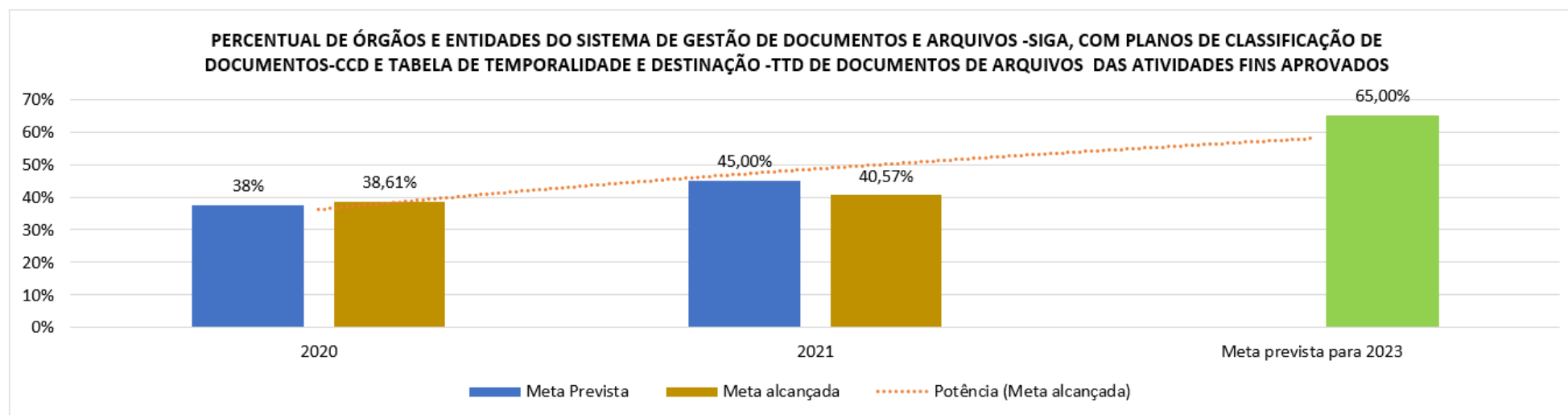
INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS - SIGA, COM PLANOS DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS - CCD E TABELA DE TEMPORALIDADE E DESTINAÇÃO - TTD DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS DAS ATIVIDADES FINIS APROVADOS

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
37,5%	38,61%	45%	42,80%	Não se aplica	65%

É dever do poder público a gestão e a proteção especial aos documentos arquivísticos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. Nesse sentido, o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, tem a finalidade de garantir ao cidadão e aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, o acesso aos documentos arquivísticos e às informações neles contidas, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições administrativas ou legais.

As ações de gestão do SIGA visam ao fortalecimento do sistema estruturador e da atuação do AN quanto ao apoio técnico aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF). O Arquivo Nacional, que é o órgão central do SIGA e tem atuado junto aos órgãos e entidades integrantes do Sistema na orientação técnica sobre a gestão de documentos arquivísticos, digitais e não digitais, com o objetivo de melhorar a produção e o uso desses documentos visando a sua destinação final (guarda permanente ou eliminação). Com o objetivo de levar o público leitor do Portal a entender um pouco mais sobre o universo da gestão de documentos, está sendo realizada uma série de postagens elaboradas pela equipe do SIGA e do Arquivo Nacional.



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

No ano de 2021, o SIGA alcançou um percentual de 42,8% de órgãos e entidades com Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos das atividades-fim aprovadas. A finalidade desse indicador é subsidiar a revisão e a proposição de ações e diretrizes do AN como órgão central do SIGA, tais como capacitação e orientação técnica quanto ao processo de avaliação e seleção, pelos órgãos e entidades da APF, de documentos passíveis de eliminação e dos documentos de guarda permanente. Foram aprovados instrumentos em importantes órgãos da APF, pelo volume de documentação produzida e recebida, tais como: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN); Controladoria-Geral da União (CGU); Superintendência de Seguros Privados (Susep); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e; Banco da Amazônia.

O grande desafio no atingimento da meta, tem sido a aprovação do Plano de Classificação (PCD) e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTD) relativas às atividades finalísticas dos Hospitais Federais. Ao todo, esses órgãos e entidades perfazem 62 unidades e para a consecução da elaboração dos instrumentos de gestão de documentos, foi necessário implantação do Grupo de Trabalho, envolvendo a participação de diversos representantes dos hospitais federais. Tal processo só foi possível de ser realizado em agosto de 2021, não havendo tempo hábil para sua finalização. Com prazo de execução de 12 meses, as atividades devem ser concluídas em 2022.

INDICADOR ESTRATÉGICO

PERCENTUAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS -SIGA, COM PLANOS DE CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS-CCD E TABELA DE TEMPORALIDADE E DESTINAÇÃO -TTD DE DOCUMENTOS DE ARQUIVOS DAS ATIVIDADES FINIS APROVADOS

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E
MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Redistribuição de GISTEs/SIGA para estruturação e fortalecimento dos órgãos setoriais do sistema.
- Consolidação de parcerias com outros sistemas estruturadores da APF no desenvolvimento de projetos afins à área.
- Incremento da articulação das instâncias de governança do SIGA por meio de plataformas digitais.

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS
A SEREM IMPLEMENTADAS

- Consolidação de documento de orientação técnica com a metodologia utilizada pelo AN na elaboração de instrumentos de gestão de documentos.
- Elaboração do manual de procedimentos de gestão de documentos e arquivos.
- Aprimoramento da comunicação entre os órgãos do SIGA.
- Implementação do Plano de Gestão de Documentos nos órgãos integrantes do SIGA.

PRINCIPAIS DESAFIOS
ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Quadro deficitário de servidores e colaboradores nas equipes do AN em função da rotatividade, afastamentos e aposentadorias.

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM
ENFRENTADOS

- A articulação com os órgãos do SIGA.
- Permanência das medidas restritivas de prevenções e enfrentamento da COVID-19.

RISCOS

- Diminuição ou interrupção de algumas atividades presenciais em função da pandemia.
- Redução na capacidade de atendimento do AN junto aos órgãos e entidades integrantes do SIGA por insuficiência de pessoal técnico-especializado.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Publicação da Política de Gestão de Documentos e Arquivos.
- Implantação do Programa de Gestão de Documentos (PROGED) com consequente ampliação dos Planos de Gestão de Documentos desenvolvidos pelos órgãos setoriais e seccionais do SIGA.
- Fortalecimento do SIGA e maior efetividade como sistema estruturador da Administração Pública Federal.

INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE VAGAS PREENCHIDAS EM CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS AO PÚBLICO EXTERNO

ARQUIVO NACIONAL

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
1.650	384	1.650	4.316	4.700	6.600

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
20.000	38.487	38.500	55.437	93.924	129.500

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
3.500	8.326	6.500	4.950	13.276	15.000

SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
100.000	161.703	150.000	168.859	330.562	450.000

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
5.000	8.236	5.000	8.864	17.100	20.000

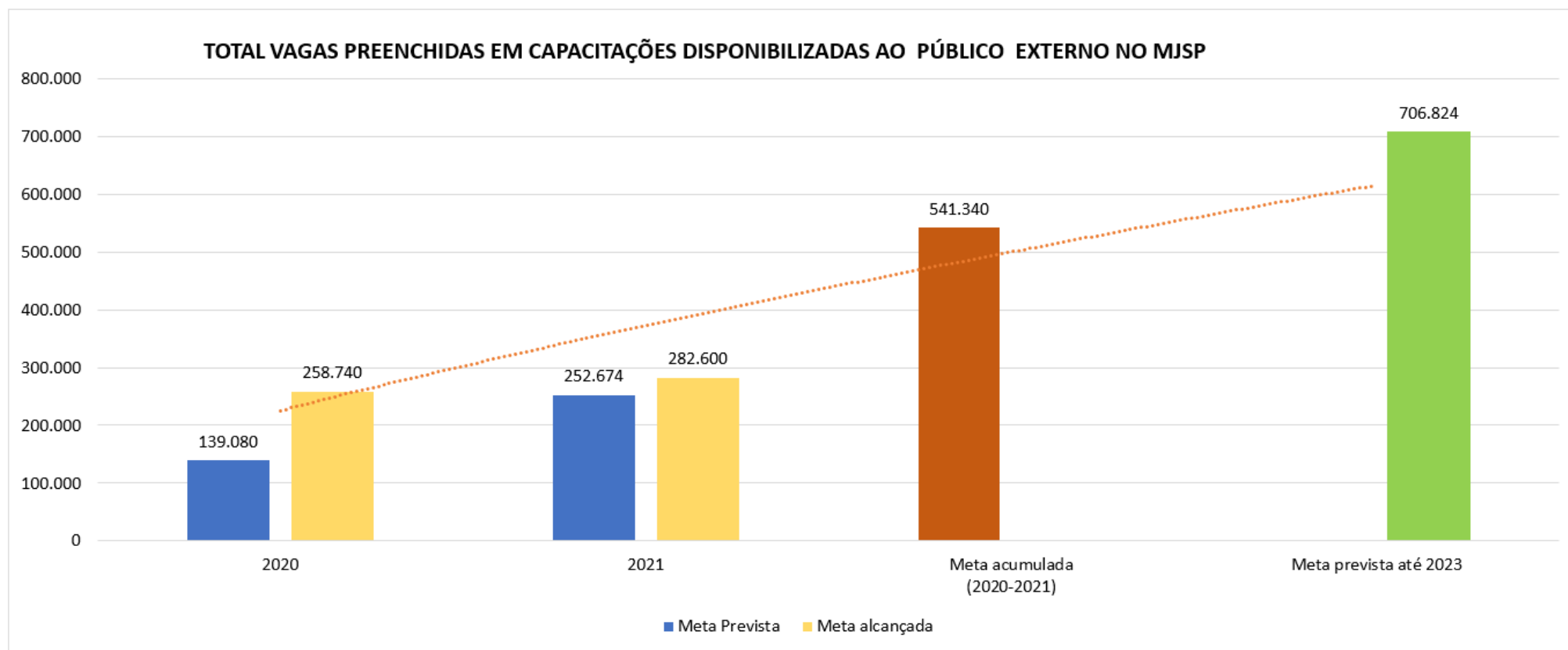
POLÍCIA FEDERAL

Meta prevista para 2020	Meta alcançada em 2020	Meta Prevista para 2021	Meta alcançada em 2021	Acumulado meta alcançada (2020-2021)	Meta Prevista até 2023
10.580	41.604	51.024	40.174	81.778	82.764

O Ministério da Justiça e Segurança Pública possui no seu rol de competências, temáticas diversas e transversais. Diante disso, e visando aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento, o órgão possui, atualmente, ações de capacitação nas suas diferentes temáticas, com o objetivo de levar à sociedade conhecimentos específicos referentes aos assuntos de suas áreas de atuação

No âmbito da oferta de vagas para capacitações voltadas ao público externo, ressalta-se que o indicador envolve várias unidades, quais sejam: o Arquivo Nacional -AN, a Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, a Polícia Federal – PF e a Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública – SEGEN.

Em 2021, por meio dessas unidades, o Ministério disponibilizou mais de 282 mil vagas de capacitação ao público externo, representando um aumento de 9,2% no número de vagas com relação ao ano anterior, quando foram disponibilizadas cerca de 258.740 vagas para o público externo.



Fonte: BI do Planejamento Estratégico MJSP

Atualmente o Ministério já alcançou 76,5% da meta estabelecida até o ano de 2023. Dentre os resultados dessas capacitações destacam-se:

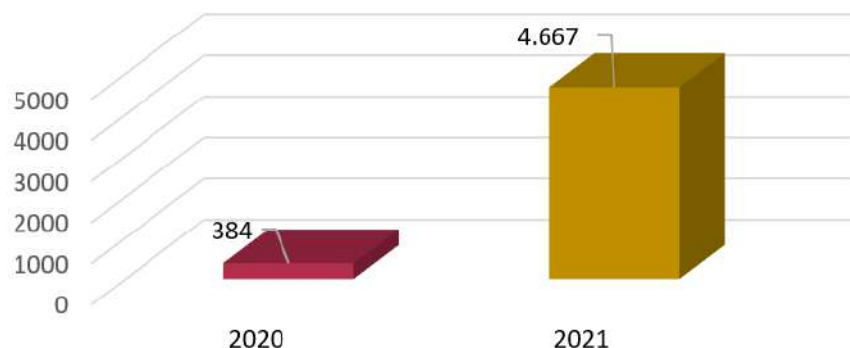
CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELO ARQUIVO NACIONAL

No âmbito de sua competência, o Arquivo Nacional ofereceu capacitações voltadas para procedimentos de protocolo, princípios da gestão de documentos, gestão de documentos produzidos em sistemas informatizados e gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais. No ano de 2021, foram preenchidas 4.316 vagas em capacitações em gestão de documentos para servidores públicos de órgãos e entidades do Sistema SIGA. Um aumento cerca de 11 vezes maior em relação a 2020, quando foram preenchidas 384 vagas.

Esse resultado deve-se, especialmente, ao esforço do Arquivo Nacional em ampliar o seu programa de capacitação do Sistema SIGA, através da elaboração e disponibilização de cursos on-line na plataforma da Escola Virtual.Gov (EV.G), em parceria com a Universidade Federal Fluminense.

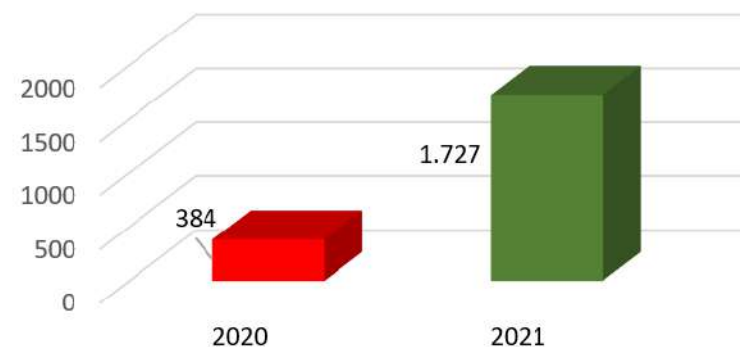
Em agosto de 2021, a oferta do curso “introdução às práticas arquivísticas” potencializou a quantidade de servidores públicos federais capacitados, aperfeiçoando a prestação de serviços aos órgãos e entidades do SIGA. Foram 1.727 servidores públicos de órgãos e entidades do SIGA capacitados, um aumento expressivo em comparação com 2020, quando foram capacitados 384 servidores federais.

Quantidade de vagas preenchidas em capacitações do Arquivo Nacional disponibilizadas ao público externo



Fonte: Arquivo Nacional/MJSP

Servidores públicos federais capacitados em gestão de documentos e arquivos



A parceria com a UFF prevê mais 4 cursos que estão em desenvolvimento e serão lançados ao longo de 2022. São eles:

- Gerenciamento de Serviços Arquivísticos -15 h/aula
- Arquivos permanentes: Recolhimento, processamento técnico, preservação e acesso - 27 h/aula
- Gestão e preservação de documentos digitais - 26 h/aula
- Procedimentos de Protocolo - 20 h/aula

CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

No âmbito da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, as capacitações são realizadas pela Escola Nacional de Defesa do Consumidor – ENDC, instituída em 2007, para auxiliar a Secretaria no cumprimento da Política Nacional das Relações de Consumo, no tema educacional, conforme estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor - CDC. Além da referida lei ter estabelecido a educação e a informação de fornecedores e consumidores, o Decreto n.º 2.181, de 20 de março de 1997, no seu art. 3º, III, reforçou a importância da educação, competindo à Senacon a orientação permanente dos consumidores acerca dos seus direitos e garantias:

Art. 3º Compete à Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, a coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

(...)

III - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias; (grifo nosso)

(...)

Em atendimento ao Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF, colegiado que possui a participação da SENACON, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor tem desenvolvido ações de educação financeira como publicações e 3 cursos à distância do Programa de Educação Financeira para Consumidores, que visa ao empoderamento destes e ao combate ao superendividamento.

Para o desenvolvimento de suas ações, a ENDC estabelece parcerias com órgãos e entidades, como os Termos de Execução Descentralizada (TED) e Acordos de Cooperação Técnica (ACT), que são definidos e aprovados pelo gestor máximo da Secretaria Nacional do Consumidor. Dentre os principais documentos norteadores das atividades da ENDC que contemplam a oferta de vagas, estão:

- Termo de Execução Descentralizada (TED) nº01/2019 firmado pela SENACON com a Universidade de Brasília (UnB) no final de 2019.
- Acordos de Cooperação Técnica firmados pela SENACON que têm como obrigação (conforme o ACT e respectivo Plano de Trabalho) ações educacionais como a oferta de cursos à distância na plataforma “ead.defesoconsumidor.gov.br”, em relação a temas de proteção e defesa do consumidor, para diferentes públicos como Agências Reguladoras, Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos etc.
- Os Acordos de Cooperação Técnica firmados pela SENACON têm como obrigação (conforme o ACT e respectivo Plano de Trabalho) ações educacionais como a oferta de cursos à distância na plataforma “ead.defesoconsumidor.gov.br”, em relação a temas de proteção e defesa do consumidor, para diferentes públicos, como Agências Reguladoras, Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos, e Órgãos do Governo Federal. Neste sentido, os órgãos contribuem para o indicador de matrículas.
- Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Turismo: propiciou a publicação intitulada Consumidor Turista Transporte aéreo - Antes da viagem.

- Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa: propiciou a divulgação dos cursos da ENDC para o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Energia Elétrica: propiciou a divulgação de vídeos sobre educação para o consumidor da agência no site da SENACON.
- Acordo de Cooperação Técnica da SENACON e SENAJUS com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU): realização de cursos da ENDC por servidores do MPU.
- Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Previdência - SPREV/ME: para desenvolvimento de um curso a distância sobre previdência privada para consumidores.
- Acordo de Cooperação Técnica com a Comissão de Valores Imobiliários - CVM: está sendo desenvolvido um curso a distância sobre mercado de capitais para consumidores.

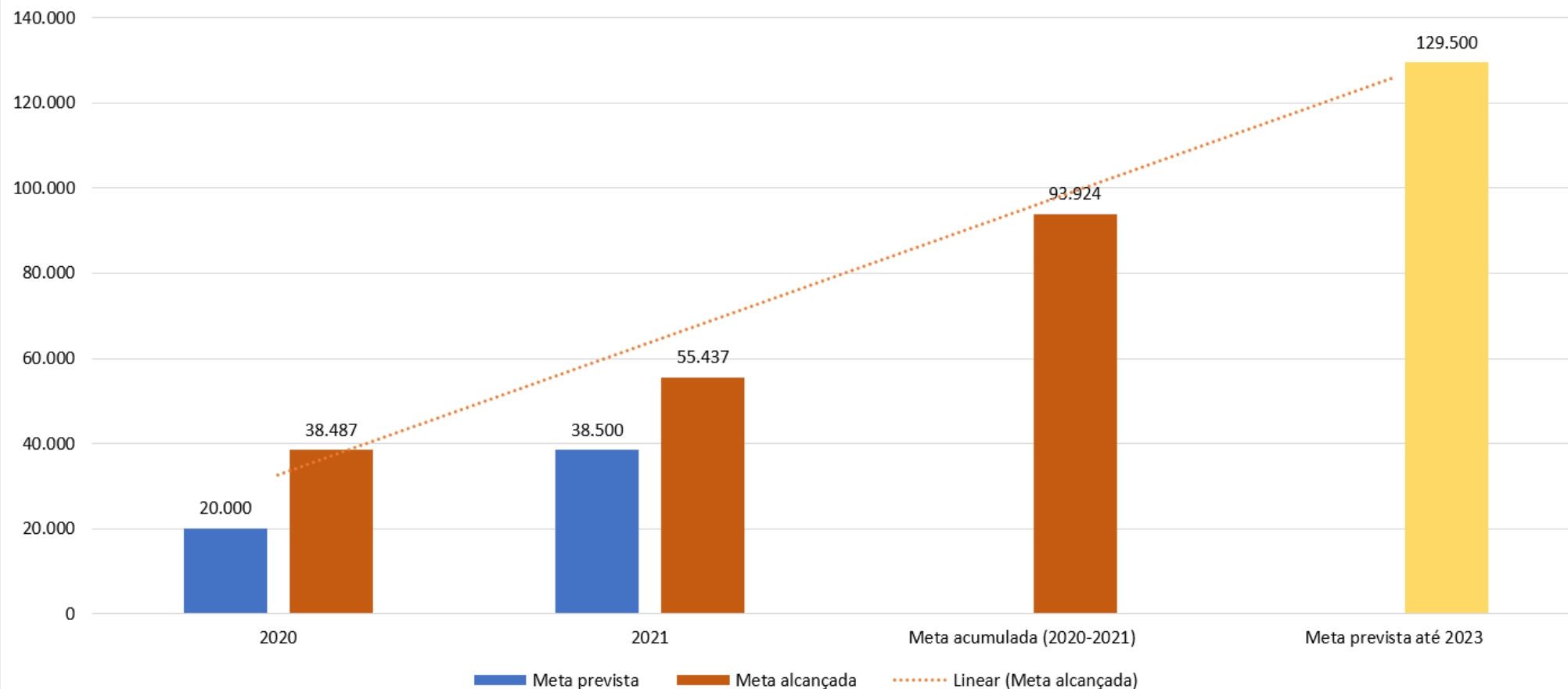
Ressalta-se que a ENDC existe há mais de 12 anos, sendo reconhecida pelos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Procons Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, Promotorias, Defensorias e entidades civis de defesa do consumidor), Tribunais de Justiça, agências e órgãos reguladores, empresas e população brasileira. Suas ações têm como público-alvo servidores e funcionários de organizações do Sistema Nacional de Defesa do consumidor, de empresas e consumidores em geral, que realizam os cursos à distância ofertados pela ENDC.

Durante todo esse período, foi constituída e consolidada a imagem e a marca da ENDC por meio dos materiais pedagógicos, das publicações entregues e do desenvolvimento de cursos presenciais e a distância. Ademais, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor, na educação a distância, tem se desenvolvido de forma robusta, o que pode ser constatada com as metas superadas constantemente em relação ao planejamento estratégico do MJSP.

Inicialmente, a SENACON estabeleceu, para o indicador "Quantidade de vagas preenchidas em capacitações disponibilizadas ao público externo", a meta de 80.000 vagas disponibilizadas em 4 anos. A meta de 20.000 para 2020 foi amplamente superada, pois houve 38.438 matrículas naquele ano. Em 2021, mesmo em momento de pandemia, houve uma grande adesão aos cursos virtuais que pode ser explicada pela oferta de cursos novos.

Visando tornar a meta mais desafiadora, o quantitativo a ser alcançado foi alterado para 38.500, sendo alcançado, em 2021, o total de 55.437 matrículas, contribuindo para o alcance de 21,5% da meta total do MJSP para o indicador. Em relação aos dados acumulados (2020 e 2021), foram 93.924 matrículas nos cursos à distância da ENDC, 72% do quantitativo previsto para a meta, a ser alcançada até 2023.

QUANTIDADE DE VAGAS PREENCHIDAS EM CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS AO PÚBLICO EXTERNO PELA SENACON



Fonte: SENACON

Os cursos desenvolvidos em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e disponibilizados para o diversificado público da ENDC são disponibilizados por meio do link: (<https://ead.defesadoconsumidor.gov.br>), com destaque para os seguintes cursos disponibilizados e/ou desenvolvidos em 2021:

1. Curso é da Sua Conta – etapa básica; em parceria com o BACEN
2. Curso é da Sua Conta – etapa complementar; em parceria com o BACEN – curso lançado em 2021
3. Curso Vigilância Sanitária e Defesa do Consumidor; em parceria com a ANVISA
4. Curso Planos de Saúde e Relações de Consumo; em parceria com a ANS
5. Curso Previdência para Consumidores; em parceria com a SPREV/ME – em desenvolvimento
6. Curso sobre Mercado de Capitais; em parceria com a CVM– em desenvolvimento
7. Curso sobre Proteção de Dados dos consumidores – em desenvolvimento
8. Curso sobre Superendividamento – em parceria com o Brasilcon – ACT em andamento
9. Curso ProConsumidor – síncrono – curso lançado em 2021
10. Curso ProConsumidor – assíncrono – curso lançado em 2021
11. Curso – Crimes contra as relações e consumo
12. Curso – Elaboração de Projetos
13. Curso Consumidor.gov para Empresas
14. Curso Consumidor.gov para Órgãos de Monitoramento
15. Curso Consumidor.gov para Órgãos Gestores
16. Curso 1 - Planejar para Realizar Sonhos
17. Curso 2 - Dominando Emoções e Criando Novos Hábitos
18. Curso 3 - Inteligência Financeira: Saia do Sufoco
19. Curso Consumo Seguro e Saúde
20. Curso Princípios e Direitos Básicos do CDC
21. Curso Oferta e Publicidade
22. Mecanismos de proteção contratual - curso lançado em 2021
23. Banco de Dados e Cadastro de Consumidores - curso lançado em 2021
24. Curso Introdução à Defesa do Consumidor

CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

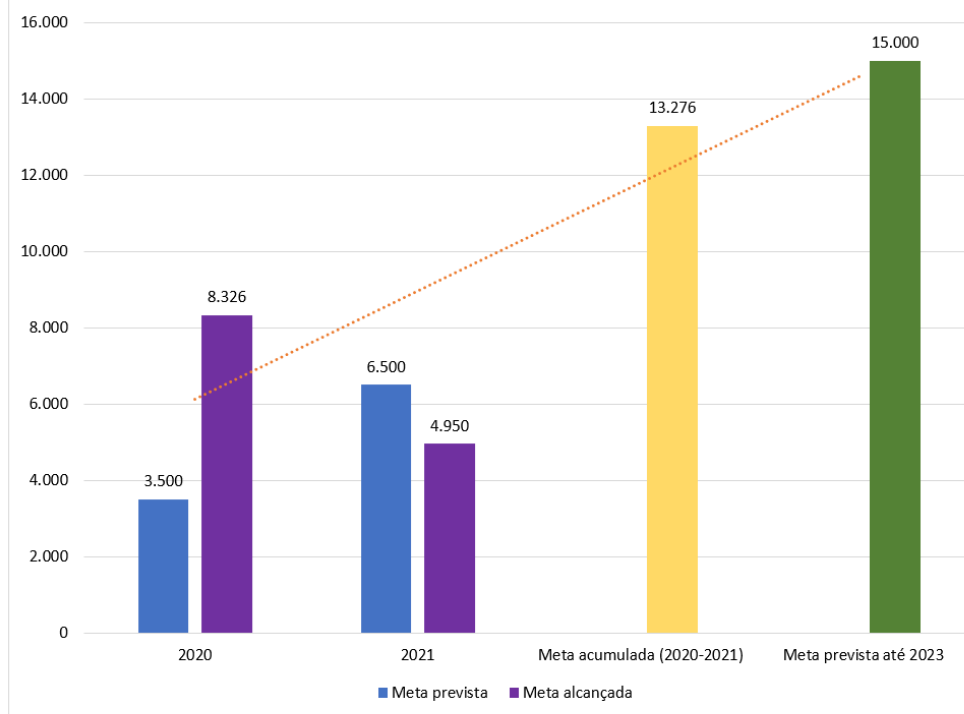
No tocante ao Combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, foi instituído o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD), com o objetivo de criar um plano integrado de capacitação e treinamento de agentes públicos e de orientação à sociedade, otimizando a utilização de recursos públicos e disseminando uma cultura de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro no Brasil.

O público-alvo é formado por servidores dos órgãos parceiros nos estados, além dos congêneres locais, como Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, auditores da Fazenda Estadual, Defensoria Pública e Policiais.

Além da difusão de conhecimento, os cursos promovem a integração e a troca de experiências entre os órgãos participantes, criando laços de confiança e propiciando a organização do Estado no combate ao crime organizado.

No âmbito da Cooperação Jurídica Internacional, foi desenvolvido o Programa Nacional de Difusão da Cooperação Jurídica Internacional (Grotius Brasil). Em 2021 o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional firmou parceria com o Conselho da Justiça Federal, foram realizados eventos virtuais, entre os dias 11 de maio e o dia 29 de junho. A programação continha aspectos teóricos e práticos relacionados à Cooperação Jurídica Internacional nas esferas Civil e Penal, utilizando como base as atividades do DRCI/SENAJUS/MJSP, Autoridade Central brasileira para a tramitação de pedidos de cooperação ativos e passivos. O Ciclo contou também com a participação dos parceiros fundamentais nos processos de cooperação jurídica internacional.

QUANTIDADE DE VAGAS PREENCHIDAS EM CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS AO PÚBLICO EXTERNO PELA SENAJUS



Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP.

No total, a SENAJUS capacitou quase 5 mil agentes públicos na temática de lavagem de dinheiro e cooperação jurídica nacional. Somadas as capacitações disponibilizadas no ano de 2020, a unidade já alcançou 88,5% da meta estabelecida para ser alcançada até 2023.

CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA SECRETARIA DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Dentre as competências da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen está o desenvolvimento das ações educacionais e de pesquisa com foco nos profissionais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - Susp. As estratégias de ensino utilizadas são as modalidades de Ensino Presencial e de Ensino a Distância.

Em relação ao Ensino a Distância, menciona-se que ele possui grande capilaridade e alcança um número expressivo de profissionais, uma vez que, ao permitir o acesso gratuito às capacitações em segurança pública, possibilita ampliar a formação dos integrantes do Susp. Em seus 15 anos de existência, a Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública - Rede EaD Segen efetivou mais de 4 milhões de capacitações, conforme dados da Plataforma EaD da Segen. A flexibilidade no ensino, aliada à qualidade dos cursos, permitiram a sua consolidação em âmbito nacional, democratizando as ações de aprimoramento profissional entre todas as categorias do Susp. Na modalidade presencial, em 2021, embora as restrições e dificuldades impostas pela pandemia, foram capacitados 3.560 profissionais da segurança pública distribuídos em 100 edições de capacitações, contemplando todos os Estados e o Distrito Federal com, pelo menos, uma ação educativa presencial do MJSP.

As ofertas de capacitações na modalidade EaD são destinadas aos Profissionais que integram o Susp. O catálogo conta com 85 títulos que objetivam desenvolver competências procedimentais, legais e atitudinais em consonância com os princípios de Direitos Humanos aos quais o Brasil é signatário. No ano de 2021, a Rede EaD-Segen ultrapassou as 200.000 matrículas em cursos exclusivos para profissionais que compõem o Sistema Único de Segurança Pública.

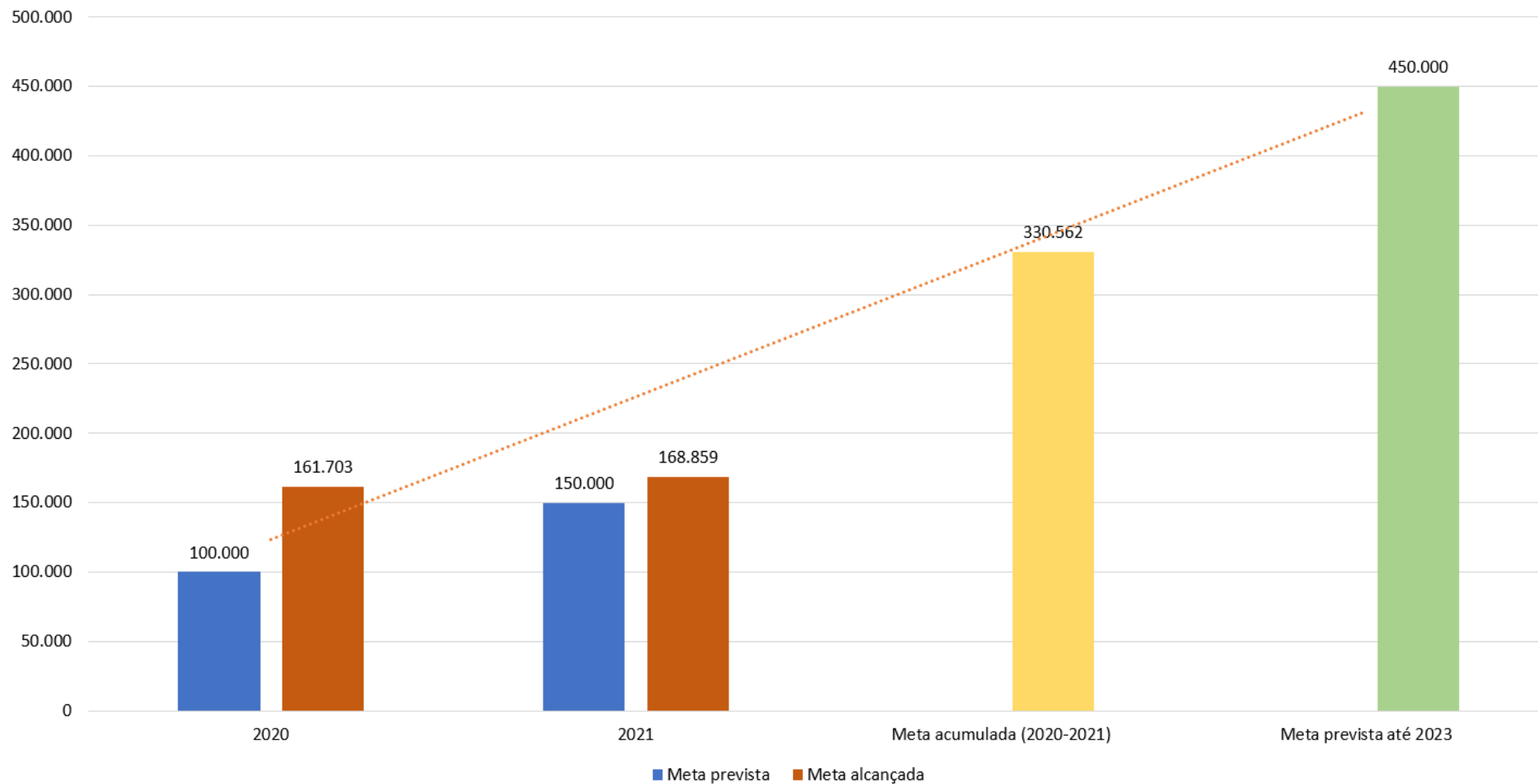
As ações de ensino executadas pela Segen, alcançam todas as categorias previstas no artigo 9º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, que dispôs acerca do Sistema Único de Segurança Pública. Os cursos seguem as orientações previstas na Matriz Curricular Nacional - MCN do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP. A MCN consiste em um referencial teórico-metodológico que consigna as diretrizes do MJSP para orientar as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, independentemente da instituição, nível ou modalidade de ensino que se espera atender.

Seus eixos articuladores e áreas temáticas norteiam os mais diversos programas e projetos executados pela Segen.

No campo do conhecimento científico é importante ressaltar a criação da Revista SUSP - periódico semestral interdisciplinar do Ministério da Justiça e Segurança Pública - lançada em 24/8/2021, em formato impresso e com acesso aberto para disseminar o conhecimento científico, técnico e profissional na área da Segurança Pública. Com o intuito de ampliar e consolidar boas práticas e compartilhamento de experiências para o desenvolvimento científico, formação e o aperfeiçoamento de profissionais integrantes do Susp, por intermédio de publicações de artigos originais, revisão de literatura, relatos de experiências, notas técnicas, resenhas, críticas científicas e entrevistas. Possui em seu conselho editorial e científico especialistas reconhecidos nos temas tratados, que efetuam as avaliações às cegas.

Cabe ressaltar que, no ano de 2021 foram realizadas 168.859 matrículas, resultando em um valor 12,6% maior que a meta estabelecida para o período (150.000 matrículas). Os valores acumulados nos anos de 2020 e 2021 representam um total de 73,5% da meta a ser alcançada até 2023.

QUANTIDADE DE VAGAS PREENCHIDAS EM CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS AO PÚBLICO EXTERNO PELA SEGEN

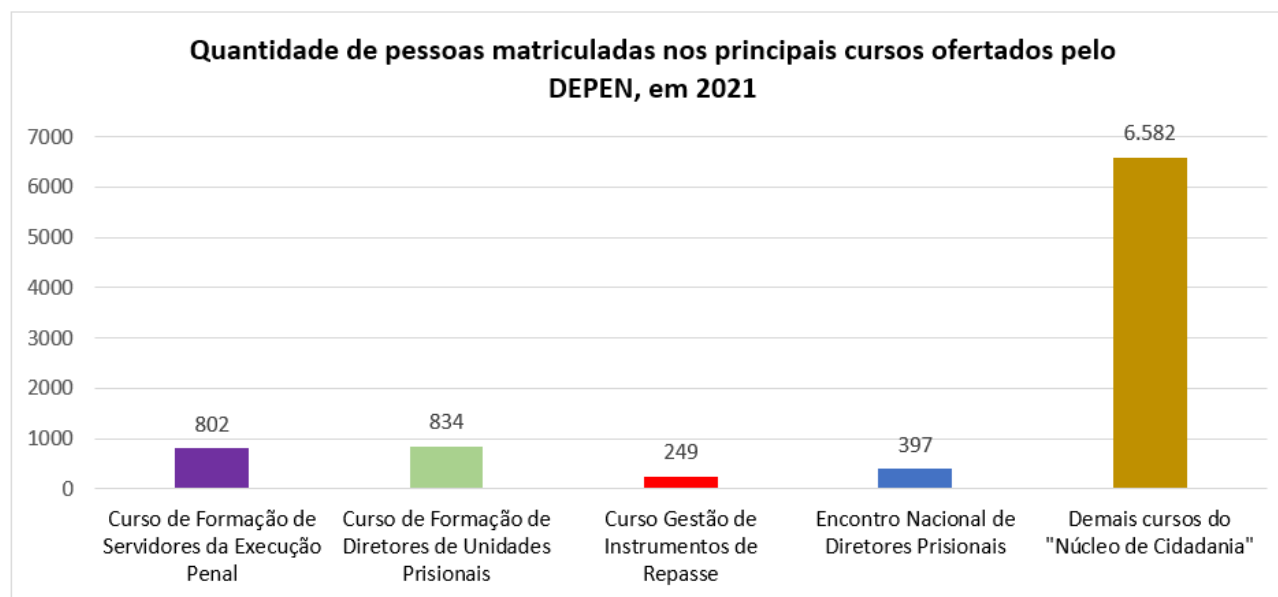


Fonte: BI de Planejamento Estratégico MJSP.

CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

No que refere às capacitações oferecidas pelo Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Escola Nacional de Serviços Penais – ESPEN que, por meio de Acordo de Cooperação Técnica estabelecido com a Fundação Pitágoras (FP), ofereceu diversos cursos, visando o aprimoramento dos servidores da execução penal. A parceria resultou no preenchimento de 8.864 vagas para servidores da execução penal nacional, no ano de 2021.

Em números consolidados, foram 802 servidores matriculados no Curso de Formação de Servidores da Execução Penal, 834 no Curso de Formação de Diretores de Unidades Prisionais, 249 no Curso Gestão de Instrumentos de Repasse e 397 no Encontro Nacional de Diretores Prisionais. Além dos anteriormente citados, outros seis cursos que compõem o “Núcleo de Cidadania” respondem pelas demais vagas ofertadas, tais como, Licitações e Lei de Responsabilidade Fiscal, Gestão de Pessoas no Setor Público, Planejamento de Comunicação e Administração Financeira. Soma-se a este indicador a participação de servidores da Polícia Rodoviária Federal em curso presencial de manuseio e pilotagem de drones, ofertado pela ESPEN em junho de 2021. E, de um servidor da Diretoria de Penitenciária de Operações Especiais e de dois servidores do Batalhão da Polícia do Exército Brasileiro (BPEB) que participaram da qualificação técnica de instrutores de armamento e tiro.



Fonte: DEPEN/MJSP

No ano de 2021 percebeu-se uma ruptura da descrença quanto à qualidade dos cursos na modalidade à distância. Diante desta oportunidade, o Departamento Penitenciário Nacional por meio da sua Escola Nacional de Serviços Penais vem envidando esforços para ampliar o seu portfólio de cursos à distância, de modo a oportunizar ao público em geral conhecimentos de temas afetos ao sistema penitenciário e consequente impacto positivo no indicador estratégico.

Um desafio que se busca superar é a ampliação da oferta de cursos à distância, devido a carência de servidores na ESPEN que executem a atividade de transposição do conteúdo bruto dos cursos para a linguagem digital necessária.

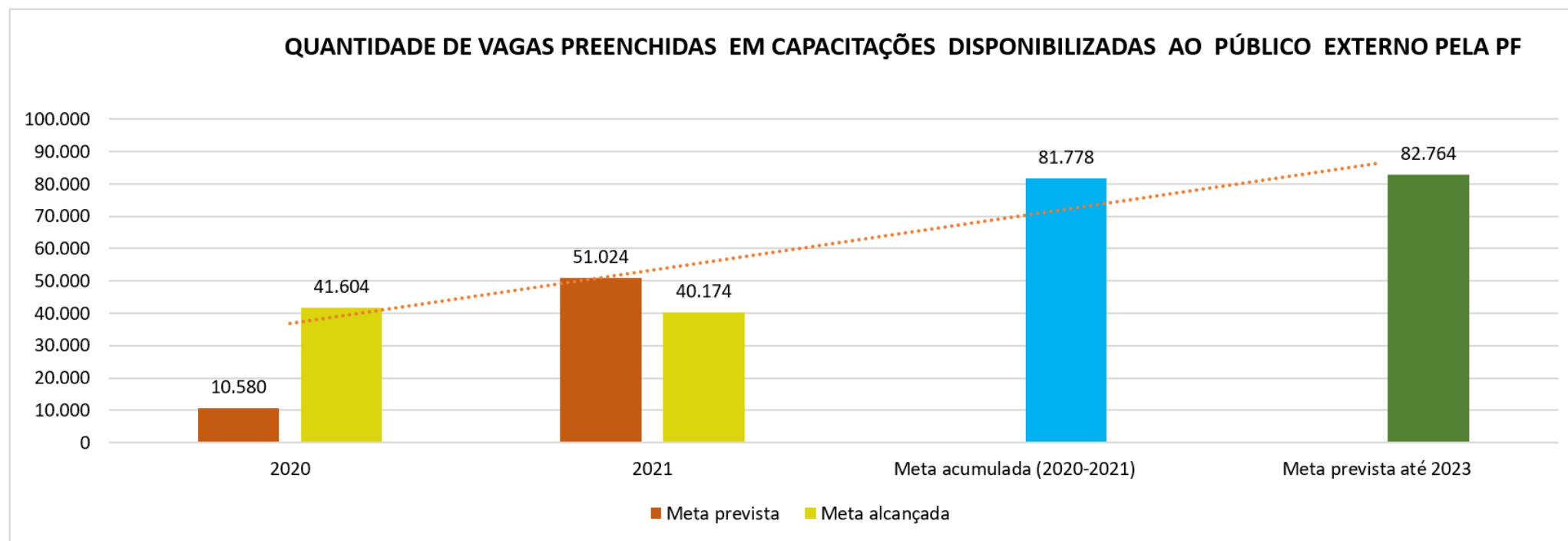
O risco a ser mitigado é a qualificação profissional divergente nas unidades penitenciárias do Depen e em descompasso com os normativos vigentes (ESPEN), em razão de Matriz Curricular Nacional desatualizada. No entanto Depen vem empreendendo esforços na produção de doutrinas para o sistema penitenciário, a partir da Constituição da Câmara Técnica e Setorial.

CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL

A Polícia Federal, por meio da Academia Nacional de Polícia - ANP/DGP/PF, fomenta e dissemina conhecimentos afetos à segurança pública para a comunidade brasileira, órgãos de segurança pública e entidades parceiras por meio da plataforma de ensino a distância ANP Cidadã (ead.dpf.gov.br), bem como, por meio de cursos presenciais, incluindo em nível de pós-graduação.

Além do atendimento à comunidade, por meio dos cursos à distância disponíveis na plataforma ANP Cidadã, a Polícia Federal promove também treinamentos presenciais, utilizando as instalações da ANP/DGP/PF, em que a participação da comunidade brasileira se dá por meio da oferta de vagas em cursos próprios e em treinamentos exclusivos e fechados para órgãos públicos e entidades de segurança pública.

No ano de 2021, a PF disponibilizou 51.024 cursos, um resultado 22,6% maior que a meta estabelecida para o período. O total de cursos disponibilizados nos anos de 2020 e 2021 totalizam 81.778 vagas, seja por meio da plataforma ANP Cidadã, seja por meio da modalidade presencial. Esse valor representa quase 99% da meta estabelecida para ser alcançada até 2023.



Fonte: BI de Planejamento Estratégico/MJSP

INDICADOR ESTRATÉGICO

QUANTIDADE DE VAGAS PREENCHIDAS EM CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS AO PÚBLICO EXTERNO

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS IMPLEMENTADAS

- Aumento na oferta de oportunidades de capacitação por meio do aumento de cursos oferecidos na modalidade EAD.
- Atualização dos cursos.
- Transferência da gestão, manutenção e aprimoramento das plataformas.
- Construção a cidade cenográfica, Implantação do sistema de áudio/vídeo, aclimatação e substituição do mobiliário do teatro de arena;
- Entregas de cursos alinhadas à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

PRINCIPAIS INOVAÇÕES E MELHORIAS A SEREM IMPLEMENTADAS

- Criação de cronograma de ações sistemáticas de capacitação, seja por meio de modalidade EAD, semipresenciais ou presenciais.
- Cursos de treinamento prático em procedimentos técnico.
- Construção e disponibilização das novas plataformas.
- Implantação de sistema de segurança orgânica.
- Criação de Banco de Talentos.

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS NO EXERCÍCIO

- Redução da oferta de cursos na modalidade presencial e semipresencial.
- Dificuldade de realização de cursos presenciais nacionais, especialmente a realização dos cursos de formação profissional dos candidatos aprovados para PF, em virtude da pandemia.
- Celeridade no fluxo de documentos com os Integrantes do SUSP.

PRINCIPAIS DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS

- Ampliação do Programa de Capacitação do SIGA.
- Manutenção e ampliação da oferta de cursos presenciais e a distância para o público interno e externo.
- Aprimoramento da plataforma de gestão educacional - Sistema EDUCA 2.
- Promoção de cursos de formação simultâneos.
- Aprimoramento da articulação com os Integrantes do SUSP.

RISCOS

- Insuficiência de recursos orçamentários e financeiros em razão da crise decorrente do combate e prevenção à COVID-19, bem como de outras questões orçamentárias no País.
- Redução do efetivo, em atividades consideradas estratégicas, em função das aposentadorias e remoções.
- Sobrecarga no sistema EaD Segen e plataforma.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

- Ampliação de parcerias com instituições para o desenvolvimento e/ou elaboração de conteúdos para cursos.
- Aumentar a quantidade de alunos capacitados anualmente.
- Ampliar o portfólio de cursos presenciais e na modalidade EAD.
- Maior interatividade e dialogicidade nos curso

PROJETOS ESTRATÉGICOS VINCULADOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Para auxiliar no alcance dos resultados do órgão, relacionados ao presente objetivo estratégico, as unidades também possuem projetos estratégico, cujo principais estão destacados abaixo:

PROJETO ESTRATÉGICO - ARQUIVO NACIONAL

APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO – SIGA

O projeto estratégico tem por finalidade fortalecer o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal - SIGA e sua atuação como sistema estruturador das atividades de gestão de documentos de arquivo da Administração Pública Federal. O projeto prevê a construção de cenários prospectivos para a gestão de documentos e arquivos na administração pública federal e a reestruturação de sistema de governança do SIGA, bem como a instituição da Política e a implementação do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o desenvolvimento de sistema informatizado estruturante para o SIGA, de acordo com os requisitos do Modelo e-ARQ Brasil SIGAD. Busca-se, com o projeto, aperfeiçoar a prestação de serviços aos órgãos e às entidades do SIGA pelo Arquivo Nacional e ampliar o grau de desenvolvimento em gestão de documentos e arquivos dos órgãos e entidades do Sistema.

Com o objetivo de apoiar os órgãos e entidades do SIGA na efetiva operacionalização das atividades técnicas auxiliares do processo de gestão de documentos, o AN, em parceria com a Central de Compras/SEGES/ME no âmbito do Programa TransformaGOV, elaborou modelos de Termos de Referência para a contratação, pelos órgãos do SIGA, de serviços de diagnóstico arquivístico, tratamento arquivístico, digitalização de documentos, de guarda externa de documentos e consultoria para subsidiar a elaboração de Plano de Classificação Documental e Tabela de Temporalidade e Destinação. Por se tratar de uma demanda de interesse transversal dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, o projeto “Soluções de Gestão Arquivística” foi incluído na carteira de projetos da Central de Compras para o ano de 2022. Segundo análise prévia daquela unidade, estima-se uma economia da ordem de R\$ 16,5 milhões, apenas em custos processuais.

Quanto ao tratamento dos acervos documentais dos órgãos da APF, com vistas a sua destinação final, importante destacar que a eliminação de documentos pelos órgãos e entidades integrantes do SIGA deve ocorrer depois de concluído o processo de avaliação e seleção conduzido pelas respectivas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos – CPAD. A partir da publicação do Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, a eliminação de documentos deverá ser efetuada por meio da elaboração de Listagem de Eliminação de Documentos pela CPAD, de acordo com a Resolução nº 44, de 14 de fevereiro de 2020, a ser submetida para aprovação do titular do órgão ou entidade produtor ou acumulador do arquivo.

O AN faz o monitoramento da publicação dos editais de ciência de eliminação dos órgãos e entidades integrantes do SIGA. Foram publicados no DOU 43 Editais de Ciência de Eliminação de 29 órgãos e entidade e esses elaboraram 90 listagens de eliminação de documentos. De janeiro a dezembro de 2021, os órgãos e entidades integrantes do SIGA, informaram sobre a eliminação de 33.250,16 metros lineares de documentos (cerca de 232 milhões de páginas), uma diminuição de 31,75 % em relação a 2020. Essa diminuição decorre do fato de, em 2021, muitos órgãos terem seguido em trabalho remoto, dificultando a eliminação de documentos, um processo que necessita de acompanhamento presencial por servidores nos órgãos.

Não obstante, a desburocratização do processo de eliminação de documentos produzidos pelos órgãos e entidades da APF gera economia por permitir a racionalização de espaços de armazenamento em arquivos e depósitos, sem prejuízo da salvaguarda de documentos que tenham valor histórico, probatório ou informativo.

Ademais, foi apresentada a versão MVP (minimum viable product ou “produto mínimo viável”) do Sistema de Informações Gerenciais do SIGA, o SIG-SIGA. O SIG-SIGA permitirá a plena governança do SIGA, permitindo o monitoramento e controle das atividades desenvolvidas no âmbito do Sistema, conforme previsto no art.10 do Decreto 4.915/2003. Desde outubro de 2021, está disponível no endereço <https://sigSIGA.an.gov.br/>. A versão MVP possui módulos que permitem o planejamento e monitoramento das atividades, assim como um autodiagnóstico dos órgãos da APF, por meio de coleta de dados, do nível de maturidade em gestão de documentos e arquivos e a situação arquivística apresentada nos órgãos e entidades do SIGA. Além disso, o SIG-SIGA já apresenta os módulos de administração, cadastro de usuários e suporte à gestão de documentos, com previsão de interoperabilidade com o sistema de orientações técnicas já utilizado pela equipe do AN na prestação de consultas sobre procedimentos de produção, tramitação, uso, classificação, avaliação e arquivamento de documentos. O sistema deve ser disponibilizado aos órgãos do SIGA no início de 2022 e está previsto que será totalmente entregue em novembro de 2022.

Resultado de um acordo de cooperação com a Advocacia Geral da União – AGU, a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES/ME) e a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, o AN está apoiando o desenvolvimento do SUPER.BR que é uma plataforma de integração dos órgãos e entidades para aprimoramento da gestão de documentos e processos de forma eletrônica para toda a Administração Pública. O SUPER.BR está sendo desenvolvido para atender as especificações técnicas e funcionais do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), aprovado pelo CONARQ. Pelos termos do acordo, compete ao AN fornecer as consultorias e esclarecimentos, de natureza técnica de sua área de competência técnica e conhecimento, com o objetivo de atender às especificações do Modelo de Requisitos para Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), aprovado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); e capacitar equipes sobre procedimentos relacionados à gestão arquivística de documentos digitais e não digitais. O sistema será mais um passo ao avanço da padronização dos procedimentos arquivísticos e do fortalecimento do SIGA.

Durante o exercício de 2021, foi dado continuidade à elaboração de estratégia de longo prazo das atividades de gestão de documentos e arquivos da APF.

Em parceria com o IPEA, a entrega visa identificar possíveis cenários para o futuro do Sistema na Administração Pública Federal. Como um dos produtos dessa parceria, em 2022, está prevista a publicação do livro SIGA 2035, Cenários Prospectivos para a gestão de documentos e arquivos.

Por fim, destaca-se a elaboração e encaminhamento à casa Civil/PR da proposta de decreto de instituição da PGDeArq e do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal (PROGED), realização de uma importante iniciativa para a gestão de documentos e arquivos da APF. Importante destacar que proposta foi preparada em muitas etapas, e por meio de um amplo processo de discussão com os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, a comunidade acadêmica e os profissionais de arquivo, incluindo uma consulta pública, que trouxe contribuições enriquecedoras, muitas devidamente incorporadas ao texto proposto.

PROJETO ESTRATÉGICO - ARQUIVO NACIONAL

FORTALECIMENTO DO ARQUIVO NACIONAL DIGITAL

O AN é responsável por coordenar as atividades de preservação, acesso e difusão dos documentos sob a sua custódia, um valioso patrimônio documental que imprime aspectos históricos, sociais e culturais da sociedade brasileira, bem como da administração do Estado desde o Império aos dias atuais, além da documentação colonial cuja mais antiga data do séc. XV. Integram o acervo do AN mais de 55 km de documentos textuais, além de documentos iconográficos, cartográficos, audiovisuais, sonoros e uma coleção de livros raros.

O projeto estratégico tem por objetivo o fortalecimento do AN como entidade custodiadora nacional, permitindo exercer o protagonismo no recolhimento, custódia e preservação do acervo institucional, especialmente a documentação permanente da Administração Pública Federal. Para isso, o AN Digital envolve o aperfeiçoamento da base de dados da instituição - o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Novo Sian), proporcionando o acesso de usuários a informações sobre o acervo da instituição com maior segurança e facilidade, além da ampliação da disponibilização do acervo em meio digital.

Com o objetivo de aprimorar o Sian, o projeto prevê desenvolvimento de solução de integração entre os sistemas de negócio da administração pública federal e o Repositório Digital Confiável (RDC-Arq) do Arquivo Nacional, o Software Hipatia. Em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o Hipatia foi desenvolvido para viabilizar o recolhimento, ao Arquivo Nacional, de documentos digitais dos órgãos da APF que utilizam o Sistema Eletrônico de Informações - SEI. No próximo ano está previsto o aperfeiçoamento da aplicação do Software. Esse aprimoramento visar atender, de maneira centralizada, as necessidades de guarda e preservação de documentos digitais dos órgãos e entidades do SIGA que, devido à complexidade e significativo custo da infraestrutura técnica e tecnológica do sistema, não tenham condições ou optem por não desenvolver RDC-Arqs próprios. Além disso, o RDC-Arq permitirá a preservação e custódia de documentos digitais no AN de forma a evitar a transformação do acervo físico acumulado em acervo digital acumulado, uma vez que sistemas como o SEI não permitem o arquivamento definitivo de processos.

Visando, ainda, o aperfeiçoamento do Sian, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC/SE/MJSP, está em fase de desenvolvimento a implantação de novo sistema informatizado de acesso aos documentos do Arquivo Nacional, o Novo Sian. Visa ampliar a segurança e facilitar o acesso de usuários a informações sobre o acervo do Arquivo Nacional. Integrará as diversas bases de dados existentes no site da instituição.

Com relação à ampliação da disponibilização do acervo em meio digital, é realizado o tratamento arquivístico e digitalização de acervos prioritários ou de grande acesso pelo público por meio de recursos orçamentários próprios e parcerias. A preservação dos documentos é feita por meio de ações de ampliação do controle e da disponibilização de informações ao cidadão como processamento técnico (identificação, classificação, arranjo, indexação, descrição); conservação (higienização e estabilização de suporte); restauração (desacidificação e reintegração de documentos de documentos deteriorados); e reformatação (microfilmagem e digitalização) dos documentos.



Ministério da Justiça e Segurança Pública

05
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis – DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 8ª edição e o Manual SIAFI, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no SIAFI, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

Balanço Patrimonial – BP;

Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;

Balanço Orçamentário – BO;

Balanço Financeiro – BF;

Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e

Notas Explicativas – NE.

Em observância à Decisão Normativa TCU nº 187, de 09 de setembro de 2020, em seu Anexo I, no qual estão relacionadas as Unidades Prestadoras de Contas – UPCs do MJSP, para fins de consolidação do Relatório de Gestão do exercício de 2021, cumpre destacar que, devido a limitações do SIAFI, não foi possível extrair as demonstrações contábeis do MJSP sem espelhar as UPCs

FUNAI e CADE. No entanto, nas notas explicativas apresentadas, onde houve composição de saldos mais relevantes, foram segregados os valores das contas contábeis por órgão, com o fim de melhor adaptação deste relatório às regras de consolidação estabelecidas para Relatório de Gestão do exercício de 2021.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com:

- (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores;
- (ii) créditos por dano ao patrimônio;
- (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e

(iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada.

Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma:

- (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e
- (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo Cade, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6. da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro

mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- fornecedores e contas a pagar; e
- demaís obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial. As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.


Sérgio Rodrigues da Silva

Contador do MJSP

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO MJSP

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do MJSP, refletindo a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data, e pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320, de 1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

Bens Móveis

Durante o exercício de 2021 foram empreendidos esforços voltados ao aprimoramento da evidenciação patrimonial, em especial no tocante aos bens móveis. Com a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços - Siads nas unidades deste MJSP (exceto na PF e PRF), o maior desafio passou a ser a compatibilização dos saldos incorporados com a real posição dos bens.

Considerando a rotina de unidades que realizam aquisições voltadas a doações e distribui-

ções e o passivo histórico referente a registros pendentes de confirmação física por inventário, constata-se que essas situações não estão adequadamente representadas nas contas contábeis. Verifica-se uma incompatibilidade de saldos relevantes, que representam 13% do total do Ativo das Unidades Prestadoras de Contas - UPCs analisadas.

Nesse contexto, conclui-se que existe distorção relevante nos valores registrados em bens móveis, ao tempo em que se verifica a falta de realização dos procedimentos de avaliação patrimonial desses bens, não sendo possível atestar o saldo financeiro desse grupo de contas.

Brasília-DF, 3 de março de 2022.

SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA

Contador do Ministério da Justiça e
Segurança Pública
CRC nº 021.289/O-9



GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, é a Unidade Setorial de contabilidade do Ministério, integrando o Sistema de Contabilidade Federal – SCF. No desempenho do seu papel institucional, a unidade atua de forma alinhado com o órgão central do Sistema, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Economia - ME, sendo responsável por prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das Demonstrações Contábeis, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevante; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Atualmente, a estrutura organizacional do MJSP está prevista no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, documento que institui a composição e as competências de seus órgãos. No entanto, é importante ressaltar que, a composição dos órgãos do MJSP no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi não reflete, necessariamente, a estrutura organizacional prevista no decreto.

A organização do Siafi representa a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Nesse sentido, cada órgão possui um código específico no SIAFI, conforme quadro seguir:

COMPOSIÇÃO NO SIAFI DO MJSP

Órgão Superior MJSP 30000	MJSP 30000	Secretaria Executiva – SE Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP** Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN Arquivo Nacional – AN
	30108	Polícia Federal – PF*
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP
	30907	Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN*
	30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD
	30202	Fundação Nacional do Índio – FUNAI*
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE*

*Órgãos subordinados que possuem seccional de contabilidade ou contador responsável
**A estrutura da Senasp nos sistemas estruturantes, incluindo-se o Siafi, é operacionalizada pela Segen, conforme Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020.

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A Conformidade Contábil consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual SIAFI.

Por meio dos procedimentos da Conformidade Contábil é possível a aderência das Demonstrações Contábeis do Ministério às normas vigentes.

Dessa forma, por meio da Conformidade Contábil, o Ministério elabora mensalmente relatórios de conformidade, visando minimizar riscos e manter o controle e a supervisão das informações contábeis de suas unidades gestoras. Nos relatórios de conformidade, são registradas as inconsistências e os erros detectados na informação contábil da unidade. Também são descritos os grupos de contas analisados, indicando se estão em conformidade com a legislação vigente, evidenciando erros, distorções e alertas.

Durante o exercício de 2021, foram emitidos 580 relatórios, referentes a 49 Unidades Gestoras Executoras – UGs no SIAFI, subordinadas diretamente a esta setorial.

Atendimento e Apoio Técnico às Unidades Gestoras

O atendimento e apoio técnico às Unidades Gestoras - UGs de despesa no MJSP ocorreram em caráter permanente, durante todo o exercício financeiro, resultando no atendimento de todas as demandas de natureza contábil ocorridas no ano. Esse suporte é viabilizado principalmente por: contato telefônico; mensagens via sistema SIAFI; e-mail; e processo SEI.

A Coordenação-Geral de Contabilidade - GCONTAB realizou o acompanhamento direto de 49 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 14 do MJSP. Além dessas unidades, foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do DEPEN, com 14 unidades;
- da FUNAI, com 48 unidades;
- da Renda do Patrimônio Indígena, com 70 unidades; e
- do CADE, com 1 unidade;

No exercício de 2021, foram encaminhadas 1.952 mensagens pelo SIAFI, contendo alertas e orientações às UGs.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

A partir do processo de Conformidade Contábil, o Ministério elabora, trimestralmente, as Notas Explicativas – NEs às Demonstrações Contábeis do MJSP. As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis e são inseridas no SIAFIWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

Em 2021, foram elaboradas 4 Notas Explicativas, sendo a primeira referente ao exercício encerrado de 2020 e as demais, relativas ao primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2021.



As informações detalhadas das demonstrações contábeis e notas explicativas podem ser acessadas também por meio do link:

<https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias>

Habilitação de usuários nos Sistemas Estruturantes

No âmbito do Ministério, a Coordenação-Geral de Contabilidade, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria-Executiva, é unidade responsável por realizar o atendimento envolvendo concessão de acesso aos sistemas estruturantes:

- a) CIPI - Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal;
- b) SIADS - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial;
- c) SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (HomologaE, Operacional, Web, Tesouro Gerencial);
- d) SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Compras, Contrato, ETPdigital, Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, SCP),
- e) SISBACEN - Sistema de Informações Banco Central (banco de dados do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin),
- f) SENHA-REDE – que é o sistema de segurança, responsável pelo acesso e navegação dos diversos sistemas do Governo Federal (Hod, Reuse); e

g) Plataforma Mais Brasil - ferramenta integrada e centralizada, com dados aberto (TDL, TFF).

No ano de 2021, foram realizados 6.015 atendimentos referentes a habilitações de usuários e cadastradores de unidade nos sistemas estruturantes. O recebimento e resposta às demandas se dão prioritariamente via sistema processos no sistema SEI, sendo apenas esses contabilizados. É realizado ainda o atendimento às demandas de órgãos que possuem cadastradores parciais e locais, quais sejam: CADE, FUNAI, AN, PF e PRF.

Tomada de Contas Especial

No âmbito do MJSP, a CGCONTAB também nos processos de Tomada de Contas Especiais – TCE, por meio dos registros dos responsáveis pelos débitos apurados, verificando o cálculo dos débitos e realizando a baixa contábil pelo recebimento ou cancelamento da dívida.

No ano de 2021, foram realizados 62 registros contábeis referentes a processos de TCE, reconhecendo valores relativos à apuração do dano ao erário dos agentes qualificados na instauração da TCE e do reconhecimento do direito a receber, após o julgamento do TCU.

A apuração dos valores dos débitos, sob os quais incidam atualização monetária, multa e juros de mora, é realizada pelo Sistema de Atualização de Débitos do TCU.



LISTA DE SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnica
AC – Atos de Concentração
Acnur – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ACP – Ação Civil Pública
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AEAL – Assessoria Especial de Assuntos Legislativos
AECI – Assessoria Especial de Controle Interno
AFD – Assentamento Funcional Digital
AFEPAR – Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares
AGU – Advocacia-Geral da União
AISP – Agências de Inteligência de Segurança Pública
AN – Arquivo Nacional
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
ANCINE – Agência Nacional de Cinema
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP – Academia Nacional de Polícia
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres
Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APH – Atendimento Pré-Hospitalar
API – *Application Programming Interface*
ASINT – Assessoria Especial Internacional
BCB – Banco Central do Brasil
BF – Balanço Financeiro
BGU – Balanço Geral da União
BI – *Business Intelligence*
BIM – *Building Information Modeling*
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNFAE – Base Nacional de Fraudes ao Auxílio Emergencial
BNFBE – Base Nacional de Fraudes Bancárias Eletrônicas
BNPB – Banco Nacional de Perfis Balísticos
BO – Balanço Orçamentário
BOPE – Batalhão de Operações Especiais
BP – Balanço Patrimonial
BSC – *Balanced Scorecard*
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CADMAT – Cadastro de Materiais do SIADS
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
CCAF – Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal
CCD – Código de Classificação de Documentos
CCIA – Comitê de Controle Interno Administrativo
CCOP – Centro de Coordenação de Operações
CCP – Comitê de Políticas do Consumidor
CDC – Código de Defesa do Consumidor
CDCI – Coordenação de Doutrina e Capacitação em Inteligência
CdE – Centro de Excelência
CEF – Caixa Econômica Federal
CEPAC – Comissão de Estudos Permanentes de Acidentes de Consumo
CEPI – Comissão Executiva do Programa de Integridade
CERIAN – Centro Regional de Inteligência Antinarcóticos
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CFDD – Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos
CFP – Curso de Formação Profissional
CFTV – Circuito Fechado de Televisão
CGA – Comitê de Governança Administrativa
CGCONTAB – Coordenação-Geral de Contabilidade
CGDI – Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação
CGDS – Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais
CGE – Comitê de Governança Estratégica
CGEn – Coordenação-Geral de Ensino
CGGE – Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional
CGGIRC – Comitê de Gestão, Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos
CGL – Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
CGLO – Coordenação-Geral de Licitação de Obras
CGPA – Coordenação-Geral de Pesquisa Aplicada

CGPRE – Coordenação-Geral de Polícia de Repressão a Drogas e Facções Criminosas
CGRC – Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos
CGU – Controladoria-Geral da União
CIA – Conselho Internacional de Arquivos
CIAF – Curso de Investigação e Análise Financeira
CIAT – Centros de Investigação de Acidentes de Trânsito
CICCN – Centro Integrado de Comando e Controle Nacional
CICCN-DF – Centro Integrado de Comando e Controle Nacional de Brasília
CIG – Comitê Interministerial de Governança
CIISP – Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública
CIOF – Centro Integrado de Operações de Fronteira
CIS – *Center for Internet Security*
CISC – Coordenação de Integração, Segurança e Ciência de Dados
CISSP – *Certified Information System Security Professional*
CNCP – Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual
CNDC – Conselho Nacional de Defesa do Consumidor
CNIG – Conselho Nacional de Imigração
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público
Codearq – Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Arquivos
COGEP – Coordenação de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria-Geral
COMJIB – Conferência de Ministros das Justiça dos Países Ibero Americanos
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
Conare – Comitê Nacional para os Refugiados
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos
CONATRAP – Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
CONNECTA – Sistema de Comunicações Processuais
CONJUR – Consultoria Jurídica
CorSusp – Corregedoria do Sistema Único de Segurança Pública
CPAD – Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos
CPADS – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos
CPEP – Cadeia Produtiva da Edificação Penal
CPGC – Comissão de Planejamento e Gerenciamento de Contratações
CPI – Curso de Procedimentos de Inteligência
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CQCT – Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

CTAI – Coordenação de Transparência e Acesso à Informação
 CT-CGE – Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica
 CTIC – Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação
 CTQG – Câmara Técnica de Qualidade do Gasto
 CVM – Comissão de Valores Mobiliários
 DCons – Demonstrações Contábeis
 DCPLAM – Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento
 DEE – Diretoria de Ensino e Estatística
 DELINST – Delegacias de Controle de Segurança Privada
 DEMIG – Departamento de Migrações
 Denatran – Departamento Nacional de Trânsito
 DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
 Detran - Departamento Nacional de Trânsito
 DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa
 DGA – Diretoria de Gestão de Ativos
 DHPP – Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa
 DIBRARQ – Diretório Brasil de Arquivos
 DICOR – Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado
 DINT – Diretoria Inteligência
 DMFin – Delegacia Modelo de Investigação e Análise Financeira
 DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 DNAISP – Difusão da Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública
 DNISP – Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública
 DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
 DOU – Diário Oficial da União
 DPAT – Divisão de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio
 DPDC – Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
 DPF – Departamento de Polícia Federal
 DPPDD – Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos
 DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 DPRNM – Documento Provisório de Registro Nacional Migratório
 DPU – Defensoria Pública da União
 DRCI – Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional
 DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
 DTIC – Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
 DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
 EAD – Ensino à Distância
 e-ARQ Brasil – Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão

Arquivística de Documentos
 EB – Exército Brasileiro
 ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
 EDARQ – Equipe de Educação do Arquivo Nacional
 EJA – Educação de Jovens e Adultos
 EJUS – Estratégia Nacional de Promoção de Políticas de Justiça
 ENAM – Escola Nacional de Mediação e Conciliação
 ENAMP – Escola Nacional do Ministério Público
 ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
 ENAPRES – Escola Nacional de Prevenção e Solução de Conflitos
 Encceja – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
 ENCCEJA PPL – Exame Nacional de Certificação das Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade
 ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
 ENCE – Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
 ENDC – Escola Nacional de Defesa do Consumidor
 Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
 ENISP – Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública
 EPI – Equipamentos de Proteção Individual
 EPR – Equipamentos de Proteção Respiratória
 EPT – Educação Profissional e Tecnológica
 ERA – Reunião de Avaliação da Estratégia
 ESPEN – Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário
 ETP – Estudos Técnicos Preliminares
 Europol – Serviço Europeu de Polícia
 FCPE – Funções Comissionadas do Poder Executivo
 FDD – Fundo Nacional de Direitos Difusos
 FDDD – Fundo de Defesa de Direitos Difusos
 FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
 FELCC – Fuerza Especial de Lucha Contra el Crimen
 FELCN – Fuerza Especial de Lucha Contra el Narcotráfico
 FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
 FNECD – Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor
 FNOSP – Fórum Nacional de Ouvidores do Sistema Único de Segurança Pública
 FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública
 FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública
 FOCOPEN – Força de Cooperação Penitenciária
 FTIP – Força Tarefa de Intervenção Penitenciária
 FUNAD – Fundo Nacional Antidrogas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio
 FUNAPOL – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal
 FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional
 GAEP – Grupo de Ações Especiais Penais
 GDACE – Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos
 GDAPEF – Gratificação de Desempenho de Atividade de Agente Penitenciário Federal
 GDAPEN – Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada do Departamento Penitenciário Nacional
 GDAPS – Gratificação de Desempenho de Atividade em Políticas Sociais
 GDATPF – Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal
 GDATPRF – Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal
 GDM – Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas
 GDPGPE – Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
 GEAAPF – Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Polícia Federal
 GEAAPGPE – Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
 GEAAPRF – Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Polícia Rodoviária Federal
 GECAM – Grupo de Enfrentamento aos Crimes Ambientais
 GECDH – Grupo de Enfrentamento aos Crimes Contra os Direitos Humanos
 GEFIS – Grupo de Enfrentamento ao Contrabando, Descaminho e Crimes Contra a Saúde Pública
 GEFRV – Grupo de Enfrentamento às Fraudes Veiculares
 GEFRON – Grupo de Operações em Fronteira
 GENARC – Grupo de Enfrentamento ao Narcotráfico
 GEPAT – Grupo de Enfrentamento aos Crimes Contra o Patrimônio
 GETARM – Grupo de Enfrentamento ao Tráfico de Armas
 GFUNAD – Sistema de Gestão de Ativos do FUNAD
 GIAT – Grupos de Investigação de Acidentes de Trânsito
 GM – Gabinete do Ministro
 GOC – Grupo de Operações com Cães
 GPOL – Gerenciamento de Procedimentos Operacionais
 GPOs – *Group Policy Object*
 GRR – Grupo de Resposta
 GSI – Gabinete de Segurança Institucional
 GTA – Guia de Transparência Ativa

HCPA – Hospital de Clínicas de Porto Alegre
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 Ibict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
 ICE – *Immigration and Customs Enforcement*
 ICMPD – Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias
 ICSEdb – *International Child Sexual Exploitation image database*
 iGestContrat – Índice de Capacidade em Gestão de Contratos
 iGestTI – Índice de Capacidade em Gestão de TI
 iGestPessoas – Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas
 iGG – Índice Integrado de Governança e Gestão Pública
 iGovContrat – Índice de Governança e Gestão de Contratações
 iGovPessoas – Índice de Governança e Gestão de Pessoas
 iGovPub – Índice de Governança Pública
 iGovTI – Índice de Governança e Gestão de TI
 IML – Instituto Médico Legal
 INC – Instituto Nacional de Criminalística
 INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
 INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade
 INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
 Interpol – International Criminal Police Organization
 IPAE – Índice de Produtividade de Atividades Especiais
 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 IPO – Índice de Produtividade Operacional
 ISP – Inteligência de Segurança Pública
 LAI – Lei de Acesso à Informação
 LDI – Longa Distância Internacional
 LDN – Longa Distância Nacional
 LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
 LED – Listagem de Eliminação de Documentos
 LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
 LME – Limites de Movimentação e Empenho
 LOA – Lei Orçamentária Anual
 LP – Limites de Pagamento
 LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
 MAIS – Meio Ambiente Integrado e Seguro
 MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
 ME – Ministério da Economia
 MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública
 MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
 MP – Ministério Público
 MPCon – Ministério Público do Consumidor
 MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
 MPV – Medida Provisória
 MRE – Ministério das Relações Exteriores
 MTb – Ministério do Trabalho
 NBCT SP – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
 NCMEC – *National Center for Missing and Exploited Children*
 NE – Notas Explicativas
 NEAC – Núcleo de Estatística e Análise Criminal
 NETP – Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
 NIST – *National Institute of Standards and Technology*
 NPM – *Network Performance Monitor*
 OBJUS – Observatório de Políticas de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública
 OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais
 OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
 ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
 OE's – Organizações Estrangeiras
 OIM – Organização Internacional para Migrações
 OIT – Organização Internacional do Trabalho
 OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual
 OMS – Organização Mundial de Saúde
 ONSV II – Operação da Operação Nacional de Segurança Viária II
 ONU – Organização das Nações Unidas
 ORN1 – Órgão de Registro Nível 1
 OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
 OUVCON – Colégio de Ouvidores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
 Ouvjus – Rede de Ouvidorias
 PAAHM – Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante
 PAC – Plano Anual de Capacitação
 PAC – Plano Anual de Contratações
 PAC – Procedimentos de Apuração de Conduta
 PACC – Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado
 PAD – Processos Administrativos Disciplinares
 Paep – Planejamento Anual de Ensino e Pesquisa
 PAP – Procedimento Administrativo Padrão

PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
 PCCom – Plano de Contratações Compartilhadas
 PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal
 PDP – Plano de Desenvolvimento de Pessoas
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
 PE – Planejamento Estratégico
 PECPF – Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal
 PECPRF – Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 PEP – Painel Estatístico de Pessoal
 PEST – Políticos, Econômicos, Sociais e Tecnológicos
 PETIC – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
 PF – Polícia Federal
 PGC – Planejamento e Gerenciamento das Contratações
 PGDeARQ – Política de Gestão de Documentos e Arquivos do Poder Executivo Federal
 PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
 PGT – Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional
 Pje – Processo Judicial Eletrônico
 PLANISP – Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública
 PMI – *Project Management Institute*
 PNAD – Política Nacional sobre Drogas
 PNAT – Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional
 Pnatrans – Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito
 PNETP – Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
 PNISP – Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública
 PNLD – Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
 PNSP – Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
 PNSPDS – Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 PO – *Project Owner*
 POC – *Proof of concept*
 POP – Procedimentos Operacionais Padrão
 POSIC – Política de Segurança da Informação e das Comunicações
 PPA – Plano Plurianual
 PPIF – Programa de Proteção Integrada e de Fronteira
 PR – Presidente da República
 PRF – Polícia Rodoviária Federal

Procon – Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
 PROGED – Programa de Gestão de Documentos
 Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
 PSPs – Provedores de Serviços de pagamento
 RAE – Reuniões de Avaliação da Estratégia
 RDC-ARQ – Repositório Arquivístico Digital Confiável
 REDCOPEN – Rede de Cooperação Penitenciária
 Rede SIC – Rede do Serviço de Informação ao Cidadão
 REDE-LAB – Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro
 RENACCOR – Rede Nacional de Unidades de Polícia Judiciária Contra a Corrupção
 Renacon – Rede Nacional de Ouvidores do Consumidor
 RENIPEN – Rede Nacional de Inteligência Penitenciária
 RIBPG – Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos
 RIF – Relatório de Inteligência Financeira
 RMIS – Reunião de Ministros do Interior e da Segurança
 RMJ – Reunião de Ministros da Justiça
 RUASP – Rede de Universidades e Academias da Segurança Pública
 SAA – Subsecretaria de Administração
 SARD – Sistema de Análise Remota de Dados
 SCF – Sistema de Contabilidade Federal
 SE – Secretaria Executiva
 SEGEN – Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública
 SEGES – Secretaria de Gestão
 SEI – Sistema Eletrônico de Informações
 SEJUC – Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania
 Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
 SENACON – Secretaria Nacional do Consumidor
 SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
 Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
 SENAIJUS – Secretaria Nacional de Justiça
 SENAPRED – Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas
 SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
 SEOPI – Secretaria de Operações Integradas
 Sesc – Serviço Social do Comércio
 Sesi – Serviço Social da Indústria
 SGA – Sistema de Gestão de Ativos
 SG-MJSP – Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública
 SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas e Desempenho de Pessoal

SIAC – Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal
 SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIAN – Sistema de Informação do Arquivo Nacional
 SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
 SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SIB – Sistemas de Identificação Balística
 SIC – Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
 SIG – Sistema de Informações Gerenciais
 SIGA – Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
 SIGEPE – Sistema de Gestão de Pessoas
 SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias
 SINAB – Sistema Nacional de Análise Balística
 SINAR – Sistema Nacional de Arquivos
 Sindec – Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor
 SinDNA – Sistema Integrado de DNA
 SINESP – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas
 SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
 SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
 SISBACEN – Sistema de Informação do Banco Central
 SISBAD – Sistema Brasileiro de Alerta sobre Drogas
 SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
 SISCOENA – Sistema de Controle de Engenharia e Obras Prisionais
 SISCOENARE – Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado
 SISCRIM – Sistema Nacional de Gestão de Criminalística
 SISDEPEN – Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
 SISG – Sistema de Serviços Gerais
 SISNAD – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
 SISP – Subsistema de Inteligência de Segurança Pública
 SISREF – Sistema de Registro Eletrônico de Frequência
 SMP – Serviço Móvel Pessoal
 SNAR – Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall
 SNDC – Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
 SOC – *Security Operations Center*
 SPAs – Substâncias psicoativas
 SPF – Sistema Penitenciário Federal
 SPIUnet – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União

SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
 SPREV – Secretaria Especial de Previdência Social
 SPU – Secretaria de Patrimônio da União
 SR – Superintendência Regional
 STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado
 STN – Secretaria do Tesouro Nacional
 SUSP – Sistema único de Segurança Pública
 SUSPEP – Superintendência de Seguros Privados
 SVP – Serviço Voluntário de Pesquisa
 SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threatens*
 TACs – Termos de Ajustamento de Conduta
 TCCs – Trabalhos de Conclusão de Cursos
 TCE – Tomada de Contas Especiais
 TCU – Tribunal de Contas da União
 TED – Termos de Execução Descentralizada
 TI – Tecnologia da Informação
 TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
 TJDF – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
 TransformaGov – Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado
 TRF – Tribunal Regional Federal
 TTD – Tabela de Temporalidade e Destinação
 UBA – *User Behavior Analytics*
 UFC – Universidade Federal do Ceará
 UFF – Universidade Federal Fluminense
 UFs – Unidades Federativas
 UG – Unidade Gestora
 UGGIRC – Unidade de Gestão, Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos
 UGRC – Unidade de Gestão de Riscos e Controles Internos
 UnB – Universidade de Brasília
 UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
 UniPRF – Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal
 UNODC – Organização das Nações Unidas para Crimes e Drogas
 UPC – Unidade Prestadora de Conta
 USFC – Universidade Federal de Santa Catarina
 USP – Universidade de São Paulo
 USPTO – *United States and Trademark Office*
 VPAs – Variações Patrimoniais Aumentativas
 VPAs – Variações Patrimoniais Aumentativas
 VPDs – Variações Patrimoniais Diminutivas

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA**

Esplanada dos Ministérios, Bl. T
Palácio da Justiça, Edifício Sede
CEP 70064-900 | Brasília-DF
61 2025-3000



@justicagovbr

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL